

João dos Reis Gomes
Contributo literário para a divulgação
da História da Madeira

TESE DE DOUTORAMENTO

Paulo César Vieira Figueira

DOUTORAMENTO EM ILHAS ATLÂNTICAS:
HISTÓRIA, PATRIMÓNIO E QUADRO JURÍDICO INSTITUCIONAL



UNIVERSIDADE da MADEIRA

A Nossa Universidade

www.uma.pt

novembro | 2020

João dos Reis Gomes
**Contributo literário para a
divulgação da História da Madeira**
TESE DE DOUTORAMENTO

Paulo César Vieira Figueira
DOUTORAMENTO EM ILHAS ATLÂNTICAS:
HISTÓRIA, PATRIMÓNIO E QUADRO JURÍDICO INSTITUCIONAL

ORIENTAÇÃO
Ana Isabel Ferreira da Silva Moniz
Paulo Miguel Fagundes de Freitas Rodrigues

Para o Francisco e para a Raquel,
os meus fazedores de história(s)

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que estiveram próximos do presente trabalho,

Em especial,

aos meus orientadores, a Professora Doutora Ana Isabel Moniz e o Professor Doutor Paulo Miguel Rodrigues, que, pelas valiosas sugestões, observações e amizade, enriqueceram este percurso, uma palavra de inestimável admiração e gratidão;

à Professora Doutora Teresa Nascimento, pelo constante apoio como Diretora do Curso de Doutoramento em Ilhas Atlânticas: História, Património e Quadro Jurídico Institucional;

à Biblioteca Municipal do Funchal, nas pessoas da sua Diretora, a Dra. Alexandra Canha, e do Dr. Valdemar Faustino, pelo auxílio incansável na obtenção de documentos importantes, sem os quais a abordagem de certos assuntos seria pouco sustentada;

à Biblioteca da Universidade da Madeira, na pessoa do Dr. António Freitas, pela preciosa ajuda na disponibilidade de bibliografia relativa à nossa investigação;

ao Dr. Marcelino de Castro, antigo Diretor da Revista *Islenha*, pelo auxílio no acesso às publicações da Direção Regional de Cultura atinentes ao nosso trabalho;

a todos os Professores que acompanharam a minha formação académica, com profunda admiração pela saudosa Professora Doutora Ana Margarida Falcão, que ensinava a literatura como a simplicidade da vida;

à Exma. e saudosa Sra. Dra. Dulce Rebelo, pelas informações partilhadas sobre a vida e obra do Major João dos Reis Gomes, com inestimável amizade e admiração;

ao Exmo. Sr. Arquiteto João Reis Gomes, pelo diálogo enriquecedor sobre a vida e obra do avô;

a todos os meus familiares e amigos que, de alguma maneira, sempre me encorajaram com afeto e palavras de incentivo e crença para a conclusão desta etapa acadêmica;

à mãe e ao irmão, pela dedicação, ternura e compreensão com que sempre acreditam;

ao pai, pela memória das primeiras histórias;

à Raquel, pelo amor, pela palavra de ânimo;

ao meu pequeno Francisco, por me segredar que o nosso lugar, presente e ausente, é uma narrativa de múltiplas histórias inacabadas.

ABREVIATURAS UTILIZADAS

AI – O Anel do Imperador

ALM – Arquivo Luís Marino

AMMVA – Arquivo Manuel Monteiro Velho Arruda

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo

ARM – Arquivo Regional da Madeira

ATB – Arquivo Teófilo Braga

ATC – Arquivo Tavares Carreiro

BMF – Biblioteca Municipal do Funchal

BPARPD – Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada

CSC – O Cavaleiro de Santa Catarina

FTD – A Filha de Tristão das Damas

MASF – Museu de Arte Sacra do Funchal

MQC – Museu Quinta das Cruzes

NDMJRG – Núcleo Doação Major João dos Reis Gomes

PRQ – Registos Paroquiais

Resumo

O presente trabalho, intitulado *João dos Reis Gomes: Contributo Literário para a Divulgação da História da Madeira*, visa explorar os três romances históricos do Major João dos Reis Gomes como uma marca contributiva para a divulgação de referentes históricos atestados na História da Madeira, além da referência e interpretação dos tempos, então vividos.

A dinâmica literária atingida com os referentes históricos introduz o leitor no universo das questões políticas e identitárias, como uma das vias interpretativas dos romances históricos de João dos Reis Gomes.

A envolvimento do autor de *A Filha de Tristão das Damas*, *O Anel do Imperador* e *O Cavaleiro de Santa Catarina*, na formação da tertúlia conhecida como Cenáculo, e na direção de periódicos (*Heraldo da Madeira* e *Diário da Madeira*), levou-o a ser uma personalidade considerada da vida madeirense da primeira metade do século XX.

Além do contributo para a divulgação da história, a marca das suas obras romanescas são uma significativa contribuição para a edificação de uma identidade madeirense, bem como um ensaio interrogativo sobre questões que ainda se podem ver como atuais.

Palavras-Chave: História; Romance Histórico; Identidade; Madeira; João dos Reis Gomes.

Abstract

The present work, entitled *João dos Reis Gomes: Contributo Literário para a Divulgação da História da Madeira*, intends to explore the three historical novels of Major João dos Reis Gomes as a contributory mark for the dissemination of historical references attested in the History of Madeira, in addition to reference and interpretation of the times, lived then.

The literary dynamics achieved with the historical references introduce the reader into the universe of political and identity issues, as one of the interpretative paths of João dos Reis Gomes' historical novels.

The involvement of the author of *A Filha de Tristão das Damas*, *O Anel do Imperador* and *O Cavaleiro de Santa Catarina*, in the formation of the cultural group known as Cenáculo, and in the coordination of newspapers (*Heraldo da Madeira* and *Diário da Madeira*), took him to be an important personality in the Madeiran life of the first half of the 20th century.

Besides the contribution to the dissemination of the History, the relevance of his novels is a significant contribution to the building of a Madeiran identity, as well as an interrogative essay on matters that can still be seen as current.

Keywords: History; Historical Novel; Identity; Madeira; João dos Reis Gomes.

Índice

Introdução	11
1. O romance histórico: reconstituição e apropriação da história?	18
1.1. Walter Scott, o “Poeta da História”	19
1.2. Diretrizes de um género	26
1.3. Discurso(s) da história e discurso	36
1.4. O romance histórico em Portugal	58
2. João dos Reis Gomes: de um século a outro	72
2.1. A situação político-social portuguesa	73
2.2. Quadro cultural, político e social da Madeira	85
2.3. João dos Reis Gomes	93
2.3.1. Participação na imprensa	103
2.3.2. O Quincentenário da Madeira	108
2.3.3. As homenagens	117
3. Contributo literário para a divulgação da História da Madeira	122
3.1. Memória: história e romance histórico	122
3.2. Ideias de literatura e história	144
3.3. A história através da literatura	151
3.4. A matéria dos romances: ponto prévio	162
4. Os romances históricos de João dos Reis Gomes	171
4.1. <i>A Filha de Tristão das Damas</i> (1909, 1946 e 1962)	172
4.1.1. A obra e as edições	172
4.1.2. Uma história romântica no século XX	178
4.1.3. “Porquê” Guiomar como personagem principal	187
4.1.4. Colombo: personagem propulsora da diegese?	195
4.1.5. Simão e ben-Tafut: antagonistas e irmãos	201
4.1.6. A importância do espaço e do tempo	207
4.2. <i>O Anel do Imperador: Napoleão e a Madeira</i> (1934)	218

4.2.1. Um tempo novo, novos atores.....	223
4.2.2. A propaganda da figura do Chefe	233
4.2.3. Uma visita histórica.....	236
4.2.4. A personagem-leitor Henry Veitch	242
4.2.5. Uma questão de pathos?.....	248
4.2.6. O segredo resgatado	253
4.3. <i>O Cavaleiro de Santa Catarina: de Varna à Ilha da Madeira</i> (1941)	261
4.3.1. Entre a exaltação do mundo português e a neutralidade	262
4.3.2. Considerações sobre o mito sebástico	268
4.3.3. Ladislau III: D. Sebastião desaparecido em Varna	279
4.4. Os romances: estratégias e funções narrativas.....	289
Conclusão	303
Índice de Autores.....	310
Bibliografia.....	312
1. Fontes.....	312
1.1. <i>Corpus</i> Literário	312
1.2. Outras obras de Reis Gomes citadas na tese	312
1.3. Periódicos, Revistas e Documentos dos Arquivos	312
2. Obras Teóricas	314
2.1. Literatura	314
2.2. História, Cultura, Ciências Sociais.....	320
ANEXOS	330
Relação dos romances históricos com o seu tempo e objetivos	331
Personalidades históricas para a compreensão dos romances.....	332
Entrevista ao Arquiteto João Reis Gomes	344

o passado condiciona sempre o presente, e
este o futuro

Eduardo Lourenço, “Aliviados mas vazios”,
in *Máscaras de Salazar*, p. 365.

Introdução

João dos Reis Gomes (Funchal, 5 de janeiro de 1869 - 21 de janeiro de 1950) foi um militar madeirense que se evidenciou, na sociedade do seu tempo, como um autor multifacetado, com áreas de interesse desde o jornalismo ao teatro, passando pela história, o romance, a filosofia, a música e o cinema. Conhecido como Major João dos Reis Gomes (a sua patente quase que é parte do seu nome próprio), foi professor, escritor e ensaísta consagrado, membro de diversas academias, como a Academia de Ciências de Lisboa, e fundador da delegação da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, no Funchal.

O seu contributo para a cultura merece um estudo académico aprofundado de modo a que, no global ou por áreas de intervenção, se possa dar a conhecer a dimensão do seu legado. O estado da arte revela-se incipiente, ao tratar-se de um membro de uma geração que quis dar a conhecer a história e a identidade madeirenses. A constatação de que os estudos sobre a obra do Major são ainda escassos veio enriquecer o desafio a que nos propusemos e a pretensão de dar relevo a uma parte da bibliografia de uma personalidade marcante da memória cultural madeirense. Assim, procuraremos, também, entender a razão desse esquecimento perante a relevância deste vulto na primeira metade do século XX madeirense.

Supomos que as razões que poderão ser alvitradas como explicativas deste estado da arte se centram no estudo tardio da primeira metade do século XX madeirense e a desvalorização de personalidades que se encontravam de algum modo relacionadas com ideais próximos dos do Estado Novo.

Para a formulação da nossa hipótese de trabalho partimos do conhecimento prévio das obras de João dos Reis Gomes, em distintas áreas de saber, e do interesse que o intelectual sempre suscitou no nosso desejo de conhecimento, por, de uma forma ou de outra, nos ter parecido um interventor cultural e alguém que acrescentou inquestionável valor às letras madeirenses, com o meritório reconhecimento na sua época, embora, posteriormente, tenha passado a um inexplicável apagamento.

Neste sentido, a nossa tese de doutoramento versará sobre o contributo literário do Major João dos Reis Gomes para a divulgação da História da Madeira. Para tal, propomo-nos abordar diversos campos de investigação que entrecruzam a história e a literatura, a partir dos romances históricos de João dos Reis Gomes, e que se coaduna com a nossa formação académica. A nossa hipótese de trabalho incide sobre o

contributo literário dos romances históricos de João dos Reis Gomes para refletir sobre o modo como estes, fazendo uso dos referentes históricos, poderão contribuir para a divulgação da História da Madeira, com base em propósitos autonomistas, identitários e de apaziguamento em relação ao poder da metrópole.

À semelhança das características da literatura romântica, cremos ser possível observar nos romances de João dos Reis Gomes, pela adoção de heróis tipicamente românticos, a expressão da procura de um absoluto e de opções ideológicas que não abdicam dos princípios intrínsecos a cada um dos heróis escolhidos. Estes heróis românticos saberão secundar as opções ideológicas do tempo de João dos Reis Gomes e a necessidade de revisitação de tempos e espaços em que os valores do passado são necessários ao chamamento ideológico, político, identitário e cultural do presente.

Num primeiro momento, começamos por delimitar o *corpus* de estudo ao género do romance histórico, por considerarmos ser a área onde melhor se poderá verificar essa ação contributiva, embora João dos Reis Gomes seja autor de outros textos sobre a História da Madeira.

A sua preferência pela história e pela literatura acrescentou à sua produção literária o romance histórico, que pode ser entendido, nos primórdios do século XX, como um vulgarizador da história, embora já existisse uma distinção entre ambos os discursos, algo que depreendemos da leitura dos prefácios dos três livros que constituem o *corpus* da investigação. Este versará sobre o que consideramos ser os romances históricos deste autor da primeira metade do século XX madeirense: *A Filha de Tristão das Damas*, *O Anel do Imperador – Napoleão e a Madeira* e *O Cavaleiro de santa Catarina – De Varna até à Ilha da Madeira*. As obras constituem um legado literário que reflete, interroga e testemunha épocas distintas do século XX, sendo que *A Filha de Tristão das Damas* tem uma utilização ideológica que se coaduna com tempos distintos, como são os casos de 1909, 1946 e, a título póstumo, 1962.

A contextualização de João dos Reis Gomes no seu tempo e espaço contribui para o entendimento da nossa hipótese de trabalho. Os períodos vividos pelo autor de *A Filha de Tristão das Damas* (Monarquia, Primeira República e Ditadura/Estado Novo) e o seu reflexo na vida madeirense poderão explicar a opção pelo romance histórico na tentativa de divulgação de referentes históricos madeirenses. A geração de João dos Reis Gomes sucede, em parte, às investigações de Álvaro Rodrigues de Azevedo, entre outros, no campo da História da Madeira, numa altura em que o furor autonomista e regionalista se encontrava no seu auge com a aproximação da simbólica data dos

quinhentos anos do arquipélago madeirense, em que se entendia que o crescimento e o desenvolvimento da Madeira necessitavam de uma outra autonomia e de mais liberdade na utilização dos seus próprios recursos.

O regionalismo, aliado às inclinações nacionais de divulgação da História de Portugal, fará com que os escóis culturais madeirenses invistam na vulgarização da História da Madeira, no sentido de tornar acessível a um público mais extenso, como uma forma de criar uma consciência de uma identidade madeirense, distinto de outras regiões do país, é certo, mas entendida numa perspectiva pátria, de modo a dar fundamento às suas reivindicações políticas. O esforço de vulgarização da história será o municiar de argumentos identitários para justificar uma afirmação regional, com vista a um pretenso melhoramento da autonomia madeirense.

Já no período do Estado Novo, tentaremos compreender como a identidade madeirense, em João dos Reis Gomes, sustenta a pretensão de manter acesa a chama regionalista, embora numa perspectiva de harmonia com o regime instituído.

A geração de João dos Reis Gomes fez uso do poder da imprensa regional e continental, da literatura, das tertúlias, do *Elucidário Madeirense*, do teatro, do Quinto Centenário da Madeira, da admissão a sociedades e academias nacionais, e da abertura da delegação madeirense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

Assim, a partir do contributo de “autodidactas não especialistas” (Matos, 1998: 16), como refere Sérgio Campos Matos acerca de personalidades que se evidenciaram na historiografia portuguesa dos inícios do Liberalismo, na Madeira dos primórdios de Novecentos também se distinguiram este tipo de entusiastas. É nosso objetivo tentar compreender como, no caso do romance histórico, não se trata de fazer uma historiografia de divulgação, nem de historiografia erudita, mas antes ganhar um relevo mais acentuado se tivermos em conta a escassez de meios humanos e físicos para o propósito de vulgarizar a história do arquipélago¹.

O romance histórico encerra um trabalho árduo como utilizador das temáticas históricas, dos referentes históricos, e um fino labor de elaboração do discurso literário, o que faz crer que João dos Reis Gomes possa ser considerado um autor com um evidente contributo literário para a divulgação da História da Madeira.

¹ A opinião de Sérgio Campos Matos sobre o perfil dos intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos parece coadunar-se, para nós, com a situação madeirense no início de Novecentos: “perfil dos intelectuais [...], destituídos de uma formação específica, muitos deles literatos voltados para as culturas de importação; a fraqueza de uma opinião pública restrita, em geral mal preparada e pouco interveniente, a par da incipiência das classes médias” (Matos, 1998: 16).

Interessar-nos-á o tratamento dos episódios considerados para os romances, o seu trato literário, a sua base histórica, a presumível leitura efetuada pelo leitor e, não menos importante, a análise do romance histórico não como divulgador da história, pois é algo que compete à historiografia, mas como fonte da história, no que respeita ao autor e às épocas em que viveu, ou no tempo em que foi divulgado cada romance histórico da sua autoria.

O trabalho de João dos Reis Gomes sobre o conhecimento dos referentes históricos irá beber da influência de outros cenaculistas, em particular, do Pe. Fernando Augusto da Silva e de Alberto Artur Sarmiento, que, como jornalistas e em ambiente de tertúlia, contribuíram para o debate sobre a história e para a necessidade da memória edificadora da identidade madeirense se redescobrir e se manter como uma força viva.

Seguindo a perspetiva de Roland Barthes, em o *O rumor da língua*, entendemos qualquer discurso como uma construção ficcional. O que significa que, num primeiro momento, a ideia que prevalecerá é a de que o romance histórico se trata de uma ficção sobre outra ficção, o que abre possibilidades de análise sobre as realidades narradas, porque (des)obedece a um *modus operandi* distinto. A análise do discurso torna-se um imperativo de demonstração de propósitos, insistindo se, nos romances históricos de João dos Reis Gomes, prevalece a ideia primordial de que a literatura, a exemplo dos pais do romance histórico, divulgaria a história pelo grande público, quase como que concorrendo com a historiografia.

No campo político, interessa indagar se João dos Reis Gomes reflete abertamente alguma posição política, o que se torna um desafio suplementar e complementar na abordagem à sua obra. Da leitura dos romances do Major, esperamos encontrar a evidência de uma veia política conservadora, regionalista e patriótica, porque em cada uma das obras é encerrado um episódio caro à História da Madeira, a princípio, com o objetivo didático de perpetuar a memória do que se poderia perder se não fosse grafado, além das entrelinhas conterem uma mensagem ideologicamente vinculativa. Estamos perante a substância da escrita como uma extensão biológica do Homem (Eco e Carrière, 2017: 19), e como um exercício mnemónico e político, no seu sentido etimológico.

É nosso objetivo ainda compreender se os romances históricos de João dos Reis Gomes não deverão configurar uma tentativa de descrever ou definir a insularidade madeirense, como se tratará no caso de outros autores ilhéus ou de outras origens. Do nosso ponto de vista, o valor do trabalho romanesco do Major João dos Reis Gomes

parece situar-se no campo da identidade cultural e histórica madeirense, num “jogo” subtil com os tempos então vividos, embora numa perspectiva de integração literária e cultural nacional.

Pensamos que são três romances que contribuem para a edificação da “madeirensidade”², proposta não-estranha trabalhada por Paulo Miguel Rodrigues, que procura definir e reunir obras e conceitos de diversas áreas do conhecimento que, de acordo com a vivência madeirense, propõem a construção de uma identidade madeirense, edificada numa perspectiva diacrónica. A utilização de referentes históricos madeirenses bem como a intenção de abordar temas como a autonomia, o apaziguamento após a Revolta da Madeira e a instituição do Estado Novo e a revivência do mito sebástico a partir do fundo cultural regional, poderão constituir marcas de madeirensidade, como esperamos vir a demonstrar ao longo do nosso trabalho.

Para melhor tentarmos alcançar os objetivos delineados pela nossa proposta de estudo, estruturamos a tese em quatro partes: “O romance histórico: reconstituição e apropriação da história?”; “João dos Reis Gomes: de um século a outro”; “O contributo literário para a divulgação da História da Madeira”; e “O romance histórico em João dos Reis Gomes”.

É nosso propósito que, na primeira parte, seja abordada a teoria em relação ao romance histórico, desde as suas origens, o “confronto” com a história, enquanto ciência, e a sua implementação em Portugal, procurando compreender a razão de ser um género com um registo pouco evolutivo até meados do século XX, mas cujo modelo romântico influenciará os romancistas no início de Novecentos.

Num segundo momento, parece-nos importante proceder ao enquadramento do autor no seu tempo e espaço, apresentando a situação portuguesa e, em particular, a situação vivida na Madeira. A relevância de um apontamento biográfico, balizado no tempo (Monarquia, Primeira República e Estado Novo) e no espaço (Portugal e

² A “Madeirensidade”, conceito que tem vindo a ser sugerido e estudado por Paulo Miguel Rodrigues (Rodrigues, 2015a: 165-190), é visto como uma proposta que reúne uma relação identitária do “ser” madeirense assente em várias áreas, como a história, a literatura, a diáspora, a geografia, a etnografia, a política, a economia, que, ao pegar em temas como, por exemplo, o abandono da metrópole e a autonomia, perspetiva para o arquipélago madeirense uma identidade distinta, que levou a um debate aceso durante as comemorações do Quincentenário da Madeira, e a que personalidades, como Cabral do Nascimento, questionassem a ontologia da identidade madeirense, não numa representação de abandono identitário em relação à pátria, mas num conjunto de condicionantes que criaram uma abordagem de vida e de ser distintos do Continente Português. Paulo Miguel Rodrigues acrescenta que a “Madeirensidade” é um conceito em constante atualização, o que parece beneficiar do facto de não ter sido forjado anteriormente, como foram os casos da “Açorianidade” e “Caboverdianidade”, pelo que a “Madeirensidade” poderá constituir um amplo campo de debate e investigação, desde o estudo das suas origens até aos tempos hodiernos.

Madeira), ajuda-nos, de uma forma crítica, a compreender o propósito das obras de João dos Reis Gomes porque, embora os romances históricos se refiram a episódios do passado, são atuantes sobre o presente-futuro.

Na terceira parte intitulada “O contributo literário para a divulgação da História da Madeira”, propomo-nos incidir sobre a dimensão das personalidades e episódios históricos na edificação da memória coletiva de um povo, sugerido pelo romance histórico como “utilização do passado”, não de “representação do passado”³. Neste capítulo, parece-nos também importante expor o nosso entendimento sobre as ideias de literatura e de história, no tempo de João dos Reis Gomes, refletindo previamente sobre alguns referentes históricos, que serão o motor para a escrita dos romances.

Por fim, no quarto capítulo, abordaremos os romances históricos, procurando alcançar a sua dimensão e propósito literário e crítico. O nosso objetivo é, através da exploração literária, redimensionar a interpretação política e social de cada um dos romances. O que nos parece fundamental é corroborar a dimensão identitária e cultural que o romance histórico assume como questionação, interrogação, harmonização do presente e de um vínculo ideológico.

É de sublinhar que não cremos que o romance histórico possa alimentar pretensões de alguma vez ocupar o papel divulgador da historiografia já que, ontologicamente, não é essa a sua orientação como produto literário. Porém, parece inegável o seu contributo, pelo menos na primeira metade do século XX e no contexto madeirense, como apelo ao leitor para a procura das personalidades, do tempo e do espaço, ou seja, dos referentes históricos por detrás das personagens e dos episódios tratados. Mais do que o sentido estético com que muitas vezes é redutoramente avaliado, o romance histórico sugere-se como capaz de despertar no leitor um sentido cultural e identitário, numa perspetiva de interrogação sobre o presente e o mundo.

Ao longo da nossa investigação, além dos romances históricos que constituem o *corpus*, recorreremos a periódicos, tendo em conta que na época contemporânea se constituem como os grandes difusores de informação e necessários para a reconstituição complexa do contexto que envolve o nosso objeto de estudo: “La importancia de la prensa como fuente histórica varía según el período cronológico que se esté estudiando; según se avanza el siglo XIX y se llega al XX, se va haciendo más necesaria y en

³ Como tentaremos demonstrar, para alguns autores das teorias da história da história, o facto histórico (não o seu referente) apenas existe ou tem validade no discurso histórico e não no discurso romanesco ou noutras produções narrativas, porque somente no primeiro é que o autor (o historiador) lida com uma relação de veracidade entre o discurso e o facto.

algunos casos imprescindible” (Cabrera Déniz e Reyes González, 1990: 704). Contudo, não descuraremos outro tipo de fontes, encontradas nos arquivos e em outros suportes, pois “El especialista en Contemporánea debe recurrir a la prensa y estar abierto a la utilización de todo tipo de fuentes” (Cabrera Déniz e Reyes González, 1990: 705).

Por fim, uma nota para a edição da tese, por uma questão metodológica de respeito pelas fontes, optaremos pela grafia original das citações presentes no texto original. No caso de *A Filha de Tristão das Damas*, por uma questão de uma escrita mais atualizada para o leitor, citaremos o texto da segunda edição, porque o autor assume que o estilo do texto da edição de 1946 é igual ao da edição de 1909. Quando citarmos excertos do *corpus* do trabalho, por uma questão de economia, usaremos a abreviatura correspondente a cada obra: *A Filha de Tristão das Damas (FTD)*, *O Anel do Imperador (AI)* e *O Cavaleiro de Santa Catarina (CSC)*, seguida da data de edição e da página. No final, inseriremos três anexos: uma tabela que sintetiza os objetivos e contextualização temporal dos romances históricos estudados, “Relação dos romances históricos com o seu tempo e objetivos”; notas para uma melhor perceção dos referentes históricos, “Personalidades históricas para a compreensão dos romances”; e a entrevista com o neto do Major João dos Reis Gomes, o Arquiteto João Reis Gomes, para o entendimento do tempo do avô, “Entrevista ao Arquiteto João Reis Gomes”, realizada por nós, no Funchal, a 13 de maio de 2019⁴.

⁴ As informações contidas no anexo “Personalidades históricas para a compreensão dos romances” foram recolhidas em enciclopédias, livros de história e nobiliários.

1. O romance histórico: reconstituição e apropriação da história?

L'art n'est pas à mes yeux une réjouissance solitaire. Il est un moyen d'émouvoir le plus grand nombre d'hommes en leur offrant une image privilégiée des souffrances et des joies communes. Il oblige donc l'artiste à ne pas se séparer; il le soumet à la vérité la plus humble et la plus universelle. Et celui qui, souvent, a choisi son destin d'artiste parce qu'il se sentait différent apprend bien vite qu'il ne nourrira son art, et sa différence, qu'en avouant sa ressemblance avec tous. L'artiste se forge dans cet aller retour perpétuel de lui aux autres, à mi-chemin de la beauté dont il ne peut se passer et de la communauté à laquelle il ne peut s'arracher. C'est pourquoi les vrais artistes ne méprisent rien; ils s'obligent à comprendre au lieu de juger.

Albert Camus

Escrever sobre o romance histórico afigura-se um desafio em que, numa primeira fase, nos socorremos dos primórdios que orientaram a profusão deste género literário e das intenções de Sir Walter Scott, embora tenham existido tentativas de elaboração num período anterior. A questão fundamental que norteia o romance histórico é, no fundo, a escrita da história, na medida em que tem por base o mesmo objeto que a história, enquanto ciência, ou seja, o passado⁵. Procuraremos comprovar que existe uma análise distinta nos dois campos e que, num, o passado se insere a nível da ficção do romance histórico e, noutro, a nível da história, embora, no campo do discurso haja grandes debates, numa perspetiva narratológica.

De igual modo, o panorama português será sempre orientador, tendo em conta o nosso objeto de estudo, e é incontornável a perspetiva da evolução do género desde Alexandre Herculano até à primeira metade do século XX, debatendo a questão da escrita e da ideologia, em função da escrita da história e do romance histórico.

⁵ Compreendemos que a nostalgia do passado é um dos objetivos que o romance histórico pretende cumprir, porém, Lukács, em *Teoria do Romance*, aborda a questão de existir um certo vazio em relação às ideias e haver, apenas, uma notabilidade em relação à narração: “Essa nostalgia pode ser certamente satisfeita, mas não sem revelar o vácuo interior, a ausência de qualquer ideia na estruturação como o mostram, por exemplo, os romances de Walter Scott, tão notáveis pela qualidade da narração.” (Lukács, s/d: 134)

1.1. Walter Scott, o “Poeta da História”

O romance histórico, enquanto género literário, surge nos princípios do século XIX, sob a égide de Sir Walter Scott, fruto das transformações que se vivem na Europa de então e a conjugação com períodos literários imediatamente anteriores⁶, embora haja correntes que assinalem o início do romance histórico no século XVII:

Nel primo caso, la nascita del genere viene fatta risalire al XVII secolo, sulla base della somiglianza tra il romanzo romantico e la novella picaresca, il romanzo eroico, quello pseudo memoriale e quello gotico. Nel secondo, il termine cronologico è posto all’inizio dell’Ottocento e la paternità è attribuita a Walter Scott. (Ganeri, 1999: 27)

Na perspectiva de Margherita Ganeri, apercebemo-nos o quão difícil é balizar temporalmente géneros e, na nossa opinião, até poderia ser algo pouco relevante, não fosse o nascimento do romance histórico estar associado, como defende a maior parte das correntes, a viragens remarcáveis na cronologia humana, como o Romantismo e a ascensão das classes comerciantes. Mata Induraín arrisca dividir o romance histórico em três grandes períodos, “unos antecedentes más o menos cercanos antes de Scott; Scott y toda una multitud de imitadores en el siglo XIX; y la novela histórica post-scottiana del siglo XX, más diversificada en sus técnicas y estructuras” (Mata Induraín, 1995b: 22-23), o que parece ser justificável não apenas pela aceitação destas fronteiras pela crítica, mas também por se apresentar como a mais lógica, uma vez que sabemos ter havido antecedentes da ficção scottiana, que durante o século XIX houve um conjunto de seguidores de Scott nos tempos mais próximos ao autor, e que, em meados do século XIX, se avançou para o romance histórico do século XX. Este género parece obedecer a uma tradição que tem as suas origens no período medieval, nas canções de gesta e nos romances de cavalaria, sendo a questão entre história e romance histórico uma problematização da modernidade:

⁶ Carlos Mata Induraín centra o nascimento do romance histórico no vértice cultural, político e social dos inícios do século XIX: “Existen, por supuesto, algunas novelas de tema histórico anteriores, como las denominadas ‘antiquary novels’ inglesas de la segunda mitad del XVIII, pero en ellas no encontramos la voluntad de reconstruir el pasado; sólo son históricas en su apariencia externa, pues la psicología de los personajes y las costumbres descritas corresponden a la época de sus autores. Scott, partiendo de la novela de sociedad, crea la novela histórica moderna (y dignifica literariamente todo el género novelesco) en un momento en que se dan en Europa una serie de circunstancias socio-políticas que facilitan su nacimiento” (Mata Induraín, 1995b: 21).

Claude Duchet, qui cite là Jacques Le Goff, de rappeler: “... le roman historique... prend place dans une tradition qui remonte sans doute aux origines du roman occidental et ruse avec les ambiguïtés anciennes du mot histoire”. Nul doute que Scott, tout particulièrement imprégné du courant chevaleresque, contemporain à travers par exemple le roman noir mais aussi aux sources qu’il connaissait bien, ne comprenne jamais le fait historique sans l’héritage narratif qui l’a depuis longtemps appareillé. La distinction entre la spécificité du littéraire et celle de l’histoire paraît être une exigence de notre conscience moderne. (Tatu, 1979: 177)

O reconhecimento de Walter Scott como o pai do romance histórico é um ponto essencial na definição teórica do género, pois é com Scott que o objeto da historiografia entra no plano da ficção, a principal característica para a definição do género. Isto, apesar da história ter estado ligada ao campo da poética, até ao início do século XIX, quando surge o método científico e, socialmente, as grandes casas dinásticas regentes dão lugar ao governo dos estados formados a partir das nações:

Ma nel caso del romanzo storico è importante riconnetterne a Scott l’invenzione, per sottolinearne la radicale novità rispetto ai generi pre-romantici. Il romanzo ottocentesco si differenzia dalla narrativa seicentesca e settecentesca perché la storiografia diventa un referente centrale. (Ganeri, 1999: 27-28)

Margherita Ganeri aponta outras características relevantes, como a difusão da ideologia burguesa, necessitando, para tal, da reconstrução dos ambientes, os usos, os costumes, as personagens, na construção de um “espelho narcísico”:

Un'altra novità sostanziale rispetto al romanzo settecentesco sta nella diffusione delle ideologie liberali borghesi, la cui influenza è determinante per la nuova autorappresentazione trionfante della borghesia. Il crogiolo delle immagini della sua ascesa sull'aristocrazia produce una nuova struttura romanzesca, che non tende più a carpire l'interesse dei lettori con le tecniche dell'intreccio e della suspense, ma sfrutta la ricostruzione d'ambiente, gli usi, i costumi, i personaggi, offrendo al nuovo pubblico borghese una sorta di specchio narcisistico e persino “voyeristico”, come è stato spesso notato, della sua vita privata quotidiana. (Ganeri, 1999: 28-29)

Em traços gerais, parece serem estas as principais inovações de Walter Scott em relação aos períodos anteriores, o que, de acordo com a ascensão de uma nova elite e

público leitor faz com que o “espelho narcísico” de que fala Ganeri seja demonstrado de diversas formas estruturais:

En sus novelas históricas, destaca en primer lugar la exactitud y minuciosidad en las descripciones de usos y costumbres de tiempos ya pasados, pero no muertos; su pluma consigue hacer revivir ante nuestros ojos ese pasado, mostrándonoslo como algo que tuvo una actualidad; y no sólo eso, sino también como un pasado que influye de alguna manera en nuestro presente, es decir, muestra el pasado como “prehistoria del presente”, según la terminología de Lukács. (Mata Induraín, 1995b: 23)

De facto, o “respeito” pela história⁷ e a maneira como esta é trabalhada pelo escritor faz com que haja uma rutura com os períodos anteriores, na interpretação do papel da história no romance, apesar de haver alguma fruição do realismo inglês e da literatura gótica⁸:

Ce qui fait la force de Scott, c'est d'abord son respect pour la physionomie du passé, et son efficacité à la rendre dans ce qu'elle a de plus remarquable, les mœurs: kilts et claymores, boucliers et massues, point d'honneur et superstitions, beuveries, festins, chasse au renard, pillage de troupeaux, prédications tumultueuses et loyalisme forcenés... C'est ensuite son attachement à l'Histoire nationale et son décor propre, bruyères venteuses et lochs des Highlands, manoirs délabrés des lairds, villages sordides, forêt luxuriante... C'est la sympathie pour le petit peuple et pour les marginaux; sa démythification des grands... (Bernard, 1996: 45)

Saídos do século XVIII, preenchido por remarcáveis evoluções políticas e humanistas, advindas da Revolução Francesa e do Século das Luzes, os europeus sentem uma necessidade premente de algo que os ligue à sua identidade ou que a reinvente. Por isso, o romance histórico é, sem dúvida, um género genuinamente romântico: “Scott tuvo, en efecto, infinidad de imitadores entre los escritores del Romanticismo. La novela histórica es un género genuinamente romántico: y es que, como suele afirmarse, la imaginación romántica hizo ser historiadores a los novelistas y novelistas a los historiadores” (Mata Induraín, 1995b: 24).

Sir Walter Scott, como já assinalado, está imbuído de duas correntes literárias, o realismo inglês e o romance gótico. No entanto, vivendo o princípio da arte romântica, o

⁷ Sobre Scott, Harry Shaw diz que o autor escocês “believed in telling the truth about history” (Shaw, 1985: 150).

⁸ Para Claudie Bernard, “Scott est, littérairement, nourri de deux courants, le réalisme anglais, attaché aux formes contemporaines de la vie en société, et le roman gothique” (Bernard, 1996: 43).

autor escocês parte desta dupla fonte e procura a revivência da história de uma outra forma, restaurando-a, do ponto de vista literário, com o respeito pela experiência dos ambientes que retrata e pelas personalidades que aborda, sempre num contrato de verdade e verosimilhança com o leitor, em que o passado não é adulterado do ponto de vista dos costumes e da vida social na época da ação:

O romance, tal como Scott o concebeu, não relata os factos como deles temos conhecimento através da História, porque, nesse caso, o autor deixaria de ser novelista para ser historiador. É histórico porque nos dá um quadro real dos costumes e aspectos da vida social na época em que decorre a acção, embora a intriga seja imaginada e os personagens verídicos que entram sejam, de certo modo, vistos sob um ângulo inteiramente diferente do habitual. (Pires, 1979: 20)

Resumindo as traves mestras do romance histórico scottiano, apontamos o respeito pela história, no sentido em que procura a reconstituição do ambiente histórico conduzindo o leitor a reviver os tempos descritos, o equilíbrio entre história e ficção e a busca de uma lição nos tempos passados, uma vez que os homens permanecem com as mesmas características de espécie. Com Harry Shaw, a habilidade romanesca de Scott baseava-se nos seguintes pontos:

- “Scott’s sense of history was based upon his sense of place” (Shaw, 1985: 150);
- “[Scott] was able to make historical documents speak in the same way that he could make a landscape yield up its historical significance” (Shaw, 1985: 151);
- “[Scott] wants us to see what the past was like and how past milieu worked” (Shaw, 1985: 151);
- “[Scott is] divided between his love of the past and his respect for the present; on a pragmatic level, he knew that progress was inevitable” (Shaw, 1985: 152);
- “Scott, then, believed in telling the truth about history” (Shaw, 1985:152);
- “[Scott has] an interest in reactions to the past as phenomena in their own right, a fascination not simply with the grand and frightening stream of

history on which we are all embarked, but also with how it feels to contemplate its course” (Shaw, 1985: 152);

- “Scott’s sense of what it means to be true to history is obviously mediated, consciously or unconsciously, by the tacit cultural assumptions that inform his ideology” (Shaw, 1985: 153).

A conjugação dos pontos enumerados faz com que o romancista escocês veja a sua importância reconhecida na maneira como define o romance histórico para os seus contemporâneos, como para os seus seguidores: “But most important for our concerns, his concept of the historical novel defined the boundaries of the playing-field for both his contemporaries and those who followed him” (Orel, 1995: 6).

Entretanto, o género foi evoluindo diferentemente nos diversos ambientes literários em que foi aceite e, no fim do século XIX, alguns críticos notam algumas diferenças em relação aos pioneiros do género, salientando que, em relação ao primeiro período, o exemplo histórico deixa de ser uma necessidade para transmitir uma lição aos leitores, mas passa a ser a justificação do próprio romance:

One salient difference between the historical novels that fed the market for half a century (1830-80) and those which followed (1880 until the end of the Great War) was the insistence of Victorian novelists on drawing from the past a lesson that might have applicability to contemporary political and social situations, and the conviction of writers during the Transitional Period that an entertaining historical novel provided sufficient justification for its own being. (Orel, 1995: 28)

Com a natural evolução do romance histórico, abrangendo outras épocas e outras personagens, o leitor, enquanto indivíduo e membro de uma identidade/memória⁹

⁹ A identidade coletiva é um processo complexo que irá refletir-se na transmissão entre diferentes gerações, que funciona como uma identificação e sentido de pertença, de acordo com Jan Assmann: “La coscienza dell'appartenenza sociale, che chiamiamo 'identità collettiva', si basa sulla partecipazione a un sapere e a una memoria comuni, trasmessa in virtù del fatto di parlare una lingua comune o, con una formulazione più generale, attraverso l'impiego di un sistema simbolico comune. Infatti non si tratta qui solo di parole, frasi e testi, ma anche di riti e danze, modelli e ornamenti, costumi e tatuaggi; si tratta del mangiare e del bere, di monumenti, immagini, paesaggi, segnavia e contrassegni di confine. Tutto può diventare segno per codificare la comunanza: non è il medium, ma la funzione simbolica e la struttura semiotica a essere determinante. Chiameremo 'cultura', o più precisamente 'formazione culturale', questo complesso- costituito dalla comunanza trasmessa simbolicamente. All'identità collettiva corrisponde una formazione culturale che la fonda e - soprattutto - la riproduce. La formazione culturale è il medium con cui un'identità collettiva viene costruita e mantenuta attraverso le generazioni” (Assmann, 1997: 108). Estamos em crer que o romance histórico é um discurso de pertença e de construção identificativa de uma comunidade, em que podemos identificar o “nós” e o “outro” e o estabelecimento de relações com o seu tempo e espaço, transposto ou não transposto.

coletiva, cria uma identificação individual e de comunidade, pela memória romanceada e abordada. Deste modo, o público leitor aumenta, uma vez que a história tem uma finalidade hedonista da leitura: “éste [o leitor] puede acercarse a la novela histórica como a una mera novela de aventuras exóticas (vemos que, además de al prodesse, el subgénero puede servir igualmente al delectare), como sucedió en buena medida con la novela romántica” (Mata Induraín, 1995b: 38).

Contudo, para compreendermos a evolução do romance histórico, devemos referir a teoria de Lukács. Para o considerado primeiro grande crítico deste género, a sua evolução prende-se, umbilicalmente, com a ascensão da denominada classe burguesa ao topo da hierarquia social e reflete a luta de classes provocada pelas ideias da Revolução Francesa e a Industrialização Inglesa, que vieram alterar todo o panorama socioeconómico europeu e mundial. O romance, em geral, estrutura-se de modo a expressar a passagem de um estado coletivo para um estado individualista, ou seja, a totalidade de um romance existe, apenas, na abstração, sendo, a nível concreto, uma apologia do individualismo e do subjetivo (Lukács, s/d: 77-78).

O romance vem substituir a função da épica e a relação com as estruturas sociais anteriores: “es conocida la teoría de Lukács según la cual la novela cumple en la moderna sociedad burguesa el mismo papel que la épica en la antigua; en este sentido, la novela histórica vendría a ser la ‘épica moderna’” (Mata Induraín, 1995b: 27).

Em relação à teoria de Lukács, Harry Shaw defende que o maior interesse deste crítico não é a definição do romance histórico enquanto género literário, mas a sua definição enquanto uma matriz política e de interpretação do momento vivido pela sociedade, não nos esquecendo nunca que Lukács se situa no início do século XX, imiscuído de teorias comunistas sobre a evolução económica e social (Shaw, 1985: 27).

Em Lukács, o romance histórico é sempre analisado com uma forte componente social. Advindo das transformações que o final do século XVIII traz às sociedades europeias, a literatura deixa de ser uma panóplia de textos e documentos de natureza vária, mas os textos produzidos com o propósito do ócio, do retrato da vida burguesa e dos temas relacionados com a identidade histórica (Ganeri, 1999: 62).

Fortemente conotado com a ascensão das elites comerciantes e industriais, o romance passa a ser uma manifestação documental do papel social do escritor, pois este, enquanto romântico tem a missão de elucidar as massas, por estar numa nova dimensão social, em que a rigidez do pré-Revolução Francesa deixa de existir. A educação deixou

de ser, teoricamente, um “produto” do âmbito restrito do antigo clero e nobreza, contribuindo para uma sociedade com mais oportunidades.

Após uma leitura de *The Historical Novel*, de György Lukács¹⁰, apercebemo-nos de que a primeira pretensão do pensador húngaro, mais do que a análise formal do romance histórico, tal como Walter Scott o concebeu e disseminada pelos seus seguidores, é uma análise sociopolítica, em que é feita uma comparação entre as condições propiciadas pelo Reino Unido e pelos outros países europeus, nomeadamente, a França, a Alemanha e a Itália e que fizeram com que Scott fosse visto como um defensor das classes debilitadas pelo progresso económico.

O romance histórico, para Lukács, era um reflexo das lutas de classes sociais e, por isso, qualquer análise que pudesse ser feita em relação ao romance histórico não poderia descurar este aspeto. O crítico analisa Scott como sendo um escritor, cuja base literária advém do século XVIII, o que faz com que o romance histórico dê uma certa continuidade ao romance realista e social desse mesmo século. Scott, um atento observador da história inglesa, percebe que a ideia de clima pacífico em relação à Industrialização não corresponde ao que se passa socialmente, e vê, no saudosismo expresso nos tempos aristocráticos, a escolha de um herói próprio para o Romantismo, mas que, por si, era um cavalheiro inglês humilde que com a sua ação expressava a solidariedade própria e social dos líderes, despertando o povo adormecido.

Com isto, nos romances históricos de Scott, mais do que uma ordem literária, até porque Lukács pensa que há uma certa renúncia do Romantismo, acontece o agudizar radical das tendências sociais das crises históricas, algo que se verifica com a situação do proletariado no pós-Revolução Industrial.

Então, a autenticidade histórica revela ao leitor as características de uma determinada época (a qualidade da vida interior, a moralidade, o heroísmo, a capacidade de sacrifício, a firmeza), não tendo como objetivo primordial dar a conhecer aquele cenário, mas os valores intrínsecos.

Sendo Scott um patriota, nos seus escritos, também faz a apologia do progresso, quando nos aproxima do passado e nos permite experimentá-lo, fazendo com que o presente tenha sentido. Apraz-nos sublinhar que no pensamento de Lukács o grande sucessor de Scott é Honoré de Balzac, afirmando que o francês chega a ser mais profundo do que o escocês, no sentido em que explora a psicologia mais livre e

¹⁰ Versão inglesa de Hannah e Stanley Mitchell.

diferenciada das paixões e a concretitude histórica e não apenas o caráter geral de uma época mais longa com fidelidade histórica (Lukács, 1989: 84).

1.2. Diretrizes de um gênero

A literatura enquanto invenção do Homem sem a qual uma civilização dificilmente poderá subsistir é uma das áreas do conhecimento que contribuem sobremaneira para a criação da identidade de um povo, país ou região¹¹. Frequentes vezes, relaciona-se com a história, a partir de alguns dos seus gêneros, como é o caso do romance histórico, por algumas das razões já expostas, contribuindo para a divulgação do cariz identitário, de heróis e feitos de um povo ou civilização. Daí, assume um caráter pedagógico, remetendo para os primórdios do Ocidente em que, na Grécia e Roma Antigas, a literatura fazia parte do exercício de cidadania dos (considerados) cidadãos. A epopeia, a tragédia, a comédia, recuperam o discurso mítico-histórico dos feitos dos principais heróis dessas civilizações, elevando-os como fundadores de identidade, efabulando as suas ações, descritas pela história de Heródoto, Tucídides, Tito Lívio e Tácito, entre outros. Na Antiguidade, a historiografia era, na verdade, uma componente da literatura, o que permaneceu até aos inícios do século XIX, quando os intelectuais nascidos de novas exigências ideológicas e das novas liberdades nacionais e civis separam a escrita da história da da literatura, que não deixa de apresentar uma natureza interrogativa do mundo para o público.

No período greco-latino, o romance foi um gênero menor que teve uma relativa aceitação com as *Aethiopica* (*Etiópicas*), de Heliodoro, *Δάφνις καὶ Χλόη* (*Dáfnis e Cloé*), de Longo, *Λούκιος ἢ Ὄνος* (*Lúcio ou o Asno*), de Luciano (texto considerado apócrifo), *o Satyricon*, de Petrónio (de que nos restam alguns fragmentos da obra) e o *Asinus Aureus* (*O Burro de Ouro*), de Apuleio. A popularidade destas obras perspectiva-se nas notícias que nos chegam sobre os romances, porque a literatura na Antiguidade era uma forma de se expressar sobre assuntos públicos, ou seja, de exercer uma função política (no

¹¹ Maria Alzira Seixo define, nos seguintes modos, a formação e o caráter da Literatura Portuguesa: “De modo geral, e considerada sobretudo nos seus períodos ‘clássico’ (séculos XVI, XVII e XVIII), ‘romântico’ (XIX) e ‘moderno e contemporâneo’ (finais do século XIX e século XX), esta literatura manifesta, como característica fundamental, uma integração no contexto europeu e ocidental de que a sua civilização geográfica e historicamente a aproxima, sendo no entanto esta integração assumida como diálogo estético com as outras literaturas, e simultaneamente como invenção de particularidades que configuram uma forma específica de existir, uma fisionomia própria que a distingue das culturas que lhe estão próximas: espanhola, francesa e italiana (entre as românicas), inglesas, alemã e todas as outras que constituem a matriz cultural da Europa” (Seixo, 2001: 77).

sentido helénico de cidadania) e o romance vem versar sobre assuntos de índole privada, com o intuito de ser lido na privacidade, daí pensarmos ser a razão para as poucas notícias que nos chegaram por parte da crítica da Antiguidade.

Tendo em conta a escassa informação sobre o desenvolvimento do género romanesco no período Greco-Latino, sabemos que nesta prosa, por vezes, assumia maior importância o assunto do que a ação e que alguns destes romances eram paródias sobre a sociedade que evoluía para um estágio de decadência civilizacional. Os romances gregos apresentam uma estrutura semelhante à da Comédia Nova e incidem, muitas vezes, em relações amorosas. Na nossa ótica, os romances de Petrónio e Apuleio, autores latinos, também são o exemplo dessa decadência civilizacional, tendo em conta o evoluir das respetivas ações. Nos textos latinos, a eloquência dos assuntos caros às grandes epopeias é recuperada, mas num misto de ironia que põe a descoberto as vicissitudes de uma sociedade fragilizada, como viria a acontecer com a queda da parte ocidental do Império Romano.

Durante a Idade Média, o género romanesco viria a conhecer um novo desenvolvimento. As canções de gesta deram origem aos primeiros romances de cavalaria, que vão ao encontro de um público que cultivava a narração de acontecimentos incríveis, dentro dos ciclos medievais. Contudo, não existia uma consciência que discernisse a fronteira entre a história e o romance:

No existía una conciencia histórica plena, rigurosamente científica, que permitiera deslindar claramente lo cierto y lo fabuloso, lo histórico y lo legendario, de ahí que la frontera entre verdad y poesía se presente en estas obras difuminada. En realidad, se da en ellas una visión poética de la historia, género que constituye todavía, como en la antigüedad clásica, un arte literario. (Mata Induráin, 1995b: 28)

Na sua formação como género, a novela de cavalaria medieval relata feitos heroicos, de que são exemplos as aventuras dos cavaleiros do Rei Artur em busca do Santo Graal (o ciclo bretão da *Demanda do Santo Graal*), ou o romance francês anónimo *Tristão e Isolda*. Após este período de brilhantismo e até meados do século XVIII, o lirismo e as epopeias ganharão preponderância em relação aos romances e às novelas de cavalaria. Durante o Renascimento, além do culto do lirismo e da epopeia, acrescentar-se-á um fator importante à interpretação do passado, a distinção entre presente e passado, algo que não merecia particular relevo na Idade Média.

No século XVIII, com as alterações sociais, o romance passa a ser um género popular, que permite a ocupação das horas de ócio, sendo visto como um instrumento de divertimento e evasão. O período romântico e pós-romântico irá ser determinante para a definição posterior do romance histórico que, apesar de continuar a ser permeável, no sentido em que conjuga características do romance com textos historiográficos pré-século XIX, se vai constituindo como um género autónomo.

O romance histórico romântico não parecendo, numa primeira análise, um género de difícil distinção, caracteriza-se por ser um texto que se alimenta de factos e personalidades do passado, transformadas em ações e personagens que coabitam nas páginas da ficção com personagens criadas num determinado tempo e espaço (que não têm de corresponder ao jugo da história), centradas numa ação de acordo com as possibilidades de narração apresentadas pelo narrador. Assim, o romance histórico romântico revela, de um modo geral, algumas especificidades assinaláveis, além da dinâmica do romance e respetivas categorias: uma ação que se desenrola num tempo passado (de preferência, o período medieval); a transformação de personalidades históricas em personagens que se cruzam, na ficção, com personagens e espaços ficcionais; e a alteração do paradigma psicológico das personagens, pois a história deixa de ser um simples pano de fundo e passa a ser vivida no corpo do romance, na possibilidade do que poderia ter sido e da reflexão sobre um tempo presente.

Sublinhe-se que este género estará, ideologicamente, ligado ao deflagrar dos nacionalismos. Assim, na primeira metade do século XIX, surgirá o romance histórico romântico, com *Waverley* (1814) de Sir Walter Scott¹². O autor escocês irá desenvolver o género como uma narrativa que recorre à história como o seu assunto, ultrapassando a fase em que esta era usada na narrativa como pano de fundo, mas sem a dimensão psicológica de viver aqueles tempos, personalidades e espaços históricos à luz do seu tempo (Shaw, 1985: 23; Lukács, 1989:18).

¹² Segundo Maria de Fátima Marinho (1999: 11-13), os romances anteriores a 1814 (data de publicação de *Waverley*), cujas ações se passam em épocas remotas, não são considerados romances históricos porque não possuem determinadas características, tais como, “a existência de pelo menos duas gerações entre a escrita do livro e o momento cronológico do enredo”, embora seja “aceite a necessidade de haver referência a acontecimentos ou pessoas reais para criar uma certa credibilidade”; ser “um género híbrido, na medida em que é próprio da sua essência a conjugação da ficcionalidade inerente ao romance, e de uma certa *verdade*, apanágio do discurso da História”; ao ocupar-se de “épocas diferentes das dos seus autores” não se devem limitar “a uma escolha puramente exterior de temas e de ambientes, sem nenhuma espécie de consciência dos grandes movimentos histórico-sociais”, daí “que a presença de uma consciência histórica numa situação historicamente condicionada se revela fundamental”, estabelecendo que o “romancista histórico tem assim uma função trans-temporal entre o seu tempo e os tempos passados”.

O romance histórico torna-se uma procura do ser individual e coletivo. O percurso efabulado das personalidades históricas, que na ficção se enredam com viagens romanceadas, contribui para a questão da identidade. Deste modo, as categorias da narrativa no romance histórico romântico, o tempo, o espaço, as personagens, a ação, a maior parte das vezes sem alteração do percurso do discurso histórico, encaminham o leitor no percurso da memória coletiva e da memória cultural, através de valores e afetos que constroem esse universo coletivo, sendo o escritor, em termos de identidade, o demiurgo que, pensando na perspetiva da receção do texto, conduz o leitor a um abraço entre identidade, memória e ele próprio, no espaço da cultura.

Mas será que podemos pensar o romance histórico como um género autónomo em relação ao próprio romance¹³? Do ponto de vista teórico, não parece ser a via a seguir: “Dal punto di vista teorico, è certamente lecito negare l'autonomia statutaria del romanzo storico” (Ganeri, 1999: 29). No entanto, podemos debater a categoria meta-histórica e não a categoria histórica de género-modo, em que não podem ser consideradas estas duas categorias, uma vez que o romance histórico, no Romantismo, é um tipo de texto novo, fora deste alcance teórico (Ganeri, 1999: 30).

O processo de nascimento do romance histórico vem a desenvolver-se ao longo do século XVIII¹⁴, quando alguns autores tentaram através do fundo histórico dos seus romances captar a atenção do leitor para a escrita da história na ficção. Porém, o leitor assim não o entendeu, tendo Scott conseguido reformular o processo ao “aliar às tendências românticas de medievalismo e nacionalismo a tradicional intriga amorosa do romance sentimental e a descrição pormenorizada e precisa de costumes regionais” (Pires, 1979: 17), definindo um novo género.

Como já apontado, a invenção do Romance Histórico encontra-se ligada à definitiva ascensão de um novo escol social: “Con i grandi rivolgimenti economico-politici che portarono alla nascita dello Stato borghese, lo spazio della fruizione

¹³ Margherita Ganeri expressa essa questão, quando se refere ao renascimento de um género: “Tornando al terreno specifico del romanzo, è d'obbligo chiedersi se la proliferazione postmoderna di ‘narrativa storica’ costituisca la sorprendente quanto casuale rinascita di un genere a lungo sommerso o non rappresenti piuttosto la fase attuale di una tradizione ininterrotta di narrazione della storia. Un'altra domanda è: il romanzo storico è un genere autonomo, un “modo” indipendente? E su cosa si basa questa eventuale autonomia?” (Ganeri, 1999: 13). Sobre esta questão, Maria de Fátima Marinho diz que a constituição como género autónomo é questionável, porque, numa primeira análise, há afinidades com outros discursos: “Qualquer tipologia esbarra com inúmeros problemas decorrentes de, por um lado, perigosas afinidades com outros discursos, e, por outro, com transformações que fazem vacilar a classificação predefinida” (Marinho, 2005: 17).

¹⁴ György Lukács aponta a última fase do Iluminismo como o início da reflexão artística sobre o passado: “It is only during the last phase of the Enlightenment that the problem of the artistic reflection of past ages emerges as a central problem of literature” (Lukács, 1989: 21).

letteraria venne profondamente modificato” (Ganeri, 1999: 33). As novas elites dominantes têm a necessidade de implementar um paradigma científico-cultural que contrabalance com os predecessores, sendo as exigências culturais distintas, em relação aos paradigmas anteriores, e o florescimento da indústria cultural que farão do romance um sucesso no século XIX. No caso específico da literatura, será o romance e a comédia a face dessa revolução, em detrimento da epopeia e das formas líricas vigentes. Assim, é-nos legada, pela época romântica, uma noção de literatura que estabelece um modelo para os leitores, muito diferente das da idade clássica e renascentista.

A Europa é marcada por dois momentos que mudaram o curso da história mundial, a Revolução Industrial, que altera o paradigma de produção, comercial e económico, e a Revolução Francesa, que vem pôr em causa todos os alicerces que suportavam o Absolutismo e recentra o papel do Homem perante o mundo, questionando os poderes monárquicos e a hierarquização social conhecidos.

Além das transformações políticas e económicas, no tempo de Oitocentos, a educação, como dever do Estado para com os cidadãos, começa a ser pensada como uma necessidade das massas e como instrumento fundamental para o triunfo social de um indivíduo, desconsiderando o berço; e, no campo da ciência, o positivismo de Auguste Comte contribui para a introdução da vertente explicativa de todos os fenómenos, com o domínio do cientismo a chegar “ao seu apogeu, isto é, a ciência era considerada como a esperança da humanidade para controlar o mundo e obter um futuro mais brilhante” (Baumer, 2002: 18), e impulsiona a ciência para o método, facto que não deixará de influenciar a história, e o “Século do Historicismo”:

A palavra “historicismo” (uma tradução do alemão *Historismus*) data dos últimos anos do século XIX, não é romântica e, desde o seu aparecimento, adquiriu um certo número de significados diferentes e mesmo contraditórios. No entanto, usada correctamente, significa verdadeira empatia pelo passado, juntamente com as ideias gémeas de desenvolvimento e individualidade temporal. Nos finais do século XVIII, e princípios do século XIX, estas concepções pareciam novas, por comparação com certas ideias do Iluminismo sobre a história. (Baumer, 2002: 51)

Porém, no início do século XIX, coabitavam diferentes correntes de pensamento distintas entre si, tais como o Romantismo e o Neo-Iluminismo. É na conceção destas vertentes intelectuais que se gerarão as sensibilidades que darão uma nova forma à arte e à ciência. Ao contrapor a visão iluminista da história, o historicismo será um dos

pilares do Romantismo, ao ser considerada fundamental para a evolução dos povos e das nações a ideia de empatia pelo passado (Baumer, 2002: 51).

Nesta época, um outro fator irá favorecer a divulgação do romance, a proliferação da imprensa escrita (periódicos), não só pela edição em folhetim, mas também através do aparecimento de resenhas, o que promove a crítica literária:

Con l'affermarsi della pubblicazione periodica, acquisì una grande importanza un nuovo genere editoriale, la recensione, che, usata non tanto in senso illustrativo, per descrivere le opere recensite, quanto in senso valutativo, per articolare il giudizio critico e teorico, assunse una funzione insostituibile e di fatto divenne uno strumento per l'elaborazione e la critica delle poetiche letterarie. (Ganeri, 1999: 34)

Em Portugal, a crítica literária, com a divulgação de obras literárias nos periódicos, começa a ter um papel importante na nova indústria cultural. É na Geração de 70 que surge, referindo-se Álvaro Manuel Machado a Teófilo Braga, “um extraordinário precursor, não só de uma crítica literária rigorosamente fundamentada a nível teórico, mas também trazendo elementos, no interior dessa teorização, que prenunciavam uma visão verdadeiramente universal” (Machado, 2017: 206). No período anterior à Geração de 70, a crítica literária é classificada como uma espécie de erudição literária¹⁵, não parecendo existir um exercício teórico construtivo perante os textos analisados. No entanto, na década de 40 do século XIX, com a moda do folhetim a função do crítico literário muda:

por volta de 1840-1850 a função do crítico literário muda com a voga do chamado “folhetim”, subgénero literário, híbrido, de proveniência francesa, expandindo-se em jornais diários, bem como em várias revistas culturais e não apenas nas de uma escola literária, como era o caso d’*O Panorama*. (Machado, 2017: 208)

¹⁵ Álvaro Manuel Machado refere que, com Oliveira Martins, há uma viragem assinalável no espírito crítico português, ao reverter uma crítica literária pobre, pré-Geração de 70: “Esta importância dada ao espírito científico aplicado à crítica literária advém, sobretudo, da admiração pelo ‘génio profundo, impassível e tenaz’ da cultura germânica, que Oliveira Martins exalta para denegrir o que no romantismo português da primeira e da segunda gerações foi, segundo ele, uma crítica literária que ‘não se elevou até à grande, à profunda crítica?’ Ou seja: uma crítica literária predominantemente jornalística, superficial e fantasista” (Machado, 2017: 209).

Apesar da transformação, não quer dizer que se passe a uma crítica teórica de cariz universal, como acontecerá com Teófilo Braga e Oliveira Martins¹⁶. A crítica literária do pós-Geração de 70 pauta-se pela profundidade das suas análises, em contraponto com as anteriores, dando uma nova importância ao espírito científico:

Esta importância dada ao espírito científico aplicado à crítica literária advém, sobretudo, da admiração pelo “génio profundo, impassível e tenaz” da cultura germânica, que Oliveira Martins exalta para denegrir o que no romantismo português da primeira e da segunda gerações foi, segundo ele, uma crítica literária que “não se elevou até à grande, à profunda crítica”. Ou seja: uma crítica literária predominantemente jornalística, superficial e fantasista. (Machado, 2017: 2019)

É à Geração de 70 que se deve a profunda transformação crítica nas letras portuguesas porque “Sendo ‘intermediária entre a história e a filosofia’, a crítica literária deverá, portanto, assimilar ambas e transfigurá-las em teorização literária aplicada rigorosamente a cada obra, a cada autor” (Machado, 2017: 213). Deprendemos que a cientificidade se aproxima desta componente da indústria cultural que começa por ter nos periódicos a sua primeira divulgação a partir de 1840-1850.

Com o interesse pela história, pretende-se o reerguer do passado nacional que faz com que as esperanças nacionais renasçam (Mata Induraín, 1995b: 40), evocando os nacionalismos e o carácter idílico dos tempos medievais, por ser sobretudo neste período pós-império romano que alguns acreditam, à época, que se deu lugar à formação da identidade dos povos. Além destes apontamentos, a partir de Scott e dos seus seguidores, o romance histórico tem por missão difundir o carácter exemplar da História, isto é, a linha do tempo histórico fornece ao Homem presente espelhos do passado, ampliando o seu conhecimento sobre os tempos idos, a experiência das gerações anteriores, sendo o próprio tempo a tomar consciência da sua caducidade:

¹⁶ Para Álvaro Manuel Machado, Teófilo Braga e Oliveira Martins são os dois marcos que fazem a transição de uma crítica de cariz erudito para uma crítica teórica de cariz científico porque “principalmente com a Geração de 70, houve um outro tipo de crítica que surgiu, opondo-se-lhe [à crítica jornalística pouco científica], desencadeando uma reacção contra a sua pouca ‘profundidade’, a sua incapacidade teórica” (Machado, 2017: 210). Teófilo Braga e Oliveira Martins são assim elementos importantes pelo grau de cientificidade aplicado e a abertura universal da crítica: “Os exemplos de Teófilo Braga e Oliveira Martins no plano da teorização literária aplicada à crítica literária são relevantes e ainda hoje significativos. Teófilo abriu as portas à crítica das ‘ideias modernas’ vindas da Europa em geral, conjugando o positivismo de Comte com o germanismo romântico. E será importante ainda actualmente referir a sua atitude de abertura ao romantismo alemão, relacionando a literatura e filosofia, numa altura em que a literatura e a própria crítica literária francesas impunham os seus modelos em Portugal” (Machado, 2017: 214).

Además del carácter ejemplar de la historia, en la novela histórica encontramos valores y sentimientos universales: no es ya sólo que determinados hechos o circunstancias se repitan en el curso de los siglos; es que los grandes temas (amor, honor, amistad, ambición, envidia, venganza, poder, muerte), en tanto que humanos, son iguales en todas las épocas, y es precisamente su valor atemporal lo que permite que nos emocione igualmente. (Mata Induráin, 1995b: 37)

O romance histórico será, então, um género híbrido, entre a ficção e a ciência, em que o romancista, podendo revelar um certo cansaço em relação ao seu tempo presente e optar por rememorar um passado que lhe dê sentido à sua atualidade, deve prezar o equilíbrio entre literatura e história, tentando reconstruir a época em que se passa a ação, cujas características principais são indicadas por Carlos Mata Induráin:

por su propia naturaleza, la novela histórica es un género híbrido, mezcla de invención y de realidad. Por un lado, le exigimos a este tipo de obras la reconstrucción de un pasado histórico más o menos remoto, para lo cual el autor debe acarrear una serie de materiales no ficticios; la presencia en la novela de este andamiaje histórico servirá para mostrarnos los modos de vida, las costumbres y, en general, todas las circunstancias necesarias para nuestra mejor comprensión de aquel ayer. Pero, a la vez, el autor no debe olvidar que en su obra todo ese elemento histórico es lo adjetivo, y que lo sustantivo es la novela. Y esta es una piedra de toque fundamental a la hora de decidir si una determinada obra es una novela histórica o no: la ficcionalidad, ya que el resultado final de esa mezcla de elementos históricos y literarios no es una obra correspondiente a la historia, sino a la literatura, es decir, una obra de ficción. (Mata Induráin, 1995b: 17-18)

Portanto, e não nos esquecendo que o objeto do romance histórico é a história, a literatura nunca poderá tratar a história “como uma abstracção. Por isso o romance da tradição burguesa se serve desde sempre de um enquadramento que é referência privilegiada de histórias e da História, nomeadamente a *casa* e a *família* como suportes de acção e significação” (Barrento, 2016:38-39). Deste modo, o romance histórico advindo da tradição do século XIX preocupar-se-á com a exploração de aspetos gerais a partir das histórias que existem num quadro familiar, explorando personagens e situações, mas não desrespeitando o curso da linha da história. Na ausência desta vertente, o romance histórico construir-se-á em torno do elemento tempo, “reconhecido como a própria realidade”, uma das categorias da narrativa, será efabulado de um modo alegórico, na perspectiva da neutralidade no romance (Barrento, 2016: 45).

Após o Romantismo, nos tempos modernos, o entrecruzar dos dois discursos continuará a ser uma realidade dentro de vários géneros literários, mas, em particular, no romance histórico, na tentativa de formação de uma consciência e identidade nacional e cultural, um dos objetivos dos escritores românticos. No romance histórico, desde Walter Scott, é nítida a recuperação de figuras medievais, tais como personalidades e mitos fundadores, porque o Romantismo defendia os alicerces fundadores dos nacionalismos na Época Medieval. O romance histórico foi engendrado com o respeito exigido para com o passado, sendo essa a sua característica firmada, apesar das já apontadas supra: “La característica más evidente es que todas las novelas mencionadas, tan diferentes entre sí, sitúan su acción (ficticia, inventada) en un pasado (real, histórico) más o menos lejano” (Mata Induraín, 1995b: 15-16).

Na Europa, houve sinais de alguma resistência ao romance histórico, sucedendo-se inúmeros debates. Por exemplo, em Itália, os românticos e os classicistas digladiaram-se com vários argumentos a favor e contra, como é frequente acontecer quando um paradigma de arte e de belo é posto em causa por uma nova forma, estando a origem desse debate relacionada com os novos padrões sociais:

I classicisti bocciavano il romanzo giudi candone “immorale” e “antiartistica” la convivenza tra “finzione e storia”. I romantici lo difendevano rivendicando il diritto a un'arte libera dai vincoli della retorica classica. La polemica era in realtà espressione di uno scontro tra la vecchia guardia del ceto intellettuale aristocratico e il nuovo ceto emergente di intellettuali borghesi. (Ganeri, 1999: 34)

Os classicistas imbuídos das restrições do antigo modelo de arte argumentavam ser o romance histórico um género híbrido com uma imoralidade não educativa, resultado da união arbitrária entre verdade e ficção (Ganeri, 1999: 37). Todavia, segundo Lukács, a principal resistência gerou-se em França, por ser a pátria do Iluminismo, o que criava uma certa clivagem com os novos valores românticos:

There are, of course, anti-Romantic tendencies in the France of the time, too. But these tendencies do not simply become part of the new conception of history and so lead to a development of the new historical novel. In France, more than in any other country, the tradition of the Enlightenment remained potent and alive. It was France which offered the sharpest ideological resistance to Romantic obscurantism, it was she who defended most vigorously the traditions of the eighteenth century and, with them, those of

the Revolution, against the claims of Restoration Romanticism. (Lukács, 1989: 78)

Podemos concluir, com Maria de Fátima Marinho, que as tentativas de definição de um género como o romance histórico têm sido muitas e de acordo com alguns interesses ideológicos, ora mais para a literatura, ora mais para a política, no entanto, destacamos como pilar definidor “o recurso ao real e à sua representação e na distância temporal entre o tempo da escrita e o desenrolar da diegese”:

As definições de romance histórico têm sido várias, mas, em geral, todas elas assentam no recurso ao real e à sua representação e na distância temporal entre o tempo da escrita e o desenrolar da diegese. No entanto, é discutível se essas características, só por si, podem ser suficientes para a constituição de um género autónomo, na medida em que, do ponto de vista estritamente linguístico ou de apropriação narrativa, não há diferenças notáveis a assinalar. Aliás, ainda em pleno século XIX, autores como Mérimée já relativizam essa técnica narrativa de inclusão de personagens históricas e de reconstituições aparentemente correctas. (Marinho, 2005: 18)

Este facto, porém, ajudou a desenvolver um novo tipo de romance histórico, numa segunda etapa após o nascimento com Walter Scott. Segundo Lukács, com as revoluções de 1848, a consciência burguesa ganha mais força nos países europeus. Assim, o romance histórico identificou-se mais com o presente, incidindo sobre o mundo particular na busca de uma totalidade:

L'avvicinarsi di due diversi tipi, un primo in cui prevale la narrazione di tempi remoti, rappresentati grazie alla mediazione di un codice simbolico, e un secondo in cui la narrazione si accosta al presente e tende all'immediatezza di un orizzonte esperienziale e memoriale, è un dato che effettivamente trova riscontro anche nella seconda metà del Novecento. (Ganeri, 1999:63)

Mas “dans le roman historique c'est la *logique de la fiction* qui doit prévaloir” (Reis, 1992: 145). Os romances históricos, por uma questão de pertencerem à ficção não deverão ser analisados sem essa lógica ficcional, construída na mesma lógica de qualquer obra literária. Contudo, estão imbuídos, na época romântica de uma responsabilidade cultural parecida com a “responsabilité culturelle de l'historien” (Reis, 1992: 146), em que sustentam “une certaine pédagogie culturelle, comprenant aussi un certain degré de moralisation” (Reis, 1992: 145). De facto, cremos ter escapado a

Lukács a previsão da evolução do género, pois a sua análise cinge-se a uma perspetiva social, descurando o texto literário e o seu valor enquanto testemunho de uma época, mas capaz de perder valor se as referências que o motivaram desaparecem; “Dans la mesure où il est un *chronotope*, le roman historique perd sa légitimité socioculturelle dès que les circonstances qui l’ont suscité disparaissent” (Reis, 1992: 145).

O modelo da segunda metade do século XIX irá permanecer presente até finais do século XX, provocando no género uma certa estagnação resultante da insistência naquele modelo. Esta perspetiva sustenta a crítica que defende a hipótese de que existe uma continuidade entre os romances produzidos durante o século XIX e os que se produzem no século XX, havendo até uma certa linha-paradigma até aos nossos dias:

L’ipotesi sottesa a questo libro è che sussista una linea di continuità del romanzo storico tra l’Ottocento e i nostri giorni: il genere non si è esaurito con la fine della stagione romantico-risorgimentale ma, dopo questa, è stato praticato in modi nuovi, prevalentemente parodici e polemici. (Ganeri, 1999: 7)

Já nos finais do século XX, a evolução do romance histórico é assinalável. História e literatura, historiador e romancista, reformulam estratégias narrativas porque os factos históricos falam por si e para si e é ultrapassada a visão historicista no romancista a partir da conceção de que o romance tem por obrigação falar para o leitor no presente, abdicando da fórmula da narração do “tal como foi”, redefinindo a questão da referencialidade: “a fórmula historicista do ‘tal como foi’ não tem sentido, uma vez que o passado enquanto tal não existe, porque existe apenas como *passado narrado*” (Barrento, 2016: 29-30). O romance histórico expressa-se, no final do século XX, sob “uma tão grande diversidade de formas” (Marinho, 2005: 19), que se questiona como género, mas continua a fazer sentido a sua análise, porque “a escrita estrutura o real, independentemente desse real pretender ou não recriar o passado ou a memória colectiva de um povo” (Marinho, 2005: 20).

1.3. Discurso(s) da história e discurso

Ao referirmos nas linhas anteriores que um dos motivos de debate entre o discurso da história e o do romance histórico é a narração que impera num e no outro, dois discursos que se encontraram no século XIX, é importante dar uma perspetiva

histórica acerca da evolução da história, que normalmente é definida do ponto de vista ontológico a partir da invenção da escrita. Face à história é de notar que, enquanto o seu discurso pretende a reapresentação de um passado factual, o romance histórico não pretende abranger essa totalidade, sendo o discurso do romancista sobre aquilo que poderia ter sido (ou acontecido).

Em Inglaterra e em França, o processo de ascensão das elites comerciantes e industriais é similar e o caminho do nacionalismo serve para cimentar esse poder, ao passo que na Alemanha e na Itália o nacionalismo é um instrumento para a unificação destes países, até então divididos em principados e pequenos estados e com partes do seu território sob o jugo estrangeiro (caso da subjugação de partes do Norte da Itália ao império austríaco).

Ao longo dos séculos, a história tem acompanhado o Homem com a memória do passado, através das mais diversas produções escritas, relevando homens e feitos que marcaram os tempos ancestrais. Todavia, o seu registo tem atravessado diversas formas e maneiras de interpretação até chegar ao século XIX, considerado o século do “historicismo”. Trata-se do facto de a história não ter sido escrita sempre do mesmo modo nem de obedecer aos mesmos parâmetros científicos e até, por vezes, ser miscigenada por outros géneros literários, o que, na sua formação como ciência, irá gerar debates ainda hoje plausíveis à luz do pensamento e das fronteiras ténues que sempre acompanharam a escrita historiográfica.

Tomando como certo que a história, enquanto ciência, e o romance histórico nasceram no início do século XIX, as funções do historiador e do romancista são uma fronteira ténue no campo da escrita. Ao obedecer à ficção, o romancista relata “o que poderia ter sido” ou “o que poderia ter acontecido”, e o historiador, ao obedecer à ciência, relata “o que foi” ou “o que de facto aconteceu”¹⁷. Embora esta visão da história possa suscitar outras interpretações, uma vez que como já referimos, com João Barrento, o passado já não existe, apenas pode ser considerado enquanto narrativa.

Desde a Antiguidade Greco-Latina, há uma separação entre história e poesia, assumindo papel importante a maneira como é tratada a matéria relatada e atribuindo à história um papel mais próximo do particular e à poesia um papel mais ao nível do

¹⁷ Claudie Bernard, *apud* Goncourt, refere a primeira distinção entre história e romance histórico, nos planos estrutural e diacrónico: “Sur le plan structural, comme sur le plan diachronique, c’est donc de ‘tension’, plutôt que d’opposition, qu’il faut parler entre Histoire et roman. Les deux activités impliquées dans le roman historique. ‘L’Histoire est un roman qui a été, le roman de l’Histoire qui aurait pu être’; cette définition des Goncourt remodèle l’énoncé de la *Poétique* d’Aristote, selon lequel l’Histoire raconte ce qui est arrivé, la poésie ce qui peut arriver” (Bernard, 1996: 60).

universal, uma vez que aquela trata **do que aconteceu** e esta versará sobre **a possibilidade**, o que lhe confere um carácter mais universal no que toca ao ser humano, como sublinha o seguinte excerto da *Poética*, de Aristóteles¹⁸:

a função do poeta não é contar o que aconteceu mas aquilo que poderia acontecer, o que é possível, de acordo com o princípio da verosimilhança e da necessidade. O historiador e o poeta não diferem pelo facto de um escrever em prosa e o outro em verso (se tivéssemos posto em verso a obra de Heródoto, com verso ou sem verso ela não perderia absolutamente nada o seu carácter de História). Diferem é pelo facto de um relatar o que aconteceu e outro o que poderia acontecer. Portanto, a poesia é mais filosófica e tem um carácter mais elevado do que a História. É que a poesia expressa o universal, a História o particular. (Aristóteles, 2008: 54)

Embora a historiografia tenha sido vista como uma área da literatura, até aos primórdios do século XIX, em Aristóteles é possível constatar-se a existência de uma separação no tratamento da matéria, distinta das produções poéticas, mas ainda não imbuída da cientificidade que as elites de Oitocentos lhe iriam veicular.

No Ocidente, atribui-se a Heródoto a paternidade da história ao julgarmos que o autor helénico lhe empresta um método que consistia no relato de testemunhas, isto é, alguém que tivesse presenciado ou tido conhecimento do que iria ser relatado pelo escritor, apelando ao seu espírito de testemunha: “O resultado desse processo era criar no espírito da testemunha, pela primeira vez, um autêntico conhecimento dos eventos passados” (Collingwood, 1994: 41). Esse método adotado pela história na Antiguidade, e ligado à *praxis* judicial helénica, já revela o princípio do “monumento” e da “memória”, numa luta contra o esquecimento:

Mas, enquanto “arte de memória”, e protesto contra a mortalidade a que estavam sujeitos os dizeres e as obras humanas, ela também era monumento, isto é, um garante da vitória sobre o esquecimento. E estas funções já se encontram presentes em Heródoto, que, com intenções de imparcialidade, escreveu as suas Histórias “para que os feitos dos homens não desvançam com o tempo, nem fiquem sem renome as grandes empresas, realizadas quer pelos Helenos quer pelos Bárbaros”.

Sem ambiguidades, colocava-as sob a tutela de Mnemosyne. Compreende-se. É que, como afirmou um sábio grego, “os homens morrem,

¹⁸ Ao analisar o pensamento de Aristóteles no que respeita à memória, Jacques Le Goff reforça que, ao distinguir a memória entre “amnerênê” (faculdade de conservar o passado) e “amcannesi” (faculdade de evocar voluntariamente o passado), o filósofo grego abre a reflexão para a pretensão de fazer memória a partir da escrita testemunhada de factos, inseridos num tempo balizado (Le Goff, 1990: 440).

porque não são capazes de juntar o começo e o fim”; e só Mnemosyne, a deusa da memória e, consequentemente, a mãe de todas as musas, podia ligar o que os indivíduos foram, com o que são e com o que serão. Através da cristalização do que se viu e indagou, possibilitada pela escrita, tentava-se vencer a amnésia (Catroga, 2006: 13-14)

Tucídides irá seguir o mesmo método de Heródoto, apesar de se poder detetar diferenças objetivas no discurso: “em Tucídides, a *acribia* (a conformidade com os factos) excluía os “dizeres” não comprovados; em Heródoto, tentava-se prender a atenção do receptor, contando o que se viu, em ordem a gerar-se prazer através da sugestão da *mimesis*” (Catroga, 2006: 11).

A alteração do método de Heródoto tornar-se-á evidente com Tito Lívio, ao referir, na sua *Ab Urbe Condita (Desde a Fundação da Cidade)*, que relatará a história da cidade de Roma desde o “projeto” da sua fundação até à época do autor. O historiador romano não se baseará somente nos relatos das testemunhas, à maneira de Heródoto e de Tucídides, mas também nos documentos que atestam esse caminho até à fundação de Roma, ganhando a história o papel de procurar nos documentos algumas fontes do que será relatado. Por outro lado, este método já era usado por Políbio e outros historiadores romanos, mas Tito Lívio teve o condão de reunir, numa obra historiográfica, a épica História de Roma. Além de Tito Lívio, outros nomes se destacam na historiografia romana, entre os quais Tácito.

Os métodos na Antiguidade seguem, quase sempre, as mesmas diretrizes “porque, como todos sabem, para os antigos a historiografia era sobretudo obra de arte” (Paratore, 1987: 469), que se enquadra no global da literatura. Em Roma, também se destacam os “Anais” que optam pelo registo de acontecimentos sem grandes descrições.

As primeiras grandes civilizações europeias sentem a necessidade de um registo mnemónico do passado. Neste capítulo não pensamos ser pertinente, por agora, o desenvolvimento da ligação da história com a memória, porque, na nossa argumentação, abordaremos essa questão de um modo mais aprofundado no capítulo “3. Contributo literário para a divulgação da História da Madeira”. Contudo, importa relevar que, para Jacques Le Goff, o discurso da história liga-se ao seu trabalho com a memória, ou seja, a passagem para as sociedades com escrita fez com que houvesse a pretensão de registar para a posteridade o que acontecera e, depois, o passado em função do presente para ser deixado para um futuro. Porém, a referência à escrita do discurso da história como uma questão da memória leva à sua narratividade e a buscar elementos próprios dos textos

literários ou das tradições orais (Le Goff, 1990: 54 e 68), que encaramos como algo próprio da função de “testemunha” de algo que se passou ou de alguém que se notabilizou, sendo a semente para a formação de uma memória histórica. A historiografia ganhara a função de ser uma escrita crítica do passado, conquistando o estatuto de *exemplum* em relação a um presente e, sobretudo, a um futuro: “O ritmo do cosmos, a raiz ahistórica da natureza humana e a fama (perpetuada pela escrita) são, assim, as traves-mestras que devem ser invocadas para se entender melhor o consabido preceito greco-romano (Tucídides, Políbio, Cícero) segundo o qual a história é mestra da vida (*historia magistra vitae*)” (Catroga, 2006: 14).

Com a queda de Roma, a historiografia medieval perspectiva-se segundo o método narrativo latino, optando pelo registo em “Anais” e pelo relato dos feitos de figuras importantes das novas nações ou estruturas políticas europeias. Todavia, a historiografia medieval revela uma grande influência cristã, pois é uma época teocêntrica, na qual o pensamento eclesiástico domina a vida das classes intelectuais e em que, por vezes, se seguem os métodos de referência dos Doutores da Igreja. Nesta aceção, a historiografia medieval, a exemplo do pensamento dominante, coloca o divino no centro do discurso e não o Homem, que age consoante os desígnios da divindade:

Por isso, também não se dava continuidade ao preceito herodotiano que baseava a validade do narrado no “visto”, e mesmo no “ouvido”, já que se ousava contar o que ultrapassava esses limites, desde que pudesse ser afiançado pela crença e pela autoridade da Igreja; portanto, o passado só podia ser objecto historiográfico se fosse apreendido através da fé, o que colocava o texto sagrado como exclusivo paradigma de explicação do sentido do tempo. E o pretérito, objecto de fé, contrastava com o presente, objecto de conhecimento. (Catroga, 2006: 15)

Passando ao Renascimento, a historiografia toma um novo rumo, ao recuperar os métodos da historiografia pré-Cristianismo e ao recolocar o Homem no centro do seu discurso, embora o Homem já não seja o mesmo da época greco-romana¹⁹. O

¹⁹ Com Collingwood, pensamos que o Renascimento estruturou a historiografia nos seguintes moldes: “houve um regresso à concepção humanista de história baseada na dos antigos. A investigação rigorosa tornou-se importante, porque as acções humanas já não eram reduzidas à insignificância, em comparação com um plano divino. O pensamento histórico voltou a colocar o homem no centro do seu quadro. Mas, apesar do novo interesse pelo pensamento greco-romano, a concepção renascentista de homem era profundamente diversa da greco-romana. (...). O homem, para o historiador do Renascimento, não era o homem representado pela filosofia antiga – o homem que dominava as suas acções e criava o seu próprio destino, por meio da inteligência – mas o homem representado pelo pensamento cristão: uma criatura com paixões e impulsos. A história, deste modo, tornou-se a história das paixões humanas, consideradas como manifestações necessárias da natureza humana” (Collingwood, 1994: 82-83).

Renascimento traz-nos um novo papel para a investigação porque interessa desmistificar a escrita da história na Idade Média, voltada para cruzar o destino do Homem com os ditames divinos.

Os historiadores do Renascimento, apesar da falta de cientificidade no domínio da história, preocupam-se em libertar-se da Idade Média e em definir um método que a distinguísse dos outros ramos do pensamento, mas não se afigurou fácil por não haver consenso, nem evolução suficiente no pensamento filosófico para tal.

Nos séculos XVI e XVII, o pensamento sobre a história começa a definir-se de uma maneira mais concreta. A Revolução Científica avançada por pensadores europeus, destacando-se nomes como Bacon, Descartes, Locke, começa a refletir, filosoficamente, que a história tem um lugar na ciência e que precisa de um método científico. Porém, permaneceram as intenções no capítulo do pensamento.

Os iluministas franceses procuram, igualmente, o caminho da cientificidade. Para estes pensadores, a história, na sua análise, deve separar as épocas “irracionais” das “racionais”. Ou seja, para os iluministas não lhes interessa as épocas em que o Homem vive sob grande fervor religioso e isso deve-se à reflexão antirreligiosa dos iluministas, cujo pensamento sobre a história apenas deve iniciar-se com a razão que assiste ao Iluminismo. Na nossa ótica e com Collingwood, assiste-se aqui a uma concepção antihistórica²⁰. A partir das ideias da Revolução Francesa, a história começa a ganhar um método científico que terá maior expressão com Hegel.

Sobre a história, os três últimos séculos têm marcado a sua ascensão científica, separando-se da literatura, com a qual vinha irmanada desde a Antiguidade. São as criações das consciências nacionais que levam à sua invenção ou construção, como fator

²⁰ Collingwood explica, nos seguintes termos, a sua concepção anti-histórica: “A maneira mais breve de descrever a historiografia do Iluminismo talvez seja dizer que se apropriou da concepção de investigação histórica que tinha sido elaborada pelos historiadores eclesiásticos de finais do século XVII, voltando-a contra os seus autores, usando-a com um espírito deliberadamente anti-clerical. (...). Ao mesmo tempo os historiadores deste período realizaram certos progressos definitivos. Ainda que intolerantes e exagerados, lutavam pela tolerância. Ainda que incapazes de apreciar o poder criador dum espírito popular, escreviam a partir do ponto de vista do súbdito, não do governo, dando assim uma proeminência inteiramente nova à história das artes e das ciências, da indústria, do comércio, e da cultura em geral. Ainda que superficiais na investigação das causas, pelo menos procuraram-nas concebendo assim a história, implicitamente e ao contrário de Hume, como um processo em que um acontecimento conduz necessariamente ao acontecimento seguinte. (...). Sob a superfície da sua obra, numa camada bem funda, jazia uma concepção do processo histórico, como um processo que não se desenvolvia nem pela vontade de déspotas iluminados nem pelos rígidos planos de um Deus transcendente, mas sim por uma necessidade própria desse processo, uma necessidade imanente, em que mesmo a irracionalidade é apenas uma forma disfarçada da razão” (Collingwood, 1994: 112-113).

legitimador de povos e estados²¹. Percebe-se que a história, assente em contextos culturais e científicos, dificilmente se libertará dos contextos sociais e ideológicos que a fomentam: “os movimentos historiográficos, na sua busca de novos métodos, de novos temas, de novas conceptualizações, se estão ligados aos contextos culturais e científicos, não o estão menos aos contextos sociais e ideológicos” (Torgal, 1989: 28).

A história terá um papel importante nos projetos de redescoberta nacional, a exemplo das artes. Deste modo, começará a trilhar o seu próprio caminho com as demais humanidades: “a través de los mismos instrumentos que en otros lugares se pusieron al servicio de los proyectos de nacionalización: la literatura, la pintura histórica, el ensayo político, la música, el teatro... y desde luego, ocupando un papel muy destacado, la historia” (Esteban de Vega, 2015: 290).

Para Luís Reis Torgal, a história tem todo o conteúdo de uma ciência, estando em consonância com José Mattoso, quando afirma que “a História [atualmente] é uma ciência, e não uma disciplina literária” (Torgal, 1997: 23). Podemos, então, afirmar que a história é uma ciência que recorre à narração como forma de colocar perante o leitor a análise²² do passado, feita através dos monumentos e dos documentos. É uma ciência que, mais do que demonstrar, deduz, que, mais do que fazer demonstrações, apresenta avaliações, de acordo com a investigação do historiador:

a história deve ser, realmente, considerada *uma ciência* (mesmo que se entenda que “não é uma ciência como as outras”, como aludia Le Goff, e ainda que se aceitem alguns dos pertinentes desafios das reflexões de Paul Veyne), cujo desenvolvimento nos últimos 50 anos deve ser salientado e considerado como dado adquirido. (Torgal, 1989: 25)

²¹ Esteban de Vega vê na construção de uma história própria um dos processos determinantes para as edificações nacionais: “la ‘invención’ o, mejor, la ‘construcción’ de una historia propia, estructurada en torno a un hecho nacional cuyos orígenes pretenden proyectarse a los tempos más remotos, he sido a lo largo de la época contemporánea un elemento fundamental en la creación de consciencias nacionales y, por tanto, en los procesos de confirmación de las naciones y de legitimación de los Estados.” (Esteban de Vega, 2015: 289). Luís Torgal aponta as seguintes ideias sobre a relação da história com as ideologias: “não é de estranhar que os três últimos séculos, em que se verificou uma progressiva cientificação da história, fossem também tempos profundamente carregados de ideologias, que tiveram uma forte influência na análise do passado, não só em termos de interpretações de objectivos marcadamente políticos como também no próprio campo da historiografia de intenções ‘científicas’.” (Torgal, 1989: 44)

²² A análise do historiador, como explica Luís Torgal, é um processo que depende muito da relação cognitiva sujeito-objeto, resultando daí o carácter parcial da verdade em história, embora se integre num processo que contribui para uma melhor compreensão do que aconteceu: “A verdade em história tem sempre um carácter parcial, pois resulta de uma relação cognitiva sujeito-objecto que apresenta um grande índice de variabilidade. Variam quantitativa e qualitativamente os documentos utilizados pelo historiador, em função das possibilidades do seu acesso e também da capacidade e disponibilidade daquele para os descobrir, como varia naturalmente a interpretação por ele feita, dado que é realizada em função dos seus quadros sociais e da sua formação cultural e técnica” (Torgal, 1989: 43).

Contudo, a cientificidade da sua escrita, deduzida e avaliada, está imbuída de alguns parâmetros que a tornam discutível do ponto de vista da cientificidade, a exemplo de outras formas de expressão humana, como é o caso das artes. A narração acompanha o texto historiográfico desde Heródoto, uma vez que o historiador é “aquele que vê”, neste caso “o que testemunha”, é ele que se encarrega da narração que apresentará ao leitor os factos. Por outras palavras, desde a Antiguidade, o relato histórico é algo que nunca se tornou autónomo da literatura, porque o que é por nós considerado como literatura obedecia até aos inícios do século XIX à poesia, a arte lírica, e à epopeia. As revoluções liberais apresentam uma nova perspetiva das artes e das ciências e na maneira como encara a história na sua cientificidade, com propósitos sociais, políticos e ideológicos.

Com a evolução que se dá no século XIX, o problema da narração aprofundou-se. A fronteira com o romance histórico, durante o Romantismo, apresenta-se de difícil separação, porque se nos basearmos na teoria de um macrogénero denominado ficção histórica, a nível pragmático, o discurso da historiografia dificilmente poderá entender-se fora das funções deste macrogénero: “a ficção histórica patenteia, com o inevitável didactismo (que, porém, acarreta muitas vezes um profundo magistério), uma interpretação do presente por meio da representação do passado, ainda que de forma mais ou menos disfarçada” (Cavaliere, 2002: 46). Com isto, conclui-se que “do ponto de vista funcional, mas de forma diferente, ela desempenha o mesmo papel da sua parente mais próxima no âmbito das práticas discursivas sérias, a historiografia, género discursivo dificilmente separável da ficção histórica” (Cavaliere, 2002: 46), ou como podemos secundar com Carlos Reis:

D'une façon plus précise: d'un point de vue pragmatique, le fonctionnement du roman historique en tant que tel est possible, dans la mesure où le public auquel il s'adresse (un public qui, bien sûr, n'est pas formé exclusivement par des historiens) est capable d'identifier certaines situations et entités historiques, mais probablement pas n'importe quelles situations et entités historiques. Il faut dire aussi que ceci se passe à certaines époques, non obligatoirement à toutes les époques; en fait, dans la mesure où les contextes culturels changent, souvent les circonstances culturelles changent également, ce qui peut rendre difficile aux lecteurs de reconnaître Christophe Colomb ou la bataille de Trafalgar comme entités historiques. [...] D'une part, la mémoire de certaines générations est très courte et, d'autre part, le romancier

est parfois trop préoccupé avec le lecteur empirique de son temps e til ne peut pas prévoir les lacunes culturelles du lecteur à venir. (Reis, 1992: 145)

Alicia García García²³ centra a caracterização do romance histórico em oposição ao discurso da história no facto do primeiro ser “una recreación del mismo [facto] mediante la fantasía” (García García, 1998: 310), em que o seu objeto de estudo é “el *plasma* ‘la fantasía’ o incluso *pseudos* ‘la mentira’” (García García, 1998: 310). O objeto de trabalho é diferente porque “son géneros diferentes, como lo son las pretensiones de sus autores” (García García, 1998: 310). Para a história, “La narración histórica se centra en la investigación del pasado con sus documentos” (García García, 1998: 310), ao passo que o romance histórico “Es una ficción implantada en un marco histórico con la pretensión de recrear una atmósfera pretérita y la invitación al lector a aproximarse a los hechos y personajes de forma más libre que el relato histórico” (García García, 1998: 310).

Perante o género literário fundador da cultura liberal, o romance, que recorre à narração para comunicar com o leitor, surgiram dúvidas em relação à evolução da história como ciência. O discurso da memória passou a obedecer a um discurso social, que, no percurso da sua cientificidade, se deparou com muitas ideologias, precisamente, na construção da memória, sempre com a análise objetiva do passado como meta:

essa “memória” se pode resultar de dados científicos acumulados e de experiências pedagógico-didáticas diversas, que se encontram ainda ligadas, mais ou menos, a factores de “cientificidade”, deriva também, no mundo dos *mass media*, da acção de linhas de reprodução de diversa ordem, com significativas afectações ideológicas. Portanto, o historiador, ao procurar construir rigorosamente a sua ciência, não pode esquecer que ela, no seu próprio discurso (que é um “discurso social”), não deixará nunca de sofrer influências ideológicas. (Torgal, 1989: 27-28)

Então, a memória histórica²⁴ volta a obedecer a uma reconstrução, com o Liberalismo, devido à sua importância identitária e afastamento em relação aos períodos históricos predecessores:

²³ Apud García Gual, *La Antigüedad novelada* (Barcelona, 1995).

²⁴ Para Sérgio Matos Campos, no século XIX, “No culto da memória histórica via-se um meio imprescindível para restabelecer a confiança nacional, tão abalada em alguns sectores da intelectualidade, e preparar a regeneração do país” (Matos, 1998: 73).

A memória histórica responde a muitas das questões que uma comunidade coloca. É afinal uma das bases da identidade de uma nação, como reconhecem, de um modo geral, sociólogos e historiadores. Mas não só a história-ciência contribui para a construção dessa identidade nacional e cultural. (Matos, 1998: 58)

Cremos que a memória histórica, enquanto traço identitário de uma nação, será tida e construída, a partir do século XIX, como uma memória nacional. Para o Liberalismo, deve haver a memória da nação, que se confunde com a memória histórica. O estudo e a construção da memória são orientações dos intelectuais do século XIX, definindo campos de interesse e de estudo e formas de divulgação do produto científico.

Maria de Fátima Marinho, *apud* Michel Vanoosthuyse, fala da incapacidade da história em produzir um discurso neutro de representação do real, uma vez que é difícil afastar-se das ideologias, daí a inexistência de um “discurso único e definitivo”, porque as funções do historiador e do romancista são distintas:

os interesses do romance e da História deveriam à partida ser diferentes, tendendo um para a ficção e outro para a representação do real. No entanto, a verdade é que esta dicotomia é cada vez menos absoluta, a partir do momento em que a História tomou consciência da impossibilidade de produzir um discurso único e definitivo sobre acontecimentos reais, dada a componente ideológica, irremediavelmente presente. (Marinho, 2005: 15)

E, por isso mesmo, a memória da nação estrutura-se como distinta, quer na forma erudita, quer na forma de divulgação:

A memória da nação, distinta da memória de grupos profissionais, partidos, organizações sindicais ou até grupos étnicos, estruturou-se com o concurso de uma pluralidade de instituições e lugares de memória, das crónicas e das grandes obras da historiografia aos arquivos, bibliotecas e museus, passando por alguns edifícios e monumentos públicos – caso do panteão nacional –, medalhas, selos, moedas –, em suma, o comemorativismo histórico –, livros escolares, etc. (Matos, 1998: 59)

A escrita da história, tal como a construção da memória histórica, resulta de três momentos preenchidos de cientificidade: o exame do passado através das suas marcas, a representação mental que desse exame resulta, e a produção de um texto escrito ou oral que permite comunicar com outrem (Mattoso, 1997: 16), em que se distingue o objetivo em relação à literatura e às artes:

se se pode admitir no texto literário, como em toda a produção artística (nomeadamente na música), que evoque não a ordem, mas a desordem da realidade, não a sua compreensibilidade através da demonstração da estrutura e dos seus mecanismos, mas a desorientação subjectiva do sujeito perante a dificuldade de lhe descobrir o sentido ou de se orientar no meio das suas contradições, isso já não pode acontecer com a História. A História destina-se, justamente, a demonstrar que existe uma ordem no mundo, e que uma das mais importantes chaves da sua descoberta é a repartição de existência em passado e presente e o estudo do passado em grandes planos, para encontrar as razões profundas dos movimentos colectivos (Mattoso, 1997: 23)

É, de facto, reforçada a ideia de que a história e o romance histórico não se ligam entre si na análise do objeto, nem com os mesmos objetivos: “os românticos admiravam e simpatizavam com estas ou outras realizações do passado, porque reconheciam nelas o espírito do seu próprio passado, válido para eles por ser deles” (Collingwood, 1994: 123).

Discorrendo pela função de ambos os produtores de discurso, o romancista e o historiador, chamamos a atenção para um curioso quadro apresentado por João Barrento²⁵ sobre “um catálogo de oposições bastante elucidativo para se compreender a ‘provocação da História pelo romance’” (Barrento, 2016: 35-36):

Historiador	Romancista
Interessa-se pelo arquivo dos documentos e pela arca dos testemunhos	Revolve o caos de guarda-fatos cheios de roupas
Fornece visões de conjunto/relações	Fornece pormenores e matéria do foro interior
Quer documentar o próprio tempo	Preocupa-se mais com a vida no tempo
Entrevista o chefe de repartição	Entrevista a porteira
Descobre as causas	Dá forma a consequências e efeitos
Organiza os pormenores numa imagem global	Mostra como se sentiram as pessoas em determinados “nós da História”
É seco e pedante	Tem um estilo solto e leve

Barrento demonstra de uma forma elucidativa as principais diferenças entre o labor do romancista e do historiador, numa procura para resolver a dúvida da escrita.

Hayden White filosofa sobre a construção do discurso histórico no século XIX, debatendo-se com a questão da forma e do conteúdo:

²⁵ Apud Franz Kain, in *Literatur und Kritik*, nº 291/292 de fevereiro de 1995.

But this nineteenth-century view of the nature and function of narrative in historical discourse was based on an ambiguity. On the one hand, narrative was regarded as only a form of discourse, a form featuring the story as its content. On the other hand, this form was itself a content insofar as historical events were conceived to manifest themselves in reality as elements and aspects of stories. The form of the story told was supposed to be necessitated by the form of the story enacted by historical agents. (White, 1990: 28)

É inegável que o discurso do romance histórico e da história têm dificuldade em superar a linha tênue que os acompanha logo à partida e isso espelha-se na forma como são narrados os factos. A narração é uma característica de ambos os discursos, o que acaba por confundi-los perante um olhar menos objetivo²⁶. Contudo, a semelhança que os aproxima acaba por focar algo que é de natureza distinta entre ambos. Se o romance histórico ao falar do passado depende dos artifícios literários que o romancista emprega, a história aborda um objeto que lhe é anterior e que na sua análise não oferece espaço para ser romanceado. *Apud* Lorenzo Bonoli, Maria de Fátima Marinho refere que:

que o texto científico factual e o texto literário realista se assemelham, dado que ambos pretendem fornecer uma representação da realidade, embora se afastem também, na medida em que o primeiro se encontra irremediavelmente submetido a um objecto extra-textual que lhe pré-existe. (Marinho, 2005: 13)

Na provocação de Roland Barthes, em *O rumor da língua*, qualquer discurso é uma construção ficcional, quer seja um romance histórico, quer seja história. A ideia que nos consome, num primeiro momento, é que o romance histórico é uma ficção sobre uma ficção, o que abre possibilidades de análise sobre as realidades narradas, porque (des)obedecem a um *modus operandi* distinto. No entanto, é esse modo de operar que torna o discurso do romance histórico diferente do da história. Sendo ambos construções parecidas, o primeiro vive dentro da linguagem e o segundo auxilia-se da linguagem para expor a dedução da sua análise científica (Barthes, 1987: 12).

De acordo com Umberto Eco, a literatura assume algumas funções diferentes: manter em exercício a língua como património coletivo, criar identidade e comunidade

²⁶ Maria de Fátima Marinho foca a questão do modo como os discursos vão transmitir o passado, quer na história, quer na ficção. Ambos são narrativos, tornando difícil a distinção. Para esse efeito, é importante analisar a maneira como o conteúdo é trabalhado: “só podemos imaginar o passado, nunca experimentá-lo, pelo que a narrativização desse passado, para que White nos alerta (como vimos), se torna condição imprescindível para o aparecimento da História e do romance.” (Marinho, 1999: 39).

e manter em exercício a nossa língua individual (Eco, 2014: 12). A nós interessa-nos, em particular a função de criar identidade e comunidade, uma vez que julgamos que o romance histórico contribui para a divulgação da história, num discurso romanceado e impregnado das categorias da narrativa. O referente histórico não é mudado no romance, mas as descrições são outras:

Pense-se na descrição que Victor Hugo faz da Batalha de Waterloo em *Os Miseráveis*. Ao contrário de Stendhal, que descreve a batalha com os olhos de Fabrício, que está dentro dela e não compreende o que se está a passar, Hugo descreve-a com os olhos de Deus, vê-a lá do alto: sabe que se Napoleão tivesse sabido que para lá da ponta do planalto de Mont-Saint-Jean havia um precipício (mas o seu guia não lhe dissera nada), os couraceiros de Milhaud não se teriam abatido aos pés do exército inglês; que se o pequeno pastor que fazia de guia a Bülow tivesse sugerido um percurso diferente, as tropas prussianas não teriam chegado a tempo de decidir a sorte da batalha. (...). Mas a trágica grandeza destas páginas de Hugo reside no facto de que (além dos nossos desejos) as coisas afinal são como são. (Eco, 2014: 22)

Na verdade, torna-se abusivo alterar “aquilo que é”, até por uma questão de verosimilhança na relação estabelecida com o leitor²⁷, conhecedor ou potencial conhecedor do discurso da história. No entanto, a efabulação é um elemento presente na construção do discurso literário, havendo uma coexistência entre eventos e personagens históricas, agora ficcionadas, e eventos e personagens efabulados. O romance histórico oferece ao leitor, mais do que as histórias inalteráveis, as personalidades inalteráveis que, pedagogicamente, reescrevem a nossa própria história, a do leitor, enquanto indivíduo, mas também enquanto membro de uma comunidade e testemunha de um universo cultural comum:

É isto que nos dizem todas as grandes histórias, quando muito substituindo Deus pelo destino, ou pelas leis inexoráveis da vida. A função dos contos “inalteráveis” é justamente esta: contra todos os nossos desejos de mudar o destino, dão-nos palpavelmente a impossibilidade de o alterar. E assim fazendo, seja qual for a história que contem, também contam a nossa, e por isso os lemos e amamos. Temos necessidade da sua severa lição “repressiva”. A narrativa hipertextual pode educar-nos para a liberdade e para a criatividade. É bom, mas não é tudo. Os contos “já feitos” ensinam-nos também a morrer. (Eco, 2014: 23)

²⁷ Para o leitor, o romance histórico, além de funções didáticas, tem, como qualquer outra obra literária, a função de dar prazer ao leitor com o que é contado, como já referimos, *apud* Mata Induráin (Mata Induráin, 1995b: 38).

Como distinguir, então, o discurso do romance histórico do da história? Começemos pelo último. É um discurso construído na perspectiva científica do “entender” e do “compreender”, porque se trata de um “discurso verdadeiro”. Isto é, em relação às narrativas ficcionais, assenta no produto da análise das fontes, do facto histórico, demonstrando ao leitor²⁸, através do seu discurso científico, a compreensão e o entendimento de factos consumados “naquele tempo”. Paul Ricoeur apresenta-nos esse quadro, quando se debate com o discurso da história, em comparação com o do texto e o da ação:

Que l’histoire – j’entends l’histoire des historiens – suscite les mêmes problèmes et les mêmes débats que la théorie du texte et la théorie de l’action ne doit pas étonner, puisque, d’une part, l’histoire – l’historiographie – est une sorte de récit, un récit “vrai” par comparaison avec les récits mythiques ou avec les récits fictifs que sont épopées, drames, tragédies, romans, nouvelles, et que, d’autre part, l’histoire se rapporte aux actions des hommes dans le passé. (Ricoeur, 1986: 176)

Ricoeur conclui que a história combina a teoria do texto e a da ação, na construção de um discurso verdadeiro em torno dos homens que existiram no passado, distinguindo-se, assim, dos discursos míticos e ficcionais (Ricoeur, 1986: 180-1).

No entanto, a narração do passado suscita-nos algumas questões:

A narração dos acontecimentos passados, geralmente submetida na nossa cultura, desde os gregos, à sanção da “ciência” histórica, colocada sob a caução imperiosa do “real”, justificada por princípios de exposição “radical”, essa narração diferirá realmente, por algum traço específico, por uma pertinência indubitável, da narração imaginária, tal como a podemos encontrar na epopeia, no romance, no drama? E, se esse traço – ou essa pertinência – existir, em que lugar do sistema discursivo, em que lugar da

²⁸ Para João Barrento, em *A Chama e as Cinzas*, o exercício da verdade exercido pelo romancista é distinto do do historiador, colocando o primeiro numa posição de leitor do historiador antes de apresentar a narração inventiva literária ao seu leitor: “A pretensão de verdade do romancista não será então tão ‘rigorosa’ como a do historiador, mas em compensação é bastante mais ampla (já Aristóteles dizia: mais universal). O romance amplifica as muitas variáveis que constituem a complexidade das acções inter-humanas, comenta-as e interpreta-as. O narrador assume aqui, na sua relação com o texto da História, um papel próximo do do leitor no acto de leitura propriamente dita. Esta forma de leitura concretiza-se, segundo Ricoeur, como um piquenique: o autor (aqui: o próprio processo histórico) traz as palavras, o leitor (aqui: o romancista enquanto leitor activo, transformado e transformador da História) traz o sentido; a História assim contada (o que acontece, aliás, também com a História descritiva, mas de modo diferente) gera necessariamente diferentes possibilidades de sentido. Vai mesmo mais longe: como todo o texto, também o do passado, oferece um excesso de sentido, a leitura pode também trazer à luz momentos e sentidos não escritos do texto” (Barrento, 2016: 33).

enunciação deveremos colocá-lo? Para tentarmos sugerir uma resposta a esta questão, observaremos aqui, de modo livre, nada exaustivo, o discurso de alguns grandes historiadores clássicos, como Heródoto, Maquiavel, Bossuet e Michelet. (Barthes, 1987: 121)

A interrogação levantada por Barthes prende-se com o lugar do discurso histórico na cadeia dos discursos, porque sendo um discurso que se forma a partir da mesma matéria de que trata o romance histórico, o discurso da história submete-se à “caução imperiosa do ‘real’”. Esse discurso, porém, não deixa de ser uma narrativa, seguindo o princípio barthiano de que todo o discurso é uma construção e até que ponto não deixa de ser ficção, que opera a partir dos seus índices e funções, podendo expressar-se de três modos, consoante os modelos escolhidos, Michelet, que arrasta a história “para uma forma metafórica, avizinhandose do lírico e do simbólico”, Augustin Thierry, em que “são as unidades funcionais que levam a melhor”, tomando a história “uma forma metonímica” e “aparenta-se à epopeia”, e Maquiavel, que “pela estrutura do discurso, tenta reproduzir a estrutura das escolhas vividas pelos protagonistas do processo relatado”. Nesta história, “são os raciocínios que dominam, é uma narrativa reflexiva, a que podemos chamar também história estratégica” (Barthes, 1987: 127-8).

Jean Molino defende que a distinguir os dois discursos há a premissa da busca da verdade, porque o discurso da história não procura a mesma verdade do discurso do romance histórico: “Histoire et roman enchaînent des actions et analysent des caractères, mais ne recherchent pas la même vérité; à la vérité externe qui donne des causes en partant des actions s'oppose la vérité interne, celle de l'aveu” (Molino, 1975: 213). E a confusão entre os dois discursos ocorre por uma questão de contaminação, mas que não faz com que ocupem o lugar do outro:

Mais c'est parce que j'intègre les éléments narratifs ou explicatifs que me présentent ces œuvres à un système de références complexe grâce auquel je leur donne une place sur une échelle d'historicité relative. Typologie des discours et systèmes de références organisent beaucoup plus profondément la croyance qu'une hypothétique “vérité” du fait (Molino, 1975: 205)

Podemos concluir, uma vez mais, que o discurso da história e o do romance histórico assentam as suas diferenças no tratamento das fontes e na responsabilidade de cada um dos emissores do discurso e respetivas intenções que, de acordo com

funcionalidades de índole metodológica e das respetivas narrativas, reapresentam as informações das fontes entre “o que foi” e “o que poderia ter sido”.

A divisão entre os discursos do romance histórico e da história, na esteira de Claudie Bernard, encontra-se consolidada, embora ambos tenham percorrido um longo caminho juntos, por terem uma génese aparentemente simultânea, no século XIX:

Le divorce de l'Histoire et de la littérature est aujourd'hui acquis, leur longue cohabitation générique terminée. Mais cette situation ne saurait pas oblitérer le fait que la première a longtemps fait partie de la seconde, laquelle, sous sa forme romanesque, a pendant près d'un siècle rejoint les ambitions de la première. Le roman historique qui se constitue au XIXe siècle, en même temps que le roman (réaliste) et que l'Histoire (scientifique), et dans le sillage des grandes mutations européennes lui aussi, suppose à la fois leur séparation et leur proximité; il se développe au moment où les deux activités s'écartent l'une de l'autre, et dans leur écartement, comme la preuve de leurs liens fondamentaux, ainsi que leur ancrage dans une Histoire contemporaine particulièrement intense. (Bernard, 1996: 55)

Na sua análise dos discursos e confrontando-os, o histórico com o do romance, Claudie Bernard divide-os em diversos planos, o plano epistemológico²⁹, o plano da retórica³⁰ e o plano estrutural³¹, porque este é provavelmente o maior ponto de

²⁹ Segundo Claudie Bernard, “Au plan épistémologique, roman et Histoire sont solidaires aussi dans la mesure où, tandis que le roman se targue, au XIXe siècle surtout, d'un ‘savoir’ ou d'une vérité spécifiques, l'Histoire, science humaine et parfois trop humaine, voit sa ‘scientificité’ constamment remise en cause. L'Histoire en effet se caractérise, au niveau de la recherche, par la relativité de son objet, de ses méthodes et de ses concepts; et, au niveau de l'exposé, par les contraentes d'un certain type de discours. Dès le XIXe siècle ont été radicalement interrogées et la nature de l'objet historique, et la possibilité d'une quelconque objectivité de l'historien” (Bernard, 1996: 55).

³⁰ Para Claudie Bernard, “Sur cette question [o discurso da história] se sont penchés les ‘méta-historiens’ ou herméneutes de l'Histoire(-discours) – à distinguer et des historiens praticiens, et des philosophes de l'Histoire, qui ont d'abord affaire, chacun à leur manière, à l'Histoire-passé. Pour Veyne, l'Histoire n'est rien qu'un ‘récit véridique’. À partir d'un réservoir de questions ou d'une ‘topique’ canonique, elle rassemble les faits en une ‘intrigue’ fortement ramifiée; c'est cette intrigue qui fournit l'‘explication’ historique, laquelle n'est en définitive qu'un résumé d'événements. L'Américain Hayden White aussi fait de la mise en intrigue (*emplotment*) le moment décisif de l'interprétation, entre d'un côté la juxtaposition insignifiante des faits (*story-line*), et de l'autre l'argumentation formelle, de type philosophique ou même syllogistique, comportant des implications idéologiques variées. Cet encodage selon les paradigmes littéraires immédiatement familiers au lecteur a fonction d'éclaircissement. White rend ainsi compte de l'historiographie du XIXe siècle, à la lumière des catégories établies par le critique Northrop Frye, en termes de romance (Michelet), de tragédie (Tocqueville), de comédie (Ranke) et de satire (Burckhardt)” (Bernard, 1996: 58-59).

³¹ Quanto ao plano estrutural, Claudie Bernard afirma que “La formule des Goncourt nous renseigne en outre sur ce qui constitue sans doute la disparité de base de l'Histoire et du roman: leur mode, leur protocole de narration et de réception. En effet, le romancier proclamerait-il la véracité de son récit, et l'historien le caractère hypothétique du sien, l'impact de leur discours n'est pas le même. Le historien-positiviste: figure prototypique du XIXe siècle et d'ensuite -, l'historien s'attribue, et le lecteur exige de lui, la transparence d'un ‘scribe’, préposé à l'enregistrement du réel tel qu'il ‘a été’. Seul le méta-historien (Barthes, White) dénoncera, derrière la priorité chronologique et axiologique ainsi accordée aux faits, la

interrogação existente sobre a história, enquanto ciência. O seu discurso, por ser condicionado pelas ideologias, aproxima-se, em muitos pontos, da escrita da ficção, não havendo um consenso entre os que debatem a forma do discurso. Talvez, por isso, a história possa ser questionada como uma ciência com cariz literário:

Le doute que provoque l'Histoire a une fonction heuristique, au contraire de l'incertitude malsaine où nous laisse le roman historique. Enfin, si l'Histoire se contente parfois de la vraisemblance (de l'induction, dit aussi plus justement l'essayiste), elle le signale, sans chercher à intégrer ces suppositions dans son récit à elle, en scrupuleuse conformité avec le réel.
(Bernard, 1996: 63)

Por um lado, na questão do discurso, entre o encontro e a separação, a história cinge-se a factos que, com Ricoeur, procura transmitir ao leitor a partir de um método científico, afirmando, com Barthes, ser um discurso que segue a “sanção da ‘ciência’ histórica” (Barthes, 1987: 121). Por outro lado, o romance histórico é o discurso ficcional que busca no tratamento literário dos referentes históricos a sensação de transmitir ao leitor o saber histórico, numa artificiosa mescla entre o discurso “verdadeiro”, e o discurso “imaginado”, sem quebrar o desfecho dos acontecimentos do passado narrado pela história, através de um jogo de verosimilhança com o leitor. O romance histórico, sendo uma outra forma de narração, não elimina o conhecimento da história. Pelo contrário, vive dele e contribui para a sua divulgação.

Para Mattoso, de acordo com a “representação mental que conduz ao texto histórico resulta[do] da apreensão da realidade como harmonia, e como harmonia dizível” (Mattoso, 1997: 24), a grande diferença entre a história e o romance histórico está no estabelecer da ordem, porque a natureza subjetiva da literatura permite a desordem da realidade ao não cultivar “a compreensibilidade através da demonstração da estrutura e dos seus mecanismos, mas a desorientação subjectiva do sujeito perante a dificuldade de lhe descobrir o sentido ou de se orientar no meio das suas contradições” (Mattoso, 1997: 23). A história, por sua vez, é fundadora de uma ordem porque a partir da sua análise “destina-se, justamente, a demonstrar que existe uma ordem no mundo, e

préséance cognitive du sujet, et sous la discrétion de l'auteur une forme cachée de discours d'autorité. Dans le roman par contre, même dans le roman réaliste, le lecteur sait bien qu'il doit faire la part du faux, de la fantaisie et du fantasme – déchiffrer l'indicatif passé comme du conditionnel. C'est que l'image du romancier est scindée: a côté de celui que j'appellerai le 'scripteur', lequel adhère et nous incite à croire à la fiction comme l'historien 'scribe' croit aux faits, se profile l'‘auteur’, qui, avec notre complicité, élabore la fiction” (Bernard, 1996: 61-62).

que uma das mais importantes chaves da sua descoberta é a repartição de existência em passado e presente e o estudo do passado em grandes planos, para encontrar as razões profundas dos movimentos colectivos” (Mattoso, 1997: 23).

Hoje, parece que estas questões se encontram ultrapassadas, embora possamos continuar a reacender o debate do discurso como ponto de dissonância. Maria Sobral Neto, em “A História uma Ciência em Mudança: Novos e Velhos Temas na Investigação Histórica” (2007), explica, sinteticamente, que a formação da cientificidade da história no século XIX, com a adoção de um método e discurso das ciências naturais, poderá não se mostrar suficiente para ultrapassar a linha ténue do debate no que toca ao discurso:

A História é um dos mais antigos ramos do saber. A disciplina científica tal como hoje a concebemos é, no entanto, mais recente, afirmando-se no século XIX, período em que a História se institucionalizou autonomizando-se como campo de docência universitária. No mesmo contexto, a História viu reconhecido o estatuto de ciência legitimado na solidez metodológica da crítica dos documentos, de influência alemã (Ranke), e na adopção do paradigma discursivo das ciências naturais (Fustel de Coulanges)” (Neto, 2007: 255-256)

O que nos conduz ao facto de poder haver elementos próprios do discurso literário que “contaminam” o discurso histórico, mas a essência não é confundível e não faz deste uma obra de ficção, como reforça Dewulf (Dewulf, 2004: 212), *apud* Cohn, além de que “um historiador, ao contrário de um escritor, tem sempre responsabilidade por eventuais erros numa obra sua. Consequentemente, ela [Cohn] considera que, numa historiografia, não há diferença entre o narrador e o autor” (Dewulf, 2004: 212). Como se demonstra, a questão é solucionada com a não existência, na historiografia, de uma entidade ficcional entre o autor e o texto, ao passo que no texto romanesco essa condição é intrínseca:

é a manutenção daquela diferença irreduzível entre os domínios da literatura e da história, o que permite atentar para as estratégias diferenciadas de que cada uma dessas áreas do saber se vale para garantir, em meio ao saudável deslizamento das fronteiras entre ficção e verdade, uma estrutura epistemológica própria. (Cerdeira, 2004: 155)

Do apresentado, podemos deduzir que, como leitores, sabemos distinguir um texto historiográfico de um texto romanesco. Compreendendo a questão colocada em

torno do discurso e da sua função, não deixa de haver um conjunto de funcionalidades relacionadas com estâncias próprias de cada um dos discursos que o fabricam com base em fontes, metodologia e argumentações próprias, além da relação de um autor com um texto não ser igual, que no caso da contaminação entre historiografia e romance histórico são perfeitamente destrincháveis e que essas diferenças não se restringem simplesmente a aspetos formais:

O critério para se decidir se algo é literatura reside, portanto, na intenção do autor, na maneira como o texto é apresentado e na recepção do texto por parte do leitor. Não é de estranhar, por isso, que ultimamente tenha aumentado muito a importância do chamado paratexto, ou seja, o texto que antecede a obra em si e no qual a intenção e o objectivo do autor são revelados. (Dewulf, 2004: 213)

Não sendo a historiografia nem o romance histórico um resgate de algo que já não existe, o passado, optando por uma reapresentação (Cerdeira, 2004: 156), na esteira de Dewulf, parece-nos que a distinção entre “o que foi” e “o que poderia ter sido” ultrapassa a questão epistemológica, centrada no fundamental que é o emissor e o recetor do discurso. A partir desta dicotomia, emissor/recetor, todo o conjunto do explanado, comporta, como procuramos compreender e explicar, a distinção entre uma ciência e um género literário que apesar de afinidades discursivas, há no papel do historiador uma responsabilidade de verdade sobre as fontes, “O que se relembra não é o que foi, mas o que está a ser ressignificado no ato da leitura, do mesmo modo que o que se inventa só passa a existir quando transformado em ato de linguagem que o institui como passível de existência” (Cerdeira, 2004: 155), ao passo que no romancista essa responsabilidade, sobre as fontes, é na ordem da verosimilhança.

Mas a fuga do discurso histórico à narração como característica literária é difícil de ser efetuado, porque, mais do que os princípios ontológicos ou de essência do objeto, há uma questão de inteligibilidade. Com Jorge Lozano, acreditamos que a narração no discurso histórico é uma “forma de inteligibilidad” (Lozano, 1994: 173), ou seja, a opção por uma estratégia narrativa permite essa inteligibilidade dos acontecimentos históricos e estes ganham significado “en su incorporación en el eje sintagmático del discurso, estableciéndose serie de acontecimientos, recubrimientos en estructuras y en todo caso, sometiendo a la ley del relato” (Lozano, 1994: 173).

Se atendermos às palavras de Fernando Catroga, no ensaio “Valor epistemológico da história da história” (2010), há uma distinção entre o fazer história e os que considera géneros “que parasitam o discurso historiográfico”, como é o caso do romance histórico:

um facto histórico (não confundir com o seu referente) só existe dentro da operação historiográfica, cabendo à base documental dar-lhe o suporte de referencialidade, de rectificação e de prova, requisitos deontológicos não exigíveis para as obras de ficção, incluindo as que parasitam o discurso historiográfico (como é o caso do chamado romance histórico, cujos efeitos de verosimilhança podem chegar até à citação de fontes credíveis) (Catroga, 2010b: 28)

Os compromissos do romance histórico e da história apresentam-se de uma maneira diferente. Fernando Catroga defende que ao romancista assiste um contrato estético com a narrativa, isento de cobrança sobre a matéria histórica narrada, o que para nós não é inteiramente verdade. Isto é, o discurso histórico não se rege, de facto, pelo contrato estético, mas este também não é o principal contrato do discurso literário. O seu principal contrato é a interrogação que deixa sobre o presente. O discurso histórico emprega a veracidade que o historiador procura demonstrar na sua narrativa, não sendo a estética uma questão de maior importância. O historiador tem um contrato com a veracidade que, embora fazendo uso da narratividade, fruto da imaginação e da fantasia, “a imaginação do historiador põe em funcionamento um processo criativo, mas aceita o controlo da crítica e da comprovação” (Catroga, 2010b: 28), que auxilia a tarefa de representatividade do seu texto, sobre o qual é exercida uma função de cobrança. O romancista trabalha com a verosimilhança, referindo-se aos referentes dos factos históricos, com uma orientação estética, imaginação e fantasia próprias do processo de criação literária, e o fundamento principal de questionação do mundo.

Apraz-nos dizer que a história, nos anos 30 do século XX, é vista por alguns como um ramo do saber que não é isento, apesar da proclamada cientificidade, impregnada de muita subjetividade, e, pelo que temos vindo a explorar, é entendida de uma forma distinta da dos nossos dias.

Manuel da Cruz Malpique, escrevendo para o *Diário da Madeira*, põe em causa a isenção do produto final da história, uma vez que parece exercer um julgamento: “com a mesma documentação tanto se póde insultar o passado como elogiá-lo. É uma questão

de autor. A história varia em função dos que a investigam”³². Cruz Malpique questiona, desta forma, a máxima ciceriana que afirma a história como “mestra da vida”, porque a maneira como se forma como conhecimento, na opinião do autor, terá pouco de mestra, por lhe faltar o imperativo moral:

A história é lida mais por curiosidade ou passa-tempo que por imperativo moral de procurar na sua leitura normas de conduta social ou individual. A história, como ciência (título que muitos lhe contestam) de observação que é, fala simplesmente no indicativo, como aliás todas as outras ciências de observação. Só as ciências ideais, nomeadamente a moral, falam no imperativo, informando, na sua linguagem preceituosa, da norma para atingir determinado ideal³³.

Em primeiro lugar, filosofa sobre o imperativo moral da história, depois, aponta a subjetividade com que é feita, e, por fim, alvitra que “A única coisa que ela nos pôde ensinar (e vamos lá que essa não é desvaliosa) é que as sociedades evoluem constantemente e que o passado não se repete, sendo as necessidades de hoje das de ontem e, porventura, das de amanhã”³⁴. Por isso, a conclusão é clara: “A história, mestra da vida? Não. Dêsde que assentemos ser a história uma ciência, não lhe poderemos pedir ensinamentos no sentido em que os pedimos á moral, uma ciência normativa, e como tal mestra da vida”³⁵. No entanto, aponta o caminho para que possa fazer jus à sentença de Cícero: “a história, dando-nos conta da evolução das sociedades, deve fazê-lo desinteressadamente, apenas sacrificando à arte objectiva. [...]. Será essa a única maneira de a história ser mestra, mas mestra sem o propósito declarado de o ser”³⁶.

Neste subcapítulo, procuramos compreender as questões inerentes às funções da história e do romance histórico e, propositadamente, deixámos para o fim o texto de Cruz Malpique, para o podermos juntar a tudo o que foi exposto e, principalmente, às referências de Fernando Catroga. A função da história como mestra da vida só se torna efetiva se a exercer sobre um presente-futuro, que é o tempo em que é permitida a existência da história, embora pretenda apresentar uma visão do passado na sua condição mnemónica e fazedora de memória, num contrato de veracidade entre o autor do discurso histórico e o leitor. O romance histórico não terá seguramente os mesmos

³² Periódico *Diário da Madeira*, 9-7-1931, p. 1, “A História não é mestra da vida?”.

³³ Periódico *Diário da Madeira*, 9-7-1931, p. 1, “A História não é mestra da vida?”.

³⁴ Periódico *Diário da Madeira*, 9-7-1931, p. 1, “A História não é mestra da vida?”.

³⁵ Periódico *Diário da Madeira*, 9-7-1931, p. 2, “A História não é mestra da vida?”.

³⁶ Periódico *Diário da Madeira*, 9-7-1931, p. 2, “A História não é mestra da vida?”.

meios que a história para chegar ao leitor, já que o seu contrato é de verosimilhança e recorre à utilização dos referentes históricos produzidos pelo discurso historiográfico para apresentar uma interrogação sobre o mundo num tempo presente-futuro.

Com Diogo Ramada Curto, em *Para que serve a história?* (2013) e em *História política da cultura escrita* (2015), cremos que “Fazer história é, pois, um exercício de liberdade, através do qual aprendemos a tratar o passado enquanto tal e a não nos sentirmos obrigados à sua simples reprodução” (Curto, 2013: 13), o que oferece à história uma função presente-futuro que “nos liberta do passado” (Curto, 2013: 13).

Distinguir o discurso da história do do romance histórico assume, então, particular relevância porque “a prática do fazer história, nos últimos dois séculos, nas suas formas mais elaboradas, beneficiou sempre de uma enorme abertura em relação às outras ciências sociais e de uma permeabilidade a outros géneros de escrita” (Curto, 2013: 22). Não significa que a história não tenha uma identidade própria, enquanto ciência. Pelo contrário, há um claro benefício na interdisciplinaridade com as ciências sociais e com a narratividade própria do romance, pois este auxílio, chamemos-lhe assim, numa relação de simbiose e não parasita, apresenta uma perspectiva de abertura que facilita a inteligibilidade da ciência histórica. Por tudo isto, o historiador, no seu método analítico-científico, não deixará de aprender:

a distinguir entre causas externas e motivos subjectivos da acção; a destrinçar entre a linguagem do presente e a dos agentes que toma por objecto, de forma a exercer um maior controlo sobre as auto-representações de uma época; a conhecer os diferentes tempos e ritmos que se cruzam numa mesma sociedade; a fazer história com uma base analítica e comparativa – fugindo a modelos pré-construídos e ao gosto por teses, extremadas por polémicas, que respondem sobretudo a lógicas sociais de afirmação e de distinção e pouco têm que ver com a prática científica – bem como a recorrer à história social dos objectos de construção da análise social, para poder reflectir e assim controlar melhor os seus próprios objectos; a vigiar constantemente os instrumentos de prova, partindo da noção clara de que nenhum arquivo ou base documental é transparente; e, por último, a saber fazer a crítica dos conceitos e do pensamento dos historiadores que o precederam e a que tem necessidade de recorrer para ganhar consciência dos seus exercícios analíticos. (Curto, 2013: 14-15)

Na relação entre o romance histórico e a história, parece-nos possível colocar a questão da seguinte forma: a história, com o seu método científico-analítico, produz referentes históricos a partir de factos históricos, que se encontram à disposição do

romancista para as suas obras. Por sua vez, as técnicas narrativas, caras ao romancista, são utilizadas no discurso do historiador que, assim, expõe o produto da sua investigação. Com isto, nem o historiador faz romance, nem o romancista escreve história, porque há uma responsabilidade de veracidade no discurso da história na análise científica do facto e porque há uma relação de verosimilhança no uso romanesco do referente histórico, o que não impede o prazer do leitor ao ler a narrativa do historiador, nem o mesmo leitor de tomar contacto com referentes históricos a partir do romance, numa clara diferença “entre la récupération du passé et son utilisation”³⁷.

Porém, a abordagem das diferentes evidências entre os dois discursos e a dicotomia recuperação e visão do passado (não no sentido ôntico)/utilização do passado, não deixa de questionar se o romance histórico não exerce uma influência decisiva naqueles que se vêm a interessar pela história.

1.4. O romance histórico em Portugal

Para entender o sucesso do romance histórico em Portugal, interessa focar diversos pontos que para tal contribuem. No início do século XIX, Portugal confrontar-se-á com dois acontecimentos transversais, tal como a grande parte da Europa Ocidental: as Invasões Francesas³⁸ e a transição do Absolutismo para o Liberalismo e Regime Monárquico Constitucionalista. No campo das ideias, há igualmente a transição do Iluminismo para o Romantismo e consequente variação de padrões e valores artísticos, filosóficos e científicos, valorizando uma nova visão do papel do Homem no mundo, ou seja:

³⁷ Como bem explica Christine Di Benedetto, no ensaio “Roman historique et Histoire dans le roman”, 2008, acesso URL: <https://journals.openedition.org/narratologie/767#tocto1n4>, *apud* Tzvetan Todorov, sobre o uso da história no romance histórico: “C’est l’utilisation qui est faite de l’Histoire récente dans le roman qui nous intéresse ici. Todorov affirme en effet qu’il existe une différence entre la récupération du passé et son utilisation. Nous ne rechercherons donc pas la véracité historique, ni ne traquerons les indices qui révèlent cette Histoire. Nous voyons ici plutôt le roman comme un ‘lieu de mémoire’, comme un moment dans l’histoire des représentations d’un monde”.

³⁸ Álvaro Manuel Machado atribui às Invasões Francesas um papel determinante na evolução do século XIX português, ao provocar dois tipos de evasões distintas, uma, de carácter histórico e, outra, de carácter literário-cultural: “com as invasões napoleónicas do território português, entre 1807 e 1810, relacionam-se directamente dois tipos de evasões: uma, historicamente muito concreta, é a evasão, ou, mais propriamente, a fuga da família real para o Brasil; a outra, obviamente mais subjectiva, é a evasão através do imaginário romântico que nessa altura começa a formar-se.” (Machado, 2017: 123). Como consequência das invasões napoleónicas surgem dois tipos de reacções antagónicas, a galofobia e a anglofobia. A primeira, de rejeição à cultura e pensamento franceses e, a segunda, de simpatia pela cultura e pensamento ingleses.

No caso especificamente português, esse foi um tempo de profunda transição a nível geral da história das ideias, incluindo as ideias estéticas, entre a influência decisiva do enciclopedismo francês no final do século XVIII, o abalo provocado pelas invasões napoleónicas e o exílio de uma geração de intelectuais e escritores que preparam a revolução liberal de 1820, tudo isto paralelamente ao advento do primeiro romantismo. (Machado, 2017: 125)

O país obrigou-se a responder aos reptos que influenciarão Portugal, pelo menos, até à primeira metade do século XX, em que a estratégia de vulgarização da sua história é uma questão nacional. A fragilidade política do século XIX português, que inclusive faz perigar a independência do país, influencia a literatura pátria, tendo continuidade no século XX, a que se juntarão as repercussões regionalistas nos arquipélagos:

Este sentimento de fragilidade ôntica relativo à existência pátria durante *tudo* o século XIX, a consciência de uma permanente ameaça, atingiram proporções que hoje nos parecem *absurdas*, descabeladas (românticas, no sentido desorbitado da expressão), mas as suas ondas de choque vão contaminar quase todas as grandes manifestações literárias capitais do século (Lourenço, 2000: 87)

A introdução do romance histórico em Portugal (o seu papel social e perspectivas dos seus fundadores e seguidores) insere-se nesta conjuntura política, social e psicológica, e o advento do Romantismo, pelas penas de Alexandre Herculano e Almeida Garrett³⁹. Ambos são fundamentais para a análise do Romantismo português, no entanto, para o nosso objeto de estudo, Alexandre Herculano torna-se uma personalidade incontornável por ser considerado o pai da história moderna em Portugal e do romance histórico português, no século XIX.

Analisando o Portugal de Oitocentos, depreendemos que todo um conjunto de transformações de diversas índoles se imiscui na sociedade portuguesa, transformando-a de maneira irreversível. cremos que, das diferentes leituras realizadas, a maior transformação parece ligar-se à questão ideológica, havendo uma clara adaptação às

³⁹ O Romantismo português é um fenómeno tardio em relação ao centro europeu e foi fomentado pelo regresso dos que viveram um tempo de iniciação nesse espaço transpirenaico: “Essas cumplicidades passam, evidentemente, pelo plano axiológico (que é o da afirmação de valores estruturantes comuns: liberdade, energia individual, rebeldia, fraternidade, etc.) e desenvolvem-se no plano das concretizações histórico-sociológicas: a vivência do exílio, com tudo o que implicou de violência psicológica e social, foi também, ironicamente, um pretexto para tentar compensar, pela via dos contactos culturais que o expatriamento permitiu, o atraso e a marginalidade de que sofria o pequeno, fechado e periférico mundo cultural português; e foi no quadro desse expatriamento que alguns dos nossos liberais puderam conhecer as novidades de um romantismo já adulto na Europa transpirenaica” (Reis, 2004: 178).

pressões exteriores sobre o país e às exigências de algumas elites políticas e culturais, agora dominadas por uma cultura liberal, em que o cidadão é o ator:

Na sequência da primeira revolução industrial, a grande revolução da burguesia e do terceiro estado francês modificam a relação do indivíduo e da pátria, que de mera terra paterna se volve nação. Como cidadão, sujeito de direitos “universais”, o homem liberal torna-se responsável pelo *destino* e pela figura dessa nova entidade, a pátria-nação, e pode dizer-se, enfim, que lhe cabe nessa qualidade *assumi-la*, quer dizer, ao mesmo tempo aceitá-la e modificá-la pela sua acção cívica. Como cidadão *tem*, enfim, uma pátria, coisa que nenhum homem, nem mesmo o rei, pois com ela se confunde, podia “ter”, pois era a pátria que o *tinha* a ele. (Lourenço, 2000: 82-83)

No início do século XIX, há uma colagem ao pensamento francês advindo do Século das Luzes, sobretudo Voltaire e Rousseau, que se perde por causa do período napoleónico, em que são criados alguns anticorpos em relação à cultura francesa: “a imagem de uma França revolucionária, iluminista, enciclopedista, entre Voltaire e Rousseau, perde-se, ou pelo menos atenua-se, com as Invasões Francesas” (Machado, 2017: 129). A Inglaterra, o velho aliado, passou a ser vista como o país ideal e aquele que encarna os valores do nosso primeiro Romantismo:

Assim, vemos que, durante e logo após as invasões napoleónicas, a Inglaterra torna-se o exemplo supremo do país europeu “civilizado”, harmonizando liberdade política e evolução sociocultural, opondo-se às “barbaridades” francesas. Esta imagem, de uma galofobia que alimenta a anglomania, favorece cada vez mais a recepção de autores pré-românticos ingleses, traduzidos e comentados desde finais do século XVIII. (Machado, 2017: 134)

No campo da criação literária, parece natural a opção pelo romance histórico, correspondendo à emergente galofobia nos meios intelectuais portugueses, o que fica expresso na crítica literária da época (Machado, 2017: 131). Apesar da adoção do romance histórico tradicional, a projecção da produção portuguesa raramente extravasa as fronteiras nacionais: “No âmbito do romance histórico romântico, o caso português, e possivelmente até o caso espanhol, configuram-se como um fenómeno de importação, aliás tardio, que só teve relevância nacional sem ter nenhum tipo de projecção internacional” (Cavaliere, 2002: 27).

Em Portugal, 1825 costuma ser o ano apontado como o do início do Romantismo, com a publicação, em Paris, de *Camões*, de Almeida Garrett, que não teve consequência naquele período, parecendo quase como um ato isolado. É apenas com a publicação d'*A Voz do Profeta*, de Alexandre Herculano, em 1836, e com o regresso dos emigrados que o Romantismo ganha um impulso significativo no panorama nacional. Tanto Herculano como Garrett revelam uma grande aceitação por parte do público, o que evidencia que são escritores para uma nova franja social e que, acima de tudo, escrevem de acordo com os anseios de uma nova elite de cariz urbano. Os dois autores reposicionam o papel de Portugal como temática da literatura doméstica, “A partir de Garrett e Herculano, *Portugal*, enquanto realidade histórico-moral, constituirá o núcleo da pulsão literária determinante” (Lourenço, 2000: 82)⁴⁰, e fazem com que o romance alcance sucesso em Portugal, após todas as convulsões que alastraram sobre o país nas décadas de 20 e 30, e que continuaram a proliferar nos grupos antagónicos. Sob os princípios liberais, os romances de Herculano e de Garrett compreendem enredos que abarcam a defesa da nacionalidade associada à liberdade e à igualdade:

na década de 40 tanto Garrett como Herculano se encontram em plena maturidade vivencial e literária, ao mesmo tempo que as condições sociais permitem uma literal explosão de meios, revistas, sociedades e publicações em geral que rapidamente conduzem ao proliferar da actividade literária e artística em geral. Por outro lado, o romance surge, aos olhos destes nossos românticos, como dotado de capacidades técnicas (a sua componente narrativa e a sua articulação com a descritiva) que permitam uma formulação relativamente sistematizada dos grandes princípios românticos: a defesa da liberdade e da igualdade, a afirmação da capacidade evolutiva e constituinte do Indivíduo enquanto tal, universo coerente de uma consciência una mas também variada, como do mesmo modo, a nível social, o entendimento da Nação enquanto ser dinâmico, dotado de uma energia vital e transformadora, capaz de se assumir e afirmar. Não é difícil, aliás, ligar de modo evidente todas estas características, criando uma narrativa cuja acção apresente um herói que simbolicamente constitua a representação de um ideal de grupo e que, ao mesmo tempo, reivindique para si a defesa intransigente dos princípios da liberdade. (Buescu, 2005: 151)

Na verdade, o panorama geral alterou-se e os valores literários clássicos deixam de fazer sentido, porque estamos perante novos valores sociais, políticos, educacionais e culturais. O Liberalismo acredita na capacidade de criar riqueza e no sucesso individual

⁴⁰ Herculano e Garrett são o exemplo da influência que a “*situação nacional*” e o “*sentido do ser português*” têm na mediação “entre a consciência individual e o mundo” (Lourenço, 2000: 86).

o que acata um certo conflito ideológico com as gerações anteriores e cabe ao escritor transmitir aos leitores ideias orientadoras de princípios coletivos, indo ao encontro de uma nova construção socioideológica. De acordo com esta premissa, os românticos instituem uma nova ideia de arte, apostando numa regeneração literária, pois a partir dela é que poderá haver uma educação do povo e cumprir a missão social do escritor:

a regeneração literária deve ter por base uma nova teoria da arte. A esterilidade da arte clássica, pensa Herculano, provém da sua falsa base filosófica: a teoria aristotélica de que a arte consiste na imitação da natureza. Esta tese estética concorda como o “sensualismo” ou materialismo que Herculano combate noutros domínios: assim como os sensualistas partem do dado exterior ou sensação para o pensamento, assim Boileau e os seus sequazes partem do mundo exterior para a alma do artista, da natureza para a obra de arte. Contra esta teoria apresenta Herculano um articulado de razões, no opúsculo “Imitação, Belo, Unidade”, cujas fontes declaradas são principalmente germânicas. (Saraiva, 1977: 134)

A animosidade com os classicistas tem como foco o entendimento da literatura e da arte pelas gerações anteriores, porque os classicistas tinham um padrão literário diferente do dos românticos, pautado pela rigidez dos géneros, o gosto pela mitologia, o enaltecer da épica. Para os românticos, a obra de arte encontra-se no interior do artista⁴¹, porque sendo o universo “uma repetição indefinida de individualidades”, o artista é o único que tem condições para compreender a unidade e, assim, produzir a experiência do belo, numa procura insistente do prazer intrinsecamente ligado à alma:

a obra de arte tem por condição fundamental a unidade. Ora esta unidade não existe fora de nós: “O universo é uma repetição indefinida de individualidades”. A unidade só se encontra dentro do espírito do artista. Em segundo lugar como se explica que determinadas coisas nos pareçam belas e outras não? Os que procuram a beleza fora do homem só têm uma resposta: é belo o que nos agrada ou causa prazer. (Saraiva, 1977: 134)

O artista será o intérprete da ideia primordial do belo⁴², inatingível para os demais, mas que, chegada ao coração do escritor, será concretizada pelas imagens do exterior numa dialética com o leitor:

⁴¹ De acordo com António Saraiva: “o belo, segundo Herculano, só pode residir na alma do artista, independentemente da experiência” (Saraiva, 1977: 134-135).

⁴² Segundo Luís Torgal, “o Belo não se devia subordinar a outra finalidade que não fosse a adequada à sua própria ideia” (Torgal, 1998a: 52). Com isto, o artista, pela inteligibilidade da sua alma, exporia o que correspondesse ao “belo” que o contempla. Para Margherita Ganeri a questão da representação no texto

Dos dois termos de cuja harmonia resulta o belo, um – a ideia do objecto – existe no mundo exterior, a natureza ou as acções dos homens. Mas quanto ao outro termo de comparação, à ideia indeterminada pela qual se afere a imagem contingente, qual é a sua origem? Aqui Herculano renova o seu ataque ao sensualismo. [...]. Quer dizer: a ideia geral e indeterminada, a ideia em estado puro tem uma existência transcendente ao mundo sensível, e desce ao coração do artista que no seu espírito a compara com as aproximações imperfeitas que são as imagens do mundo sensível. O artista é apenas o portador da ideia, de “esse *deus in nobis* que constrangeu o poeta a revelar-se ao mundo em cantos harmoniosos”. (Saraiva, 1977: 137)

A unidade que é analisada nos românticos quebra com a rigidez clássica e oferece um outro padrão literário aos seus leitores, de acordo com a sensibilidade romântica. É dada a preferência ao romance histórico e ao drama histórico, pois a partir destes géneros é possível atingir a ideia de unidade coletiva e explorar o seu papel pedagógico, como acreditava Herculano⁴³. Os românticos têm uma grande aposta na educação porque é a partir desta que se formarão as massas necessárias ao progresso económico, social e cultural: “Um dos primeiros sintomas da importância na concepção romântica da vida e da função educativa que era atribuída à evocação do passado encontra-se na grande voga que o romance e o drama históricos tiveram nos primórdios da sociedade liberal” (Torgal, 1998a: 49). Por isso, a aposta no romance histórico por parte de Herculano tornou-o um autor de referência nas letras nacionais. Além do trabalho efetuado no campo da historiografia, a literatura de cariz burguês, baseada no romance e no drama histórico, vem satisfazer a força de afirmação das novas elites, durante o século XIX:

Sem criar uma literatura burguesa pela sua substância, Herculano introduz no entanto o veículo próprio para essa literatura – o romance; e por outro lado satisfaz certas necessidades mentais da burguesia iniciada na cultura

realista refere-se à reprodução do particular através da mediação do tipo, mas cujo objetivo é a representação da totalidade: “Per comprendere questa tesi, è fondamentale richiamare la definizione del realismo come ‘modo’ estetico basato su la riproduzione del ‘particolare’ che, attraverso la mediazione del ‘tipo’, diventa rappresentazione della ‘totalità’” (Ganeri, 1999:61).

⁴³ Alexandre Herculano entendia que o romance histórico tinha uma “função cultural no âmbito de uma intencionalidade pedagógica e patriótica, numa estreita afinidade com a historiografia” (Matos, 1998: 44). Além disso, a concentração no passado é uma busca que se torna imperiosa para o presente e futuro de Portugal, como pátria de quem o escreve: “Se Herculano se descobre e inventa romancista pseudomedievalizante e historiador, não é por amor do passado enquanto tal, por mais glorioso, mas como prospector do tempo perdido de Portugal, cuja decifração lhe é vital para se situar como homem, cidadão e militante num presente enevoado e oscilante. Só assim julga possível modelar o perfil futuro da incerta forma histórica em que se converteu a sua pátria” (Lourenço, 2000: 83-84).

literária. Isto explica em parte a voga quase doentia do romance histórico entre nós e o êxito de Herculano como escritor de ficção (Saraiva, 1977: 152)

No início do século XIX, a historiografia pugnava pela sua condição científica, ao procurar ser um saber que, através da verdade e da objetividade, “corrigia o universalismo abstracto do iluminismo e a que simultaneamente procurava afirmar-se como um saber que aspirava à verdade e à objectividade, mediante uma metodologia que acreditava ser possível reconstituir o passado tal qual ele aconteceu” (Catroga, 2005: 9). Deste modo, “O historiador adoptava assim dois pontos de vista bem diversos, o ponto de vista da evolução social e da necessidade histórica e o da história-tribunal, que emite juízos sobre os homens do passado” (Matos, 2005: 70). O passado ao ser reconstituído com a aspiração da verdade e da objetividade implicava no historiador o compromisso social e o do julgamento dos homens de outrora, criando um paralelo com o tempo presente e dando à história uma missão pedagógica na construção da sociedade moderna. Com isto, pretendemos afirmar que Herculano, na construção do seu pensamento histórico, não protagoniza uma luta entre tempos, mas sim procura elaborar uma relação dinâmica entre o “passado” e o “presente”, atribuindo à história um papel fulcral na identidade cultural e social de um povo: “A história servia, na proposta de Herculano, para a refundação da Nação que, dada a sua decadência, precisava de se regenerar. Justamente no pensamento romântico, a especificidade nacional remontava às origens, fundamento e raiz da sua verdadeira essência” (Coelho, 2011: 64).

A divulgação da história, para Herculano, é vista como uma competência contributiva da literatura, que se serve do romance histórico como um contributo e, em simultâneo, um instrumento pedagógico do tempo histórico:

vemos por vezes estabelecida uma oposição a meu ver demasiado simplista entre “história”, ou “passado”, e “presente” ou “contemporaneidade”. Ora, gostaria de insistir no facto de que “contemporaneidade” e “história” não constituem, deste ponto de vista, oposição paradoxal, ou lugar ideológico de uma opção alternativa, em que um dos elementos exclua o outro. Se o chamado “romance histórico”, nomeadamente na sua feição romântica, é aparentemente “passadista”, propondo um olhar retroactivo para uma época que não é contemporânea, importa não esquecer que esse passado estabelece com o presente, mormente aos olhos de um autor multifacetado como Alexandre Herculano, uma *relação dinâmica*, estruturadora de uma compreensão do contemporâneo, possibilitando pois uma acção mental e até factual sobre esse mesmo presente. (Buescu, 2005: 152)

Herculano⁴⁴ vê no romance histórico a missão didático-pedagógica de difundir a história⁴⁵, pois existe a pretensão de referenciar acontecimentos do passado⁴⁶, como aponta Sérgio Campos Matos: “Há alguma coisa de comum entre os dois géneros que Herculano cultivou: novela histórica e historiografia? Sem dúvida que sim: a intencionalidade de dar a conhecer o passado pátrio” (Matos, 2008: 163).

Os romances não abandonam, contudo, a sua condição de literatura, pois não procuram oferecer ao leitor uma verdade analisada, mas sim os acontecimentos e a vida de personalidades romanceadas, de que são exemplos soberanos, para Herculano⁴⁷, os “noveleiros” Walter Scott, Victor Hugo e Alfred de Vigny. Estes autores cumpriam a ideia máxima de criar um enredo à volta de personalidades históricas, não alterando o seu carácter e percurso, transformando-as em personagens e passando ao leitor o seu lado privado e humano, que não é reproduzido em nenhum livro de história⁴⁸. O que reforça a controvérsia oitocentista “entre o conceito positivo de verdade do historiador, fundamentada com rigor na documentação coeva e a verdade do romancista, em larga medida construída pela sua criatividade e imaginação” (Matos, 1998: 45).

Nos finais do século XIX, a destrição entre historiador e romancista era já uma realidade e o próprio Herculano contribuiu sobremaneira para a distinção:

⁴⁴ O pensamento de Alexandre Herculano é, no campo da pedagogia, um marco no Liberalismo porque “o pensamento pedagógico de Herculano pode considerar-se como uma referência incontornável, na primeira metade do século, e adquire uma função de charneira entre este período e as propostas dos pedagogos do último quartel do século, de que, aliás, são exemplos a sua precoce preocupação com os métodos de ensino e a formação de professores, incluindo os níveis secundário e superior. Pena é que não tenha chegado a deixar-nos um plano estruturado sobre estas questões” (Proença, 2005: 98).

⁴⁵ Para os românticos, a literatura tem um papel importante na formação das massas, o que faz com que a verosimilhança no romance histórico apresente ao leitor o passado morto com uma função presente: “O verosímil, enquanto verdade aproximada ou possível, permitiria narrar de um modo mais revivificador um passado, tido como morto, mas que, mediante artifícios vários, jogava dentro do romance com uma intencionalidade conotativa apta a servir para a ‘formação das almas’ no presente” (Torgal, 1998a: 52).

⁴⁶ Maria de Fátima Marinho sublinha a comparação com a atualidade e a função didática como duas preocupações dos românticos: “A constante comparação com a actualidade do século XIX acaba por preencher a função didática que é uma das preocupações dos românticos ao escreverem obras de ficção cuja diegese se passa em tempos recuados” (Marinho, 2005: 167).

⁴⁷ Numa referência a considerações de Sampaio Bruno sobre o romance histórico português, Maria de Fátima Marinho indica que “o grande inspirador do romance histórico português teria sido Victor Hugo, com a sua *Notre-Dame de Paris*, estando bem consciente de que os portugueses não conseguem a mesma fidelidade de Scott, nem no detalhe nem na descrição dos grandes movimentos sociais” (Marinho, 1999: 51). E após a introdução do romance histórico por Alexandre Herculano, “Herculano foi largamente imitado. Embora nas suas obras se encontrassem características de Scott, juntamente com as que lhe ditava o seu espírito de historiador, aos seus imitadores faltava garra para abarcarem tudo isso. Limitavam-se a pôr em diálogo crónicas antigas, empregando formas arcaicas e imitando o estilo denso e original do autor de Eurico, no que falhavam a maior parte das vezes por falta de cultura” (Pires, 1979: 76-77).

⁴⁸ Revista *O Panorama*, IV, 1840, p. 243.

A partir de meados do séc. XIX, o perfil do especialista tendia a diferenciar-se do perfil do divulgador. O relevante papel da Academia Real das Ciências na legitimação de uma história de exigência documental e crítica, a obra historiográfica de Herculano e o Curso Superior de Letras terão contribuído, em diversos sentidos, para a profissionalização da história e para a autonomização do estatuto do historiador e do seu ofício, dotando-o de critérios próprios de fundamentação, em larga medida distanciados das pressões políticas e ideológicas. (Matos, 1998: 29)

Por esta altura, o romance histórico teria perdido algum fulgor, por os romancistas não terem sabido inovar e pelo julgamento depreciativo feito por alguns elementos da Geração de 70, caso de Oliveira Martins e Teófilo Braga, que veem neste género uma certa falsidade em relação ao historiador (Matos, 1998: 46-47).

Compreende-se a ideia expressa de um certo conflito entre a história e o romance histórico e de uma certa dúvida sobre qual dos discursos contribui mais e determinantemente para a divulgação do passado, nos primórdios de um século e de campos de conhecimento ainda imberbes. O romance histórico em Portugal também irá evoluir com a ideia de que acompanha a historiografia na divulgação da história:

os seus cultores estavam convictos de que faziam obra historiograficamente válida. Não admira: a ficção do passado era igualmente fruto da mesma sensibilidade que incitava aos estudos históricos, e ambos os géneros moviam-se pela mesma preocupação educativa (moralizadora) e tinham subjacente uma similar aspiração ao conhecimento do já acontecido. (Torgal, 1998a: 50-51)

Não havendo, na primeira metade do século XIX, um discernimento evidente entre os discursos da história e do romance histórico, não é estranha a dúvida levantada por Herculano, em que os “noveleiros” aspiram a um papel na historiografia⁴⁹, apesar de saberem que a sua matéria se baseia no belo que opera na alma do artista. Para Luís Torgal, os romancistas “pretendiam referenciar acontecimentos reais” (Torgal, 1998a: 50), o que opera equívocos interpretativos, “É que, não se confundindo com a história romanceada, era sua intenção conhecer o passado, sem, simultaneamente, abdicar do seu estatuto de obra de arte.” (Torgal, 1998a: 50). Ou seja, no trabalho do romancista

⁴⁹ A questão sugerida por Herculano tem a ver com o alcance que o romance histórico tem sobre o público e o seu interesse pelo passado, em detrimento do conhecimento histórico reconstituído de forma científica. Para Luís Torgal, Herculano “Sugere aqui uma hermenêutica, em que a empatia para com o passado seria mais fácil de alcançar através da intuição artística do que das reconstituições racionalizadas dos monumentos e documentos” (Torgal, 1998a: 51).

“se detecta a mesma presunção de verdade, afiançada por uma ‘tática de convencimento’ estilisticamente concretizada com o recurso à inovação da existência de uma presumível similitude entre o trabalho do romancista e o trabalho do historiador” (Torgal, 1998a: 51). Deste modo, romancista e historiador viviam separados pela ténue linha da ficção e da construção do discurso histórico científico também apoiado na narração, o que permite ao romancista insinuar “que as suas representações eram verdadeiras, embora, ao sublinhar que o fazia como artista, acabasse por subordinar os factos históricos a uma estratégia narrativa que, em última análise, visava produzir efeitos estéticos” (Torgal, 1998a: 52). Contudo, a experiência dos dois campos de conhecimento, a história e o romance histórico, têm caminhos diferentes, porque, para a primeira, se trata de uma experiência mais objetiva e, para a segunda, mais subjetiva:

Mas perguntamo-nos: como se faz a experiência da História? Fazendo-a reviver, reinterpretando-a à luz do presente, com marcas subjectivas e determinações ideológicas. O contador de histórias, porém, que, ao contrário do historiador, entende a História como matéria experienciável neste sentido, não quer nem pode “explicar”. [...]. A narrativa (diferentemente da informação ou também da literatura documental) não opera em extensão, configura uma experiência subjectiva da História – [...] – e envolve-se na matéria que narra. (Barrento, 2016: 35)

A história, ao ser “revivida”, e mesmo suportando-se na narrativização discursiva, apresenta-se metodologicamente “analisada” pela ciência, ao passo que, na ficção, vive a experiência de se tornar em fábula pelo romancista, o que explica as considerações de Herculano ao referir-se que provavelmente os “noveleiros” teriam mais sucesso do que os historiadores, em pleno século XIX⁵⁰. O romance histórico de Alexandre Herculano surge como um meio de prática e difusão do dever moral e comunitário da história, em que o autor tem a plena consciência de que a literatura exerce um papel fundamental ao alcançar pedagogicamente diferentes nichos sociais:

Repensar a obra literária de Herculano é, assim, na minha opinião, recolocar o problema da validade ética do literário. E se a narrativa histórica surgiu, aos olhos deste autor, e por via dos seus conhecimentos e da sua prática como historiador, enquanto domínio privilegiado para o exercício desse

⁵⁰ Segundo Sérgio Campos Matos, *apud* Henri Marrou, a história que designa por “história imaginária” é associada “ao que é ‘representação falsa ou falsificada, irreal do passado’, ‘à utopia, ao romance histórico, ao mito, às tradições populares ou às lendas pedagógicas’, géneros, a seu ver [de Marrou], claramente distintos da história, pois esta se define essencialmente pela verdade que encerra, pelo seu sentido de autenticidade” (Matos, 1998: 27).

constante chamamento moral e comunitário, o certo é que tal opção não deve rasurar a diversidade e a complexificação sob as quais ele se manifesta, nos vários Domínios da prosa e mesmo da poesia herculiana. Herculano soube ser o intérprete privilegiado desse olhar “panorâmico e absoluto” que, mesmo se dificilmente pode ser o por todos praticado na dimensão das opções quotidianas, não pode deixar de ser reconhecido como a manifestação de uma consciência sempre atenta à clarificação ética e axiológica que, de forma mais ou menos explícita, surge como o inevitável suporte dessas mesmas opções. (Buescu, 2005: 158)

Contudo, Herculano é também um dos responsáveis pela separação entre história e romance histórico. Sabendo que o Liberalismo necessita de um discurso científico que corte com os parâmetros anteriores, é o seu papel como historiador que, em certa medida, libertará o campo da história do da imaginação, das lendas e dos mitos, pondo em causa, como exemplo, o Milagre de Ourique ou as Cortes de Lamego⁵¹.

Em Portugal, o romance histórico contará com uma falange de adeptos ao longo do século XIX. Todavia, o romance proposto por Herculano pouco se modificará com o passar dos anos, e apenas a vaga pós-25 de abril será responsável por essa modificação, pois o interesse pelas personagens históricas reveste-se de outros meandros em que o histórico é influenciado pela dinâmica psicológica das personagens, não se cingindo à “colocação de personagens estruturalmente românticas em cenários do passado.” (Marinho, 2005: 167). Deste quadro ressalta a pouca inventividade estrutural do romance histórico português, desde a sua introdução por Alexandre Herculano, até finais do século XX⁵².

O facto de haver poucas modificações na estruturação romanesca não significa que possamos encarar toda a produção literária de uma forma linear, até porque, no fim

⁵¹ Herculano é determinante nessa separação, ao contrariar a tradição da história fabulosa, substituindo “ao ponto de vista do romancista histórico (...) agora o ponto de vista do historiador, com a sua preocupação de se restringir ao domínio do verdadeiro, sempre estribado em fontes fidedignas” (Matos, 2008: 163), pretendia, também, demonstrar “que a mudança de atitude do historiador (...) coincide precisamente com o momento em que, ao iniciar a publicação do seu primeiro trabalho historiográfico de fôlego, ele tem em vista legitimar o seu ofício perante os escritores seus pares” (Matos, 2008, 164), deixando claro que os “dois terrenos tendiam a diferenciar-se claramente no seu espírito: história e ficção” (Matos, 2008: 164).

⁵² Pela nossa leitura da obra de Maria de Fátima Marinho, *O Romance Histórico em Portugal* (1999), parece-nos que a ideia essencial que importa registar é que “o romance histórico tradicional rege-se por determinadas características de que os autores não se afastam muito, sob pena de se não incluírem nas coordenadas próprias do género” (Marinho, 1999: 47), o que explica a pouca reformulação a nível estrutural do género, corroborada com o facto de, durante o século XX, as inovações no género serem marcadas pelos “casos esporádicos de *A Torre de Bardela* [de Ruben A.,] publicado em 1964 ou de *Aventura Maravilhosa*, de Aquilino Ribeiro (1936)” (Marinho, 1999: 47). Em *Um Poço sem Fundo* (2005), a juntar a Ruben A. e a Aquilino Ribeiro, fica-nos a ideia de outras duas exceções, Eça de Queirós, com *A Ilustre Casa de Ramires* (1900), e Vitorino Nemésio, com *Isabel de Aragão: a Rainha Santa* (1936).

do século XIX e a primeira metade do século XX, há algumas considerações a apontar acerca dos parâmetros filosófico-políticos e do seu reflexo na escrita literária, porque há uma “procura desesperada de uma identidade gratificante”, que resultará no reflexo, em termos de romance histórico, de “um momento de crise” e d’“essa fragilidade” que “põe uma tónica especial na glorificação de uma nação que precisa a todo o custo de relembrar glórias passadas” (Marinho, 2005: 411). O início do século XX é, também, o momento da expansão do lusitanismo e do integralismo lusitano, movimentos cujas estruturas ideológicas encontram, por esta altura, campo fértil: “na viragem do século e nas primeiras décadas (até aos anos 40-50), nota-se em alguns autores um forte pendor nacionalista, a que não são com certeza alheios o lusitanismo e o integralismo lusitano” (Marinho, 1999: 47). Assim, deparamo-nos com um romance histórico que apresenta profundos traços dos acontecimentos que assolam o final do século XIX português e que abraça as novas correntes ideológicas, como o integralismo lusitano, acabando por descuidar a qualidade literária: “Certos acontecimentos políticos, [...], contribuíram para o aparecimento de um romance, de duvidoso gosto literário e exageradamente apologético das qualidades inextinguíveis dos portugueses” (Marinho, 1999: 305).

Tendo em conta o nosso objeto de estudo e a época em que João dos Reis Gomes se insere, é do nosso particular interesse a caracterização do romance histórico do início do século XX⁵³. Embora ainda com a estrutura do século XIX, a afirmação de novos movimentos ideológicos fará com que o romance histórico recupere, para seus heróis, personagens referenciais mais conhecidas, “com todas as consequências que tal tomada de posição acarreta – um menor interesse na diegese, que em traços largos já é conhecida, e uma menor liberdade de efabulação e de caracterização das personagens” (Marinho, 1999: 47). O romance histórico em Portugal pautou-se até à primeira metade do século XX por seguir o modelo introduzido no século XIX, com pequenas nuances, o que, com Maria de Fátima Marinho, nos leva a concordar que “o romance histórico das últimas décadas apresenta diferenças substanciais em relação ao seu congénere romântico. Essas diferenças derivam de uma nova concepção de História e das

⁵³ Acerca da separação entre literatura e história, “No início do século XX, a reflexão sobre as relações entre a História e a Literatura ainda não tinham sido alvo de estudos especializados, nem se tinha uma noção tão nítida da relatividade da História” (Marinho, 1999: 131). Na época de João dos Reis Gomes ainda se assistia a confusões entre o papel da história e da ficção, por não haver muitos estudos especializados que compreendessem a especificidade da relatividade histórica, e porque as concepções de história e romance histórico eram distintas das de hoje. Por outro lado, os nacionalismos incentivavam a divulgação das figuras nacionais e o cimentar das ideologias extremistas dos inícios do século XX. Deste modo, tanto a história como a literatura eram veículos privilegiados para atingir as massas e formar correntes de pensamento identificativo que favoreciam o poder político.

transformações que o próprio romance sofreu a partir dos primeiros anos do presente século” (Marinho, 1999: 37).

Em suma, a origem do romance histórico em Portugal apresenta-se, como nas restantes nações europeias, umbilicalmente ligada aos românticos que, com o abalo napoleónico, a consolidação das nacionalidades, o interesse pelo estudo científico da história e a busca de paralelismos com o passado, veem neste género uma forma de chegar ao grande público, imbuído de uma nova cultura social de consolidação nacional: “dar a conhecer aos leitores do presente momentos-chave para a consolidação das nacionalidades (tão abaladas pelas tentativas expansionistas de Napoleão); por outro, ao mostrar os erros e virtudes do passado, alertar o público para possíveis paralelismos com o presente” (Marinho, 1999: 305).

Postas estas considerações, no início do século XX serão determinantes as correntes lusitanistas no engendrar das temáticas dos romances⁵⁴. Tendo em conta a sensação de derrotismo advinda de um conturbado fim de século, os escóis intelectuais começam a cultivar ideologias nacionalistas que resultarão na escolha de temas caros à pátria e às ideologias vigentes durante os regimes políticos vindouros. Não podemos deixar de concordar com a opinião de Sérgio Campos Matos que defende que o romance histórico “constitui uma fonte para o estudo a empreender, em contexto, das mentalidades dos seus autores e do modo como liam o passado” (Matos, 1998: 47), numa existência paralela à da historiografia, mas que deve respeitar “a possível fidelidade à verdade histórica, a intencionalidade de verosimilhança e, estreitamente ligada a esta última, a não raro omnipresente invenção artística” (Matos, 1998: 47).

Por fim, revisitemos Herculano e Garrett, quando o primeiro aponta os “novellistas” como mais divulgadores da história do que os próprios historiadores, e o segundo apresenta a predominância das musas de Homero sobre as de Heródoto. Ambos sabem que tanto a história como a literatura têm funções diferentes e, na verdade, a literatura nunca se esquece do seu papel de interrogação sobre o mundo tendo em conta o tempo presente. Já a história, por sua vez, como bem sabiam Herculano e Garrett, tem a função de apresentar deduções sobre factos estudados, ou, pela conjugação e reconstituição de factos, constrói uma explicação, e não uma interrogação, para o leitor.

⁵⁴ Cremos que o estilo de *A Filha de Tristão das Damas* reflete a influência das correntes lusitanistas na escrita de João dos Reis Gomes, imbuída de um crivo inflamado em relação aos feitos pátrios, o que lembra a escrita da história defensora dos nacionalismos.

Desde o início, o romance histórico constitui um veículo que contribui para a divulgação da história, operacionalizado como um meio para a memória cultural. O trabalho sobre as lendas, a tradição e alguns documentos, na perspectiva “do que poderia ter sido”, incute a operacionalização da memória cultural e não da memória histórica, embora houvesse essa confusão no início do século XIX.

Defendemos, assim, que é possível encararmos o papel do romance histórico ao nível de um contributo para a divulgação da história porque a referência a figuras e situações do passado com o objetivo de interrogar um tempo presente também faz com que o leitor de um romance histórico reconheça o trabalho realizado sobre os factos históricos presentes no discurso historiográfico e procure as respostas científicas sobre essa matéria. Faz todo o sentido que o romance histórico seja mais uma fonte da história, possibilitando um contributo para a divulgação de conteúdos da historiografia, respeitando: a possível fidelidade à verdade histórica, a intencionalidade de verosimilhança e a invenção artística. A pretensão de demonstrar que os romances históricos de João dos Reis Gomes são um contributo para a divulgação da História da Madeira, leva-nos, também, a entendê-los como uma possibilidade de fonte de estudo para a escrita da história, no tratamento dispensado aos referentes históricos e a sua função no tempo presente-futuro da escrita do autor.

2. João dos Reis Gomes: de um século a outro

To live is the rarest thing in the world. Most people exist.

Oscar Wilde

A descrição espaço-temporal envolvente a um autor realiza-se pela interpretação de diversos aspetos das épocas em que viveu e realizou a sua obra. Procuramos, assim, retratar o espaço e o tempo no século XIX até à primeira metade do século XX, altura da morte do Major João dos Reis Gomes, em janeiro de 1950.

Uma vez que o nosso objeto de estudo são os romances históricos de João dos Reis Gomes na perspetiva de contributo para a divulgação da História da Madeira, pretendemos traçar, neste capítulo, a conjuntura histórico-política que se apodera do imaginário do autor e que traça os propósitos da sua escrita e, em simultâneo, projetam a História da Madeira. Desde o início do século XIX a Madeira irá viver períodos conturbados que começam com a presença britânica, devido às Guerras Napoleónicas, o abalo do seu sistema administrativo, a emigração, a fome e a reivindicação autonómica.

Grande parte destas questões prolongar-se-á pelos inícios do século XX, com a agravante do século XIX ter passado por uma Monarquia Constitucional enfraquecida e à beira da bancarrota, pois não soube superar a independência do Brasil, e que se arrastará até 1910, sendo substituída pela Primeira República, vista como a solução para todos os males. Entretanto, a República não vai conseguir responder às necessidades prementes com que se depara. Dará origem à primeira ditadura de Sidónio Pais e, em 1926, com a “Revolução de Braga”, à Ditadura Militar, secundada, em 1933, pelo Estado Novo de António de Oliveira Salazar. Portanto, é na travessia da Monarquia, Primeira República e Ditadura, que João dos Reis Gomes se estabelecerá como homem da cultura, intelectual e autor.

A formação da personalidade de João dos Reis Gomes estará ligada à última década do século XIX e à primeira do século XX. Por isso, para melhor precisarmos as linhas diretrizes, a investigação em periódicos da época parece-nos a opção mais acertada porque é na imprensa que se divulgam as ideologias. Da sua personalidade poderemos apontar-lhe o regionalismo e o patriotismo como dois traços característicos da sua influência intelectual, colocando a Madeira como interesse maior, sempre numa perspetiva patriótica.

O objetivo principal é estabelecer o diálogo entre a história e o romance histórico e a função deste como edificador da memória cultural, que será trabalhada no terceiro capítulo. Procura-se esclarecer as motivações que fazem com que João dos Reis Gomes sinta na produção romanesca um meio de pensamento sobre a situação madeirense na primeira metade do século XX, o tempo presente do autor.

2.1. A situação político-social portuguesa

O século XIX português compadece-se, descritivamente, com um emaranhado de vontades políticas, económicas, sociais e culturais, cuja causa parece ser, direta e indiretamente, as Invasões Francesas, consequência da ascensão ao poder de Napoleão.

No desenrolar das Invasões Napoleónicas, a Corte e o Príncipe Regente, o futuro D. João VI, refugiam-se, sob a proteção britânica, no Rio de Janeiro, retirando, em consequência, o Brasil da condição de colónia e estabelecendo-se o Rio de Janeiro como capital do reino. Por isso, os portos brasileiros foram abertos aos navios dos países amigos, beneficiando, sobretudo, a Inglaterra⁵⁵.

As Guerras Napoleónicas, por toda a Europa, divulgaram os ideais revolucionários franceses e o *Código Napoleónico*. O exército de Napoleão transformou o panorama sociocultural europeu, com a propagação das liberdades e da Constituição Francesa contra o Absolutismo, que foram fervilhando nos ambientes intelectuais e políticos dos diferentes países.

Entre os portugueses, os ideais constitucionalistas foram ganhando adeptos, com alguns episódios durante o reinado de D. João VI. Após a morte do monarca, os partidários de uma constituição, ganharam um aliado de peso, D. Pedro IV, que assumiu, por alguns meses, o poder, tendo abdicado a favor de sua filha D. Maria⁵⁶.

⁵⁵ A complexidade que levou a Corte portuguesa ao Rio de Janeiro faz com que o ano de 1808 seja apontado como um marco transformador da política colonial portuguesa e, em consequência, do próprio século XIX português, marcado pela estreita aliança mantida com a Inglaterra: “O grito de independência, que ecoa em 1822 como declaração formal da emancipação do Brasil, é, deste modo, o ponto culminante de um processo iniciado em 1808, a que não é alheia a pressão da Inglaterra, que pretendia exercer na América do Sul um domínio económico pleno e livre de obstáculos. Torna-se assim difícil afirmar que 1822 tenha sido o marco mais significativo deste percurso ou se o foram igualmente os anos de 1816, 1815 ou mesmo 1808” (Lucas, 1993: 286).

⁵⁶ O filho de D. João VI tornara-se imperador do Brasil independente, como D. Pedro I, e, mesmo tendo assumido por algum tempo a Coroa portuguesa, a sua renúncia a favor da filha levou à separação política entre Portugal e o Brasil. Neste quadro, a independência do Brasil (1822, *de facto*, e em 1825, *de jure*), anterior à guerra civil portuguesa, revelará um Portugal extremamente vulnerável, em termos económicos, com o fim do rendimento advindo do fluxo de ouro brasileiro, e um profundo sentimento de orfandade em relação à perda da colónia brasileira.

Mas, o irmão do Imperador do Brasil conseguiu assumir a governação como D. Miguel I e levou o país de regresso ao Absolutismo. Portugal entrou num período de guerra civil em que, por fim, os liberais constitucionalistas, afetos à causa de D. Pedro IV, derrotaram os absolutistas de D. Miguel I.

Vencida a batalha pelo Liberalismo, os vários governos constitucionalistas procuraram resgatar o país do débil quadro económico e social e apostaram na industrialização, o que esbarrou sempre com a falta de tempo para esperar pelos resultados e a crispação dos vários grupos intelectuais e de ativistas políticos, que começam a colocar em causa a Monarquia e a própria Igreja⁵⁷.

Das tentativas de modernização do país, devemos assinalar Fontes Pereira de Melo que iniciou um processo de construção de vias de comunicação e infraestruturas (estradas, telégrafo, portos), com o objetivo de viabilizar a industrialização e respetiva modernização do país, num movimento conhecido como “Regeneração”⁵⁸. Porém, o processo nunca se apresentou pacífico e foi vítima de diversas vicissitudes, entre elas a fraca escolaridade da população e consequente ensino especializado, e o facto de Portugal ser predominantemente rural. Em suma, o país não se encontrava preparado para esta visão de progresso porque, como já referido, as cisões eram imensas nos meios intelectuais, políticos e económicos, havendo fações que apontavam a culpabilização do estado atrasado do país à Monarquia liberal e católica.

Portugal, na segunda metade do século XIX, está ainda a tentar cumprir estas premissas constitucionalistas e a encontrar a força como potência imperial, pois, apesar de se ter mantido fora da esfera política francófona, mas com a influência alemã à espreita, um conjunto de sucessos fez com que a aliança britânica não parecesse tão abonatória, como esperado. Chegados ao último quartel do século XIX, o republicanismo começa a ser uma causa para algumas elites políticas e intelectuais, fruto das dificuldades que o regime monárquico constitucional revelou em arrancar com

⁵⁷ A não separação entre o Estado e a Igreja é um dos fatores apontados por Maria de Fátima Bonifácio para o incremento do descontentamento republicano: “O liberalismo extinguiu as ordens religiosas e nacionalizara os seus bens, mas nunca concebera um Estado laico nem imaginara uma sociedade dispensada da disciplina e da moral religiosas. O artigo 6.º da Carta consagrava a religião católica como a religião oficial do reino, e o Estado financiava os seus ministros, limitava a liberdade de culto de outras confissões e cometia à Igreja larga parcela de responsabilidade na educação da infância” (Bonifácio, 2010: 72).

⁵⁸ Como alude Joaquim Veríssimo Serrão, “Em Portugal impunha-se acordar as energias adormecidas do corpo nacional, enchendo de progresso as áreas regionais e reduzindo as assimetrias entre o litoral e o interior. Com essa política haviam de beneficiar a agricultura, o comércio e a indústria, logo que estes sectores da vida económica recebessem os primeiros estímulos. Fontes Pereira de Melo teve consciência da revolução em marcha, desejando que o País retirasse proveito dela” (Serrão, 2003a: 16).

uma verdadeira revolução industrial que desenvolvesse e modernizasse o país (durante o século XIX foram várias as políticas de industrialização, como o vintismo, o setembrismo e o fontismo) e do afastamento que a Coroa veio a revelar em relação ao povo, dando força às bases da formação do Partido Republicano Português, durante a década de 70 de Oitocentos⁵⁹.

No reinado de D. Carlos, a conjuntura tendeu a endurecer, com os simpatizantes republicanos empolando o episódio do *Ultimatum* inglês como um vexame nacional. Portugal havia reclamado a posse dos territórios entre Angola e Moçambique, graças ao papel dos expedicionários António Maria Cardoso, Vítor Córdon, Paiva de Andrade e Serpa Pinto, e concretizou o Mapa-Cor-de-Rosa⁶⁰.

Apesar do aparente entendimento que se foi negociando, o governo português encontrava-se sob uma forte pressão interna que os antimonárquicos vinham acicatando, desde o centenário camoniano, como um sentimento antibritânico⁶¹. Os britânicos, como tinham outros planos para aquelas terras africanas, efetuaram, em janeiro de 1890, através de George Glynn Petre, um ultimato a Portugal, conhecido como o *Ultimatum*

⁵⁹ Alguns historiadores assinalam o ano de 1876, como o da fundação do Partido Republicano Português, o que não é consensual, embora, nos anos 70, os republicanos tenham ganhado um notável incremento nas suas atividades, com “o primeiro directório do Partido Republicano e conseguindo, dois anos mais tarde, fazer eleger Rodrigues de Freitas como deputado pelo Porto” (Serrão, 2003b: 16). As razões que apresentámos no corpo do texto são as consideradas, tradicionalmente, para a formação do Partido Republicano Português, ansioso por entrar oficialmente na cena política, uma vez que, para os republicanos, a situação política, social e económica do país verificava-se cada vez mais grave: “Os republicanos, acicatados por estas iniciativas, pelos sucessos dos republicanos franceses e impelidos pelo descontentamento decorrente da agudização da crise financeira (1875-77), intensificaram, também por esta altura, o seu activismo, tentando lançar as bases de um partido que veiculasse um projecto afirmativo e, ao mesmo tempo, constituísse uma resposta aos que, entretanto, tinham emergido na cena política. Por outro lado, o relançamento da estabilidade do regime tinha convencido alguns dirigentes monárquicos de que seria necessário garantir uma expressão parlamentar ao republicanismo a fim de o melhor integrar na ordem vigente” (Catroga, 2010a: 17).

⁶⁰ O mapa delineado passa a chamar-se “Mapa Cor-de-Rosa” porque era a cor que figurava em anteriores convenções assinadas entre Portugal, a França e a Alemanha: “Por aquela expressão se designava uma zona entre as províncias de Angola e Moçambique, que figura pintada dessa cor em convenções que Portugal assinou com a França e a Alemanha no ano de 1886. Era o reconhecimento implícito da soberania portuguesa naquelas regiões” (Serrão, 2003a: 82-83).

⁶¹ Fernando Catroga assinala a tensão antibritânica fomentada pelos republicanos como um dos vetores desestabilizadores da Monarquia: “as festividades em honra de Camões já se efectuaram sob uma acentuada tensão antibritânica. É sabido que as pretensões inglesas em relação a Lourenço Marques (e às colónias portuguesas), e a atitude negociadora dos governos monárquicos, abriram uma questão que, iniciada em 1879, constituirá um dos problemas essenciais da nossa política e um dos objectivos mais valorizados pela propaganda dos republicanos nas décadas seguintes. Através de comícios e petições – que atingirão o seu auge em 1881 -, estes lideraram um forte movimento de opinião contra o *tratado*, o que possibilitou o acasalamento da componente nacionalista com a expectativa republicana apostada em mostrar que só ela poderia fazer reviver a nossa perdida grandeza colonial. E, se o antibrutalismo constitui uma característica do liberalismo radical desde os inícios do século, a questão colonial veio dar-lhe uma ênfase nunca antes atingida, e os republicanos souberam aproveitar-se da situação” (Catroga, 2010a: 34).

inglês⁶², sucedendo-se um episódio interpretado como uma verdadeira humilhação nacional⁶³, pois as hostes republicanas concretizaram a imagem, com o apoio da imprensa afeta à causa, de que Portugal foi vergado a uma potência estrangeira, o que, de acordo com Eduardo Lourenço, é uma consequência da incapacidade de aceitar uma realidade nacional desfasada do passado grandioso:

A reacção histórico-patriótica ao *ultimatum* que consagrava a nossa nulidade política (e a que responderá e corresponderá em 1917, o vingador *Ultimatum* de Álvaro de Campos...), não é senão a expressão-resumo de uma ferida aberta em 1808 e em contínua supuração ao longo do século: a da generalizada consciência, entre a *intelligentsia* lusitana, de uma *desvalia trágica*, insuportável, da *realidade nacional sob todos os planos*. É ela que determinará o ritmo cultural da segunda metade do século, a bem notória oscilação pendular entre a *acusação-regeneradora* do que somos ou fomos e o *alegorismo-compensatório* que as obras de Eça de Queirós e Oliveira Martins sobejamente ilustram. (Lourenço, 2000: 87)

O acontecimento em nada favoreceu a Coroa, nem ao seu governo, e deu ainda mais força aos ideais republicanos que se vinham formando neste final de século.

No campo das ideias, o Romantismo, como vimos no subcapítulo “1.4. O romance histórico em Portugal”, criou novas metas culturais e a valorização do património nacional tornou-se uma das principais bandeiras, bem como a expansão do ensino às populações. Ao longo do século XIX, as ideias vindas da Europa, unidas à situação de constante sentimento de falhanço, bem como à sobrevivência política do país, criaram uma massa crítica que exortará ao debate entre os escóis intelectuais sobre os mais diversos campos da ação humana, levando aos conflitos geracionais e ao aparecimento de novas propostas e sensibilidades políticas que (re)pensarão o regime político, a instrução, a economia, a sociedade e a vida cultural.

Porém, o país continuou a padecer de um assinalável atraso em relação aos grandes centros europeus, o que se refletiu na segunda geração romântica, inspirada em

⁶² Os britânicos apresentam a exigência como um *Memorandum*, mas ficou conhecido como o *Ultimatum*: “Era de um *ultimatum* que se tratava, embora a nota inglesa revestisse a forma de um *memorandum* expresso verbalmente por Petre e que foi, apedido de Barros Gomes, reduzido a escrito. Com esse nome ultrajante o acontecimento ficaria gravado na história” (Serrão, 2003a: 86).

⁶³ O episódio do *Ultimatum Inglês* acicatou sobremaneira o nacionalismo português, além de ter instalado o debate extremo na sociedade portuguesa: “o choque profundo e duradouro que o *Ultimato* britânico provocou em Portugal. Na verdade, a cedência passiva da corte à pressão exercida pela ‘velha aliada’ viria a provocar um descontentamento profundo e a acentuar uma não menos profunda divisão na sociedade portuguesa. Em torno da ideia de império se iriam cristalizar os sentimentos nacionalistas, tecendo-se em mitos à volta dos territórios ultramarinos, então encarados como ‘parcelas sagradas’ de um património a cujos direitos se tentava associar a ‘vocação ultramarina portuguesa’” (Lucas, 1993: 311).

António Feliciano de Castilho. Em resposta e contraproposta a esta tendência, a Geração de 70⁶⁴ que tinha como principais mentores Antero de Quental⁶⁵, Eça de Queirós, Oliveira Martins e Teófilo Braga, tem como objetivo analisar o estado da decadência portuguesa, que se tornou quase insuportável no limiar do século XIX, quando o país se encontra numa situação de alvoroço interno e externo:

não pode haver uma grande geração literária sem líderes, que são sobretudo aqueles que mais se interrogam sobre a própria função da literatura nas suas relações com a História e a sociedade, quer a nível nacional quer a nível internacional. Ora, neste sentido de consciencialização mais profunda das potencialidades criadoras, implicando as próprias contradições ideológicas, parece-me que aqueles que “geraram” a Geração de 70 foram sobretudo Antero, Eça e Oliveira Martins: um poeta, um romancista e um historiador doublé de romancista. Acrescentaria, a nível da história das ideias [...] Teófilo Braga. (Machado, 2017: 155)

Após anos de alheamento da influência francesa sobre a cultura portuguesa, devido à animosidade advinda das Guerras Napoleónicas, surge uma geração francófila, sob a égide do pensamento do anarquista Proudhon e de Victor Hugo, no momento específico vivido pela sociedade portuguesa de contínuo atraso tecnológico, a nível da produção industrial. Contudo, a questão tecnológica não é apenas o que move os intelectuais de 70. A revolução pretendida na sociedade portuguesa é mais no âmbito das ideias, de modo a que Portugal pudesse ser colocado num patamar mais próximo do centro europeu (Machado, 2017: 140).

A autoconsciência do plano de decadência em que a nação caíra torna inevitável o conflito com a geração romântica anterior, que vivia num limbo de academismo e

⁶⁴ A referência à Geração de 70 é incontornável no papel de repensar Portugal com um sentimento patriótico que influenciou as gerações posteriores. Para Eduardo Lourenço, é uma geração que se caracterizou pelo sentimento de infelicidade “por descobrir que pertencia a um povo *decadente*, marginalizado ou automarginalizado na história e recebendo passivamente do movimento geral do que chamam, extasiados, a *civilização*, não só máquinas, artefactos, modas, mas sobretudo *ideias*, acessíveis como máquinas, etc” (Lourenço, 2000: 90), mas cujo amor pela pátria “Não é susceptível de discussão o amor (e o fervor) com que a Geração de 70 tentou desentranhar do Portugal quotidiano, mesquinho e decepcionante, *um outro*, sob ele soterrado, à espera de oportunidade de irromper à luz do sol. Mas esse amor foi no mais alto grau da espécie dos *amores infelizes*, como são todos os que não se adequam ao objecto amado e como será *infeliz*, no sentido de Hegel, a forma geral de consciência de toda a geração, particularmente a de Antero” (Lourenço, 2000: 92).

⁶⁵ Após uma obsessiva preocupação com o passado, a geração de Antero de Quental vê no futuro e na regenerativa evolução da humanidade um fim comum para ultrapassar a situação trágica de um Portugal decadente: “Antero não tem pátria, mesmo enquanto passado glorioso – como Garrett ou Herculano – só a tem como futuro, pois só nele antevê a conciliação e a superação da *aparência* intolerável do Portugal seu contemporâneo e a *sua ideia*, que, devendo muito à mitificação medievalizante de Herculano, mais deve à ideia de uma evolução geral da humanidade para um reino de fins incompatível com a marca da divisão dos povos que as ‘pátrias’ todas representam.” (Lourenço, 2000: 94)

formalismo, como já apontamos. A crispação deu-se, de forma mais aberta, aquando das “Conferências Democráticas do Casino Lisbonense”, organizadas por Antero de Quental⁶⁶, com o propósito de reformar a sociedade portuguesa a partir do pensamento exposto, aproximando-a da Europa. Antes já houvera episódios de quezílias intelectuais com os folhetos “Bom Senso e Bom Gosto” e “A Dignidade das Letras e as Literaturas Oficiais”, de Antero de Quental, e “Teocracias Literárias”, de Teófilo Braga⁶⁷.

A imagem cultural da França, que havia sido desconsiderada, volta a assumir-se como uma lucerna para a intelectualidade portuguesa, que sente os ditirambos da política interna e externa nacional como humilhações. Com a Geração de 70, o anarquismo de Proudhon, a literatura de Victor Hugo e o positivismo de Comte, a França passa a ser uma das essências do imaginário cultural português⁶⁸, que se abre às novas tendências europeias, havendo uma apropriação urbana e civilizacional da cultura francesa que se prolongará até depois do fim do século XIX: “A um Portugal rude, provinciano, analfabeto, a uma capital mimética, indolente, medíocre de fazer chorar as pedras, os jovens Eça e Ramalho pretenderam ensinar-lhe tudo – mesmo o que não sabiam –, transformar um e outra numa espécie de pequena França que os não envergonhasse nem de que eles se envergonhassem” (Lourenço, 2000: 96).

⁶⁶ Antero foi a figura central da Geração de 70, promovendo-a como grupo de intervenção no pensamento e no panorama cultural português, fazendo uma introspeção do estado cultural da nação através da receção de outro (a França): “essa figura e essa obra [Antero de Quental e a sua obra poética] são paradigmáticas, não só da mitificação da França e de certos autores franceses (como é o caso de Victor Hugo) desde o período de formação dessa geração, mas também, numa análise geral a nível da história das ideias, do conflito entre revolução literária e cultural, por um lado, e revolução ideológica e social, por outro.” (Machado, 2017: 160). A geração de 70 de Antero produzia de acordo com “uma espécie de conflito incessante e dramático entre a necessidade de acção histórica como, digamos, justificação da própria criação estética (mais evidente em Antero, com o seu ideal hugoliano de poeta-profeta) e, por outro lado, a necessidade de recuo trans-histórico ou mesmo anti-histórico, para tentar recuperar utopicamente a cultura dum passado mítico” (Machado, 2017: 162).

⁶⁷ A Geração de 70, mais do que uma questão somente literária, procurou introduzir na sociedade portuguesa um choque de ideias que questionassem, até de forma agressiva, os paradigmas seguidos na arte, na ciência, na sociedade e na política: “cair-se-á numa visão exageradamente literária se se reduzirem os intentos renovadores da nova geração ao plano exclusivamente estético. As pretensões dos seus elementos mais aguerridos (Antero de Quental, Teófilo Braga) pretendiam ir mais longe, e não será errado defender que elas apontavam para esse objectivo nuclear: conquistar uma hegemonia cultural que, se no plano estético visava liquidar o sentimentalismo ultra-romântico, e no plano político minar, em nome de um ideal mítico de uma revolução prioritariamente cultural, os alicerces da ordem monárquico-constitucional, no plano cultural procurava dar continuidade ao combate contra a influência do catolicismo e da Igreja (apresentados como os principais responsáveis pelo estado de decadência em que a sociedade portuguesa tinha caído) e em prol da razão e da ciência” (Catroga, 1993b: 570).

⁶⁸ A França não difunde uma imagem una entre os membros da considerada Geração de 70. São seguidas diversas linhas de pensamento e, a exemplo disso, Antero é um questionador do positivismo: “[A] crítica anterior ao positivismo revela que ele – e outros, com idênticas afinidades intelectuais – não aceitava que o anelo de absoluto intuído pela alma humana, se já não se satisfazia com as explicações transcendentais e antromórficas da religião, também não se sentia preenchido pela mera generalização de resultados das ciências a que se reduzia o positivismo” (Catroga, 1993b: 572).

Também o Partido Republicano Português cativa alguns elementos desta geração, como são os casos de Manuel de Arriaga (defensor do patriotismo romântico) e de Teófilo Braga (defensor do iberismo), dois futuros presidentes da República. Os republicanos veem nos acontecimentos de fim de século, em particular no tratado anglo-português (28 de maio de 1891), uma janela para as suas causas, procurando otimizar o pretenso sentimento patriótico ofendido e afirmar-se como o único defensor dos interesses nacionais, fazendo frente ao Partido Progressista e ao Partido Regenerador e apresentando-se como a solução para o viciado sistema rotativo⁶⁹.

O extremar de posições nos grupos oponentes à Coroa fará com que, no final do século XIX e nos inícios do século XX, se inflamem, ainda mais, os nacionalismos em Portugal e se enverede por um perfil mais fascista, se o podemos denominar, em termos ideológicos: “Quer dizer, o fundo nacionalista, ao nível da literatura, da sociologia ou da antropologia, poderia ser orientado para uma lógica ‘protofascista’ ou, pelo menos, nacionalista, de sentido tradicionalista contra-revolucionário ou ‘revolucionário’ de direita” (Torgal, 2009b: 28). Os nacionalismos estão na moda em toda a Europa acicando consciências e nações numa verdadeira apologia da raça. As suas manifestações marcaram, sobremaneira, o desenrolar dos acontecimentos internacionais na primeira metade do século XX. Portugal assumirá o mesmo caminho na defesa da raça e do nacionalismo português (Torgal, 2009b: 30), que serão aproveitadas pelo Partido Republicano Português.

Perante a ameaça republicana, o Partido Regenerador procura, em 1895, eliminar essa força de oposição, formalizando um conjunto de propostas com o intento de limitar a ação republicana junto das populações, através de uma reforma administrativa, de uma reforma eleitoral e da revisão da *Constituição*. Porém, os regeneradores estavam no fim do seu consulado e a Monarquia Constitucional revelou-se incapaz de implementar as reformas que ultrapassassem as vicissitudes do rotativismo governativo⁷⁰.

⁶⁹ Na opinião de alguns republicanos, o Partido Republicano Português não se encontrava preparado para assumir o poder, porém, segundo Maria de Fátima Bonifácio, após o *Ultimatum*, “ficou estabelecido o monopólio republicano do patriotismo, e, simetricamente, ficou fixada a identificação da monarquia com a capitulação pró-britânica. A monarquia constitucional, que uma década de rituais e comunhões cívicas tinha divorciado da nação, sobreviveu às sequelas do ultimato mais isolada do que em qualquer anterior momento da sua história. Outro resultado do ultimato foi a definitiva ‘sacralização do império’. Na precisa altura em que o domínio colonial se tornava ‘intangível’, a monarquia revelava não ser capaz de assegurar a sua integridade, dando provas de que não estava à altura das suas responsabilidades nacionais” (Bonifácio, 2010: 118).

⁷⁰ Para Joaquim Veríssimo Serrão, os interesses implantados e que serviam o Partido Regenerador e o Partido Progressista fizeram com que não houvesse um encarar da realidade que constituía o fim da Monarquia: “o sistema rotativo tornara-se um maquinismo de que regeneradores e progressistas não

Embora tenha falhado, a revolta republicana do Porto fez surgir, no seio do movimento republicano, uma tendência revolucionária que acelerará o concretizar do mito do “fin de siècle”, porque as tentativas de industrialização e modernização falharam, porque, para os republicanos, o *Ultimatum* inglês foi uma verdadeira humilhação nacional, porque os ideais republicanos começam a insinuar-se como a alternativa política à Monarquia moribunda. A título de exemplo, as datas comemorativas de figuras e feitos nacionais e incitadas pelas elites intelectuais, começam a ser minadas por personalidades afetas à vida republicana, como é o caso do Centenário de Camões⁷¹.

Já no século XX, a primeira década assiste ao forçar da queda da Monarquia, apesar dos esforços da Coroa por mostrar a popularidade do rei. Os revolucionários assassinaram o rei D. Carlos e o primogénito Luís Filipe, em fevereiro de 1908, abrindo o caminho para a República, instaurada em 1910. Todavia, a revolução republicana não tardou em se transformar numa desilusão.

Portugal viveu, uma vez mais, uma onda de grande instabilidade, porque os republicanos se manifestaram anticatólicos, num país com forte influência da Igreja; eram compostos por facções de diferentes sensibilidades político-ideológicas; não souberam lidar com as vicissitudes transportadas do poder monárquico constitucional; enfrentaram várias manifestações monárquicas; e entraram na Grande Guerra⁷². Isto fez

queriam abdicar para fins eleitorais. Nem a ameaça de implantação do Partido Republicano acordou os responsáveis para o perigo latente. Os dois maiores partidos preferiam a técnica da divisão para a conquista do Poder, em vez de se assumirem na perspectiva nacional que teria salvo a Monarquia” (Serrão, 2003b: 161).

⁷¹ A propósito do Tricentenário de Camões, Fernando Catroga escreve que “A estratégia ideológica que os positivistas portugueses (Teófilo Braga, Ramalho Ortigão) imprimiram às comemorações camonianas foi inspirada não só no tom erudito das comemorações petrarquianas [1874], mas também nas festividades promovidas pelos radicais franceses em honra de Voltaire e Rousseau. [...] Assim, enquanto nas comemorações de 1878 se nota a intenção de se aglutinar o clima de unidade nacional à volta de um regime, entre nós, as festas foram apresentadas como um projecto que, se se pretendia independente do constitucionalismo monárquico, não queria confundir-se, porém, com o Partido Republicano. Logo, a veemência com que foi sublinhado o seu significado exclusivamente nacional, o que não impediu, porém, que os frutos do seu sucesso tenham sido colhidos essencialmente, pelo republicanismo.” (Catroga, 1998: 906). Também Maria Isabel João aborda o facto do Tricentenário de Camões ter servido a campanha republicana, tendo em conta as iniciativas dos principais mentores da celebração: “Contudo, o centenário ficou marcado pelo papel que os republicanos desempenharam na defesa da sua realização e na propaganda do seu ideário. A figura mais destacada foi Teófilo de Braga que publicou um conjunto de artigos, no *Commercio de Portugal*, destinado a publicitar a ideia do centenário, dentro de um quadro ideológico marcado pela influência das concepções positivistas” (João, 2000: 126).

⁷² A entrada na Grande Guerra é uma forma de procurar, interna e externamente, o reconhecimento da República, que manteve as orientações da Monarquia, a manutenção do império, procurando evitar a cobiça de potências estrangeiras, e a preservação da Aliança Luso-Britânica: “A implantação da República não alterou a orientação da política externa nem as opções estratégicas do Estado português: a aliança inglesa e o projeto colonial africano. De igual modo, não alterou as ameaças e os desafios: a República continuará a enfrentar os mesmos problemas que enfrentara a Monarquia, agora com mais

com que se fossem criando um conjunto de anticorpos significativos na sociedade portuguesa, de modo que toda a promessa de melhoramento, por parte da República, cedo se desvaneceu e provocou o aparecimento de novas correntes de pensamento e o reativar das sensibilidades monárquicas e católicas.

Tudo se conjugou para que os grupos católicos, nacionalistas e pró-monárquicos, encontrassem na Ditadura a solução para o problema nacional. Movimentos como o Integralismo Lusitano, entre outros, aproveitaram a base de apoio nacionalista, católica e conservadora, para congeminarem uma solução para o derrotismo presente na sociedade portuguesa de então.

A República tornara-se ansiosa e fragilizada e apoiou-se nas manifestações do esplendor nacional, como a continuidade dada à moda dos centenários, e promoveu as manifestações de heróis nacionais. Com Luís Reis Torgal, corroboramos que esta política de ansiedade e fragilidade acabou por se esquecer de datas que poderiam ajudar a consolidar o regime republicano: “no meio destas comemorações nacionalistas e ‘imperialistas’ [...], as celebrações da nossa primeira revolução liberal (1920), se não foram esquecidas, não assumiram, pelo menos, a ressonância que poderiam ter adquirido” (Torgal, 2009b: 22-23).

À falta de tato dos seus dirigentes, a política anti-eclesiástica⁷³ e a não resolução dos problemas económicos, aliados a vícios que permaneceram do regime monárquico, promoveram a vulnerabilidade política da Primeira República e a reivindicação por parte de setores influentes da sociedade de uma outra solução política, porque a República é “um fenómeno de débil penetração nacional, sobretudo no universo rural, pobre e maioritariamente analfabeto, onde continuaram a venerar-se as velhas hierarquias sociais” (Fernandes, 2014: 61). Tornou-se imperativo o caminho para uma

gravidade” (Teixeira, 2014: 97). Nuno Severiano Teixeira descreve da seguinte forma o quadro português em 1914: “No início da Primeira Guerra Mundial era esta a situação internacional da república Portuguesa: ameaçada no continente pela Espanha, nas colónias pela Alemanha e vulnerabilizada nos dois cenários pela política de transigência inglesa em relação à Espanha na questão peninsular e à Alemanha na questão colonial” (Teixeira, 2014: 99).

⁷³ Na opinião de Gabriel Pita, a questão anticlerical da Primeira República contribuiu para o seu notório enfraquecimento: “A relação de conflitualidade entre o Estado Republicano e a Igreja Católica veio a revelar-se uma questão política fulcral do novo regime e um dos fatores que, em parceria com a instabilidade político-militar e social e a crise financeira, contribuíram para a sua curta duração – 16 anos” (Pita, 2013: 102). Embora, na fase final da Primeira República, o panorama fosse ligeiramente diferente, apesar do que era propagandeado pelo Estado Novo: “Contrariamente à propaganda antirrepublicana do Estado Novo, as relações institucionais do regime republicano com a Igreja, em 1926, pouco tinham a ver com o anticlericalismo radical da época do Governo provisório e do período imediatamente a seguir. Houve uma evolução positiva, a partir de 1914, e de modo especial após a criação do Centro católico, em 1917, podendo mesmo falar-se num bom entendimento, “por cima”, apesar da persistência e alimentação do conflito entre as hostes radicais do ‘baixo’ clero e alguns sectores republicanos, ligados à Maçonaria e à Associação do Registo Civil” (Pita, 2013: 102-103).

solução ideologicamente mais forte, que congregasse o sentimento nacional e potenciase Portugal como nação civilizadora.

Após movimentos como o de Sidónio Pais, a 28 de maio de 1926, o golpe de cariz nacionalista engendrado pelo general Gomes da Costa, a “Revolução de Braga”, implementa uma ditadura militar que, *a posteriori*, seria transformada no Estado Novo, em 1933, pela sensibilidade e astúcia política de António de Oliveira Salazar⁷⁴.

O regime salazarista procura impor, em termos culturais, a ideologia nacionalista alicerçada no apoio dos grupos católicos e pró-monárquicos, a sua base de ascensão política. Porém, até chegarmos à propaganda cultural do Estado Novo, no campo das humanidades, a saturação com a política foi uma evidência nas primeiras décadas do século XX. Ao final do século XIX sucedeu-se um clima de negativismo, cuja resposta é o Modernismo baseado no *Manifesto Futurista*, de Marinetti, uma apologia da causa nacionalista como a substância do futuro (Torgal, 2009b: 37).

As sensibilidades políticas e intelectuais começam a reagir ao negativismo republicano e num momento de maior fragilidade política a veia lusitanista, chamemos-lhe assim, após a imposição da ditadura de 1926, pretende um programa e uma propaganda cultural assentes nos seus ideais sobre o futuro. Na sociedade, ganham relevo homens como António Ferro⁷⁵, cuja ação se constrói ideologicamente ao longo

⁷⁴ Salazar é convidado em 1928 para Ministro das Finanças por causa da constante instabilidade económica, assinalando, assim, o fim da primeira fase da Ditadura (1926-1928). Assinale-se que foi trazido de Coimbra pelo militar madeirense José Vicente de Freitas. No governo, o novo Ministro das Finanças instaura uma política de controlo de despesa sobre os diferentes ministérios e enceta esforços para uma desmilitarização do Conselho. Deste modo, em 1933, Salazar assume a presidência do Conselho, tornando-se Primeiro-Ministro e a figura do Estado Novo, até 1968.

⁷⁵ António Ferro, em traços gerais, é um intelectual da primeira metade do século XX, nascido em Lisboa, em 1895, onde também veio a falecer, em 1956. Foi casado com a poetisa Fernanda de Castro. Contactou, desde sempre, com escritores, jornalistas, editores e artistas que se enquadravam no movimento modernista, destacando-se a amizade com Mário de Sá Carneiro. Consta como editor da revista *Orpheu* e colaborou com periódicos relevantes no panorama nacional. No nosso ponto de vista, acompanhando o pensamento de Luís Torgal, é uma figura que soube captar a imagem pretendida para o escritor/artista/intelectual português da primeira metade do século XX: alguém revestido de um acentuado nacionalismo, veiculando determinada ideologia e projetado para integrar um sistema. Com estas ideias, tornou-se o principal responsável pela prática da “Política do Espírito”, e o principal suporte ideológico de Salazar. Por ser também um homem da cultura, António Ferro soube interpretar as diversas sensibilidades e fragilidades culturais, conseguindo sintetizar a ideologia pretendida para o Estado Novo, ao optar por uma política de integração artística, naturalmente manobrada pelo salazarismo. António Ferro é um homem com uma leitura política primorosa, sabendo utilizar o cinema, a rádio e o jornalismo para servir os seus intentos e do salazarismo, bem como a aspiração máxima de servir Portugal, pois não é uma figura que apareça apenas na estruturação da ditadura, mas, anteriormente, aparece ligado a altas personalidades da República, como é o caso de António José de Almeida, Presidente da República (1919-1923), como também já engendrara ligações culturais e políticas com o Brasil, que, no período do Estado Novo, marcarão uma forte ligação com a presidência de Getúlio Vargas. A acrescentar ao “retrato” de António Ferro que aqui apresentamos, podemos concluir, com Luís Reis Torgal, que “era, indubitavelmente, como dissemos, um simpatizante do fascismo” (Torgal, 2009a: 139), com admiração por Hitler, Mussolini e Primo de Rivera. António Ferro foi enviado pelo *Diário de Notícias* de Lisboa à

dos anos 20, com a amizade com figuras do Modernismo, com as ligações ao Brasil⁷⁶, com a interpretação das sensibilidades e das fragilidades⁷⁷ modernistas e políticas, que transforma o nacionalismo propalado numa ideologia ao serviço de Portugal e, essencialmente, útil ao governo do Estado Novo. Não nos compete nestas linhas julgar a ação de António Ferro, nem a estudar de forma exaustiva. No entanto, é importante algumas referências, para melhor compreendermos o seu papel no evoluir da cultura e da ideologia na transição da República para a Ditadura.

António Ferro, escolhido por Salazar como o homem da cultura, será o responsável pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), que projeta as políticas culturais do país⁷⁸. A ideia foi a de fazer a propaganda da ideologia, mais do que apoiar a criação da ideologia. Ou seja, para António Ferro a ideia da “Política do Espírito”⁷⁹,

Alemanha para a cobertura de uma conferência de Hitler, em 1930, e transforma uma pequena interpelação a Hitler numa grande entrevista, divulgada pelo *Diário de Notícias* de Lisboa (23-11-1930), como é referido na *Visão*, 11-6-2020: “António Ferro: O homem, os mitos e a verdade”, p. 30: “[António Ferro] gasta cerca de 18 mil caracteres para reproduzir declarações de Hitler que não ocupam mais de 800 caracteres”. A carreira jornalística foi, com efeito, o grande trampolim mediático de António Ferro: “Redactor de *O Século* (1920), crítico teatral do *Diário de Lisboa* (1922), director da *Ilustração Portuguesa* (1922) e ingresso no quadro redactorial do *Diário de Notícias* (1923) foram momentos decisivos da constelação jornalística que o projectará, quer nacional quer internacionalmente” (Leal, 1994: 34).

⁷⁶ De acordo com Luís Reis Torgal, é no contacto com o modernismo brasileiro, graças à Semana da Arte Moderna, em São Paulo, que António Ferro e outros intelectuais terão condições para engendrar uma verdadeira ideologia para o Estado Novo: “Será, pois, este movimento modernista brasileiro, que só referimos na sua generalidade, e as suas transformações e negações que António Ferro e outros escritores portugueses conheceram nesses anos dez e vinte do século XX. Também ele esteve na origem cultural e ideológica do Estado Novo, bem como, por exemplo, por evolução ou contraste, das suas linhas de colisão. No nosso país sucedeu o mesmo e o modernismo, se esteve na base de algumas concepções que apontavam para a ideia de uma ‘nova estética’, de uma ‘nova sociedade’ (antiburguesa) e de um ‘novo Estado’ (antidemoliberal), também ele próprio se tornou perigoso no contexto de um regime que acabou por defender denodadamente os seus valores tradicionais e que acabou por apelar, assim, para uma cultura conservadora. Por isso, o termo ‘modernismo’ acabou por se tornar incómodo e alguns modernistas, sobretudo no mundo das artes plásticas, vergaram-se às exigências do regime, enquanto outros mantiveram a sua independência e outros aproximaram-se do neo-realismo nascente ou de uma ‘cultura social’ que encontrava como núcleo polizador outra filosofia tendencialmente totalitária, a do comunismo soviético, provocando colisões de alguns intelectuais com o Partido Comunista que o interpretava” (Torgal, 2009b: 41).

⁷⁷ O período entre o fim do século XIX e a implantação da Ditadura é um tempo de incertezas em vários campos, que se refletem na instabilidade apresentada pelos diversos artistas e escritores, daí que pactuemos com Luís Torgal (2009b: 40) quando fala em “mutações constantes” na aproximação política e na estética dos intelectuais, do “cansaço pelo racionalismo positivista” e da atração (não romântica) “pelo sentimento, pela paixão, pela intuição”.

⁷⁸ António Ferro não pôde integrar o Conselho por não ser licenciado. Salazar pretendia um governo de académicos, mas, com a criação do SPN, a importância de Ferro ganhava uma grande dimensão, pois a sua ação era diretamente reportada a Salazar, o Presidente do Conselho, e a nenhum outro ministério. Nem todos os periódicos madeirenses registaram a inauguração do SPN, mas o *Diário da Madeira*, 26-10-1933, p. 1, assinala o evento com a reportagem “Secretariado da Propaganda Nacional”.

⁷⁹ A “Política do Espírito” foi um programa cultural engendrado por António Ferro que, graças à sua firme preparação e observação das sensibilidades artísticas e políticas anteriores ao aparecimento do Estado Novo, proporcionou a divulgação ideológica do regime, o que funcionou, mais ou menos pacificamente, até à Exposição do Mundo Português. Para o regime salazarista, a cultura era um meio de

de que é o principal responsável, desenvolve uma cultura subordinada aos fins do regime, baseada na propaganda ideológica:

Portanto, formalmente, mais do que uma preocupação cultural, o Secretariado, justamente chamado de “Propaganda Nacional”, manifesta uma preocupação de... “propaganda”, que, naturalmente, teria de condicionar a noção de cultura. Por isso o homem de cultura que era António Ferro não respondeu a Salazar, nesse dia de inauguração [do SPN], com um “discurso cultural”, mas sim com um discurso de eficácia (“de vida”) no sentido de tornar visível a obra do Estado Novo: “Mais do que uma obra, cumpre-nos fazer a propaganda moral duma obra”. E, assim, elegia como principal objectivo lutar contra o “derrotismo” que surgia entre os que se opunham ao Estado Novo, mas que também aparecia entre os seus partidários. (Torgal, 2009b: 122)⁸⁰

Na verdade, a política de promoção da integração dos intelectuais dá a imagem de uma cultura oficial integradora e que favorece os intentos propagandistas do regime. Ou seja, para os intelectuais, mesmo não havendo uma cultura oficial, há uma cultura integrada, com o objetivo de publicitar aqueles que propagandeiam o regime, contornando, então, a imagem de repressão cultural e de falta de liberdade: “aquilo que para ele estava em causa eram os valores de ‘Portugal’, embora seleccionasse, entre os artistas e escritores, aqueles que mais empenhadamente o fizessem de acordo com a política do Estado Novo” (Torgal, 2009b: 123). Um dos exemplos mais flagrantes são os prémios literários que visam celebrar a integração na ideologia do regime: “Os prémios literários seriam, pois, distribuídos a obras e escritores que se integrassem no regime” (Torgal, 2009b: 127). No fundo, podemos aferir a existência de uma censura pública apoiada pelo SPN, que fomenta a integração política dos intelectuais.

glorificação do regime e do chefe, de conciliação das velhas tradições com as novas correntes artísticas, e de fomentar uma cultura nacional e, simultaneamente, popular.

⁸⁰ Salazar, no dia da inauguração do SPN, 26-10-1933, referia-se à sua missão nestes termos: “Grande missão tem sobre si o Secretariado, ainda que só lhe toque o que é nacional, porque tudo o que é nacional lhe há-de interessar. Elevar o espírito da gente portuguesa no conhecimento do que realmente é e vale, como grupo étnico, como meio cultural, como força de produção, como capacidade civilizadora, como unidade independente no concerto das nações; clamar, gritar incessantemente o que é contra o que se *diz* ser; repor constantemente as coisas no terreno nacional, referi-las sempre à Nação, que nós tomamos como a primeira realidade da nossa organização política e social, é necessidade inadiável que devia ser satisfeita, que há-de sê-lo com a colaboração dos maiores valores portugueses dispostos a trabalhar nesta cruzada, e com alegria, com sentimento, com alma. Não só com estes predicados: também com verdade e justiça (Salazar, 2015: 138-139) e reforça, dizendo que “A batalha que o Secretariado vai travar contra o erro, a mentira, a calúnia ou a simples ignorância, de dentro ou de fora, há-de ser travada à sombra desta bandeira [da verdade e da justiça]” (Salazar, 2015: 139).

Neste período de integração de sensibilidades, que marca os anos 30 do Estado Novo, António Ferro, o homem de quem dependia a imagem do regime⁸¹, numa continuada e incansável operação de *marketing*, em que impera a genialidade comunicativa, procura divulgar a imagem do sucesso económico português no estrangeiro⁸², encontrando no panorama cultural uma vasta panóplia que atrairia a boa crítica sobre Portugal⁸³.

2.2. Quadro cultural, político e social da Madeira

A Madeira, como território periférico português, vive o século XIX e princípios do século XX envolvida em episódios de crises políticas e económicas, que levaram a um precipitar de acontecimentos que abalaram a estrutura administrativa e intelectual da ilha, agudizando, mesmo, as vozes autonomistas e regionalistas⁸⁴.

Assolada por uma grande onda de emigração (envolvendo, mormente, questões políticas e económicas), muitos ilhéus se deslocaram para Demerara, Antilhas, Brasil e Ilhas Sandwich, no início do século XIX, a Madeira tornou-se uma espécie de bastião

⁸¹ Na fundação do regime, “a imagética que [Salazar] moldara para o seu Estado Novo dependia inteiramente das estéticas, da capacidade de comunicação e de trabalho e do espírito inventivo do seu homem para a propaganda”, in *Visão*, 11-6-2020, “António Ferro: O homem, os mitos e a verdade”, p. 34.

⁸² António Ferro é o homem que chama a atenção para o papel civilizador de Portugal. Mais do que fazer, interessa mostrar: “António Ferro, enérgico e *workaholic*, dedicará os primeiros anos do SPN a atizar a curiosidade internacional sobre Portugal e a sua liderança, depois de o País ter sido estabilizado, após os anos conturbados de instabilidade política e social e de bancarrota financeira, do final da primeira República e início da ditadura militar (esta imposta pelo golpe de 28 de maio de 1926). O gigantesco PREC de 16 anos (1910-1926), mais a crise financeira de outros dois tinham sido ultrapassados pela mão de aço, enluvada de veludo, de um provinciano, um obscuro financeiro de Coimbra. E isto excitava o imaginário europeu, já familiarizado com as modernas ditaduras do Velho Continente, muito menos brandas, pelo menos na aparência.”, in *Visão*, 11-6-2020, “António Ferro: O homem, os mitos e a verdade”, p. 33.

⁸³ Salazar e Ferro eram os opostos, em termos de imagem, daí a importância de Ferro na publicidade do regime fazendo com que este ganhasse vitalidade à nascença: “De uma certa forma, Salazar, ensimesmado numa manhosa e tacanha mentalidade rural e ultramontana, tinha em António Ferro a complementaridade de um oposto de espelho, no temperamento, no cosmopolitismo, na sociabilidade e na capacidade para convocar os espíritos mais vanguardistas da sociedade”, in *Visão*, 11-6-2020, “António Ferro: O homem, os mitos e a verdade”, p. 34. Ao citar o discurso de António Ferro, in *Ação Escolar Vanguarda*, Lisboa, Vanguarda, 1934, p. 35, Ernesto Castro Leal incide sobre a ideia de que o regime português será diferente dos do centro europeu e engendrado, propagandisticamente, por Ferro e Salazar: “[...] já pertenci a esse número [aos que preferiam que Salazar fosse mais parecido com Mussolini ou Hitler], mas reconheço hoje, publicamente, diante dele, o meu erro. Salazar não é discípulo, é Mestre. Ele interessa-nos, ele impõe-se à consciência nacional, ele é o nosso orgulho, porque não se parece justamente com nenhum outro chefe europeu” (Leal, 1994: 37).

⁸⁴ A imprensa, no contexto das ilhas, terá um importante papel formador de uma consciência açoriana e madeirense. Fora do território continental português, a Madeira foi o primeiro território a ter o prelo e “Tal como aconteceu nos Açores em 1830, é no contexto do Liberalismo que nasce a imprensa na Madeira, em 1821, com *O Patriota Funchalense*, em prol de um regionalismo de defesa dos interesses locais” (Santos, 2008b: 559).

britânico, devido às Guerras Napoleónicas e ao risco de Portugal perder a independência. A Inglaterra, a contas com o Bloqueio Continental, acordou com a Coroa portuguesa o destacamento de regimentos para a ilha, no sentido de manter um interposto de apoio à navegação para o Mediterrâneo, África, colónias da América do Sul e Antilhas. Então, os britânicos ocupam o arquipélago madeirense em dois períodos: 1801-1802 e 1807-1814⁸⁵. No segundo período, foi assinado o Tratado de Restituição da Madeira a 16 de março de 1808, em Londres, mas os britânicos apenas abandonaram a ilha aquando da capitulação de Napoleão, em 1814.

A deslocação da Corte para o Brasil acicatóu o desejo autóctone de autonomia, uma vez que a distância física aumentara em relação à metrópole e os assuntos da competência de Lisboa haviam sido transferidos para o Rio de Janeiro, gerando um clima de insatisfação nos habitantes da ilha, em especial na comunidade britânica, o que se tornou mais evidente com os destacamentos militares britânicos na região. A ideia da autonomia da Madeira⁸⁶ ganha cada vez mais adeptos com o ensaio de novos sistemas

⁸⁵ De acordo com Paulo Miguel Rodrigues, a ocupação da Madeira pela Inglaterra dá-se porque os ingleses engendram uma estratégia defensiva perante a França. Ou seja, com as dificuldades em confrontar os franceses no continente europeu e com a perda de Malta em pleno Mediterrâneo, a Inglaterra vê-se forçada a sustentar o avanço francês para o Atlântico, de modo a manter o domínio marítimo. Além do curso, os franceses e os espanhóis projetavam ações a partir dos portos canários e a ocupação da Madeira seria o ponto de equilíbrio e, porventura, de desempate a favor dos ingleses. Para esta consciencialização, contribuiu o relatório de Frederic Maitland que, observando estrategicamente a saída para o Atlântico e a estratégia britânica para o domínio dos mares, não tem dúvidas, ao escrever a Henry Dundas em 1799, que a Madeira deve ser ocupada no imediato. Maitland aponta, também, que o embaixador francês em Madrid já alertara Paris para a ocupação francesa da Ilha, com o objetivo de forçar Portugal ao abandono da aliança com a Inglaterra. Após retomarem Malta e Gibraltar, foi no Atlântico que os ingleses encontraram o meio de combater os franceses, impedindo-os de estenderem a sua luta expansionista às colónias: “Convém destacar que na passagem do século, a importância da Madeira, no quadro dos interesses britânicos, fez-se notar de uma forma inversamente proporcional aos níveis de segurança na Península Ibérica, consolidando-se na Ilha, quando a ameaça da potência continental sobre a Península se destacava. Foi por isto, e também pelo êxito dos franceses no norte da Europa e na Península Itálica, que a função do Atlântico foi ainda mais valorizada, enquanto espaço essencial para o desenvolvimento da estratégia de guerra britânica. Daí a importância que readquiriram, de forma inédita, todos aqueles pontos de apoio e passagem, que facilitassem não só o controlo das zonas marítimas onde se inseriam, mas também os contactos, a troca de informações e os reabastecimentos de esquadras, divisões ou unidades de guerras isoladas da *Royal Navy*” (Rodrigues, 2001: 11-12).

⁸⁶ Na Madeira, muito graças à presença britânica que imunizou a ilha em relação ao circuito político luso-brasileiro, desenvolveram-se “ideias de afirmação, diferença, especificidade e desejo de autonomia em relação ao poder da Coroa portuguesa” (Rodrigues, 2008: 49). Deste modo, a ideia de autonomia, na Madeira, começa a ganhar forma a partir de três fatores referidos por Paulo Rodrigues: “no caso madeirense em particular, a Autonomia resulta de um complexo exercício de relações de conflitos de poderes, que deve ter sempre em conta, por um lado, a interferência do Reino Unido, quer enquanto potência atlântica, quer pela sua presença efectiva na Ilha (militar, social, económica e até política); e por outro, a interligação de, pelo menos, três instâncias de poder: o poder da Coroa e do Governo portugueses; o poder insular (que não se deve confundir com o poder local, estritamente municipal); o poder e a influência das elites indígenas/nativas (de língua portuguesa, já existente, mas também de língua inglesa, a emergir), que se fazem sentir de múltiplas formas, mesmo quando não estão representadas nos órgãos de poder insular ou local” (Rodrigues, 2015b: 50).

de governação⁸⁷: Governadores e Capitães-Generais, situação que se alterou com o fim da Guerra Civil Portuguesa (1828-1834), passando-se para um Prefeito e, em 1835, para um Governador Civil e um Governador Militar (Rodrigues, 2015b: 15).

O Liberalismo trouxe a esperança num novo sistema constitucional, com representação parlamentar, e enquadrou a Madeira na figura das “Ilhas Adjacentes”, promulgada na *Constituição de 1822*. Com Paulo Rodrigues, interpretamos que, mais do que uma solução com viabilidade administrativa e económica para os arquipélagos açoriano e madeirense, parece uma forma de integrá-los num todo nacional, evitando separatismos e a cobiça estrangeira, pois a “adjacência” impõe o direito sobre estes territórios, consagrado internacionalmente:

à noção de *Adjacência*, que pela primeira vez ganhou uma expressão concreta na *Constituição de 1822* (Título II, art.º 20.º), através do conceito de Ilhas Adjacentes, que perduraria até 1974/1976. Tratou-se, portanto, de um artifício, usado em 1822, para reabilitar e garantir – de forma irreversível – a posse dos arquipélagos madeirense e açoriano, fazendo uso de uma fórmula, tão singular e significativa, quanto artificial, que os avocava ao Reino, enquanto pertença inegável e inseparável da Nação portuguesa na Europa (Rodrigues, 2015b: 60).

Após esta fase, o clima de tensão continuará a crescer no arquipélago e com ele a adesão a novas ideias, ideologias e enquadramentos políticos, como é o caso dos republicanos. A ascensão republicana no arquipélago é marcada pela eleição de Manuel de Arriaga pelo círculo eleitoral da Madeira, nas eleições suplementares de 26 de novembro de 1882. Manuel de Arriaga não conseguiu ser eleito pelo círculo eleitoral de Lisboa e acabou por se candidatar pelo círculo eleitoral da Madeira, onde encontrou terreno fértil às suas pretensões, uma vez que a população madeirense se encontrava muito descontente com as políticas do governo central em relação aos impostos, em especial com a taxa de 5% que lhe era cobrada para a construção do porto de Leixões, quando o do Funchal, a terceira cidade do país, entrara em decadência por os espanhóis terem modernizado os portos das Canárias⁸⁸.

⁸⁷ A opção por um outro sistema de governo é fruto das novas experiências políticas da região advindas não apenas das guerras napoleónicas e consequente ocupação britânica: a Madeira é submetida ao poder administrativo britânico, embora depois seja recuperada pela administração portuguesa. Na Madeira, surgem elites autóctones e britânicas que reivindicam novas formas de governo para a região tendo em conta a receita gerada e que era administrada pela metrópole. Neste quadro, o sistema de capitánias era pouco ou nada compatível com estas novas exigências.

⁸⁸ Com Nelson Veríssimo, sustentamos que a eleição de Manuel de Arriaga pelo círculo da Madeira não cumpre apenas o expansionismo republicano, foi, também, um voto de protesto pelas condições a que o

A luta pela autonomia passou a ser uma constante para os Açores e para a Madeira, tendo os distritos açorianos de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo obtido a autonomia administrativa em 1895. No alvorecer do século XX, o clima de crispação foi aumentando até que foi decretada, a 8 de agosto de 1901, a autonomia administrativa da Madeira, o que foi o corolário do movimento autonomista, de então. Contudo, nos anos anteriores à instauração da República, a Monarquia continuou a sua curva descendente, acentuando os seus consecutivos governos a asfixia das populações das ilhas. A República foi uma lufada de esperança e pensava-se ser a solução para os problemas vividos até então, mas, como referido no capítulo “2.1. A situação político-social portuguesa”, cedo se tornou uma desilusão.

Na Madeira, a envolvimento de Portugal na Primeira Grande Guerra foi sentida de uma maneira particular. Paralelamente à conjuntura internacional no início do século XIX, entre a Inglaterra e a França, o século XX vem confirmar o embate entre a Inglaterra, potência dominadora, e a Alemanha, potência continental em ascensão. No Atlântico, a Madeira, pela sua mais-valia geoestratégica, é um dos panos de fundo do belicismo anglo-germânico. Na verdade, a Alemanha atacou alvos na cidade do Funchal relacionados com a presença dos britânicos na ilha. A animosidade entre as duas potências já se vinha a verificar na questão dos sanatórios⁸⁹.

Com o fim da Grande Guerra, os ilhéus continuaram a sentir-se alvo de políticas austeras, que em nada favoreciam o seu desenvolvimento, contribuindo para a sua revolta o abandono sentido aquando do bombardeamento alemão em 1916, a influência da questão irlandesa (as revoltas e os acordos com Londres numa busca por uma maior autonomia e, posteriormente, pela independência da Irlanda, marcam o início do século XX no seio do império britânico)⁹⁰, e as constantes crises alimentares e financeiras, além da falta de verbas para o pleno exercício da autonomia administrativa:

arquipélago se encontrava votado e que, com outras situações, alimentou um sentimento autonomista: “A Madeira elegeu um deputado republicano, em 1882, mas esse acontecimento não significa apenas o alastramento da propaganda republicana por territórios insulares. Na verdade, em torno de Manuel de Arriaga concentraram-se agastados ressentimentos com o Poder Central, exasperados então pela candidatura progressista afilhada do Presidente do Conselho de Ministros e caudilho dos regeneradores, Fontes Pereira de Melo. Assim a votação no deputado republicano constitui também asseveração, censura ou respingo dos madeirenses em tempos de situação económica difícil” (Veríssimo, 1987: 46).

⁸⁹ O arrastamento do arquipélago para a contenda entre alemães e britânicos foi uma realidade no início do século XX: “Na primeira década do século XX, à volta das Quintas Vigia, Pavão e Bianchi digladiaram-se interesses rivais na tão falada questão dos sanatórios da Madeira, arrastando a ilha para o cenário da guerra económica entre o Reino Unido e a Alemanha” (Veríssimo, 1990a, 141).

⁹⁰ O periódico *Diário da Madeira*, 16-10-1919, p. 1, escreve sobre a questão irlandesa, não nos podendo esquecer que, em 1919, se vive, na Madeira, a preparação do Quinto Centenário e a envolvimento de temas regionalistas e autonomistas.

O alargamento da autonomia era, sem dúvida, uma questão política, mas subjacente a essa reivindicação estava, e com grande peso, a situação financeira da administração distrital, nomeadamente as receitas exíguas, impostas pela lei vigente e que, obviamente, limitavam a esfera de acção das Juntas Gerais. (Veríssimo, 1995: 23)

Tudo se conjugou para que, durante as Comemorações dos Quinhentos Anos da Madeira, a autonomia voltasse à agenda política, como um dos seus principais desígnios, além da questão histórica e do impulso para o setor do turismo. O clima de tensão perpetuou-se e fez com que se constitua uma segunda vaga autonomista, centrada na Madeira, pois era entendido que havia a necessidade de uma comissão patriótica de proteção e defesa dos interesses madeirenses, e que se escuda nas comemorações do Quinto Centenário do Descobrimento da Madeira, em torno da figura histórica de João Gonçalves Zarco, e que tem como fundo a exploração económica da ilha:

As comemorações do Centenário do Descobrimento da Madeira atearam os ânimos autonomistas, e, enquanto o pendão de Zarco desfilava pelas ruas do Funchal, madeirenses e açorianos acreditaram ser possível outro estatuto das ilhas. Momentaneamente arrancado do universo simbólico, o vulto patriarcal do descobridor conduzia os dois arquipélagos atlânticos para a primeira acção concertada contra a olisipocracia. (Veríssimo, 1995: 28)

A segunda vaga autonómica, concertada com Ponta Delgada e Angra do Heroísmo e com base na Comemoração do Centenário do Descobrimento da Madeira, também se socorre do desencanto com a Primeira República e das consequências da Primeira Guerra Mundial. Os ilhéus sentem a necessidade de apelar à reivindicação de mais justiça económica para os arquipélagos da Madeira e dos Açores, por se sentirem marginalizados por Lisboa (Veríssimo, 1995: 22)⁹¹.

⁹¹ Periódico *Correio da Madeira*, 4-1-1923, p. 1, “Autonomia da Madeira”, notícia que alude ao apoio de São Miguel ao movimento autonómico, em que estiveram presentes no Funchal Luís de Bettencourt de Medeiros e Câmara e José Bruno Tavares Carreiro, “A referida comissão local promove um jantar de homenagem aos distintos cavalheiros açorianos srs. dr. Luís de Bettencourt e Camara e José Bruno Carreiro, que vieram estabelecer relações próximas com os empreendedores da nossa mais ampla autonomia”. Periódico *Correio da Madeira*, 12-1-1923, p. 1, notícia da reunião em Ponta Delgada para solicitar mais autonomia também para os Açores. Periódico *Correio da Madeira*, 24-1-1923, p. 1, “A autonomia insular e o Senado – Em sua sessão de 12 do corrente, versou-se a questão da autonomia, falando alguns senadores”, notícia da sessão do Senado que versou sobre a autonomia. Periódico *Correio da Madeira*, 25-1-1923, p. 1, “Autonomia Insular – O regresso aos Açores do representante do Distrito de Angra, junto da Comissão de Estudos, no Funchal”, artigo sobre o regresso aos Açores do representante do distrito de Angra do Heroísmo. A presença dos açorianos vem na sequência da reunião da Comissão de Estudo para as Bases da Autonomia da Madeira, que se realizou a 16 de dezembro de 1922.

A ideia de autonomia que começa, novamente, a ganhar forma e força é uma solução à constante espoliação económica do arquipélago pelo poder central, o que aproveitando o caos político que constitui a República⁹² resulta no movimento autonomista de 1920. Ou seja, a vaga autonomista pretende que a ilha se emancipe da exploração económica da metrópole, condição estabelecida desde o seu povoamento:

Nestas nefastas circunstâncias, um punhado de madeirenses aproveitou as comemorações do Quinto Centenário do Descobrimento da Madeira para reivindicar a Autonomia Política, argumentando com muito vigor que a conquista autonómica enriqueceria e valorizaria a acção desenvolvida desde há cinco séculos pelos portugueses na Ilha. (Nepomuceno, 2010: 61)

Ainda antes do Quincentenário de 1922-1923, aquando da visita do Presidente da República, o dr. António José de Almeida, a 9 de outubro de 1922⁹³, o presidente da Junta do Distrito, o dr. Fernando Tolentino da Costa, não deixou de vincar o desejo de melhorias do regime autonómico⁹⁴.

Para alguns autores, como Rui Nepomuceno, as reivindicações autonómicas eram assumidas por uma franja elitista da sociedade que pretendia libertar-se da olissipocracia, para controlar de forma autónoma as riquezas e benefícios económicos da ilha. Para os cidadãos comuns, era uma situação em que se mudaria aqueles a quem o povo entregava uma parte da riqueza, apesar de o argumento das lutas autonomistas se centrar no não usufruto das receitas geradas para a edificação de estruturas e abertura de serviços fundamentais para a vida da população insular (Nepomuceno, 2010: 65).

⁹² Segundo Nelson Veríssimo, “A República mostrava-se uma promessa não cumprida e a autonomia instituída não permitia avançar com projectos de desenvolvimento económico que a conjuntura do pós-guerra [Primeira Grande Guerra] exigia.” (Veríssimo, 1990c: 493). Nelson Veríssimo, num outro artigo, volta a reforçar que estes dois fatores contribuem para o eclodir da luta autonómica contra a política opressora de Lisboa: “A questão era há muito discutida, tanto em Ponta Delgada como no Funchal. As consequências da Grande Guerra e os desencantos que a política republicana vinha a gerar levavam a uma cada vez maior contestação da olissipocracia” (Veríssimo, 1995: 22).

⁹³ Periódico *Correio da Madeira*, 11-10-1922, p. 1, “Hospede Ilustre dalgumas horas”. O presidente da República, de regresso do Brasil a bordo do “Arlanza”, devia ter chegado ao Funchal no dia 5 de outubro, como noticiara o periódico *Correio da Madeira*, 23-9-1922, p. 1, “A viagem do sr. Presidente da Republica Portuguesa”. Notemos que, nesta viagem, o Presidente da República tinha na sua comitiva António Ferro, futuro Secretário da Propaganda Nacional do Estado Novo.

⁹⁴ Periódico *Diário de Notícias* de 11 de outubro de 1922, p. 1 e periódico *Correio da Madeira*, 12-10-1922, p. 1, “O sr. presidente da Republica deve chegar a Lisboa, á hora em que êste número começa a ser lido”. Nelson Veríssimo defende esta intervenção como decisiva no expressar de um desejo de autonomia estruturado pelas elites locais: “Mas o que de facto veio a provocar o movimento em favor de uma autonomia mais ampla foi a oportuna intervenção do Presidente da Comissão Executiva da Junta Geral do Funchal, Fernando Tolentino da Costa, quando expôs a questão ao Presidente da república, em visita à Madeira, na cerimónia de boas-vindas” (Veríssimo, 1995: 22).

No período de instabilidade, entre 1926 e 1933, em que os futuros atores do Estado Novo procuravam estabilizar o país para uma nova época, a situação madeirense deteriorou-se. Com o encerramento das casas bancárias no Funchal, nos anos 30, consequência da Grande Depressão Americana, e os anos das revoltas relacionadas com o monopólio da farinha⁹⁵ e com a sublevação dos militares na Madeira, a Revolta da Madeira (1931)⁹⁶, e com o monopólio do leite, a Revolta do Leite (1936)⁹⁷, a situação extremou-se e precisava de uma solução por parte do Estado Novo. Após estes episódios, Lisboa não permitiu mais nenhuma veleidade da natureza dos anos 30, tendo mesmo aparecido um período de obras estruturais na Madeira, que permitiu uma certa calma entre o Funchal e o Terreiro do Paço.

Com Nelson Veríssimo, concordamos com a leitura crítica em relação ao movimento autonómico dos anos 20. O historiador traça uma linha desde a promulgação dos diplomas para os dois distritos açorianos e para o Funchal. No seu entender, a autonomia administrativa “mostrava-se insuficiente e inepta numa situação crítica [a intervenção portuguesa na Primeira Grande Guerra], que exigia transformações estruturais e verbas disponíveis” (Veríssimo, 1985: 231). Além disto, há uma constante reclamação em relação ao abandono da Madeira pelo poder central, criando sensibilidades diferentes nas elites madeirenses, que se souberam unir e, sob a comemoração do Quincentenário da Madeira, reivindicavam um estatuto diferente para as regiões portuguesas insulares, em que se deixasse a mentalidade colonialista de modo a que os arquipélagos pudessem usufruir da riqueza por si produzida.

Ao movimento que se prolongou pós-Quincentenário, “Faltaram intelectuais que exaltassem esses princípios que congregaram vontades e animaram a condução de populações por entusiásticos guias. Não se vislumbra também a movimentação popular na defesa da liberdade, na aspiração da autonomia” (Veríssimo, 1985: 232). Ou seja, na perspetiva deste historiador, não houve uma congregação de vontades superiores com as vontades populares que tornassem possível uma luta mais preponderante pelas causas

⁹⁵ Periódico *Diário de Notícias*, 12-8-1936, p. 1, “Os últimos acontecimentos – A acção das autoridades”. A notícia dá conta que a situação se encontra normalizada, tanto no Funchal, como nas zonas rurais, graças “àqueles que entre nós representam o princípio da Autoridade e da Ordem”.

⁹⁶ Os militares revoltosos com a Ditadura encontraram na Madeira o ponto ideal para abanarem o regime de Lisboa, aproveitando-se do clima de reivindicação autonómica existente no arquipélago. Na Revolta Militar de 1931, a Madeira encontrou-se sem o governo do Estado português pelo período de um mês.

⁹⁷ Periódico *Diário de Notícias*, 5-8-1936, p. 1, “A questão dos laticínios da Madeira”, entrevista ao chefe de distrito, Comandante Goulart Medeiros, que defende que o decreto não pretende criar monopólios. Periódico *Diário de Notícias*, 8-8-1936, p. 1, “Uma nota oficiosa do governo sobre os motins populares contra o decreto dos laticínios”. Este artigo foi publicado pelo governo de Lisboa.

reclamadas. Talvez aqui se vislumbre que as elites, que viam na autonomia e no regionalismo uma aspiração maior, procuravam, basicamente, o controlo sobre as fontes e o rendimento económico, parecendo descurar o que deveria ter sido uma causa política e intelectualmente nobre.

Na Madeira, com o intuito de encontrar uma solução política alternativa à República, também há personalidades que começam a fazer parte de outras correntes ideológicas como o Integralismo Lusitano, a Cruzada D. Nuno Álvares ou o Centro Católico Português. Mais tarde, os diferentes quadrantes político-ideológicos serão integrados na União Nacional, proposta em 1930 e sem a identificação de partido⁹⁸.

Com a Ditadura Militar, a Madeira continuou a ser considerada um território adjacente, apesar dos integralistas madeirenses, e outros grupos ideológico-políticos, verem na solução da Ditadura a esperança do arquipélago resolver o seu crónico problema económico, como reforça Emanuel Janes, ao referir-se ao integralista Ernesto Gonçalves: “Está convencido que a obra realizada na Madeira prestigia a situação política, pois que através do nacionalismo corporativista do Estado Novo, a Madeira pode esperar um futuro próspero” (Janes, 1996: 155).

No pré-estabelecimento do Estado Novo, as não respostas por parte da metrópole às questões das Ilhas Adjacentes provocou, nos seus intelectuais, a exteriorização de sentimentos de identidade ilhoa, como é o caso de Vitorino Nemésio e a “Açorianidade”, publicada em 1932 na Revista *Insula*, por altura do Quinto Centenário da Descoberta dos Açores⁹⁹, a que voltaremos mais adiante. Como veremos,

⁹⁸ Ainda como Ministro das Finanças, Salazar, a 30 de julho de 1930, apresentava a União Nacional nos seguintes moldes: “Em qualquer caso, a *União Nacional* – e esta é a segunda prevenção que desejava fazer – não pode abandonar o campo meramente nacional e patriótico para se imbuir do espírito de partido, porque seria criminoso e, além de criminoso, ridículo acrescentar aos que existem o partido... dos que não querem partidos. Não! Convidados pelo Governo a apoiar a Ditadura, para que esta acabe de lançar as grandes bases de reorganização nacional e prepare o futuro exercício normal dos poderes do Estado, os portugueses que se aprestem a oferecer o seu concurso sabem que cumprem um dever, mas não adquirem um direito, e que precisamente com a sua ajuda é que o Estado vai deixar de fazer favores a alguns para poder distribuir justiça a todos” (Salazar, 2015: 75). A 23 de novembro de 1932, em pleno Conselho de Estado, volta a referir-se à União Nacional, como um instrumento de apoio à governação, uma organização onde cabem todos os portugueses “de boa vontade”: “Dominados, não pela ideia do perfeito e do óptimo, mas pela ideia mais modesta e positiva do *essencial* e do *possível*, lançaram as bases da União Nacional, estabelecendo terreno de trabalho comum suficientemente amplo para nele caberem todos os portugueses de boa vontade, sem distinção de escola política ou confissão religiosa, contando que acatassem as instituições vigentes e se dispusessem a defender os grandes princípios da reconstrução nacional” (Salazar, 2015: 101).

⁹⁹ Cabral do Nascimento é outro intelectual ilhéu que, anos antes, foca a questão das Ilhas Adjacentes como parte de Portugal e que expressa o sentimento madeirense perante a condição distinta empregue à Madeira, em relação ao continente português: “de forma alguma, Cabral do Nascimento hesita na sua opção de ser português. Apenas pretende demonstrar que os madeirenses já não seriam *acima de tudo*

o período de instabilidade política nos arquipélagos, durante os anos 30, ficará resolvido com a integração de alguns membros das suas elites na política salazarista, bem como com a atenção despendida, por Lisboa, a condições mais favoráveis à melhoria de vida das populações insulares.

2.3. João dos Reis Gomes

Tratando-se de uma personalidade que participa ativamente na vida do arquipélago, o autor não passou indiferente às correntes ideológicas que se formaram antes e depois dos acontecimentos políticos que referimos anteriormente.

Nascido no Funchal a 5 de janeiro de 1869, João dos Reis Gomes¹⁰⁰ foi oficial do Exército, engenheiro, industrial, professor, escritor, crítico e filósofo de arte. Além de redator da *Revista Madeirense*, foi diretor do *Heraldo da Madeira* (1904-1915) e do *Diário da Madeira* (1916-1940)¹⁰¹, colaborou também com outros periódicos de Lisboa,

portugueses. Isto não significa que não quisessem ser portugueses, mas apenas que, mesmo continuando a desejar ser portugueses – sendo-o – já não o eram *acima de tudo*” (Salgueiro e Rodrigues, 2015: 84).

¹⁰⁰ Nesta breve alusão biográfica, não nos referimos à filiação, mas, durante a entrevista ao Arquiteto João Reis Gomes (Anexo “Entrevista ao Arquiteto João Reis Gomes”), neto paterno do Major João dos Reis Gomes, confidenciou-nos que suspeita que o avô era neto paterno de Henry Gordon Veitch (1787-1857), cônsul britânico na Madeira durante as invasões napoleónicas, baseado num boato contado pela tia-avó Carolina, irmã de João dos Reis Gomes. Henry Gordon Veitch tinha fama de mulherengo, entre a população, e a Quinta do Jardim da Serra parecia ser, segundo ditos populares, o local onde se levantava essas suspeitas, que carecem de confirmação. Em relação à hipótese levantada pelo Arquiteto João Reis Gomes, verificámos que o registo de batismo de João dos Reis Gomes (ARM, PRQ, liv. 1373, f. 6.) aponta claramente os nomes dos avós paternos, João Gomes Bento e Maria Rosa, e dos avós maternos, António de Castro e Antónia Joaquina de Castro. Procurando averiguar de forma mais profunda, consultámos o registo de casamento de Henry Gordon Veitch com Carolina Joaquina de Freitas, 21 de abril de 1855 (ARM, PRQ, liv. 1260, f. 18-18 v.), de modo a aferir da probabilidade de haver alguma ligação com esta relação, visto que Henry Veitch era dono da Quinta do Jardim da Serra, perto do Estreito de Câmara de Lobos, de onde era natural o pai de João dos Reis Gomes. Neste documento, Carolina Joaquina de Freitas é assente como natural da freguesia da Sé, no Funchal, e filha de pais incógnitos. É dito, igualmente, que “d’entre si teria havido antes deste Matrimonio alguns filhos dos quaes existe vivo um por Nome Henrique, que foi baptisado na Sé desta Cidade” (ARM, PRQ, liv. 1260, f. 18-18 v.). Levantando mais hipóteses de investigação em relação a esta questão, devemos dizer que não chegámos ao registo de batismo do pai de João dos Reis Gomes e que João Gomes Bento, apesar de natural do Estreito de Câmara de Lobos, era residente na rua de São Paulo, na freguesia de São Pedro, no Funchal, e tinha o ofício de sapateiro. Sobre a vinda de João Gomes Bento para o Funchal nada sabemos, e, embora apareça um António Castro, funcionário do Correio no Funchal, como padrinho de Carolina (ARM, PRQ, liv. 1387, f. 64 v./65), não se trata do avô materno porque no assento de batismo de Maria (ARM, PRQ, liv. 1377A, f. 47), outra irmã de João dos Reis Gomes, os avós maternos são ditos como falecidos.

¹⁰¹ Em janeiro de 1941, o *Diário da Madeira* deixa de ser publicado, por motivos imputados à guerra, como comunicou o próprio aos seus leitores, a 31-12-1940, p. 1: “Devido a circunstancias excepcionais especialmente derivadas do momento internacional, o ‘Diário da Madeira’ é forçado a suspender a sua publicação, a partir de hoje, dia em que completa 28 anos de existência”. O periódico *Diário de Notícias*, 1-1-1941, p. 1, também realça o acontecimento: “Por motivos que se ligam com o agravamento que a guerra veio trazer á imprensa, duma maneira geral, suspendeu ontem a sua publicação o nosso prezado colega local ‘Diario da Madeira’. Ao noticiar o facto o nosso jornal não pode deixar de relembrar as magníficas relações que sempre existiram entre o ‘Diario de Notícias’ e o ‘Diário da Madeira’, saudando

como *O Dia*, *O Século* e *Serões* e foi sócio correspondente da Academia de Ciências de Lisboa, sócio de honra da Federação das Academias de Letras do Brasil, vogal do Instituto de Portugal e sócio correspondente da Sociedade de História de Portugal na Madeira. Embora considerado um dos mais ilustres escritores e jornalistas e o primeiro crítico de teatro em Portugal¹⁰², João dos Reis Gomes cairia no silêncio. Como homem de cultura e de participação ativa nos acontecimentos sociais, políticos e culturais que se passam na Madeira, é uma personalidade que tomará na sua pena e nas mais diversas áreas de ação (jornalista, ensaísta, escritor, crítico, ator) a defesa das suas orientações ideológicas¹⁰³. À data da sua morte, o *Diário de Notícias* registava o seguinte:

O extinto era, como dissemos, Major de Artilharia Pesada, na situação de reforma; e Engenheiro Industrial, antigo Professor do Liceu do Funchal e Director da Escola Industrial e Comercial António Augusto de Aguiar; antigo Director do “Heraldo da Madeira” e Director do “Diário da Madeira”; Sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa (Classe de Letras) e membro de honra da Federação das Academias de Letras do Brasil, e Vogal do Instituto de Portugal (antiga Academia de Portugal); Sócio do Instituto António Cabreira, Sócio honorário do Instituto Cultural de Ponta Delgada (S. Miguel), do Instituto Histórico da Terceira (Açores) e da Casa da Madeira, de Lisboa; Oficial e Comendador da Ordem Militar de S. Tiago, do “Mérito Científico, Literário e Artístico”, Comendador da Ordem da Instrução Pública, e Oficial da Academia de França. Possuía medalhas militares das Campanhas do Exército Português, com a legenda Defesa Marítima da Madeira, e Inter-Aliada da Vitória, e Medalha de Ouro de Comportamento Exemplar. Foi fundador da Delegação no Funchal da Sociedade Histórica da Independência de Portugal e seu ex-Presidente, Sócio fundador da Delegação da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha, e

todos os que ali trabalhavam, desde o seu ilustre director ao mais modesto dos seus cooperadores, com o mesmo espirito de amizade e camaradagem que sempre nos uniu nas arduas e difíceis lides da imprensa.”

¹⁰² A *Serões*, nº 47, de maio de 1909, p. 421, considera o “director do *Heraldo da Madeira*” um escritor que “honra a literatura nacional”, a propósito da publicação do “esplendido romance *A Filha de Tristão das Damas*, de maneira inconfundível, brilhantíssima.”

¹⁰³ João dos Reis Gomes, enquanto autor (escritor, jornalista, crítico), não é alheio à ideologia do seu tempo, que, aliada à cultura e à mentalidade, produz o discurso do autor: “neste universo complexo e dificilmente definível de relações entre a sociedade e a história – (...) – não existe um processo de conexões mecanicistas, de causa-efeito, entre (por um lado) a ideologia e (por outro) a historiografia e a consciência histórica. De resto, na sociedade não dominam, obviamente, apenas factores ideológicos, mas também existem, entre outros, fenómenos de cultura e de mentalidade. Há um entrelaçar de realidades e, assim, se os problemas, as práticas e as ideias que se manifestam numa dada época são fruto criativo da construção intelectual do homem, cuja génese é mais facilmente historiada, correspondem também a sentimentos sociais profundos, a uma espécie de inconsciente colectivo, como resultam também de ideologias, estabelecidas ou controladas por interesses sociais ou formadas na base de uma tentativa de recusa desses interesses dominantes” (Torgal, 1989: 30).

condecorado com as medalhas de Dedicção e de Mérito da mesma filantrópica instituição¹⁰⁴.

Fruto de uma dinâmica vida cultural, João dos Reis Gomes deixou uma extensa bibliografia que abrange a crítica, a filosofia, a pedagogia, o teatro, a literatura de viagens e o romance, e testemunha o caráter multifacetado do autor¹⁰⁵.

No campo da representação teatral, a memória do Major João dos Reis Gomes estará associada à fusão do cinema com o teatro, porque é tido como o primeiro, a nível mundial, a introduzir a arte cinematográfica na arte teatral, em *Guiomar Teixeira*, drama histórico escrito a partir de *A Filha de Tristão das Damas*.

João dos Reis Gomes observa no *Diário da Madeira* a ideia da inclusão, em 1913, do filme que se reporta à Batalha de Safim (séc. XVI), que contou com uma intervenção militar madeirense, custeada por Simão Gonçalves da Câmara, 3º capitão do Funchal: “o theatro, que se faz soccorrer de tantas artes, sciencias e industrias, utilizaria aqui, com singular a proposito, uma das mais bellas, mais vulgarisadas e mais uteis conquistas da optica: o animatographo”¹⁰⁶. Aquando da passagem na encenação, por ser um filme mudo e numa época em que se ensaiavam algumas técnicas para “dar voz” às imagens, os atores faziam os comentários em palco e eram acompanhados por uma orquestra: “Os soldados seguem attentamente, commentando no seguinte dialogo, todas as particularidades do encontro das cavallarias portugueza e mourisca, reproduzido pelo cinematographo” (Reis Gomes, 1914: 79). Na peça, o filme é

¹⁰⁴ Periódico *Diário de Notícias*, 22-1-1950, “Faleceu ontem o eminente escritor madeirense Major J. Reis Gomes”, p. 6.

¹⁰⁵ Da obra de João dos Reis Gomes constam os seguintes títulos: *O Theatro e o Actor* (1ª ed., 1905, 2ª ed., 1916), *Histórias Simples* (1907), *A Filha de Tristão das Damas* (1ª ed., 1909, 2ª ed., 1946, 3ª ed., 1962), *Guiomar Teixeira* (1ª ed., 1914), *A Música e o Teatro* (1919), *Acústica Fisiológica – A Voz e o Ouvido da Musical* (1922), *Portugal-Brasil: Alocação e Mensagem* (1922), *Forças Psíquicas* (1925), *O Belo Natural e Artístico* (1928), *Figuras de Teatro* (1928), *Através da França, Suíça e Itália – Diário de Viagem* (1929), *Três Capitais de Espanha: Burgos, Toledo, Sevilha* (1931), *O Anel do Imperador* (1934), *Natais* (1935), *O Vinho da Madeira* (1937), *Casas Madeirenses* (1937), *O Cavaleiro de Santa Catarina* (1941), *De Bom Humor...* (1942), *Casos de Tecnologia* (1943), *A Lenda de Loreley - Contada por um Latino* (1948) e *Através da Alemanha – Notas de Viagem* (1949). *A Filha de Tristão das Damas* contou com duas edições e *Guiomar Teixeira* com três, além da tradução italiana, por Virgilio Biondi, *La Figlia del Vice-Ré*. Em *De Bom Humor...* há textos que são de pseudónimos, o que parece demonstrar que, nos periódicos, poderia ser uma prática comum em João dos Reis Gomes. De acordo com Luís Marino, ARM, ALM, *Panorama Literário do Arquipélago da Madeira*, p. 67, devemos acrescentar a esta lista *No Laboratório, Psychologia e Pathologia Cerebral* (1899), escrito por João dos Reis Gomes, sob o pseudónimo J. Règinard.

¹⁰⁶ Periódico *Diário da Madeira*, 24-6-1913, p. 1, “J. Reis Gomes ‘Guiomar Teixeira’”. Neste artigo, Reis Gomes dá a conhecer as conversas que teve em Lisboa com duas personalidades da encenação para a dramatização da peça na capital. Também segundo o periódico *Diário da Madeira*, 30-6-1913, p. 1, “Noite d’arte”, a representação de 1913 contou com a participação de Emma Trigo, como Guiomar, e João dos Reis Gomes, como Cristóvão Colombo, além de Izabel de Oliveira, Maria Dulce Reis Gomes e Vieira de Castro, entre outros.

introduzido assim: “Ao longe, uma paisagem dos arredores da cidade, reproduzida pelo Cinematographo e onde se passa o ultimo lance da grande batalha com os mouros que terminou com o cerco de Safi” (Reis Gomes, 1914: 79).

Guiomar Teixeira, além de ter sido vertida para italiano por Virgilio Biondi, *La Figlia del Vice-Ré*, foi representada pela companhia italiana Vitaliani-Duse, em 1914, no Teatro Municipal do Funchal. Durante as comemorações do Quincentenário, voltou ao palco, com a participação de Sofia de Figueiredo, no papel de Guiomar Teixeira, e do próprio João dos Reis Gomes, no papel de Cristóvão Colombo¹⁰⁷.

Tendo nascido em 1869, a formação intelectual de João dos Reis Gomes far-se-á, mormente, no período de transição entre o século XIX e início do século XX, marcada pela vaga de acontecimentos que se sucediam no Continente e na Madeira. Personalidade de formação militar, atingiu a patente de major, e com veiculação às humanidades, como comprovam os seus escritos pelo teatro, história, romance/conto, filosofia e jornalismo, optou por uma ação no campo da intelectualidade e não tanto em termos políticos, o que o fez manter-se influente praticamente até ao fim da vida.

Na viragem do século, o Major é colaborador da *Revista Madeirense*, publicação de índole cultural, em que está patente o intuito de divulgação da História da Madeira e dos acontecimentos culturais próprios do arquipélago, e, em 1900, é admitido como Professor da Secção de Ciências no Liceu Jaime Moniz, instituição que abandonaria por causa da lei das Incompatibilidades (1928), continuando, no entanto, a ser professor na Escola Industrial do Funchal, onde é nomeado diretor.

João dos Reis Gomes, nos primeiros dez anos do século XX, além das crónicas em jornais, onde expõe ideias e interpretações sobre alguns setores da indústria e da cultura madeirenses, apresenta, em 1905, o estudo filosófico *O Theatro e o Ator*, e, em 1909, o romance histórico *A Filha de Tristão das Damas*. De relevo é também ter assumido a direção do *Heraldo da Madeira* em 1905, cargo que ocupará até 1915, e mantido colaboração com revistas e periódicos continentais. Nesse tempo, continuou a sua carreira militar, tendo, inclusivamente, sido inspetor de material de guerra, durante a Primeira Grande Guerra e comandante de artilharia na Madeira até 1919.

Deste primeiro quadro, podemos aferir que o Major João dos Reis Gomes se mostra uma personalidade dinâmica, com o objetivo de valorização da Madeira,

¹⁰⁷ Periódico *La Prensa*, 20-2-1923, p. 1, “Desde la Madera”.

expondo os seus problemas, a sua cultura, as suas particularidades, mas, em simultâneo, uma figura que não revela uma filiação política.

Em parceria com outros vultos, nomeadamente o Pe. Fernando Augusto da Silva e Alberto Artur Sarmiento, João dos Reis Gomes funda o Cenáculo, que se apresenta como uma tertúlia reservada, nos seus pontos de vista, sendo até um grupo de difícil acesso às gerações posteriores, como afirma o Visconde do Porto da Cruz¹⁰⁸.

Mesmo de carácter pouco aberto, somos levados a crer que os cenaculistas expõem as ideias debatidas na tertúlia nos órgãos de comunicação dirigidos por João dos Reis Gomes. Quando mais tarde é formada a “Mesa do Centenário” para a comemoração do Quincentenário da Madeira, aparentemente por iniciativa dos cenaculistas, depreendemos o carácter autonomista e regionalista emprestado pelo Cenáculo à opinião pública madeirense, fazendo sentido a veiculação da tertúlia com o *Diário da Madeira*, e, primeiramente, com o *Heraldo da Madeira*¹⁰⁹.

¹⁰⁸ O Visconde do Porto da Cruz, no vol. III de *Notas e Comentários para História Literária da Madeira* (1953), fala sobre o “Grupo do Centenário” e do “Cenáculo”, dando a ideia de que, apesar do valor dos seus membros, o seu carácter fechado tornava o grupo pouco querido de alguns intelectuais: “apareceu o ‘Grupo do Centenário’, tendo como figuras marcantes e sem dúvida valiosas, alguns intelectuais, como o Tenente-Coronel Alberto Artur de Sarmiento, o Major João dos Reis Gomes, o Padre Fernando Augusto da Silva e Francisco Bento de Gouveia. Passado o período das festas do 4.º [sic] Centenário da Descoberta da Madeira, o intelectualismo, que presidiu nesses festejos, criou outro núcleo, também muito fechado – ‘O Cenáculo’. Em volta do ‘Cenáculo’ apareciam *curiosos* que não se afoitavam a aproximar-se de centro tão restrito, onde, especialmente, Reis Gomes e o Padre Fernando da Silva, não viam com bons olhos o advento de novos valores e por isso nem os animavam com um convite amável para tomar parte nas reuniões do ‘pagode’ e até os afastavam fazendo por desiludi-los!” (Porto da Cruz, 1953b: 12).

¹⁰⁹ Ligados, porventura, aos periódicos do início do século XX, aparecem grupos de debate que, no seu contributo de divulgação da história, se associam às ideologias autonómicas. O Cenáculo é uma dessas tertúlias, e, no Quincentenário, percebemos o carácter autonomista e regionalista assumido pelos cenaculistas. Brazão Vieira, em “Um grande vulto que a morte levou: João dos Reis Gomes” (1950), procura reconstituir o elã das reuniões do “ninho da águia”, no Golden Gate. Na reconstituição, é de relevar o carácter conservador que caracteriza a tertúlia: “Reis Gomes cultivou sempre a mundana arte da sociabilidade. O elegante inter-câmbio de chás-das-cinco, com as pessoas das suas relações de amizade, foi sempre a sua predilecção. [...] Para este homem de letras e de teatro, sempre foi necessário e grato, esse mundo de mentira convencional e de comédia humana, onde a sua garra crítica alegremente se adestrava em malabarismos acrobáticos, remexendo nas fibras psicológicas das figuras que o compõem. Vindo do labirinto da vista da cidade, depois de haver feito a sua longa jornada profissional diária – pelo liceu, quartel, redacções dos jornais – encontrava no íntimo cavaco com amigos, reunidos numa das salas do hotel Golden Gate, o benéfico oásis para o seu descanso físico e intelectual” (Vieira, 1950: 18).

João dos Reis Gomes estará também ligado a outras comemorações, fazendo parte da “Comissão das Comemorações Culturais” para a efetivação das

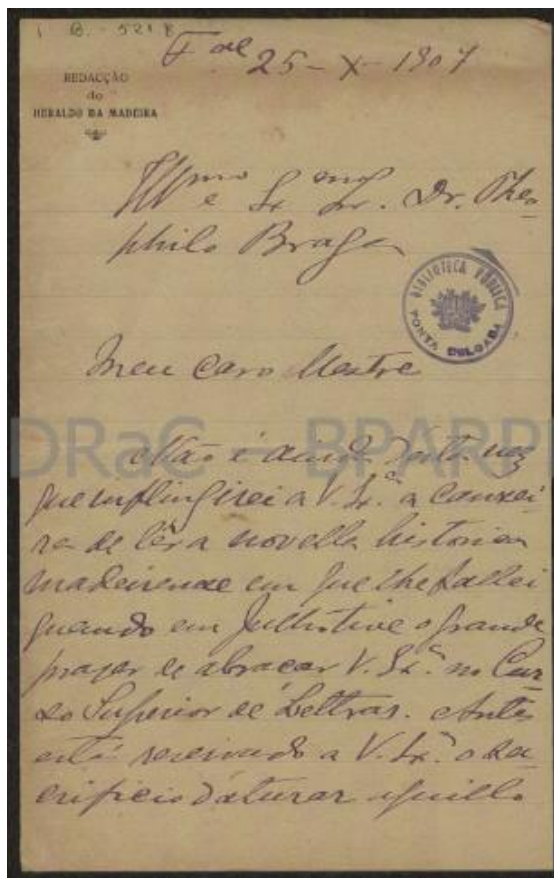


Figura 1 – Carta de João dos Reis Gomes a Teófilo Braga, 25-10-1907. Fonte: BPARPD, ATB.

“Comemorações Centenárias da Restauração e Independência de Portugal” na Madeira, em 1939-1940, juntamente com o Pe. Fernando Augusto da Silva, Alberto Artur Sarmiento, Rui da Câmara, Luís Vieira de Castro, Ernesto Gonçalves e Alberto Jardim¹¹⁰, delineada numa reunião realizada no Palácio de São Lourenço, a 9 de janeiro de 1939, sob a presidência do Chefe do Distrito¹¹¹. O acontecimento reveste-se de um ambiente nacionalista e patriótico, “As Comemorações Centenárias a realizar-se no presente ano de 1939 e em 1940 estão a disputar um extraordinário interesse em todo o país, porque os portugueses compreendem que elas serão uma afirmação vigorosa do nosso

nacionalismo”¹¹², a que não será alheia a vontade das elites madeirenses, “Temos o dever – até porque a Madeira marca a primeira etapa do génio descobridor português – de imprimirmos á nossa fé, a maior exaltação nacionalista, para que a nossa participação nas Festas Centenarias resulte fulgurante em todos os seus aspectos”¹¹³.

As amizades com personalidades de relevo fora do arquipélago da Madeira levaram a uma série de correspondência. Interessando, para o nosso estudo, a correspondência com Teófilo Braga, Manuel Monteiro Velho Arruda e José Bruno

¹¹⁰ Periódico *Diário de Notícias*, 13-1-1939, p. 1, “Comemorações Centenárias da Restauração e Independência de Portugal”.

¹¹¹ Periódico *Diário de Notícias*, 11-1-1939, p. 1, “As Comemorações Centenárias da Restauração e Independência de Portugal na Madeira – Uma importante reunião no Palácio de S. Lourenço sob a presidência do ilustre Chefe do Distrito”.

¹¹² Periódico *Diário de Notícias*, 3-1-1939, p. 1, “Comemorações Centenárias”.

¹¹³ Periódico *Diário de Notícias*, 5-1-1939, p. 1, “Comemorações Centenárias exigem a colaboração de todos os portugueses”.

Tavares Carreiro¹¹⁴, pertencente ao acervo da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada. Poderíamos debater as tendências políticas de cada uma das personalidades açorianas, mas, no nosso intento, a importância centra-se nas questões literárias e de formação de identidades insulares.

Teófilo Braga é tratado como “Mestre” e além das saudações pelo seu 63º aniversário, onde o Major elogia a sua obra “colossal em que o nosso espírito, a um tempo, se orgulha”¹¹⁵, em 1907, sabemos da intenção de Reis Gomes em enviar a Teófilo o romance *A Filha de Tristão das Damas* para uma leitura, numa missiva em que solicita a apreciação de *Histórias Simples*: “Não é ainda desta vez que infligirei a V. Exa. a canseira de lêr a novella historica madeirense em que lhe falei quando em Julho tive o grande prazer de abraçar V. Exa. no Curso Superior de Letras”¹¹⁶. A 1-8-1919, João dos Reis Gomes procura no “Meu caro Mestre” o “decisivo juízo” sobre a obra *A Música e o Teatro*¹¹⁷, o que, pensamos, revela a influência de Teófilo Braga sobre a obra do Major Reis Gomes¹¹⁸.

Em relação a Manuel Monteiro Velho Arruda, denominado “Ilustre Escritor”, João dos Reis Gomes refere a apreciação que fez da edição do livro I de *Saudades da Terra*, de Gaspar Frutuoso, num texto carregado de elogios em que no penúltimo parágrafo afirma que “Como insulano, alcança-me com o altíssimo serviço que V. Exa. acaba de prestar aos nossos dois arquipélagos e dum modo geral, à nossa Pátria”¹¹⁹.

Quanto a José Bruno Carreiro, além dos comentários feitos a *A Filha de Tristão das Damas* e a *O Cavaleiro de Santa Catarina*, que serão devidamente abordados aquando da exploração das obras, registamos uma interessante troca de comentários acerca da obra do autonomista açoriano, *Antero de Quental: Subsídios para a sua Biografia*. Numa missiva de 8-5-1947, Reis Gomes diz ter consultado o cónego Menezes Vaz porque “Nem eu, nem o nosso Pe. Fernando [Augusto da Silva] sabemos

¹¹⁴ O autonomista José Bruno Tavares Carreiro, juntamente com Luís Bettencourt de Medeiros e Câmara, esteve no Funchal, na altura do Centenário Madeirense, com o objetivo de aprofundar as relações com os autonomistas madeirenses para a luta por uma autonomia mais forte para os distritos insulares.

¹¹⁵ BPARPD, ATB, “Carta de J. Reis Gomes, da redacção do ‘Heraldo da Madeira’, a Teófilo Braga – 7-3-1906”.

¹¹⁶ BPARPD, ATB, “Carta de J. Reis Gomes, da redacção do ‘Heraldo da Madeira’, a Teófilo Braga – 25-10-1907”.

¹¹⁷ BPARPD, ATB, “Carta de J. Reis Gomes, da redacção do ‘Heraldo da Madeira’, a Teófilo Braga – 1-8-1919”.

¹¹⁸ Em 1919, como comprova o MQC, NDMJRG, João dos Reis Gomes foi agraciado com a medalha da Academia de Ciências de Portugal (não confundir com a Academia de Ciências de Lisboa), fundada em 1907 por um grupo de intelectuais republicanos, encabeçado por Teófilo Braga.

¹¹⁹ BPARPD, AMMVA, “Carta de J. Reis Gomes, Faial – 13-9-1944”.

nada destes assuntos”¹²⁰. Que assuntos eram esses? A resposta encontra-se no rascunho (10-4-1947) da carta que foi enviada a João dos Reis Gomes: “lembro-me de pedir-lhe o favor de uma informação: Pedro Nicolau de Bet.[encourt] de Freitas e Meneses, bisavô de Antero pela linha da avó paterna D. Carlota Joaquina de Freitas Betencourt, era trisneto do escritor H.[enrique] H.[enriques] de Noronha, sexto avô de A.[ntero] por esta linha, segundo informação que me deu há anos o nosso falecido amigo Luis da Camara. Neste ramo, haverá mais algum antepassado de A.[ntero] digno de menção, além de H.[enrique] H.[enriques] de Noronha?”¹²¹ O espólio do autor da adaptação teatral de *Os Maias* também regista as felicitações de João dos Reis Gomes em relação à apropriação da obra de Eça de Queirós: “mas encarreguei o meu filho [Álvaro Reis Gomes] de dar-lhe o meu cordial abraço de felicitações pelo êxito notabilíssimo dos seus ‘Maias’”¹²².

A correspondência açoriana de João dos Reis Gomes¹²³ reafirma que as humanidades, a história e a literatura preenchem uma forma muito própria do Major projetar o seu pensamento, sem um crivo deliberadamente político. Como informação complementar, na correspondência açoriana, ficamos a saber que João dos Reis Gomes, no fim da vida, sofre de reumatismo e de falta de vista.

A partir das amizades, das atividades, da colaboração com a imprensa e do propósito da literatura de João dos Reis Gomes, podemos presumir sobre uma personalidade regionalista e patriótica, em termos político-intelectuais. Ao regionalismo e ao patriotismo, acrescentamos traços autonomistas e nacionalistas, embora a política explícita não seja uma linha da escrita de João dos Reis Gomes.

Para findar a breve incursão espaço-temporal em relação a João dos Reis Gomes, procuramos esclarecer a nossa percepção de patriotismo e nacionalismo, e o porquê de se confundirem a partir de uma determinada altura, com base nos finais do século XIX, princípios/primeira metade do século XX¹²⁴.

¹²⁰ BPARPD, ATC, “João dos Reis Gomes – subsérie de correspondência – 8-5-1947”.

¹²¹ BPARPD, ATC, “João dos Reis Gomes – subsérie de correspondência – 10-4-1947”.

¹²² BPARPD, ATC, “João dos Reis Gomes – subsérie de correspondência – 22-3-1947”.

¹²³ Não conseguimos ter acesso às respostas dos outros interlocutores. Acedemos, apenas, aos rascunhos de José Bruno Tavares Carreiro, pertencente ao acervo da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.

¹²⁴ Procuramos esclarecer a situação específica que interessa ao nosso trabalho, não procurando debater questões como a integração de regiões que se podem constituir como nações, em blocos maiores, como é o caso espanhol. Também não aludimos a povos, como os curdos, que se podem constituir como nação, mas que ainda não o conseguiram ser como estado, estando espalhados por diversos países e o território da pátria curda estar dividido por diversas unidades políticas nacionais (Turquia, Iraque, Irão e Síria). Nem discutimos casos como o da União Europeia, um bloco político supranacional, em que o sentimento regionalista pode, por vezes, adquirir uma dimensão nacional, como, por exemplo, na defesa dos direitos portugueses, mas, neste caso, a União Europeia não se constitui como estado-nação. Em relação à

Pressupomos que o patriotismo, segundo diversos autores, é o sentimento afetivo em relação a um lugar de pertença, logo, anterior ao nacionalismo. A pátria é interpretada como o lugar dos pais e a nação como o lugar dos nascidos, estabelecendo-se, *a posteriori*, uma relação de historicidade entre os primeiros e os segundos e uma narrativa que acompanha esse aspeto afetivo: “será a partir da ideia e do sentimento de pátria que comunidades e grupos narram a história que os identifica (e os constrói) como famílias alargadas e como comunidades étnico-culturais” (Catroga, 2008: 10).

A nação, por seu lado, generaliza-se durante o século XIX, sendo a substituição do antigo poder monárquico que regia os países: “A nação congrega as vontades individuais, é o lugar de soberania e separa um povo do outro. A ‘pátria’ não é, assim, exclusiva do rei, nem do nobre, mas dos cidadãos na sua totalidade” (Rebelo, 1997: 22). Na verdade, o patriotismo começou a ser substituído pelo nacionalismo, num sentimento que permitiu as nações entrarem num clima belicista. A pureza afetiva patriótica toldou-se por um sentimento nacionalista que levou à confrontação:

O *patriotismo* vive e alimenta-se do justo apreço das nossas coisas, do desejo de explorar as nossas possibilidades, comum a todos os homens, da busca e da aceitação do diálogo e da comparação com os outros em termos de serena emulação. O *nacionalismo* funda-se, alimenta-se da convicção ou do comportamento infantil de ter como *mais excelente* aquilo que é nosso apenas por ser nosso. Infelizmente, o nacionalismo moderno não foi – ou não é – a doença infantil do patriotismo mas um infantilismo levado a sério que nem o desmentido dos acontecimentos ou o horror das suas consequências é capaz de abalar. O que é, afinal, lógico, pois, em última análise, por mais horrível ou delirante que se mostre, é sempre a sombra de um amor infeliz do que se é (Lourenço, 1989: 9).

As conjunturas de final de século XIX, que acompanham as políticas expansionistas dos estados, convocam quase que uma substituição de patriotismo por nacionalismo. A nação irá evoluir para a ideia de estado-nação e, assim, nos finais do século XIX, os sentimentos exacerbados de uma nação forte e dominadora irá dar lugar a guerras de expansão territorial, procurando aumentar o território de origem:

desde as últimas décadas do século XVIII até quase ao fim de Oitocentos, o patriotismo foi sendo hegemonizado pela cultura *res publicana*, remetendo, por conseguinte, para um conceito predominantemente cívico de nação.

Madeira, e aos Açores, estas questões não se colocam porque a força independentista, que pretensamente possa ter existido, não tem uma matriz nacional, como referimos nos exemplos.

Todavia, naquele último período, a intensificação das lutas entre os Estados-Nação – devido, em boa parte, às suas estratégias imperiais – obrigou-os a acelerar a nacionalização das massas, tendo em vista o reforço, quer do consenso interno, quer da predisposição para a guerra, caso fosse necessário. E esse foi o período em que o nacionalismo começou a subsumir o patriotismo, cujo momento forte veio a ser a I Guerra Mundial, para muitos a última “guerra das pátrias” (Catroga, 2008: 36)

De acordo com esta equivalência conotativa, durante o Estado Novo, a nação identificar-se-á com a consciência nacional (Rebelo, 1997: 23) e a pátria e a nação estarão sempre próximas no discurso político, numa propositada lógica de confusão propagandística do regime¹²⁵.

Quanto ao regionalismo cremos que falamos na dimensão afetiva a uma região de pertença, dentro de um conjunto nacional, que despoleta um regionalismo político, cultural e literário, mas que não abala o sentimento de pertença a uma pátria (a região pode não ser a pátria ou a nação). A faceta regionalista aspirará ao efetivo alcance de uma autonomia capaz de materializar politicamente os anseios regionalistas, como será o caso do contexto do Portugal Insular. As suas matrizes de base linguístico-cultural, sociológica e étnica não diferem das de Portugal Continental, mas os arquipélagos já envolvem particularidades geográficas, históricas, sociais, económicas, que acentuam uma busca identitária que se pode concretizar do ponto de vista administrativo.

Na Madeira, a situação dará origem à exploração e aprofundamento de uma identidade, que vem na continuação de um trabalho iniciado no século XIX por intelectuais, madeirenses e não madeirenses, formados ou autodidatas, que veem nestas questões uma forma de afirmação identitária e política, que torna o regionalismo, no início do século XX, uma aceção identitária romântica, quer a nível político, quer a nível cultural, em relação a uma região.

Na perspetiva literária e cultural, o trabalho desenvolvido por João dos Reis Gomes, no que toca ao romance histórico, centra-se na exposição de episódios de um fundo cultural, tradicional e histórico, que marcam a região madeirense, contribuindo para a exaltação de um regionalismo literário, no que concerne ao assunto tratado. Pela literatura, percebemos que “O regionalismo literário tem intrínseca relação com a

¹²⁵ Salazar, numa entrevista a Serge Groussard, publicada a 2 e 3 de setembro de 1958 no jornal francês *Le Figaro*, refere-se ao território da pátria nestes termos: “Não há possessões portuguesas, mas pedaços de Portugal disseminados pelo mundo. Em Lisboa, em Cabo Verde, em Angola ou em Moçambique, em Goa, na Guiné, em Timor ou em Macau é sempre a Pátria” (Salazar, 2015: 928). A estas declarações, acrescentamos que o contexto é o da justificação da manutenção do último império colonial europeu.

identidade literária e cultural. O regionalismo, como aqui está entendido, é a expressão artística da cultura particularizada que se verbaliza para revelar-se” (Lopes, 1997: 255), o que corrobora da opinião de que os romances históricos de João dos Reis Gomes são a afirmação do contributo para a divulgação da História da Madeira e para o fomento de uma memória cultural própria do madeirense.

Não cremos que o regionalismo, pelo menos enquanto manifestação literária e no caso da Madeira, possa ser uma busca filosófica por uma desintegração nacional, seja de que natureza for, mas um alcance de dimensões particulares que, numa relação de comunicação nacional, exorta uma afirmação ôntica de uma região num todo universal: “não exclui a universalidade: esta depende sobretudo da maturidade da expressão, da relativa originalidade da forma e do tratamento temático em função do inter-relacionamento dos componentes regionalistas na unidade geral, de maneira a superar as limitações ‘exóticas’” (Castello, 1997: 113).

O revolver da identidade madeirense fará com que os partidários da autonomia procurem fundamentar-se nas características regionais e de pertença a uma região, para estabelecimento de uma expressão administrativa de governo próprio, que permita um melhor e direto aproveitamento dos recursos económicos gerados na Madeira.

2.3.1. Participação na imprensa

No início do século XX, a exemplo do século XIX, a imprensa continua a ser o campo fértil para a divulgação das ideias, a partir de crónicas, artigos de opinião, artigos histórico-culturais e científicos, eventos e folhetins. Grande parte dos jornais assume um papel preponderante na divulgação ideológica, vulgarizando a história, sob a égide da autonomia, do regionalismo, do patriotismo e do nacionalismo, com o objetivo de abrir caminhos a novas ideologias e formas de poder.

João dos Reis Gomes, numa altura em que o pensamento histórico é fundamental para a consolidação de uma identidade regional, irá colaborar com *A Revista Madeirense*, e dirigir, *a posteriori*, o *Heraldo da Madeira* e o *Diário da Madeira*.

Da análise dos periódicos, decidimos dividir as notícias que nos interessam em subsecções. Uma de acordo com os interesses diretos e textos de João dos Reis Gomes, outras de acordo com as temáticas caras à linha editorial dos jornais. Na primeira categoria inserir-se-ão os excertos dos seus livros, artigos de opinião e considerações sobre diversas matérias. Na segunda categoria, interessa-nos perceber o tipo de artigos

publicados, a sua natureza e como interpretam as matérias abordadas. Exploraremos, de igual modo, a relação com outros jornais madeirenses e com a imprensa continental e estrangeira (Canárias e Madrid), no caso do Centenário Madeirense e da publicação, em 1909, de *A Filha de Tristão das Damas*.

Analísámos, também, alguns jornais de 1928, e que resultam de uma homenagem à figura de João dos Reis Gomes, enquanto Diretor, Mestre e Amigo, após o abandono da cátedra no Liceu Jaime Moniz.

Os temas da autonomia e do regionalismo, a ilha e a identificação pátria, ocupam grande parte das orientações editoriais, quer do *Heraldo da Madeira*, quer do *Diário da Madeira*. São jornais que espelham uma ideologia conservadora e, em simultâneo, publicitária dos interesses madeirenses (e subtilmente dos financiadores da sua edição), divulgando temas caros à história e cultura madeirenses, mas sem nunca deixarem de criticar as situações que se apresentam contrárias aos interesses da Madeira. No que respeita às questões que envolvem a crispação entre a Madeira e a metrópole, a linha orientadora é a de relatar os acontecimentos, sem expressar uma opinião comprometedora no que toca a essas matérias. O patriotismo e o regionalismo revelam-se, pelos jornais, a base do pensamento de Reis Gomes. Para compreender melhor, parece profícuo referir uma linha de textos que objetivam a orientação com que o autor publicou na imprensa regional, ou permitiu a publicação a figuras caras ao seu espaço, e do reconhecimento que lhe é feito, como pensador influente.

Começando pelo *Heraldo da Madeira*¹²⁶, numa análise sucinta, a divulgação da História da Madeira não ocorre somente em textos que abordam temáticas como a

¹²⁶ De acordo com Nelson Veríssimo, o *Heraldo da Madeira* foi fundado com capital da colónia alemã residente na Madeira, numa altura em que se esgrimavam posições entre britânicos e alemães: “Perante a contínua propaganda na imprensa contra os seus projectos, nesta altura sobretudo da parte do ‘Diário de Notícias’ do Funchal, a Companhia dos Sanatórios da Madeira vai apoiar a fundação de um periódico que se mostre favorável aos seus intentos. Nasceu assim o ‘Heraldo da Madeira’ em 14 de Agosto de 1904, jornal diário que se publicou até 1915, e que assumiu a defesa da causa do sindicato alemão” (Veríssimo, 1990a, 130). No artigo “Os sanatórios da Madeira”, da revista *Serões*, nº 7, 1-1906, é também ligada a fundação do *Heraldo da Madeira* ao capital alemão, por causa da questão dos sanatórios. O *Heraldo da Madeira* teria por missão a argumentação a favor dos alemães, fazendo frente ao *Diário de Notícias*, propriedade da família Blandy e órgão de “defesa” da comunidade britânica. O cisma deu-se porque os britânicos, que ocupavam um lugar de destaque no tecido empresarial da ilha, viam com maus olhos a instalação de um interesse alemão, além de pensarem que seria um álibi para outros interesses associados. A revista *Serões*, p. 6, realça que o *Heraldo da Madeira* “em abono da verdade, é para o Funchal uma publicação de primeira ordem. Este jornal, dirigido pelo tenente sr. Reis Gomes, que é um grande talento, muito tem feito na defesa dos interesses da companhia [dos Sanatórios da Madeira]”. Para Nelson Veríssimo, é claro o objetivo alemão de acabar com o monopólio britânico na Madeira: “A companhia alemã tinha, de facto, muitos projectos para a Madeira. A concessão dos Sanatórios da Madeira fora apenas o começo. O Sindicato, depois constituído, pensava ir muito mais além em matéria de investimentos, e o seu director, Ernest Hoffmann, mostrava-se um empresário bastante activo que não se

presença inglesa na Madeira (que nos parece uma tentativa de consciencializar a população e de defesa dos interesses alemães, tendo em conta a questão dos sanatórios) ou os donatários, mas também com o relevo de alguns lugares historicamente marcantes no arquipélago e a sua associação a personalidades históricas e lendárias. No *Heraldo* também se publicam documentos do Arquivo Regional e opina-se sobre diversas questões na defesa dos interesses da Madeira, como, por exemplo, os sanatórios, a política da metrópole e a querela entre ingleses e alemães nos seus intentos de ganharem influência no Atlântico, ou, a questão do jogo e do turismo. No nosso entender, existe uma clara linha editorial que favorece o aparecimento de uma consciência ideologicamente regionalista, assente nas particularidades do arquipélago e nas vicissitudes do poder administrativo da metrópole. No *Heraldo* divulga-se, de igual modo, entradas que constituirão o futuro *Elucidário Madeirense*, publicado em dois volumes, em 1921.

Em traços gerais, o *Heraldo da Madeira* é um periódico que pela leitura dos seus artigos demonstra uma clara preocupação com os assuntos da ilha, nomeadamente, políticos, históricos, culturais e económicos, não se coibindo de criticar e de se expressar perante o que entende ser um obstáculo para o desenvolvimento da Madeira. Na nossa ótica, envereda por uma informação constante do leitor em relação aos diversos assuntos da atualidade internacional e nacional, graças aos recursos empregues e de correspondentes no território nacional e nos principais campos de ação europeus.

Podemos observar que estes artigos são um espelho da tendência pela história que marca o início do século XX, pois a identidade cultural madeirense encontra sustentáculo na evidência de episódios históricos relacionados com a vida do arquipélago. Nesse sentido, tanto a escrita informativa como a escrita literária são imprescindíveis para a divulgação da História da Madeira, como mais tarde vem a confirmar um parágrafo do *Diário de Notícias* sobre a importância de João dos Reis Gomes no movimento de interesse pela história que se forma na Madeira e que tem o seu ponto alto nas festas do V Centenário¹²⁷.

Além das questões políticas, o *Heraldo da Madeira* é uma publicação que contribui para os novos ventos da indústria cultural, não apenas com excertos de prosa

desarmava ante os primeiros obstáculos movidos pelos ingleses instalados na ilha. Era seu objectivo quebrar o monopólio britânico” (Veríssimo, 1990a, 130).

¹²⁷ Periódico *Diário de Notícias*, 22-1-1950, p. 1, “Faleceu ontem o eminente escritor madeirense Major J. Reis Gomes”.

(romance, contos, novelas), mas com uma secção científico-literária de habitual divulgação aos domingos, o que é uma outra forma de divulgação ideológica.

No que concerne ao *Diário da Madeira*¹²⁸, com uma linha editorial semelhante à do *Heraldo da Madeira*, onde impera a defesa dos valores da autonomia, observamos que acrescenta os textos de uma nova geração de intelectuais madeirenses, identificados com o Integralismo Lusitano. O *Diário da Madeira*, embora se autoconsiderasse “Folha Independente”, o que a julgar pela nossa investigação corresponde ao facto de publicar artigos de diversos quadrantes e de diversas personalidades, relativamente independentes em relação aos poderes vigentes, foi um periódico onde se expressou, por exemplo, João Cabral do Nascimento¹²⁹.

Os artigos apresentados no *Diário da Madeira* pendiam sobre a defesa do Estado e dos valores pátrios, nacionalistas, da família e da religião, o que nos sugere um João dos Reis Gomes com uma inclinação conservadora, próximo do poder de então, com uma visão lata do mundo ao permitir a divulgação da ideologia nas páginas do periódico por si dirigido e o alcance das ideias de uma geração posterior à sua. Na nossa apreciação, parece-nos um periódico imbuído de linhas de defesa da Madeira, quer a nível político, quer a nível histórico e cultural, mas, em simultâneo, com uma forte componente católica. Mantém ligação com importantes órgãos de informação do Continente, transcrevendo, com frequência, notícias, artigos e crónicas do *Diário de Notícias* de Lisboa, de *O Dia*, de *Serões* (publicação considerada importante na ascensão da Primeira República, bem como na sua queda em 1926), entre outros. A situação internacional é também um dos grandes motivos de interesse desta publicação.

¹²⁸ O *Diário da Madeira* segue algumas das características do *Heraldo da Madeira* e intitula-se como independente, embora dê relevo a questões como a autonomia e o regionalismo, mas na perspetiva de uma elite que continua patriótica e nacionalista, sendo nos “anos Vinte, veículo da expressão e publicidade de algumas ideias da chamada ‘Cultura Nova’, de alguns integralistas madeirenses e de vários círculos do nacionalismo português” (Rodrigues, 2012: 95). Ainda de acordo com Paulo Miguel Rodrigues, “apesar de se afirmar folha independente era católico e favorável ao ‘Estado Novo’” (Rodrigues, 2012: 94). Este entendimento de um periódico católico e favorável ao Estado Novo deve-se ao facto de, durante o período das revoltas, “o *Diário da Madeira* continuasse incólume em 1934 (e sobrevivesse até 1940), depois das Revoltas da Farinha (Fevereiro 1931) e da Madeira (Abril 1931), num ambiente políticosocial que ainda iria levar à Revolta do Leite (1936), manifestações de protesto com cunhos variados de violência, mas sempre contra o poder central e o sistemas político, económico e financeiro que então se construíam com o ‘Estado Novo’” (Rodrigues, 2012: 95). É, a par do *Diário de Notícias*, do *Jornal da Madeira* e do *Correio da Madeira*, um dos periódicos de maior sucesso no panorama madeirense.

¹²⁹ No periódico *Diário da Madeira*, durante o mês de agosto de 1918, é publicado um artigo de João Cabral do Nascimento sobre Literatura Madeirense, dividido em cinco partes: “Literatura Madeirense – Prefácio do livro em preparo: Antologia de Poetas da Ilha da Madeira” (18-8-1918, p. 1), “Literatura Madeirense II – O Simbolismo” (20-8-1918, p. 1), “Literatura Madeirense III – O Futurismo” (22-8-1918, p. 1), “Literatura Madeirense IV – A novíssima geração” (24-8-1918, p. 1) e “Literatura Madeirense (Conclusão)” (27-8-1918, p. 1).

Nas suas folhas, são dados à estampa romances em folhetins e dispõe de uma secção literária intitulada “Domingo Literário”. De igual modo, são publicadas obras de interesse geral, como é o caso de *História da Guerra Europeia*¹³⁰.

Na coletânea *De Bom Humor...*, João dos Reis Gomes apresenta uma reedição de alguns textos que escreveu para a imprensa madeirense, nas primeiras décadas do século XX, nomeadamente n’A *Revista Madeirense*, no *Heraldo da Madeira* e no *Diário da Madeira*, legando-nos uma amostra da sua **atividade jornalística**. Neste conjunto de textos, o autor mostra a sua escrita mordaz e humorística e a maneira veemente com que defende a Madeira e expressa o seu ponto de vista, em várias temáticas: o turismo, a educação, a cultura, a história e a política. É de notar que, muitas vezes, há também uma aproximação ao poder vigente no Continente Português.

Escritor com várias ligações no meio, registamos uma atividade jornalística intensa em que João dos Reis Gomes apresenta partes de alguns dos seus livros, artigos de opinião e intervenção cívica e em que, por vezes, é homenageado: transcrição da entrevista com João dos Reis Gomes no *Diário de Notícias* de Lisboa¹³¹, artigo sobre o novo livro de João dos Reis Gomes, *Acústica Fisiológica*¹³², na secção “Ciencia e Arte”, João dos Reis Gomes começa a publicar textos de reflexão sobre a pintura e a fotografia¹³³, a música¹³⁴, personalidades diversas¹³⁵, e a música no teatro¹³⁶, excerto do livro *Histórias Simples* de João dos Reis Gomes, intitulado “Retrato”¹³⁷, excerto de *A Filha de Tristão das Damas* sobre Cristóvão Colombo¹³⁸, o diretor do *Diário da Madeira* escreve um artigo sobre a restauração da Catedral do Funchal¹³⁹, artigo sobre A

¹³⁰ Periódico *Diário da Madeira*, 31-1-1916, p. 3-4.

¹³¹ Periódico *Diário da Madeira*, 3-8-1922, p. 1, “Filosofia da Arte – A proposito do novo livro de Reis Gomes – O ‘Diario de Lisboa’ entrevista o autor”.

¹³² Periódico *Diário da Madeira*, 1-8-1922, p. 1, “Acústica Fisiológica – O novo livro do sr. Major Reis Gomes e a critica da capital”.

¹³³ Periódico *Diário da Madeira*, 30-8-1919, p. 1, “A pintura do natural e a fotografia comum”.

¹³⁴ Periódico *Diário da Madeira*, 1-9-1918, p. 1, “Alcance Passional da Musica I”; 5-9-1918, p. 1, “Alcance Passional da Musica II”; 17-9-1918, p. 1, “Alcance passional da Musica III”; 22-9-1918, p. 1, “Alcance Passional da Musica IV”; 22-10-1918, p. 1, “Alcance Passional da Musica V”.

¹³⁵ Periódico *Diário da Madeira*, 10-9-1918, p. 1, “Centenário de Gounod”, artigo transcrito de *O Dia*.

¹³⁶ Periódico *Diário da Madeira*, 1-10-1918, p. 1, “O Cantôr e o Teatro I”; 3-10-1918, p. 1, “O Cantôr e o Teatro II”; 6-10-1918, p. 1, “O Cantôr e o Teatro III”; 8-10-1918, p. 1, “O Cantôr e o Teatro IV”; 10-10-1918, p. 1, “O Cantôr e o Teatro V”; 12-10-1918, p. 1, “O Cantôr e o Teatro VI”.

¹³⁷ Periódico *Diário da Madeira*, 15-9-1918, p. 2. Note-se que neste número há um poema de João Cabral do Nascimento, “A Teoria dos Bebés”, dedicado a Luiz de Montemor.

¹³⁸ Periódico *Diário da Madeira*, 22-12-1918, p. 2, “O sonho de Colombo”. Este texto é publicado após um artigo de Patrocínio Ribeiro, no *Diário da Madeira*, 13-11-1918, sobre o porquê de Colombo ter fugido de Portugal, “Porque fugiu Colombo de Portugal”.

¹³⁹ Periódico *Diário da Madeira*, 15-10-1919, p. 1, “A nossa Catedral – A propósito da actual ‘reestruturação’ do frontispício”. Este artigo terá continuação nas edições do *Diário da Madeira*, de 22-10-1919, 29-10-1919, 1-11-1919 e 5-11-1919.

Música e o Teatro por João dos Reis Gomes¹⁴⁰, carta dirigida ao diretor do *Diário da Madeira* sobre a carta escrita no dia 15 de outubro¹⁴¹, notícia sobre a entrada de João dos Reis Gomes para a Academia de Ciências de Lisboa¹⁴².

Poderiam ser apontados muitos mais textos. Porém, pensamos que estes são elucidativos do alcance do autor enquanto pensador reconhecido pelos seus pares.

2.3.2. O Quincentenário da Madeira¹⁴³

O ano de 1915 assinala os cinco séculos do início da Expansão Ultramarina Portuguesa¹⁴⁴. Na Madeira, perante esta comemoração centenária e a insatisfação com os parâmetros da autonomia administrativa, cresce a pretensão de festejar o **Quinto Centenário da Descoberta da Madeira**, em 1919. A intenção seria concretizar uma celebração com carácter nacional, uma vez que o arquipélago é considerado o início da descoberta do Novo Mundo pelos europeus. Dentro do espírito e no sentido de comprometer a opinião pública com o Quincentenário, dá-se relevo ao IV Centenário da

¹⁴⁰ Periódico *Diário da Madeira*, 16-10-1919, p. 1, “A Música e o Teatro”. Este artigo terá continuação no número de 26-10-1919, onde se diz que são excertos do “último livro do director dêste jornal o nosso muito querido companheiro de trabalho sr. J. Reis Gomes”, publicado em *A Época*.

¹⁴¹ Periódico *Diário da Madeira*, 18-10-1919, p. 1, “A nossa Catedral – A propósito da sua restauração, uma carta”.

¹⁴² Periódico *Diário da Madeira*, 16-2-1924, p. 1, “J. Reis Gomes”.

¹⁴³ Interessa-nos descrever a ação de João dos Reis Gomes e dos cenaculistas na concretização do Centenário Madeirense, não incidindo muito sobre a questão política que incendiou os ânimos entre o Funchal e Lisboa e entre os próprios autonomistas madeirenses: “Manuel Pestana Reis apresentara já o seu projecto em reunião de 16 de Dezembro, convocada pelo Presidente da Comissão Executiva da Junta Geral do Funchal, para estudo das bases de uma mais ampla autonomia administrativa. Esse documento foi publicado no *Diário de Notícias* do Funchal (17 de Dezembro de 1922), mas verdade é que já nessa primeira reunião, da qual irá nascer a comissão autonomista da Madeira, divergiam as opiniões sobre o alargamento da autonomia: havia quem preconizasse apenas atribuições mais amplas para a Junta Geral e os que pretendiam ver consagrada uma autonomia completa. Pestana Reis incluía-se nestes últimos, e alvitrou a ideia dum ‘estatuto político, dispondo dos poderes legislativo e executivo’” (Veríssimo, 1995: 24). A Madeira não se encontrava só nesta luta e tinha o apoio açoriano, que, após a festa de homenagem aos autonomistas açorianos (5-1-1923), “o representante dos regionalistas de S. Miguel, Luís de Bettencourt de Medeiros e Câmara, vaticinava: ‘o alargamento das regalias autonómicas na descentralização administrativa dos distritos insulanos é já mais que uma ideia em marcha: é uma realização que começa’” (Veríssimo, 1990c: 503). Contudo, a “falta duma consciência regionalista bem definida” (Veríssimo, 1990c: 506) é apontada como a principal causa para que, de 1922, tenham ficado “as flores de retórica. Quebrara-se rapidamente o entusiasmo. Voltava a pequena intriga, a indiferença, a apatia, a tutela humilhante ao poder da capital até que um ultraje mais violento da arrogante olisipocracia viesse de novo a reunir os ilhéus em torno das suas velhas aspirações” (Veríssimo, 1990c: 507), o que denota a falta de união em torno de uma perspetiva conciliadora enfraquecendo a reivindicação, tanto do ponto de vista político como cultural.

¹⁴⁴ Periódico *Diário da Madeira*, 3-2-1916, p. 1, “Quinto Centenário do Início dos Descobrimentos Portugueses”.

Descoberta do Brasil¹⁴⁵ e à celebração do I Centenário da Independência do Brasil¹⁴⁶, onde marcará presença uma delegação madeirense.

O *Diário da Madeira*, sob a direção de João dos Reis Gomes, publica, em 1919, um conjunto de textos que apela à celebração nacional do Quincentenário¹⁴⁷. O 2 de julho, em 1919, foi escolhido para assinalar a data da descoberta da Madeira e, como tal, realizaram-se algumas iniciativas. O Pe. Fernando Augusto da Silva publicou um artigo sobre os 500 anos da Descoberta da Madeira¹⁴⁸, Alberto Artur Sarmento aborda esta questão num texto sobre os cinco séculos de existência da Madeira¹⁴⁹, e João dos Reis Gomes escreveu um artigo n’*O Progresso*, transcrito para o *Diário da Madeira*, sobre as comemorações do 5º Centenário da Descoberta da Madeira, em que se queixa da indiferença da administração nacional em relação ao acontecimento, deixando presente o argumento de que “a descoberta dêste arquipélago fôra a porta descerrada, par em par, aos descobrimentos lusitanos, nessa luminosa cruzada que, de direito e para sempre, colocava Portugal, antes de todos, a dentro da civilização e da epopeia”¹⁵⁰.

Os três cenaculistas, João dos Reis Gomes, Alberto Artur Sarmento e Fernando Augusto da Silva, mostraram-se particularmente ativos na propaganda e delineação do evento. Entre o Cenáculo e a Mesa do Centenário parece ter havido uma transição natural e, a partir das posições pensadas pelos seus membros e publicitadas no *Diário da Madeira*, pôs-se de pé o programa comemorativo do Centenário Madeirense.

Com as comemorações de 1922-1923, as vozes regionalistas e autonomistas pugnaram por uma extensão da autonomia administrativa, havendo até a ideia da

¹⁴⁵ Periódico *Diário da Madeira*, de 19-7-1922 e de 21-7-1922, p. 1. O artigo é um comentário de Cunha e Costa da Academia das Ciências de Lisboa, sobre o Brasil e o discurso do quarto centenário da descoberta, proferido por António Cândido, no teatro S. João, evento organizado pelas associações comerciais, industriais e agrícolas da cidade do Porto.

¹⁴⁶ Periódico *Diário da Madeira*, 7-9-1922, p. 1, “À Nação Brasileira no primeiro centenário da Independência”. Este número é quase todo dedicado ao Brasil. O ano de 1922 é, também, o da Semana de Arte Moderna de São Paulo, entre 11 e 18 de fevereiro, em que se defende uma nova forma de arte, mais brasileira e orgulhosamente brasileira.

¹⁴⁷ O Pe. Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Meneses atribuem a João dos Reis Gomes a ideia da comemoração do Centenário Madeirense: “Foi o major João dos Reis Gomes, um distinto filho da nossa terra e o mais ilustre dos seus escritores e jornalistas, que, no *Diário da Madeira*, de que é director (1921), lançou e advogou a ideia da celebração do centenario, que elaborou as bases dessa comemoração, que iniciou os seus actos preparatorios, que presidiu á direcção de muitos dos numeros do programa e que sempre acompanhou e superintendeu, ás vezes nos mais pequenos detalhes, em todos os trabalhos dos diversos festejos que se realizaram nesta cidade nos fins de Dezembro de 1922 e principios de Janeiro de 1923” (Silva e Meneses, 1998c: 164).

¹⁴⁸ Periódico *Diário da Madeira*, 25-4-1919, p. 1, “1419-1919 A descoberta da Madeira – Passa o seu 5º centenário a 2 de Julho dêste ano”.

¹⁴⁹ Periódico *Diário da Madeira*, 2-7-1919, p. 1, “Os Cinco Seculos da Vida Madeirense”.

¹⁵⁰ Periódico *Diário da Madeira*, 25-6-1919, p. 1, “O 5º centenario da descoberta da Madeira – Como êle vai sêr comemorado”.

criação de um espaço de debate que seria o Congresso Regional da Madeira¹⁵¹. O evidente descontentamento com a falta de apoios nacionais fez com que as festividades fossem sendo sucessivamente adiadas até 1922, outra data que também poderia ser plausível de ser assinalada como a da Descoberta da Madeira. Neste pressuposto, estavam criadas as bases para o evento que haveria de decorrer em 1922, com uma acentuada contestação autonómica¹⁵².

No ano de 1922, a imprensa madeirense procurou intensificar a pressão para o cumprimento da meta do Quincentenário. O *Diário da Madeira*, o *Correio da Madeira* e o *Diário de Notícias*¹⁵³ sentiram esse chamamento, tornando-o quase como uma voz uníssona da Madeira, aliada às pretensões autonómicas, como ferramenta essencial para a sua afirmação como território e entidade cultural dentro do país. De igual modo, lança-se o repto para a modernização da cidade do Funchal, uma vez que, perante tais cerimónias, era necessário um cenário que abrisse este acontecimento nacional. João dos Reis Gomes, juntamente com outros membros do Cenáculo, participou na Comissão de Estudo para as Bases da Autonomia da Madeira:

A 16-12-22, em solene sessão da Junta Geral do Distrito, foram apresentadas as bases da futura e tão desejada autonomia da Madeira que quer, apesar de tudo, orgulhar-se de continuar a ser portuguesa. Essas bases foram apresentadas pelo talentoso jurisconsulto, dr. Manuel Pestana dos Reis e n'elas se exige plena liberdade de culto, protecção especial para a igreja

¹⁵¹ Periódico *Diário da Madeira*, 29-10-1920, p. 1, “A Marcha de uma ideia... Congresso Regional da Madeira”, p. 1. Neste artigo assinado “R.”, é explicado o Congresso Regional da Madeira como uma forma de dar força nacional às reivindicações madeirenses, englobando vários quadrantes da sociedade.

¹⁵² O Pe. Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Meneses informam que foi Manuel Gregório Pestana Júnior a indicar a nova data para o Centenário: “Em 1920, surgiu a publicação dum interessante opúsculo intitulado O Reconhecimento da Madeira, cuja autoria pertence ao advogado e jornalista Dr. Manuel Gregorio Pestana Junior, em que se abre uma nova rota para a fixação da data do descobrimento” (Silva e Meneses, 1998c: 163-164). Os autores do *Elucidário Madeirense* não deixam de criticar o esquecimento votado pela metrópole: “Perderam-se ou foram de todo esquecidas as palavras com que na imprensa da capital se fez recordar o dever dessa comemoração, chamando-se especialmente a atenção da Academia das Ciências de Lisboa, e, de modo muito particular, da Comissão encarregada de promover a celebração dos centenários das nossas conquistas e descobertas, que existia e funcionava no seio da mesma Academia. Se a conquista de Ceuta, por ser a primeira realizada além das fronteiras continentais, mereceu uma condigna e solene comemoração, não podia também ser esquecido o descobrimento deste arquipélago que verdadeiramente assinala o ilícito da nossa brilhante odisseia de navegantes e de futuros dominadores dos mares em ambos os hemisférios” (Silva e Meneses, 1998c: 165).

¹⁵³ Periódico *Correio da Madeira*, 24-10-1922, p. 1, “À Margem – Autonomia Administrativa”. No artigo é dito que as reivindicações noticiadas nos últimos tempos pelo *Correio da Madeira*, *Diário da Madeira* e *Diário de Notícias*, “deverá transformar-se em brado uníssono da Madeira inteira por ocasião das festas comemorativas do seu centenário”.

¹⁵⁴ Periódico *Correio da Madeira*, 24-10-1922, p. 1, “À Margem – Autonomia Administrativa”. No artigo é dito que as reivindicações noticiadas nos últimos tempos pelo *Correio da Madeira*, *Diário da Madeira* e *Diário de Notícias*, “deverá transformar-se em brado uníssono da Madeira inteira por ocasião das festas comemorativas do seu centenário”.

católica (como sendo a religião dos Madeirenses e da maioria dos Portuguezes) e a liberdade plena de ensino religioso nas escolas.

Foi organizada uma comissão d'estudo, composta pelos srs. Majores **Reis Gomes** e Vasco Silva, drs. Romano de Santa Clara Gomes, M. Pestana Reis, E. António Pestana, Alexandre Cunha Teles, M. Passos de Freitas, Rodrigues dos Santos, Manuel A. Martins, José Varela, e os srs. Henrique Augusto Vieira de Castro, Ciriaco de Nobrega, engenheiro Vitorino dos Santos, Capitão Carlos Frazão Sardinha e José Maria Teixeira.

O deputado pelo Centro, Dr. Juvenal d'Araujo, e o Senador Dr. Vasco Marques tomaram o compromisso de defenderem esta causa no parlamento e no senado.

Oxalá o ardor das festas do V Centenário não faça esquecer o que se começou com tanto entusiasmo¹⁵⁴.

A comissão é, na prática, um ato concreto das pretensões autonomistas que procuravam uma convergência entre as posições mais radicais e as menos radicais. Os ânimos autonomistas vêm a inflamar-se cada vez mais com o aproximar das comemorações, e sentiu-se, em particular, com o abandono de Lisboa em relação aos festejos. Seguindo o modelo liberal das comemorações centenárias, as iniciativas das organizações locais não tiveram colaboração por parte do Estado, o que resultou num marcado abandono e numa dimensão mais regional do centenário¹⁵⁵.

No *Diário da Madeira*, as diversas etapas para a execução das festas do centenário são uma constante nos seus assuntos diários. As matérias tratadas são as seguintes: a reunião preparatória para a celebração da Descoberta da Madeira das festas do Centenário¹⁵⁶; a celebração das festas do Centenário¹⁵⁷; a pretensão de um espetáculo

¹⁵⁴ Revista *A Esperança*, 15-1-1923, p. 492, "Autonomia Madeirense". Sublinhado nosso.

¹⁵⁵ Em janeiro de 1923, "No Funchal, Bruno Carreiro e Luís de Bettencourt de Medeiros e Câmara redigiram para a Comissão Autônómica um documento intitulado *Projecto de bases para uma reorganização geral administrativa dos distritos insulanos* com a indicação dos pontos que consideravam importantes para o projecto de ampliação da autonomia" (Veríssimo, 1990c: 502), porque "Reivindicava-se o direito duma autêntica administração autónoma e os editoriais do *Correio dos Açores* do Verão de 1922 não passavam despercebidos da imprensa madeirense. Tudo parecia conduzir a uma campanha intensa por uma maior autonomia para os distritos insulares. E desta vez o brado não viria isoladamente de um distrito mais contestatário. Idênticos problemas deveriam permitir uma estratégia concertada da Madeira e dos Açores. Só um projecto de alargamento da autonomia que merecesse o consenso e o apoio dos distritos dos dois arquipélagos poderia ser defendido no Parlamento, como causa comum, pelos representantes das ilhas. Disso tinha-se perfeita consciência e o que se passou em 1895 não deveria mais repetir-se" (Veríssimo, 1990c: 495). O abandono por parte do Estado parece ser uma arma para procurar não dar expressão extra-muros insulanos ao clamor de maior autonomia.

¹⁵⁶ Periódico *Diário da Madeira*, 29-7-1922, p. 1, "Descoberta da Madeira – Celebração do seu 5º centenário".

¹⁵⁷ Periódico *Diário da Madeira*, 4-8-1922, p. 2, "Celebração das festas do 5º centenário da Descoberta da Madeira".

novidade para o povo, “um baile de vilões”¹⁵⁸; a instalação, a 5 de agosto, pelas 21:00, da comissão executiva eleita na reunião de 2 de agosto, dando um carácter de celebração nacional às festas do Centenário¹⁵⁹; a apresentação da comissão do 5º Centenário¹⁶⁰; artigos de outras publicações nacionais sobre o carácter nacional que o V Centenário deverá ter, *Diário de Notícias* de Lisboa¹⁶¹ e *A Montanha*¹⁶²; o estado da cidade do Funchal para a receção das festas¹⁶³; e o início das festas do V Centenário¹⁶⁴.

A apologia da Madeira e do seu papel no mundo no engrandecimento da nação e dos feitos dos portugueses é outro motivo de enaltecimento, de que registamos o artigo de Artur Sarmiento particulariza a importância da Madeira no início das Descobertas, da sua ligação a outras colónias, como o Brasil, na libertação de Pernambuco por João Fernandes Vieira e Ferreira: “Por tantos motivos é, pois, asado ensejo ao nosso coração de madeirense relembrar acções passadas que, sendo um incentivo patriótico, são ainda o germen, uma esperança para a intensificação do amor pátrio”¹⁶⁵.

A propaganda da Madeira e dos seus intelectuais, em 1922, é tema recorrente na imprensa regional, onde se registam, por exemplo, elogios a João dos Reis Gomes. Sob a citação de Gustave Le Bon, “...É este o século da revisão da Historia”, é publicado um artigo a louvar a iniciativa do Major:

O que será essa comemoração, da louvável iniciativa do ilustre escritor e Academico, sr. major J. Reis Gomes, director do “Diario da Madeira”, que é, incontestavelmente, um dos mais brilhantes espíritos desta terra que justamente se honra em te-lo por seu filho, adivinham-no já todos quantos conhecem, nas suas linhas gerais, o programa das proximas festas, a cuja efectivação andam ligados os nomes de distintas individualidades que se esforçam por imprimir-lhes o maximo do brilhantismo, como devotados

¹⁵⁸ Periódico *Diário da Madeira*, 5-8-1922, p. 1, “Descoberta da Madeira – A celebração das festas do 5.º Centenario. Um alvitre”.

¹⁵⁹ Periódico *Diário da Madeira*, 8-8-1922, p. 1, “Uma Festa Nacional – Centenario da Descoberta da Madeira”.

¹⁶⁰ Periódico *Diário da Madeira*, 24-9-1922, p. 1, “A Primeira Obra do Infante – Descoberta da Madeira – A comemoração do seu 5.º Centenario”.

¹⁶¹ Periódico *Diário da Madeira*, 27-9-1922, p. 1, “O Quinto Centenario da Descoberta da Madeira vai ser ali comemorado com grande imponencia – A metropole deve imprimir a essa comemoração o caracter nacional que ela merece – O entusiasmo que os festejos de dezembro estão despertando nas Canarias, na Inglaterra e na America do Norte”.

¹⁶² Periódico *Diário da Madeira*, 19-10-1922, p. 1, “Ilha da Madeira – O 5.º centenario da sua descoberta”.

¹⁶³ Periódico *Diário da Madeira*, 5-10-1922, p. 1, “A Cidade nas festas do V Centenario I”; 15-10-1922, p. 1, “A Cidade nas festas do V Centenario II”; 21-10-1922, p. 2, “A Cidade nas festas do V Centenario III”.

¹⁶⁴ Periódico *Diário da Madeira*, 31-12-1922, p. 1, “As Festas Historicas do Quinto Centenario da Madeira”.

¹⁶⁵ Periódico *Diário da Madeira*, 13-8-1922, p. 1, “Os madeirenses e as Festas da Descoberta”.

portugueses que sempre se empenham por fazer erguer bem alto o esplendor desta ditosa patria amada, como diria o imortal cantor das nossas mais alevantadas façanhas¹⁶⁶.

De acordo com a epígrafe, o texto, não esquecendo as reivindicações autonomistas dos madeirenses, aproveita para convidar Portugal a rever a pouca importância atribuída a alguns episódios históricos, nomeadamente, a Descoberta da Madeira. No mesmo diapasão, surge um outro artigo que aborda a imagem da ilha vista pelos continentais, em que retemos que o Funchal é reconhecido como a terceira cidade económica portuguesa e João dos Reis Gomes um dos notáveis intelectuais da ilha, aludindo à admiração de que é alvo no exterior: “o major João dos Reis Gomes, autor de varios livros, entre os quais figura ‘O Teatro e o Actor’, obra que, na ‘Revista literaria, artistica e scientifica’ de ‘O Seculo’, mereceu da pena de Teofilo Braga as mais belas referencias, e que foi adoptada num conservatorio do Brasil”¹⁶⁷.

O *Correio da Madeira* noticiou, do mesmo modo, as festas do Quinto Centenário, informando sobre a realização no dia 2 de agosto, no Teatro Dr. Manuel de Arriaga, de “uma reunião duma comissão de madeirenses, que está empenhada em promover festejos destinados a comemorar a data da descoberta da Madeira”¹⁶⁸, a nova imagem que esta comissão pretende dar à cidade do Funchal, “Pois compreende-se bem que o primeiro e mais importante papel da grande comissão promotora da comemoração do quinto centenário da descoberta da Madeira, seja procurar os meios para que desapareça o actual e triste estado da cidade, triste pelo abandono que mostra, por vezes com aspecto, nauseabundos”¹⁶⁹, o que a comissão está a fazer para as comemorações do V Centenário é uma crítica explícita à Câmara Municipal do Funchal por não fazer nada para melhorar a cidade, “nada do tremendo trabalho que tem a executar; porque a cidade, tal qual se acha, está indigna de ser visitada, não se encontra em condições de uma comemoração, como a que se projecta para dezembro”¹⁷⁰, as medidas tomadas pela comissão de propaganda e publicidade, em que se relata as demandas publicitárias acordadas na reunião de 2 de outubro, pelas 14:00¹⁷¹, a publicitação do V Centenário na

¹⁶⁶ Periódico *Diário da Madeira*, 1-8-1922, p. 1, “Centenario da Madeira – Cem lustres”.

¹⁶⁷ Periódico *Diário da Madeira*, 7-11-1922, p. 2, “Descoberta da Madeira – O infante D. Henrique – ligeiras considerações sobre o desenvolvimento da Ilha de Zarco – A ideia que dela fazem os continentais”.

¹⁶⁸ Periódico *Correio da Madeira*, 28-7-1922, p. 1.

¹⁶⁹ Periódico *Correio da Madeira*, 26-8-1922, p. 2-3.

¹⁷⁰ Periódico *Correio da Madeira*, 5-10-1922, p. 2, “O V centenario da Descoberta da Madeira – Já só temos 70 dias úteis para nos prepararmos”.

¹⁷¹ Periódico *Correio da Madeira*, 3-10-1922, p. 1.

publicação *O Século e o Centenário*, cuja capa e mais 4 páginas são consagradas ao Infante e navegadores¹⁷², o último dia das festas e os concertos tenerifenhos¹⁷³.

O *Correio da Madeira* agradeceu a oferta à sua redação, pela Comissão de propaganda e Publicidade das Festas do Centenário, da Publicação Comemorativa do Centenário, que teve como mentor o Pe. Fernando Augusto da Silva¹⁷⁴.

Mas o Centenário não se fez apenas de e por madeirenses. O interesse em expandir a marca Madeira, numa vertente turística, e a convocatória de outros povos para o reconhecimento de uma data única fazem com que a comissão veja uma oportunidade no arquipélago vizinho, as Canárias, que, por sua vez, também sente o apelo em se inteirar da luta autonómica madeirense. De Tenerife, chega uma comitiva liderada por Andrés Orozco Batista:

O Viera y Clavijo, pequeno mas elegante vapor espanhol de carreira interinsular, nas Canarias, chegou no dia 28 pouco antes das 13 horas, com sol esplendoroso, um céu todo azul, mas com brisa fresca; por isso os oitenta e tantos Tenerifenhos desembarcaram na Pontinha, no meio de uma grande multidão. Vinham os nossos ilustres hóspedes acompanhados pelos Srs. H. Vieira de Castro e Vice-Consul espanhol e outros vultos de destaque que foram a bordo apresentar os seus cumprimentos.

Tomando automóveis, na companhia dos vereadores da Câmara, que vieram assistir ao desembarque, dirigiram-se para os Paços do Concelho onde o presidente do senado, dr. Teixeira Jardim lhes deu as boas vindas. Em nome dos seus compatriotas falou então o ilustre Alcaide de Santa Cruz de Tenerife, D. Andrés Orozco Batista, agradecendo ao presidente da Câmara.

Egual manifestação de simpatia os aguardava na Junta Geral¹⁷⁵.

Na imprensa canária, em particular na tenerifenha, foi dado especial relevo às comemorações do Quinto Centenário da Descoberta da Madeira. Houve uma delegação de Tenerife que atuou no Funchal, bem como o registo de duas delegações madeirenses que participaram nas Festas de Maio de Santa Cruz de Tenerife, em 1922 e em 1923. Os quatro periódicos da imprensa canária que consultamos e que se relacionam com o *Diário da Madeira* e outros periódicos madeirenses, tal como o *Diário de Notícias*, são de cariz conservador, católico, autonomista e republicano, expressando as diversas

¹⁷² Periódico *Correio da Madeira*, 4-1-1923, p. 1.

¹⁷³ Periódico *Correio da Madeira*, 4-1-1923, p. 2, “Em plenas festas do V Centenário da Descoberta da Madeira”.

¹⁷⁴ Periódico *Correio da Madeira*, 12-1-1923, p. 1, “Quinto Centenário”.

¹⁷⁵ Revista *A Esperança*, 15-1-1923, p. 493, “Autonomia Madeirense”.

sensibilidades de um período igualmente conturbado na vida canária, atravessada pela perturbação política em Espanha, que se encontra num período de fervor político e militar, com a pressão das ideologias republicanas, monárquicas, ideias autonomistas e independentistas, e a intervenção militar em Marrocos.

Para os canários, a sua participação parece evidenciar um interesse crescente pelo desenrolar das reivindicações autonomistas no Quinto Centenário, avaliando uma situação geograficamente idêntica: situam-se na periferia espanhola e sentem-se esquecidos por Madrid¹⁷⁶.

Na primeira página de *La Prensa*, periódico republicano, é dito que é o “Periódico de mayor circulación de la provincia”, a *Gaceta de Tenerife* é um “Diario Catolico Organo de las Derechas”, na primeira página de *El Progreso* diz-se ser um “Diario Republicano Autonomista – Decano de la Prensa de Tenerife”, e o *La Mañana* é um “Diario independiente”. Sendo jornais de referência no arquipélago canário¹⁷⁷, é natural a divulgação do acontecimento madeirense num espírito de intercâmbio e cordialidade. Do observado, interessa-nos a descrição de alguns sucessos relacionados com o Centenário, bem como a imagem de João dos Reis Gomes na crítica tenerifenha.

O relato da delegação tenerifenha presente nas comemorações do V Centenário da Descoberta da Madeira ocupa o evidente destaque na imprensa. Analisando os periódicos de Tenerife, durante os anos de 1922 e 1923, além da participação no Centenário com interesse na luta autonómica, julgamos que a delegação tenerifenha também faz parte de uma ação maior que é o estabelecimento de ligações regulares

¹⁷⁶ Sem abordarmos questões constitucionais, pensamos que a pretensão pela autonomia canária obedece a condições diferentes da da Madeira. As gerações finisseculares, por causa da Guerra Hispano-Americana, procuraram repensar a identidade espanhola como nação e o seu papel no mundo, fazendo eclodir correntes de natureza nacionalista, correntes republicanas e correntes regionalistas. No caso das Canárias, sem aprofundarmos a questão, julgamos que a natureza do arquipélago, dominado por duas ilhas principais, Tenerife e Grã-Canária, mas que, à data do Quincentenário madeirense, tinha como capital Santa Cruz de Tenerife, criava uma cisão entre as elites de Santa Cruz e de Las Palmas e divisões nos intelectuais e nos periódicos do arquipélago. Contudo, o interesse pelo que pudesse vir a acontecer na Madeira provocou uma onda de entusiasmo entre os canários.

¹⁷⁷ De acordo com Julio Antonio Yanes Mesa, “*Gaceta de Tenerife* o la obstinación de un diario católico-conservador”, in *Revista de Historia Canaria*, nº 177, 1993, p. 175-202, *El Progreso* e *La Prensa* são dois periódicos de cariz republicano, tendo o segundo sido fundado pelo diretor do primeiro, em 1910, ano da implantação da República Portuguesa. A *Gaceta de Tenerife* é um jornal católico que foi sustentado pela Igreja Católica espanhola, que fez parte da estratégia desta, a nível nacional, aquando da campanha apelidada de “Cruzada de la Buena Prensa”. Parece que, em comum com o regionalismo madeirense, têm a difusão de um “tinerfeñismo de claro trasfondo archipelágico”, o que vem ao encontro das tendências regionalistas das elites intelectuais da Madeira.

entre o Funchal e Santa Cruz de Tenerife¹⁷⁸, demonstrando as potencialidades subaproveitadas do porto do Funchal.

Quanto ao intercâmbio de delegações, em maio de 1922, os madeirenses participam nas Festas de Maio de Santa Cruz e, por sua vez, os tenerifenhos fazem-se representar no Centenário Madeirense. Em 1923, uma outra delegação madeirense estará presente nas Festas de Maio.

Por esta altura, a grande referência das obras de João dos Reis Gomes para os canários é, inevitavelmente, o drama histórico *Guiomar Teixeira*, baseado no romance histórico *A Filha de Tristão das Damas*¹⁷⁹. Na peça, representada no Funchal durante o Quincentenário, são destacadas as interpretações de Reis Gomes, como Colombo, nome sempre caro aos espanhóis, e Sofia de Figueiredo como Guiomar Teixeira.

O interesse canário pela Madeira, em geral, também cresceu, aparecendo reportagens sobre a sociedade e a cultura madeirenses. Sobre o assunto, elucida-nos o artigo que, no dia 7 de fevereiro de 1923, aponta vários nomes da intelectualidade da ilha, entre eles, João Cabral do Nascimento, Fernando Augusto da Silva e João dos Reis Gomes, considerado “el crítico más autorizado de Portugal”¹⁸⁰.

Porém, o esforço da luta autonómica durante o Centenário cedo se desvaneceu, o que provavelmente demonstra o pouco sustento intelectual assumido pelas elites e as diversas fações que existiam dentro dos autonomistas. Para aferir do estado da autonomia, no final de 1923 e início de 1924, o *Jornal da Madeira* publicou uma série de entrevistas com personalidades que integr(ar)am a comissão para a avaliação da autonomia, “O inquérito do ‘Jornal da Madeira’: A nossa autonomia”, em que voltam a

¹⁷⁸ Periódico *La Prensa*, 15-2-1923, p. 1. Na notícia é dado relevo ao aumento das comunicações entre as ilhas da Madeira e de Tenerife, graças aos armadores Yeoward Bros., que implementaram uma linha entre Tenerife e a Inglaterra com escala no Funchal. Era uma necessidade que já vinha a ser reclamada desde a ida de madeirenses a Tenerife em maio de 1922. O problema dos transportes e o melhor acondicionamento do porto do Funchal é outra das causas da contestação autonómica, que começa a ver no turismo uma solução económica.

¹⁷⁹ Periódico *La Prensa*, 15-2-1923, p. 1. Da notícia, destacamos o seguinte excerto: “El próximo sábado, 17 del corriente, tendrá lugar en el Teatro Manuel D’Arriaga, de Funchal, una gran fiesta de homenaje al ilustre escritor y director de ‘Diario da Madeira’, señor Reis Gómez, para celebrar el nuevo y ressonante triunfo que há obtenido com la representación de su obra histórica ‘Guiomar Teixeira’, estrenada hace algún tiempo por la Compañía de Italia Vitaliani y Carlos Dusse, y puesta ultimamente en escena, por los aficionados madeirenses, com motivo de las fiestas del 5.º Centenario del descubrimiento de la isla. Para esta fiesta se halla ya comprometida toda la localidad del precioso coliseo madeirense. Los organizadores del espectáculo se proponen, a la vez, ofrecer un agasajo íntimo al señor Reis Gomes, cuya relevante personalidad, como periodista, crítico de arte, novelista y autor dramático, es orgullo legítimo de la Madera”.

¹⁸⁰ Periódico *Gaceta de Tenerife*, 7-2-1923, p. 1, “Impresiones de la Madera – Aspecto Social y Comercial”.

ser lembradas algumas posições, como, por exemplo, de Vieira de Castro, do Pe. Fernando Augusto da Silva ou de Fernando Tolentino da Costa¹⁸¹.

2.3.3. As homenagens

Aquando da Lei das Incompatibilidades de 23 de abril de 1928, muitos professores, entre os quais João dos Reis Gomes, foram obrigados a abandonar a cátedra no Liceu Jaime Moniz. Isto gerou um sentimento de descontentamento, visto que estes professores eram personalidades que granjeavam admiração por parte da sociedade funchalense, muitos deles ligados à formação de altos cargos sociais, como advogados, professores, médicos, arquitetos.

Foi então que Elmano Vieira, referindo-se ao motivo do abandono do Major, lança a ideia de uma **Homenagem da Cidade do Funchal a João dos Reis Gomes**¹⁸². O texto será reproduzido pelo *Diário da Madeira*¹⁸³. O evento ganha contornos maiores e há personalidades que se expressam a concordar com esta iniciativa, como é o caso de Viterbo Dias¹⁸⁴. Para a realização do evento, foi criada a comissão promotora, composta pelo “dr. Adolfo Brazão, dr. Alberto d’Araujo, dr. Alexandre da Cunha Teles, dr. Antonio Costa, dr. Antonio Pita, capitão de artilharia Candido Pereira, Carlos de Souza

¹⁸¹ No periódico *Jornal da Madeira*, 30-11-1923, p. 1, Vieira de Castro afirma que a autonomia da Madeira deverá ter “uma finalidade exclusivamente económica, alheia a quaesquer preocupações de caracter político”. Periódico *Jornal da Madeira*, 4-12-1923, p. 1, o Pe. Fernando Augusto da Silva afirma que “Não queremos separatismo, não queremos independencia, nem queremos atentar contra a soberania da Nação. Acima de tudo, somos portugueses – e estamos resolvidos a ligar constantemente os nossos destinos da nacionalidade, partilhando de corpo e alma a sua prospera ou má fortuna”. Periódico *Jornal da Madeira*, 19-12-1923, p. 1, Fernando Tolentino da Costa defende que “as melhores receitas advirão na exploração da regulamentação do jogo e no produto das contribuições por título oneroso”. Os entrevistados procuram dar uma visão do que poderá ser resolvido com a obtenção de uma autonomia mais lata. Chamamos a atenção para o Pe. Fernando Augusto da Silva ao afirmar que os madeirenses são portugueses, acima de tudo, ao contrário do que João Cabral do Nascimento propõe e interpreta ao notar que os madeirenses já não são portugueses acima de tudo. Isto daria debate para uma argumentação mais extensa, mas que vem ao encontro da posição de Ana Salgueiro, abordada mais à frente, ao dividir o movimento identitário madeirense em duas correntes, a do pensamento atinente com os valores portugueses e a que valoriza o cosmopolitismo madeirense, no ensaio “Os imaginários culturais na construção identitária madeirense (implicações cultura/economia/relações de poder)” (2011). O inquérito realizado por Armando Pinto Correia vem no diapasão “dum sector extremamente conservador, senão partidário pelo menos admirador de novos regimes ditatoriais, como o fascismo. O *Jornal da Madeira*, sobretudo os escritos do seu fundador e director, Luís Vieira de Castro, vem a mostrar-se como veículo desse novo conceito de descentralização – o regionalismo. [...]. Era intenção de Luís Vieira de Castro e os seus colaboradores mais próximos retomar a questão da autonomia, que entretanto parecia ter deixado de ser palavra de ordem” (Veríssimo, 1990c: 506).

¹⁸² Periódico *Diário de Notícias*, 12-6-1928, p. 1, “Madeirense Ilustre – O Major Reis Gomes deixou a sua cátedra do Liceu ‘Jaime Moniz’ - ...E o que farão os seus discípulos, d’ontem e d’hoje, em honra do Mestre?”

¹⁸³ Periódico *Diário de Notícias*, 15-6-1928, p. 1, “Major Reis Gomes”.

¹⁸⁴ Periódico *Diário de Notícias*, 13-6-1928, p. 1, “Major Reis Gomes”.

Andrade, Capitão de Infantaria Eduardo Santos Pereira, dr. Elmano Vieira, dr. Frederico Freitas, dr. João Cabral do Nascimento, José Baptista Santos, José Vieira da Luz, dr. Juvenal d'Araujo e o presidente da Academia Funchalense Tiburcio Pereira”¹⁸⁵.

O *Diário de Notícias* assume a publicidade em torno desta iniciativa¹⁸⁶ a que o Major responde afirmativamente embora peça para que a cerimónia não seja alongada porque o seu estado de saúde não lhe permite um *lunch* tão grande¹⁸⁷.

No mês de julho de 1928, o Major João dos Reis Gomes passou a ser tema recorrente no *Diário de Notícias* do Funchal e n’*O Jornal*, com o exemplo dos seguintes registos: notícia que associa *O Jornal* à festa de homenagem e agradecimento por lhe terem endereçado tal convite, pela comissão organizadora¹⁸⁸, nota a informar que as homenagens a Reis Gomes passam do dia 8 para o dia 15 de julho, por sugestão do seu grande amigo, o Pe. Fernando Augusto da Silva, de modo a que estivesse concluída, no momento das homenagens, a edição de um livro com as notas teatrais de João dos Reis Gomes¹⁸⁹, artigo sobre as festividades programadas para o dia 15 de julho¹⁹⁰, texto que fala do livro a ser publicado pela Tipografia Bazar do Povo, em que antigos alunos de Reis Gomes recolheram excertos das principais críticas teatrais da autoria do Major publicadas na imprensa¹⁹¹, três artigos, em que um, da autoria de Américo Urbano, se debruça sobre a homenagem ao Major, outro, fala sobre o programa do dia 15, e, por fim, um último que se refere, à data, ao último trabalho de Reis Gomes, *O Belo Natural e Artístico*¹⁹², programa e descrição das festas de homenagem a João dos Reis Gomes¹⁹³.

¹⁸⁵ Periódico *O Jornal*, 1-7-1928, p. 2, “Major J. Reis Gomes”. O mesmo artigo relata o programa das homenagens com o descerramento da lápide, às 13:00, no Teatro Municipal, “como testemunho de apreço e admiração pelas suas notáveis qualidades de crítico teatral e filósofo de arte”, e, pelas 14:00, a realização de um *lunch* no Reid’s Palace Hotel, com antigos discípulos, amigos e admiradores do “ilustre professor e homem de letras.”

¹⁸⁶ Periódico *Diário de Notícias*, 1-7-1928, p. 1, “Ao deixar a sua cátedra no Liceu do Funchal – João dos Reis Gomes – A ideia de uma homenagem ao ilustre Homem de Letras, lançada no ‘Diário de Notícias’, pela pênna do distinto Publicista Sr. Dr. Elmano Vieira”.

¹⁸⁷ Periódico *Diário de Notícias*, 4-7-1928, p. 1, “J. Reis Gomes”.

¹⁸⁸ Periódico *O Jornal*, 3-7-1928, p. 1, “Homenagem ao sr. Major J. dos Reis Gomes”.

¹⁸⁹ Periódico *Diário de Notícias*, 5-7-1928, p. 1, “J. Reis Gomes – As homenagens em sua honra teem lugar no dia 15 do corrente”. Periódico *O Jornal*, 5-7-1928, p. 2, “Major J. Reis Gomes – Transferência da festa em sua homenagem”.

¹⁹⁰ Periódico *Diário de Notícias*, 12-7-1928, p. 1, “A Homenagem ao Ilustre Escritor sr. J. dos Reis Gomes”.

¹⁹¹ Periódico *Diário de Notícias*, 13-7-1928, p. 1, “Figuras de Teatro”.

¹⁹² Periódico *Diário de Notícias*, 14-7-1928, p. 1, “Major J. Reis Gomes – A homenagem de amanhã”, “As homenagens a J. Reis Gomes”, “Do ultimo trabalho de J. Reis Gomes – O Belo Natural e Artístico – O esforço selecionador da obra de arte”.

¹⁹³ Periódico *O Jornal*, 15-7-1928, p. 1, “Justa Homenagem ao Major J. Reis Gomes”. Periódico *Diário de Notícias*, 17-7-1928, p. 1, “Major João dos Reis Gomes – As festas de homenagem ao ilustre academico e professor”. Periódico *O Jornal*, 17-7-1928, p. 1-2, “A Homenagem ao Major J. Reis Gomes”.

No dia 18 de julho, há um texto sobre a visita de agradecimento de João dos Reis Gomes à redação d'*O Jornal*, para agradecer a cooperação do periódico na homenagem que lhe foi feita¹⁹⁴.

O *Diário da Madeira* não deixou de assinalar a homenagem da cidade do Funchal ao seu diretor e é nas suas páginas que se transcrevem as principais opiniões sobre João dos Reis Gomes, enquanto cidadão, professor, crítico, escritor e pensador¹⁹⁵. Registamos com atenção o texto de João Cabral do Nascimento, dando ênfase à inteligência, cultura e princípios de João dos Reis Gomes, que, em nosso entender, resume o papel do Major como figura da cultura:

Ao contrário da maior parte dos escritores modernos, que vão ao encontro do gosto do publico, propinando-lhe a crônica ligeira, o romance folhetim e a quadrinha popular, João dos Reis Gomes tem-se conservado ao nível da sua inteligência e da sua cultura. Os assuntos dos seus livros não são para toda a gente, porque os domínios da arte, da filosofia, da história não estão ao alcance de todos.

Assim, intransigente nas suas preferências espirituais, ele conseguiu a notoriedade que outros precisam de mendigar às portas dos leitores analfabetos. Honra lhe seja, por tão lidima virtude!

Nos discursos dos seus antigos alunos percebe-se, igualmente, o caráter irónico e severo do Major, aliado a alguma rigidez.

Outra homenagem significativa foi feita quando João dos Reis Gomes atingiu o limite de idade para prestar serviços públicos, ao receber o grau de **Comendador da Ordem da Instrução Pública** e um **voto de louvor** da Junta Geral Autónoma do Distrito. Em 1939, o Ministro da



Figura 2 – Comenda da Ordem de Instrução Pública.
Fonte: MQC, NDMJRG.

¹⁹⁴ Periódico *O Jornal*, 18-7-1928, p. 1, “Major J. dos Reis Gomes”.

¹⁹⁵ Periódico *Diário da Madeira*, 15-7-1928, p. 1, “A nossa Homenagem a J. Reis Gomes – Ao Mestre, Ao Director, Ao Amigo”. Neste número, há vários testemunhos de personalidades que privaram com João dos Reis Gomes.

Educação Nacional propôs “que lhe fosse conferido o grau de Comendador da Ordem da Instrução Publica”¹⁹⁶, como reconhecimento dos serviços prestados pelo Major, o que aconteceu em 1940¹⁹⁷. Também em 1939, a Comissão Administrativa da Junta Geral Autónoma do Distrito, presidida por João Abel de Freitas, aprovou um voto de louvor em “homenagem ao ilustre Professor, Escritor e Academico sr. major J. Reis Gomes”¹⁹⁸, realçando “tão provada competencia e mentalidade manifestamente viçosa e brilhante”¹⁹⁹, que abandonava, então, a direção da Escola Industrial e Comercial.

Com 70 anos de idade, João dos Reis Gomes era visto como “a figura mais representativa da mentalidade madeirense, emparceirando com os máximos expoentes da cultura e do espirito, de Portugal”²⁰⁰. Em nosso entender, as palavras finais testemunham João dos Reis Gomes como uma personalidade comprometida com a cultura e, do ponto de vista político, integrado na conjuntura portuguesa²⁰¹.

O posicionamento de Reis Gomes em relação ao poder entende-se pelas contingências da época: o conservadorismo, o receio bolchevique e a procura de um regime político que quebre com o círculo vicioso de crises políticas e económicas, além da tendência regionalista e patriota são aspetos que marcam a intervenção do Major.

Por ser, sem dúvida, uma personalidade incontornável do seu tempo, aquando da **morte do Major**, os jornais prestaram-lhe novamente homenagem, com a notícia a 22

¹⁹⁶ Periódico *Diário de Notícias*, 6-1-1939, p. 3, “Uma alta distinção conferida pelos poderes publicos ao sr. major Reis Gomes”.

¹⁹⁷ Periódico *Diário de Notícias*, 6-1-1940, p. 1, “O Major Reis Gomes foi agraciado pelo governo com a Comenda da Ordem da Instrução Publica”.

¹⁹⁸ Periódico *Diário de Notícias*, 11-1-1939, p. 1, “Major Reis Gomes: Uma homenagem da Junta Geral”.

¹⁹⁹ Periódico *Diário de Notícias*, 11-1-1939, p. 1, “Major Reis Gomes: Uma homenagem da Junta Geral”.

²⁰⁰ Periódico *Diário de Notícias*, 6-1-1939, p. 1 e 3, “Major Reis Gomes”.

²⁰¹ Em relação à política, João dos Reis Gomes parece poder ser classificado na esfera de um situacionista, no sentido em que revela uma grande capacidade adaptativa ao poder político. Os períodos políticos vividos por João dos Reis Gomes foram periclitantes, interna e externamente, e só se compreende alguma harmonia, à luz do seu tempo, com o advento das ditaduras inspiradas pelo centro europeu, quer por causa das fragilidades democráticas, quer por causa da ameaça bolchevique. Não nos parece que João dos Reis Gomes se situe numa esfera sem interesse político, porque ao longo da sua obra é notória a apologia dos interesses madeirenses, do patriotismo e o seu cariz conservador, nem nos parece que se trate um salazarista, uma vez que Salazar representa uma solução de estabilidade perante toda a instabilidade da Primeira República, ou seja, mais do que uma crença política no salazarismo, há uma esperança na harmonia apresentada. Dos interlocutores de João dos Reis Gomes, fazem parte republicanos, monárquicos, autonomistas, salazaristas, entre outros. Os contactos com Teófilo Braga, Pedro Pitta, José Bruno Tavares Carreiro, Luís Bettencourt de Medeiros e Câmara, entre outros, oferecem a proposta de um republicano, patriota, regionalista e autonomista que, no início do Estado Novo, se agrega ao novo regime, por crer na estabilidade política. Pensamos que, até à época da morte de João dos Reis Gomes, a situação de muitos intelectuais pode espelhar-se nas palavras de Fernando Rosas, embora a questão dos setores antidemocráticos deva estar relacionada, como referido *supra*, com a experiência da Primeira República e com a ameaça bolchevique: “até finais dos anos 40, através de uma hábil gestão equilibrante e reequilibrante dos interesses que congrega face às diferentes conjunturas, o Estado Novo é, sem dúvida, um regime consensual para os diversos sectores conservadores e antidemocráticos, e para o conjunto das classes possidentes. É a ‘ordem nas ruas e nos espíritos’” (Rosas, 1994c: 291).

de janeiro de 1950²⁰² e, na edição do dia 23 de janeiro, com o relato do funeral²⁰³, em que se ressalva o prestar de condolências por parte das figuras mais representativas do Estado: “Na ‘Quinta Esmeraldo’ foram recebidos ontem [22 de janeiro] de todo o Distrito, continente e Açores inúmeros telegramas de pêsames, entre os quais um de S. Exa. o Presidente da República, sr. Marechal Carmona”, que foi colega de João dos Reis Gomes na Academia Militar de Lisboa.

Ao observarmos alguns artigos que, direta ou indiretamente, se referem a João dos Reis Gomes, compreendemos que é uma personalidade incontornável da cultura do arquipélago madeirense, em cuja homenagem há o reconhecimento do seu papel como professor, escritor, pensador, crítico e jornalista. Homem de ligações ímpares com o resto do país, atestado pela publicação em periódicos continentais de textos da sua autoria, e textos críticos sobre a sua obra e a sua personalidade, João dos Reis Gomes nunca se olvidou do seu papel em relação à Madeira, como exemplificam a formação da Mesa do Centenário e festejos do Quinto Centenário, e a divulgação da história do arquipélago, sob a égide da autonomia e do regionalismo. O Quincentenário é apontado, em vários quadrantes, como uma forma de reavivar a reivindicação da autonomia para a Madeira e, por extensão, para os Açores. Durante o período de preparação e pós-festas do Centenário, é notório o prestígio de João dos Reis Gomes na imprensa estrangeira, nomeadamente, na das Canárias, onde é descrito como um autor de incontestável valor, recebendo os mais altos elogios dos periódicos publicados em Tenerife (*Gaceta de Tenerife, La Prensa, El Progreso e La Mañana*). Para os canários há, de igual modo, o interesse em relação aos autonomistas madeirenses e respetivos intentos políticos.

No estrangeiro, é de assinalar, ainda, o interesse espanhol pela obra *A Filha de Tristão das Damas*, tendo por objetivo o testemunho do período de vida de Cristóvão Colombo passado na Madeira. O jornalista que escreve o artigo em *La Correspondencia de España* não deixa de fazer uma análise literária da obra publicada em 1909, que comentaremos aquando da abordagem ao romance²⁰⁴.

²⁰² Periódico *Diário de Notícias*, 22-1-1950, p. 1 e 6, “Faleceu ontem o eminente escritor madeirense Major J. Reis Gomes”.

²⁰³ Periódico *Diário de Notícias*, 23-1-1950, p. 1, “Major J. Reis Gomes – O funeral do ilustre escritor e Académico”.

²⁰⁴ Periódico *La Correspondencia de España*, 28-6-1909, p. 1, “Literatura Portuguesa ‘A filha de Tristão das Damas’”.

3. Contributo literário para a divulgação da História da Madeira

La mémoire, c'est l'identité, c'est quasiment l'âme
et les hommes espèrent que, s'ils emportent avec
eux quelque chose de ce monde après leur mort,
ce sera cela.

Jean Dutourd

A conceção deste capítulo apresenta a exploração do conceito de memória cultural como suporte do contributo para a divulgação da História da Madeira. Ao considerarmos um contributo, partimos do *corpus* que não é constituído por textos historiográficos, mas sim literários, que se constituem como fontes da história e de um dos seus objetos, a memória.

O romance histórico, no subcapítulo “1.3. Discurso(s) da história e discurso”, foi debatido com o discurso da história no sentido de compreender uma forte componente memorial, fruto de uma das funções primordiais do texto literário: a interrogação do mundo²⁰⁵. O romance histórico nutre-se da fonte fornecida pelo discurso historiográfico, o referente histórico, utilizando-o para a interrogação do mundo, do seu presente, tornando-o um fazedor de memória.

Após o debate em torno da memória, procuramos explorar um ponto prévio da matéria dos romances históricos, sem esquecer as “Ideias de história e de literatura” e da “História através da literatura”.

3.1. Memória: história e romance histórico

Para abordar o sentido da memória é necessário compreender que papel ocupa a memória na sociedade, tendo em conta que há várias interpretações para a memória, dependendo do campo do saber. Como já afirmamos, a história e a literatura são fazedores de memória, com um produto diferente, mas com um trabalho que se debruça sobre a identidade e o esquecimento, como parte dessa construção.

²⁰⁵ A função de interrogação do mundo, como complementaremos neste capítulo, não é uma função explicativa, embora possa vir a contribuir para esse fim, mas sem os intentos do discurso científico. Acerca das funções da literatura, abordámos a perspectiva de Umberto Eco (subcapítulo “1.3. Discurso(s) da história e discurso”) que, ao classificar a literatura como um dos poderes imateriais, produzido sem finalidades práticas mas por *gratia sui*, se refere como um poder interrogativo que é lido, regra geral, sem a imposição de alguém (excluindo, claro, as metas curriculares escolares) (Eco, 2014: 9-10).

Ser fazedor de memória exige um trabalho sobre essa entidade que é a memória, algo que é marcado pela invenção da escrita, que procura atenuar as limitações biológicas da memória humana. Jacques Le Goff não encontra sinonímia entre história e memória, algo que comumente é apontado, e separa-as numa relação de ciência e objeto: “Tal como o passado não é a história mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica” (Le Goff, 1990: 50). Para Maria Isabel João, na linha de Jacques Le Goff, a memória formada pela história trabalha as fontes escritas que “procuraram conservar a memória dos factos mais significativos do seu percurso colectivo” (João, 2000: 124) e acabam por construir a memória histórica, algo que “A época medieval e a moderna mantiveram [...] através dos livros de linhagens, das crónicas dos reis e dos príncipes, das lápides tumulares e da erecção de templos em acção de graças e memória dos eventos mais marcantes para a vida da comunidade” (João, 2000: 124). Parece, na verdade, ser esta a dinâmica da história, que na seleção da memória, enquanto seu objeto, propõe uma memória edificada ao filtrar o seu objeto.

O texto literário, por sua vez, interpretamos como sendo um construtor da memória cultural, e, em relação à memória histórica, será um contributo como fonte da história, de um tempo e espaço. Assim, pode ser um contributo para a divulgação da história, partindo do pressuposto que estabelecemos previamente em capítulos anteriores: o romance histórico como fonte da história, em relação a uma época e a um autor, aliás o que temos vindo a elencar na interpretação do *corpus*, e que tem uma função de construção da memória coletiva e cultural. Mas a construção da memória é também visível no contributo para a divulgação da História da Madeira, no sentido em que é na recuperação dessas memórias que assenta a construção identitária do povo ilhéu, sempre com a referência aos quadros do presente que, num exercício de história, já se apresentam num tempo anterior, o do passado.

Na Madeira da primeira metade do século XX, talvez pela condição periférica, talvez pelos poucos recursos intelectuais do meio, ainda permanecia a ideia de uma construção identitária a partir de episódios da história narrados noutros meios que não a historiografia, mas que, no fundo, vem contribuir para a edificação de uma memória cultural que sustenta aspirações políticas como o alargamento da autonomia. Pensamos que, a exemplo do que aconteceu com a geração romântica do espaço continental português, alguns elementos desta geração do início do século XX madeirense, em particular João dos Reis Gomes, no caso de *A Filha de Tristão das Damas*, procurarão

“regionalizar” os temas literários: “importa frisar os esforços que fizeram para ‘nacionalizar’ os temas, atitude que se explica pelo facto de, como acontece em todas as evocações históricas, tais reconstituições serem sobredeterminadas pelas perspectivas políticas e as intenções moralizadoras do presente” (Catroga, 1993c: 547-548).

Mais tarde, *O Anel do Imperador* (1934) e *O Cavaleiro de Santa Catarina* (1941) procuram na memória a função de harmonizar as tendências regionalistas com as diretrizes políticas do Estado Novo. Com isto, encaramos a nossa proposta de análise do contributo para a divulgação da História da Madeira, presente nos romances de João dos Reis Gomes, como uma etapa de edificação de uma identidade cultural insular através da sua memória cultural, que pressupõe a identificação com a tradição, os textos e a história. Referimo-nos a um território do Portugal Insular, que, embora tenha uma sociedade de matriz europeia, não diferenciada da de Portugal Continental, é separado dessa mesma fonte primordial pelo mar:

A possível fronteira desenhada pelo mar, que provoca a configuração da distância de uma insularidade, origina como que um desejo colectivo, quase paradoxal, de simultânea apropriação e autonomia em relação a uma identidade literária e cultural nacional. Este sentimento gera uma atitude diversa da das regiões continentais porque ele implica, ao mesmo tempo, um desejo colectivamente expresso de autonomização que, afinal, não contraria, talvez, a sua não exclusão de uma integração nacional. A hipótese do mar como fronteira releva, pois, a identidade local de possíveis especificidades discursivas de uma minoria insular que, simultaneamente, se fracta, mas também se integra ou se revê, na alteridade continental. (Moniz e Falcão, 2008: 1634)

Tal como na citação, não nos parece haver lugar a uma separação identitária nacional, mas existe um sentir diferente que caracteriza os ilhéus em relação ao bloco continental, fruto da sua única fronteira e separação física, o mar, que constitui, ao mesmo tempo, um espaço fronteira do grupo geopolítico denominado Portugal (Continental e Insular). Os espaços insulares portugueses acabam por abarcar uma realidade que quase poderemos denominar de dupla fronteira, no que toca ao limite do espaço nacional e começo do espaço do outro, mas também uma fronteira de cariz interno que os separa e delimita fisicamente em relação ao bloco continental²⁰⁶.

²⁰⁶ A realidade de dupla fronteira dos arquipélagos da Madeira e dos Açores é um elemento constante no contexto político nacional, desde a constituição de Mouzinho da Silveira até ao fim do Estado Novo (*Carta Constitucional* de 1826 e *Constituições* de 1838, 1911 e 1933), em que as ilhas tiveram um carácter constitucional de adjacência em relação ao bloco continental. A autonomia política desfez essa premissa

Alberto Vieira procura sintetizar a ilha como uma “forma singular de mundividência”²⁰⁷, que tem o condão de se alicerçar em tradições congeladas pelas suas gentes, fruto da barreira natural que é o mar. O distanciamento em relação ao Continente tornou-se inevitável, clamando os habitantes das ilhas por formas de governo e de reconhecimento administrativo que permitissem uma mais eficaz gestão do território, mas sem imperativos independentistas, que não colhiam justificação histórica, cultural, social e económica. Então, a ideia de autonomia vem acalantar as esperanças açorianas e madeirenses, que numa primeira tentativa procuraram uma estratégia comum, mas que nunca funcionou, deixando, madeirenses e açorianos, “condenados a lutar isoladamente a indiferença do poder central às suas reivindicações autonomistas”²⁰⁸. A Madeira parece ter optado por um discurso menos assente na história, na literatura e na cultura, que fundamentasse as suas pretensões políticas, o que não significa que o caso dos Açores tenha sido igual. Porém, adaptando as palavras de Alberto Vieira sobre a autonomia política de 1976, os desígnios autonómicos do início do século XX também nunca se dissociaram da “dupla dimensão coletiva/institucional e de vivência social” (Vieira, 2018: 33), porque, apesar de já não nos restar um testemunho vivo, os escritos legam-nos essas duas dimensões.

Vitorino Nemésio, no início do século XX, forjou, a partir da “Hispanidad” de Miguel de Unamuno²⁰⁹, um termo feliz que resume a identidade açoriana: a

constitucional, mas ainda não conseguiu responder totalmente a princípios como o da continuidade territorial, algo muito sentido pelos ilhéus.

²⁰⁷ Alberto Vieira, “O discurso da identidade insular: Madeira, Açores e Santa Catarina”, in URL: https://www.academia.edu/1153139/o_discurso_da_identidade_insular.

²⁰⁸ Alberto Vieira, “O discurso da identidade insular: Madeira, Açores e Santa Catarina”, in URL: https://www.academia.edu/1153139/o_discurso_da_identidade_insular.

²⁰⁹ A felicidade do termo “Açorianidade”, pelo decalque da “Hispanidad” de Unamuno, não deve ser confundida com a fundamentação do filósofo espanhol para o seu conceito, que levaria a outro tipo de debate que não tem lugar na nossa argumentação. Todavia, podemos acrescentar algumas linhas sobre a “Hispanidad”. Após o conflito Hispano-Americano, em 1898 (derrota espanhola e o fim do império espanhol na Ásia e na América), que abalou com os alicerces sociais e inclusive da própria monarquia, os intelectuais espanhóis entraram numa fase de repensar a Espanha no mundo e o seu papel. A “Geração de 98”, da qual fez parte Miguel de Unamuno, procurou regenerar a Espanha, uns com propostas mais políticas e baseadas num certo autoritarismo e na raça, pois o reerguer do império era algo que ainda dominava o imaginário espanhol, como poderemos observar no também basco Ramiro Maeztu, e outros com propostas mais filosóficas de um âmbito mais humanista, como é o caso de Unamuno. O pensamento de Unamuno poderia levar o leitor mais incauto a visões políticas pouco dentro da democracia, mas a sua “Hispanidad” é um conceito filosófico que procura abarcar a comunidade de países falantes de castelhano por possuírem um fundo comum, sem necessidade de imitações de outras potências culturais (Unamuno critica a cópia dos modelos franceses por parte dos intelectuais espanhóis), que se fundamenta numa comunidade linguística dispersa pelos dois lados do Atlântico. Para Unamuno, a Espanha não teria uma posição preponderante nem dominante, pois a “Hispanidad Cultural” tanto era dos espanhóis como dos povos que falam castelhano: “Así pues, diferenciación e integración, divergencia y convergencia, por lo tanto, son las llaves de la comprensión unamuniana de los vínculos culturales entre España e Hispanoamérica. Finalmente, sin embargo, serían sus deliberaciones [de Unamuno] sobre la lengua las

“Açorianidade”²¹⁰. Independentemente de muitos estudiosos concluírem que o conceito identitário açoriano não tem, na sua génese, um carácter político, como é o caso de Luiz Fagundes Duarte²¹¹, fundamentado com o facto de o arquipélago dos Açores, antes de 1976, nunca ter constituído uma unidade política com uma capital única ou uma ilha dominante, a “Açorianidade” de Vitorino Nemésio, nos anos 30, vem concretizar uma consciência identitária nos Açores. Na Madeira, não houve lugar a essa concetualização terminológica, o que não significa que o escol intelectual madeirense não tivesse procurado pontos identitários do povo ilhéu do arquipélago, contudo não chegou a ser concretizado sob um conceito que revisse uma posição intelectual unânime sobre a questão da identidade.

que definirían su posición madura sobre estas cuestiones, clarificando así también su noción de ‘Hispanidad’” (Roberts, 2004: 73). Unamuno, defensor do uso do castelhano por todos os povos da Península Ibérica espanhola, também pensa que, um dia, o português e o castelhano se fundirão, alcançando uma união linguística que corresponderia à mítica Hispânia. Na verdade, como vimos na citação, é na língua que Unamuno declara a verdadeira “Hispanidad”, tornando-a um conceito humanista, diferente do do seu contemporâneo Maeztu: “Unamuno rechazó siempre la idea de una ‘raza’ hispánica. Por otro lado y en segundo lugar, Unamuno se mantuvo siempre, incluso en su momento más ‘imperialista’, en firme oposición a cualquier mínimo vestigio del viejo espíritu tradicionalista y casticista español” (Roberts, 2004: 78). Podemos concluir que o debate sobre a “Hispanidad” trouxe a lume diferentes formas de pensar a Espanha e a Hispânia e que Vitorino Nemésio tem o mérito de criar um neologismo a partir de um conceito de um autor específico, pois não usou a “Hispanidad” de Maeztu, que teoricamente seria um suporte para o nacionalismo franquista. Contudo, quando falamos em decalque em relação à “Hispanidad” de Unamuno, admitido pelo próprio Nemésio, há que compreender as diferenças entre os fundamentos de Unamuno e os da “Açorianidade”.

²¹⁰ Em ensaios sobre a literatura açoriana, “Quadro panorâmico da Literatura Açoriana nos últimos cinquenta anos”, in URL: http://lusofonia.x10.mx/acores/lit_xx.htm#_ftn1, e “Sobre o peso da geografia no imaginário literário açoriano” (Almeida, 2007: 23-32), Onésimo Teotónio Almeida fala da expressão da “Açorianidade” como um sentir das ilhas e que pode ser diferente em cada uma das ilhas, mas que assume um conjunto de elementos que cristalizam o sentir açoriano. Refere, igualmente, Vitorino Nemésio como o teorizador dessa expressão ilhoa e que a presença de grandes vultos açorianos num sistema maior que é a Literatura Portuguesa, nunca impediu a reflexão do seu sentimento pelas ilhas, nem de expressar ideologicamente essa identidade açoriana, teorizada, intelectualizada, mas, sobretudo, vivida e experienciada. Esta perspetiva corrobora das palavras de Alberto Vieira, como de outros historiadores, que, no fundo, vê no fraco sustentáculo ideológico identitário madeirense, como estratégia política, um dos pontos que debilitou a luta da autonomia perante Lisboa. Esta característica fez com que numa das datas mais relevantes no início do século XX, o Quinto Centenário da Madeira, não fosse dada uma continuidade a essa reivindicação porque o discurso político parece carecer de base intelectual.

²¹¹ Na conversa conduzida por Luís Francisco Sousa, “Açorianidade: conversa com Cláudia Cardoso e Luiz Fagundes Duarte”, 2019. Acesso URL: <https://www.bruapodcasts.com/sapiens/2019/8/31/sapiens-aorianidade-com-cludia-cardoso-e-luiz-fagundes-duarte>, Luiz Fagundes Duarte insiste que, antes de 1976, a “Açorianidade”, debatida inclusive durante o Estado Novo, não foi forjada com um propósito político e que a sua ideia original é que, atendendo à não unidade política dos Açores, a questão da identidade em torno da geografia, da emigração, da agrura do trabalho, do clima, entre outros, constituía uma unidade em termos de povo. Nesta entrevista, Luiz Fagundes Duarte refere que os Açores não têm uma capital, afirmando que Ponta Delgada se apresenta como a substituição do papel de Lisboa, nos novos tempos da autonomia, cuja implementação não sabe se resultará no arquipélago açoriano. Isto não invalida a perspetiva de Onésimo Teotónio Almeida que apresenta uma “Açorianidade” de acordo com estas características, mas também com a influência de cada ilha, ou seja, a geografia, outra vez, como área predominante no sentir açoriano.

Nos periódicos publicados no Funchal, os interesses político-económicos, as tradições, a história, o folclore, também fizeram parte das linhas editoriais, mas não houve um trabalho desenvolvido no sentido de passar de abstrações a uma concretidade do ser e sentir madeirense. Talvez, pegando nas palavras de Luiz Fagundes Duarte em relação à inexistência de unidade geopolítica nos Açores, uma das análises que poderão ser feitas em relação à Madeira terá de se relacionar com o facto de o arquipélago madeirense se constituir como um bloco geográfico e político homogéneo, o que não acontece com nenhum outro arquipélago da Macaronésia.

A Madeira caracteriza-se, geograficamente, por uma ilha maior, cujo centro político, administrativo e cultural, o Funchal, não encontra “rivalidade” noutros pontos do arquipélago, além de a grande maioria da população habitar a ilha maior. Provavelmente, estes fatores não fizeram despoletar no ilhéu madeirense essa necessidade de concretização concetual de uma consciência identitária tão veemente como nos Açores²¹².

Luiz Fagundes Duarte vê na “Açorianidade” uma base característica mais geográfica do que histórica, embora coexistam, sendo da geografia que depende o verdadeiro sentir da “Açorianidade”. Cláudia Cardoso²¹³, com Luiz Fagundes Duarte, concorda que a “Açorianidade” é um conceito intelectual e filosófico assente na

²¹² A nossa observação prende-se precisamente com o facto político de os Açores, em relação à Madeira, ser um arquipélago com um vasto conjunto de ilhas equiparadas (referimo-nos fundamentalmente entre o grupo central e S. Miguel), que ao longo da sua história nunca constituiu uma unidade política antes da autonomia de 1976. Este facto poderá ter levado à concretização ideológica de um sentimento de índole filosófica que pudesse suprir essa identidade açoriana. O arquipélago da Madeira, pelo contrário, assenta toda a sua base administrativa e cultural numa ilha grande, a Madeira, cujo reconhecimento da capital político-administrativa se nota desde os tempos do Ciclo do Açúcar, quando D. Manuel I eleva o Funchal a cidade e incrementa, assim, essa posição dominante, que não sofre contestação. Ademais, a ilha da Madeira é a que nomeia o arquipélago, o que torna claro que, em termos de gentílico, o “madeirense” se identifica com o habitante ou o natural da Madeira (ilha ou arquipélago), o que é uma identificação identitária e ideológica com uma unidade geográfica, histórica e política. Se observarmos os outros arquipélagos da Macaronésia, Açores, Canárias e Cabo Verde, nenhum deles é dominado por uma ilha grande que nomeie o arquipélago, havendo, em termos de unidade política e administrativa, distribuições entre cidades de ilhas diferentes. No caso dos Açores, entre Ponta Delgada e Angra do Heroísmo (só para nos referirmos aos tempos mais recentes), no caso de Canárias, entre Santa Cruz de Tenerife e Las Palmas de Grã-Canária, e, em Cabo Verde, entre a Praia e o Mindelo. Além disso, há divisões administrativas submetidas a uma hierarquia maior: divisões por grupos de ilhas ou por províncias, como é o caso do arquipélago das Canárias. Posto isto, parece-nos quase natural que a não concretização ideológica de um conceito como “Madeiridade” ou “Madeirensidade” se relaciona com a tal unidade política e cultural que se revela no arquipélago madeirense, o que, notamos uma vez mais, não significa que não tenha havido publicações e investigação, por parte dos seus intelectuais, sobre a história, a ciência, a tradição, o folclore ou a etnografia do arquipélago. Talvez por isto, no Centenário da Madeira, se esperasse um sustentáculo ideológico que superasse o discurso político de ataque e contra-ataque que imperou no diálogo com Lisboa e que acabou por enfraquecer a luta por uma maior autonomia.

²¹³ Luís Francisco Sousa, “Açorianidade: conversa com Cláudia Cardoso e Luiz Fagundes Duarte”, 2019. Acesso URL: <https://www.bruapodcasts.com/sapiens/2019/8/31/sapiens-aorianidade-com-cludia-cardoso-e-luiz-fagundes-duarte>.

geografia, mas fala que o próprio Vitorino Nemésio, nos últimos anos de vida, já o aborda numa perspetiva de sustentáculo de uma unidade política autonómica para as ilhas, a exemplo do que escreve António Machado Pires:

O termo *açorianidade*, que passou a ser usado com frequência sobretudo nos anos posteriores à criação do Governo dos Açores e da institucionalização da autonomia (1976), é susceptível de várias cargas afectivas e conotações políticas diversas, conforme a tendência ideológica, tornando-se por vezes vago e impreciso e para outros considerado demasiado subjectivo. A açorianidade não deve ser, com efeito, só entendida como um conceito subjectivo para glosa de filósofos ou artistas - como pensam alguns espíritos mais “positivistas” -, mas como um fundamento da identidade açoriana e suas formas de expressão e, portanto, como fundamento de uma estrutura de poder político que lute pela autonomia. A açorianidade é que é o suporte filosófico-cultural da autonomia, que é o seu “lado” ou expressão política, expressão emergente ao nível da fenomenologia política e da reivindicação histórica anticolonialista²¹⁴.

A questão da “Açorianidade”, apesar de alguns defenderem que apresenta leituras longe da natureza política, desde a sua conceptualização, não é vista por todos os estudiosos como exclusivamente fora dessa esfera. De acordo com a leitura de Urbano Bettencourt, Nemésio já se refere ideologicamente a um sentimento açoriano, quando em 1928 escreve, na *Águia*, “O Açoriano e os Açores”²¹⁵, ideia que vem a concretizar com a nomeação, em 1932, da “Açorianidade”, publicado em dois textos. No primeiro, “Açorianidade” (Nemésio, 1932: 59), relaciona o conceito com a geografia, e, no segundo, também denominado “Açorianidade”²¹⁶, relaciona-o com a história. Para Urbano Bettencourt, e faz sentido que assim o seja, Nemésio revela uma leitura enquadrada com o momento político, celebração dos 500 anos dos Açores, para uma reflexão ideológica identitária “que o leva [a Nemésio] a aproveitar a efeméride e as respectivas celebrações para trazer a público uma reflexão sobre a condição insular açoriana, enquanto realidade cujas origens históricas entroncam directamente nos descobrimentos quinhentistas”²¹⁷, o que parece criar um sustentáculo às reivindicações

²¹⁴ António Machado Pires, “Açorianidade”, in *Enciclopédia Açoriana*, 1995. Acesso URL: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=566>.

²¹⁵ Vitorino Nemésio, “O Açoriano e os Açores”, in *Águia*, nov-dez 1928, p. 157-174. Acesso URL: http://ric.slihi.pt/A_Aguia/visualizador?id=09613.030.004&pag=3.

²¹⁶ Vitorino Nemésio, “Açorianidade”, in periódico *Correio dos Açores*, 6-9-1932. Acesso URL: <https://urbanobettencourt.wordpress.com/2017/01/23/uma-outra-acorianidade-um-texto-esquecido-de-nemesio/>.

²¹⁷ Urbano Bettencourt, “Uma outra ‘Açorianidade’ - Um texto esquecido de Nemésio”, in *Atlântida – Separata*, vol. XLVI - Vitorino Nemésio: 1º Centenário do Nascimento 1901-2001, Angra do Heroísmo,

das autoridades açorianas. A “Açorianidade” acaba por absorver ideologicamente o “Açorianismo”²¹⁸, ao, sem se insinuar como pensamento político, embora Nemésio acabe por admiti-lo mais tarde, dar uma maior profundidade às reivindicações políticas perante Lisboa e manteve essa identidade acesa, durante o Estado Novo, mas mais longe da esfera política.

Nos Açores, estamos em crer que a falta de unidade política despoletou, nos seus intelectuais, um certo sincretismo para solidificar uma identidade geográfica, cultural e histórica, que não se conjugava com uma unidade política.

Na Madeira, pelas razões apontadas, pensamos que não foi dado o devido relevo à concretização do termo “Madeiridade”²¹⁹, pela altura do Quinto Centenário, o que se poderia ter aliado a um discurso político mais veemente, pois parece que a Madeira seria o arquipélago que, pela sua natureza de bloco político, geográfico e histórico, com uma feliz coincidência geográfica, cultural e política, teria mais condições para isso, o que se pode explicar por não haver uma necessidade premente de evocar uma identidade que naturalmente já existe. Todavia, o discurso regionalista madeirense não se pautou pela originalidade na sua produção ideológica,

fazendo assentar toda a argumentação na oposição entre o continente e a ilha ou desta com o governo da nação. Daqui resultava uma situação de orfandade ou abandono que apelava aos sentimentos. A pátria era madrastra e a relação com a ilha denunciava uma situação de orfandade. São raras as vezes em que o discurso político se fundamenta na identidade própria da região como justificação para uma forma de auto-governo capaz de solucionar os principais problemas dos madeirenses. Todo ele assenta no

Instituto Açoriano de Cultura, 2001, p. 321-324. Acesso URL: <https://urbanobettencourt.wordpress.com/2017/01/23/uma-outra-acorianidade-um-texto-esquecido-de-nemesio/>.

²¹⁸ Carlos Enes, “Açorianismo”, in *Enciclopédia Açoriana*, 2007. Acesso URL: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx?id=567>. No verbete, o autor fala do movimento que nos inícios do século XX se formou com a reivindicação da autonomia administrativa. Contudo, o sustentáculo do “Açorianismo” acabou por ser absorvido pela “Açorianidade”, de Vitorino Nemésio, que oferecia uma base filosófica superior capaz de fundamentar o perfil identitário do açoriano, tornando-o diferente dos demais portugueses: “a açorianidade passou a integrar as duas componentes, a política e a cultural, do açorianismo dos anos 20. Durante o Estado Novo, a primeira componente pairou adormecida, mas voltou a ressuscitar, em pleno, com o 25 de Abril. As reivindicações que antes eram feitas com a bandeira do açorianismo passaram a sê-lo em nome da açorianidade. Esta tem sido interpretada como uma maneira própria de ser, estar e sentir dos Açorianos que, por estas e outras razões, desejam um regime político-administrativo diferente do resto do País. Nesta nova conjuntura política, apesar da pluralidade de interpretações do conceito, a açorianidade não é mais do que a face cultural de uma moeda cujo reverso tem sido a reivindicação política”.

²¹⁹ Por uma questão de coerência e visto que “Açorianidade” é formado a partir do gentílico “açoriano”, parece-nos que a palavra mais consonante, em relação à Madeira, seria “Madeirensidade”, formada a partir do gentílico “madeirense”.

confronto aberto com o governo, situando-se por isso os seus arautos entre os grupos da oposição²²⁰.

Apesar do exposto, com Alberto Vieira e outros estudiosos, vemos uma fundamentação cultural na denominada “Geração do Cenáculo”, que organizou, em grande parte, as comemorações do Quinto Centenário da Descoberta da Madeira²²¹, a partir da Mesa do Centenário. O momento marca, em 1919, o início de uma atmosfera de conflito com a política da metrópole, mas que se revelou infrutífero pela falta de sustentabilidade argumentativa em relação a uma identidade ilhoa²²², situação anteriormente indicada, ao citarmos Nelson Veríssimo, que se refere à falta de intelectuais que sustentassem a posição madeirense no pós-Centenário (Veríssimo, 1985: 232). No entanto, não devemos olvidar que estas gerações, com evidentes influências regionalistas, procuraram, através da história, da literatura, da ciência, a construção e validação de um panteão regional²²³ sobre o qual assentasse uma marca de diferença, mas integrante de um todo nacional:

²²⁰ Alberto Vieira, “O discurso da identidade insular: Madeira, Açores e Santa Catarina”, in URL: https://www.academia.edu/1153139/o_discurso_da_identidade_insular.

²²¹ No Centenário da Descoberta da Madeira, fruto do mais que evidente abandono por parte da República, os periódicos madeirenses clamavam que as ilhas deveriam reunir-se a uma só voz pela questão da autonomia e noticiam reuniões entre os representantes do Funchal, Ponta delgada e Angra do Heroísmo, tendo como pano de fundo a crónica crise financeira, o abandono da pátria em relação às ilhas, além do seu isolamento. O Quincentenário foi precisamente “usado” com esse propósito pelas cúpulas políticas madeirenses, embora com pouco sustentáculo identitário intelectual em relação ao discurso político. Aquando do Quinto Centenário da Descoberta dos Açores (1932) a situação política nacional e a conjuntura económica internacional são diferentes da do Centenário madeirense, no entanto, as reivindicações assemelham-se. A diferença é que do ponto de vista intelectual houve um trabalho de fundo que concretizou para os açorianos, não um conceito político, mas uma base identitária comum, cultuada por Gervásio Lima, Vitorino Nemésio, Luís da Silva Ribeiro, Armando Narciso e Aristides da Mota: a “Açorianidade” (João, 2005: 136-141).

²²² A história e a cultura foram campos fortemente incrementados pelos cenaculistas, através de órgãos de informação local: “teremos a referida *Geração do Cenáculo*, geradora da corrente acima citada, com o Pe. Fernando Augusto da Silva, João dos Reis Gomes e Alberto Artur Sarmiento. Este grupo teve ao seu dispor dois periódicos influentes da imprensa madeirense: o *Heraldo da Madeira* de 1904 a 1915 e o *Diário da Madeira* desde 1912. Aí dava-se a público o relato das discussões havidas no hotel Golden Gate à porta fechada, e se ditava o percurso da historiografia nascente da 1ª metade do século”, in Alberto Vieira, “O discurso da identidade insular: Madeira, Açores e Santa Catarina”, in URL: https://www.academia.edu/1153139/o_discurso_da_identidade_insular. Contudo, importa salientar que a argumentação da orfandade em relação à pátria foi o que prevaleceu no discurso autonomista madeirense, criando pouco sustentáculo às reivindicações apresentadas a Lisboa, o que acabou por ser facilmente abafado pelo salazarismo, quer em termos de agregação das elites à sua causa, quer em termos de discurso: “As intervenções parlamentares ou os textos publicados em jornais de expansão nacional não foram suficientes para desfazer os equívocos e a suspeita quanto à autonomia das ilhas. Salazar acusa os autonomistas de gastadores”, in Alberto Vieira, “O discurso da identidade insular: Madeira, Açores e Santa Catarina”, in URL: https://www.academia.edu/1153139/o_discurso_da_identidade_insular.

²²³ Em *A Filha de Tristão das Damas* há o recurso à considerada Idade de Ouro da História da Madeira, a idade dos heróis fundadores, com a pretensão de poder ser alcançada novamente pela geração da autonomia dos anos 20 do século XX. Em termos literários, a invocação de uma idade heroica recorda-nos o “Mito das Cinco Idades” de Hesíodo. O poeta do Monte Hélicon apresenta, no seu *Ἔργα καὶ*

surgiu a tertúlia “O Cenáculo”, onde se destacaram personalidades como o Major Reis Gomes e o Padre Fernando Augusto da Silva. Para além de ser responsável por uma significativa produção historiográfica, começa a surgir um discurso de defesa e o combate pela autonomia. A construção do regionalismo procura alicerces dentro do discurso científico, cultural e literário. A par da afirmação destas políticas e movimentos em prol da região, desenvolvem-se os estudos locais e regionais. A História local e regional ganha evidência e diferencia-se da nacional. Constrói-se o panteão de heróis regionais. (Vieira, 2018: 20)

Em relação aos Açores, as questões de mediatismo dos intelectuais das ilhas, em termos nacionais, também se colocou tal como na Madeira, por ser distante da metrópole. Ponta Delgada revelou-se um centro intelectual dinâmico, graças à “burguesia local” e a uma “pequena aristocracia” que “apoia[ra]m a publicação de estudos sobre folclore, etnografia e história local, assim como a reedição de obras importantes da bibliografia açoriana e da tradução de livros de viagens escritos por estrangeiros que visitaram os Açores, ou nas ilhas viveram por algum tempo”²²⁴. Na Madeira, tirando alguns casos pontuais, como foi o *Elucidário Madeirense*, e a expressão de artigos nos periódicos, foram raras as exceções que conseguiram uma produção que acercasse ideologicamente uma “Madeiridade”. Embora houvesse a consciência e um trabalho iniciado, no século XIX, por Álvaro Rodrigues de Azevedo e outros interessados²²⁵, parece que apresentar um conceito que concretizasse a partir dos

Ημέραι (Trabalhos e Dias), as cinco idades em que viveram/vivem os homens: a Idade de Ouro, a Idade de Prata, a Idade de Bronze, a Idade dos Heróis e a Idade de Ferro: “Com paralelos na literatura oriental, o mito das idades é uma síntese da história da humanidade, ou melhor, da relação entre o homem e os *athanatoi* [os imortais], que inspirou as mais variadas interpretações” (Pinheiro, 2002: 84). Da primeira à última idade, regista-se uma assinalável decadência, com exceção da Idade dos Heróis. Joaquim Pinheiro, *apud* Maria Helena da Rocha Pereira, refere que a introdução da Idade dos Heróis é “uma ‘preocupação historicista: o poeta sabia que antes dele tinham vivido homens notáveis, aqueles que se evidenciaram em Troia e em Tebas, ou seja, os que modernamente designamos como micénicos. Para os inserir nesta progressão, foi necessário interromper a linha de decadência” (Pinheiro, 2000: 81) e referir a “idade dos heróis, que pertencem a uma sociedade assente em valores” (Pinheiro, 2000: 89), como a justiça. João dos Reis Gomes não apela a nenhum mito fundador no sentido de se imiscuir entre o humano e o divino ou da defesa de uma cosmogonia, mas não deixa de haver relevo em relação aos heróis fundadores, guardiães do arquipélago, e que mereceram estabelecer-se num panteão mítico-cultural, ao tornarem-se uma invocação psíquica para as gerações posteriores que pugnaram por uma melhoria política, económica e social da Madeira, havendo lugar a uma espécie de “Idade dos Heróis”.

²²⁴ Onésimo Teotónio Almeida, “Quadro panorâmico da Literatura Açoriana nos últimos cinquenta anos”, in URL: http://lusofonia.x10.mx/acoes/lit_xx.htm#_ftn1.

²²⁵ Além do trabalho crítico em relação a publicações como *As Saudades da Terra*, de Gaspar Frutuoso, Álvaro Rodrigues de Azevedo também dirigiu o periódico *A Madeira*. O nº de 9-4-1857, p. 4, “Descobrimento da Ilha da Madeira”, é um exemplo da vulgarização da História da Madeira que, a nosso ver, tem o intuito principal da descoberta e sedimentação identitária.

traços comuns uma identidade madeirense nunca se revelou um objetivo primordial para nenhum intelectual, tal como aconteceu com Vitorino Nemésio e a sua “Açorianidade”.

Por parte dos intelectuais madeirenses, o trabalho a nível da pesquisa historiográfica e das tradições orais que ramificaram em textos literários e historiográficos contribuíram, em muito, para a consciencialização de uma memória cultural madeirense, com relevo para as personalidades que, na primeira metade do século XX, acrescentam essa consciência às gentes da ilha. Mas a ligação entre o discurso ideológico intelectual e o discurso ideológico político revelou-se fraca para os propósitos delineados para o arquipélago. Quando, então, o Estado Novo absorveu as sensibilidades políticas e intelectuais madeirenses, a luta autonómica estagnou, restringindo-se a um regionalismo tolerado pelo novo quadro político da nação²²⁶.

Passando a uma pensada “Madeirensidade”, advindo do gentílico “madeirense”, tal como “Açorianidade” de “açoriano” e “Caboverdianidade” de “caboverdiano”, mais do que uma “Madeiridade”, houve, por parte dos intelectuais madeirenses, o desejo de uma edificação identitária do arquipélago madeirense, como se pode depreender do pensamento de João Cabral do Nascimento e outros pensadores. Mas o conceito de “Madeirensidade”, por não ter sido forjado nem delimitado por um tempo e espaço, como aconteceu com a “Açorianidade” e a “Caboverdianidade”, ou estando dependente “da existência de uma literatura madeirense ou de supostas especificidades biológicas” (Rodrigues, 2015a: 166-167) como estes, oferece uma natureza não estanque em que se pode vir a constituir de uma forma transversal, diacrónica e mais dinâmica.

A identidade madeirense começa a consciencializar-se durante o período do Liberalismo com as primeiras alusões a um regime administrativo próprio para as especificidades do arquipélago, o que leva a trabalhos de aprofundamento cultural e identitário sobre a Madeira, tendo o seu auge, no século XIX, com os estudos de Álvaro Rodrigues de Azevedo²²⁷. No entanto, a reflexão sobre a identidade madeirense, feita ao longo dos últimos dois séculos, não deve “ser entendida como uma essência homogénea

²²⁶ Onésimo Teotónio Almeida, “Quadro panorâmico da Literatura Açoriana nos últimos cinquenta anos”, in URL: http://lusofonia.xl0.mx/acoress/lit_xx.htm#_ftn1, frisa que o mesmo aconteceu nos Açores. A literatura açoriana durante o Estado Novo era algo que agradava às elites dominantes, recorrendo ao bucolismo das ilhas, o que nada tinha a ver com a vida dura dos açorianos que trabalhavam no campo. Porém, havia grupos que, embora não fossem dominantes, forçavam uma resistência à situação, ao conservadorismo social apologista dos “louvores à vida tradicional defendendo-se a sua superioridade em contraste com o estado cada vez mais caótico do mundo”.

²²⁷ Paulo Miguel Rodrigues aponta o período das Guerras Napoleónicas como o do início da reflexão da “Madeirensidade” e indica como exemplos de textos fundadores desse pensamento mais aprofundado sobre a identidade madeirense a *Zargueida* e a *Georgeida*, de Francisco de Paula Medina e Vasconcelos (Rodrigues, 2015a: 169).

e estabilizada *ab initio*”, mas sim como “um processo historicamente situável e em permanente reequação, que decorre do encontro, confronto, diálogo e negociação dos agentes e fenómenos culturais madeirenses com o outro” que funciona “como um processo cultural dialógico e polifónico, em que intervêm não apenas os próprios insulares, mas também os outros não madeirenses” (Salgueiro, 2011: 188).

Na senda de Ana Salgueiro, a identidade cultural madeirense comunga, assim, várias formas de pensar, mas sem nenhuma sintetizar terminologicamente o ser e o sentir madeirense, trabalho que é necessário continuar nos meios académicos. A autora oferece-nos dois exemplos do início do século XX, em como existe disparidade na forma de refletir sobre o assunto: João Augusto Pina e João Cabral do Nascimento²²⁸. No primeiro, encontramos um pensamento atinente com os valores portugueses, na senda do povoamento português, que enaltece o elemento luso, não valorizando o cosmopolitismo presente no sentir madeirense²²⁹. O segundo, João Cabral do Nascimento (1897-1978), contemporâneo de Vitorino Nemésio (1901-1978), e, para nós, com um testemunho intelectual, literário e filosófico ao nível do do açoriano²³⁰, embora ainda com pouco reconhecimento, lega-nos uma reflexão sobre a construção da identidade madeirense atinente com as influências na ilha, ao longo da sua história, em que o elemento português não persiste sem as características de todos os outros que na Madeira deixaram um pouco de si, começando pela relação com o mito fundador, Ana d’Arfet e Roberto Machim, casal de origem inglesa.

Procuramos perceber, pelo exemplo, que os intelectuais do início do século XX dificilmente chegariam a uma terminologia que abarcasse um sentir homogéneo madeirense. Nos Açores, a questão da geografia e da história suportaram a definição de Nemésio e, mesmo com “elementos comuns à maioria dos açorianos (como acontece com o povo de qualquer cultura) esses elementos manifestam-se em diferentes graus de intensidade”, não sendo possível “fazer-se – com legitimidade, isto é – qualquer

²²⁸ Ana Salgueiro, no ensaio “Os imaginários culturais na construção identitária madeirense (implicações cultura/economia/relações de poder)” (2011), explora o texto de João Augusto Pina “Perpetuando uma data. Descoberta da Madeira”, publicado no *Diário da Madeira* de 15-5-1917, e o poemeto épico, *Além-Mar*, de João Cabral do Nascimento, publicado em 1917.

²²⁹ No *Diário da Madeira*, encontramos textos da mesma natureza do Pe. Fernando Augusto da Silva e de Alberto Artur Sarmiento. Pelo que expomos ao longo do nosso trabalho, esta linha de pensamento parece ser a que mais se aproxima dos cenaculistas, embora o legado cosmopolita também esteja presente em João dos Reis Gomes.

²³⁰ Numa entrevista ao *Jornal da Madeira*, 1-1-1961, p. 7, Vitorino Nemésio reconhece a qualidade literária de João Cabral do Nascimento e a irmandade entre madeirenses e açorianos: “E, já agora, que sou letrado de ofício, dois escritores genuínos, dos melhores do meu tempo: um prosador e um poeta: Ernesto Gonçalves e João Cabral do Nascimento. Mas madeirenses e açorianos, na família dos portugueses, somos gémeos”.

generalização sobre um grupo cultural” (Almeida, 2007: 26), a verdade é que foi possível a conceptualização desse sentir, mesmo não imperando um determinismo fundador em relação à geografia ou à história (Almeida, 2007: 30).

Apesar da formação da Mesa do Centenário, o cariz intelectual não prevaleceu e deu lugar ao discurso político da vitimização em relação ao Continente, o que ausentou a componente intelectual que poderia alicerçar, de uma forma mais sustentada, a luta política. Houve uma falta de alinhamento entre a política e a intelectualidade ou entre as diferentes fações que se inseriam em cada um dos campos.

Neste pressuposto, embora tenha havido casos, como já frisamos, que poderão ter pensado uma “Madeiridade”, sobre o ser e o sentir madeirense, como aconteceu nos Açores, a sua não concretização não nos impede de explorar essas linhas de pensamento por parte dos intelectuais do arquipélago. Paulo Miguel Rodrigues propõe, de há algum tempo, o termo “Madeirensidade” para se referir à correlação dos diferentes saberes que “se ocuparam da realidade madeirense (i. e. da filosofia à economia, passando pela política, etnografia, pelos estudos artísticos e literários, pela linguística, antropologia, sociologia, história, geografia, biologia, etc.)” (Rodrigues, 2015a: 166). A terminologia parece-nos feliz, apesar de poder carregar algo de preconceituoso, como aponta Paulo Rodrigues: “quando se fala de *Madeirensidade* o preconceito é o que mais prevalece” (Rodrigues, 2015a: 166)²³¹. Mas a “Madeirensidade” não contempla, a nosso ver, nada de preconceituoso, enveredando por um debate que está por fazer, ou que se tem feito de modo ainda incipiente, em relação a um conceito identitário do arquipélago madeirense, que produziu e produz todos os elementos para uma discussão identitária que se pretende construtiva e não castradora e/ou preconceituosa.

Baseando-nos no que acabamos de teorizar, o contributo para a divulgação da História da Madeira através dos romances históricos de João dos Reis Gomes é, para nós, algo concretizado. Tendo por barreira o facto de um romance histórico ser para a história uma fonte sobre o autor, o tempo e o espaço de uma época, torna-se compreensível que, imbuído de uma perspectiva ideológica nacional e regional, por vezes crispatórias, mas capazes de viver em confluência para um mesmo fim, graças às ideologias maiores que servem de agregação comum aos interesses nacionais e dos

²³¹ Em entrevista ao *Expresso*, 8-11-2017 (acesso URL: <https://expresso.pt/sociedade/2017-11-08-Este-modo-de-ser-madeirense>), Paulo Miguel Rodrigues volta a referir-se ao carácter preconceituoso com que o tema/termo “Madeirensidade” é abordado: “O tema não é pacífico, a palavra também não e Paulo Miguel Rodrigues, historiador e professor na Universidade da Madeira, reconhece que sempre que fala do conceito de madeirensidade o que costuma prevalecer ‘é o preconceito’”. Importante de salientar é que esta atitude cética não deve ser impeditiva da exigida reflexão sobre a identidade madeirense

escóis regionais. Então, o nacionalismo, o patriotismo, a autonomia e o regionalismo, acabam por encontrar pontos comunicantes nas conjunturas antibolcheviques, no desânimo com as democracias e na integração da Madeira como parte da história da pátria. Outro ponto de referência comum é, também, a influência do catolicismo político no pensamento destas elites intelectuais da primeira metade do século XX. A identificação ideológica de João dos Reis Gomes com estas formas de pensar acaba por fazer com que o autor se apresente como uma voz na defesa dos interesses madeirenses em confluência com o espírito da pátria.

Tendo em conta o que foi contextualizado, as dinâmicas e funções dos romances históricos de João dos Reis Gomes encerram características que os filiam como romances históricos românticos ou tradicionais. Isto torna-se importante para estudar o seu contributo para a divulgação da História da Madeira, na medida em que as funções e estratégias narratológicas levam o leitor a refletir sobre um tempo que é o do narrador e o seu: o ponto em que a memória se reflete de acordo com os quadros do presente. Sem querermos entrar em questões demasiado técnicas, o narrador cria um leitor modelo que vive no mesmo tempo que o narrador, refletindo uma experiência individual, no panorama mnemónico, que se pretende refletida num coletivo.

Além da analogia com um tempo que acabou (a primeira metade do século XX), os romances históricos de João dos Reis Gomes encerram, também, o mérito de despertar no leitor atual a curiosidade por episódios passados que oferecem ao universo cultural local o cruzamento com personalidades de relevo internacional, o que irá ser sempre um interessante e importante contributo para a divulgação da história, como é assumido pelo próprio João dos Reis Gomes na sua escrita romanesca. Neste ponto, no legado da memória pelo romance histórico entrecruzam-se outros dois, as fontes históricas que são utilizadas e a tradição que é uma fonte para a escrita do romancista.

O interesse pela História da Madeira, incutido por Álvaro Rodrigues de Azevedo e outros antecessores, fez com que as elites do início do século XX se sentissem com fundamento ideológico para pugnar por uma melhor autonomia administrativa e reivindicar melhores condições económicas, através da divulgação da identidade madeirense. Deste modo, o contributo para a divulgação da História da Madeira poderá inserir-se, a nosso ver, numa perspetiva de memória cultural. Com as teorias de Jan Assmann, o processo de identidade enquanto memória poderá cingir-se ao indivíduo, ao social, mas acrescenta-se a estas duas categorias a memória cultural, que de uma certa forma consegue suprir as barreiras entre o discurso histórico e o não histórico,

importando, para tal, a identificação do indivíduo, no seu plano individual e social com uma memória cultural que releva o passado:

The cultural memory is based on fixed points in the past. Even in the cultural memory, the past is not preserved as such but is cast in symbols as they are represented in oral myths or in writings, performed in feasts, and as they are continually illuminating a changing present. In the context of cultural memory, the distinction between myth and history vanishes. (Assmann, 2008: 113)

Pensamos que os romances históricos de João dos Reis Gomes cumprem este processo mnemónico em relação à comunidade e que, embora saibamos da separação entre o discurso da história e o do romance histórico, a proposta de Assmann compreende o valor do legado que o romancista pode acrescentar à memória cultural de uma comunidade com base no mesmo objeto que suporta no seu discurso a fonte da história e que não interfere, em termos de clivagem, com o todo nacional: “a interação da Memória Colectiva e da Memória Individual, no que diz respeito à localização periférica do Arquipélago da Madeira, não poderá ser considerada como delineada em dois círculos de identidade concêntricos e interactivos: o círculo nacional e o círculo regional que interagem” (Moniz e Falcão, 2008: 1636).

A complexa questão da identidade faz todo o sentido na análise da obra de um autor que, para nós, foi um dos principais propulsores do movimento identitário madeirense do início do século XX, e um ponto incontornável no discurso romanescos. Não é apenas nos romances que a presença da Madeira se sente como uma realidade distinta, pelo cunho regionalista empregue, quer a nível temático, quer a nível da transposição para a realidade local, mas também em diversos escritos do autor e de natureza diferente.

A memória cultural, que se apresenta em *A Filha de Tristão das Damas*, *O Anel do Imperador* e *O Cavaleiro de Santa Catarina*, obedece não apenas à fonte identificativa da história, mas também ao fundo antropológico das lendas e dos mitos que vão edificando o discurso identificativo de uma comunidade, num contributo para a construção da memória cultural através da literatura. É, aliás, um dos principais pressupostos de João dos Reis Gomes, quando nos prefácios alude ao facto de não pretender escrever história, pois sabe-se condicionado pela falta de cientificidade do romance, mas que discorre sobre fundos lendários que vivem na alma do povo.

Não queremos, aqui, discorrer uma breve história do conceito de memória. Procuramos, sim, abordá-lo em torno do modo como a literatura pode ser um meio para a formação de uma memória cultural de cariz identitário. Para um dos grandes teorizadores da memória, Maurice Halbwachs, memória e história são dois conceitos distintos, só havendo necessidade de se passar ao segundo quando um distanciamento temporal grande em relação a uma lembrança, com poucos testemunhos vivos, ou nenhuns. Aí, passa-se à da escrita, porque “o único meio de salvar tais lembranças, é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem” (Halbwachs, 1990: 80-81). Halbwachs também fala da experiência individual da memória que alimenta a construção da memória coletiva numa sociedade, que, por sua vez, estará ligada à edificação de uma identidade e com o passar do tempo, a experiência individual que alimentou a coletiva poderá passar a memória histórica, que é, para Halbwachs, carateristicamente distinta da memória coletiva²³². Não queremos voltar à questão da sinonímia entre memória e história, que nos parece infrutífera para as nossas pretensões, pois, na linguagem comum, o que pode ser equivalente não assume a mesma condição quando dicotomias em outros campos do conhecimento. Ponto assente é que para a história e as ciências sociais, a sociologia e a psicologia, não são conceitos equivalentes, como já frisámos com Jacques Le Goff, mas sabemos que a história tem a memória como objeto, o que lhes confere uma proximidade relacional:

A história dita "nova", que se esforça por criar uma história científica a partir da memória coletiva, pode ser interpretada como "uma revolução da memória" fazendo a cumprir uma "rotação" em torno de alguns eixos fundamentais: "Uma problemática abertamente contemporânea... e uma iniciativa decididamente retrospectiva", "a renúncia a uma temporalidade linear" em proveito dos tempos vividos múltiplos "nos níveis em que o individual se enraíza no social e no coletivo" (lingüística, demografia, economia, biologia, cultura). História que fermenta a partir do estudo dos "lugares" da memória coletiva. "Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm a sua história". Mas não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se

²³² Segundo Halbwachs, uma das marcas da história é a descontinuidade, porque a memória histórica procura respostas para o presente nos factos passados (Halbwachs, 1990, 83-84). Isto faz-nos crer que podemos ver na memória coletiva um processo de reconstituição, por meio de outros meios que não a escrita, e na memória histórica um processo de reconstrução.

deve procurar, não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva (Le Goff, 1990: 473-474)

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades, cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, que melhor permitem compreender a luta pela dominação da recordação e da tradição, a manifestação da memória (Le Goff, 1990: 477), que fará o seu papel em relação ao que deve ser recordado e ao que deve ser esquecido.

A reflexão acerca da memória compreende a sua separação da história, que é comumente vista como um sinónimo da primeira. A proposta de Paul Ricoeur pensa a história com um percurso epistemológico próprio, dividido em três fases: “du stade du témoignage et des archives, il passe par les usages du “parce que” dans les figures de l’explication et de la compréhension; il se termine au plan scripturaire de la représentation historique du passé” (Ricoeur, 2000: II), mas que, na sua condição hermenêutica, trabalha com a memória, e com o esquecimento (“oubli”): “entre la menace de l’effacement définitif des traces et l’assurance que sont mises en réserve les ressources de l’anamnèse” (Ricoeur, 2000: II). A dicotomia entre “mneme” e “anamnesis” torna-se definitiva. A primeira relaciona-se com a recordação, o “souvenir”, e a segunda representa o filtro que é a lembrança, o “rappel”.

A história será, então, a representação do passado que transforma a recordação (“souvenir”), em feito (“fait”), através do testemunho (“témoignage”), resgatando aquela recordação do esquecimento (“oubli”). Os eventos documentados pela história são os feitos (Ricoeur, 2018: 29) que começam a edificar uma memória individual, social e coletiva. Contudo, a história não é o único meio exclusivo de resgate dos “objetos” da memória. Ricoeur questiona sobre outras formas de resgatar os “souvenirs” da memória, como é o caso das comemorações (Ricoeur, 2000: 52), sendo que estas também constituem uma lembrança da memória. No par dicotómico história/memória, há uma contribuição da história na efetiva consolidação da memória, embora o papel do historiador seja o de “faire de l’histoire” (Ricoeur, 2000:68), que no seu filtro, já carrega uma carga significativa de esquecimento, pois obedece a um carácter sistémico, que se inicia com o testemunho e a organização em arquivos (Ricoeur, 2000: 212), ao passo que cada um de nós tem o papel de “faire mémoire” (Ricoeur, 2000: 68).

Contudo, o historiador ao fazer história, não deixa, pela sua interseção com o mundo do esquecimento, de estar a registar a memória. Estamos de acordo de que história e memória não são sinónimos, até pela reflexão de Paul Ricoeur, conseguimos compreender que a ligação entre o sujeito e o vivido é a primeira condição da memória, mas a missão da história não deixa de ser uma luta contra o esquecimento e, ao mesmo tempo que se regista a si própria, que regista o Homem, o tempo e o espaço, que já não são, contribui para a edificação da memória (ou de uma memória) que se ramificará como uma construção coletiva e com uma última etapa na memória cultural proposta por Jan Assmann, como um certo contraponto à memória coletiva de Halbwachs, em que a literatura constitui, pela sua experiência individual que poderá alimentar uma memória coletiva, um construtor da memória cultural.

Na linha deste raciocínio, define-se que o romance histórico não é um construtor da memória histórica, mas um importante edificador da memória cultural. Ao consultarmos os diversos teóricos da memória, com particular atenção para Maurice Halbwachs, Jacques Le Goff, Pierre Nora e Jan Assmann, parece certo que a noção de que a memória construída pela história funciona como uma das memórias coletivas da sociedade e que a sua conceção advém de um legado escrito que interpreta um conjunto de arquivos que irão conceber uma construção mnemónica do tempo passado, em função dos quadros sociais do presente. Pierre Nora, ao conceito de memória, acrescenta a noção de “lugares de memória” (*les lieux de mémoire*), não no sentido de os lugares de memória serem uma recordação, mas de lugares que contêm em si a finalidade de produzir memória: “Le lieu de mémoire est par nature à la croisée de la longue durée (celle de la mémoire) et l’événement (fondateur, consacrant ou commémoratif)” (Petitier, 1989: 105). Para Nora, a memória coletiva de um certo grupo social, de que faz parte a memória histórica, é fundada a partir de certos lugares que, no seu ato fundador, tinham a intenção de produzir memória, daí a necessidade de recuperar os lugares da história.

É do nosso interesse o lugar específico da construção da memória e da identidade, ao levarmos em linha de conta o estudo do romance histórico no seu tempo e espaço concretos, a primeira metade do século XX, na Madeira. A construção da memória e da identidade madeirense obedece a um conjunto de fatores políticos, sociais, económicos e culturais, já debatidos nestas linhas, e que tornam a operacionalização da memória e da identidade dois pilares fulcrais da afirmação do arquipélago madeirense, funcionando no campo da construção e do esquecimento.

Na senda de Halbwachs, pensamos que a memória histórica virá a construir-se através dos inúmeros textos relacionados com a História da Madeira e com a criação do *Elucidário Madeirense*, do Pe. Fernando Augusto da Silva e de Carlos Azevedo de Meneses, contribuindo para a edificação de uma memória cultural. Contudo, julgamos que um dos melhores exemplos da criação da memória cultural serão os romances históricos, e, no nosso caso particular, os de João dos Reis Gomes.

Nas palavras de Umberto Eco, “Nadie vive en el presente inmediato; unimos cosas y acontecimientos mediante el vínculo de unión de la memoria, personal y colectiva” (Eco, 1994: 13), o que nos faz ver que o “jogo” da memória acaba por ser uma fuga ao esquecimento perante a grande promessa da imortalidade, quer seja individual, quer seja coletiva, e que se estende ao âmbito histórico e cultural, porque, também para Eco, “Este enredo de memoria individual y colectiva alarga nuestra vida, aunque no sea más que hacia atrás, y nos hace resplandecer ante los ojos de la mente una promesa de inmortalidad” (Eco, 1994: 13).

Mas o caso da literatura, em particular o do romance histórico, para a construção de uma memória coletiva a partir do seu contributo para a divulgação da história de um povo, delimitado por um espaço e um tempo, nunca deverá esquecer que um texto literário tem outras funções primeiras que não a construção da memória cultural. Embora um romance histórico trabalhe a questão mnemónica e identitária, a sua liberdade, enquanto literatura, é o que lhe permite abordar o universo “do que poderia ter sido” sem as amarras da metodologia historiográfica, e exercer a sua essência de interrogação sobre os quadros sociais em que se insere:

a literatura não tem como finalidade principal a construção da memória cultural ou identitária – com exceção, e mesmo assim só em parte, dos textos como as crónicas medievais, a prosa historiográfica ou a épica, de teor marcadamente interventivo no que toca à construção e legitimação do grupo –, mas a questionação ética e ontológica, de forma estética, do homem e do mundo. A literatura vive a liberdade dos seus próprios caminhos, fiel ao que há de mais profundamente humano, que é a interrogação. Ora, quando se coloca a interrogação, abre-se o espaço para a reconstrução emotiva, mas também consciente, racional e lógica das experiências. (Antunes, 2019: 206)

A escrita literária, por ter um carácter metafórico, estabelece uma relação de questionação com o mundo em que esse discurso, “apesar da sua faceta pouco científica e não verificável [em relação à história], sempre serviu à memória cultural dos

indivíduos” (Antunes, 2019: 203). Com isto, o individual revela um traço determinante na construção da memória histórica, pois a memória cultural acaba por fornecer um reconhecimento identitário essencial. O papel da literatura, cujo fundo de trabalho bebe muito das tradições, insere-se na construção da memória cultural porque “estabelece entre o ontem e o hoje, modelando e atualizando de forma contínua as experiências e as imagens de um passado no presente, como recordação geradora de um horizonte de esperanças e de continuidade” (Antunes, 2019: 204).

Embora a memória seja vista como vivendo de arquivos vivos, a escrita pode ser entendida como um arquivo morto, no sentido em que obedece a uma fixação, mas que, paradoxalmente, se torna vital para a perpetuação da memória. A escrita vem suprir a fugacidade da memória humana, fruto da sua condição física. Assim, o momento de registo pela escrita opera a fixação de uma memória, que a literatura torna um contributo para a construção de uma memória cultural:

A escrita corresponde ao momento do registo, da marcação e da fixação por meio de outros recursos que não a memória do homem. A importância dada, a determinada altura da história, à narração escrita dos feitos e factos passados prende-se com a consciência de importância da permanência da escrita em oposição à precaridade da memória humana, ao esquecimento (Antunes, 2019: 199)

Jacques Le Goff apresenta uma síntese que faz sobre o papel da memória. Sabemos que memória, história, cultura, identidade são conceitos que, mesmo não sendo sinónimos, se interligam na sua essência e que são pedras basilares da estruturação de uma sociedade, ao ponto de se defender que não há sociedades sem história. Le Goff vê na memória uma entidade demiurga que, numa ponte com o passado, serve de alicerce a um presente e a um futuro (Le Goff, 1990: 478).

A definição de Le Goff vem ao encontro de Jan Assmann quando afirma não existir uma identidade natural, no sentido biológico do termo, mas que a identidade se vai construindo coletivamente “sottostà a un processo di conformazione esclusivamente simbolico” (Assmann, 1997: 101), acrescentando mesmo que “è una metafora, una grandezza immaginaria, un costrutto sociale; in quanto tale, però, esso appartiene senz'altro alla realtà” (Assmann, 1997: 101).

Projetado sobre a questão da memória e a construção cultural²³³, o trabalho realizado por João dos Reis Gomes, com os seus romances históricos, acrescenta um contributo edificador à “Madeirensidade”, pois é também da memória que a “Madeirensidade” trata, na medida em que “A literatura, por exemplo, contribui para a construção da Madeirensidade, mas ao mesmo tempo é também o dever desta que promove a emergência, a afirmação e o desenvolvimento daquilo que podemos designar como literatura madeirense” (Rodrigues, 2015a: 167). Desde o aparecimento de uma consciência identitária madeirense é possível construir ao longo dos tempos posteriores o sentir do arquipélago sem ficarmos confinados à moldura temporal de um conceito assumido, mas carecido de constante atualização.

Lançadas as questões sobre a “Madeirensidade”, a memória, a cultura, a identidade, concluímos que a literatura é vista como um dos meios edificadores da memória cultural, isto é, o género romance histórico, que temos vindo a estudar, apresenta características que, na sua função primordial de questionação, emprega a pretensão de poder alimentar uma memória cultural e uma identidade de um povo. Apontámos, de igual modo, a especificidade da primeira metade do século XX, que, nos seus inícios, assentou a formação da memória, da identidade e da história, numa justificação regionalista e autonomista e que consagrasse as tradições madeirenses.

Voltando à comparação efetuada com o arquipélago açoriano, apontámos algumas particularidades distintivas da Madeira. A que mais nos chamou a atenção foi a questão da unidade política, que permitiu, com o suporte da geografia e da história, determinar a formação da Açorianidade. Pelo contrário, de acordo com as condições particulares do arquipélago madeirense em relação ao açoriano, como o caso da sua geografia e história ser consonante em todo o território e da sua definição política ser reconhecida desde os tempos de D. Manuel I, tornam-no um território sem necessidade de verbalizar um conceito identitário como imprescindível para a sua afirmação. Na questão da literatura madeirense, muito se fala de critérios para a sua definição. Para nós, fará sentido na mesma dimensão com que se trata a literatura açoriana (como parte de um todo nacional) que, de acordo com as palavras de Onésimo Teotónio Almeida: “Tal como aconteceu em outras áreas da história dos Açores, também a história da sua

²³³ Jorge Lozano, *apud* Lotman, refere precisamente a palavra como origem da cultura: “La palabra aparece como el primer elemento de la cultura, mientras la cultura se presenta como una cantidad de palabras (textos). El primer elemento de la cultura repite sin embargo en un nivel más bajo en la estructura textual los trazos de la cultura como tal, y viceversa. Así, si se permite una metáfora, continúa Lotman, se puede decir que la cultura es la palabra (el texto), mientras el texto es la cultura” (Lozano, 1994: 96).

literatura esteve sempre ligada à portuguesa, com interferências pontuais significativas dos Açores e da gente açoriana. Quase todos os grandes nomes da literatura açoriana o são também da literatura portuguesa”²³⁴. A Madeira compreende “a certeza de uma delimitação geográfica muito clara que faz coincidir a identidade cultural com a comunidade que vive no arquipélago” (Figueiredo, 2008: 1490) o que poderá legitimar “a identificação de um *corpus* madeirense, detentor de autonomia referencial, tanto pela origem como pela naturalidade adoptiva do autor ou da edição” (Figueiredo, 2008: 1490), mas, para nós, nunca fora de um corpo maior que é a Literatura Portuguesa e que parece nunca ter sido o objetivo dos intelectuais da primeira metade do século XX, em particular de João dos Reis Gomes e também dos escritores posteriores a esta época até aos nossos dias.

O percurso da identidade madeirense através da literatura acabou por se ir fazendo, consciente e inconscientemente, algumas vezes, com o objetivo de criar um fundo coletivo em que se revissem as gentes da ilha. No caso particular da literatura, e dando o exemplo de João dos Reis Gomes, a identificação com episódios históricos é uma realidade. O autor de *A Filha de Tristão das Damas*, companheiros do Cenáculo, e outros, tornam-se precursores de escritores e intelectuais que, nos anos 40, apostam “na narrativa de ficção com forte cunho regionalista e que, quase nunca se encontrando, [...], parecem comungar do mesmo propósito artístico e cultural: o de constituir uma história, uma memória, uma biblioteca, uma identidade cultural forte para as gerações futuras da Ilha” (Santos, 2008b: 569), o que nota que uma consciência de identidade norteou grande parte dos interesses dos intelectuais madeirenses.

Os episódios da História da Madeira associados a uma identidade, que dão corpo aos romances históricos de João dos Reis Gomes, funcionam como uma entidade mediadora entre a história, a literatura e a memória cultural. Por parte do autor há uma memória individual que revela uma experiência com a tradição, de acordo com a situação do seu tempo (do autor), que é exportada para uma memória coletiva, estruturada igualmente com o momento presente, mas que implica um contributo

²³⁴ Onésimo Teotónio Almeida, “Quadro panorâmico da Literatura Açoriana nos últimos cinquenta anos”, in URL: http://lusofonia.x10.mx/acoes/lit_xx.htm#_ftn1. Thierry Proença dos Santos confirma esta abordagem da literatura madeirense como subsistema da literatura portuguesa: “No mapa cultural português, a ‘literatura madeirense’ apresenta-se como um subsistema do sistema nacional que reflecte, de algum modo, particularismos decorrentes da sua separação do centro por um passado histórico de experiências e de contactos diferenciados, por uma fronteira natural, o oceano Atlântico, pela ligação que o autor tem com a comunidade insular, legitimadora da sua inserção no corpus que ela própria define, ao rever-se ou não nele e, recentemente, por uma fronteira político-administrativa, a ‘Autonomia’” (Santos, 2008b: 581).

edificador da memória cultural madeirense. Mais, os episódios que João dos Reis Gomes determina para os seus enredos encerram ainda a pretensão de uma memória cultural madeirense inserida numa memória cultural além-arquipélago que, em simultâneo, catapulta a Madeira para uma exposição das suas potencialidades económicas, sociais e culturais, e realça o sentido da luta autonómica, da harmonia com o salazarismo e a força da unidade nacional.

Como defende João dos Reis Gomes nos prefácios, o seu objetivo não passa por escrever história, embora se possa debater se um romance histórico não poderá abarcar a tentativa dissimulada de fazê-lo, mas dar a conhecer a tradição que mantém vivos referentes históricos madeirenses trabalhados pelo autor.

No papel primordial de interrogação do mundo, o referente histórico inserido num género literário encerra a pretensão de questionar o tempo histórico em que se insere, a autonomia, o patriotismo, a harmonia com o Estado Novo e a transposição para um todo nacional com o reavivar de feitos que não pretendem, pela literatura, ser inseridos na memória histórica, mas na memória cultural madeirense.

3.2. Ideias de literatura e história

Segundo o Visconde do Porto da Cruz, nas suas *Notas e Comentários para a História Literária da Madeira. II Volume 2º. Período: 1820-1910* (1953) *Notas e Comentários para a História Literária da Madeira. III Volume 3º. Período: 1910-1952* (1953), a literatura na Madeira sempre acompanhou as tendências da metrópole, o que se confirma no caso do autor d'*A Filha de Tristão das Damas*, *O Anel do Imperador* e *O Cavaleiro de Santa Catarina*. Também é necessário notar que, no contexto da “Política do Espírito”, de António Ferro, percebe-se as opções literárias de Reis Gomes, ainda que *A Filha de Tristão das Damas* tenha tido uma primeira edição em 1909, antes do Estado Novo, a verdade é que voltou a ser editada, em vida de Reis Gomes, em 1946. Embora façamos uma abordagem à literatura no plano do narrativo, Reis Gomes foi igualmente autor de dramas, não mostrando muito interesse pelo teatro de revista, muito em voga naquela época, inclusive no Funchal²³⁵.

Para melhor compreendermos o pensamento de João dos Reis Gomes em relação à arte, parece fundamental a exploração das diferentes “Razão da Obra” dos romances

²³⁵ *O Theatro e o Actor* (1905) é uma obra de Reis Gomes que aborda essencialmente o teatro clássico.

estudados nesta tese, determinadas considerações em *O Belo Natural e Artístico* e em outras obras, além de algumas notícias de jornais.

Os romances históricos de João dos Reis Gomes são textos que aliam a investigação e conhecimento do autor sobre os assuntos em questão à sua capacidade descritiva e irônica, duas características da prosa de finais do século XIX. O leitor atento compreenderá que, aliado à exposição do conteúdo, há um laborioso trabalho de escrita, em que a forma e o estilo procuram acompanhar a elevação do conteúdo.

As considerações do Major sobre os movimentos artísticos de início do século XX são pouco abonatórias no que toca aos novos rumos da arte, pensamento patente logo nas “Considerações Gerais”, em *O Belo Natural e Artístico*, uma vez que o Homem, enquanto produto da Natureza, não deverá afastar-se da sua harmonia natural, provocando, esse afastamento, a incompreensão dos seus pares:

As artes, derivando imediatamente da função dos sentidos, não podem, pois, com maior força de razão, afastar-se da observação da natureza, sob pena de se tornarem incompreendidas. E é de vêr: tôdas as tentativas, feitas em oposição a tal princípio, teem constituído apenas fenómenos passageiros, breve, considerados como caprichos doentios ou como totais monstruosidades. (Reis Gomes, 1928: 5-6)

Porém, João dos Reis Gomes acrescenta que um artista não tem a obrigação de “apenas copiar a Natureza” (Reis Gomes, 1928: 6), “visto que o artista não é só um receptor de imagens, mas, um ser que sente, pensa e fantasia, que se emociona e raciocina. Por isso, êle deverá ser não apenas um servil imitador, mas, um intérprete das realidades da Vida” (Reis Gomes, 1928:6). O que parece ser uma contradição é apenas a segunda parte da premissa da criação artística. A observação da natureza não será a única do artista. A vida também o é. Contudo, a essência da segunda faz-se em função da primeira, porque as faculdades de sentir, pensar, fantasiar, emocionar-se e raciocinar são ferramentas que a natureza deu ao artista, mas para criar em harmonia. A teoria de Reis Gomes é, a exemplo de outras, uma questão demiúrgica entre o criador e o ser/objeto criado e entre o observador e o observado.

As grandes referências na escrita, apontadas por Reis Gomes, são os autores franceses e portugueses do século XIX e inícios do século XX, Flaubert, Anatole France, Garrett, Herculano, Eça e Fialho, “Garrett, Herculano, Eça, Fialho, corrigindo insistentemente, nos linguados, faziam, ainda, depois, o desespêro dos tipógrafos, nas emendas das respectivas provas de tira e de galé” (Reis Gomes, 1928: 41), sendo

classificados como autores que trabalham incansavelmente o seu estilo. Confirma-se pela crítica que, para João dos Reis Gomes, a forma deverá acompanhar a elevação do conteúdo, quando o autor refere o caso de Camilo Castelo Branco que, no seu entender, devido ao compromisso editorial, trabalhava pouco a forma e o estilo:

Camilo trabalhava pouco a sua escrita, porque lhe faltava tempo, totalmente comprometido com o editor; mas, por isso mesmo, a sua obra, onde a concepção é geralmente admirável pela imaginação, ironia, ou alto poder dramático, sendo sempre de linguagem castiça, é tanta vez imperfeita, pelo que se refere á harmonia e arranjo rítmico do período. (Reis Gomes, 1928: 41)

Por isso, o trabalho do escritor e do artista, em relação à matéria, pauta-se pelo exercício árduo sobre o meio de transmissão da matéria, à moda de um forjador, de um escudo de Aquiles, em que é absolutamente vital a componente laboriosa da forma e do estilo, para que o conteúdo possa representar a excelência da simplicidade:

Especialmente na literatura e artes plásticas, a simplicidade é alcançada à custa, quási sempre, duma longa e desesperante selecção: versos e frases que são refeitos mil vezes, desenhos e esboços que são outras tantas retocados, até adquirirem a doçura ou a fôrça da expressão definitiva.

É ver os autógrafos e as provas tipográficas dos grandes escritores, dos literatos mais artistas; e observar os esquiços e estudos dos maiores nomes da paleta e do cinzel! Que de cortes, emendas, substituições e transposições de palavras, de frases, de períodos, nuns; de ritmos, de atitudes, de modelação e de linhas, noutros, - para chegar-se a êsse termo, em que o pensamento da obra atinge o máximo de elegância, de harmonia, de colorido ou de vigor, dando-nos a ilusão de ter saído dum jacto, desde o cérebro, através da pena, do pincel ou do escopro do artista! (Reis Gomes, 1928: 40)

Como exemplos desse trabalho, são apontadas as prosas de Flaubert e de Anatole France, em que, para atingir a excelência artística, a produção do primeiro era “uma tortura” (Reis Gomes, 1928: 41) e o segundo “escrevia, truncava, ampliava, corrigia e cortava á tesoura frases e períodos inteiros que ia colando noutros pontos, acomodando-lhes a situação á conveniência da clareza ou da intensidade expressiva” (Reis Gomes, 1928: 41). Reis Gomes finda a sua impressão sobre o trabalho da prosa com a afirmação sobre o gosto artístico, que deve ser “uma exigência insaciável”: “O grande esmeril de forma é o gôsto artístico, condão não privativo dos criadores de beleza, mas que nêstes deve existir em alto grau, sendo nalguns, como em Flaubert,

quási duma exigência insaciável” (Reis Gomes, 1928:42). No prefácio à segunda edição de *A Filha de Tristão das Damas*, João dos Reis Gomes é claro quanto às suas influências de prosadores e ao realismo, que classifica como “A nova arte”: “A nova arte – o realismo –, para mim tão sedutora pela exactidão de sua técnica, e que chegara já até nós – limitada, mas brilhantemente – com Eça de Queirós, Bento Moreno e, ainda, Fialho de Almeida nos seus contos, arte que tinha em França, como mestres, Balzac, Flaubert, Zola, e poucos mais” (FTD, 1946: XIV-XV)

Ao que parece, João dos Reis Gomes não encontrava na modernidade motivos de orgulho na arte. Igual raciocínio expressa quando se refere aos pintores, uma vez que a modernidade desvirtuava o princípio do belo natural e artístico:

E falando, aqui, de literatos, não deixaremos sem especial referência a obra dos pintores. Hoje, desenha-se pouco e desdenha-se muito dos artistas que esboçam com certa meticulosidade os seus quadros. Volumes, luz, côres, impressões, e o menos rigor possível nos contornos: eis a tése actualmente mais em voga. É por isso que alguns autores *modernistas* pintam mulheres que parecem árvores: as pernas, - troncos enrugados e nodosos; e os braços – ramos em dolorosa cortorsão, onde as mãos aparecem como folhas mais ou menos ressequidas. (Reis Gomes, 1928: 42)

As palavras do autor de *O Belo Natural e Artístico* devem ser interpretadas no contexto da época, em que há um corte formal com períodos anteriores, notando-se mormente na pintura, escultura, arquitetura, música e espetáculos dramáticos. Nota-se a crítica mordaz em relação a estes períodos, quando no texto de 1929, *Através da França, Suíça e Itália*, sobre a grande peregrinação madeirense de 1926 a lugares de culto mariano na Europa, Reis Gomes, ao passar por Paris, é pouco abonatório em relação à Torre Eiffel, que lhe mereceu algumas linhas críticas, quer pelo estilo artístico, quer pelo enquadramento paisagístico, apesar da compreensão turística (Reis Gomes, 1929: 352) e às novas danças simbolizadas pela franco-americana Josephine Baker, “a desgonçada boneca de cacau” (Reis Gomes, 1929: 357)²³⁶.

No espaço dos periódicos, é igualmente dado destaque a alguns excertos de livros de Reis Gomes. Retivemos duas observações interessantes que refletem sobre a literatura e o teatro. Uma, de um texto intitulado “O Naturalismo e a Convenção”²³⁷, em que, “literariamente, se não compreende que uma acção grandiosa se trate em estilo

²³⁶ O texto que se refere às novas tendências da dança, na capital francesa, é também divulgado no *Diário de Notícias*, de 15 de julho de 1927, p. 2, com o título “As Danças Negras do Paris Moderno”.

²³⁷ Periódico *Diário da Madeira*, 2-12-1917, p. 4. Este texto consta d’*O Belo Natural e Artístico*.

familiar, e vice-versa”, da mesma maneira que é um “erro grave, manifesta incongruência, não acomodar ao valor do assunto o grau do estilo scenico”, o que reflete novamente sobre o estilo e o trabalho da escrita, enquadrada com o contexto, no caso da literatura. A outra reflexão é de um texto intitulado “A Naturêsa no Teatro”.²³⁸ Pensando sobre a representação, Reis Gomes fala da supressão da “longa descrição literária do exterior de um personagem” por um “simples golpe vista: um breve olhar, às vezes basta para fixar um tipo, um carácter, e grava-o indelevelmente no espirito, sem esforço algum de compreensão”. Pelo exemplo, além da leitura dos seus romances, aferimos que a longa descrição faz parte da sua convenção de escrita literária.

Nota, ainda, para a crítica do jornal portuense *Primeiro de Janeiro* (21-12-1909) que diz, a propósito d’*A Filha de Tristão das Damas*, que João dos Reis Gomes é “um artista moderno, de um temperamento admirável, dotado de uma phantasia soberba e de uma linguagem colorida e rithmica, de uma ductilidade perfeita”²³⁹.

Não havendo conhecimento de obra historiográfica da autoria de João dos Reis Gomes, a reflexão sobre a sua conceção de história insere-se na época em que viveu, da sua convivência, produto do nacionalismo e patriotismo, das descrições de outras fontes e de algumas ações em relação a esta matéria. Nesta época, a historiografia ainda é tida como um meio para a afirmação da independência portuguesa e do império, a exemplo da historiografia de cariz nacionalista:

compreende-se que um pequeno Estado europeu periférico e marginal como o português tenha, em diversos momentos, incentivado os estudos históricos e a publicação de fontes relevantes para o conhecimento do seu passado. E que a historiografia portuguesa tenha sido frequentemente instrumentalizada pelos nacionalismos e pelas ideologias difundidas pelo Estado ou por correntes políticas organizadas – como de resto sucedeu com outras historiografias nacionais europeias. (Matos, 2008: 17)

Por este motivo, podemos acrescentar, com Sérgio Campos Matos, que “[a reflexão sobre a identidade nacional] nunca deixou de estar presente na historiografia, no ensaísmo e na literatura” (Matos, 2008: 17). Ou seja, haverá, por parte das

²³⁸ Periódico *Diário da Madeira*, 26-08-1917, p. 4. O texto consta d’*O Theatro e o Actor*.

²³⁹ Periódico *Heraldo da Madeira*, 29-12-1909, p. 1, “A Filha de Tristão das Damas”. A notícia é uma citação do periódico *Primeiro de Janeiro*, onde também se agradece as palavras lisonjeosas. A classificação de moderno pode criar alguma dúvida no leitor. Contudo, pensamos que não devemos confundir o adjetivo “moderno” relativo ao movimento do modernismo com a noção de um indivíduo que se apresenta como dentro do seu tempo ou até na vanguarda.

Humanidades a preocupação de justificar a independência e o império, após o atribulado século XIX vivido por toda a Europa.

Na nossa pesquisa sobre João dos Reis Gomes, é comum encontrar o seu nome associado à história e nomeado como historiador. Porém, estamos em crer que foi mais considerado como jornalista, crítico literário, escritor, filósofo, sendo a categorização como historiador fruto do seu contributo para a divulgação da história, nomeadamente, com os seus romances históricos. Não obstante, sabemos que foi um dos membros fundadores da delegação madeirense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal²⁴⁰, juntamente com João Cabral do Nascimento, Fernando Augusto da Silva, Alberto Artur Sarmiento e Juvenal Henriques de Araújo. Outro dado associado à sua biografia é o facto de ter sido sócio do Instituto Histórico da Terceira.

O interesse de João dos Reis Gomes pela História da Madeira tornou-o um dos principais entusiastas do seu tempo e o seu contributo é uma referência cultural madeirense. Como diretor de periódicos, *Heraldo da Madeira* e *Diário da Madeira*, a imprensa como arma de divulgação ideológica, é responsável por permitir, nos seus jornais, a publicação de textos ligados à área da história de vários autores madeirenses, como é o exemplo de João Cabral do Nascimento e do Pe. Fernando Augusto da Silva.

Após termos visto que a historiografia portuguesa veiculava dois caminhos, a erudita e a de divulgação, alguns autores, cultores da história, adotam o romance histórico como meio de, através de um discurso fora da cientificidade, operar um contributo para a divulgação da história e das ideologias vigentes, sem a obrigatoriedade científica exigida pela ciência académica. Esta é uma premissa que assiste a primeira fase autoral de Alexandre Herculano, considerado o precursor da historiografia portuguesa moderna e do romance histórico português.

João dos Reis Gomes, que não se assume como historiador, reforça esta linha na apresentação dos seus romances históricos, ao optar, no caso d'*A Filha de Tristão das Damas*, por citar Almeida Garrett na famosa apresentação de *Frei Luís de Sousa* ao

²⁴⁰ Periódico *Diário de Notícias* do Funchal, 9-11-1927, p. 1, “Sociedade Histórica da Independência de Portugal”. Na notícia, afirma-se que “A Sociedade Historica para a Independência de Portugal deve a sua fundação ao eminente escritor e historiador Alexandre Herculano”. A Sociedade Histórica da Independência de Portugal foi fundada a 24 de maio de 1861, e tem por objetivo o culto patriótico da identidade nacional, com vista a argumentar e justificar a independência portuguesa, que durante o século XIX e princípios do século XX foi uma questão que, muitas vezes, se colocou com a ideia da “União Ibérica” e com a cobiça estrangeira. Por isso, no quadro da expansão da SHIP, fundou-se uma delegação no Funchal. Em 1927, João dos Reis Gomes foi convidado pelo coronel Ramos da Costa para “montar uma delegação da sociedade no Funchal” (Carita, 2020: 143) e “A presidência tinha sido entregue ao membro mais velho [o Pe. Fernando Augusto da Silva]” (Carita, 2020: 144).

Conservatório Real, falando em detrimento das musas de Homero em relação às de Heródoto. Na apresentação d'*O Anel do Imperador*, o autor refere-se a “um amoroso olhar para as páginas da sua história”, da História da Madeira, aludindo ao romancear do episódio da passagem de Napoleão pela Madeira e posterior resgate pelo Príncipe de Joinville. Em *O Cavaleiro de Santa Catarina*, é afirmado, de igual modo, que a intenção é contribuir para explicar uma tradição madeirense à volta do misterioso Henrique Alemão, o sesmeiro da Madalena do Mar.

Outro dado que nos parece relevante, na perspetiva da interpretação da história, em especial no romance histórico *A Filha de Tristão das Damas*, é o interesse pela psicologia coletiva, desenhada pela influência de estudiosos finisseculares:

Se os românticos atribuíram especial destaque à ideia pré-concebida do carácter nacional, a verdade é que tal expressão se adequava à noção de civilização como unidade orgânica e permitia considerar uma nação no seu todo, na evolução histórica. Nos últimos decénios de Oitocentos, a consciência dramática da decadência dos povos neo-latinos afectava as respectivas elites políticas e intelectuais. As derrotas militares da França em Sédan (1870), da Itália em Ádua, na Etiópia (1896), da Espanha face ao poderio naval dos EUA (1898), bem como o Ultimatum inglês de 1890 vinham agudizar essa consciência atormentada e concorriam para alargar o interesse pela psicologia colectiva. Obras de sociólogos, filósofos, antropólogos ou psicólogos como Gustave Le Bon, Gabriel Tarde, Alfred Fouillé e W. Wundt são produzidas nesse contexto finissecular ou já nos princípios do século XX, e levantam problemas do maior interesse no domínio da psicologia colectiva. (Matos, 2008: 97)

Neste sentido, podemos depreender que João dos Reis Gomes concebe uma ideia de literatura arreigada aos modelos dos grandes romancistas do século XIX e princípios do século XX e que não tem intenções de escrever história, mas usa a literatura como um meio de contribuir para a divulgação de uma das suas áreas de interesse, a História da Madeira. É reconhecidamente um patriota, que envereda pelos trilhos das grandes figuras cultuadas pela historiografia, ao procurar contribuir para o reconhecimento dos vultos que marcam “o panteão de heróis regionais” (Vieira, 2018: 20).

Para nós, o culto da história pela literatura, contribuindo para a sua divulgação, enquadra-se no diapasão da historiografia, visto que existe a intenção de se justificar a especificidade do arquipélago e luta autonómica, num quadro paralelo com as intenções da historiografia portuguesa, a justificação da independência e do império.

Como consolidação do estatuto de personalidade reconhecida pelo seu amor à história, o “Parecer”²⁴¹ de admissão do Major à Academia das Ciências de Lisboa particulariza o autor e é conclusivo sobre essa matéria: “o ilustre escritor madeirense afirma as suas brilhantes qualidades sob três aspectos: o novelista, o historiografo e o crítico d’arte”²⁴². Para a prova de admissão, foram apresentadas as obras: *A Filha de Tristão das Damas* (romance histórico), *Histórias Simples* (contos), *A Música e o Teatro* (esboço filosófico), *O Theatro e o Actor* (esboço filosófico) e *Acústica Fisiológica* (esboço filosófico), desenvolvendo, após uma breve referência aos livros que sustentam a candidatura, que “Em todas estas obras, o distintíssimo escritor madeirense mostra-se um esmerado e escrupuloso cultor da língua”²⁴³, pelo que “É a secção de parecer que o sr. J. Reis Gomes pelo seu nobre labor intelectual é digno de que lhe seja conferido o título de Socio correspondente desta Academia”²⁴⁴.

3.3. A história através da literatura

Na Madeira, no tempo de Reis Gomes, a literatura chegava aos leitores pelos mesmos meios do século XIX. Havia a edição das obras e também o formato folhetim, contribuindo, no caso do romance histórico, para a divulgação da história, em simultâneo com a ideologia²⁴⁵.

A produção romanesca de João dos Reis Gomes, no nosso entender, abrange três títulos incontornáveis: *A Filha de Tristão das Damas*, *O Anel do Imperador* e o *Cavaleiro de Santa Catarina*, os dois últimos apresentados à Academia de Ciências de Lisboa, da qual o Major era sócio.

²⁴¹ Periódico *Diário da Madeira*, 18-7-1928, p. 2. A transcrição do parecer é finalizada da seguinte forma: “Este parecer, cuja cópia vai transcrita, foi apresentado pela secção de Literatura na reunião plenária da Classe de Letras da Academia, em sua sessão de 14 de fevereiro de 1924, e aí aprovado por unanimidade de votos, sendo o sr. J. Reis Gomes proclamado Socio correspondente da Academia das Sciencias.”

²⁴² Periódico *Diário da Madeira*, 18-7-1928, p. 2.

²⁴³ Periódico *Diário da Madeira*, 18-7-1928, p. 2.

²⁴⁴ Periódico *Diário da Madeira*, 18-7-1928, p. 2.

²⁴⁵ Em traços gerais, falamos de um reduzido mercado de livros e de leitores nos finais do século XIX e na primeira metade do séc. XX, graças a uma população com poucos recursos económicos, com elevados índices de analfabetismo e um notável favorecimento da cultura oral. Deste modo, o papel dos periódicos é importantíssimo porque, à boa maneira do século XIX, as obras literárias compreendem uma primeira divulgação nos jornais, em formato de folhetim, dando a conhecer narrativas com pano de fundo regional, que se interligam com reivindicações da ilha e com a ideologia vigente, o que, num meio pequeno, não favorece o aparecimento de autores vanguardistas, além de que na sua maioria eram vultos ligados à Igreja, aos militares, ao Direito e ao Ensino. No caso particular de João dos Reis Gomes, há a intenção de legitimação do passado histórico, da memória cultural e da identidade da Madeira, por meio da verosimilhança do trabalho que assiste ao romancista, a partir dos referentes históricos e da tradição local.

O eã político-social é indissociável da projeção do romance histórico na obra de Reis Gomes. Verificarmos, historicamente, as datas das edições das obras em estudo relacionadas com o conteúdo, pode indiciar a escrita de João dos Reis Gomes e o uso do romance histórico patenteados com o poder político vigente²⁴⁶. No caso de *A Filha de Tristão das Damas*, a primeira edição é de 1909, vésperas da implantação da República, e a segunda edição é de 1946, em plena ditadura salazarista. No caso d'*O Anel do Imperador*, a edição é de 1934, e *O Cavaleiro de Santa Catarina* é de 1941, ambas editadas durante a primeira metade do Estado Novo.

As obras de João dos Reis Gomes obedecem à “repescagem” de figuras históricas que aglomeram em si características interessantes na divulgação de ideologias. Na primeira obra, temos um paralelismo entre figuras caras ao povoamento do arquipélago, auxílio militar à Expansão e o mito fundador (Roberto Machim e Ana d'Arfet), na segunda obra, temos a propaganda do líder e do herói (Napoleão), alvo de profunda admiração, quer pelos vencedores, quer pelo público feminino, evocando o conservadorismo social, e na terceira obra, há uma reescrita de D. Sebastião, a partir da lenda de Henrique Alemão, que se conjuga com Ladislau III da Polónia e Hungria.

As obras incorporadas no *corpus* do trabalho, *A Filha de Tristão das Damas*, cuja segunda edição a designa como sendo um romance histórico (*A Filha de Tristão das Damas: Romance Histórico Madeirense*), *O Anel do Imperador* (*Napoleão e a Madeira*) e *O Cavaleiro de Santa Catarina* (*De Varna à Ilha da Madeira*), consideram-se, em nosso entender, romances históricos²⁴⁷, porque não cumprem os princípios do discurso historiográfico e, sendo narrativas romanceadas sobre acontecimentos relevantes da História da Madeira, recuperam essas personagens factuais que viveram no passado e, a partir da efabulação, transportam-nas para um enredo mítico entre história, memória e ficção. A nível teórico, cada um dos romances aparece-nos com “a expansão de um *nome* (centrado no herói, na aventura e no problema)” (Seixo, 1986: 20), e não são conduzidos “como a história de um predicado (circunstancializada a um relato temporalmente organizado e essencialmente funcional)” (Seixo, 1986: 20). Os heróis que sofrem esse processo de expansão são as personalidades históricas,

²⁴⁶ Seguimos uma indicação de Paulo Miguel Rodrigues que, na sua análise a *O Anel do Imperador*, perspectiva, na terceira parte do seu trabalho “3. A imagem de Napoleão e a ideia do ‘chefe’ português”, a colagem ao poder político e o culto do chefe, como uma das justificações para o recurso ao romance histórico e à figura de Napoleão (Rodrigues, 2011-2012: 94-96).

²⁴⁷ O Visconde do Porto da Cruz, em *Notas e Comentários para a História Literária da Madeira*, vol. 3, classifica os dois primeiros como “romance com pretensões históricas” (Porto da Cruz, 1953b: 63), não proferindo qualquer classificação sobre *O Cavaleiro de Santa Catarina* (*De Varna à Ilha da Madeira*), englobando-o numa “vastíssima bibliografia” (Porto da Cruz, 1953b: 64) deixada por Reis Gomes.

personagens maiores de cada uma das histórias: Cristóvão Colombo e Simão Gonçalves da Câmara, em *A Filha de Tristão das Damas*, Napoleão Bonaparte, em *O Anel do Imperador*, e Ladislau III/Henrique Alemão, em *O Cavaleiro de Santa Catarina*. Em redor destas personagens, um conjunto de expansões catálicas (acontecimentos espaço-temporais, imaginados e romanceados) as distinguirão de simples narrativas, cujo tempo e espaço se encadeiam em consequência: “o romance (na sua dimensão caracterizadamente ‘romanesca’) pratica uma alteração dessa lógica que transforma eventualmente os impossíveis narrativos em possíveis textuais” (Seixo, 1986: 19). Da mesma maneira que o discurso dos outros géneros se pode introduzir facilmente no discurso do romance (Bakhtin, 1993: 124), o romance histórico buscará no discurso da história o objeto, em torno do qual se desenvolverão os elementos textuais, por vezes, num misto entre a narrativa da história e a do romance, criando um plurilinguismo textual (Bakhtin, 1993:125).

A opção pelo romance histórico, que envolve na sua trama a memória, a história, a cultura, o discurso e a efabulação literária, justifica-se por ir buscar referentes históricos que marcaram a Madeira em três períodos distintos: o do mito fundador de Roberto Machim e Ana d’Arfet, do povoamento e as primeiras relações de poder, bem como a ligação da nobreza madeirense às praças do Norte de África (*A Filha de Tristão das Damas*), o da Madeira como estabelecimento de estrangeiros importantes no contexto europeu e que ajudaram a desenvolver a economia açucareira da ilha, além da recuperação do mito sebástico (*O Cavaleiro de Santa Catarina*) e as ligações da ilha com os poderes emergentes, no contexto pós-Waterloo, em que a França passa a hegemonia à Inglaterra (*O Anel do Imperador*).

No caso de João dos Reis Gomes, em *O Cavaleiro de Santa Catarina (De Varna à Ilha da Madeira)*, não há, até à data, documentos que atestem a veracidade da passagem do rei polaco à ilha da Madeira, sendo uma lenda que faz parte do universo coletivo madeirense. Nesta obra, a primeira parte resume-se a factos romanceados pela natureza do discurso, mas atestados pela história, ao passo que, a segunda parte, ao se ocupar da passagem de Ladislau III à ilha da Madeira é o romancear sobre o mito que vive na memória coletiva, não comprovado por documentos, mas que não deixa de ser um importante auxiliar da história, pois àquele que escreve a história caberá o escrutínio do discurso mnemónico perante as factuaisidades, não ao romancista.

Em João dos Reis Gomes, os referentes históricos, romanceados pela literatura, insere-se, no nosso ponto de vista, na recuperação dos heróis de outrora numa

perspetiva neorromântica. De acordo com a leitura de José Carlos Seabra Pereira, que defende três correntes neorromânticas que aparecem no primeiro quartel do século XX, em Portugal, o discurso ficcional de João dos Reis Gomes, em nosso entender, inserir-se-á na corrente lusitanista do Neorromantismo:

Daqui derivam tópicos fundamentais: a vibração patriótica e a exaltação histórica subvertem os desígnios de apoteose, hagiografia e cruzadas pátrias; o nacionalismo desdobra a sua panóplia e alcança a missão visionária (embora se trate aqui sempre duma mitografia sebástica mais presa à evocação histórica do que o neo-sebastianismo prospectivo dos saudosistas), determina o *engagement* político (ainda contingente e poliforme no início do século, cristalizando no decurso da segunda década no sistema predominante do integralismo lusitano, expandindo-se depois, de novo já menos definido, sob o signo de “a Fé e o Império”) e abrange uma preceptiva do nacionalismo literário. (Pereira, 1983: 864)

No caso de João dos Reis Gomes, todo o envolvimento e compromisso com as efemérides culturais na Madeira e o círculo de amizades intelectuais, além do seu percurso jornalístico-filosófico justificam a aproximação ao movimento Neorromântico, nomeadamente a corrente lusitanista, em que a “adoção” do romance histórico como forma literária para os seus intentos e a recuperação dos heróis pátrios e do mito de D. Sebastião, repercutir-se-ão pelo primeiro período da ditadura do Estado Novo, exemplificados no culto do chefe, dos heróis pátrios e da difusão do pensamento político e de uma certa forma de identidade nacional (extensível à Madeira, com a recuperação do seu universo mítico-histórico-lendário). Embora a linha de escrita e de pensamento seja a mesma. Reis Gomes, no período pós-Quincentenário e pós tumultos dos anos 30, revela nos seus romances uma apologia do poder vigente.

Como apontado supra, as obras referidas de João dos Reis Gomes não pretendem, segundo o autor, serem relatos da história, isto é, nada é apresentado na perspetiva de historiador, daí a necessidade de construir uma ficção que faça perdurar a memória coletiva do povo, um dos valores defendidos pela política da época. No entanto, para tornar sustentável o discurso ficcional, João dos Reis Gomes envereda pelo caminho do romance histórico, ficcionando sobre personagens e factos marcantes da História da Madeira.

A obra que apenas se baseia nos relatos dos nobiliários da ilha é *O Cavaleiro de Santa Catarina (De Varna à Ilha da Madeira)*, cujo sustentáculo principal é a memória do povo em relação à figura de Henrique Alemão, o sesmeiro da Madalena do Mar.

Dividida em duas partes, até à Batalha de Varna, na primeira parte, a base é a leitura e conhecimento de obras históricas sobre o episódio, mas a segunda parte rege-se pela lenda de Ladislau III, na sua estada na Madeira, o que do ponto de vista da factualidade histórica não comprovável, embora a lenda insinue a relação de factos. É o domínio da história fabulosa, apontada por Herculano²⁴⁸.

A exposição do pensamento patriótico e regionalista ganha corpo na fórmula que Herculano usava, pelo menos na sua fase de romancista em que observa que os “noveleiros”, provavelmente, têm um papel mais importante na divulgação da história do que os historiadores. Assim, nos períodos determinantes vividos por Reis Gomes, a sua veia de romancista impera como alguém que contribui para a divulgação de episódios marcantes da História da Madeira, com um propósito patriótico e regionalista e de acordo com as ideologias vigentes. *A Filha de Tristão das Damas*, editada pela primeira vez em 1909, encerra o propósito de realçar, através do consulado de Simão Gonçalves da Câmara e o apoio à expansão africana, a importância para o país de olhar para as colónias africanas, uma das grandes questões que atingiram a identidade nacional nos finais do século XIX. Nas entrelinhas, o romance clama também por melhores condições para o desenvolvimento da Madeira e expressão da autonomia, porque no quadro da ficção é possível a interpretação de um paralelo entre as condições dadas por D. Manuel I à ilha e a realidade de inícios do século XX.

Na edição de 1946 da Junta Geral do Distrito do Funchal, ainda em vida de João dos Reis Gomes, *A Filha de Tristão das Damas* é novamente uma forma de ideologicamente justificar o papel civilizador de Portugal em África, quando, após a Segunda Guerra Mundial, começam as correntes de apoio às independências africanas e ao fim dos impérios europeus em África. A temática de *A Filha de Tristão das Damas* faz eco ao discurso de Salazar “800 Anos de Independência”, proferido a 4 de junho de 1940, no Castelo de Guimarães. O império, entendido pelo regime como o principal baluarte da independência portuguesa e que se manterá presente até 1974, é reafirmado quando Salazar relembra a missão imperial portuguesa, como cerne do papel de Portugal no mundo:

²⁴⁸ A partir dos nobiliários, dos documentos nos arquivos, de fundamentações académicas (teses e artigos científicos), é possível separar os elementos factuais históricos dos elementos com funções catalíticas nos romances, que em torno de um nome serão a base do texto do romance, e comprovar em que medida as duas áreas deste trabalho, o romance histórico e a história dialogam, sendo a forma do texto responsável pelo contributo para a divulgação da história e da identidade da Madeira, embora obedeçam a princípios implícitos aos autores da época.

[...] Passam séculos, e o português a expulsar o mouro, a firmar a fronteira, a cultivar a terra, a alargar os domínios, a descobrir a Índia, a apostolizar o Oriente, a colonizar a África, a fazer o Brasil — glória da sua energia e do seu génio político.

[...] nós realizamos hoje também acto magnífico *de fé*: fé na nossa vitalidade e na capacidade realizadora dos portugueses, fé no futuro de Portugal e na continuidade da sua História. Não somos só porque fomos, nem vivemos só por termos vivido; vivemos para bem desempenhar a nossa missão e perante o mundo afirmamos o direito de cumpri-la. (Salazar, 2015: 443-444)

Já na edição póstuma, em folhetim do *Diário de Notícias* do Funchal, entre 8 de março e 26 de junho de 1962, o objetivo principal é a justificação da Guerra do Ultramar, após a perda da Índia Portuguesa como uma missão patriótica, além de estar imbuída das festividades do centenário do Infante D. Henrique, o senhor do império africano. Salazar, no discurso “Defesa de Angola – Defesa da Europa”, proferido a 4 de dezembro de 1962, convoca o estatuto de cruzada e de defesa da civilização europeia reconhecido na génese da Expansão Portuguesa:

É nossa convicção que estamos a defender a Europa nos últimos redutos em que ainda pode ser defendida. Se esta tese não é unânimemente acolhida porque se entreveja como possível a defesa ocidental nos pequenos espaços europeus ou por força de espúrias combinações diplomáticas, um aspecto há que muito particularmente nos respeita e em que não pode ser-nos negada competência nem legitimidade de juízo – é que estamos ali a defender Portugal. (Salazar, 2015: 1018)

Além do apelo às raízes da Expansão, o Presidente do Conselho, no discurso “Unidade das Forças Armadas e Consciência Nacional”, proferido a 28 de maio de 1962, não deixa de reafirmar a importância e responsabilidade do Exército na manutenção e defesa da nação, da heterogeneidade de Portugal e de que os interesses dos diversos povos que nela habitam serem os de verdadeiros portugueses:

é para África sobretudo que têm de dirigir-se os nossos esforços, porque não temos motivo para diferenciar os territórios e muito menos para abandonar os portugueses de além-mar. É desde há séculos pluricontinental e plurirracial a Nação portuguesa, e isso sem prejuízo da sua unidade, nem das largas autonomias locais; e as guerras que ali nos são impostas desconhecem tanto a história como o direito como os verdadeiros interesses dos povos que para elas são arrastados. (Salazar, 2015: 1014)

A ideia do império africano, como temos vindo a explorar, é algo que acompanhará o destino de Portugal ao longo de todo o século XIX e será continuada durante o século XX, perante as constantes ameaças de guerra e integração numa unidade ibérica dominada pela Espanha, estando como um dos princípios fundadores do Estado Novo. Salazar expõe claramente essa posição, no período de ascensão e consolidação do regime, em “A Nação na Política Colonial”, a 1 de junho de 1933:

o orgulho que sinto de o Estado Novo ter feito inserir na Constituição Política, como ponte integrante de estatuto fundamental do País, as directrizes não simplesmente duma política nova nesta matéria, para mais perfeita expressão da nossa consciência nacional e afirmação mais vincada do temperamento colonizador dos Portugueses, para engrandecimento de Portugal e melhor utilização dos nossos recursos comuns, e, na antevisão das perturbadas ideias que a crise que a crise faria surgir, para ser mais clara, diante da Europa, a nossa posição de grande potência colonial (Salazar, 2015: 127)

No caso de *O Anel do Imperador – Napoleão e a Madeira*, publicado em 1934, Reis Gomes recorda a passagem de Napoleão pela Madeira a caminho de Santa Helena e o resgate francês do corpo do imperador, anos após a sua morte, para escrever uma apologia do chefe, de acordo com os preceitos ideológicos do Estado Novo. Em 1934 perfaz um ano após a subida de Salazar ao poder como Presidente do Conselho, a personalidade paralela à personagem de Napoleão Bonaparte.

Em relação a *O Cavaleiro de Santa Catarina – De Varna à Ilha da Madeira*, há a manifesta edificação dos heróis caros à política cultural do Estado Novo. Utilizando a lenda de Henrique Alemão, que se julga Ladislau III, Reis Gomes faz reviver, ao leitor, o mito sebástico português, em que a espera pelo regresso de D. Sebastião é paralelamente visível na história de Henrique Alemão, o sesmeiro da Madalena.

Em suma, Reis Gomes, enquanto romancista, apresenta um primeiro romance, *A Filha de Tristão das Damas*, nas vésperas da implantação da República. É um romance de estilo romântico que, para nós, serve o propósito objetivo de enaltecer as campanhas da nobreza madeirense no Norte de África e o consulado de Simão Gonçalves da Câmara, tido como um dos mais distintos capitães do Funchal, a passagem de Cristóvão Colombo pela Madeira, e lembrar o mito fundador de Roberto Machim e Ana D’Arfet. *A posteriori*, este romance é transformado numa peça de teatro, *Guiomar Teixeira*, que depois dará brio às comemorações dos Quinhentos Anos da Madeira, retomando a Idade

de Ouro dos primórdios do povoamento e da economia madeirenses e camuflando propósitos ideológicos vividos pelos escóis madeirenses dos anos 20 (autonomia e regionalismo), que já se encontram presentes no romance de 1909. *O Anel do Imperador: Napoleão e a Madeira* é um romance histórico que na perspetiva da “Política do Espírito” favorece o culto do chefe, através da figura de Napoleão Bonaparte e ao mesmo tempo espelha a ordem social propalada pelo Estado Novo. Em relação a *O Cavaleiro de Santa Catarina*, voltamos, uma vez mais, ao tema das figuras que alimentam o imaginário popular, fomentando a propaganda do regime, através de uma personagem estrangeira que interpreta o mito do sebastianismo, um dos pilares da identidade portuguesa.

Até à morte de João dos Reis Gomes, a sua escrita coaduna-se com os três pilares defendidos pelo SPN: usar a cultura como meio de propaganda, glorificando o regime e o seu chefe; conciliar as velhas tradições e os antigos valores com a modernidade e a ideologia nacionalista; e, divulgar o programa cultural do regime, que procurava estabelecer uma cultura nacional e popular com base nas suas raízes e nos ideais do Estado Novo.

Com isto, podemos afirmar que João dos Reis Gomes é um escritor comprometido ideologicamente com o poder, não deixando, porém, de revelar a sua marca nos interesses regionais e a notória inclinação nacionalista, patriótica e o compromisso com a Madeira, de acordo com a época em que viveu. Em nenhum dos três romances históricos deixa de ter subentendida uma marca da identidade madeirense e do momento político vivido, como iremos observar na exploração dos textos.

No início do século XX, o romance histórico de João dos Reis Gomes apresenta-se como uma forma de consolidar o passado, tendo em vista as reivindicações de um arquipélago que se sente esquecido pelo poder central. Digamos que, com o historicismo que se arrasta desde o século XIX, com o cariz nacionalista que abrange a Europa, as regiões sentem a necessidade de procurar as suas raízes histórico-culturais, com o intuito de se afirmarem num contexto que se inicia como global:

Na transição do séc. XIX para o séc. XX, e até meados deste, o crescente acervo de documentos e estudos registando testemunhos históricos da Madeira vai permitir aos letrados madeirenses, que tinham a perceção de que a sua terra era ignorada, erguerem a cabeça e darem a conhecer a sua cultura insular. Exalta-se o imaginário local e o passado ilustre, como indica o título do romance *A Filha de Tristão das Damas*, de Reis Gomes, e exprime-se o desejo de uma ancestralidade que justifique direitos e reconhecimento no

presente. Naturalmente, estes textos participam, de igual modo, de uma missão didática bem definida: vulgarizar a história da Madeira. Ainda assim, não será de pôr de parte – atendendo ao contexto ideológico e cultural – que as produções literárias traduzam uma intenção política, em jeito de reacção à República recentemente implementada. (Santos e Coelho, 2016: 79)

Ora, a classificação do romance histórico na Madeira obedece, segundo proposta de Thierry Santos e Leonor Coelho (Santos e Coelho, 2016: 79-80), a cinco diferentes categorias. As duas primeiras categorias incluem os romances do início do século XX, e as últimas três, abarcam produções mais recentes: “Obras de conformação tradicional, ligadas às coordenadas do romantismo e do neorromantismo, em que a história aparece como um fator de unidade e de identidade, numa escrita de intenção didático-cultural”, “romances de cariz historicista, mas com particular incidência no enredo familiar, relegando para segundo plano a situação ou a figura histórico-lendária em proveito do enredo dos protagonistas, com seus desejos, ambições e desalentos”, romances em que se questiona “a história insular, recente ou remota, com um novo olhar, mais humorístico e desabusado, decorrendo daí (anti)narrativas em linha com uma escrita pós-moderna, (...). Estes autores não têm por vocação ensinar história, antes visam discutir a sociedade atual a partir do que a comunidade esqueceu”, “num modo mais tradicional, desenvolvem-se ficções que ilustram madeirenses em contacto com o mundo, em diálogo com outras culturas, ou as repercussões que as crises mundiais têm na Madeira, (...). Nesses textos, mais do que revelar diferenças etnoculturais, evidenciam-se as relações com o mundo”, e, o romance que se apresenta “como proposta de uma renovação do conhecimento”.

Entre a primeira edição de *A Filha de Tristão das Damas* e os outros dois romances há uma diferença de interpretações e de intenções, visto que *O Anel do Imperador* e *O Cavaleiro de Santa Catarina* são publicados durante o período da “Política do Espírito” de António Ferro. Isto leva-nos a aferir que os propósitos ideológicos que norteiam os romances, cujas figuras principais são Napoleão I e Ladislau III, são distintos dos de *A Filha de Tristão das Damas*.

Embora haja uma segunda edição desta obra, em 1946, Reis Gomes confessa em “A Razão do Livro” que pouco ou nada alterou em relação à primeira edição (1909). Em nosso entender, os romances históricos de João dos Reis Gomes inserem-se claramente nas duas primeiras categorias, havendo, porém, uma distinção. *A Filha de Tristão das Damas* será um romance de cariz historicista, com particular incidência no

enredo familiar, que relega para segundo plano a figura histórica de Cristóvão Colombo, e *O Anel do Imperador* e *O Cavaleiro de Santa Catarina* serão as tais obras que se apegam à “Política do Espírito”, porque surgem nesse período, “em que a história aparece como um fator de unidade e de identidade, numa escrita de intenção didático-cultural”, conforme opinião de Thierry Santos e Leonor Coelho.

Anteriormente, Thierry Proença dos Santos, em “Geografia Literária, Madeira, Séc. XX: A Prosa de Ficção”, havia classificado os romances de João dos Reis Gomes como neorromânticos, “de conformação tradicional”, “em que a História aparece como um factor de unidade e de identidade, numa escrita mais didático-cultural do que literária” (Santos, 2008a: 1582). Nessa classificação, atribui três categorias, em vez de cinco, ao romance histórico produzido na Madeira.

Partindo do pressuposto que o propósito primeiro de João dos Reis Gomes assenta na interrogação literária sobre o momento presente vivido no arquipélago, e embora concordando com os traços de filiação literária com que são classificados os romances históricos de João dos Reis Gomes, acreditamos que a sua escrita se aproxima mais de uma vertente literária do que propriamente de uma vertente didático-cultural, como teremos oportunidade de analisar mais adiante.

Estamos numa Europa e num Mundo à beira da Primeira Grande Guerra, os nacionalismos fervilhavam no centro europeu e, rapidamente, atingiram a periferia europeia. A herança das Guerras Napoleónicas despertou, durante quase um século, os nacionalismos e as memórias da história e heróis, reacendendo lutas adormecidas, movimentos de independência e de reconhecimento dentro das estruturas nacionais. Como tivemos oportunidade de demonstrar, os romances históricos reúnem um conjunto referentes históricos, ficcionalizados por um romancista, numa experiência não analítica, mas numa perspectiva de interrogação sobre o mundo, fruto do presente.

Nos romances de João dos Reis Gomes, são várias as personalidades que assumem o papel de personagens, em que o romancista convoca para primeiro plano figuras históricas marcantes, em termos universais, tais como são os casos de Cristóvão Colombo e de Napoleão Bonaparte, além de Ladislau III, obreiro da cruzada contra a invasão turca dos Balcãs. No entanto, e seguindo a perspectiva de Harry Shaw, nos romances em que são intervenientes, Colombo, Napoleão e Ladislau são camuflados e propositadamente protegidos pelo seu papel histórico, ou seja, enquanto personalidades sobejamente conhecidas, o autor não distorce os seus traços característicos, escudando-se, em termos de descrição, nas publicações científicas lidas, aquando da construção dos

romances, e na tradição popular ou memória coletiva, como menciona nas respetivas introduções. Portanto, para nós trata-se de romances disjuntivos, uma vez que os heróis “dos textos onde a invenção assume o primeiro plano, são heróis de romances disjuntivos” (Marinho, 1999: 48)²⁴⁹.

Retomando o contexto sociopolítico, no caso de *A Filha de Tristão das Damas*, a primeira edição é de 1909, vésperas da implantação da República e numa altura em que se vive no arquipélago o desencanto com a autonomia administrativa de 1901, e a segunda edição é de 1946, em plena ditadura salazarista, numa situação de pós-Segunda Guerra Mundial, em que as principais potências europeias abandonam os impérios africanos. Embora em “A Razão da Obra” Reis Gomes defenda que não modificou a estrutura do texto e que há apenas alterações pontuais na escrita, o propósito desta edição relaciona-se com a defesa do império ultramarino, que começa a ser contestado internacionalmente, a exemplo do que acontece com os outros impérios europeus. Existe ainda uma terceira edição, póstuma, em folhetim, da responsabilidade do *Diário de Notícias* do Funchal, em 1962, altura em que acabara de deflagrar a Guerra do Ultramar. Temos novamente a apologia do império africano e em tempo de celebração do centenário henriquino.

Quanto a *O Anel do Imperador*, a edição é de 1934, logo após a subida de Salazar ao poder, o que relaciona a figura de Napoleão com o líder português e respetivo culto do chefe. *O Cavaleiro de Santa Catarina* é de 1941 e aposta na recuperação do mito sebástico, caro à consolidação dos heróis nacionais defendidos pela propaganda cultural do regime.

Os três romances históricos obedecem à adaptação de figuras históricas que aglomeram em si características interessantes na divulgação de ideologias e crítica política. Na primeira obra, temos um paralelismo entre figuras caras ao povoamento do arquipélago, às conquistas das praças marroquinas e o mito fundador (Roberto Machim e Ana d’Arfet), na segunda obra, temos a propaganda do líder e do herói (Napoleão), alvo de profunda admiração, quer pelos vencedores, quer pelo público feminino, evocando o conservadorismo social, e na terceira obra, há uma reescrita de D. Sebastião, a partir da lenda de Henrique Alemão, que se pensa ser o malogrado Ladislau

²⁴⁹ Maria de Fátima Marinho, *apud* Harry Shaw, faz a distinção entre os dois tipos de romance sugeridos pelo teórico norte-americano: “Se nos quisermos valer da distinção de Harry Shaw, a que fizemos referência na I parte, poderemos afirmar, sem grande margem de erro, que os heróis das chamadas biografias romaneadas se integram num romance conjuntivo, uma vez que o seu destino está directamente ligado com o da História, enquanto os dos textos onde a invenção assume o primeiro plano, são heróis de romances disjuntivos” (Marinho, 1999: 48).

III da Polónia e Hungria. Mais a fundo, é igualmente interessante a visão do feminino nas três obras e de temas caros à estruturação social da época.

3.4. A matéria dos romances: ponto prévio

A recorrência ao romance histórico é uma forma de contribuir para a consciencialização de uma identidade regional que possa conduzir a intentos ideológicos maiores, como é o caso da autonomia, do regionalismo.

Em João dos Reis Gomes, por ter sido um escritor que atravessou três períodos distintos da vida política portuguesa do século XX, a influência ideológica não podia fazer deixar de se sentir. A sua envolvência em projetos como o Cenáculo, a Mesa do Centenário, a comemoração do Quincentenário da Madeira, a criação da delegação madeirense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, bem como a direção do *Heraldo da Madeira* e do *Diário da Madeira*, veiculam à figura do Major uma condição conservadora, próxima dos ideais católicos, com amigos moderados republicanos e monárquicos.

A posição apresentada torna Reis Gomes alguém que, do ponto de vista cultural, exercerá influência sobre os demais pares da época. Sendo um privilegiado em termos de acesso à informação, é também no campo da divulgação ideológica uma personalidade que se apresenta na vanguarda do seu tempo, porque é um interessado e entendido no teatro e no cinema, arte que começa a ter uma grande influência nas populações a partir dos anos 30 do século XX.

Cingindo-nos à área do contributo para a divulgação da História da Madeira, o papel de João dos Reis Gomes, através do romance histórico, é fundamental e meritório no sentido que a partir da leitura dos prólogos de *A Filha de Tristão das Damas* e das memórias romanceadas *O Anel do Imperador* e *O Cavaleiro de Santa Catarina* percebemos que esse contributo é incontornável na interpretação dos textos e de um testemunho que prevalece na memória cultural da população madeirense. As obras ainda constituem referências para o estudo e citação destas situações, embora se trate de textos de cariz não historiográfico.

O papel da história no romance histórico é, acima de tudo, o de apresentar argumentos para dar corpo a um discurso literário. João dos Reis Gomes apresenta a ligação com o seu tempo e convoca o leitor como testemunha de um contributo para a divulgação de referentes históricos num contexto funcional, como um meio didático-

pedagógico, mas também vê os romances históricos como um testemunho político-interpretativo do tempo presente das respetivas edições, o que faz jus à função primordial da literatura de interrogação e não de explicação.

O romance editado em 1909, *A Filha de Tristão das Damas*, é um testemunho literário do momento político vivido na Madeira, no início do século XX, em que João dos Reis Gomes executa a pretensão de dar relevo aos 400 anos da tomada de Safim pelos portugueses, importantíssima praça do sul de Marrocos, que faz parte do plano económico da Corte para controlar as produções das planícies do sul marroquino, bem como o curso que atacava o comércio português.

O paralelo estabelecido com os acontecimentos na primeira década do século XX na Madeira, após a obtenção da autonomia administrativa, visa denunciar a melhoria de condições que as elites locais continuaram a reivindicar para o exercício pleno dessa autonomia e o combate à olissipocracia vigente. João dos Reis Gomes consegue criar um paralelo com o momento dourado da História da Madeira, o período da donataria de Simão Gonçalves da Câmara, sob cuja governação o Funchal viveu uma fase ímpar de afirmação a nível nacional e internacional, pelo apoio obtido por parte da Coroa. É pela falta deste apoio, nos inícios do século XX, que *A Filha de Tristão das Damas* assume um papel de denúncia e interrogação em relação à situação vivida.

A confirmação do brilhantismo dos séculos XV e XVI encontra paralelo nas palavras dos cronistas. Nas palavras de Henrique Henriques de Noronha podemos verificar a memória imaculada de D. Manuel I nas gentes da Ilha: “Foi o glorioso Rey D. Manoel, o Principe a quem deveo esta Ilha os mayores benefícios; chegando a exprimir em diversas doações o paternal amor que lhe tinha, com o qual não so emnobreseu, mas a vinculou para sempre ao real património” (Noronha, 1996: 165). Também ao narrar o estabelecimento da Santa Irmandade na Madeira, os elogios a D. Manuel I voltam a ser retomados: “El Rey D. Manoel cuja memoria sara sempre perpetua saudade aos moradores desta Ilha” (Noronha, 1996: 314).

Quanto ao capitão Simão Gonçalves da Câmara, o mesmo cronista encontra na ação do filho de João Gonçalves da Câmara motivos elogiosos, na sua ação no Norte de África, e lamenta o facto de os portugueses não darem o reconhecido valor aos seus heróis: “Na verdade que sobravam as grandezas daquelle Magnifico Capitão, e dos seus Islenhos, para matéria de hua dilatada historia das conquistas de Africa, se os nossos Portuguezes fossem tam prontos em escrever as acções alheas, como faceis em executar as próprias” (Noronha, 1996: 373-374).

É a partir da conjugação da estratégia de D. Manuel I e da magnificência do consulado de Simão Gonçalves da Câmara que João dos Reis Gomes monta uma abordagem política em *A Filha de Tristão das Damas*, que, orientado por estes dois alicerces, conta projetar no leitor-modelo do seu tempo uma reflexão sobre o que, então, se vivia na Madeira. No período de Simão da Câmara, há a preocupação, por parte de D. Manuel I, primeiro como duque de Beja e superior da Ordem de Cristo, depois como rei, em apetrechar o Funchal com as infraestruturas necessárias para o seu florescimento e ação preponderante no domínio do Atlântico e da costa sul de Marrocos, numa estratégia global para uma outra fase da Expansão Portuguesa:

A fase seguinte da colonização portuguesa assumiu propósitos de domínio tanto no Norte como no Sul de Marrocos. As pazes foram rompidas no Norte cerca de 1500, enquanto no Sul as operações de guerra se acentuaram com a construção do Castelo de Santa Cruz em Agadir (1505), do Castelo Real em Mogador (1506) e com a tomada de Safim (1508). É uma fase que podemos designar de “imperialista” se somarmos aos dados anteriores a intenção assumida por D. Manuel I de fazer em pessoa a cruzada em Marrocos (1501 e 1503), o estabelecimento de um centro abastecedor regional na ilha da Madeira, a manutenção de uma vasta zona de mouros de pazes à volta de Safim e de Azamor e as expedições contra a própria cidade de Marraquexe. (Farinha, 1999: 35)

Neste sentido, constatamos uma crítica implícita às autoridades nacionais pelo esquecimento votado à Madeira. No século XV, são as condições de acompanhamento criadas pela Coroa que fizeram com que a Madeira prosperasse e demonstrasse ser uma mais-valia no todo nacional. Assim, João dos Reis Gomes encontrou um episódio histórico capaz de reafirmar essa importância do arquipélago, a conquista de Safim, em que participaram o escol da fidalguia madeirense, incluindo o capitão do Funchal, que é descrito na obra como um guerreiro, além das outras ações que tomou em prol do desenvolvimento da capitania do Funchal.

Contudo, rezam as crónicas que um dos responsáveis maiores foi o berbere Yahya ben-Tafut, que recebeu de D. Manuel I o título de alcaide dos mouros de pazes²⁵⁰ e que seria responsável pela manutenção da paz portuguesa nas terras do sul de

²⁵⁰ Joaquim Veríssimo Serrão afirma que D. Manuel I quis manter a paz de 1471: “D. Manuel procurou manter essas relações [a tutela política sobre Safim], no que foi correspondido pelo alcaide local. Pelo ano de 1501 os portugueses iam a Azamor, Mazagão, Marraquexe e outros lugares de Marrocos, devendo-se as dificuldades, por vezes, à actuação menos correcta dos nossos feitores. Mas também os naturais exerciam represálias, tendo o monarca escrito aos habitantes de Azamor, em 1504, a propor a manutenção do acordo existente e a pedir 2000 moios de trigo para o Reino.” (Serrão, 1980: 20-21)

Marrocos²⁵¹. Também, segundo as crónicas, pouco se sabe sobre as origens e a vida de Yahya ben-Tafut, o que permitiu a João dos Reis Gomes construir uma personagem que, na ficção, por via do adultério, era filho de João Gonçalves da Câmara, logo, neto de João Gonçalves Zarco e irmão de Simão Gonçalves da Câmara, o que reforça a ideia da importância do papel madeirense no todo nacional e no projeto de controlar a costa de Marrocos. As outras personagens de origem árabe são igualmente testemunhadas pelas crónicas e dão origem a uma contenda que é aproveitada pelos portugueses para conseguirem os seus objetivos.

Abd-er-Rahmão e Ali-ben-Uacima são descritos, nas crónicas, como sendo responsáveis por uma quezília entre eles que, na quarta parte do romance histórico, resulta na morte de Abd-er-Rahmão pelas mãos de Ali-ben-Uacima:

Gobernaba la ciudad Abd er-Rahmán, hombre rico y poderoso, de la familia de beni-Farhón, y resentido por asuntos domésticos de Alí ben-Uacimen de origen oscuros, pero enérgico y resuelto á vengar la injuria que en su hija le hiciera Abd er-Rahmán, trataba de quitarle la vida. Mas apercebido Alí ben-Uacimen de los propósitos del Gobernador, pidió á Yahya ben-Tafut le ayudase contra los designios de Abd er-Rahmán. Comunicaron ambos el negocio con diez de sus más esforzados parientes, y todos convinieron en asesinar á Abd er-Rahmán el primer viernes, quando estuviese en la mezquita haciendo la oración. Así, en efecto, lo ejecutaron, y perpetrado el crimen, salieron á la plaza los conjurados é hicieron crer al pueblo, que su determinación había tenido por objeto el librar á Safi del brutal despotismo de Abd er-Rahmán, “quien,” añadieron, trataba de darles la muerte y hacerles moriri en” medio de crueles suplicios para con más libertad usar de su” tiranía.” El pueblo, que con frecuencia lamentable es del partido triunfante, aclamó á los asesinos y nombró á Yahya y Alí Gobernadores de la ciudad. (Castellanos, 1898: 163)

Graças às poucas fontes sobre o assunto, João dos Reis Gomes aproveitou os dois magrebinos para criar um enredo que os envolvem com Yahya ben-Tafut e com Zara, a cativa de Guiomar Teixeira, e, assim, ligá-los à Madeira, através da capitania de

²⁵¹ Nas crónicas, não encontrámos indícios que liguem Yahya ben-Tafut à capitania do Funchal ou à Madeira. Aparece sempre como sendo de origem berbere e responsável pela manutenção da paz nas terras do sul de Marrocos, a mando de D. Manuel I: “O maior óbice ao alargamento das regiões pacificadas foi a dificuldade dos fronteiros em prescindirem do saque, como escreveu o alcaide Yahya ben Tafut ao rei D. Manuel: ‘Senhor, o dia que de Portugal parti me encomendaste a paz e que eu a comprasse por meu dinheiro, e fiz tudo o que me Vossa Alteza mandou: fiz a paz com tudo aquilo que eu pude, que nunca se tal fez nem viram em Duquela em nenhum tempo; e apanhei tôdalas pagas e as trouxe a Safim em obra de quinze dias, e não dei nem peitei por fazer a paz nenhum dinheiro de vossa fazenda; e o capitão e os cavaleiros que cá estão não querem paz, senão guerra, e isto fazem por não terem nenhum proveito da paz, nem do serviço que eu faço, por não terem que tomar, nem que repartir; e por este respeito me querem todos fazer mais mal do que podem.’” (Farinha, 1999: 31)

Machico e sustentá-lo com o episódio romântico, entre a filha de Tristão e Yahya, que dá argumento à história ficcionada.

De maneira a haver uma ligação ficcional entre a ação da capitania do Funchal e a conquista de Safim, foi escolhida a figura feminina de Guiomar Teixeira, desejada por Colombo, como meio de alcançar o seu patrocínio para a viagem para ocidente. Havia ainda a pretensão de Simão Gonçalves à mão de Guiomar. No entanto, Guiomar apenas o tinha como irmão e assim se torna possível o encontro da filha de Tristão com Yahya ben-Tafut, propiciando a grande descoberta final em relação a este filho de João Gonçalves da Câmara. Yahya ben-Tafut, no romance, consegue, sem conhecer os verdadeiros intentos do genovês, o apoio de Colombo, que anseia por vingança em relação a Tristão das Damas. Deste modo, é engendrada toda a ação que enaltece o papel madeirense numa estratégia concertada para conseguir os intentos da Coroa portuguesa em relação à valiosa praça de Safim²⁵²:

A Madeira acode, em 1508, à cidade marroquina de Safim, na qual se digladiavam dois partidos, um dos quais pertencia à protecção de Portugal.
[...].

Não havia passado despercebida a D. João II a importância desta praça, e depois da tomada de Larache caiu sobre ela de surpresa, conseguindo chamá-la à coroa portuguesa. Nomeou, por carta régia de 16 de Outubro de 1488, Amadu ben Fará, alcaide da cidade, devendo esta pagar o tributo de trezentos ducados de ouro, ou sua equivalência em cera e outras mercadorias, no mês de Setembro de cada ano.

O despotismo dos sultões fez com que esta cidade se revoltasse e batesse as desmoralizadas hostes afectas a Portugal.

Formou-se então um governo composto pelos magistrados mais influentes, que em pouco tempo se dividiram em dois partidos, pedindo um deles auxílio a Portugal, o que foi motivo para se estabelecer definitivamente a nossa soberania na cidade que anteriormente nos era apenas tributária.
(Carita, 1989b: 160)

A escolha do episódio da tomada de Safim, que é preparado ao longo de todo o enredo, tem a feliz coincidência, trabalhada pelo autor, da estada de Colombo no

²⁵² Segundo António Dias Farinha, a cidade de Safim era a praça mais importante do sul de Marrocos e um ponto estratégico fundamental para o controlo do comércio naquela zona: “A cidade de Safim era sede de uma florescente indústria de tecidos no Sul de Marrocos. Os seus moradores colocaram-se sob a protecção de D. Afonso V e permitiram que ali se estabelecesse um feitor do monarca português, encarregado da compra dos produtos que interessavam ao comércio com os Negros. A pretexto de discórdias internas, D. Manuel I enviou ali o capitão Diogo de Azambuja, que se apoderou da cidade em 1508. Até ao seu abandono, Safim tornou-se a praça mais importante do dispositivo português no Sul de Marrocos” (Farinha, 1999: 25).

arquipélago da Madeira. Colombo é também a apologia do desenvolvimento do Funchal e da visão que os donatários desta capitania tiveram em relação à de Machico. Além das condições naturais do porto do Funchal, há uma abertura para a receção de estrangeiros que vêm impulsionar o comércio do açúcar, à data, a principal fonte de riqueza da ilha. Colombo é apresentado como um ambicioso marinheiro genovês que tem um projeto de chegar à Índia, navegando para o ocidente.

Aproximadamente dez anos após a edição de *A Filha de Tristão das Damas*, João dos Reis Gomes é um dos mentores da Mesa do Centenário, responsável pela organização das comemorações dos 500 anos da Madeira, acontecimento que, sob a aura fundadora de Zarco, clama novamente por uma maior autonomia da Madeira.

Ao vermos a literatura de argumentação histórica como um contributo para a divulgação da história e, conseqüentemente, uma chamada de atenção para situações políticas, sociais, económicas e culturais vividas no tempo do autor, os mentores do Centenário não evitaram dar um cunho autonomista ao evento. É como entendemos a representação, no atual Teatro Municipal Baltazar Dias, do drama histórico *Guiomar Teixeira*, uma adaptação dramática de *A Filha de Tristão das Damas*. Sendo um acontecimento com visibilidade, faz sentido que uma peça baseada num romance histórico que, dissimuladamente, clama por autonomia, seja um *ex libris* das festividades, contando com a publicidade em periódicos canários, e com a presença de alguns vultos consagrados, como é o caso de Sofia de Figueiredo, que assume o papel de Guiomar Teixeira, e contracena com Reis Gomes, como Cristóvão Colombo.

No que respeita a *O Anel do Imperador*, a narrativa está balizada entre dois acontecimentos históricos que estão relacionados com a Madeira: a passagem de Napoleão para Santa Helena e a passagem da missão Joinville para resgatar os restos mortais do Imperador em Santa Helena. A edição de 1934 (livro) e a de 1936, pela Academia das Ciências de Lisboa, são dois textos coincidentes, que contribuem, no mesmo diapasão de *A Filha de Tristão das Damas*, para a divulgação de momentos da História da Madeira relacionados com um vulto da História Mundial.

Na construção do discurso romanesco, o discurso da tradição foi inserido entre dois pilares históricos, a passagem de Napoleão em direção a Santa Helena e a passagem da Missão Joinville pelo Funchal, na altura do resgate do corpo do Imperador: “Noticias de Paris rellataõ que o que mais tem chamado a attençaõ naquella Cidade he a Representação do General Gourgaud, pedindo o Cadaver de Napoleaõ cuja jà inserimos

no N. 17 deste Periodico”²⁵³, o que era visto como uma questão de honra para a França e impulsionada por fervorosos companheiros de Napoleão²⁵⁴. Outro aspeto que levou à reafirmação do desejo de resgatar o corpo de Napoleão é a suspeita de ter sido assassinado:

O boato de que Napoleão morreo envenenado adquire cada dia maior consistencia, principalmente em Londres, onde se gosa de maior liberdade para fallar desta especie de negocios. Vimos huma Carta daquella Cidade que diz: que muitos começam já a olhar este acontecimento como cousa certa, que esta foi a ordem que levou a Londres certo Embaixador extraordinario, cuja comissão se não publicou. Até dizem que se lhe deu o veneno em caffè, e que quando Napoleão o conheceo algum tempo depois, foi quando disse ao Marechal Bertrand, que o seu mal não tinha cura. Confirmaõ estas suspeitas com a repentina alteração que se vio na constituição do enfermo, que foi consumindo-se até ficar em pelle, e osso, e principalmente com o terem-se negado os facultativos Francezes que presenciãõ a abertura do cadaver a assignar a relação enviada ao Governo. Todos accusão deste horroroso attentado ao Governador de Santa-Helena, e ao Comissario Francez; e não falta quem chegue a recear que possa acontecer alguma desgraça aos Generaes Bertrand e Montholon, unicos que poderiaõ aclarar hum crime taõ atroz²⁵⁵.

Pelas notícias retiradas dos periódicos, apercebemo-nos, claramente que o Imperador era amado pelos franceses e as suas características moldavam-se ao propósito político de *O Anel do Imperador*, o que facilitou o papel contributivo para a divulgação de mais um episódio da História da Madeira, voltando, assim, à questão da edificação de uma identidade madeirense, com base na memória cultural sobre o que se passou entre os dois marcos que sustentam o romance histórico.

²⁵³ Periódico *O Patriota Funchalense*, nº 19, vol. I, 5-9-1821, p. 4.

²⁵⁴ O periódico *O Patriota Funchalense*, nº 17, vol. I, 29-8-1821, p. 2, relata a notícia do fervor com que os partidários da causa napoleónica pedem o resgate do corpo de Napoleão, algo que só foi conseguido em 1840: “*Paris Julho 14.* A seguinte carta foi apresentada na Sala dos Deputados, pedindo o Corpo de Napoleão. Senhores – Faleceo Napoleão! Nós requeremos o seu Corpo. Pede a honra da França esta restituição, e o que a honra da França pede deve ser concedido. Jamais ella póde consentir, que aquelle que foi seu Chefe: que aquelle a quem ella saudou com o nome de Grande, e com o titulo de Imperador, fique, como tropheo, nas mãos de Estrangeiros: e que qualquer Inglez, mostrando hum monumento insolente, possa dizer, “*Eis aqui o Imperador dos Francezes*”. Temos a honra do ser com o mais profundo respeito. Attentos Veneradores, e Obdientes Servos. Barão de Gourgaud, Ex-Ajudante d’Ordens de Napoleão. – O Coronel Fabvier. – O Conde Armand de Briquerville. – Francisco Cassim (de Nantes) Henrique Hartman, Fabricante.”

²⁵⁵ Periódico *O Patriota Funchalense*, nº 19, vol. I, 5-9-1821, p. 4.

A outra figura histórica que tem uma grande relação com a Madeira é o cônsul britânico Henry Veitch²⁵⁶, cuja curiosidade para conhecer o Imperador dos Franceses o torna a personagem ideal para ligar o romance. Conhecido pela sua influência na sociedade madeirense, pelo seu negócio de vinhos e até pela sua simbiose com a sociedade da ilha, uma vez que, no fim da vida, acabou por casar com uma madeirense, Veitch é a figura apaziguadora do romance de João dos Reis Gomes e que permite os intentos do romancista em relação à exposição do lado humano de Napoleão.

O mesmo advém da nossa leitura de *O Cavaleiro de Santa Catarina* com o episódio do exílio de Ladislau III, como Henrique Alemão. Mas no caso do cavaleiro a curiosidade é a lenda, que só existe na suposição de estarmos perante o rei polaco que perdeu a Batalha de Varna contra o sultão Amurate II.

Factualmente, ambas as personalidades (Ladislau III e Henrique Alemão) existiram, mas o grande mistério prende-se com a identificação entre si, ou seja, se Henrique Alemão corresponde ao rei polaco Ladislau III. Questão que nos parece poder ficar eternamente por responder, embora alguns o tenham tentado fazer, como é o caso de João dos Reis Gomes, que pretende, uma vez mais, dar voz a uma tradição popular madeirense. Mas atente-se na principal diferença. Em *O Anel do Imperador*, a tradição madeirense sustenta-se na suspeita de um encontro entre Isabel de S. e Napoleão, por causa de um anel que lhe foi dado por Bertrand, e diz o próprio autor que esta tradição foi levantada pelo povo. No caso de *O Cavaleiro de Santa Catarina*, o processo é inverso porque Reis Gomes entende que a tradição deve ter por base uma fonte erudita que foi divulgada pelo povo.

Perante a factualidade das duas partes de *O Cavaleiro de Santa Catarina*, o sustento da lenda apresenta-se no percurso que Ladislau III, se não morreu em Varna, efetua até chegar à Madeira. Ladislau III é uma figura histórica, que tal como D. Sebastião, apesar das suspeitas, acaba para a história no fim da Batalha de Varna, e Henrique Alemão é o sesmeiro da Madalena, que é recebido com pompa e circunstância pela mais alta figura da donataria do Funchal, o capitão João Gonçalves Zarco. A lenda nasce da forma de tratamento que o capitão donatário usa em relação ao sesmeiro e das mordomias que lhe são oferecidas e da carta que concede as terras da Madalena do Mar ao misterioso estrangeiro que aporta à Madeira.

²⁵⁶ Revelado em *O Anel do Imperador* como um apaziguador e admirador de Napoleão, os testemunhos reunidos não definem exatamente esse estado em Veitch, havendo até um filho do cônsul com o nome de George Waterloo Veitch, nascido a 19-6-1817, ARM, Igreja Inglesa, *Registo de Baptismos*, 1804-1848. Não sabemos se este nome é uma homenagem à vitória britânica sobre Napoleão no campo de Waterloo.

Leopold Kielanowski, em *A Odisseia de Ladislau o Varnense*²⁵⁷, aponta caminhos possíveis para a identificação do rei polaco com Henrique Alemão. A obra de Kielanowski encerra uma quantidade de hipóteses ainda não atestadas e que mantêm o mistério da lenda. Um dos livros referidos para a lenda de Henrique Alemão é, precisamente, *O Cavaleiro de Santa Catarina*, de João dos Reis Gomes.

Para Kielanowski, há uma evidente crença na identificação de Ladislau III com Henrique Alemão. O investigador polaco parte do não reconhecimento pelos polacos, em Varna, da cabeça de Ladislau III que foi exposta pelos turcos, e aponta vários caminhos até à chegada de Henrique Alemão à ilha da Madeira.

Cada vez mais indícios sugerem que o rei conseguiu sobreviver à Batalha de Varna e que o destino o conduziu até à Terra Santa, não como cavaleiro e cruzado, mas como peregrino e penitente. Donde, finalmente, partiu para se dirigir ao único país da Europa onde ainda se mantinha vivo o espírito das cruzadas, o Reino de Portugal e a ilha da Madeira (Kielanowski, 1996: 122).

O itinerário de Jagello compreende a passagem pelos Balcãs (Principado da Bósnia) até à Terra Santa, onde se tornaria Cavaleiro de Santa Catarina. A ocultação da identidade do rei polaco pensa-se ter a sua origem no facto de ter quebrado o tratado de paz com os turcos, a Paz de Szeged, embora se possa questionar a traição de Ladislau III, uma vez que era um rei muito novo e que Olesnicki é que era o mentor do poder na corte polaca e foi acicatado por Cesarini a defender a cruzada contra os turcos.

Em todo o caso, a quebra do tratado jurado sobre a Bíblia torna o rei polaco um “invocador do nome de Cristo em vão” e, daí, a suposição da razão para ocultar a sua identidade, tornar-se um penitente para o resto da vida e procurar em Portugal o espírito de cruzada que sempre cultivou.

²⁵⁷ O interesse polaco pela figura de Henrique Alemão fez com que alguns investigadores procurassem respostas para este mistério. O trabalho de Leopold Kielanowski não passou despercebido na Madeira e o *Jornal da Madeira* refere-o em duas notícias publicadas na década de 70 do século XX. A 4-12-1977, p. 4, “A vida de Henrique Alemão – Rei Ladislau III – Obra notável do Doutor Leopold Pobóg”, e a 7-3-1979, p. 3, “Uma lenda que volveu História – A propósito de um programa na RTP-Madeira”. Também o *Diário de Notícias*, a 5-12-1979, p. 6, se refere à lenda, mas evocada pelo linguista Franciszek Ziejka, “Henrique Alemão e a Madeira recordado por um linguista”.

4. Os romances históricos de João dos Reis Gomes

La littérature ne permet pas de marcher, mais elle permet de respirer.

Roland Barthes

Tendo em conta o que já explanámos na caracterização de João dos Reis Gomes, abordando a questão literária, o autor vê na literatura uma oportunidade para expor ideais políticos que se relacionam diretamente com a vida madeirense, como é o caso da luta autonómica. Com esse intuito, segundo a nossa tese, *A Filha de Tristão das Damas*, posteriormente versada para o drama histórico *Guiomar Teixeira*, cumpre o propósito de contribuir para a divulgação da História da Madeira e, num paralelo com esse período dourado, expor a luta autonómica madeirense. *Guiomar Teixeira* será uma das peças representadas durante as comemorações do Centenário, não apenas por se referir aos primórdios das capitanias e à génese histórica do arquipélago, mas também por expor o abandono da pátria em relação à região, tal como foi intenção do romance histórico *A Filha de Tristão das Damas*. O grupo do Cenáculo que, não deixando de existir, se converterá na Mesa do Centenário durante as comemorações do Quincentenário da Madeira, é a tertúlia intelectual que engendrará toda a comemoração da chegada à Madeira de João Gonçalves Zarco, visto como o patriarca, e Tristão Vaz.

O contributo da literatura na divulgação da História da Madeira pode apresentar várias leituras. A literatura, tal como a imprensa, tem um papel importante para a divulgação das ideologias vigentes e das que se propõem como alternativa às primeiras. Na verdade, a imprensa é o meio crucial de divulgação desde o século XIX e continua a sê-lo durante a primeira metade do século XX. As obras historiográficas, obras de carácter científico, também são responsáveis por esse papel. No entanto, a leitura de obras historiográficas eruditas está confinada a certos grupos, uma vez que o próprio discurso não se apresenta estimulante para o leitor comum. Se pensarmos em Herculano, a aceitação do romancista pelo público parece ter superado o historiador.

A literatura que se desenvolve a partir do século XIX assume uma natureza de folhetim, divulgado a partir da imprensa e, talvez por essa razão, mais acessível às massas. O Liberalismo, propagando ideologicamente a educação para todos e uma participação mais acentuada das populações na vida pública e política, necessita de meios divulgadores das ideologias e, para isso, a imprensa será o principal meio.

Contudo, a literatura, em particular o romance histórico, tem o condão de recuperar personalidades históricas e reinterpretá-las ao sabor das ideologias, tornando o plano das ideias acessível ao leitor, fora da esfera historiográfica. Escrever um romance histórico não significa confinar-se à leitura da historiografia. Há, evidentemente, por parte do autor a leitura da fonte (através de documentos ou de obras historiográficas), mas, depois, no papel da ficção literária, há a interpretação das personalidades como personagens pela sentença: “o que poderia ter sido”.

4.1. *A Filha de Tristão das Damas* (1909, 1946 e 1962)

4.1.1. A obra e as edições

Na primeira década do século XX, Portugal tem a pretensão de se impor em África, nomeadamente, pela exploração das suas posses continentais (Angola e Moçambique). Como exemplo desta política, a exploração do território angolano é uma forma de solidificar o império português em África. Em 1904, a raça do Cuamato (sul de Angola) inflige uma pesada derrota aos portugueses, no entanto, acaba por ser dominada em 1907. Também existe o plano de penetração além-Cunene do capitão Alves Roçadas (Mónica, 2010: 193). O príncipe herdeiro Luís Filipe transmite, de igual modo, uma mensagem de afirmação portuguesa em África, visitando as colónias africanas, começando em São Tomé e acabando em Moçambique. Ou seja, Portugal acompanha o movimento das principais potências europeias em África, procurando atingir com estas ações o máximo domínio a que tem direito pelo tratado de Berlim e procurando refundar o seu destino africano, após a humilhação provocada pelo *Ultimatum* inglês. Por isso, não é de estranhar que ideologicamente surjam publicações no domínio da história e da ficção a defender esta diretriz política.

As três edições conhecidas da obra, 1909, 1946, 1962 (publicada em folhetim no *Diário de Notícias* do Funchal), têm, para nós, conotações com os momentos políticos vividos à data da edição. Uma vez que se trata de um romance onde tem relevo o papel da Madeira na conquista das praças do Norte de África, no início do século XVI, envereda-se, em 1909, por uma crítica política, tendo em conta as diatribes da luta autonómica e dos ideais regionalistas que começam a aparecer, além de haver a ideia da viragem para África, em termos de império português. Em 1946, após o fim da Segunda Grande Guerra Mundial, a África Anglófona e a África Francófona começam a

reivindicar as independências, o que não é a ideia do governo português, nem dos outros governos europeus. Daí, haver em Portugal o movimento para a conservação do império em África, lutando pela ideia de que as províncias ultramarinas eram parte de Portugal. Uma vez mais, propicia-se a edição desta obra de João dos Reis Gomes, contribuindo para a propulsão da ideia benéfica da manutenção dos territórios ultramarinos, aproveitando a conjuntura internacional:

Os norte-americanos receavam não apenas o avanço do Exército Vermelho pela Europa, como consequência do vazio de poder criado pela derrota alemã, mas ainda que uma retirada mais ou menos imediata dos europeus dos seus territórios coloniais, criando um vazio que os norte-americanos não podiam nem queriam preencher, pudesse conduzir a uma situação de instabilidade que, no curto ou médio prazo, revertisse em favor da União Soviética e do comunismo. (Martins, 2000: 153)

Em 1962, após a eclosão da Guerra do Ultramar (1961), é publicado em folheto *A Filha de Tristão das Damas*, outra vez com o objetivo de afirmação do direito português sobre as colónias africanas, porém, num contexto internacional diferente, em que Portugal se vê perante a ameaça de retirada do apoio americano nas Nações Unidas, por considerarem intolerável a manutenção das colónias (posição da administração Kennedy), embora com o início da Guerra do Vietname, a administração americana tivesse recuado um pouco e deu espaço de sobrevivência ao salazarismo.

O contexto em que *A Filha de Tristão das Damas* é publicado pela primeira vez (1909) é, na nossa ótica, um ponto fulcral para a sua interpretação. Resumidamente, estamos no fim da última década monárquica em Portugal, após um final de século XIX atribulado, em que as sensibilidades políticas adversas à Monarquia se empolaram com a celebração do centenário de Camões, com a ideias da Geração de 70, a humilhação do *Ultimatum* e o tédio da Geração de 90. Tudo isto gerou uma conjuntura desfavorável à Monarquia que acabou com a implantação da República, em 1910.

No plano das ilhas adjacentes, a pressão efetuada para a adoção de regimes autonómicos é uma constante desde meados do século XIX, objetivo que se concretiza em 1895, para dois distritos açorianos (Ponta Delgada e Angra do Heroísmo), e em 1901, para o distrito do Funchal (Carta de Lei de 12 de junho). A autonomia administrativa passara a ser uma realidade na Madeira e legava poderes à Junta Geral do Distrito em áreas de interesse das populações, aliviando o estado dessas responsabilidades. No entanto, as limitações de ação continuavam a ser muitas e as

condições financeiras escassas. Este panorama voltou a acentuar a luta autonómica madeirense, até porque as elites da ilha se consideravam prejudicadas pela ação do Estado, que era acusado de favorecer os Açores, e apontavam para o facto de alguns açorianos terem tido influência nos governos da época.

Sob a bandeira do regionalismo, movimento nascido na França em meados do século XIX e que influenciou a luta de muitas regiões incluindo a Madeira (Vieira, 2001: 144), os políticos e intelectuais madeirenses engendrarão uma luta por maior visibilidade do arquipélago. A história será importante neste compromisso porque:

O discurso histórico é a ossatura fundamental que alicerça a autonomia político-administrativa. Tudo isto porque a história local faz apelo à valorização do passado histórico regional e permite reforçar a unidade definida pelo espaço geográfico. Uma região sem História dificilmente poderá fazer valer as suas legítimas aspirações autonómicas. Tão pouco uma classe política, alheada ou desconhecadora do passado histórico terá possibilidades de fazer passar e vingar o seu discurso político

A História faz parte da essência do discurso autonómico e é com ela onde mais se espelha a identidade local. Conhecer e valorizar a História regional é uma atitude necessária ao nascimento e fortalecimento da autonomia. (Vieira, 2001: 143)

Assim, nos periódicos da época, além dos chavões obsessivos da altura, “orfandade, abandono, sangria financeira”, muitas vezes com “falta de originalidade” (Vieira, 2001: 14), a história regional começa a ser um tema constante, interessando-nos, em particular, a análise do *Heraldo da Madeira*, que teve como diretor o major João dos Reis Gomes.

Ora, o clima de cariz regionalista criou nas elites políticas e intelectuais madeirenses motivos de reivindicação. Apesar da obtenção da autonomia administrativa, a Madeira continuava a sentir-se encarada pela metrópole como uma terra explorada, em que as melhorias encetadas apenas serviam para espoliar a riqueza económica produzida pela região. Ou seja, continuava a imperar uma lógica colonial:

Na definição da ideia do colonialismo a dominar as relações com o continente está a espoliação financeira, com o envio para Lisboa de toda a riqueza gerada, sem que se aplique na valorização local. Os poucos investimentos acontecem nos sectores capazes de gerar mais benefícios ao Estado e não no bem estar das populações. Isto resultam no consequente processo de subdesenvolvimento e pobreza. (Vieira, 2001: 145)

Na opinião de Alberto Vieira, o período dourado madeirense, século XV até metade do século XVI, resultou no paradigma de exploração da Madeira como colônia. Longe das interpretações literárias aqui por nós explanadas, o historiador defende:

Sucedeu assim com a cana de açúcar que se transformou na galinha dos ovos de ouro para a Coroa portuguesa entre finais do século XV e princípios do seguinte. Aliás, toda a riqueza resultante desta exploração económica, impostos incluídos, era orientada para fora do espaço que a criava. Tão pouco sucede um investimento na valorização do seu interesse. O pouco que retornava surge sob a forma de caridade da própria Coroa, sob a forma de oferta.

O Rei D. Manuel foi de todos o mais caridoso para com os madeirenses mas também o que mais auferiu das riquezas da ilha. Distribui benesses e obras de arte aos madeirenses. Mas a dívida da dádiva madeirense era maior e ao que parece ainda está por saldar. A situação da Madeira, desde o século XV, não se diferencia das demais possessões portuguesas no espaço atlântico. (Vieira, 2001: 146-147)

No entanto, para Reis Gomes pensamos que interessa a “ordem mítica da cruzada” porque “Os mitos ocupam na historiografia moderna um lugar destacado enquanto modo de enraizar a comunidade nacional num tempo remoto e assim lhe conferir um acréscimo de legitimidade perante as outras nações” (Matos, 2008: 95). Com isto, entendemos que Simão da Câmara, com as suas cruzadas em África que contribuíram para o império, e Cristóvão Colombo, com a edificação do seu projeto a partir da Madeira, são a recorrência a dois mitos de patriotismo e regionalismo.

A *Filha de Tristão das Damas* divide-se em quatro partes (“Um sarau em Machico”, “Em casa de João Esmeraldo”, “Casamento de Colombo” e “Conquista de Safi”). A primeira parte compreende três capítulos (“Os donatários”, “Os amores do genovês” e “Piratas argelinos?”); a segunda parte, quatro capítulos (“Visão de um novo mundo”, “Dois rivais”, “Plano de desforra” e “O piloto Afonso Sanches”); a terceira parte, dois capítulos (“O jogo de canas” e “A boneca”); e, a quarta parte, quatro capítulos (“Morte de Abd-er-Rahmão”, “O cerco”, “A expedição madeirense” e “O ‘rualfa’ loiro”). Além destas divisões, o texto apresenta um “Epílogo”, que reforça Yahya ben-Tafut como “neto de Zargo” (FTD, 1946: 195) e associa à sua morte “a perda do predomínio português em quase toda a costa do Magreb” (FTD, 1946: 195).

Ora, a obra aborda o período dourado da História da Madeira, isto é, o período do ouro branco, o açúcar, em que a Madeira se torna um dos entrepostos comerciais por excelência do novo mundo descoberto. Por ser uma geografia em evidência, na altura, a

Madeira torna-se, também, importante como afirmação de Portugal no atlântico e apoio à expansão portuguesa no Magrebe, servindo como auxiliar militar e posto de fornecimento de mantimentos. Com Thierry Santos e Leonor Coelho, corroboramos da opinião de que:

Em *A Filha de Tristão das Damas*, o escritor ressalta e destaca os feitos de madeirenses nas praças portuguesas em Marrocos, encenando as lutas travadas entre mouros e cristãos. Usa ainda o facto de Cristóvão Colombo ter residido no arquipélago e criado família com a filha de um donatário, bem como a lenda dos trágicos amores de Roberto Machim e Ana d'Arfet, para indiciar as dificuldades vividas pelo par amoroso, moldando a protagonista, Guiomar Teixeira, numa improvável guerreira de configuração romântica. (Santos e Coelho, 2016: 81)

Assim, como temas principais definimos a estada de Colombo na Madeira, que, em nosso entender, é um dos pontos mais fortes do romance, as expedições militares madeirenses no Norte de África, no interesse da expansão portuguesa, num espírito de conquista e evangelização, a ascensão de Simão da Câmara e da importância da capitania do Funchal, contrastando com o declínio de Machico, e o romance de Guiomar Teixeira com Yahya ben-Tafut, com a recorrência à lenda de Roberto Machim e Ana d'Arfet, que serve de espelho aos amores daquele par amoroso.

Por entre estes propósitos, entendemos que há nas entrelinhas uma apologia da autonomia madeirense, não num confronto com a pátria, mas numa perspectiva em que a liberdade autonómica leva ao engrandecimento de Portugal, tal como é demonstrado na ação dos protagonistas do romance.

Ideologicamente, a obra não deixa de ser a expressão de uma região que clama por visibilidade, pois não nos esqueçamos dos movimentos autonómicos do início do século XX que veem o advento da República como uma solução para as suas pretensões. Ademais, *A Filha de Tristão das Damas* é a apologia da época dourada da História da Madeira que, integrada no todo nacional, ajudou à consolidação do poder português no Norte de África e principalmente no Atlântico, cuja visão em muito se deve a D. Manuel I, mesmo antes de se tornar rei de Portugal, mas senhor da Madeira, como Duque de Beja, e à ação dos primeiros donatários do Funchal, em especial, a Simão, o Magnífico, que foi um dos responsáveis pelo período de opulência madeirense, em particular da capitania do Funchal. Num paralelismo com a desejada autonomia administrativa, *A Filha de Tristão das Damas* demonstra esse período

dourado e a capacidade ilhoa de engrandecer a pátria, num período em que a Madeira funcionava numa espécie de autonomia, chamemos-lhe assim, em relação à pátria.

João dos Reis Gomes apresenta um conjunto de situações em prol da autonomia e que favorecem a lusitanidade, como são o caso da estada de Cristóvão Colombo na Madeira, em que o genovês propõe um novo império a Portugal, embora não tendo sido aceite pela Coroa portuguesa, a ação dos donatários do Funchal na afirmação portuguesa em Marrocos, a receção de estrangeiros flamengos e italianos que favoreceu o desenvolvimento da ilha através do comércio do açúcar e que foi a base para o desenvolvimento de um dos produtos mais emblemáticos do império português, e que também estará na base das vagas de emigração madeirense do século XIX.

No início do século XX, como referido, é atribuída a autonomia administrativa ao arquipélago da Madeira, em 1901. Todavia, as elites madeirenses sentiam-se prejudicadas em relação aos açorianos, havendo, segundo os madeirenses, um desfasamento de tratamento em relação aos dois arquipélagos, pelo governo central. Na origem do desconforto madeirense está, ao que parece, a presença de açorianos no governo central e que são acusados de não apoiarem políticas favoráveis à Madeira.

Os madeirenses continuaram a reivindicar a efetivação de infraestruturas importantes para o desenvolvimento do arquipélago, bem como o apoio em relação aos setores da educação, do comércio, da agricultura e indústria, do turismo e da saúde. É comum haver textos nos periódicos da altura em que o tema versa sobre a constante transferência das verbas de tributação para Lisboa, depauperando os cofres regionais e impossibilitando, assim, a construção do pretendido.

Perante estas circunstâncias, há manifestações de várias índoles, expondo a difícil e periclitante situação económica da Madeira. Estamos em crer que *A Filha de Tristão das Damas*, mais do que uma “novela histórica” que conta um episódio de amor (Guiomar com Yahya ben-Tafut) ou a passagem de Cristóvão Colombo pela Madeira, é uma crítica subtil ao sistema vigente, expondo ao leitor um dos tempos áureos da História da Madeira (pela ação da capitania do Funchal, o apoio dado pela Coroa à construção de infraestruturas e investimento na ilha, a intervenção madeirense nas praças marroquinas), tornando o arquipélago uma referência positiva em relação aos tempos da primeira década do século XX.

As outras edições deste romance, como já tivemos ocasião de abordar, servem o contributo de divulgação da História da Madeira, mas obedecem, igualmente, a posições ideológicas do governo português, em dois períodos difíceis da conjuntura

internacional. Em 1946, o final da Segunda Guerra Mundial, em que o regime foi contestado pela oposição interna (desorganizada), e, em 1962, a queda do império na Índia, o início da Guerra do Ultramar e as celebrações do Centenário do Infante D. Henrique. Os dois quadros apontados manifestam a clara intenção de justificar a manutenção do império em África que, para Salazar, sempre foi um dos pilares do seu pensamento político e estilo de governação, que, na década de 60, se revelou inadequado aos novos tempos europeus:

Salazar via África como um prolongamento natural da Europa e reservava-lhe um papel de inseparável complementaridade em relação ao velho continente. No seu pensamento, essa complementaridade tinha não só funções económicas, mas também um valor estratégico na defesa do Ocidente, o que chegou a argumentar, em vão, no processo de adesão à Aliança Atlântica. (Teixeira, 2015: 60)

A edição póstuma de 1962 representava, no Estado Novo, a divulgação ideológica da governação salazarista, sob a política da defesa do mais antigo império ultramarino europeu, que reafirmava o isolamento português, apesar do país viver um dos melhores períodos económicos da sua história. Nos inícios de 60, a administração americana, com a presidência de Kennedy, insurge-se contra o colonialismo português, ameaçando com a retirada do seu apoio na ONU. Contudo, o assassinato de Kennedy foi “benéfico” para Portugal, pois Lyndon Johnson optou por uma “neutralidade benigna”, por causa da questão do Vietname, que passaria a uma “neutralidade colaborante”, com a eleição do presidente Richard Nixon (Pinto, 2015: 32-33).

4.1.2. Uma história romântica no século XX

Antes de nos adentrarmos na exploração do romance, detemo-nos nas palavras de um dos primeiros críticos da obra de João dos Reis Gomes, Horácio Bento de Gouveia. No artigo “Reis Gomes – Homem de Letras” (*Das Artes e da História da Madeira*, nº 13, Funchal, 1952, p. 29-31), o autor de *A Canga* aponta que a escrita de *A Filha de Tristão das Damas* é influenciada por *O Bobo*, de Alexandre Herculano, “Vasada nos moldes românticos, parece-nos que Reis Gomes achou no ‘Bobo’ de Herculano, sua fonte inspiradora” (Gouveia, 1952: 30), ideia que volta a afirmar no artigo “O académico e escritor João dos Reis Gomes” (*Panorama*, nº 29, Lisboa, 1969,

p. 6-9). Horácio Bento diz que Reis Gomes “soube reencarnar nas personagens da novela figuras que a história da ilha regista” (Gouveia, 1952: 30) e, quanto à matéria histórica, há “Em ‘A Filha de Tristão das Damas’ a reconstituição de quadros sociais e a atmosfera política e religiosa dos fins do século XV contêm presença histórica. Através de certos relanços como o Sarau em Machico, respira-se o ar de fidalguia e prepotência senhorial” (Gouveia, 1952: 31), o que torna este romance histórico um marco indelével da literatura produzida na Madeira, além de ser, para Horácio Bento de Gouveia, tal como para nós, a grande criação literária de João dos Reis Gomes, “‘A Filha de Tristão das Damas’ misto de novela de cavalaria e romance histórico, com diálogos de desmesurada extensão, como se disse, foi a obra onde as faculdades imaginativas de Reis Gomes atingiram o fastígio” (Gouveia, 1952: 31).

No que respeita à linguagem, a marca do carácter didático e científico pauta a escrita do romance, o que talvez justifique a pouca profundidade psicológica trabalhada nas personagens, de acordo com Horácio Bento, “A linguagem do escritor, de feição didática em virtude de sua índole para a literatura de carácter científico, antolha-se-nos que não dá relevo aos ínfimos cambiantes fugitivos, se bem que o pormenor ressaia com a viveza da sensação experimentada” (Gouveia, 1952: 31). Em relação à inspiração em *O Bobo*, Horácio Bento justifica com o facto de os protagonistas desenvolverem a “sua acção sob o comando de uma ordem exterior” (Gouveia, 1952: 31). Pensamos, de igual modo, que *A Filha de Tristão das Damas* se aproxima da obra de Alexandre Herculano com um herói que inesperadamente vai urdindo a ligação entre as partes da narrativa, embora o Dom Bibas de Herculano seja inicialmente descrito como fora dos antípodas dos heróis românticos, por ser um bobo. Outro ponto de ligação é o tempo de *O Bobo* ser o da fundação do Reino de Portugal, as lutas entre D. Teresa e Afonso Henriques, o que, por paralelo, se apraz com o enfoque de João dos Reis Gomes no tempo dos heróis fundadores do arquipélago madeirense.

Num nível mais abrangente, podemos afirmar que a opção pelo romance histórico romântico parece algo natural em João dos Reis Gomes, até porque é uma das principais características que lhe são apontadas por Brazão Vieira, é o Major ter sido “o tipo do homem romântico e tradicionalista do século passado [XIX]” (Vieira, 1950: 17). Contudo, no nosso entender, as opções formais e estéticas não retiram o vanguardismo que é reconhecido ao pensamento de João dos Reis Gomes.

O Major, quando oferece um exemplar de *A Filha de Tristão das Damas* a José Bruno Tavares Carreiro, escreve na carta ao amigo açoriano (22-3-1947) que se trata de

“uma insignificante obra da minha mocidade”²⁵⁸, ao que José Bruno Carreiro agradece e responde (10-4-1947) que “já conhecia o seu romance, e bem me lembro de que foi por ele que conheci a lenda de Ana d’Arfet e Machim, e pormenores da vida de Colombo na Madeira. Pela sua mão, entramos, cheios de encanto, nessa Madeira dos fins do séc. XV”²⁵⁹, lamentando que a ilha de São Miguel seja tão diferente da Madeira: “tão diferente da minha S. Miguel, sem história nem lendas, onde até ao séc. XIX só se pensou (salvo raras exceções) em comer, beber e amontoar dinheiro, sendo raros, mesmo nas classes altas, no 1º quartel daquele séc., os que sabiam ler e escrever”²⁶⁰. E continua, no seu rascunho, a apreciação ao romance histórico, frisando que:

Com mão de mestre, o meu ilustre Amigo entretece no seu romance a lenda com a história, em quadros cheios de colorido e vida, que muitas vezes nos comoveu e sempre nos prendeu o interesse. Sente-se bem que todos os personagens lhe são familiares, o meio em que se movem, a época que para si nenhum segredo tem, evocada leu tudo o que a caracterizava, nessa ilha tão rica de tradições e lendas, conservadas com amor por esses séculos fora. O severo realismo a que se refere no prefácio desta edição, aplicado a seu romance do seu Tristão, destruiria tudo o que nele mais nos encanta; em vez de adoptar as suas fórmulas e os seus canones, preferível seria fazer secamente história. Muito cordialmente o felicito pela sua consagração que obteve agora o seu romance com a excelente edição mandada fazer pela J. G. Ainda bem que assim deixa de ser a raridade bibliográfica que já estava sendo a primeira²⁶¹.

José Bruno Carreiro expõe, de forma simples, uma das funções mais importantes num romance histórico: o contributo para a divulgação de referentes históricos e, com isto, o contributo para a edificação da memória cultural de um povo.

Ao pensarmos que os romances históricos que constituem o *corpus* podem ser considerados romances históricos românticos, consideramos que preenchem as características fundadoras/iniciais do género e procuramos demonstrar, através da crítica, que este tipo de texto, na realidade portuguesa, pouco ou nada evoluiu até meados do século XX, e que no seu intento literário de interrogação do mundo e de um tempo presente acaba por ser um contributo literário para a divulgação da História da Madeira.

No caso de *A Filha de Tristão das Damas*, se atendermos ao prefácio da edição de 1909, Reis Gomes classifica como um trabalho “tão desataviado e hesitante” (*FTD*,

²⁵⁸ BPARPD, ATC, “João dos Reis Gomes – subsérie de correspondência – 22-3-1947”.

²⁵⁹ BPARPD, ATC, “João dos Reis Gomes – subsérie de correspondência – 22-3-1947”.

²⁶⁰ BPARPD, ATC, “João dos Reis Gomes – subsérie de correspondência – 22-3-1947”.

²⁶¹ BPARPD, ATC, “João dos Reis Gomes – subsérie de correspondência – 22-3-1947”.

1909: IX), dando pistas para a interpretação do texto e revela que o primeiro propósito foi “Escrever um conto cuja pequena acção coubesse a dentro d’uma das capitanias da Madeira, n’essa epocha brilhante do declinar do século XV” (FTD, 1909: V).

Ora, a questão dos prefácios no romance histórico de Oitocentos assume uma importância capital porque é nele que se conjugam as vontades do autor, como os seus propósitos literários e ideológicos, bem como a explicação para a adaptação de um certo passado e a opção por um episódio daquele tempo em função do presente. João dos Reis Gomes não se desvia desta regra, exibindo na sua “Razão do Livro”, a motivação para a feitura de um romance histórico e a adoção de certas personagens.

Enrique Rubio Cremades resume as funções do prólogo dos romances de Oitocentos nas seguintes palavras:

El prólogo cumple así no sólo una función informativa sobre los materiales utilizados por el autor, sino también una función claramente significativa al aclarar al lector el talante ideológico de su autor. Incluso, el credo estético del novelista queda reflejado, como si se tratara de una auténtica declaración de fe (Rubio Cremades, 2002: 395).

A perspetiva de Rubio Cremades encontra-se na senda de Claude Duchet, que atribui aos prólogos as mesmas funções, acrescentando, inclusive, que a sua ausência era uma marca de um baixo nível de leitura, o que não favorecia o autor:

pour des raisons qui tiennent à l’histoire du genre romanesque, à la situation problématique du roman, et à son négoce, la préface est à l’époque, pour le roman, un préambule nécessaire. Son absence est signifiante: indice de novation, de différence calculée ou d’un très bas niveau de lecture. Héritage d’un arsenal défensif, lieu de maîtrise où l’auteur peut parler de lui, faire-valoir, fiction anticipante, la préface de roman s’est peu à peu codifiée. Le XIXe siècle ne la transforme guère mais la généralise et la nourrit d’éléments nouveaux (Duchet, 1975: 249)

Por outras palavras, Rubio Cremades e Claude Duchet encontram um compromisso (ou quase uma missão de compromisso) com a história, a arte e a política que os romancistas do Romantismo assumem na escrita dos romances históricos.

Em *A Filha de Tristão das Damas*, o prólogo funciona em comunhão com o epílogo, ou seja, o prólogo deixa pontas soltas para serem ligadas às referências do epílogo, porque, na esteira de Umberto Eco, o final é o desenlace de todas as antecipações induzidas pelo narrador no leitor:

O final da história – tal como o estabelece o texto – não só verifica a última antecipação do leitor, como também algumas das suas antecipações remotas e, em geral, pronuncia uma valoração implícita sobre as capacidades de previsão manifestadas pelo leitor ao longo de toda a leitura. (Eco, 1983: 121)

No romance, o prólogo deixa a porta aberta para a exploração, não havendo nunca uma referência ao protagonista Yahya ben-Tafut. Contudo, a informação é complementada no epílogo, ao acrescentar algo ao período da História da Madeira sobre o qual Reis Gomes se propõe escrever. Dentro da mesma perspetiva, é no “Epílogo” que o narrador giza os indícios sobre a autonomia da Madeira, concretizando-os na figura de Yahya ben-Tafut.

Classificado como um livro “despretencioso” (FTD, 1909: V) e que era para ser “um episódio rápido, passado entre poucas e apagadas personagens do tempo” (FTD, 1909: V), acabou por se tornar num objetivo maior porque Colombo²⁶² era demasiado grande para “intervir, como simples figurante” (FTD, 1909: VI). Do Almirante das Índias, é dito que “houve de ficar no enredo como individualidade episódica, como um indirecto propulsor de toda a acção” (FTD, 1909: VI).

Em relação ao trabalho desenvolvido na conceção das personagens, Reis Gomes acrescenta que foi “Procurando humanisar as personagens, fazendo-as viver com as suas qualidades e defeitos” (FTD, 1909: VI) e que devia ter desistido quando o tema transbordou os limites do conto para passar a “novella”, mas a audácia não permitiu.

No que respeita às fontes da factualidade, o autor procura justificar a ficção que lhe permitiu “bordar em torno da realidade immorredoura alguns frouxos ouropéis da phantasia” (FTD, 1909: VII), reconhecendo, humildemente, que “não nos propuzemos compôr uma novella historica no sentido despótico, em que muitos tomam a expressão, n’uma obediencia cega ás palavras dos chronistas, pelo que toca a factos, e n’um respeito absolutamente chronologico pelo que se refere a idades e datas” (FTD, 1909:

²⁶² Henrique Henriques de Noronha, quando fala do segundo casamento do donatário do Porto Santo, faz a seguinte referência a Cristóvão Colombo: “Do segundo matrimonio [de Bartolomeu Perestrelo] foi filha de D. Felippa Monis de Mello, mulher de Christovão Colon, descobridor, I. Almirante, visio Rey, e capitão General da India Occidental” (Noronha, 1996: 458). Segundo o periódico *Diário de Notícias*, 31-12-1932, p. 3, “Cristóvão Colombo na Madeira e Porto Santo”, o imaginário insular parece guardar uma imagem romântica de Cristóvão Colombo o que servia os intentos de João dos Reis Gomes na conceção do seu romance: “Colombo, na tradição insular, é um vulto predestinado, concebido a passear nas tardes calmas sobre o extenso e fulvo areal da praia do Porto Santo, meditando em terras ignotas, donde as correntes marítimas ali traziam madeiras e sementes desconhecidas, em que se punha a meditar, aureolado pelo clarão poente do sol que o convidava a ir com ele, lançar a luz sobre o extenso continente que tão longe se escondia no horizonte”.

VII). Por isso a ficção encarregar-se-á de “reconstituir com o possível rigor os diversos meios onde a acção se desenvolve” (FTD, 1909: VII). Para isso é propósito do autor atribuir “às figuras reaes que n’ela entram, todas contemporaneas, qualidades psychicas compativeis com o proceder apontado nos varios textos de consulta, mas reservando-nos a liberdade da composição do entrecho e desenho dos caracteres de ficção, que procurámos, sómente, subordinar á lógica da hereditariedade e aos effeitos do meio em que elles vivem e teem de actuar” (FTD, 1909: VII). Pelo pronunciado e como explicará o autor no prefácio à segunda edição, o modelo do romance usado por si é o romance histórico romântico, conforme a tendência dos romancistas portugueses.

E, assim, Reis Gomes reafirma que o propósito nunca foi escrever história: “muito nos preocupou a nitida evocação da epocha a que nos referimos, o que não alcançámos, decerto, mas sem, contudo, pensarmos em escrever historia quando nos propuzemos fazer esta novella” (FTD, 1909: VIII), o que é corroborado pela citação de Garrett, ao consignar-se às musas de Homero e não às de Heródoto.

Para consubstanciar e justificar a linha seguida em relação aos factos narrados “escrevemos as ligeiras notas que vão no fim do livro” (FTD, 1909: VIII). Estas notas finais são, de facto, um auxiliar precioso para o leitor que, pelo interesse e curiosidade, procura compreender a fidedignidade dos acontecimentos históricos e tornam-se explicativas para o rumo da diegese em relação a situações mais polémicas, como é o caso da estada de Colombo na Madeira, o seu casamento ou a factualidade de algumas personagens de origem magrebina ou o piloto Afonso Sanches. O paratexto apresenta ao leitor a fidedignidade da consulta das fontes, o que, não se comparando à edição de um manuscrito, artifício muitas vezes apresentado pelos escritores românticos, compromete o autor com a credibilidade do conhecimento enciclopédico, ou seja, a funcionalidade do paratexto é contribuir para o estabelecimento da relação de verosimilhança.

No prefácio da segunda edição, João dos Reis Gomes agradece a oportunidade editorial oferecida pela Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, uma vez que a primeira edição da obra já se encontrava esgotada “há bons trinta anos” (FTD, 1946: XI). Sabemos, pelo prefácio, que *A Filha de Tristão das Damas* teve uma aceitação muito boa pelo público e pela crítica portuguesa e espanhola, embora, em relação a esta, o autor estivesse “certo de que seria a reconstituição da primeira fase da vida de Colombo, quase omissa em todos os seus biógrafos, o que mais impressionou e dispôs bem aquele eminente homem de letras [Aznar Navarro, do periódico *La Correspondencia de España*]” (FTD, 1946: XII). A outra justificação para tão boa

aceitação devia-se a um “tempo em que o público, penetrado de certo idealismo literário, lia e comprava livros, e estimulava a imprensa, pela pena dos seus críticos” (FTD, 1946: XIII)²⁶³.

Quanto à parte literária, Reis Gomes diz que “O romance foi escrito num período em que, nos espíritos e nas letras, predominava o romantismo” (FTD, 1946: XIII). A protagonista Guiomar Teixeira, vivendo no período da Renascença, apresenta-se caracterizada por traços e imaginário românticos e é apreciadora da lenda de Machim e Ana d’Arfet, numa época histórica em que “a mentalidade e os hábitos da aristocracia madeirense, formavam-se e nutriam-se, ainda, nos romances da Cavalaria, tanto em voga neste meio” (FTD, 1946: XIV). Tudo isto leva o autor a reafirmar o fundamento histórico do romance, no que concerne aos acontecimentos narrados, e o estilo romântico condicente “com a índole da personagem principal” (FTD, 1946: XIV). Ainda nos trâmites da literatura, João dos Reis Gomes tem a plena consciência de que a sua obra foi alvo de uma crítica positiva por causa dos assuntos tratados e não tanto pela novidade artística: “não, creio bem, pelo seu justo valor artístico, mas talvez pelo inédito, pelo seu ar de novidade: a inesperada pintura dos quadros ali dados, em que se agita e areja o período tão cavalheiresco e brilhante – quão pouco estudado, ao tempo – dos primeiros donatários da Madeira” (FTD, 1946: XI-XII).

Importante é, igualmente, o autor, na segunda edição, confessar que, em relação ao texto, “nem tentei, agora, refazer-lhe o estilo, temendo desarmonizá-lo com o tema e tirar-lhe a espontaneidade primitiva. Ficou, por isso, como estava: será a marca, ténue embora, de uma sensibilidade e de uma época” (FTD, 1946: XV), o que nos permite optar pela citação da segunda edição, uma vez que apresenta uma escrita mais atualizada para o leitor.

Na construção do romance, João dos Reis Gomes utiliza personagens referenciais à boa maneira romântica, em que algumas assumem o papel de protagonismo e outras são tratadas de uma forma discreta²⁶⁴. Neste ponto, compete-nos discernir o papel dessas personagens na evolução da diegese. Todas elas são repensadas,

²⁶³ João dos Reis Gomes, consciente do seu papel de não estar a escrever história, usa a expressão “reconstituição” ao referir-se à apresentação da primeira fase da vida de Colombo, pois sabe que se trata de uma informação sem responsabilidade historiográfica. Porém, pelo papel desempenhado pelos seus companheiros cenaculistas, o Pe. Fernando Augusto da Silva e Alberto Artur Sarmento, na escrita de artigos sobre Colombo, não é estranho que a informação de Reis Gomes interesse à crítica espanhola, como confessa o próprio. Em relação à aceitação do livro, os tempos de 1940 já se serviam de outros meios de difusão cultural que não o livro e o teatro. Falamos da expansão da rádio e do cinema.

²⁶⁴ Maria de Fátima Marinho, “O Romance Histórico na Primeira Pessoa”, p. 72. Acesso Digital: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/9301/2/5727000064704.pdf>.

ou segundo o próprio autor humanizadas. Por um lado, Cristóvão Colombo, Simão Gonçalves da Câmara e Yahya ben-Tafut assumem um papel de protagonismo e são adaptados à ação tendo em conta a forma como poderia ser moldado o conhecimento da sua biografia. No caso de Colombo, o tempo passado na Madeira é o que oferece maior margem de maneabilidade, uma vez que é reconhecido no prefácio que é um dos tempos pouco explorados pelos biógrafos do genovês. Yahya ben-Tafut é uma personalidade que tem um papel marginal na História de Portugal, permitindo uma grande adaptabilidade como personagem pelo registo oculto da sua biografia. Simão, por ter no enredo um papel que enaltece o seu heroísmo histórico, também não dá azo a grandes polémicas interpretativas.

Em relação ao papel de Guiomar Teixeira, a sua referencialidade biográfica é demasiado oculta tornando a sua utilização como personagem principal uma tarefa apetecível e surge aos olhos do leitor como uma personagem inventada²⁶⁵. Mauro Cavaliere classifica três tipos de personagens no romance histórico: “convém distinguir *grosso modo* entre três categorias que actuam no romance histórico: as personagens claramente reconhecíveis como históricas, as personagens ficcionais e uma área cinzenta onde a colocação da personagem é duvidosa” (Cavaliere, 2002: 140). Guiomar, parece-nos, claramente, uma personagem ficcional, embora possa ser colocada numa área cinzenta.

No que concerne a outras personagens referenciais, mas que desempenham um papel secundário, como Tristão Vaz Teixeira, João Gonçalves da Câmara, João Esmeraldo, Filipa Moniz, Ali-ben-Uacima, Abd-er-Rahmão, Manuel de Noronha, Afonso Sanches, há a exploração do carácter histórico conhecido das personagens, desempenhando, com a sua humanização, enquanto personagens, um papel secundário, mas de relevo para a interpretação dos propósitos, considerados por nós, como as razões para a promoção desta obra.

A descrição do espaço, que acaba por introduzir igualmente a marca temporal, é outro ponto característico deste romance de Reis Gomes. A exemplo dos mestres românticos, o romancista madeirense enfoca a narrativa e a ação das personagens de acordo com a descrição do meio, cumprindo uma das regras de ouro que tornou o

²⁶⁵ João dos Reis Gomes, numa das notas finais, afirma que “A protagonista desta novela supõe-se filha do seu segundo casamento, com D. Alda Mendes” (Reis Gomes, 1946: 202), o que vem dar força à ideia do pouco ou nenhum conhecimento histórico acerca da existência desta personalidade, o que permite ao autor moldá-la como personagem de ligação entre os vultos e factos históricos dominantes na diegese.

romance histórico um género, os ambientes históricos não serem meros cenários, mas assumirem uma função importante na focalização dos intervenientes.

No que respeita ao narrador, estamos perante uma entidade que não toma parte da história, usando, no entanto, diversos tipos de perspetiva, focalização e voz, na narração. É um narrador heterodiegético, com a consciência de que o seu tempo é o tempo do leitor. No início da segunda parte, aquando da passagem da história para a casa de João Esmeraldo, o narrador faz uma descrição histórica do edifício, um relato jornalístico que foca um elemento prolético focalizado na recente, à data, demolição do imóvel pela edilidade do Funchal: “Ultimamente, quando o grande prédio foi demolido” (FTD, 1946: 57). O apontamento do tempo para lá do tempo da narrativa, com o encaixe, na narrativa, do tempo do narrador e do leitor, constitui uma marca característica do romance histórico romântico, que, em Reis Gomes, funciona como uma rememoração didática para o leitor, como que a lembrar-lhe que a história poderá querer dizer-lhe algo sobre o seu tempo e o do narrador.

A pretensão do autor dar ao leitor uma história sobre o período dourado (fins do século XV, princípios do século XVI), que, na época do romance, não se encontrava muito estudado, significa que o romancista teria uma boa margem de moldagem da história, baseando-se nas fontes diretas e indiretas disponíveis. Na relação com as fontes, João dos Reis Gomes, além da forte tradição popular, assume ter utilizado as seguintes: *Historia de Marruecos*, de Fr. Manoel Castellanos; *Historia de las Indias*, de Bartolomé Las Casas; manuscrito intitulado “Noticias das cousas da madeira desde o seu segundo descobrimento por Zargo”, que pertenceu a D. Patrício Xavier de Moura; *Saudades da Terra*, de Gaspar Frutuoso (anotado pelo dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo); *Marrocos*, de E. d’Amicis; a lenda de Machim de acordo com Teófilo Braga, que segue a lenda contada por António Cordeiro, s. j., em *Historia Insulana*; *Poetas Palacianos*, de Teófilo Braga; “Memoria sobre a residência de Christovam colombo na Ilha da Madeira”, de Agostinho de Ornelas; “Il suocero e la moglie di Cristoforo Colombo”, de Bernardo Pallestrelli; “A mulher de Colombo”, de A. M. de Freitas, (Nicolau Florentino); “Annaes do Municipio do Porto Santo”; Revista Illustrada nº 55 (1892), “Era inscripcional da casa memorada como da habitação de Colombo na Ilha da Madeira”; “O Occidente” nº 34 (1879); *Christophe Colomb*, de Henry Harrisse; “L’Amérique et les Portugais”, de Luciano Cordeiro; “Descobrimento da América”, de P. Simão de Vasconcelos; *Diálogos de varia historia*, de Pedro de Mariz; *História de Portugal*, de Pinheiro Chagas; Paiva Manso e a carta de D. João II.

Atendendo às fontes utilizadas, verifica-se que o trabalho do escritor atingiu grandes proporções devido às figuras envolvidas no romance, tal como refere na “Razão da Obra”, onde o autor afirma que Cristóvão Colombo despoletou a transformação de um pequeno conto num romance, por ser a personagem mais documentada. Repare-se que, pelo menos, seis referências da bibliografia apontam à figura do genovês. Mas, esta análise das fontes em relação a Colombo, não significa que seja a personagem principal, mas sim a personagem mais documentada.

4.1.3. “Porquê” Guiomar como personagem principal

Apontada pelo próprio autor como a personagem principal, Guiomar Teixeira, a filha de Tristão das Damas, pode ver o seu papel enquanto protagonista ser discutido tendo em conta diversos fatores. Para o leitor, após leitura e releitura d’*A Filha de Tristão das Damas*, poderão existir dúvidas sobre a definição da personagem principal.

Durante a diegese, Guiomar Teixeira apresenta-se como um elo da ação, sendo alvo de paixões que contribuem para a economia da narrativa. No entanto, a sua participação como agente propulsor da ação não é claro para o leitor. Guiomar Teixeira é, na nossa ótica, o álibi para que a ação se desenrole e não tanto o sujeito que a incute ou lhe dá substância. Um outro dado em relação ao pensamento do autor no que toca à personagem principal do romance é que, no prefácio da segunda edição, Reis Gomes confessa ser Guiomar Teixeira a personagem principal, além de ser o referente do título da obra. Porém, no prefácio da primeira edição, João dos Reis Gomes aponta Colombo como “O ilustre aventureiro [que] se não tinha de ser protagonista, houve de ficar no enredo como individualidade episódica, mais ainda, talvez, como um indirecto propulsor de toda a acção” (FTD, 1909: VI).

Encontramo-nos perante uma situação ambígua em relação ao papel de protagonista. Por um lado, temos Guiomar Teixeira que é apontada objetivamente como protagonista e, por outro lado, temos algumas personagens que podem desempenhar essa função, como são: Simão Gonçalves da Câmara, Yahya ben-Tafut/D. Rodrigo e Cristóvão Colombo. O caso da passividade de Guiomar Teixeira, como heroína, aproxima-se, em nosso entender, da visão de que, no romance histórico “as suas heroínas são, regra geral, passivas e sem grande influência no seu destino” (Marinho, 2019: 15). Guiomar é a protagonista que dá palco à dinâmica ativa das personagens masculinas, que influenciarão toda a diegese. Por uma questão de economia da narrativa

a única decisão da inteira responsabilidade da heroína é quando, sob a capa de rualfa, decide combater os mouros e acaba fatalmente ferida, contribuindo para o desfecho da história. Assim, como “cultura de simulação” (Marinho, *apud* Pelletier, 2019: 15), compreende-se, na ficção, “o artifício criado no romance que tenta dar voz às mulheres e que, na verdade, as trata de um ponto de vista quase exclusivamente masculino. [...] estética do fingimento que parece querer dar a ilusão de uma voz feminina inexistente” (Marinho, 2019: 15)²⁶⁶.

Tendo em conta o que já discurremos sobre os objetivos de João dos Reis Gomes, é relevante analisarmos a narrativa procurando demonstrar como poderemos definir Guiomar como personagem principal ou uma outra personagem principal.

A favor de Guiomar Teixeira, poderemos apontar como evidente propulsor da ação, a sua presença desde o início até ao fim da diegese, apenas saindo de “palco”, após a epifania da família do donatário do Funchal. A sua caracterização como personagem romântica, que vive o amor puro e que não foge à sua fatalidade ligará toda a história. Contudo, tal como João dos Reis Gomes havia argumentado no prefácio, o propósito teria sido escrever um pequeno conto sobre o período dourado da História da Madeira, mas, a dimensão das personagens que foram surgindo, apontando sobretudo Cristóvão Colombo, levaram a pequena narrativa a tomar dimensões de uma “novella”.

Se pensarmos Guiomar Teixeira como personagem histórica é, então, uma personagem que reúne um conjunto de supressões, até mesmo falta de registo histórico, que permite ao autor a construção de uma figura que possa ser moldada à história e aos factos históricos indelmentíveis das outras personagens que com ela percorrem a diegese. Compreende-se a opção de Guiomar Teixeira como personagem principal, tendo em conta os seguintes pontos do romance:

- O aproveitamento do mito fundador de Machim e Ana d’Arfet, como *leitmotiv* do enredo amoroso da história, entre Guiomar Teixeira e Yahya ben-Tafut;
- O romance histórico seguindo o padrão romântico do século XIX;

²⁶⁶ A observação feita em relação à passividade de Guiomar Teixeira é válida para Isabel de S. e Senhorinha Anes, em *O Anel do Imperador* e em *O Cavaleiro de Santa Catarina*, respetivamente. Todavia, nestes dois romances, as heroínas, contrariamente a Guiomar Teixeira, não são as protagonistas que dão palco às dinâmicas ativas dos heróis, pela razão de essas duas histórias contarem com um protagonista masculino definido, em torno do qual irá desenrolar-se a diegese.

- O interesse de Colombo pela Madeira e respetivos donatários, nomeadamente, Machico e Porto Santo;
- A demonstração do enquadramento económico-cultural obsoleto da capitania de Machico em relação à do Funchal;
- A revelação da genealogia do xerife Yahya ben-Tafut, ligada ao patriarca João Gonçalves Zarco.

A apresentação de Guiomar, logo no título da obra, no paratexto, não é feita com a força do seu nome próprio, mas sim através de uma amplificação, em que o referente é Tristão das Damas, ou seja, Guiomar é apresentada ao leitor como “a filha de Tristão das Damas”, o 2º capitão de Machico e um dos principais poetas do Ciclo Poético da Madeira, que consta no *Cancioneiro Geral*. O uso do capitão de Machico é uma forma do autor comprometer a protagonista com um universo cultural comum ao do leitor-modelo, por ser uma personalidade com expressão regional e, também, nacional. A história desenvolver-se-á em torno de um discurso com diversas ações que porão em evidência os pontos do romance referidos *supra*:

- O encontro entre Guiomar e Yahya ben-Tafut;
- A humilhação de Colombo feita por Tristão das Damas;
- A vingança de Colombo e o aproveitamento da situação de Yahya ben-Tafut e Guiomar Teixeira;
- A animosidade entre Simão da Câmara e Yahya ben-Tafut/D. Rodrigo;
- O rapto de Guiomar Teixeira;
- O auxílio de Simão Gonçalves da Câmara à praça de Safim;
- A ação de Yahya ben-Tafut em prol dos portugueses.

De acordo com estes itens, Guiomar Teixeira assumirá a função de personagem principal ao ser gizada, em torno da sua presença, a revelação de outras personagens que se pode ver como protagonistas em determinada altura da história: o narrador heterodiegético distribui o protagonismo pelas personagens que gravitam em torno de Guiomar Teixeira, dando, na ação, à filha de Tristão das Damas um papel partilhado ou,

por vezes, com pouca relevância. Na nossa análise, os momentos *supra* dividem-se pelas quatro partes da narrativa e o “Epílogo”.

Na primeira parte, teremos a caracterização de Guiomar Teixeira e indícios para ações futuras; na segunda parte, Colombo apresenta-se como protagonista; na terceira, teremos Colombo, Yahya ben-Tafut/D. Rodrigo e Guiomar Teixeira; e, na quarta parte, desempenharão o protagonismo Yahya ben-Tafut/D. Rodrigo, Simão Gonçalves da Câmara e Guiomar Teixeira. Em relação ao “Epílogo”, é interessante o papel de Yahya ben-Tafut, pois é sobre ele que recairão as considerações finais do narrador, num jogo de intenções com o Prólogo ou a “Razão do Livro”.

Thierry Proença dos Santos e Leonor Coelho defendem que no início da obra, ao contrário da sugestão do título, há uma apologia das figuras masculinas:

Contrariamente ao que o título faz supor, o romance *A Filha de Tristão das Damas* começa por valorizar as valências da entidade masculina, (...). Com efeito, se, por um lado, é necessário alimentar os habitantes da ilha e criar riqueza através da exportação de produtos muito procurados na Europa, por outro, é preciso proteger a ilha dos assaltos dos corsários e combater os infiéis no Norte de África. Tudo somado, os três rapazes [Henrique Teixeira, João Teixeira e Lançarote Teixeira] ilustram a nobreza fundiária, guerreira e cortesã. (Santos e Coelho, 2016: 83-84)

Não concordamos totalmente com esta interpretação porque estamos em crer que a apologia das figuras masculinas se deve ao facto de a mensagem principal do texto não estar diretamente relacionada com os amores de Guiomar, mas sim com os valores que definiram a intervenção madeirense no período manuelino, que coincide com a afirmação da Madeira enquanto centro estratégico para o domínio do Atlântico, o que parece ser o motivo principal para as reedições da obra: o império africano.

No entanto, pensamos que o início do texto, mais do que a apologia das figuras masculinas, executa a justificação romântica da história, centrada, sobretudo, em Guiomar Teixeira, a personagem “fabricada” e que dá ligação às três personagens que funcionam como os grandes propulsores da ação: Cristóvão Colombo, Simão Gonçalves da Câmara e Yahya ben-Tafut.

Guiomar Teixeira que, segundo Reis Gomes, numa nota final, se supõe ser filha de Alda Mendes, a segunda esposa de Tristão das Damas, não consta nos livros de genealogia das famílias madeirenses, o que nos leva a crer que é de facto uma personagem gizada pelo autor, como forma de reunir um enredo de notáveis, ao fazer

com que haja uma ponta de contacto entre as três personagens masculinas principais. Assim, introduz-se o tema do amor que é um dos pretextos objetivos do romance, enquanto se apresentam as intenções de Cristóvão Colombo, presente no sarau inicial.

A filha de Tristão das Damas é também vista como um contraponto às outras damas:

Na novela, em contraponto à inacessível Guiomar Teixeira, destacam-se fidalgas mais consentâneas com o papel que a sociedade da época lhes atribui: por um lado, temos Iseu Lomelino, (...); por outro, Filipa Moniz, a futura mulher de Cristóvão Colombo – perfilado como um indivíduo ambicioso à procura de um bom partido –, configura o modelo que uma certa visão tradicionalmente masculina valoriza: amiga e enamorada, submissa e conciliadora, intuitiva e recatada.” (Santos e Coelho, 2016: 84)

Descrita como uma moça que prefere histórias de amor às de cavalaria, conta a Zara, sua criada e confidente, a lenda de Machim e de Ana d’Arfet. Conta ainda que o piloto de Machim foi aprisionado por Zarco e, assim, o primeiro donatário do Funchal e o avô de Guiomar tomaram conhecimento da localização da Madeira. A introdução da história de Machim e de Ana d’Arfet torna-se importante porque, no desenrolar da diegese, o leitor se apercebe do paralelo existente entre o motivo da lenda de Machim e o amor proibido vivido por Guiomar Teixeira e Yahya ben-Tafut o que constitui o *leitmotiv* do amor fatídico entre Yahya e Guiomar.

O artifício literário do amor fatal é outra marca do Romantismo na escrita de João dos Reis Gomes, associada à heroína/protagonista. A heroína de *A Filha de Tristão das Damas*, que encarna um ideal de amor romântico, tal como é apresentado nas primeiras descrições do romance, tem a ambição de ser intérprete de um amor puro, a exemplo de Roberto Machim e Ana d’Arfet.

Guiomar Teixeira introduz, em nosso entender, a parte da diegese que decorrerá “simplesmente” como literatura, ou seja, o motivo literário que justificará o romance. Estará sempre ligada à economia da narrativa por apresentar ao leitor a estruturação literária da história, sendo possível, assim, explanar os outros motivos do texto.

No primeiro capítulo, são apresentados várias situações que necessitam de uma ligação para que possam confluir numa mesma história, cujo motivo principal, para nós, é outro: a diegese, a partir do motivo romântico, assume o compromisso de exaltação do movimento expansionista de quinhentos e, nas entrelinhas, há um enfoque nas qualidades úteis para a pátria com uma autonomia devidamente praticada e reclamada já

nos inícios de Novecentos pelas elites madeirenses, a tal interrogação do presente que é a principal função do romance histórico.

Debaixo da capa romântica de Guiomar Teixeira é introduzida a personagem de Colombo, as suas pretensões aventureiras e amorosas, e a sua animosidade com o capitão de Machico; é apresentada a personagem de Yahya ben-Tafut que em termos históricos tem um papel importante nas praças do norte de África e que, no romance, deixa um indício de ser algo mais em relação à Madeira; e é também introduzida a personagem de Simão Gonçalves da Câmara, cuja relevância como donatário do Funchal e em Marrocos é testemunhada pela história.

No espaço de um ano, desde o sarau no paço de Machico, Colombo, em diálogo na casa do seu hospedeiro, João Esmeraldo, apresenta abertamente a sua pretensão de alcançar a Índia navegando para ocidente. No final, Guiomar vem ter com D. Rodrigo, acentuando o seu carácter romântico, e o seu ideal de amor imaginado em Machim e Ana d'Arfet: “Naquela noite em que te vi, acabando de cruzar o oceano, afrontando perigos, na busca de alguém a quem prenderas um pouco do teu afecto, logo eu senti materializado em ti o meu ideal, logo reconheci que a lenda de Ana e Machim, que nessa tarde relera, não era uma irrealisável e pueril ficção” (*FTD*, 1946: 90). A lenda de Machim motiva frequentes elogios entre os dois apaixonados, além de Guiomar ter premeditado que D. Rodrigo iria prestar um grande serviço à pátria portuguesa por terras do Islão. Estas confissões antecederam a entrada do piloto português Afonso Sanches que abençoa os dois amantes. Guiomar, pegando no mote da presença do marinheiro, acha que a sua história com D. Rodrigo terá, também, um João d'Amores.

A conversa entre os dois amantes revela que se correspondiam e deixa também antever o rapto de Guiomar que se passará na terceira parte do romance, no casamento de Colombo com Filipa Moniz: “Pungia-me, dantes, o abandono da terra em que nasci. Mas sinto, desde hoje, que tão de perto te revejo, que essa mágua será um brado estéril no meu peito. Seja onde fôr que me leve esta aventura, sempre encontrarei no teu olhar leal, nobre e terno, os reflexos do sol da minha pátria” (*FTD*, 1946: 92). Neste excerto, chamamos a atenção para a expressão final que descreve D. Rodrigo, tratando-se de mais um indício acerca da sua genealogia, que será revelada, posteriormente.

O rapto de Guiomar proporciona-se em plena vila de Machico. Perante uma situação difícil, Guiomar mostra-se perturbada, mas não recua perante o compromisso, porque tem o destino para cumprir: “Meu pobre pai! Que Deus vos ajude a suportar esta amargura. Cumpra-se o meu destino, concluiu a donzela num soluço, lançando um

último olhar para dentro do palanque. E, envolvida no manto que Ali lhe colocara sobre os ombros, com ele se dirigiu rapidamente para a praia” (*FTD*, 1946: 132).

A partir deste acontecimento, o cenário afasta-se das capitânias da ilha da Madeira. A primeira parte teve lugar em Machico, a segunda, no Funchal, e, a terceira, novamente em Machico. Mas após o rapto de Guiomar, a quarta parte passar-se-á no Norte de África, mais precisamente na praça de Safim.

Aparentemente, o leitor encontra a motivação do câmbio de cenário nas razões militares, o que historicamente se coaduna, mas há que continuar a narrativa. Sabemos, porém, do rapto de Guiomar, da passagem para Marrocos com Yahya ben-Tafut/D. Rodrigo, o moço que nasceu próximo de Safim, como também, se retrocedermos à primeira parte da narrativa, Manuel Noronha indicia o interesse da nobreza madeirense em participar na pugna pela praça de Marrocos, numa conversa com o seu pai, João Gonçalves da Câmara: “- Talvez mui breve saibamos bem de perto dessa vida da moirama. As coisas de Safim parecem longe de bom termo” (*FTD*, 1946: 32). Os indícios haviam sido lançados ao longo do romance e o palco passa para Safim, com o pretexto de auxiliar Diogo de Azambuja.

Após algumas diatribes que levam ao assassinato de Abd-er-Rahmão, estando Safim ameaçada pelos partidários deste, os portugueses, principalmente o capitão do Funchal, são convocados a prestar auxílio a Yahya ben-Tafut, o “mouro de paz” de D. Manuel I, que se encontra como responsável pela cidade. No entanto, há uma perturbadora revelação de Ali-ben-Uacima a Yahya ben-Tafut: João Gonçalves da Câmara é o seu verdadeiro pai, facto que abordaremos noutras linhas.

A quarta parte do romance desenrola-se quase sem a presença de Guiomar. Todavia, quando a batalha está praticamente ganha, a cavalaria madeirense, comandada por Manuel de Noronha, apresta-se a perseguir o exército mouro em campo aberto, descuidando a defesa de Safim. Nisto, aparece “o moço do Riff” (*FTD*, 1946: 186) que combateu no “Trágico e sangrento (...) último episódio do cerco de Safi” (*FTD*, 1946: 187), tendo sido mortalmente ferido.

Já na casa de Yahya ben-Tafut, os presentes repararam em símbolos cristãos e na palidez do anfitrião, o que indiciava algo de misterioso em relação àquele companheiro. Descobriu-se ser “Uma mulher!” (*FTD*, 1946: 188), reconhecida, de imediato, por Simão da Câmara: “Guiomar!” (*FTD*, 1946: 188).

Tal como o leitor, nesta fase, “Simão queria ligar os factos e interpretar o que via e estava ouvindo, mas o fio das ideias escapava-se-lhe, insistentemente, no momento em

que julgava que ia dele apoderar-se” (*FTD*, 1946: 188), o que, momentos depois mudou completamente, após o reconhecimento de Manuel de Noronha em relação a Yahya aquando da noite do sarau de Machico: “- De aí vos conhecestes!... – E o passado surgiu, então, nítido, na sua memória, e compreendeu toda a última fase do complexo carácter daquela mulher que perdidamente amara e cujo coração por ele vibrara senão a brandas notas de um fraternal afecto” (*FTD*, 1946: 189).

O ciclo entre Guiomar e ben-Tafut encerra com a dama deitada no seu leito de morte a dirigir-se ao amado: “- A aventura que eu sonhara, realizou-se, Rodrigo... Tu foste o Machim da minha lenda. A tua pobre Ana só te pede o repouso nesta terra... que o teu braço duas vezes conquistou para Portugal” (*FTD*, 1946: 191). Mesmo na hora derradeira, Guiomar evoca o amor de ambos como responsável por ter tornado aquela cidade portuguesa: “nesta cidade que o nosso amor fez portuguesa” (*FTD*, 1946: 192).

Na pretensão de compreender o papel da filha de Tristão Teixeira como personagem principal, entendemos que o autor soube moldar a personagem aos intentos do romance, fazendo com que a história de Guiomar pudesse ser o fator de confluência das outras personagens inspiradas em personalidades históricas fortes e pouco moldáveis à imaginação do autor. Entre Guiomar e Yahya ben-Tafut existe o paralelo de haver poucos ou nenhuns registos. Do berbere, sabe-se que foi um xerife de paz na ocupação portuguesa das praças marroquinas, daí também ser, como personagem, extremamente moldável aos propósitos do romance. O mesmo já não podia suceder com Colombo ou Simão da Câmara, embora haja o período pouco conhecido do Almirante das Índias em solo madeirense.

A opção por Guiomar Teixeira e a sua caracterização romântica suportada pela adoção da lenda de Machim, o aproveitamento da situação de pirataria, que era uma realidade nos mares da Madeira, para a introdução de Yahya, são subterfúgios romanescos que permitiram a entrada das personagens fortes e os propósitos ideológicos pretendidos à luz dos inícios do século XX e da situação histórica vivida pela Madeira, à luz da celebração dos 400 anos da tomada de Safim com o auxílio madeirense.

Embora numa das notas finais, João dos Reis Gomes aborde a existência de Guiomar enquanto personalidade histórica, “A protagonista desta novela supõe-se filha do seu segundo casamento, [de Tristão das Damas] com D. Alda Mendes” (*FTD*, 1946: 202), a verdade é que os nobiliários da ilha não apresentam registo de Guiomar Teixeira como filha de Tristão Teixeira, 2º capitão de Machico:

Tristão Teixeira chamado das Damas por corteção, e bizarro foi o 2º capitão de Maxico, Casou 1ª vez com Guiomar de Lordêlo Dama de Excelente Senhora: Casou 2ª vez com Alda Mendes Irmã do Bispo da Guarda Capelão Mor e Prior de Sta. Cruz, deste 2º Matrimônio sem geração. Do 1º matrimônio teve: 1º Tristão Teixeira/2º Guterre Teixeira/3º Violante Teixeira/4º João Lourenço Teixeira²⁶⁷.

Também Henrique Henriques de Noronha corrobora a notícia citada do livro 2 da *Genealogia das Famílias Madeirenses*. Contudo, aponta apenas três filhos a Tristão Teixeira: Tristão Teixeira, Guterre Teixeira e Violante Teixeira, não considerando João Lourenço Teixeira²⁶⁸, tal como informa Gaspar Frutuoso em *As Saudades da Terra* (Frutuoso, 2007: 116). Guiomar não é referida, nas fontes consultadas, como filha do 2º capitão de Machico, o que vem reafirmar a pouca força histórica da personagem.

4.1.4. Colombo: personagem propulsora da diegese?

Tendo em conta a dimensão da personagem colombina que é atribuída por João dos Reis Gomes na “Razão da Obra”, parece-nos importante a exploração mítica e subsidiadora da ação deste tipo de personagem. O genovês²⁶⁹, que aporta à Madeira durante o século XV como funcionário de uma casa italiana de comercialização de açúcar, enquadra-se na tipologia de estrangeiros apontada por Rui Carita, acontecendo o mesmo com o seu patrono, João Esmeraldo²⁷⁰:

²⁶⁷ ARM, *Genealogia de Famílias Madeirenses*, livro 2, p. 32 v.

²⁶⁸ ARM, *Nobiliário Genealógico das famílias que passaram a viver à Ilha da Madeira, desde o tempo do seu descobrimento que foy no anno de 1420*, vol. 2, p. 232.

²⁶⁹ João Cabral do Nascimento, num artigo publicado no *Diário de Notícias*, 24-6-1928, p. 1, “O Hóspede de João Esmeraldo”, aborda a questão da veracidade da estada de Cristóvão Colombo na Madeira, considerando-a falsa. Baseia-se, para tal, em relatos de diversos estudiosos, concluindo que o Cristóvão Colombo que passou pela Madeira e foi hóspede de João Esmeraldo era um mercador genovês, confundido com o descobridor da América: “Já que não albergámos no nosso seio o homem que desvendou o novo continente, fique-nos a consolação de termos guardado a prole do genovês embarcadizo, que uma confusão de nomes trouxe também á celebridade.” Os argumentos de João Cabral do Nascimento também se estendem aos nobiliários: “Até aqui não se meteu êle ainda na pele do descobridor, nem vice-versa. Mas o casamento do navegador com Filipa Moniz ajuda mais tarde a confusão. Esta Filipa Moniz não era madeirense nem filha de Bartolomeu Perestrelo. Concordamos absolutamente, neste ponto, com o que diz o sr. Pestana Junior. Não se compreende que os nobiliários omitissem um enlace de tanta sensação. Quanto ao genovês, ao hóspede de João Esmeraldo, teria casado no Funchal, e com quem? Diríamos que não e não nos importaria mais o assunto, se não tivéssemos encontrado a existência de Colombos na Madeira, cento e sessenta anos depois.”

²⁷⁰ Estando na ilha sob a proteção do nobre flamengo João Esmeraldo, Cristóvão Colombo é um dos principais rostos de *A Filha de Tristão das Damas*. Nas duas edições em livro (1909 e 1946), a imagem da capa alude à casa de João Esmeraldo, o espaço em que, na ficção, Colombo se encontrava hospedado no Funchal. Também, um dos excertos mais difundidos pelo *Heraldo da Madeira* e *Diário da Madeira* é o casamento do genovês com Filipa Moniz, episódio que acentua a vulgarização da História da Madeira, numa perspetiva extra-muros.

Nestes meados do século XV começa a Madeira a receber um novo surto de colonos, agora oriundos da pequena nobreza marginal europeia, se assim se pode dizer, bem como aventureiros vários, atraídos não só pela experiência de povoamento em curso, como também pela fama dos lucros do açúcar, que começou a correr na Europa. Homens de passado mais ou menos duvidoso, a que a sorte e a fortuna, nos seus lugares de origem, não tinham sido propícias, fixam-se na Madeira na esperança de melhores dias. (Carita, 2014a: 31)

João dos Reis Gomes alude, nos prefácios às duas edições (1909 e 1946), que a personagem Cristóvão Colombo fez com que a simples história que pretendia contar assumisse a condição de romance, colocando no genovês o peso do desenvolvimento da ação. Tratava-se, segundo o autor, de uma personalidade histórica demasiado grande para ser abordada numa simples narrativa, reconhecendo, inclusive, que é graças à presença do Almirante das Índias Ocidentais que *A Filha de Tristão das Damas* merece o olhar e a aceitação da crítica espanhola, pelo periódico *La Correspondencia de España*, pela crítica de Aznar Navarro.

Considerando que a primeira parte do romance opta pela caracterização do ambiente da nobreza madeirense e pela associação romântica de Guiomar Teixeira, no fim do sarau na casa de Machico, não deixa de surpreender a observação de um cavaleiro que tudo via e que detestava o capitão Tristão das Damas, por todo o vexame que o fizera passar, vendo no destino de Guiomar a ansiada vingança:

Um cavaleiro, que não perdera nem um gesto da cena referida, monologava por entre um sorriso irónico: “- Saboriarei o mel da vingança antes que surja no horizonte a doirada aurora dos meus sonhos. Não contaste, filho de Tristão da Ilha, com o Destino, o patrono de teu pai, o deus do aventureiro; e ele aí veio, talvez arrebatá-lo essa filha mais do teu orgulho que do teu afecto. Lança-lhe agora em rosto a sua humilde origem, aniquila-o com o teu poder e vexe-o com a antiga nobreza do teu sangue!...” Esse cavaleiro era o protegido de João Esmeraldo, o amado da filha de Perestrelo, o moço genovês Cristóvão Colombo (FTD, 1946: 54).

Com estas palavras, o narrador introduz a actância de Cristóvão Colombo, enquanto propulsor da ação, apresentando uma caracterização que irá marcar o papel de Colombo sobre o capitão de Machico: a ironia e o tempo futuro em que tal decorrerá.

Antes de abordarmos o papel de Colombo na segunda parte, devemos perceber a evolução do italiano desde o tempo do sarau de Machico até à conversa em casa de João

Esmeraldo. Colombo galanteava Guiomar Teixeira sem grande sucesso, porque a filha de Tristão das Damas augurava viver um amor romântico, embora Colombo fosse um elemento exótico propenso ao êxito no universo feminino. Preferia o casamento com Guiomar Teixeira do que com Filipa Moniz porque Tristão das Damas tinha mais prestígio de linhagem, influência e riqueza do que Bartolomeu Perestrelo. O casamento seria uma forma do genovês chegar até à Corte portuguesa e poder consubstanciar a D. João II o seu projeto expansionista, uma vez que os donatários da Madeira tinham uma posição privilegiada aos olhos do Rei.

Estava traçado aos olhos do leitor o principal objetivo do genovês: conseguir riqueza para alcançar a Índia navegando para ocidente. A favor da sua argumentação, Colombo exhibe a aprovação do seu projeto por Paolo Toscanelli²⁷¹, eminente geógrafo florentino, que se julga estar na base do empreendimento colombino.

Referindo-se ao papel das ilhas portuguesas, Alfredo Pinheiro Marques defende que a navegação para Ocidente foi tentada por portugueses que viviam na Madeira e obtiveram permissão real para realizar as suas empresas, o que pode ter sido um dos motivos para a Coroa portuguesa não ter dado importância ao projeto colombino (Colombo era praticamente desconhecido e a principal aposta real centrava-se na rota africana para encontrar o caminho para a Índia):

os Portugueses tinham indícios de terras a Ocidente, e consequentemente vários estrangeiros que com eles contactaram – como o genovês [sic] Paolo dal Pozzo Toscanelli – ou que vieram viver para Portugal – como o genovês Cristóvão Colombo ou o flamengo Fernão Dulmo, ou o alemão Martin Behaim – tiveram eles também conhecimento desses indícios, e tentaram apresentar e realizar os seus próprios projectos descobridores (às vezes eventualmente com um pouco mais de verniz de geografia livresca, cultural e ptolomaica, em relação ao que na mesma época – e mesmo já antes – propunham e faziam os empíricos navegadores portugueses das ilhas). (Marques, 1993: 139)

Quando a ação do romance se estabelece na casa de João Esmeraldo, as personagens intervenientes são João Esmeraldo, Cristóvão Colombo, Pedro Correia,

²⁷¹ Paolo dal Pozzo Toscanelli, matemático, geógrafo e astrónomo italiano, nasceu em Florença, em 1397, e faleceu na mesma cidade, em 1482. Terá influenciado, com as suas pesquisas, a aventura de Cristóvão Colombo na busca das Ilhas das Especiarias através do Ocidente. Toscanelli escreveu uma carta ao cônego Fernão Martins, em 1474, com o objetivo de apresentar a D. Afonso V o projeto de alcançar a Ásia, navegando para Ocidente. O monarca português, mais interessado nas campanhas no Norte de África, não correspondeu ao desejo do geógrafo italiano. No entanto, este não desistiu deste empreendimento e encontrou em Colombo alguém disposto a comprovar a sua tese.

João Gonçalves da Câmara, D. Rodrigo/Yahya ben-Tafut, Simão da Câmara, Guiomar Teixeira e Zara, desenrolando-se o episódio um ano depois do sarau em Machico, numa tarde de verão, e dar-nos-á um Colombo mais bem formado e apaixonado pelo seu projeto, além de estar cada vez mais decidido a avançar com o seu sonho: “- Tudo isso confirma a minha crença de que o caminho das Índias se fará mais rapidamente pelo Ocidente, insistia Colombo. A terra das especiarias encontra-se na direcção em que o sol caminha” (FTD, 1946: 59-60). Subtilmente, o narrador não perde a oportunidade de introduzir o papel dos portugueses no sonho de navegar para ocidente e, principalmente, o papel de laboratório prestado pela Madeira. A ideia de Colombo não seria original, mas poderia proporcionar-se como tal porque a Coroa nunca dera o devido apoio aos portugueses que perseguiram esse sonho²⁷².

Durante a inflamada conversa, o genovês defende a sua empresa, contando como prova com objetos recolhidos na praia do Porto Santo por Pedro Correia e que não encontram correspondência com os artefactos conhecidos dos europeus. Na profusão de argumentos a favor de alcançar o continente asiático através do Ocidente, é revelado que o livro favorito de Colombo é o *Imago Mundi* do cardeal d'Ailly²⁷³ e debate-se, também, o facto de ser estranho os portugueses não terem enveredado pelo ocidente, uma vez que Toscanelli, o grande inspirador de Colombo, já havia levantado esta questão ao rei de Portugal, só que a Coroa optou pela linha do Infante D. Henrique.

O outro segredo que se abre na casa de João Esmeraldo é o diálogo sobre Afonso Sanches, piloto português que conseguiu pouco créditos perante os de Machico, relevando novamente a pouca abertura da capitania de Tristão das Damas, mas que, segundo Pedro Correia, guarda um segredo que poderá ser uma grande revelação relevante para o projeto de Colombo.

Afonso Sanches, falando em modo de confissão, entrega ao genovês, como presente de núpcias, a anotação de novas terras no mapa que Colombo engendrara e

²⁷² Carlos Riley defende que “À medida que a Madeira, a partir da década de quarenta [do século XV], se torna o principal porto de escala das caravelas portuguesas que navegam para além do Bojador, os Açores, no torna-viagem da África negra, passam a ser englobados nessa elipse atlântica que, quanto mais progride para sul, mais se alarga para ocidente. Não admira, portanto, que vejamos homens da primeira e segunda ‘geração madeirense’ envolvidos no descobrimento e povoamento de algumas ilhas dos Açores, como são os casos de Diogo de Teive e Rui Gonçalves da Câmara. Ao mesmo tempo que se fecha assim a curva do primeiro Atlântico português, os arquipélagos da Madeira e dos Açores passam a funcionar como ponto de partida de algumas iniciativas privadas que irão abrir outras frentes da expansão oceânica. É que a Madeira, [...], revelou-se também como viveiro de argonautas que viriam a dilatar a fronteira atlântica na segunda metade do século XV” (Riley, 1998: 148).

²⁷³ Pierre d'Ailly, cardeal, teólogo, e astrónomo francês, nasceu em Compiègne, em 1350, e faleceu em Avinhão, em 1420. A sua obra-prima, *Imago Mundi*, antecipa os estudos de Copérnico acerca da rotação da Terra sobre o seu próprio eixo.

relembra que o futuro Almirante das Índias Ocidentais jurou entregar as novas terras ao rei de Portugal. Para Pedro Correia, é um precioso testamento: “- Precioso testamento! – exclamou Pedro Correia, examinando, enlevado, o pergaminho” (*FTD*, 1946: 99).

Entretanto, o genovês ausenta-se de casa para se encontrar com Filipa Moniz, pois estava em preparação o seu casamento. Quando Colombo regressa a casa, chega com um homem de tez morena, seguido de um homem quase negro, com alguma idade - julga-se que ben-Uacima. O jovem foi apresentado como o fidalgo castelhano D. Rodrigo. O relato do encontro entre D. Rodrigo e Guiomar Teixeira, dentro do episódio do encontro de Colombo com Filipa Moniz, despoleta em Simão Gonçalves da Câmara, que se encontrava na casa de João Esmeraldo, um ardente ciúme, que provoca uma acesa discussão com D. Rodrigo.

Cristóvão Colombo era o único que conhecia a verdadeira identidade do castelhano, sendo do seu interesse pessoal a ligação com D. Rodrigo. Como procurava influência na Corte portuguesa através de um casamento com uma das filhas dos donatários, Colombo percebeu que, embora João Gonçalves da Câmara fosse o mais influente perante o rei, as suas filhas enveredariam pela vida religiosa. Optou por cortejar Guiomar Teixeira, mas cedo reparou que o coração da filha de Tristão não seria seu, além de ter de carregar as afrontas do capitão de Machico que o desprezava por ser plebeu, não acreditava na esfericidade da Terra e ouvia do vigário de Machico “que as presunções de Colombo eram resultado de uma endemoninhada cegueira e que o seu fervor religioso era convencional e hipócrita” (*FTD*, 1946: 85). Por isso, pela humilhação de que fora alvo, era do interesse do genovês colaborar com as pretensões de D. Rodrigo e se vingar de Tristão Teixeira, facto desconhecido do fidalgo castelhano.

A segunda parte termina com Colombo a entregar-se a Filipa Moniz, dizendo-lhe que apenas a sua ambição é que o fez galantear Guiomar Teixeira e acrescenta que o capitão de Machico vai ter uma surpresa:

- Não; juro-te. Algum dia, talvez mui breve, te poderei provar com evidência o que nestas palavras te asseguro. Guiomar ama alguém, sabei-o, ambos, sob o maior sigilo, alguém que lhe corresponde com um afecto por igual ardente e apaixonado. Inda há pouco auxiliei os seus projectos de felicidade. Tristão Teixeira, no entanto, vai sofrer desta vez um rude golpe... (*FTD*, 1946: 101)

O casamento de Colombo realiza-se numa quinta-feira, Corpo de Deus, com um cortejo da igreja matriz de Machico até à Capela de São Roque. Foi uma cerimónia com

muita solenidade e brilhantismo. Houve o objetivo de demonstrar a ostentação das gentes de Machico perante os convidados. No entanto, o capitão de Machico desprezava, por tudo, a união celebrada por João Garcia entre o “mísero plebeu” Colombo e Filipa Moniz.

Finda a terceira parte, Cristóvão Colombo sai de cena, voltando apenas a ser lembrado por João Esmeraldo aquando da tomada de Safim, numa comparação entre as investidas mouriscas, de então, com a defesa de Arzila. Para que os mouros julgassem os cristãos em maior número, “apareceram no horizonte quatro caravelas que, de panos cheios, demandavam o porto” (FTD, 1946: 157), explicando João Esmeraldo que “Afinal, as quatro caravelas eram, nem mais nem menos, do que os navios que Colombo conduzia na sua quarta viagem às Índias e que, partidos de Cádiz, ali lançavam ferro quatro dias depois, antes dele lhes dar o rumo do seu destino” (FTD, 1946: 157). Acerca de Colombo, o fidalgo flamengo utiliza o advérbio “infelizmente” para classificar a recusa da Coroa portuguesa à generosa oferta do império das Índias Ocidentais.

Pelo exemplo, apercebemo-nos das reflexões do narrador sobre os referentes históricos, pensando-se que Portugal poderia ter um império maior se tivesse apoiado Colombo. A nosso ver, a opção por introduzir esta personagem no romance histórico é uma forma de, em termos de ideias, o narrador poder expressar a sua opinião depreciativa, no seu discurso ou através de outras personagens, sobre a atitude da pátria lusa com os seus mais valorosos heróis.

A primeira grande crítica transversal a todo o romance é a falta de visão dos governantes em relação ao projeto de atravessar o Atlântico em direção às “Índias”, pois todos os indícios colombinos e pré-colombinos apontavam para a existência de terras nessas latitudes, o que aumentaria o império português e o número de fiéis cristãos.

A segunda crítica é a falta de reconhecimento dos heróis pátrios, servindo para tal a comparação com Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral, nas palavras de D. João Henriques: “A descoberta da Índia oriental pelo Gama e a do Brasil por Álvares Cabral não são escurecidas pela audácia de Colombo: pois também esses foram, afinal, bem mal recompensados...” (FTD, 1946: 160-161), sendo colocado o busílis da questão, uma vez mais, no poder central: “Mas El-Rei D. Manuel parece ter esquecido os dois gigantes que tanto alargaram os seus domínios e hão-de ser o prestígio maior do seu reinado” (FTD, 1946: 161).

E a terceira crítica introduzida pela personagem do Almirante das Índias Ocidentais é a crítica social, pelo tratamento pouco abonatório que lhe é dirigido por

Tristão das Damas e respetiva corte, demonstrando que a sociedade era pouco aberta a novas ideias, e como é a sociedade que produz os seus governantes, daí o poder não compreender o que tem entre mãos, apesar de alguns espíritos rebeldes. Ora, este quadro crítico enquadra-se nas reivindicações madeirenses do início do século XX, pois é atacado o poder político pela sua sobranceira e falta de visão, sem o mínimo reconhecimento por aquilo que pode ser oferecido ao país, quando há uma valorização de uma das suas regiões pela atribuição de uma melhor e maior autonomia.

No que concerne às edições de 1946 e de 1962, pensamos que Colombo já não terá a importância crítica da edição de 1909, mas uma outra estratégia valorativa, em que o seu papel servirá para demonstrar que o Estado Novo dava importância às possessões fora da Europa e que eram valorizadas como parte do “Mundo Português”.

4.1.5. Simão e ben-Tafut: antagonistas e irmãos

Simão Gonçalves da Câmara e Yahya ben-Tafut assumem, durante quase todo o



Figura 3 – Em primeiro plano, Simão Gonçalves da Câmara. Fonte: MASF, MASF40_AFFD_0859.

romance, uma relação de antagonismo, por causa das escolhas amorosas de Guiomar Teixeira, uma vez que amam a mesma mulher. Ambos são personagens de uma conduta nobre, em que se valoriza a bravura, a coragem e a honestidade, sendo assim descritos pelo narrador e outros intervenientes. Contudo, o amor de Simão por Guiomar é uma estratégia narrativa para manter o 3º capitão do Funchal dentro da diegese, embora se saiba, pelo hipotexto da história e das fontes que o sustentam, que Simão auxiliou os portugueses em Safim.

O capitão do Funchal é uma personagem que necessita de ser construída ao longo da diegese, de modo a justificar uma linhagem valorosa e capaz de servir os intuitos ideológicos autonómicos, além de também ser uma ponte que oferece credibilidade à origem de Yahya ben-Tafut.

Uma das primeiras descrições que poderá indiciar uma relação genealógica entre Simão e Yahya é produzida pela escrava Zara: “- Porque não o amais, senhora? Que pecha encontrais em moço tão gentil? No corte das suas feições, até na maneira altiva de falar, ele me recordou o meu Yahya tão belo e tão leal” (*FTD*, 1946: 18). A isto, Guiomar responde que não ama Simão, mas que sente por ele um amor fraternal. Quanto a Yahya, os traços portugueses estão patentes na descrição do narrador: “O outro, de nome Yahya, tinha aspecto de um jovem árabe, uns vinte e quatro anos desabrochados ao sol do Magreb, de tez simplesmente trigueira, e cujos modos e atitudes tinham natural distinção. Todo o seu ar lembrava, (...), o tipo marcadamente moreno do Português do sul” (*FTD*, 1946: 42). Neste primeiro contacto, o leitor também fica a saber que Yahya fala castelhano, que vem à procura de uma irmã adotiva, que, apesar da repulsa pelos mouros, tudo deve a Ali-ben-Uacima, que nasceu perto de Safim, filho de um amo português e de uma cativa castelhana libertada por este.

A descrição de ambos é um elemento identificativo importante, pois julgamos estar perante personagens-espelho, ou seja, refletem qualidades idênticas no outro, apesar de podermos afirmar que Yahya se apresenta mais calmo do que Simão, o que pode contribuir o facto de ser o favorito de Guiomar.

Os indícios sobre a identidade de Yahya continuam a ser apresentados, sendo que à pergunta do 2º capitão do Funchal, “- E donde vindes?” (*FTD*, 1946: 51), o berbere respondeu que nasceu “próximo de Safim” (*FTD*, 1946: 52), o que fez com que João Gonçalves da Câmara cravasse “no jovem mouro um olhar molhado, mas de expressão indefinida” (*FTD*, 1946: 52). Por sua vez, o leitor poderá ligar este diálogo às primeiras considerações do donatário sobre Safim, que falara “com uma expressão indefinida que tanto podia ser doce como de amarga saudade” (*FTD*, 1946: 32), quando já tinham passado “mais de vinte anos” (*FTD*, 1946: 32) sobre a estada de João Gonçalves da Câmara naquela praça marroquina.

Entretanto, aquando da saída da suposta incursão pirata, sobressai o antagonismo de Simão com Yahya: “Simão Gonçalves, seguindo com vista perturbada o moço sarraceno até à escada, se agitara e movera os lábios pálidos como para proferir uma palavra que não chegou a articular-se. Qualquer coisa, na essência, desconhecida, mas pungente como o espinho do ciúme, se lhe veio cravar no coração” (*FTD*, 1946: 53).

Simão da Câmara, mesmo sabendo que era o preferido de Tristão das Damas para ficar com a sua filha, via escapar o sonhado casamento com Guiomar. O desejo de Tristão é muitas vezes contrariado pelos outros intervenientes, que não veem em

Guiomar alguém de se vergar às pretensões alheias, nem de se entregar à beatitude, o que poderá custar dissabores ao capitão de Machico, tal como observou o jovem Colombo, quando prenomina a vingança em relação ao donatário (*FTD*, 1946: 54).

Avançando na diegese, a segunda parte traz-nos um novo encontro entre Yahya e Simão, só que, desta vez, o mouro já era D. Rodrigo. Simão, que não era dado aos versos, mas sim à luta, “cujo espírito irrequieto, como o do pai na mocidade, se comprazia na miragem de combates e pelejas” (*FTD*, 1946: 69), ainda não tinha abandonado o combate por Guiomar Teixeira, pois, durante o casamento de Colombo, “sobre corcel ricamente engalanado, a sua figura de garboso cavaleiro, deveria receber da esquiva Guiomar o prémio da sua agilidade e destreza” (*FTD*, 1946: 70).

Em casa de João Esmeraldo, o segundo capítulo da segunda parte, intitulado “Dois Rivaís”, começa com o regresso de Colombo acompanhado de “um jovem de tez morena, trajando distinta mas despretenciosamente, seguido de um homem, quase negro, já entrado em anos” (*FTD*, 1946: 71), que foi apresentado como D. Rodrigo “um jovem afável e distinto, de olhar inteligente em que se demonstrava a franqueza e a decisão” (*FTD*, 1946: 71). No diálogo com João Gonçalves da Câmara, Colombo acrescenta que Guiomar acompanhara Filipa Moniz ao Funchal, nos preparativos do casamento e que D. Rodrigo havia causado “profundíssima impressão” (*FTD*, 1946: 72), pelo facto de a sua conversação não ser “de todo desagradável à tão exigente Guiomar” (*FTD*, 1946: 72).

Simão “empalideceu um pouco” com as palavras de Colombo e inicia-se o diálogo caloroso entre o filho de João Gonçalves da Câmara e D. Rodrigo, ambos pretendentes ao coração de Guiomar, em que o clímax da situação se dá quando o castelhano aponta ao funchalense: “Sois, de certo, valente, tendes coração e, porventura, grande engenho: mas não haveis empregado os vossos dotes a tempo e com medida na conquista em que vos empenhais” (*FTD*, 1946: 74). As palavras encerram um misto de provocação e de confirmação no que toca à relação de D. Rodrigo com Guiomar. Simão decide avançar para o duelo, mas o seu pai trava-o e Colombo acalma o amigo, pois há algo para acontecer durante o casamento do genovês: “- Comprometei-vos, indo tão ao adiante. Lembrai-vos que precisais de assistir às festas de Machico” (*FTD*, 1946: 75).

Desta parte do romance, fica na retina do leitor mais indícios sobre aquele castelhano, o do seu carácter não obedecer ao estereotipo dos castelhanos, “se levantara, olhando-o com um sorriso perfeitamente sossegado que desmentia, talvez, por algum factor de educação, ou assimilação de um character estranho, a fama de impulsivos que

têm os castelhanos” (*FTD*, 1946: 75), e o pensamento de João Gonçalves da Câmara que, desde o sarau de Machico, se insinuara sobre o seu próprio passado: “O capitão do Funchal que, desde o princípio, fixara atentamente D. Rodrigo, já havia exprimido a Pedro Correia e a Fr. Nuno a impressão que a sua presença lhe causara: um misto de afastada reminiscência com a lembrança, ainda que vaga, de algum encontro mais recente” (*FTD*, 1946: 75), logo complementado com “não lhe ser desconhecido o timbre daquela voz sossegadamente firme” (*FTD*, 1946: 75). Na despedida, o capitão do Funchal procurou “com os olhos D. Rodrigo. E dir-se-ia que o seu olhar molhado envolvera a fisionomia do mancebo numa onda de ternura paternal” (*FTD*, 1946: 77). O adjetivo “paternal” vem acossar ainda mais a curiosidade do leitor sobre a identidade de D. Rodrigo e qual a sua relação com o João Gonçalves da Câmara.

No casamento de Colombo, Simão voltou a insistir na sua bravura de cavaleiro para conquistar Guiomar, tendo ido pedir o seu voto no torneio que se iria realizar. Porém, a filha de Tristão apresentou-se lívida e com frieza perante Simão, que “Ia entrar nesta luta de agilidade e destreza, falho de todo o entusiasmo e energia, com o coração apertado e cheio de maus presságios” (*FTD*, 1946: 126). Quanto a D. Rodrigo, num breve diálogo com Colombo, fala das preocupações de Guiomar em relação aos seus e aborda, igualmente, a grande tarefa que o espera. Colombo, porém, avisa-o que deve passar despercebido até à concretização do plano. Entretanto, Guiomar foi raptada e levada para Safim, onde decorrerá a quarta parte do romance.

Reaparece a figura de Yahya, fiel a Ali-ben-Uacima. No plano de vingança deste em relação a Abd-er-Rahmão, Yahya, que seria o elo de ligação com os portugueses, aconselha solicitar a ajuda dos lusos que se encontravam no castelo de Mogador, o que não foi bem aceite pelos restantes mouros.

O plano precipitou-se e Ali-ben-Uacima, o “renegado, aliado dos cristãos” (*FTD*, 1946: 141), assassina Abd-er-Rahmão na mesquita de Safim, o que levantou logo tumultos e tornou a situação favorável às pretensões portuguesas, a tomada de Safim. Contando como aliado com Yahya ben-Tafut e embora o governo da cidade fosse de Ali-ben-Uacima, foi cumprido o vaticínio de Guiomar:

Tinha-se realizado o prognóstico da filha de Tristão Teixeira. Yahya ben-Tafut, por uma inteligente propaganda em favor do nome português, pelo prestígio das suas qualidades de carácter que lhe grangeavam, entre os menos fanáticos, grandes simpatias, estimulado pelo ódio que lhe merecia o raptor de Erkia e o violentador de sua mãe, ajudado pela desmoralização das

hostes imperiais e pelo execrável procedimento havido pelo tirano, conseguira preparar uma situação tão pouco favorável ao domínio mourisco, que ele só esperava um abalo interno, súbito e violento, para transformar o seu sonho numa acabada realidade” (FTD, 1946: 145)

Ao sucesso militar, sabemos que Yahya havia casado, sob a bênção de um padre franciscano, com “uma linda mulher, branca como uma deusa, cujo olhar azul logo banhara a velha castelhana de terno e filial afecto” (FTD, 1946: 147). No entanto, o desaparecimento de Guiomar não fora esclarecido. Alguns pensavam que se havia suicidado, outros, como é o caso de Simão, pensavam que o seu desaparecimento estava associado a D. Rodrigo.

Por esta altura, a jurisdição de Safim estava entregue a Nuno Fernandes de Athayde e a situação quezilenta com os mouros perdurou, até que estes reuniram um exército que, segundo o narrador, “montava, pelo que ficou na tradição histórica, a cem mil infantes e mais de cinco mil cavalos” (FTD, 1946: 150). O capitão Athayde preparava a defesa, com Yahya, e decidiu comunicar “ao donatário do Funchal a situação em que se encontrava; e, enviando um navio, desde logo, à ilha, rogava-lhe, encarecidamente e com a maior urgência, o seu valioso auxílio” (FTD, 1946: 151-152).

Simão Gonçalves da Câmara aprestou-se a ajudar o capitão Athayde e envia alguns navios sob o comando de Manuel de Noronha, enquanto “Ele ficara, ainda, organizando o grosso da famosa expedição” (FTD, 1946: 153). Simão procurou, na sua governação, auxiliar a defesa dos interesses portugueses, como é exemplo o socorro a Safim, em 1514²⁷⁴, sendo as suas ações reconhecidas por D. Manuel I²⁷⁵.

Com a intervenção madeirense, o interesse da narração volta-se novamente para o papel de Simão, destacando-se a sua bravura, “sobre um ginete, carregava uma turba de infieis, era de certo o mais brilhante e ousado cavaleiro de toda a cristandade” (FTD, 1946: 166), e falando-se do seu consolado à frente do Funchal, da realização das grandes obras, da elevação a cidade e da embaixada ao Papa. Simão fazia jus ao seu

²⁷⁴ ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte II, mç. 46, n.º 53, ?-?-1514 Socorro enviado por Simão Gonçalves da Câmara, Capitão do Funchal, ilha da Madeira, a Safim, a pedido do Capitão Nuno Fernandes de Athaide.

²⁷⁵ ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte II, mç. 18, n.º 106, “Mandado de João Rodrigues de Parada, encarregado do pagamento das despesas da armada de socorro a Safim, para Salvador Gramaxo, recebedor do almoxarifado da Alfândega do Funchal, ilha da Madeira, pagar a Simão Gonçalves da Câmara, Capitão do Funchal, 4 arrobas por despesas com a referida armada”, 29-8-1509; *Corpo Cronológico*, Parte II, mç. 18, n.º 102, “Mandado de João Rodrigues de Parada, encarregado do pagamento das despesas da armada de socorro a Safim, para Salvador Gramaxo, recebedor da Alfândega do Funchal, ilha da Madeira, pagar a Afonso Álvares, mercador, 29 arrobas e 28 arráteis de açúcar por 4 moios e 23 alqueires de trigo que lhe foi tomado para a referida armada”, 23-8-1509.

cognome de “Magnífico”. Nesta fase, parece ter-se operado uma transformação em Simão da Câmara pela caracterização que lhe é atribuída. Antes, o terceiro donatário do Funchal era visto pelo seu ímpeto guerreiro, não descurando as suas outras qualidades de lealdade e honestidade. Agora, também era visto como um governante pleno das suas faculdades e do seu papel diferenciador que ajudou o Funchal a se tornar uma referência da Expansão Portuguesa no século XVI.

A batalha é precedida por um espaço e tempo de revelação. Numa conversa entre Ali-ben-Uacima e Yahya ben-Tafut, o velho mouro confessa que se sente com remorsos por ter permitido combater os da sua raça. Ali diz que, por egoísmo, nunca revelara a ben-Tafut a identidade do pai, mas que agora ia fazê-lo, deixando, antes da sua fuga, um retrato do progenitor de Yahya e um documento a provar que a propriedade onde vivia era dele. Ao ver o retrato, Yahya pensa que, afinal, chegou a conhecer o seu pai: “mas... não sei... tenho a impressão de que já vi este rosto. Ben-Uacima, que singular ideia: parece-me que conheci meu pai!...” (*FTD*, 1946: 176).

Chegada a hora do combate, Yahya e Simão não tiveram alternativa senão pelejar em conjunto: “Iam encontrar-se agora [...], colaborando no mesmo fim comum, dois antigos e, por certo, inesquecidos rivais: o ‘espanhol’ D. Rodrigo e o filho herdeiro de João Gonçalves da Câmara” (*FTD*, 1946: 168). Curioso o narrador apelidar os dois intervenientes com as suas condições sociais da altura em que nasceu tal rivalidade, referindo-se a um outro tempo. Pela descrição próxima das qualidades de ambos, o encontro apaziguador apenas seria possível no decorrer de uma batalha.

A peleja correu de feição aos portugueses, mostrando a valentia do capitão Athayde, Simão e Yahya, mas, a cavalaria madeirense resolveu perseguir um grupo de maometanos colocando em perigo a defesa da cidade. Simão resolve seguir os comandados pelo irmão Manuel de Noronha, mas Yahya avisa do perigo dessa atitude, tendo mesmo de voltar a socorrer os portugueses.

A vitória sorriu aos defensores de Safim, no entanto, o rifenho ajudante de Yahya foi mortalmente ferido, voltando à cidade moribundo. Perante o reconhecimento de ser Guiomar, uma outra revelação é feita, unindo Simão e Manuel de Noronha a Yahya ben-Tafut num profundo abraço: “- Tudo se explicou, Manuel. Abracemos o nosso irmão, talvez o que trouxe mais abundante em suas veias o sangue desse heróico português” (*FTD*, 1946: 190). Estava quebrado o antagonismo entre Simão e Yahya.

No “Epílogo”, o narrador acrescenta que Yahya, “este neto de Zargo” (*FTD*, 1946: 195), nunca esqueceu que Guiomar morrera às mãos dos mouros, e, por esse

motivo, combate os infiéis: “Nas suas contínuas correrias, ele era o anjo do extermínio, que passava intangível no seu furor sem tréguas, submetendo tribos e aniquilando exércitos, obrigando à vassalagem d’El-Rei de Portugal todos os povos, desde Safi a Azamor, e da costa a Marraquexe” (FTD, 1946: 194). Para enfatizar os feitos de Yahya, é com a sua morte às mãos dos infiéis que o domínio português em Marrocos começa a decair: “E para dar razão à superstição mourisca, com a sua morte coincidiu a perda do domínio português em quase toda costa do Magreb” (FTD, 1946: 195)²⁷⁶. Ou seja, o “Epílogo” vem enfatizar a apologia das qualidades madeirenses ao serviço da pátria, acentuando também a substância da luta autonómica.

As duas personagens masculinas que cortejam Guiomar Teixeira vêm operar na narrativa a valorização das qualidades madeirenses ao serviço da pátria. Por um lado, Yahya ben-Tafut e Simão da Câmara, ao serem reconhecidos como valorosos servidores da Coroa estão a evidenciar que a pátria apenas ganha com esse reconhecimento, dando também como exemplo para o arquipélago que a governação de Simão foi altamente positiva para Portugal, graças à espécie de “autonomia” que lhe era concedida, enquanto donatário. Por outro lado, o papel destas duas personagens encarna a figura do guerreiro que combate pelo engrandecimento de Portugal além-mar, pugnando pela extensão territorial e da fé, o que nos parece estar bem patente na edição de 1946.

4.1.6. A importância do espaço e do tempo

As categorias da narrativa tempo e espaço ganham uma importância determinante no desenvolvimento da ação em *A Filha de Tristão das Damas*, porque exercem determinismos no desenvolvimento da ação e na reflexão sobre os propósitos do romance, daí que nos mereça uma análise à parte.

Em *A Filha de Tristão das Damas* existe o claro objetivo de demonstrar a valentia da ação madeirense na tomada de Safim. João dos Reis Gomes utiliza um espaço de construção diegética que começa na capitania de Machico e termina em Safim, acontecendo o mesmo em relação ao tempo: o tempo e o espaço do 2º donatário

²⁷⁶ António Dias Farinha aponta o desaparecimento de Yahya ben-Tafut como um dos motivos que levou ao declinar do império português em Marrocos, juntamente com outros fatores: “O fugaz período que culmina a presença lusíada em Marrocos começou a declinar com o desastre de Mamora (1515), as mortes de Nuno Fernandes de Ataíde, capitão de Safim (1516) e de Yahya ben Tafut, alcaide dos mouros de paz de Duquela (1519), e o aparecimento dos xarifes sáidas na região de Suz. Trata-se de um período caracterizado por uma longa guerra de desgaste ao sul em que os xarifes, depois da conquista de Marraquexe (1524), se apresentam como campeões da fé muçulmana contra os cristãos invasores.” (Farinha, 1999: 35)

de Machico corresponderão ao caminho para o seu ocaso, paralelamente à ascensão de Simão da Câmara e de Colombo e terminam no tempo e no espaço da Expansão no Norte de África. Como isto pretendemos sugerir uma linha ao longo da história em que o espaço e o tempo da capitania de Machico, que simbolizam a Idade Média, passam a dar lugar ao espaço e ao tempo do Renascimento, com o brilho da capitania de Simão Gonçalves da Câmara, bem como ao espaço e tempo do império africano, simbolizado pela tomada de Safim.

Henrique Henriques de Noronha descreve da seguinte forma a ação madeirense em Safim e enfatiza a ação de Simão Gonçalves da Câmara, ao realçar a sua valentia, disponibilidade e bravura em relação ao compromisso com a Coroa, que é correspondido, também, pela ação de D. Manuel I:

Antes que o elle dissesse, o tinha ja escrito na mesma forma Damião de Goes, na Chronica del Rey D. Manoel; referindo o cerco da mesma Cidade, no anno de 1510., em que a governava Nuno Fernandes de Athayde; de quem diz: e com o mesmo recado despachou hum navio a Ilha da Madeyra, donde lhe acodio muita gente nobre; e lhe mandou a mulher de Simão Gonçalves da Camara capitam, e governador desta Ilha, por elle entam andar na corte hua grande companhia de soldados a sua custa, de que hia por capitam Emanoel de Noronha Irmão de Simão Gonçalves; o qual Gonçalves foi homem mui magnifico, e liberal, porque alem de suas grandezas, elle acodio sempre com muita gente, e navios a sua custa a todos rebates, a cercos que de seu tempo ouve nos lugares dafrica, assi no Castello Real, como no de Sancta Cruz, Aguz, Cafim, Azamor, Mazagão, Septa, Tanger, arzila, e Alcacer Ceguer, elle em pessoa ou seu filho Joam Gonçalves; ou quando não podião hir mandavam seus parentes, e amigos, no que despenderam muito de sua fazenda. E por acrescentar a seus louvores, posto que ja sera for ade seu lugar, e o ter passado por negligencia, direi aqui a honra que ganhou, e obrigaçam, que lhe a corva destes Reynos tem no Socorro que deu a safim em tempo de Diogo da Zambuja, porque escrevendolhe elle como tinha ganhada aquella Cidade, e que temia que os Mouros viessem sobre elle, e lha tomassem, lhe mandou logo trezentos homens, e apos estes foi elle em pessoa, com novecentos, e estreve trez mezes em Çafim com estes mil e duzentos homens a sua custa, nem se quis partir dalli ate a Cidade não ficar segura. Continua logo em descrever o dito sitio, e os postos que ocuparam na defença da Cidade os Cavalheyros naturaes desta Ilha, com as suas valerosas acções. (Noronha, 1996: 373)

Em relação a Colombo, a evolução do tempo e espaço operam a transformação do moço protegido por João Esmeraldo, durante o sarau em Machico, ao tempo e espaço do império descoberto pelo genovês.

Começamos por notar que as duas capitânicas da ilha da Madeira viviam momentos opostos no período temporal adotado por João dos Reis Gomes, em *A Filha de Tristão das Damas*. Ao passo que o Funchal chegava ao auge do seu poder económico, político, social e cultural, a capitania de Tristão Teixeira entrava num período de ocaso, em que Machico começa a perder importância económica, política, social e cultural. No romance, são apontadas algumas falhas que estão no cerne desse apagamento. Desde logo, o conservadorismo do seu capitão em relação aos costumes sociais, desprezando, por tudo, quem se propusesse ou pensasse ascender socialmente, sendo exemplo disso o tratamento em relação a Cristóvão Colombo. A nível económico, também ficamos a saber que o paço de Machico vive de empréstimos, sendo um dos seus credores o capitão João Gonçalves da Câmara. A nível sociocultural, a capitania de Tristão Teixeira é associada ainda às tradições medievais, revelando rigidez em relação aos ventos da Renascença e aos estrangeiros que chegam à ilha.

Neste sentido, somos levados a discordar de Thierry Santos e Leonor Coelho quando apontam que, no geral, falamos ainda de uma sociedade arreigada à Idade Medieval, porque, desde o início da obra, há uma preparação do leitor para a comparação entre as capitânicas do Funchal e de Machico, de modo a poder discernir o que tornou a primeira o principal ponto administrativo da Madeira, ilha e arquipélago. No capítulo quarto do romance, não existem referências de relevo a Machico e toda a engrenagem militar da intervenção madeirense é preparada pelo capitão Simão Gonçalves da Câmara, havendo mesmo uma alusão ao seu tempo de governação, à sua obra política e cultural, ao ser apresentado como um príncipe renascentista.

No consulado de Simão Gonçalves da Câmara, o Funchal é elevado a cidade, o bispado passa a arcebispado, deixando de estar dependente de Lisboa, é enviada uma embaixada ao Papa Leão X e são feitas grandes alterações infraestruturais no Funchal. Simão é apoiado pela Coroa, fruto dos seus préstimos nas praças do Norte de África: “Não fora em vão que o governador de Safi apelara para o socorro do heróico e cavalheiresco donatário do Funchal. Simão Gonçalves, o Magnífico, como o cognominava o povo pelo conjunto das suas qualidades de bravura, justiça, abnegação e liberalidade” (FTD, 1946: 153). Simão encarna a Idade de Ouro da Madeira e é, como tal, uma marca da sua identidade, edificada desde os tempos iniciais.

Politicamente, a capitania do Funchal é o espaço que interessa publicitar, o que, do ponto de vista literário, leva ao romance o espaço funchalense, na sua vertente cosmopolita e de importância para a nação, algo que, num paralelo com o início do

século XX, se poderia voltar a verificar, uma vez que continua a ser propósito de Lisboa a manutenção do império.

Machico é o espaço original da personagem principal e imaginada personagem de ligação do enredo, a filha de Tristão das Damas, e, com ela, temos o espaço da esperança para Colombo. O capitão do Funchal, João Gonçalves da Câmara, encomendara as filhas à vida monástica e o genovês via em Guiomar a oportunidade de financiamento para a sua empresa de alcançar o subcontinente indiano navegando para ocidente, precisando de um bom casamento e de alguém que exercesse influência na Corte, o que seria o caso do capitão de Machico. O espaço do clã Teixeira cinge-se à sua capitania, perdendo, aos poucos, influência no arquipélago:

A salientar nesta família [Teixeira]: - ao contrário do que sucedeu aos descendentes, por varonia, de João Gonçalves Zarco, os de Tristão fixaram-se na Madeira e aqui, sem favores da Corte, submeteram-se às contingências da vida social da ilha, identificados com o destino comum. Desde as esperanças dos primeiros tempos da capitania de Machico, eles acompanharam, no passar das gerações, e cada vez mais numerosos, o declínio e a humildade do que antes parecia grandeza. Por isso, Tristão surge no início da história madeirense, como um autêntico povoador, que, pelo sangue, faria bem toda a terra que lhe foi destinada – lançaria raízes genealógicas na distribuída ao seu companheiro do lado do Funchal. (Clode, 1952: 308)

No romance, o espaço do paço de Machico servirá para introduzir os elementos do enredo e dar a conhecer ao leitor indícios sobre a teia da diegese e, a exemplo do percurso familiar, ao longo de *A Filha de Tristão das Damas*, vai perdendo influência, até se apagar nos braços de Yahya ben-Tafut, irmão de Simão e símbolo do império português em Marrocos, o que, metaforicamente, pode simbolizar a não preparação da capitania de Machico para as novas orientações da política imperial portuguesa.

Tudo é posto em palco na casa de Tristão Teixeira. Contudo, Machico apresenta já uma confluência de diversos espaços. No sarau inicial, o Funchal, os estrangeiros e o Norte de África também se encontram presentes, indiciando importância a estes lugares. O enredo da história é cozinhado no sarau de Machico, através de indícios que nos remetem para outros espaços e tempos diegéticos.

O opulento paço da vila de Machico, pertença do capitão Tristão Teixeira, filho de Tristão Vaz e de D. Branca Teixeira era descrito como “uma casa de estilo gótico, erecta em frente da igreja principal. Para o lado da baía estendia-se um eirado amplo, a

que Tristão Teixeira fizera tomar forma de fortificação e onde mandara pôr duas bombardas” (FTD, 1946: 7). Todavia, a opulência desta capitania em muito se deve a empréstimos concedidos ao capitão, que, pelas suas diretrizes governativas, é o principal responsável pela situação de declínio em que se encontra o espaço de Machico. O facto é apresentado ao leitor pela comparação entre Tristão das Damas e João Gonçalves da Câmara, aquando do sarau do dia 24 de junho, dia de São João (o narrador aponta esta data e a do *Corpus Christi* como as da ocorrência dos famosos serões em Machico), em casa de Tristão das Damas.

A personagem que melhor parece caraterizar a desmedida do espaço e do tempo de Machico é o capitão Tristão Teixeira, de quem o narrador alvitra ser “um poeta-cortesão” (FTD, 1946: 8), e, para João Gonçalves da Câmara, capitão do Funchal, utiliza a expressão “guerreiro e poeta” (FTD, 1946: 8). São apresentados traços que distinguem ambas as personalidades e que se percebe estarem relacionados com a emancipação da capitania do Funchal em relação à capitania de Machico. Além disso, tanto Tristão das Damas como João Gonçalves da Câmara eram poetas pertencentes ao mesmo ciclo poético, o famoso “Ciclo Poético da Madeira”, com composições presentes no *Cancioneiro Geral*, de Garcia de Resende.

O 2º donatário de Machico e respetiva família são descritos com traços de nobreza medieval, ostentadores de riquezas e com divisão social bem assente na estrutura da sua pequena corte. Apreciam o estilo de vida cortesão, onde se cultiva o galanteio e a poesia, e, do mesmo modo, a vida social ligada a jogos e a torneios. A moralidade deste donatário foi posta em causa, por comportamentos inapropriados²⁷⁷.

A restante aristocracia é, igualmente, herdeira das tradições medievais, no entanto, a sua descrição é mais subtil em relação aos pormenores medievais porque o narrador parece caraterizar Tristão das Damas pela sua intransigência social, facto que se irá notar no seu julgamento em relação a Cristóvão Colombo, considerando-o um aventureiro sem estatuto para a sua filha Guiomar. Por exemplo, se compararmos em relação à nova geração, a de Simão Gonçalves, nota-se nesta personagem uma grande evolução social, embora nunca abandone o seu traço guerreiro.

²⁷⁷ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 32, fl. 103, 11-2-1496. Tristão das Damas é alvo de um processo na Corte, porque dormiu carnalmente, segundo algumas testemunhas inquiridas por Brás Afonso Correa, com as irmãs Guiomar Teixeira e Branca Teixeira e com Cecília Teixeira e Leonor. Contudo, acaba perdoado por D. Manuel I.

O flamengo João Esmeraldo, presente no sarau de 24 de junho, também caracteriza Tristão das Damas. Para o protetor de Colombo, o capitão de Machico era ambíguo, pois era cortês com os estranhos e rude com os de casa.

Podemos aferir que, na primeira parte, é notória a caracterização de Tristão das Damas como uma personalidade despótica, sem consentimento em relação à ascensão social e, no plano político, alguém ultrapassado em relação ao seu tempo, pois a sua postura é contrária à dos senhores da Renascença, sem visão em relação às artes (excluindo, obviamente, a poesia palaciana), aos grandes projetos expansionistas e à receção de estrangeiros. É alguém que tem grande facilidade em ganhar inimigos por ser intransigente, usando a humilhação perante os que não são do seu agrado, ou que não têm linhagem. Sob o consulado de Tristão das Damas, Machico é um espaço fechado à Expansão, contrariamente ao que sucede no Funchal.

Entretanto, chegou um homem mais velho, identificado como João Esmeraldo²⁷⁸, o comerciante flamengo que residia no Funchal, acompanhado por um homem mais novo, Cristóvão Colombo, genovês que chegara há pouco tempo à ilha.

Fica-se a saber que a sumptuosidade dos saraus na casa de Machico se deve aos empréstimos de João Gonçalves da Câmara a Tristão das Damas, o que é um primeiro sinal do declínio de Machico.

O espaço do Norte de África introduz-se na diegese, em primeiro lugar, pela personagem Zara, a dama de companhia de Guiomar, que é de ascendência nobre entre os mouros, tornando-se cativa por causa do ódio entre o seu pai e outro homem: “Guiomar tem por dama de companhia e confidente a moura cativa, Zara, uma bela e trágica personagem, símbolo de um amor quase incestuoso e vítima da fatalidade de ser árabe” (Santos e Coelho, 2016: 84). Zara também fala do seu amor por um homem que não era da sua raça e que encontra paralelo na história de Romeu e Julieta porque ao seu amado ligavam-se razões de ódio entre o seu pai e outro homem. Ficamos a saber da paixão de Simão por Guiomar, mas que esta apenas vê aquele como amigo e sem ligação ao amor. Zara compara os dotes de Simão da Câmara aos do seu amado Yahya ben-Tafut, achando-os muito parecidos. Guiomar, porém, apenas desejaria que Simão

²⁷⁸ João Esmeraldo é descrito por Henrique Henriques de Noronha como “Cavalheyro Flamengo, fidalgo da casa del Rey D. Manoel” (Noronha, 1996: 218). O fidalgo flamengo é um estrangeiro que conquistou uma posição de reconhecimento social na Madeira e na Corte.

fosse seu irmão. Simão também é tido como o guerreiro²⁷⁹ que afugenta as ameaças que pairam sobre as ilhas.

Num primeiro momento, Zara é a personagem que insinua a ligação entre os dois espaços da Expansão que são o cenário do romance: Madeira e Marrocos. O elo é conseguido pela tragicidade das histórias de amor. Primeiro, o mito fundador de Machim e Ana d'Arfet, depois, Zara e Yahya ben-Tafut e, por fim, a sugestão de um amor que entrará na vida de Guiomar, que não será obviamente Simão Gonçalves da Câmara. Em relação ao futuro donatário, a comparação efetuada por Zara não é inocente no desenrolar da história pois é uma indicação para o leitor sobre um dos desfechos de *A Filha de Tristão*. O inocente apontamento que assemelha Simão a Yahya ben-Tafut é um indício para a revelação de sangue feita no quarto capítulo. O outro indício bastante subtil que o narrador conduz ao leitor é quando João Gonçalves da Câmara revela interesse por ben-Tafut, querendo saber o lugar onde nasceu. O leitor começa a aperceber-se de que pode haver alguma relação entre estas duas personagens, situação que apenas será revelada mais tarde.

O segundo momento em que se introduz o espaço do Norte de África na pequena corte de Machico é quando há o aviso de piratas argelinos na baía de Machico, que não o são, mas sim um rei (Ali ben-Uacima) à procura da sua filha (Zara), que havia desaparecido há muito. No episódio que se sucede, ficamos a conhecer Yahya, que falava castelhano e que, apesar de ter sido criado por árabes, era filho de uma cativa castelhana e de um amo português. Zara, a prometida de Yahya, percebe que o seu enamorado se apaixonou por Guiomar, após o primeiro encontro entre ambos. A insinuação de que a diegese pode ser transportada para o espaço marroquino torna-se cada vez mais uma certeza perante o leitor.

Após o debate sobre os planos de navegação de Colombo, em casa de João Esmeraldo, é dada outra indicação da ascensão económica do Funchal: as principais famílias de Machico encontram-se na capitania de João Gonçalves da Câmara a fazer compras para o casamento de Colombo com Filipa Moniz. Na casa de João Esmeraldo, aparece um fidalgo castelhano, D. Rodrigo, cuja identidade verdadeira apenas é conhecida do capitão genovês. Colombo e D. Rodrigo revelam cumplicidade e

²⁷⁹ Na caracterização das personagens masculinas e femininas, há naturalmente distinções. Thierry Santos e Leonor Coelho traçam, em modos gerais, a principal característica, ressaltando a posição de Guiomar Teixeira: “Tal observação aponta para o facto de as mulheres da nobreza serem culturalmente superiores aos homens. A estes interessava mais negociar um bom casamento ou guerrear maometanos nas praças portuguesas de Marrocos. Todavia, Guiomar aspira ao arrebatamento amoroso, conforme o confidentiaria a Simão Gonçalves da Câmara um dos distintos pretendentes” (Santos e Coelho, 2016: 84).

planificam algo que terá influência na economia da narrativa, o rapto de Guiomar Teixeira durante o casamento de Colombo com Filipa Moniz.

Na introdução à casa de João Esmeraldo²⁸⁰, há um interessante apontamento do narrador que perspetiva uma pequena resenha sobre o edifício que, à data da escrita do romance, já se encontrava demolido pela edilidade funchalense em 1877, promovendo a narração para lá do tempo da diegese:

A casa de João Esmeraldo, na vila do Funchal, situada na rua que tomou o seu próprio nome, era uma construção gótica da segunda metade do século XV, cujo estilo se foi alterando por vários arranjos e algumas restaurações impostas pelo decorrer do tempo. Ultimamente, quando o grande prédio foi demolido, a diversidade dos estilos patenteava-se na grande porta ogival da Rua do Sabão, antiga Rua do Perú, e nas duas portas e bela janela bi-partida da fachada oriental do edifício, cuja data, gravada no capitel da coluna que sustentava os dois arcos circulares, de meio ponto, mostra bem ser a reedificação mais moderna, convisinha do alvorecer do século XVI.

O sumptuoso solar do rico flamengo compunha-se de dois vastos pavimentos, tendo ao alto um amplo eirado donde se avistava todo o porto. Abaixo do nível da rua estavam os grandes celeiros subterrâneos para onde se descia por escadas de basalto vivo, pedra de que era construído todo o edifício, excepção feita à guarnição das portas e janelas que eram dum basalto mais poroso, a “cantaria” madeirense, trabalhada certamente por artistas estrangeiros, provavelmente, de Flandres. (*FTD*, 1946: 57-58)

Passada a terceira parte da diegese, que se resume ao casamento de Colombo, novamente com a caracterização de um Machico medievo, o rapto de Guiomar por D. Rodrigo/Yahya ben-Tafut vem transportar, definitivamente, o espaço da história da ilha da Madeira para Marrocos, mais precisamente para a praça de Safim e o espaço da Expansão no Norte de África. Ou seja, o amor entre ben-Tafut e Guiomar é a justificação ficcional para uma mudança de cenário na quarta parte. A razão política, pactuada de igual modo pelo romance histórico, é o auxílio prestado pelo capitão Simão da Câmara à cidade marroquina e a demonstração do Funchal como importante praça de apoio às manobras da Coroa no Norte de África, porque, no tempo de D. Manuel I:

No Atlântico, foi escolhida a ilha da Madeira como centro encarregado de coordenar as acções no litoral marroquino. Nos anos seguintes, a política

²⁸⁰ Em relação a este espaço, que poderemos denominar o espaço da ciência, há alguma bibliografia da época sobre a casa, havendo, inclusive, dois textos intitulados “A Casa de Colombo”, publicados no *Heraldo da Madeira*, a 9 e 10 de abril de 1913.

insular de D. Manuel seria ainda mais ambiciosa e elevava o Funchal a sede episcopal com jurisdição sobre o império português (com exceção do Magrebe) e, quando foram criadas novas dioceses ultramarinas, foi elevada a arquidiocese, ficando as restantes como sufragâneas. A ilha da Madeira foi, nesta época, estreitamente associada às conquistas africanas e os seus capitães e habitantes deslocavam-se ali ao serviço do rei. (Farinha, 1998:129)

Situada no sul de Marrocos, Safim era uma peça fundamental para o domínio português da costa marroquina. Por esta altura, Abd-er-Rahmão, apoiado por Fez, voltara a Safim e era o governador da cidade. Esta personagem foi quem raptara Zara, ofendendo Ali-ben-Uacima, e violentara, de igual modo, a mãe de Yahya ben-Tafut. Os espaços da Expansão voltam a ligar-se. Seguindo o conselho de Yahya, Ali-ben-Uacima recorre à ajuda dos portugueses, que controlavam o castelo de Mogador, para pôr em marcha o plano de vingança contra Abd-er-Rahmão. Porém, os acontecimentos desenrolaram-se rapidamente e Abd-er-Rahmão foi morto na mesquita por Ali-ben-Uacima, sendo proclamado governador de Safim. Yahya ficou a governar a cidade enquanto ben-Uacima se deslocou a Lisboa com o intuito de informar D. Manuel I sobre o ocorrido. O rei entregou a questão a Diogo de Azambuja, que seria auxiliado por Garcia de Melo, capitão da esquadra do Estreito de Gibraltar.

Após alguma paz, os mouros pretendem reaver o espaço de Safim e reuniram tropas para combater os inimigos de Abd-er-Rahmão. Numa tarde de dezembro de 1510, uma grande legião de tropas marroquinas prepara-se para atacar a cidade. O capitão Athayde comunicara a Simão da Câmara, agora 3º capitão do Funchal, a situação de Safim e que precisava de ajuda, uma vez que os mouros eram em grande número. Do espaço do Funchal seguiu uma esquadra comandada por Manuel de Noronha, irmão de Simão da Câmara, enquanto este preparava uma expedição maior sob o seu comando. Noronha chegou na véspera de Natal. O narrador começa, estrategicamente, uma narração paralela sobre a conquista de Arzila, onde se destacou João Gonçalves da Câmara, e alude que Colombo, na sua quarta expedição às Índias Ocidentais, em 1502, fundeou a sua frota à frente da cidade de modo a que os mouros pensassem que os cristãos eram muitos. O momento é aproveitado pelo narrador para apresentar uma reflexão sobre a recusa de Portugal do império oferecido pelo genovês e o modo como foram mal recompensados os vultos máximos da expansão portuguesa: Gama e Cabral. Em compensação, o elogio à magnificência de Simão, o crescimento do

Funchal, a edificação da Sé e a oferta a Leão X, faz do capitão funchalense um verdadeiro príncipe da Renascença, tendo em conta o seu papel e ação.

O auxílio de Simão Gonçalves da Câmara a Diogo de Azambuja merece relevo pelo cronista madeirense Henrique Henriques de Noronha, por ser um capitão que fez com que a simbiose entre a Coroa e a ilha funcionasse, sendo uma das faces da ação de apoio às praças africanas:

E por acrescentar a seus louvores, posto que ja sera for ade seu lugar, e o ter passado por negligencia, direi aqui a honra que ganhou, e obrigaçam, que lhe a corva destes Reynos tem no Socorro que deu a safim em tempo de Diogo da Zambuja, porque escrevendolhe elle como tinha ganhada aquella Cidade, e que temia que os Mouros viessem sobre elle, e lha tomassem, lhe mandou logo trezentos homens, e apos estes foi elle em pessoa, com novecentos, e estreve trez mezes em Çafim com estes mil e duzentos homens a sua custa, nem se quis partir dalli ate a Cidade não ficar segura. Continua logo em descrever o dito sitio, e os postos que ocuparam na defença da Cidade os Cavalheyros naturaes desta Ilha, com as suas valerosas acções. (Noronha, 1996: 373)

Em Noronha, a ação do 3º capitão do Funchal é hiperbolizada com uma comparação com as esquadras de Xerxes, o que vem salientar a sua grandeza:

Ocazião houve em que o mesmo capitão, socorreu a Azamor com vinte hua embarcação; A Safim com treze, e a muitas com mais; e tão fornecidas sempre de valerosos soldados, e tão briozos Cavalheyros, que lhes levava nellas o socorro mais seguro, do que lhes poderião dar as memoraveis armadas de Xerxes. (Noronha, 1996: 374)

O tempo da história e o do romance histórico sofrem um grande hiato, entre o fim do terceiro capítulo e o quarto capítulo. As donatarias mudaram de capitão e o leitor é confrontado com um tempo novo com a transformação da maior parte das personagens. Neste tempo, apenas Yahya e Guiomar parecem existir como personagens ficcionais, enquanto as outras se aproximam ainda mais dos referentes históricos.

Na noite de Natal, as treze caravelas madeirenses, comandadas por Simão Gonçalves da Câmara, desembarcam em Safim, o que parecia ser um bom prenúncio. Joaquim Veríssimo Serrão descreve a intervenção portuguesa em Safim, com uma breve referência ao capitão do Funchal: “Duas semanas antes chegara a Safim, com uma frota de 2000 homens, Simão Gonçalves da Câmara que viera da ilha da Madeira” (Serrão,

1980: 22). Rui Carita, por sua vez, pormenoriza a intervenção madeirense, centrando-a no esforço de Simão para auxiliar os seus compatriotas e no reconhecimento que D. Manuel I demonstrou ao donatário:

Ao receber a informação, o donatário Simão Gonçalves logo fez expedir em 3 dias para Safim 300 homens, em 3 caravelas, e ele próprio se embarcou com mais 900 homens em 13 navios, à sua custa, levando bastantes mantimentos.

Ao desembarque da esquadra da Madeira, véspera de Natal de 1509, foi assegurada a posse da cidade, tomando obediência dos chefes mouros, quedando-se a ter tudo em bom seguro e limpando os arredores, numa incursão a 50 quilómetros ao interior, ali se demorando três meses, “*para dar calor e segurança*”.

Muito estimou D. Manuel este socorro, enviando uma carta de agradecimento para Safim, e no regresso, em Évora, fez-lhe as honras devidas, encomendando-lhe o auxílio, sempre generoso, que fizera às praças de África. (Carita, 1989b: 161)

Outra característica apresentada no espaço de Safim é o facto de ser um espaço e tempo de revelação e de confirmação, a revelação da verdadeira identidade de Yahya ben-Tafut, a revelação do paradeiro de Guiomar, a confirmação da tragicidade do amor de Guiomar e ben-Tafut, a exemplo do de Machim e de Ana d’Arfet, a confirmação da magnificência de Simão da Câmara e a confirmação da valentia de Yahya ben-Tafut, situação que encherá as páginas do “Epílogo”:

El mismo Gobernador tomaba parte muchas veces en estas excursiones, llegando á tal grado su arrojo, que hubo ocasión en que se presentó ante las puertas mismas de Marruecos al frente de un puñado de soldados. En estas expediciones le acompañaba Yahya ben-tafut, que, como inteligente y valeroso jefe que sustentaba un ejército de 200000 peones y 17000 caballos, hizo continuas correrías por tierra de moros, y consiguió que pagaran tributo al rey de Portugal casi todos los habitantes del campo desde Safí hasta Acimur, y desde la costa hasta las cercanías de la ciudad de Marruecos. Por fin murió, aunque traidoramente, á manos de los mismos moros en 1519, o en 1517 como escriben algunos. Desde la muerte de este valiente jefe, los portugueses decayeron tanto, que la historia no registra ya sino derrotas y abandono de las plazas que poseían en Marruecos. (Castellanos, 1898: 170-171)

Na verdade, após a grande batalha em que os portugueses conseguiram expulsar os mouros da cidade, apesar de terem caído no erro de os perseguir para campo aberto,

Safim assume a sua função de espaço de revelação, vindo a cumprir, no “Epílogo”, como testemunha Castellanos, o desígnio de alicerçar o domínio português em Marrocos. João dos Reis Gomes cõe definitivamente a função política do romance, ao acrescentar, no “Epílogo”, que é com o ocaso deste filho do 2º capitão do Funchal que Portugal perde a sua estratégia e ascensão sobre as praças marroquinas.

4.2. *O Anel do Imperador: Napoleão e a Madeira* (1934)

O Anel do Imperador (Napoleão e a Madeira) é um livro editado em 1934, em Lisboa, pela Livraria Clássica Editora. Inicialmente, tratou-se de um texto lido “na Classe de Letras [da Academia das Ciências] pelo sócio efectivo e antigo Ministro sr. Dr. Pedro Gois Pita”²⁸¹, tendo sido recomendada a sua publicação nas *Memórias da Academia*, facto que se concretizou em 1936²⁸².

Balizada, temporalmente, entre a ida de Napoleão Bonaparte para o exílio em Santa Helena e a passagem da missão Joinville que resgatará os restos mortais do Imperador dos Franceses, esta obra divide-se em quatro partes: “A caminho do exílio”, “O guerreiro e o homem”, “Amor sentimental”, e “O segredo de Bertrand”. Da primeira leitura, fica, para o leitor, o relato efabulado de Napoleão, entre as virtudes guerreiras e a desiludida vida sentimental, além da imagem de um líder respeitado e admirado por todos, se excetuarmos George Cockburn e Hudson Lowe.

Os três primeiros capítulos centram a sua ação na passagem da esquadra inglesa ao largo do Funchal, aquando da ida de Napoleão para Santa Helena. Daí resulta que, na primeira parte, Napoleão lamenta a sua situação quando recebe a visita do cônsul britânico na Madeira, o escocês Henry Gordon Veitch. Na segunda parte, pela figura de Veitch, após a visita a Napoleão, é recordada a vida guerreira, política e amorosa do Imperador, e, no terceiro capítulo, Napoleão recebe Isabel de S., sua admiradora, numa

²⁸¹ Periódico *Diário da Madeira*, 23-01-1934, p. 1, “Napoleão e a Madeira”. Em relação a Pedro Góis Pita, nascido no Funchal a 26 de maio de 1891, sabemos ter lido alguns dos textos de João dos Reis Gomes apresentados na Academia de Ciências de Lisboa, entre os quais, *O Anel do Imperador: Napoleão e a Madeira*, em 1934. Além da sua relação de naturalidade com a Madeira, é de registar que, em conjunto com Juvenal Henriques de Araújo e Frederico de Freitas, publicou a *Revista de Direito*, entre outubro de 1920 e maio de 1922. Também esteve integrado no Núcleo do Visconde da Ribeira Brava, um grupo de tertúlias do início do século XX. Como político pautou-se por uma faceta interventiva durante a Primeira República, chegando a ser ministro do comércio e trabalho, no governo de Ginestal Machado, em 1923. Foi um destacado militante e parlamentar do Partido Republicano Nacionalista, que mesmo após a extinção do partido pugnou pelos ideais nacionalistas. Foi deputado eleito pelas listas do arquipélago em 1919-1921 e 1921, e em 1922.

²⁸² “*O Anel do Imperador (Napoleão e a Madeira)*”, in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa – Classe de Letras*, Tomo I, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1936, p. 257-296.

ficcionada visita descrita como um idílico quadro amoroso. O quarto capítulo desenvolve-se na cidade do Funchal, durante o baile oferecido pelo cônsul francês na cidade, José Monteiro Teixeira, ao Príncipe de Joinville, Francisco Ferdinando de Orleães, que, numa viagem ao Brasil, fora resgatar os restos mortais de Bonaparte a Santa Helena. É neste capítulo que Henri-Gatien Bertrand entrega a Isabel de S. o anel do Imperador, segredo entre os dois intervenientes e o narrador e o leitor, dando origem à tradição popular sobre a relação entre Isabel e o imperador corso.

Não será um acaso que *O Anel do Imperador* tenha sido apresentado à Academia das Ciências no ano seguinte ao da chegada ao poder de António de Oliveira Salazar. Pensamos que, tal como observa Paulo Miguel Rodrigues, o contributo para a divulgação da História da Madeira opera, também, a difusão do culto do chefe e da ideologia do Estado Novo: “o espírito d’O Anel do Imperador também era, portanto, a exaltação do líder/chefe. Aliás, basta-nos ter presente as referências introdutórias feitas por Reis Gomes, salientando aqueles em que se baseara para construir a sua (nova) imagem de Napoleão” (Rodrigues, 2012: 95).

Trata-se da afirmação do líder perante o seu povo, vendo-o indiretamente pela personagem de Napoleão, como um chefe respeitado pelos seus e pelo inimigo, representado na figura conciliadora do cônsul Henry Gordon Veitch. António Ferro pensa este líder como “uma espécie de protótipo de estadista com autoridade política, desprendido das fraquezas e dos prazeres mundanos. Assim, a imagem de líder asceta, com vontade, programa e metodologia políticas, ficava desenhada e disponível na cultura política portuguesa” (Leal, 1994: 53)²⁸³.

Como em *A Filha de Tristão das Damas*, o prólogo da obra é elucidativo das pretensões de João dos Reis Gomes em relação a esta “memória romanceada”. A história é justificada pelo grande amor que o autor tem pela Madeira, e diz que se trata “dum casto idílio, duma mera tradição romântica” (AI, 1934: s/p), assente na passagem de Napoleão para o exílio em Santa Helena e a missão de Joinville que traria os restos mortais do Imperador para a França: “São êstes os pilares históricos de tão breve narrativa. Estão êles fixados já, na mais inquirida parte, no ‘Elucidário Madeirense’, pela pena culta e ágil do Padre Fernando Augusto da Silva, honesto investigador do passado da sua terra” (AI, 1934: s/p). A pretensão do autor é esclarecer a tradição

²⁸³ Ao encontro de Ernesto Castro Leal, a Revista *Visão*, 11-6-2020, p. 33, “António Ferro: O homem, os mitos e a verdade”, materializa que António Ferro, em 1932, pensa que “Ditador e povo devem confundir-se de tal forma que o povo se sinta ditador e o ditador se sinta povo”, o que transmite uma ideia de harmonia.

popular madeirense: “Mas, há mais, na documentação da trama que dá o fundo à historieta: uma tradição constante, embora descosida e incerta, contraditória, às vezes, nalguns leves episódios. Uní-la aos dois pontos fixos, esclarecê-la e firmá-la, dar-lhe lógica, corpo e vida, foi o alvo a que mirei” (AI, 1934: s/p). Porque a ficção deve preencher certas lacunas para as quais a história não chegava²⁸⁴.

Para que tal fosse possível, foi necessário operar funcionalidades narrativas, de modo a esclarecer o leitor sobre a figura central do texto: “Nos tópicos que deixo, adiante, da vida de Napoleão I, dilatei-me um pouco, é certo, sobre o vulto do guerreiro e até mesmo do soberano, sem que isso – que todos sabem – fôsse indispensável ao conto se, devéras, só de um conto se tratasse” (AI, 1934: s/p)²⁸⁵.

O autor assume Napoleão como “a figura central da obra” e confessa que “A entrevista histórica ao cônsul Veitch “pela nacionalidade de Veitch, pelo moral do cativo no momento do encontro, e pelo que chegou até nós, é verosimilmente, em espírito, a que compús e descrevo” (AI, 1934: s/p)²⁸⁶.

Passando para a efabulação da segunda visita a Napoleão, realizada por Henry Veitch e Isabel de S., o leitor é informado de que é aí que nasce o amor dentro do Northumberland, sendo Napoleão “objecto e agente desse amor nascido dentro da nau cárcere no dia, tão tormentoso, da sua arribada ao Funchal” (AI, 1934: s/p), gerando o idílio com a menina madeirense. Procura-se, na obra, desconstruir a “inconcussa dureza” (AI, 1934: s/p) de Napoleão. Assim, é usado o contraste entre a figura do guerreiro e do homem afetuoso que, possivelmente só tenha sido amado na Madeira, em

²⁸⁴ De acordo com Paulo Miguel Rodrigues, concebemos que *O Anel do Imperador* é, na verdade, construído entre as duas balizas históricas da passagem da missão britânica e da missão francesa pela Madeira, sendo que o tempo e o espaço narrativos entre ambas as passagens oferecerão ao romancista a oportunidade de mesclar referentes históricos com tradição oral: “A urdidura assenta, portanto, tanto em factos históricos e documentados, como numa tradição oral, ‘embora descosida e incerta, contraditória às vezes, nalguns episódios’, que então persistiam na literatura oral madeirense e de que hoje, aliás, ainda há memória. O que pretendeu Reis Gomes foi pegar em tudo isto, unir os (dois) pontos fixos (a efectiva passagem pelo Funchal das duas esquadras britânicas), esclarecer e firmar a história, ‘dar-lhe lógica, corpo e vida’” (Rodrigues, 2012: 87).

²⁸⁵ Passados 100 anos sobre a Batalha de Waterloo, no *Heraldo da Madeira*, 18-6-1915, p. 1, num artigo de Victor Batalha, fala-se desse acontecimento, que decidiu o fim de Napoleão Bonaparte. Num misto de admiração e alívio (“A queda do grande general francez causou em todo o globo a melhor a melhor e a mais nitida impressão. Foi um d’esses acontecimentos que ficam gravados nas paginas da historia em letras maiusculas e bem legiveis”), o texto expressa a dualidade de sentimentos em relação ao Imperador dos Franceses, sendo Napoleão visto exclusivamente como o político e chefe militar, algo que Reis Gomes não pretende no seu texto.

²⁸⁶ No prefácio ao livro de Paulo Miguel Rodrigues, *A Política e as Questões Militares na Madeira – o Período das Guerras Napoleónicas*, p. 15-19, António Ventura alude às diversas fontes que referem o episódio da passagem de Napoleão pela Madeira, destacando-se, *Mémorial de Sainte Hélène*, de Emmanuel de Las Cases, e *Napoléon a Bord du Northumberland*, de M. J. R. Glover, secretário de George Cockburn. Na nossa pesquisa demos primacia às fontes referidas por João dos Reis Gomes.

oposição com as figuras de Maria Walewska e de Josefina de Beauharnais. A ingenuidade de Napoleão é também comprovada pelas referências epistolográficas utilizadas no prólogo.

Dos companheiros de exílio de Napoleão, apenas Bertrand soube do enamoramento de Napoleão na Madeira, facto que escapou aos cronistas, mas não à tradição e ao domínio da lenda:

ligando-se a condições do momento e a factores ancestrais despertados no encontro, tão estranho, com a sua admiradora insulana, explicam, a meu vêr, todo o lance psíquico por que Napoleão passou, embora ficasse oculto à investigação dos cronistas. Lance que só Bertrand, suponho, veio a conhecer no exílio, - não tendo, por especiais reservas, alcançado voz bastante para sair da Madeira, mas que é fundamental, repito, na singela e curta história que apresento à Academia (AI, 1934: s/p).

A fuga ao olhar da historiografia é a oportunidade pela qual o romancista espera para criar o seu enredo, alicerçada na tradição popular. O Marechal Bertrand é a personagem que oferece o anel a Isabel de S., ele que fez parte da comitiva que se exilou com o Imperador, juntamente com Marchand, Montholon, Gourgaud e Las Cases: “citada no ‘Elucidário’, [Isabel de S.], e não identificada também, creio, por motivo análogo: é aquela dama a quem no baile do cônsul francês, em honra da expedição que vai até Santa Helena, o Marechal oferece o anel do Imperador, como se nos conta ali” (AI, 1934: s/p). Sobre Isabel de S., o autor escusa-se a tecer grandes comentários na sua ficcionalização da história, pois descendia por via paterna de uma família florentina (italiana, tal como Napoleão) e, no tempo da edição do romance, ainda existiam familiares na Madeira.

Por pretender ser um breve relato sobre uma tradição popular do Funchal, João dos Reis Gomes recolheu mais informação da tradição do que das fontes historiográficas. Na reportagem do *Diário da Madeira*, a principal intenção de João dos Reis Gomes foi que a tradição não se perdesse, segundo Pedro Góis Pitta, o que corrobora do prefácio da obra:

A tradição funchalense quer que o anel do Imperador haja baixado à sepultura com Sórora Maria, mas não falta quem afirme tê-lo visto anos depois num antiquário da Madeira.

- “Seja como fôr, o anel de Napoleão já não desaparece, porque J. Reis Gomes com o seu poder emotivo de novelista o salvou para sempre” - assim

se exprimiu o sr. Joaquim Leitão, quando, acabada a leitura, propôs que o trabalho de Reis Gomes fôsse publicado nas *Memórias da Academia*²⁸⁷.

O Anel do Imperador fixa uma tradição madeirense, afastando-se da escrita da história e aproximando-se da máxima garrettiana apresentada ao Conservatório Real: “reatando elos da lenda oral e imaginando, a suprir, os que, perdidos, faltam à unidade da tradição, escrevi êste trabalho que não pretendo seja história, sempre insisto, mas uma curta narração que apenas pelo diálogo e contôrno dalguns passos terá adquirido, talvez, uns certos ares de conto...” (AI, 1934: s/p). O autor procurou “livrar do esquecimento – absoluto dentro de anos – uma tradição simpática, de agudo interesse afectivo, e ainda não focada sob o aspecto em que a tomei” (AI, 1934: s/p). E não se coíbe de reforçar o papel da literatura em relação à psicologia:

Foi, para mim, tentadora: dum lado, um dos vultos históricos mais longamente estudados, menos nêste lance idílico; e, doutro, uma criança, quase, que da admiração pelo herói passa a um novo estado de alma – puro amôr sentimental – que muitos psicólogos negam, mas que ela mantém fiel, até à derradeira hora, no mais austero celibato e afastada do mundo por voluntária clausura (AI, 1934: s/p).

Sabendo que a tradição popular passaria, agora, a estar na memória cultural madeirense através da escrita, para a elaboração deste texto foram importantes as fontes documentais assinaladas no “Prefácio”: o verbete “Napoleão”, da autoria do Pe. Fernando Augusto da Silva, presente no *Elucidário Madeirense*, os livros de Lévy, Bainville, Frédéric Masson, e outros. Em relação ao verbete “Napoleão”, é descrita nesta entrada que uma das principais fontes da vida de Napoleão na ida para exílio é o *Diário de Bordo*, escrito pelo secretário de Cockburn, J. R. Glover, parecido com o texto elaborado pelo próprio capitão da esquadra britânica. Em relação à expressão “e outros”, não aponta uma relação direta com o *Mémorial de Sainte-Hélène*, de Emmanuel de Las Cases. Porém, *O Anel* revela ser o texto épico sobre Napoleão (AI, 1934: 104) uma das leituras permanentes na clausura de Isabel de S. (AI, 1934: 126), o que, pela omnisciência do narrador, nos parece pouco provável não ter sido uma das fontes principais de João dos Reis Gomes. Outro texto que pode estabelecer, de igual modo, uma relação com “e outros” é *Cartas sobre a Expedição a Santa Helena*, de

²⁸⁷ Periódico *Diário da Madeira*, 23-01-1934, p. 1, “Napoleão e a Madeira”.

Arthur Bertrand, apontado como leitura de Isabel de S., em especial a parte que se refere à exumação do corpo de Bonaparte²⁸⁸.

Se compararmos este prefácio ao de *O Cavaleiro de Santa Catarina*, cuja estrutura nos parece semelhante à de *O Anel do Imperador*, a curiosidade reside em que, aqui, o autor atribui um cariz popular à tradição do anel, e, na outra obra, a tradição de ligar Ladislau III a Henrique Alemão é atribuída às elites cultas, embora tenha sido veiculada por via popular.

4.2.1. Um tempo novo, novos atores

Oito anos após a Primeira Guerra Mundial, o clima de instabilidade política, que se veio a agudizar, em que Portugal participou, levou ao Golpe de 28 de maio de 1926, e na implantação da Ditadura Militar por Gomes da Costa. O novo regime foi visto como a solução para a instabilidade vivida e tinha como meta uma reorganização do Estado para fazer face à constante ameaça de bancarrota das finanças nacionais, um problema crónico, que se arrastava por mais de um século, após a independência do Brasil e o advento do Liberalismo.

No pós-guerra, as democracias começam a ter dificuldade em responder aos anseios das populações, o que favoreceu o aparecimento de ideologias extremistas e nacionalismos que permitiram o avançar das ditaduras. Além disso, a Europa ocidental encontrava-se perante a ameaça bolchevique, resultado da revolução russa de 1917. Do ponto de vista político, o caminho era bifurcado, ou era permitido o avanço bolchevique, ou optava-se por regimes inspirados nas posições extremistas de direita.

A instabilidade social e política provocada pela Primeira República acabou por resultar na necessidade de um pulso forte e, entre 1928 e 1932, é nomeado, para a pasta das Finanças, António de Oliveira Salazar, que exigiu condições para que pudesse operar uma solução financeira no Estado, de modo a estabilizar a situação e a ter rédea para a adoção de uma estabilidade política para o país.

Por conseguinte, durante o tempo de Ministro das Finanças, o Professor de Coimbra conseguiu amalgamar diferentes sensibilidades políticas, através da

²⁸⁸ Com base no que pesquisamos, parece-nos que o *Diário de Bordo*, de Richard Glover coincide, em muito, com o *Diário* do Capitão George Cockburn. Contudo, as referências de João dos Reis Gomes, para a elaboração literária do romance, baseiam-se, de acordo com a nossa pesquisa, nos livros apontados, e no “etc” no qual incluíremos o *Mémorial*, obra referida como de devoção para Isabel de S. Também ao lermos o *Mémorial*, e compararmos ao verbete do *Elucidário Madeirense*, são evidentes algumas expressões que estão presentes na obra de Emmanuel de Las Cases.

observação de estruturas sociais já existentes, copiando modelos e recorrendo-se de toda a influência católica sobre a população e das elites, que cedo perceberam que a propaganda anticlerical da Primeira República custaria a sua própria sobrevivência.

Os periódicos desta época caracterizam o clima político, centrando-se na crise francesa (uma democracia), nos episódios políticos na vizinha Espanha, na ascensão dos nacionalismos italiano e alemão, além da ameaça bolchevique. Em termos internos, há relevância de notícias relacionadas com a Igreja e com as organizações católicas que se sentem oprimidas pelo ambiente da Primeira República, procurando minar o funcionamento das instituições que a suportam. Ou seja, em termos políticos e divulgação ideológica - sublinhe-se, novamente, como uma das principais funções da imprensa -, tudo se conjuga para o fim da Primeira República. A nível da região, é constante o alerta para a crónica crise económica madeirense.

Da consulta do *Diário da Madeira*, entre finais dos anos 20 e princípios dos anos 30, ficamos com uma clara imagem da conjuntura económico-política regional, nacional e internacional. Não nos esquecendo da grave conjuntura provocada pelo *crash* da bolsa de Nova Iorque (24 de outubro de 1929) e que se repercutirá ao longo da década de 30, a situação de crise, que se adensa na segunda metade dos anos 20, é das maiores recorrências nos artigos publicados, falando-se da crise francesa²⁸⁹, da persistente crise na Madeira²⁹⁰, na desvalorização das moedas europeias²⁹¹, as manifestações do operariado nacional²⁹² e na crise da indústria nacional²⁹³ e internacional²⁹⁴.

Tudo conjugado, estamos perante uma situação que almeja uma solução interna para que o país possa ganhar a estabilidade necessária ao seu desenvolvimento e que o clima de constante crispação seja dominado e dissolvido. Esse anseio é traduzido em notícias de vários âmbitos: político, económico, artístico/cultural e religioso.

²⁸⁹ Periódico *Diário da Madeira*, 1-8-1926, p. 1.

²⁹⁰ Periódico *Diário da Madeira*, 14-8-1926, p. 2, “A crise madeirense – entrevista com o sr. Ramon Rodrigues, delegado do comercio do Funchal”. Aborda-se a crónica crise económica madeirense, que se aprofundou após 1924.

²⁹¹ Periódico *Diário da Madeira*, 1-10-1926, p. 1 “A depreciação do valor das moedas europeias I - a redução do poder de compra na Europa do pós-guerra”. Periódico *Diário da Madeira*, 2-10-1926, p. 1, “A depreciação do valor das moedas europeias II - a redução do poder de compra na Europa do pós-guerra”.

²⁹² Periódico *Diário da Madeira*, 26-10-1926, p. 1, “Assuntos Sociais – A questão operária”, em que se fala da questão das greves que têm travado a produção industrial, mas também necessidade dos operários pararem de lutar contra o capital.

²⁹³ Periódico *Diário da Madeira*, 27-11-1926, p. 1, “A situação das indústrias”, reportagem do *Diário de Notícias* de Lisboa sobre a situação preocupante da indústria nacional.

²⁹⁴ Periódico *Diário da Madeira*, 15-12-1931, p. 1, “O problema dos salários na Inglaterra”, artigo assinado por Álvaro Reis Gomes.

Os grupos católicos começam a inspirar-se na figura de um santo protetor que pudesse reunir em si a afirmação bélica e a vertente de cristianização: “Originário das representações mitológicas das sociedades sem escrita, o herói ligar-se-ia à idealização/personificação de acções exemplares com carácter sobrenatural ou semidivino, chegando até a definir uma ‘heroarquia’” (Leal, 1994: 80). De acordo com esta premissa, durante os anos 20, o Condestável D. Nuno Álvares Pereira, figura incontornável da independência nacional, é visto e edificado como o maior símbolo da portugalidade, reunindo o consenso do herói mítico representativo da pátria e dos valores que a tornaram grandiosa:

Aquela que nos parece mais pertinente para apreender o mito Nuno Álvares é a dominante emotiva, pois são as imagens ideais de santo e herói que fornecem os elementos essenciais ao padrão da moralidade. Nuno Álvares – (...) – veicula a categoria do mito moral, pois é proposta a contraposição entre o Bem (recristianização nacionalista) e o Mal (descristianização jacobina). (Leal, 1994: 82)

O culto de Nuno Álvares Pereira²⁹⁵ é também uma proposta defendida pelo Integralismo Lusitano que “em Novembro de 1919” apresenta “o culto do Beato Nuno, à imitação do culto francês nacional-catolicista de Joana d’Arc” (Cruz, 1982b: 146).

O poder político republicano, enfraquecido por várias vicissitudes entre as quais a da laicização, que não soube combater, viu-se perante o culto de uma figura “pura” da história portuguesa, de igual modo adotada pela Igreja. A Primeira República estava definitivamente ferida e augurava-se o seu fim:

O guerreiro santo Nuno Álvares foi sem dúvida a mais importante figura reconstruída no campo das contra-imagens culturais e políticas a opor à tradição laicizante do republicanismo jacobino. Católicos, monárquicos, republicanos e outros nacionalistas uniram-se em torno deste símbolo na resposta ao anticlericalismo dos “democráticos”. (Leal, 1994: 83)

A esta movimentação juntam-se outros factos, como é o caso da viagem bem-sucedida de Coutinho e Cabral pelo Atlântico, que veio fomentar o espírito pátrio de união nacional em torno da conceção mística da pátria, pelo guerreiro, o santo e o

²⁹⁵ O Santo Condestável é igualmente conhecido por São Nuno de Santa Maria e, a ele, é atribuído um dia nacional, o da data da vitória de Aljubarrota, 14 de agosto.

descobridor, começando a efetivar-se a queda da República, vista sem afinidade com estes princípios basilares da portugalidade:

Heróis também bem sucedidos [Coutinho e Cabral], portadores de uma vontade de vencer, com uma certa ideia da unidade da Pátria e do seu projecto, dir-se-ia que o ritualismo comemorativo em torno de Nuno Álvares e a apologética deste êxito da aeronáutica portuguesa recolocavam na vida nacional o ideário de um universalismo enraizado. Em ambos os casos – um, de revivamento da glória pretérita, outro, de exorbitação da glória presente –, pretendia-se criar uma disposição no escol dirigente para superar a *Crise*, conceito basilar na experiência portuguesa contemporânea. (Leal, 1994: 89)

A Cruzada Nacional Nun'Álvares reúne, entre 1918 e 1938, sob a sua bandeira, várias sensibilidades de cariz nacionalista e conservador que pretendem um novo rumo para o país. Carateriza-se por ter como presidente emérito, o Presidente da República, dando um desígnio nacional à organização e uma certa anuência perante os opositores. Muitas das figuras que se irão destacar no período político posterior à Primeira República são “cruzados”, entre eles, António de Oliveira Salazar, militante do Centro Católico Português²⁹⁶. Sobre a Cruzada podemos dizer que tem uma expressão nacional,

²⁹⁶ O Centro Católico Português era, na prática, o braço político da Igreja Católica Portuguesa, divulgando alguns dos princípios sobre os quais assentou o Estado Novo. O sentido da sua organização era camuflado e, apesar de não se denominar como um partido político e de ser de natureza apartidária, se lermos alguns dos seus princípios difundidos pela imprensa católica da época, ficamos elucidados em relação à influência que exerce sobre figuras conotadas com o futuro Estado Novo. Consultando a revista *A Esperança*, n.ºs 21 e 22, 25-12-1925, p. 337-339, percebemos os fundamentos do Centro Católico Português. A sua criação corresponde à “necessidade imperiosa dessa organização, no nosso país, demonstra-se de modo especial pela existência dum nefasto regalismo, que, desde os tempos de Pombal, tem sempre e mais ou menos ostensivamente imperado entre nós, nas relações da Igreja com o Estado, ocasionando, por vezes, duras e afrontosas provações à religião católica, como aconteceu com a implantação do constitucionalismo e ainda posteriormente, dando-se até a rutura de negociações com a Santa Sé e a formação dum lamentável scisma, que os próprios governos fomentaram e protegeram” (p. 337), justifica-se por o Centro Católico, uma organização católica no campo político, não ser “uma aparatosa inutilidade nos países que professam o catolicismo”, porque “os ensinamentos da Igreja, tão frequente e eloquentemente manifestados pela voz falada e escrita dos seus chefes supremos, (os pontífices romanos) e provam-no também as organizações políticas realizadas em algumas nações católicas, de que a Bélgica é um alto e salutar exemplo” (p. 337). Mas o Centro Católico Português, embora se abstenha “de manifestar a sua simpatia ou predilecção por qualquer sistema governativo” (p. 338), “abraça sem reservas esses princípios basilares da sua política, e ao mesmo tempo repudia a formação de quaisquer organismos partidários, que de modo algum se poderiam conciliar com a natureza íntima daqueles princípios” (p. 338). Para o Centro Católico, “Os católicos podem ser monárquicos, republicanos etc, ou indiferentes em matéria política, tendo apenas que acatar os poderes constituídos. O Centro Católico não lhes exige que abdicuem dos seus ideais políticos e até lhes permite a defesa desses ideais, quando ela não vá ferir os legítimos interesses da religião e sempre em harmonia com as formais declarações que sobre o assunto façam os seus chefes hierárquicos.” (p. 338), constituindo, por isso, “uma elite” (p. 338), onde se alistam “todos os que, em obediência a uma bem orientada disciplina, querem ser estrenuos defensores dos interesses e liberdades da Igreja. Essa disciplina exigir-lhes há que sacrifiquem algumas vezes as suas tendências políticas e partidárias em benefício da orientação seguida pelo Centro, que é a dos prelados e portanto da própria Igreja” (p. 338).

com representação nos diversos distritos, inclusive no do Funchal, onde é proeminente a figura do cónego Homem de Gouveia. Na análise do papel da Cruzada, as diretrizes da instituição confundem-se em muito com as preconizadas pelo poder salazarista, sendo mesmo uma inspiração para a formação da União Nacional, que, no seu início, foi o modo de Salazar reunir todas as correntes políticas que o apoiavam²⁹⁷.

A referência ao Integralismo Lusitano é também um ponto imperativo nesta época do século XX. Movimento que se apresenta como antirrepublicano e pronomárquico, é fundamentalmente no campo ideológico que se propõe influenciar a sociedade portuguesa. Tendo expressão nacional, chegou a ter na Madeira “uma Junta Regional” (Cruz, 1982b: 145) e adeptos com influência nos escóis locais, como são o caso de João Cabral do Nascimento (que posteriormente abandonou o movimento) e o Visconde do Porto da Cruz, que também escrevem no *Diário da Madeira*.

Após o abandono da sua atividade política, o Integralismo foi um importante difusor das ideias ditatoriais, que se vislumbravam igualmente na Europa Ocidental, com diversas das suas figuras a elogiarem Primo de Rivera e Benito Mussolini:

O integralismo desempenhou efectivamente um assinalável papel na preparação político-ideológica do terreno onde medrou o messianismo ditatorial. A sua força ideológica e respectiva influência nos meios políticos conservadores cresceram assim na razão directa do enfraquecimento da sua organização política, o que explicará que a sua penetração no salazarismo se processe quase exclusivamente em termos ideológicos e remeta hoje o interesse pelo seu estudo, enquanto raiz do regime do Estado Novo, para o domínio da teoria política. (Cruz, 1982b: 147)

Em relação a Reis Gomes, este período desperta, no nosso estudo, a curiosidade de serem frequentes, no *Diário da Madeira*, artigos e notícias sobre a situação espanhola, bem como sobre a situação italiana e outros artigos que expressam a falência da democracia francesa²⁹⁸ e o perigo bolchevique. Também em relação à vida do Major, na segunda metade dos anos 20 e até à primeira metade da década de 30, participa em excursões de diversa índole, à França, Suíça e Itália, à Espanha e à Alemanha, deixando, para cada, um relato de viagem, *Através da França, Suíça e Itália* (1929), *Três Capitais*

²⁹⁷ A Cruzada Nacional Nuno Álvares Pereira, sem ser um partido político, era “uma grande tentativa para erguer um movimento unificador das correntes nacionalistas portuguesas. Prolongando a sua existência entre 1918 e 1938, aí amadureceu um projecto ideológico, político e organizativo, antecipando para os anos 20 algumas características fundamentais do ‘Estado Novo’” (Leal, 1994: 125).

²⁹⁸ A grave crise financeira fez com que perigasse a democracia em França com propostas como a de Charles Maurras e a Action Française.

de Espanha: Burgos, Toledo e Sevilha (1931) e *Através da Alemanha* (1949), que, entre diferentes assuntos, chega a abordar as realidades políticas das terras por onde passa. Sobre a Itália, há um elogio denunciado à ditadura de Mussolini, com admiração pela ordem e pela apologia nacionalista do regime, havendo, de igual modo, no caso da Espanha, admiração pela sua rigidez e manutenção da ordem bem como da pureza espanhola. No que respeita à Alemanha, regista-se uma admiração pelo ressurgimento da nação germânica, após a derrota na Primeira Grande Guerra, sem saber o que adviria do deslumbramento alemão pelo Nacional Socialismo.

Perante um período político conturbado, quer a nível interno, quer a nível externo (além da política, estamos na época da Grande Depressão), e a solução de estabilidade oferecida por Salazar, e, em particular na Madeira, após as crispações revolucionárias do início dos anos 30, o romance histórico *O Anel do Imperador: Napoleão e a Madeira* é uma argumentação ideológica do líder virtuoso que vem refundar a nação, procurando, no entanto, não esquecer a vertente regionalista e contributiva para a divulgação da História da Madeira.

No *Diário da Madeira*, um jovem intelectual vem desenhando os primeiros passos da sua carreira jornalística, Horácio Bento de Gouveia. Torna-se responsável por um conjunto de entrevistas de relevo que têm por objetivo abordar temas que podem revolucionar a instabilidade da nação portuguesa, em resposta ao repto lançado por um artigo de Augusto Costa, intitulado “Problema Nacional – Apêlo aos intelectuais portugueses”²⁹⁹. Desse conjunto de entrevistas, Horácio Bento aborda as mais diferentes áreas, entre elas, claro, a literatura, a história e a filosofia³⁰⁰.

²⁹⁹ Periódico *Diário da Madeira*, 16-4-1926, p. 1, “Problema Nacional – Apêlo aos intelectuais portugueses”. Neste questionário, pretende-se que os intelectuais possam responder a quatro questões: “I – Sim ou não Portugal potencia de primeira grandeza na Renascença, guarda em si a vitalidade necessaria para manter no futuro, na nova Renascença que ha-de seguir-se á Idade Média que atravessamos, o lugar duma grande potencia? II – Sim ou não Portugal, sendo a terceira potencia colonial, tem todos os direitos a ser considerada uma grande potencia europeia? III – Sim ou não Portugal, amputado das suas colonias perderá toda a razão de ser como povo independente no concerto europeu? IV – Sim ou não o moral da nação pôde ser levantado por uma intensa propaganda, pelo jornal, pela revista e pelo livro, de forma a criar uma mentalidade colectiva capaz de impor aos políticos uma política de grandeza nacional.”. Só desta maneira poderá ser definido um rumo certo para a pátria. Na hipótese alternativa, qual o caminho a seguir? Eis os quatro quesitos que tomo a liberdade de submeter ao patriotismo dos intelectuais portugueses, neste momento decisivo para a vida nacional. O exame das suas respostas dará ocasião a que o nosso caminho se torne mais claro, melhor definido o nosso campo de acção, porque ficaremos sabendo quem é pela nação e quem é contra ela.”

³⁰⁰ Horácio Bento de Gouveia veio a realizar um conjunto de entrevistas em resposta ao apelo de Augusto Costa, de que damos como exemplo as seguintes: “Inquérito á vida intelectual IV”, entrevista ao reitor do liceu do Funchal, dr. Sá Oliveira, in *Diário da Madeira*, 12-7-1931, pp. 1-2; “Inquérito á vida intelectual V”, entrevista ao filólogo Rodrigo de Sá Nogueira, in *Diário da Madeira*, 19-7-1931, pp. 1 e 5; e, “Inquérito á vida intelectual VI”, entrevista à escritora Adelaide Felix, in *Diário da Madeira*, 26-7-1931, pp. 1 e 5. Além das entrevistas, alguns artigos de Horácio Bento de Gouveia reúnem interesse para o

Interessa definir o que é a literatura naquela época e Horácio Bento de Gouveia entrevista o Professor Catedrático Agostinho José Fortes³⁰¹, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa³⁰², da qual retemos que “A literatura portuguesa atravessa uma fase de decadência, resultante da falta de um forte sentimento de consciência nacional e dos pruridos de imitação de tudo que supomos bom no estrangeiro, abandonando, portanto, a fonte nacional”. Em relação ao romance, a opinião de Agostinho Fortes é de que “O romance português está apenas hoje representado por dois ou três nomes, destacando-se, entre êles, o de Manuel Ribeiro”, com falhas “na psicologia dos personagens, na vida intensa da acção quasi sempre artificiosa e adrede escolhida para propaganda de determinadas ideias, procurando mascarar a inópia dos grandes ideais com as maravilhas de um estilo brincado”. A poesia “caiu numa apática imitação de modelos já gastos na reprodução inconsciente e inadaptável do que se faz no estrangeiro e ainda porque, por morbidez estulta, deturpamos o verdadeiro sentimento”, embora ainda se destaquem “Silva Tavares, Teixeira de Pascoais e, sobre todos, Eugénio de Castro”. Já no que concerne ao teatro “continua num estado de miséria, apesar das tentativas generosas de alguns, como Ramada Curto. E compreende-se que assim seja, porque só pode haver teatro onde haja forte e intensa vida social e esta infelizmente falece entre nós.”

Comentando o regionalismo na literatura, defende que “o regionalismo não póde nem deve representar um cisma, porque isso seria a sua condenação, mas tão somente um contributo parcial para a constituição de uma literatura verdadeiramente nacional”, e Agostinho Fortes confessa-se esperançado num ressurgimento literário português porque “as gerações novas estão chamadas a desempenhar essa função” e crê que “A nítida compreensão da consciência colectiva, o architectar de novos ideais que mergulhando as suas raízes na tradição, [...], e uma forte educação que nos integre nos

contexto da época, como é o caso do que fala sobre D. Nuno Álvares Pereira, “14 de agosto de 1385 – Uma vida legendária”, in *Diário da Madeira*, 14-8-1931, p. 1, e de um artigo sobre Camilo Castelo Branco, “Camilo”, in *Diário da Madeira*, 13-9-1931, pp. 1-2, em que nos interessa o facto do jornalista Horácio Bento pensar que “Enquanto se falar e escrever a língua portuguesa, a obra de Camilo será um monumento de consulta para os estudiosos que pretendam conhecer bem o nosso idioma, do mesmo modo que o entrecho dos seus livros há-de sempre concitar os espíritos imaginosos e cálidos á procura de emoções afectivas”.

³⁰¹ Agostinho José Fortes (Mourão, 1869 - Lisboa, 1940) foi um Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tendo substituído Consiglieri Pedroso na regência da unidade curricular de História Geral. Formado em Letras, foi membro substituto do diretório do Partido Republicano Português e chefe de gabinete de Teófilo Braga. Esteve ligado à fundação do jornal *A Reforma Social*. Da sua ação política, é normalmente classificado como um republicano convicto que, em 1919, se filiou no Partido Socialista Português.

³⁰² Periódico *Diário da Madeira*, 4-8-1931, p. 1, “Inquérito à vida intelectual VII”.

meios estéticos do mundo sem perdermos a nossa característica, serão o cibo rádio que há-de restaurar a nossa literatura”.

À arte pela arte na literatura, Agostinho Fortes responde que “A arte tem de sêr objectiva para que possa fazer vibrar de emoção e é êste o grande destino da arte”, terminando com a forte afirmação de que “A Arte em si é o procurar consubstanciar e materializar a suprema beleza; mas a suprema beleza é o supremo bem e eis porque em minha opinião a Arte será o fulcro da moral futura.”

Ideologicamente, estas palavras assentam no propósito de um jornalista que tem vindo a destacar-se e que será o mentor da propaganda cultural de Salazar e da imagem virtuosa do próprio ditador: António Ferro. João dos Reis Gomes era um intelectual reconhecido, também propagandeado pela imprensa continental³⁰³, e, como tal, não é de estranhar que tenha sido convidado por António Ferro para fazer parte do elenco dos palestrantes no V Congresso Internacional da Crítica, um evento que procura visibilidade cultural para Portugal. Num artigo de Carlos Marinho Lopes³⁰⁴, é elogiado o papel de António Ferro para dar a conhecer ao mundo o que de melhor se faz em Portugal, considerando-se o convite a João dos Reis Gomes um ato de justiça, porque: “Tanto no livro como nos ponderados artigos publicados na imprensa diária, predomina sempre em Reis Gomes, como tendencia inevitavel, o espirito analista de assuntos de Arte e de Sciência e, por consequência, houve justo acêrto nessa decisão honrosa para a Madeira – Reis Gomes está muito bem no Congresso da Crítica.”

Quanto ao papel de António Ferro, é natural que o futuro Secretário da Propaganda Nacional, prevendo objetivos futuros, veja na função destes intelectuais, que se destacavam nas elites locais, meios ideais para a propagação da ideologia e da divulgação da figura virtuosa do líder político da nação: António de Oliveira Salazar. O Chefe do Governo não se caracterizava, em particular, pelo seu carisma, e sabia que divergia no agrado às diversas sensibilidades políticas, mas percebeu que poderia ser consensual através da alteração constitucional de 1933, que edificaria o Estado Novo:

Mais problemática é a sua obra como arquitecto institucional do Estado Novo, cuja “composição mestiça” – convergência de princípios

³⁰³ Periódico *Diário da Madeira*, 4-9-1930, p. 1-2, transcrição o artigo de Zacarias Cabral, “Reis Gomes: marechal das letras madeirenses”, saído em *O Povo*.

³⁰⁴ Periódico *Diário da Madeira*, 23-9-1931. A 1-10-1931, o *Diário da Madeira*, p. 1, retoma a participação de João dos Reis Gomes no V Congresso Internacional da Crítica, inserida no regresso do diretor à Madeira, após a estada na Alemanha por motivos de saúde, onde se submeteu “a um tratamento hidroterápico”.

nacionalistas, orgânicos, autoritários, contra-revolucionários, corporativos, e de princípios republicanos, capitalistas, e do personalismo democrático – não permitem à extrema-direita, pelo menos a de cariz fascista, identificar-se plenamente com a chefia de Salazar. Esta discrepância evidente entre a matriz filosófica de Salazar (universalista católico ou transpersonalista de cariz tomista) e o totalitarismo fascista é parcialmente sanada, contudo, pela indiscutível proeminência institucional do chefe de Governo sobre as formalidades da Constituição de 1933, a Assembleia Nacional e toda a estrutura corporativa do regime, (Marchi, 2012: 277)

Numa observação mais ampla, os anos 20 e 30 do século XX são marcados pelas crises políticas e financeiras³⁰⁵, com consequências marcantes, quer num plano, quer noutro. Por outras palavras, a falta de liquidez das democracias associada às vicissitudes advindas do Liberalismo³⁰⁶ levam as populações a quadros de insegurança que tornam possível o crescimento das tentativas extremistas de alcançar o poder, o que virá a suceder na Itália, Alemanha, Espanha e Portugal, dando-se a assunção de regimes ditatoriais de direita, e não deixando de haver uma forte onda nacionalista francesa, sob o espectro de Maurras. As populações acreditaram que entre a continuação das conquistas liberais democráticas e a manutenção da ordem e da eficácia, a segunda deveria prevalecer sob a alçada das elites e do líder da nação.

Assim, numa difusão ideológica de consenso e de uma nova esperança, a edição de *O Anel do Imperador: Napoleão e a Madeira* justifica-se pelo enaltecimento de um chefe que oferece a promessa de um novo país, mais forte e em cuja inteligência e intuição se deposita o futuro da pátria, sendo a figura escolhida, para este paralelismo, Napoleão Bonaparte, o Imperador dos Franceses.

³⁰⁵ Nos periódicos madeirenses regista-se a recorrência a notícias que abordam a crise francesa, a crise financeira na Madeira, a desvalorização das divisas nacionais, a indústria e questões relacionadas com novas sensibilidades políticas. De uma forma geral, é o panorama da Europa Ocidental que desaguará na emergência das ditaduras.

³⁰⁶ Periódico *Diário da Madeira*, 21-4-1926, p. 1, “As democracias criam as ditaduras”. O artigo de Vasco Mendonça aponta os princípios do Liberalismo como a razão para a queda das democracias republicanas, porque esses vícios foram mantidos: “Derrubam-se monarquias e erguem-se republicas e porque ambas se firmavam em principios democraticos e no parlamentarismo antinacional e desordeiro, a mesma infelicidade e mal estar interno subsistem ou antes aumentam porque a constituição base pouco se modifica e os mesmos principios denominados liberais e democraticos por que se regiam as monarquias e de que se adivinha a sua decadencia, mais se radicam e viciam com a mudança de régimen.” Na base da desagregação nacional, justifica-se a chegada dos ditadores: “É a própria democracia, com os seus erros e defeitos de origem, que cria os ditadores, os eleva e coloca em situação de predomínio. São atendidos e obedecidos porque o descalabro dos principios democraticos os justifica e os cria, desde o instante em que os principios liberais comecem a sêr uma mentira clara, desmascarada e perniciosa no reconhecimento geral dos países, que os aceitaram e abraçaram de boa fé.”

No panorama madeirense, a edição de *O Anel do Imperador* é um sinal evidente de aproximação ao líder da nova esperança nacional³⁰⁷, Salazar, após a Revolta da Madeira, em 1931³⁰⁸, e numa altura em que os ânimos continuavam exaltados devido às medidas tomadas pelo executivo em relação ao leite e aos cereais, além da conceção, em jeito de monopólio, da exploração da cana-de-açúcar à família Hinton (1934). De facto, o panorama económico madeirense refletia os pesados tempos dos governos após o golpe militar de 1926, em que as populações se sentiram afetadas pela asfixia das medidas económicas do governo, além de atravessarem as dificuldades criadas pela crise americana de finais dos anos 20.

Nas palavras do historiador Joaquim Veríssimo Serrão, entre a Revolta de 1931 e a Revolta do Leite, registou-se uma certa acalmia nas populações insulares, pois o governo virou atenções para as necessidades destas:

A ilha da Madeira, que voltara a conhecer uma acalmia social desde a revolução de 1931, passou por um novo período de agitação, sobretudo nos meios rurais, pela promulgação do diploma que regulava a distribuição e venda do leite. O Governo tivera em mente proteger a qualidade dos lacticínios, muitas vezes fabricados em condições de higiene rudimentares, além de os seus variados preços estabelecerem uma concorrência desfavorável ao bom nome do produto. Mas assim não o entenderam alguns pequenos grupos de produtores que criaram correntes de opinião favorável à eclosão de distúrbios em vários pontos da ilha. Além das perturbações de rua, houve repartições públicas invadidas e saqueadas, num verdadeiro clima de amotinação que se fez sentir nos dias 4 e 5 de Agosto de 1936. Tais foram as causas que deram origem aos tumultos que passaram a ser conhecidos, na ilha da Madeira, como “A Revolta do Leite”. (Serrão, 2008: 310)

³⁰⁷ Em 1931, como exemplo do clima de apologia em relação a esta nova política, voltada para a harmonia, o equilíbrio e o progresso, o periódico *A Informação*, 8-7-1931, p. 1, no artigo “A Nação e o Parlamento”, discorre sobre a situação portuguesa, incindindo sobre o desencanto com o parlamentarismo para justificar uma outra solução política para Portugal: “Os velhos partidos, que de novo aparecem, tentam, com habilidades tortuosas, apresentar um parlamento de vestais... /É impossível, porem, restaurar o que está fatalmente perdido./A reação nacional, depuradora e triunfante, que, em 1926, nos veio libertar da influencia corrosiva do parlamento, tem um significado profundo: o desejo duma nova construção política e social que, justa e harmoniosa, possua elementos de equilibrio e progresso”.

³⁰⁸ Periódico *Diário da Madeira*, 29-9-1931, p. 1-2, “Política portuguesa – A entrevista ao sr. General José Vicente de Freitas”. No texto transcrito da entrevista concedida pelo general madeirense ao jornal *O Século*, e apesar de todas as divergências que oporão Vicente de Freitas a Salazar, a opinião do general, então Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, é a de que deve haver um apaziguamento nos tumultos que se têm registado, referindo-se à Revolta da Madeira: “Daí o mal estar de hoje, criando ambientes revolucionarios e que tornou possível a ultima tentativa, felizmente e rapidamente reprimida pelo Exercito. É preciso sanear a atmosfera, urge acabar com o espirito revolucionario: para isso é indispensavel que todos os portugueses, sinceramente amantes da ordem e da República, se unam para que á desordem não suceda o caos”.

Segundo o historiador, não houve uma compreensão das pretensões do governo central, o que deve ter sido aproveitado pelas correntes regionalistas e autonomistas, ou de outra índole, jogando com a fragilidade dos madeirenses e o acumular de intenções, por parte de Lisboa, raramente cumpridas. A acalmia entre 1931 e 1936 foi o período certo para que João dos Reis Gomes publicasse uma obra que convida a uma nova visão sobre o período salazarista, sem, na verdade, podermos catalogar o autor como salazarista ou homem do regime.

4.2.2. A propaganda da figura do Chefe

O romance histórico *O Anel do Imperador* divide-se em quatro capítulos, “A caminho do exílio”, “O guerreiro e o homem”, “Amor sentimental” e “O segredo de Bertrand”. A ação até ao terceiro capítulo passa-se, cronologicamente, quando a armada inglesa, que leva Napoleão para Santa Helena, fundeou ao largo do Funchal, a 24 de agosto de 1815³⁰⁹. O segundo capítulo apresenta uma analepse em que permite recordar a vida militar e privada de Napoleão Bonaparte, baseada nos livros de história e bibliografia diversa, além da conversa com Veitch. O terceiro capítulo baseia-se na segunda visita cônsul britânico, em que se faz acompanhar da senhorita Isabel de S., devota admiradora de Bonaparte. O último capítulo é durante a festa dada pelo cônsul francês, no Funchal, em honra do Príncipe de Joinville, que iria resgatar os restos mortais de Napoleão, em Santa Helena.

A edificação de Salazar como chefe à imagem de Napoleão rege-se por duas vertentes significativas: o caráter bondoso e generoso do Imperador e o alerta em relação aos inimigos do chefe, que apesar das suas virtudes, são capazes das piores atrocidades contra Napoleão. Ora, a propaganda ideológica volta a ser feita de forma a perpetrar na população a ideia de Salazar como chefe imaculado³¹⁰.

³⁰⁹ No *Memorial de Sainte-Hélène*, de Emmanuel de Las Cases, o espaço da narrativa dedicado à passagem pela Madeira é compreendido entre 22 e 26 de agosto de 1815 (Las Cases, 1823: 148-149).

³¹⁰ João Abel de Freitas, “O Anel do Imperador”, in *Jornal Económico*, 21-08-2017, endereço eletrónico <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/o-anel-do-imperador-199221>, questiona o facto de João dos Reis Gomes não ter escrito sobre os desterrados da Revolta de 1931, porque, para o economista, faria mais sentido em vez da posição apontada como comodista: a exaltação de um herói nacionalista próprio dos tempos salazaristas. Do nosso ponto de vista, o julgamento de João Abel de Freitas é pouco fundamentado e incongruente, pois, apesar dos tempos revoltosos, o salazarismo apresenta-se em força, na imposição de uma nova ordem defendida pela maioria das elites e que, na Madeira, havia sido entendida pelos autonomistas como a solução política para o futuro.

A dominação da Revolta da Madeira, que não teve os apoios esperados no Continente Português nem na ilha, assunto que ultrapassa o âmbito desta investigação, foi a face visível de que o poder ditatorial viera para ficar³¹¹. Algo entendido pelos madeirenses, mas igualmente compreendido pelo governo central foi a necessidade de dar apoio a algumas pretensões da ilha de modo a evitar novos focos revoltosos. Deduzimos, também, que devido à Censura, instaurada constitucionalmente em 1933³¹², era extremamente difícil passar uma mensagem de sensibilidade relacionada com a Revolta da Madeira e até mesmo, pela dificuldade de assimilação dos leitores, com as recorrências do texto. Por outro lado, o tempo de 1934, num contexto nacional, tem mais motivos propagandísticos para com Salazar do que lembranças de conjunturas revoltosas³¹³. Outro pormenor que nos parece importante para a via de interpretação propagandística de Salazar é a apresentação da “memória romanceada” à Academia de Ciências de Lisboa, em que o escol académico é constituído, maioritariamente, por vultos afetos ao regime.

Da bibliografia de João dos Reis Gomes, *O Anel do Imperador* é uma das obras que esboça, de modo mais claro, uma inclinação política do autor, ao ser feita uma apologia do líder. Embora havendo um clima de revolta no arquipélago em relação às

³¹¹ Segundo Rui Carita, sem uma coordenação forte, o movimento militar de 1931 (4 de abril a 2 de maio) nunca chegaria a bom porto, o que a juntar-se à força consolidante da ditadura, votaria os revoltosos ao fracasso: “A vitória da Ditadura explica-se pelos escassos e insuficientes meios das forças revoltosas, pela sua deficiente articulação no terreno e pela indecisão dos seus comandantes nas horas decisivas da luta no Caniçal e Machico. Contudo, a principal razão para o seu fracasso foi o ter passado então o ‘tempo das revoluções’. Portugal estava anestesiado por tantas intentonas falhadas e a oposição dividida não parecia oferecer garantias de levar o país a qualquer bom termo” (Carita, 2017: 222).

³¹² A Censura funcionou desde a constituição da ditadura militar até ao fim do Estado Novo. Num primeiro momento, em 22 de junho de 1926, foi instituída como Comissão da Censura, passando, em 1933, a figurar na Constituição até 1974. Após o abandono de Salazar, em 1968, passou a designar-se como Comissão do Exame Prévio.

³¹³ Em 1934, além dos livros de entrevistas lançados por António Ferro e José Jobim, Salazar está determinado a aproveitar o panorama político nacional e internacional para consolidar o seu papel emergente como líder da nação. Perante acusações de manipulação de orçamentos e da própria figura do exilado Afonso Costa, associando uma das principais figuras da Primeira República “a uma geração envelhecida como a um passado cujos líderes haviam sido formados numa escola política baseada num raciocínio dedutivo e doutrinário. A esta geração contrapõe a sua” (Matos, 2010b: 62-63). Em relação aos ultras dos movimentos nazis e fascistas europeus, o Presidente do Conselho mantém-se cauteloso e distanciado (Matos, 2010b: 65) e combativo do perigo bolchevique. Quanto ao sindicalismo, “Em 1934, chegara a vez do operariado subir ao palanque nas cerimónias do Estado Novo. A recebê-lo estão estruturas, como os Sindicatos Nacionais, que o visam desligar quer dos movimentos afectos ao sindicalismo republicano quer do universo da luta de classes, das greves revolucionárias e da linguagem bélica que caracterizava os comunistas, os anarquistas e também os nacional-sindicalistas. (...). É assim neste entrecruzar de interesses e antagonismos em torno do operariado que dia 1 de Maio é vivido em 1934, em Portugal.” (Matos, 2010b: 36). Perante o exposto, Helena Matos entende que “Cada vez mais se perfilam dois mundos diante dos olhos dos Portugueses: o da ordem e do sacrifício, com regras tão nítidas e perenes quanto as linhas do perfil de Salazar gravadas numa das medalhas que cunha, este ano, a Casa da Moeda, ou na arquitectura desse utópico Estado corporativo desenhado por Salazar nesta sua conferência” (Matos, 2010b: 12).

medidas tomadas pelo governo central, o facto de este estar bem estruturado e com uma mensagem de esperança política fez com que as elites madeirenses percebessem não ser fecundo o clima de crispação reivindicativa, procurando alcançar alguns dos seus intentos através do diálogo. As revoltas também serviram para fazer perceber ao novo governo, liderado por Salazar, que era importante apaziguar o clima de discordância com algumas medidas que satisfizessem as pretensões dos madeirenses.

Tendo em conta este ponto de vista, podemos defender a obra de João dos Reis Gomes como a transmissão de um apaziguamento político necessário aos leitores, através da propaganda do chefe e da ideologia do Estado Novo. *O Anel do Imperador* mostra ao leitor a faceta integradora de João dos Reis Gomes, numa altura em que existe na Madeira focos de revolta (o período das revoltas culminará com a Revolta do Leite), mas que se percebem incipientes. A partir de meados de 30 e durante os anos 40, o Estado Novo cederá à ilha a construção de algumas infraestruturas próprias para o seu desenvolvimento, absorvendo na sua ideologia os principais incitadores da autonomia. O espírito que orientara os intelectuais que nos anos 20 defenderam a autonomia começou a ser abafado pelo deslumbramento com o golpe de 1926:

Na Madeira o movimento [regionalismo] colheu inúmeros adeptos e foi à sua sombra que a ilha viveu em princípios do século [XX] um momento de grande fulgor cultural e de combate político. Foi sob a epígrafe “Regionalismo” que Manuel Pestana Reis apresentou em Dezembro de 1922 aquele que é considerado o primeiro projecto de autonomia para a Madeira. Foi ainda sob a égide deste espírito que se apostou na divulgação e estudo da História, através da publicação do *Elucidário Madeirense* e outros mais estudos que ainda hoje continuam a merecer a atenção dos interessados. Nestes anos vinte surgiu também a ideia de um partido regional. Mas cedo todos estes ideais perderam vigor face ao deslumbramento do golpe militar de 1926. (Vieira, 2001: 145)

Ao que acrescentamos a intenção dos escóis madeirenses numa posição de apaziguamento, visível nas reacções à Revolta da Madeira, uma vez que findou com um golpe mal suportado contra Lisboa.

Em termos literários, a obra não se afasta do modelo romântico já utilizado em *Filha de Tristão das Damas*. Trata-se, todavia, de um romance com um corpo diegético mais pequeno do que o do primeiro romance histórico de João dos Reis Gomes.

No que toca à relação com os modelos românticos, contamos uma vez mais com um prefácio elucidativo dos propósitos literários do autor e, igualmente, sem uma

referência direta dos seus objetivos políticos e ideológicos. No entanto, se fizermos a contextualização das revoltas madeirenses e da propaganda ao papel de Salazar e do Estado Novo, o episódio das passagens de Napoleão e da esquadra de resgate do corpo do Imperador pela Madeira obedece, claramente, a um propósito político.

O epílogo, que identificamos com o final do quarto capítulo, inclui um período que expressa o pensamento político e ideológico que norteia a obra: “O povo da Madeira já não guardava reserva contra a memória do invasor da pátria: porque a ilha ficara ao abrigo do insulto das devastações francesas, e porque a corrente napoleónica, no momento, quase atingira todos, começando pelas pessoas principais da terra, educadas nos princípios liberais de França” (AI, 1934: 128). Na nossa interpretação, pensamos que o principal sentido do texto é o apaziguamento em relação ao ambiente de crispação com Lisboa, a aceitação por parte dos “principais”, ou seja, das elites autonomistas, agora, educadas na nova ideologia política. É, no nosso entender, este pequeno excerto que pronuncia a posição ponderada de Reis Gomes em relação aos novos ventos políticos, que, pelo seu cariz conservador e católico, assume a solução salazarista como o meio para a regeneração nacional e para a melhoria no arquipélago.

4.2.3. Uma visita histórica

A 23 de agosto de 1815 fundeava no Funchal a esquadra britânica composta pelo Northumberland, Havanna, Bucephalus, Ceylon e mais 6 brigues, que levariam o Imperador dos Franceses até Santa Helena. Na descrição, o narrador dá conta que a orla do porto se encontrava aglomerada de gente porque se dissera que a esquadra inglesa trazia a bordo Napoleão. Desde a véspera que se sentia na ilha o clima de Leste³¹⁴, havendo alguns navios dispersos pela ampla baía do Funchal. O povo associava as condições adversas que lhes queimava os campos à presença “dêsse moderno Átila que, a ferro e fogo, convulsionara a Europa” (AI, 1934: 31).

O que se passou, nessa altura, é que um inusitado vento forte de leste condicionou a vida na ilha, algo confirmado pelo cônsul britânico, aquando da visita ao Northumberland, segundo o testemunho de Emmanuel de Las Cases:

³¹⁴ Estado do clima caracterizado por uma subida da temperatura e uma saturação do ar, além de ser visível um céu acastanhado e algumas manchas vermelhas no horizonte. Este fenómeno deve-se à proximidade com o Norte de África, ficando a Madeira exposta aos ventos vindos do Saara.

La communication avec la terre devint très-difficile; cependant le consul anglais vint à bord: il nous dit que depuis nombre d'années l'on n'avait eu un temps pareil; toutes les vitres de la ville étaient brisées, on respirait à peine dans les rues, et la récolte de vin était perdue. (Las Cases, 1824a: 155)

Pela descrição, o Funchal sofreu alguma devastação, além dos setores mais produtivos da economia da ilha, como é o caso do vinho, terem sido afetados. Daí, a população identificar a passagem de Napoleão como a origem deste quadro adverso.

No que toca à interpretação, a afirmação da passagem de Napoleão poderá ter um entendimento com a situação que se passou com a Revolta da Madeira, pois o Átila que passara pela Madeira tem uma objetiva conotação com o, então, ministro das Finanças, António de Oliveira Salazar. O governo tomara medidas para enfrentar a crise e medidas monopolizadoras que fizeram com que a região agravasse, numa primeira estância, a deficitária situação económica.

Em contrapartida, no quarto capítulo, o apaziguamento é visível, porque com o passar dos anos, as ideias que no início pareceram catastróficas e de difícil aceitação foram contrariadas. A subtileza política de João dos Reis Gomes nos seus escritos não deixa de ser um traço em *O Anel do Imperador*, obra que nos parece marcadamente de divulgação ideológica.

Em relação ao estado do tempo, Las Cases acrescenta ainda que eram ventos terríveis do deserto africano:

Le vingt-deux nous eûmes connaissance de Madère, nous arrivâmes devant le port à la nuit. Deux bâtimens seuls furent envoyés au mouillage pour les besoins de l'escadre. Le vent était très fort, la mer fort grosse; l'Empereur s'en trouve gêné, et j'en fus fort malade. Il ventait coup de vent; l'air était excessivement chaud et comme charge de sable extrêmement fin: c'étaient ces vents terribles du désert d'Afrique qui en transportaient jusqu'à nous les émanations. Ce temps dura toute la journée du lendemain. (Las Cases: 1824a: 155)

Para “desconstruir a ‘inconcussa dureza’ de Napoleão”, referida no prólogo, a diegese evoca figuras que exercem um debate e um aprofundamento acerca do Imperador dos Franceses: Henry Veitch, George Cockburn, Isabel de S. e Bertrand. Interessa, sobretudo, o apaziguamento geral em relação a esta figura, pelas ações/pensamentos individuais destas personagens, procurando apresentar o lado mais humano de Napoleão e não as linhas pelas quais se cose a história. O discurso

historiográfico é um dos pontos controversos pelo que se guia a elaboração do discurso do romance histórico, justificado no terceiro capítulo com o seguinte: “Para que a História não dissesse que o soberano dominador da Europa era de índole a deixar-se dominar por uma mulher” (AI, 1934: 85). O romance é, assim, o discurso que continua a trazer ao leitor os pontos que a história não é capaz de analisar, na altura, vindo a reduzir o estudado às suas ações políticas e militares.

O cônsul britânico na Madeira, Henry Gordon Veitch, tinha por desejo visitar Napoleão e “obteve homens de confiança e barco que o levassem à nau onde êle vinha” (AI, 1934: 31). No entanto, Cockburn, o almirante da esquadra inglesa, não concordava com a visita, argumentava que Napoleão se encontrava de mau humor “até [com] os da própria comitiva, especialmente, dizia, depois da nau passar ante as Desertas” (AI, 1934: 31). As ordens do almirantado inglês eram que Napoleão não podia sair do Northumberland, nem falar com ninguém estranho à tripulação, o que o capitão procurava cumprir religiosamente. Contudo, Henry Veitch conseguiu contrariar essas ordens e chegou ao navio almirante com “caixas de precioso ‘Madeira’, o que tirou a Sir George os últimos escrúpulos” (AI, 1934: 32).

O referente histórico que representa a visita do cônsul britânico funciona como um pilar para a apologia das qualidades de Napoleão. Veitch encontra-se no navio como um confesso admirador, ao desejar “prestar homenagem a Sua Majestade Imperial” (AI, 1934: 33), o que revela as qualidades suficientes para um confronto com o almirante da esquadra, mostrando-se uma antítese do sarcástico Cockburn que “o feria [a Napoleão] como envenenada pua de aço” (AI, 1934: 36), sendo tratado como o “General Bonaparte” (AI, 1934: 33). A caracterização de Cockburn vem indiciando, por oposição, o virtuosismo de Napoleão. A admiração pelo cativo não era só de Veitch, estendia-se à tripulação que designava o lugar onde Napoleão se sentava na amurada como a “peça do Imperador” (AI, 1934: 33).

Em consequência do exposto, no início do romance temos em confronto duas personagens distintas: Henry Veitch e George Cockburn, o destruidor de Washington, durante a Guerra Anglo-Americana. A admiração de Veitch torna-se evidente desde o grande desejo que tem por conhecer Napoleão e, embora as ordens sejam para que ninguém estranho à tripulação possa realizar tal ato, a verdade é que a faceta diplomática do cônsul acabou por resolver esse problema.

Após a crispação entre Veitch e Cockburn, o diálogo com Napoleão é uma interessante conversa de admiração, em que o corso revela todo o seu elevado caráter

como homem de estado e que fez do respeito pelo inimigo uma das suas imagens, algo que não se assistiu à Inglaterra, depois da rendição.

Como visita, Veitch trouxe as suas oferendas, tendo virado um dos caixotes onde se lia “Malmsey – Madeira – 1712” (AI, 1934: 34)³¹⁵. O cônsul era também um reputado comerciante de vinho, no Funchal, confirmado no terceiro capítulo do romance: “Levaram ao almirante seis pipos do seu ‘Old Sercial – Madeira’, o néctar do séc. XVIII, mais estimado em Inglaterra” (AI, 1934: 79). Contudo, o escocês não se livrou de uma contundente queixa sobre a lealdade inglesa, porque os ingleses prometeram ao Imperador “uma hospitalidade generosa” (AI, 1934: 35).

Henry Veitch cumpre dois papéis essenciais nos dois primeiros capítulos do romance. É a figura que servirá para mostrar a nobreza de Napoleão e, em simultâneo, enfatizar a vitimização do francês. É através de Veitch que se compreende, na ficção, o processo de rendição do Imperador, bem como as faltas da Inglaterra perante a confiança que Napoleão depositou na lealdade inglesa, aquando da rendição, havendo até uma comparação com Temístocles, quando o corso se rendeu ao rei inglês, ao julgar tratar-se “do mais poderoso, do mais constante e do mais generoso” (AI, 1934: 35) dos seus inimigos. A imagem é a de um rendido que ingenuamente confiou na boa vontade do adversário, o que para o leitor favorece a simpatia com a imagem de Napoleão.

As premissas dispostas começam a traçar a Inglaterra como uma traidora da boa vontade e confiança do Imperador vencido o que é reforçado pelas posições do inglês Cockburn e do escocês Henry Veitch. Cockburn, que, aos olhos do leitor-modelo, assume um papel patético perante a elevação de Veitch e de Napoleão, continuava sarcástico, desdenhando do humanismo do Imperador, ao comparar ironicamente a Deserta com Santa Helena, como se domínio britânico no Atlântico Sul fosse o último império de Napoleão. As duas personagens anglo-saxónicas interpretam duas posições antagónicas, lembrando a compaixão do leitor por Napoleão. Um outro pormenor é que Cockburn é o oficial britânico que vê no Imperador o inimigo fidalgo da pátria, fruto do combate do exército britânico com as tropas francesas, ao passo que Veitch é o

³¹⁵ Em o *Mémorial*, de Las Cases, a ligação do Imperador à Madeira não se faz pela senhorita que conheceu no Funchal, de que não existe referência. Em Santa Helena, Las Cases revela que o Imperador é apreciador de Vinho Madeira. Na sua rotina diária, Napoleão é alguém que come muito pouco, mas que um copo de Madeira ou de champanhe é suficiente para recuperar a força: “L’Empereur mange très-irrégulièrement, en général fort peu. Il répète souvent qu’on peut souffrir de trop manger, jamais d’avoir mangé trop peu. Il est homme à rester vingt-quatre heures sans manger, seulement pour se donner de l’appétit le lendemain. Il boit bien moins encore; un seul verre de vin de Madère ou de Champagne suffit pour réveiller ses forces on lui donner de la gaîté” (Las Cases, 1824b: 13-14).

cônsul que diplomaticamente gere sensibilidades de diversos quadrantes e pela admiração e humildade é capaz de reter o que de bom o inimigo apresenta.

Mas apesar da diplomacia transmitida, Veitch não deixa de defender a posição britânica ao procurar apaziguar o pensamento de Napoleão. Relembra que a Inglaterra “foi a mais generosa” (AI, 1934: 37) das potências coligadas. Todavia, Napoleão contrapõe com ironia ao afirmar que a generosidade inglesa é feita de aparências e que o leva a uma “morte lenta, isolado dos meus e, sobretudo, de meu filho” (AI, 1934: 38).

As personagens Cockburn e Veitch permitem operar no leitor a passagem da glória inglesa para o Imperador dos Franceses, atribuindo ao vencedor um caráter vil. De Napoleão é transmitida a figura de nobreza do guerreiro, pois o ódio e o desprezo pelo Imperador da França que nobremente poupou aqueles que “viu rojados aos seus pés, humildes como lacaios, sabujos como rafeiros, prontos a todas as baixezas” (AI, 1934: 38), não são comparáveis à atitude inglesa. Porém, apesar de britânico, Napoleão reconhece Veitch como um “verdadeiro gentil-homem” (AI, 1934: 40).

Em relação ao tema da paz, algo sensível aos leitores e à conjuntura política dos anos 30, o romance insere o argumento de Veitch que afirma que a Inglaterra procurou a paz durante vinte anos, mas Napoleão ripostou com os seus atos concretos na busca desse estado de paz, tendo sido ele quem mais pugnou por essa situação.

Começando a falar das suas ações, o Imperador defende que, “Pela paz, me liguei com Alexandre; pela paz desposei uma Habsburgo” (AI, 1934: 40-41), mas acabou traído por ambos, porque o Czar foi comprado pelo ouro inglês e o Imperador austríaco sacrificou a própria filha ao casá-la com ele.

O Imperador dos Franceses continua a não ser abonatório ao referir-se aos soberanos da Rússia, da Áustria e da Prússia, personagens ligadas a outro entendimento político da História da Europa. Apelida de “bronco e selvagem” (AI, 1934: 42), o rei da Prússia, de “ébrio e parricida, venal incendiário de Moscovo” (AI, 1934: 42), o czar da Rússia, e “alcofá e tirano de sua filha” (AI, 1934: 42), o imperador da Áustria. Da Áustria, Napoleão também não esquece Neipperg e a traição de Maria Luíza. A panóplia de qualificações depreciativas a estes representantes da Europa pré-Revolução Francesa cria na mente do leitor a imagem de um líder diferente, que foi impedido por interesses diversos de trazer a paz ansiada pelos povos.

Contrariamente aos seus inimigos, Napoleão representa uma nova ordem política, ao construir a pulso o seu percurso político, por não ser fácil “um oficial de artilharia, pobre, sem nome ou valimento, adquirir no mundo um poder superior ao do

Rei Sol, ostentando, sagrado, a pesada coroa carlovíngia” (AI, 1934: 45), numa referência à coroação como Imperador dos Franceses, tornando-se o homem mais poderoso da Europa³¹⁶.

O quadro vem enfatizar ainda mais o papel de vítima a que se submete o Imperador, atingindo o clímax quando, explicando o que lhe acontecera, fala da cilada armada pela Grã-Bretanha para justificar o exílio em Santa Helena, uma vez que não estava seguro em Elba. Por detrás desta auréola incontornável de grande guerreiro, o desrespeito inglês é também mostrado em relação à França amada ao não lhe reconhecer o título de Imperador, “que não me pertence a mim mas à nação e à dinastia que fundei” (AI, 1934: 46), corroborado pelo espanto irónico e a mordacidade de relegá-lo para um deserto oceânico. Porém, aos ingleses escapa que em nada poderão alterar a memória “do meu nome” (AI, 1934: 46).

Ao terminar a conversa, o sempre inconveniente Cockburn trata de espreitar, carrancudo, e dizer umas palavras a Veitch. O cônsul apresentou então as despedidas e confirmou ao Imperador que enviaria de terra o que “Sua Majestade aprouvesse. O Imperador, sorridente, agradecia-lhe o favor da remessa dalguns livros e de uvas e vinho da Madeira” (AI, 1934: 47).

O primeiro capítulo incide particularmente na caracterização psicológica do derrotado, o que é espelhado no desejo íntimo não correspondido de, após a contemplação da Madeira, o Imperador desabafar que morreria feliz “se a Inglaterra, mais humana, lhe tivesse outorgado a Madeira como exílio” (AI, 1934: 48).

Enquanto Veitch tomava o barco que o levaria até ao Funchal, “Napoleão foi sentar-se na sua peça favorita, olhando a Ilha” (AI, 1934: 48). O final de capítulo concede ao leitor uma focalização sobre o pensamento de Bonaparte em relação à ilha e opera, perante a agonia do condenado, um extremar de compaixão por aquele homem que, naquele momento, não era mais do que um homem.

³¹⁶ A imagem da coroação de Napoleão e retratos que o representam com a coroa do império perdurará para a posteridade na memória dos povos, sendo uma referência indireta aos pintores François Gérard e Jean-Baptiste Isabey, que Isabel de S. tem no seu escritório. François Gérard (Roma, 4-5-1770/Paris, 11-1-1837) foi um pintor neoclássico francês que ficou ligado à família imperial por ter executado diversas pinturas sobre os seus membros. Jean-Baptiste Isabey (Nancy, 11-4-1767/Paris, 18-4-1855) foi um pintor francês que ficou famoso pela pintura do Congresso de Viena. O retrato de Napoleão em Malmaison é conhecido por julgar-se aproximar dos traços do Imperador.

4.2.4. A personagem-leitor Henry Veitch

A história ofereceu o referente histórico que é insuspeito para os propósitos da ficção. Ao utilizar a passagem de Napoleão pela Madeira, João dos Reis Gomes contorna a história através de um dos agentes do episódio, Henry Veitch. A diegese é preparada para que o segundo capítulo tenha como testemunha da narração o cônsul.

É sob Veitch que se começa a engendrar a analepse da vida passada de Napoleão, que justificará a simpatia do leitor pelo soberano encarcerado. O cônsul britânico era “um homem inteligente, instruído e curioso, lendo àvidamente os jornais ingleses e franceses; e, visitando Londres, com frequência, estava a par de quanto se dizia, ao tempo, sobre Napoleão” (AI, 1934: 49) e, assim, como “leitor” poderá refletir as considerações sobre o Imperador dos Franceses.

Sabemos, factualmente, que Henry Veitch foi o único residente na ilha a poder, oficialmente, visitar Napoleão. A isto, acrescenta-se a sua erudição e, a culminar, repare-se que Veitch construiu, na ilha, uma reputação lendária e misteriosa, pelo que é a testemunha ideal para o narrador. O escocês permite o uso da focalização externa e interna a partir do conhecimento da personagem de Napoleão. Tal como o Imperador dos Franceses, Veitch é também uma personagem do universo imaginário madeirense, que ainda hoje persiste na memória da população. O famoso comerciante de vinhos, nas palavras de Paulo Miguel Rodrigues, era um:

Homem de forte personalidade, [que] teve uma vida privada algo atribulada, a respeito da qual ainda hoje se especula. Para tal, muito terá contribuído o seu feitio austero e a circunstância de, a partir de certa altura, se ter afastado de reuniões e de festividades comunitárias. Tudo isto associado a um pensamento político moderado, que ideologicamente se pode inserir no quadro de um liberalismo conservador, mas exercido durante um período muito atribulado, que em Portugal se caracterizou por conflitos múltiplos e intensos, propenso a radicalismos. (Rodrigues, 2016: 236)

A conversa com Napoleão permitiu a Henry Veitch confirmar e amadurecer o seu conhecimento sobre o Imperador: “Veitch pasmava não só do talento militar, mas de todo o saber imenso de que êle dera raras provas como político, legista, administrador e homem de estado, intervindo em todos os campos da actividade francesa do seu tempo” (AI, 1934: 51). Isto era o que o cônsul sabia, “Mas o que não sabia o cônsul é que o instinto marcial do herói só mais tarde despertara, quando já satisfeita a sua sede de

leitura, assimilando com rara inteligência e fixando, com fenomenal memória, as obras de historiadores, poetas e filósofos” (AI, 1934: 51). Veitch torna-se, na verdade, o álibi do narrador e figura que institui credibilidade à diegese. Além da factualidade da visita a Napoleão e da especulação da conversa que permite a descrição do Imperador pelo narrador, mas com a ficcionalidade testemunhal de Veitch, é pela figura do cônsul que poderá ser preparada a segunda visita ao Northumberland.

Para a determinação do caráter de Napoleão, o narrador aponta a lenda sobre o seu nascimento, como aquela que produz uma ingénua explicação, mas que lhe confere uma auréola heroica: “Quais teriam sido, nêle, as condições determinantes? Deixemos à lenda a ingénua explicação do facto, pelo seu inesperado nascimento sobre um tapete antigo, ostentando certa alegoria heróica” (AI, 1934: 54). O jovem corso era um predestinado a comandar e, acima de tudo, a ter mão nos períodos de agitação, pois “sôbre o temperamento do filho na vida intra-uterina. Napoleão foi gerado num período de agitação, na Córsega, entre cavalgadas nocturnas, alternativas de triunfo e de derrota, em que, com o marido Letícia tomou parte ‘sentindo o filho mover-se-lhe furiosamente nas entranhas’” (AI, 1934: 55). Contudo, Henry Veitch desconhecia muito do que era Napoleão e, no regresso a terra, a conversa no Northumberland exerceu sobre o cônsul um momento de reflexão que prepara a segunda visita à esquadra inglesa: “Em muitas destas coisas – que não desconhecidas, ao tempo – vinha Henry Veitch pensando ao dirigir-se para terra, ferindo-o, sobretudo, a amargura do vencido ao lembrar-se do abandono da espôsa – a dúplici Maria Luísa – e do sequestramento do filho educado no ódio ao pai.” (AI, 1934: 59).

Henry Veitch, por um lado, tinha a reflexão sobre a conversa como um argumento para uma segunda visita, além dos pedidos do Imperador. Faltava com quem se aconselhar sobre o assunto, o que veio a acontecer após encontrar o seu amigo Joaquim Nunes de Azevedo, que, nem de propósito, propôs a Veitch uma nova visita ao Imperador, e introduz o elemento feminino que se encontrará com Napoleão, Isabel de S., cujo conhecimento e bom senso poderá ser útil a Veitch na preparação das demandas de Napoleão:

Azevedo, bem que devotado patriota, era, como oficial e artelheiro, grande admirador, sobretudo, do técnico assombroso que, pelo seu génio, remodelara a tactica, dera preponderância à artelharia empregando-a em grandes massas, e criara uma estratégia singular, de movimento, com golpes rápidos, dum imprevisto fulminante, ganhando batalhas, como se disse,

“com as pernas dos seus soldados”. Ouvindo o amigo, acudiu-lhe a ideia de vê-lo de perto, auxiliado pelo cônsul, esse novo Marte brotado dum simples tenente da sua arma. E combinou com Veitch levá-lo, à tarde, a casa de pessoa sua amiga e com a devoção napoleónica, onde definitivamente tratariam do objecto da consulta. (AI, 1934: 66-67)

Quanto à lenda e à questão da focalização de Veitch sobre Napoleão, é importante caracterizar as virtudes do corso, uma vez que irá desempenhar um papel relevante, em termos de divulgação ideológica. Relembrando que o romance foi editado no ano de 1934, numa época conturbada e de afirmação do Estado Novo, a caracterização do chefe é uma espécie de argumento para justificar o amor do povo pelo seu líder.

De acordo com Helena Matos, é em 1934 que Salazar “desce à rua”, “Neste ano Salazar desce à rua. Mas descerá a seu jeito, de uma forma diferente daquela por que a ela vêm os homens que então dominam a Europa e fazem alguns sonhar com uma espécie de despotismo esclarecido à medida do século XX” (Matos, 2010b: 8), com o objetivo de juntar às ações do SPN e da própria imprensa uma maior propaganda da figura de Salazar³¹⁷, demonstrando o exemplo do líder em vários campos:

Salazar não só se expôs como nenhum outro líder português o fizera no século XX como simultaneamente cultivava uma aura de mistério em torno de si. O culto em torno da imagem de Salazar alimenta-se exactamente desse aparente paradoxo, ou, se se preferir, dessa sua capacidade de se distanciar dos retratos que os outros traçam de si, como se ele fosse espectador de si mesmo (Matos, 2010b: 64)

As estratégias do livro de João dos Reis Gomes coadunam-se com as diretrizes do SPN, oferecendo a leitura de um Napoleão merecedor da compaixão dos seus pares, de um líder que tem uma visão patriótica para o país, mas que também se apresenta frágil e vítima dos que não revelam o carácter elevado que sempre pautou as suas ações, referindo-se aos inimigos e às paixões, que só olhavam para ele com interesses.

Na descrição de Napoleão, a advertência vai para o facto “dessa copiosa literatura – história e lenda – quase toda composta depois da morte do Imperador” (AI, 1934: 50), de estarmos perante “a curta mas acidentada vida desse génio guerreiro e político, o maior, talvez, de todos os tempos” (AI, 1934: 50), e que o seu “talento

³¹⁷ Tal como já referimos em relação à proposta de Paulo Miguel Rodrigues, há a interpretação de Napoleão em simetria com a figura de António de Oliveira Salazar, em *O Anel do Imperador*, de acordo com a linha propagandística da imagem do Chefe do Governo, visto que era preciso divulgar ao povo o carácter virtuoso do homem que comandava os destinos da nação.

militar” e “todo o saber imenso de que êle dera raras provas como político, legista, administrador e homem de estado, intervindo em todos os campos da atividade francesa do seu tempo” (AI, 1934: 51). A primeira abordagem cria no leitor, através da focalização no pensamento da personagem Veitch, um impacto de estarmos perante alguém único no seu tempo, que marcou a História Mundial.

Estas palavras condicionam, de imediato, o pensamento do leitor, pois a entidade narrador sabe, através de alguém que privou com o Imperador, todas as virtudes que o caracterizavam e passaram a um patamar lendário.

Uma das primeiras afinidades com a vida do líder português é quando se diz que Napoleão, primeiro, se instrui e “que o instinto marcial do herói só mais tarde despertara” (AI, 1934: 51), tal como o cônsul britânico desconhecia. De Salazar sabemos, em traços gerais, ter estudado no seminário e, em seguida, passado à Universidade de Coimbra, primeiro como aluno e, depois, como docente, antes de assumir o combate patriótico pelo país, ao ser convidado, uma segunda vez, para a pasta das Finanças.

O romancista procura tornar evidentes as coincidências do percurso de Napoleão com o percurso de Salazar, obedecendo a uma leitura do romance como fonte histórica do seu tempo e a uma interpretação verosímil da ficcionalidade, o que prepara o leitor para a compreensão do passado em estreita comunicação com o hodierno.

Nos anos 30, e não nos restringindo aos acontecimentos que marcaram o quotidiano madeirense dessa época, a intenção propagandística do regime assumiu o culto do chefe, também caro às políticas totalitárias de outras latitudes europeias. Embora o caso português seja ímpar na sua interpretação não democrática, pois não era alinhado com o fascismo nem com o nazismo, a propaganda, o culto do líder e dos valores da pátria, eram pilares de um Estado que assentava em conceitos como o nacionalismo e o patriotismo.

Ao longo da analepse de cariz biográfico, a construção da personagem de Napoleão começa a misturar a personalidade política com a sua vida privada e com as deceções cruéis, quer de um, quer de outro plano das suas vivências. A aparente glória confronta-se com os amargos, especialmente os amorosos, figuradas na sinédoque da figura do Cupido: “a sua casaca gris com as mais antigas e esplendidas púrpuras da Europa, nunca a roçara, no sentido mais belo, com as néveas asas de Cupido” (AI, 1934: 60). Inicia-se o discurso acerca das mulheres de Napoleão que serão o contraponto da personagem Isabel de S., que exploraremos no próximo capítulo. Há a necessidade de

justificar o aparecimento de Isabel de S., reunindo em todas as outras mulheres de Napoleão o registo pouco virtuoso com que o traíram, embora saibamos, pela história, que algumas foram joguetes políticos.

Na analepse de Veitch, ou provocada pelo pensamento do cônsul, importa reter o papel das mulheres de Napoleão, como fonte da caracterização indireta do Imperador. À figura política era necessário um esclarecimento sobre o plano mais íntimo do Imperador, para isso, a parte amorosa da sua vida torna-se importantíssima para que a literatura pudesse justificar o propósito de personagem imaculada perante as vicissitudes que lhe foram surgindo.

Uma das primeiras e mais marcantes aventuras amorosas centra-se em Josefina Beauharnais, “viuva e mãe, fogosamente amada pelo jovem general” (AI, 1934: 61), que foi coroada imperatriz pelo próprio Imperador, perante o olhar do Papa, num dos maiores legados políticos de Napoleão, ao separar o poder temporal do secular. Josefina casa com Napoleão, “mas só depois de feito comandante em chefe do Exército da Itália” (AI, 1934: 61), o que nos faz perceber que a crioula, como é retratada, procurava estatuto social. O facto não impediu que as cartas enviadas à esposa só encontrassem “a indiferença e o tédio da frívola crioula coroada imperatriz” (AI, 1934: 61).

Como resposta à traição, a ficção iliba as opções tomadas por Napoleão. O Imperador envolveu-se em outras relações, Madame Fourès, Leonor de La Plaigne e Maria Walewska, “dando até dois bastardos” (AI, 1934: 62). No que concerne a estas ligações amorosas, é novamente argumentado que Napoleão é vítima do amor, porque “não há uma só inclinação em que se note, por parte destas mulheres, um amor pessoal, forte e desinteressado pelo jovem, general ou monarca, mais glorioso da Europa” (AI, 1934: 62). E com a relativização destas relações “constitui alvo dos tenazes ódios, de uma, e da maledicência da outra” (AI, 1934: 63).

A recordação da vida amorosa do Imperador vem, também, justificar o amor verdadeiro sentido entre Napoleão e Isabel de S., durante a visita ficcionada na terceira parte do romance, como a antítese de toda a anterior vida amorosa de Bonaparte. Maria Luísa, tal como Josefina, comporta-se com profundo desrespeito pelo general francês porque, passadas as curiosidades sexuais, tinha aversão ao marido e “preferiu o arrogante Neipperg” (AI, 1934: 63). A relação com Maria Luísa ainda apresenta um outro ponto fulcral, pois, segundo a ficção, é graças à inocência amorosa de Napoleão que termina o seu primeiro exercício político com o exílio em Elba: “Napoleão escreve-lhe uma carta em linguagem clara, não cifrada, relatando-lhe os diversos pormenores do

movimento supremo que vai tentar contra os exércitos aliados; e a carta chega às mãos de Blücher” (AI, 1934: 63-64).

A sensibilidade napoleónica não se cingia somente ao amor. Era, de igual modo, grato aos que contribuíam para a sua glória e da França: “De alma generosa e sensível, socorrendo amigos e antigos camaradas, premiando com largueza os que bem o servem e à França e esquecendo faltas e agravos que raras vezes pune, a guerra empolga-o a ponto de, durante a batalha, considerar cegamente oficiais e soldados como simples peças de xadrez em que se encontra jogando” (AI, 1934: 57). A constante referência ao bem-estar da pátria, da amada França, é um outro ponto alto para a propaganda nacionalista de inícios do século XX. O líder como um justiceiro para os servidores da causa da pátria e esta acima de todos os interesses: “Mais transigente, ou perjuro, e de menos belicoso fundo, Napoleão teria sido até o fim – muitos o creram – o glorioso Imperador da França” (AI, 1934:59).

Napoleão é o líder admirável, com personalidade própria e guerreira, que se destaca pela sua distinta formação intelectual e militar, “tendo herdado de seu pai, com a ambição do poder, o gosto pelas grandezas e o orgulho da nobre raça de Treviso – [...] – Napoleão recebera de sua mãe, a energia moral, a serenidade no perigo, as virtudes burguesas do amor de família e o espírito de economia e ordem” (AI, 1934: 53). Mas, o seu traço principal, escondido dos manuais de história, são as “suas virtudes fidalgas ou meramente burguesas, ou a atitudes dum cavalheirismo romântico” (AI, 1934: 58). O que nos confronta, novamente, com uma personagem de índole romântica num texto de João dos Reis Gomes.

A ensombrar todo o brilho do Imperador colocava-se a questão amorosa e o afastamento de Napoleão II. Estas questões, de alguma maneira, faziam com que o cônsul britânico procurasse “a razão do infortúnio conjugal dêste homem” (AI, 1934: 64), quando se tratava de um reconhecido líder militar e político, que era capaz de irradiar simpatia daquele “rosto forte, viril, de medalhão romano” (AI, 1934: 64).

A Veitch, as questões começam a assolar a sua mente e procura explicar aquela situação: “Seria que o soberano e o guerreiro, absorvidos nos seus graves problemas, não dispensavam às mulheres as frívolas atenções com que elas se comprazem?” (AI, 1934: 65), ou não possuía “êsse *quid* que hoje, em Holywood, chamam sex-appeal, e que só cada sexo pode descobrir no outro?” (AI, 1934: 65). Contudo, não se sabe se existiria essa mulher, capaz de proporcionar àquele génio a harmonia amorosa que tanto procurou, tal como procurara a paz como político.

No Funchal, Veitch encontra-se com “Joaquim Nunes de Azevedo, homem muito inteligente e culto, que ansiosamente o esperava para colher impressões da sua visita à nau, e a quem pediu consulta sobre obras que pudessem interessar o Imperador” (AI, 1934: 66). O coronel Azevedo, “devotado patriota, era, como oficial e artilheiro, grande admirador, sobretudo, do técnico assombroso que, pelo seu génio, remodelara a tática, dera preponderância à artilharia, empregando-a em grandes massas, e criara uma estratégia singular, de movimento, com golpes rápidos, dum imprevisto fulminante, ganhando batalhas, como se disse, ‘com as pernas dos seus soldados’” (AI, 1934: 66).

Azevedo tinha o desejo de visitar o Imperador, “êsse novo Marte” (AI, 1934: 67), com a ajuda do cônsul e, uma vez que Napoleão pedira algumas coisas a Veitch, o coronel pensou em levar o cônsul à casa de uma pessoa amiga e “com devoção napoleónica, onde definitivamente tratariam do objecto da consulta” (AI, 1934: 67)

É em Veitch que o narrador delega uma responsabilidade de narração que passa a um texto biográfico sobre a vida de Napoleão Bonaparte, mas aqui existe uma subtilidade nas fontes utilizadas, por não estarem apontadas na “Razão da Obra”, e é gizado um cruzamento entre o conhecimento do narrador e as fontes de Veitch. O cônsul lê jornais e não tem acesso às fontes do tempo do leitor, o que permite criar o discurso da questionação sobre o Imperador dos Franceses. A mesma técnica é utilizada quando se refere o *Mémorial*, de Las Cases, não referido no prólogo, como uma das leituras de Isabel de S. que lhe permitem ter o conhecimento indireto do que foi vivido pelo seu amado exilado.

4.2.5. Uma questão de pathos?

As epígrafes que precedem o texto da terceira parte, uma de François Coppée³¹⁸, “A verdade – perdôe-se isto a um poeta – está, creio eu, na lenda” (AI, 1934: 69), e outra de Frédéric Masson³¹⁹, “Napoleão é um sentimental feito por Rousseau e só por êle” (AI, 1934: 69), enquadram o propósito desta obra de João dos Reis Gomes, ao dar ênfase à lenda e ao carácter sentimental de Napoleão. Passa-se ao domínio da efabulação da tradição popular. É completamente da total responsabilidade do poeta o que se passará na terceira parte e na quarta de *O Anel do Imperador*. Na nossa ótica, o

³¹⁸ François Coppée (Paris, 26-1-1842/23-5-1908) foi um poeta e romancista francês de tendência nacionalista que chegou a ser satirizado, como poeta, por Rimbaud.

³¹⁹ Frédéric Masson (Paris, 8-3-1847/19-2-1923) é um historiador francês conhecido pelos seus estudos e publicações sobre Napoleão Bonaparte.

metatexto efetua a separação entre o que o autor foi ficcionalizando a partir de factos históricos e o que passará a ser ficcionalizado a partir da tradição popular: a segunda visita de Henry Veitch ao Northumberland e o destino do anel do Imperador.

Afastada do porto do Funchal, a ação começa por localizar-se “No bairro do Socorro” (AI, 1934: 69), onde se situa a casa da afilhada do coronel Azevedo. Isabel de S. é a personagem feminina que merecerá destaque, pois é provavelmente aquela que poderá corresponder à solução das questões de Veitch, no final do segundo capítulo.

Em comparação com as restantes mulheres de Napoleão, apresenta uma educação estruturada em princípios tradicionais, longe das cortes e dos prazeres desviantes. Além da forte vocação artística, em termos genéticos, aproxima-se do Imperador ao ser de ascendência florentina³²⁰. A nova personagem, aliás, a primeira personagem feminina da diegese:

cujo apelido se oculta por existirem ainda, embora do outro ramo, parentes seus na Madeira, teria, ao tempo, uns dezassete anos. Era alta, elegante, de correctíssimo perfil, bôca breve e olhos negros, menos largos que profundos – sonhadores, como diria um poeta – a iluminar-lhe o rosto oval, moreno-mate, cuja fronte alta e lisa se cingia em dois bandós que desciam sob as fontes, ondulados e escuros: calma, tinha a doçura duma bela virgem de Dolci. A formosura, porém, inda que doutro cunho, não se lhe atenuava nos impulsos de energia.

O seu penteado simples parecia protestar, nesta época, contra os cabelos gregos, complicados de aneis, impostos por Josefina e generalizados pela moda.

Espírito romântico, com laivos clássicos, dado a leituras de Petrarca e Tasso, de Schiller, Racine, Saint-Pierre e Rosseau, Bernardim, - além dos portugueses, como Bernardim e Camões, e ainda outros, nacionais e estrangeiros, do fim do século XVIII e do alvorecer do XIX – ela vivera agitada, na comunhão mental dos seus, toda a epopeia napoleónica, mesmo sem conhecer directamente o seu ídolo.

O pai, português embora por numerosas gerações, considerava-se, ufanamente, compatriota, ainda, do famífero corso, que, pelo avô, vinha dos Buona Parte de Florença, sendo as duas casas, na origem, talvez mesmo aparentadas (AI, 1934: 70-72).

³²⁰ Paulo Miguel Rodrigues aborda a questão do apelido florentino e da especulação de Isabel poder ser descendente dos Sauvaire. Napoleão, quando do diálogo “faz referência a Isabel ter um apelido florentino, o qual, aliás, lhe desperta curiosidade, ao ponto de sugerir que até podiam ser primos, por uma ligação que remontava ao séc. XV. Isto leva-nos a colocar a hipótese, não mais do que isso, de se tratar, eventualmente, de Isabel de Sauvaire, tendo até em conta que os primeiros Sauvaire de que há registo na Madeira eram naturais de Marselha” (Rodrigues, 2012: 90).

A questão do apelido, ocultado propositadamente com o fundamento já explanado pelo narrador, constitui uma técnica para ligar a factualidade à ficcionalidade, embora a primeira seja parte integrante da segunda a partir do momento em que se insere neste âmbito. É a personagem feminina que será o elo entre os extremos valores da nação e da família em relação ao culto do chefe da nação e do chefe do lar, num profundo discurso de admiração e propenso à submissão dos valores apoiados pelo poder ditatorial. Após a compreensão política do vulto de Napoleão, imperava abordar a questão da organização social com base na família.

As afinidades da personagem Isabel de S. com a França mostram-se evidentes, porque a avó materna educara Dona Josefina de S. com base na instrução que completara em França, o que propiciou à mãe de Isabel falar e escrever “correcta e literariamente o francês e conhecia bem o inglês e o italiano, sendo ainda pintora e harpista de alto mérito” (AI, 1934: 69), dotes “recebidos da devoção materna” (AI, 1934: 69). O encadeamento das personagens femininas, desde a avó até à neta, obedece à ideologia de considerar a mulher como uma guardiã dos bons costumes e boa educação das gerações vindouras, ao passo que do seu pai, Isabel de S. tinha “um favorável fundo hereditário” (AI, 1934: 70) e herdara uma “relativa abastança” (AI, 1934: 70).

A mulher amparo, pura e devota é o simbolismo maior de Isabel de S. Sem conhecer o Imperador, é graças à sua cega devoção que é a personagem romântica escolhida como conselheira da escolha das prendas de Veitch para Napoleão, tendo a certeza de que “sente que descobrirá a leitura que consolará esse grande coração tão cruelmente ferido. Sem ninguém que o estime” (AI, 1934: 75).

A devoção por Napoleão fazia com que Isabel de S., criada num ambiente francófilo, revelasse nervos após a derrota de Waterloo e que vivesse de maneira calorosa a vida do Imperador, de modo que tinha dois retratos de Napoleão, “cópias de quadros de Gérard e de Isabey” (AI, 1934: 72), notando-se as ausências de Josefina Beauhamais e de Maria Luísa, o que parece um prelúdio para o encontro amoroso do terceiro capítulo e uma expiação da dor provocada por aquelas duas mulheres. Os quadros são o objeto que revelam o conhecimento mais remoto de Isabel de S. sobre a imagem de Napoleão: “Na mente dela fixara-se, apenas, a imagem dos quadros que possuía na saleta” (AI, 1934: 89).

Para que se dê o encontro entre Napoleão e Isabel de S. é necessário um intermediário que será o coronel Azevedo. Esperançado em visitar o Imperador, com a ajuda de Veitch, o padrinho de Isabel procura na casa da afilhada maneira de satisfazer

as demandas livrescas de Napoleão, mas é surpreendido pela insistência de Isabel em ser transportada a bordo, algo que não foi capaz de negar.

Por entre certezas e incertezas, na verdade Henry Veitch levou consigo o coronel Azevedo e a afilhada, que além dos livros pediu à tia freira as melhores tartes e merengues. Ao fim da tarde, Veitch, Isabel e Azevedo dirigiram-se ao Northumberland. Para visitar o “prisioneiro de Inglaterra”, clara antítese da expressão “Imperador dos Franceses”, apenas o cônsul e Isabel de S., camuflada como filha de Veitch obtiveram autorização para se apresentarem ao corso. O coronel Azevedo ficou pelo “convívio com Montholon, Gourgaud e de Las Cases, a que se juntou depois Bertrand, gratos à admiração do coronel português pelo seu Imperador” (AI, 1934: 79).

O *pathos* de ambas as personagens, testemunhado pela presença de Henry Veitch, adensa-se com a interação entre ambos. Até a este ponto da diegese, Isabel de S. sofria sem conhecer o venerado. Napoleão sofria pela injustiça do presente em relação ao passado, ao que se juntará o sofrimento do amor presente e encarnado na moça que acompanha Veitch. Ambos sabem que o destino se encontra traçado, sem reversão. Encontram-se num espaço reduzido, imune a fugas próprias dos apaixonados.

O engendro do encontro entre Isabel de S. e Napoleão assemelha-se a um casamento. “Isabel de S. entra como filha de Veitch” (AI, 1934: 79), dando logo a sensação da entrega da filha ao noivo que a aguarda no altar, sabendo que ia pelo braço de Veitch, “mal segura, levando na face uma palidez de cera” (AI, 1934: 80). O que se segue é a união sentimental entre ambos, como se se tratasse de um contrato conjugal e sentimental, válido para a vida: “nutrida pela luz do seu olhar seria imorredoura a minha estrêla” (AI, 1934: 92).

Um outro aspeto admirado na personagem de Isabel de S. é a sua representação de uma certa pureza rácica, pois, estamos perante uma “nova espécie de beleza: ainda que simples e dum ar quase infantil, nela havia um quer que fôsse de superior e espiritual que de todo o dominava” (AI, 1934: 88), tinha um apelido florentino e, pegando na temática dos amores proibidos mas puros, um pouco à imagem de Romeu e Julieta, o narrador refere já ter havido um casamento entre os Buona Parte e a família florentina de Isabel de S., apesar de adversas: “um casamento de amor nestas famílias adversas” (AI, 1934: 90)³²¹.

³²¹ A construção da personagem de Isabel de S. obedece também aos propósitos das virtudes da mulher, como assinala Paulo Miguel Rodrigues: “Ora, Isabel - a portuguesa, a mulher portuguesa - era o contrário de tudo isto, ao ponto, aliás, de logo merecer de Napoleão o que ‘raras’ lhe haviam merecido: o respeito.

Apesar dos noivos apresentarem uma situação sentimental que ia ao encontro de uma pretensão comum, tratava-se, de facto, de um amor proibido, graças à condição de Napoleão. Contudo, o relevo deste episódio relaciona-se com a pureza que poderia ter sido transmitida a uma nova geração, o que, ideologicamente, remete o leitor para um dos outros fundamentos dos regimes ditatoriais de direita: a pureza da raça, que se coaduna com a expressão do nacionalismo. Estes noivos constituíam o exemplo perfeito para legar uma descendência vingadora. O pai pelas qualidades de líder, de chefe, e a mãe, pela sua castidade e princípios morais que apresenta, além do respeito pelo marido traduzido na vénia pedida “para oferecer-vos estas obras, êsses doces, especialidade dum mosteiro do Funchal e mais um mimo” (AI, 1934: 93), a ode ao Imperador.

A composição poética oferecida por Isabel a Napoleão simboliza uma jura de amor, “o terno sentimento pelo herói” (AI, 1934: 94), ao representar o percurso de dedicação às façanhas daquele que agora promete que “A sua imagem, Mademoiselle, será a mais querida companheira no meu cruel fim de vida” (AI, 1934: 93), a quem chama de “prima”, evocando o casamento de outrora entre as famílias florentinas.

Escrita à pena, num papel de linho, a ode em honra do “novo César” (AI, 1934: 94), faz com que Napoleão chore. Naquele papel, guardado sob a águia da Legião de Honra, guardado sob o peito do Imperador, como confirmará Bertrand no quarto capítulo, estava “o hino à minha glória que mais fundo me tocou o coração” (AI, 1934: 96), tendo sido aquele encontro selado com um beijo ternurento na fronte de Isabel de S., o choro desta e a comoção do cônsul, como se, no papel de pai, tivesse acabado de casar a sua filha. Para acabar de selar aquela união, Napoleão ofereceu a Isabel de S. “um duplo napoleão, orlado de diamantes e safiras” (AI, 1934: 97), simbolizando a presença dele nela, a exemplo da ode que fora ofertada ao Imperador.

A Veitch, Napoleão não deixou de expressar o seu mais profundo agradecimento, pelo diálogo, mas sobretudo pela presença de Isabel de S., e fazendo jus à sua faceta generosa, ofereceu ao cônsul “estas moedas do Império e dez luízes” (AI, 1934: 97), para serem lançados “na base da primeira obra consagrada na Madeira à Providência que me fez conhecer esta criança” (AI, 1934: 97).

Afinal, Napoleão revelava-se um sentimental e a este respeito Reis Gomes vai socorrer-se claramente da imagem que a segunda metade do séc. XIX (Masson) e o primeiro quartel do XX (Bainville) haviam construído do imperador dos franceses” (Rodrigues, 2012: 91). Em *O anel do Imperador* “Reis Gomes procura responder às necessidades do (re)surgimento nacional e da (re)construção identitária, desenvolvendo um tríptico: chefe, povo, mulher/feminino. A Isabel era também a alma de um povo, disposto a entregar-se a um ‘chefe’. Napoleão é (quase) um herói português” (Rodrigues, 2012: 96).

Por entre as despedidas finais, Isabel reafirma a sua fidelidade a Napoleão, despedindo-se com um beijo na mão. Quem conseguiu um dos seus propósitos foi o coronel Azevedo que acabou por ser apresentado “furtivamente” ao Imperador, por Gourgaud. O capítulo termina com um “Napoleão, pensativo, [que] relia a ode de Isabel” (AI, 1934: 99).

Uma interpretação final, mas não menos atenta, deve ser feita em relação ao estado do tempo. É dito que “O mar serenou” (AI, 1934: 99). A natureza volta a dar ao leitor sinais acerca do sentido da obra. O facto de o mar ter serenado significa que a harmonia havia regressado à ilha. Atente-se que o romance se inicia com um forte vento de leste, cuja causa é atribuída, pela população, à passagem de Napoleão pela Madeira, mas, após o quadro mais humano do Imperador, da sua sorte no amor e o encontro com Isabel de S., a natureza envolve-se como se uma permissão para que fosse cumprido o destino: o exílio em Santa Helena. Metaforicamente, estava consumada a harmonia que devia imperar entre as gentes da ilha e o chefe da nação: a aceitação do Estado Novo.

A visão de Napoleão sobre o amor, que muitas vezes é referida pela mágoa com que sente ao lembrar-se como foi tratado e à fatalidade do destino que fez com que não pudesse concretizar fisicamente o amor por Isabel de S., parece ser uma referência da sua personalidade³²².

4.2.6. O segredo resgatado

O quarto capítulo começa com a citação que João dos Reis Gomes emprega no final do prólogo à primeira edição de *A Filha de Tristão das Damas*, quando se pronuncia a favor da literatura em detrimento da história: “Sacrifico às musas de Homero, não às de Heródoto: e quem sabe por fim em qual dos dois altares arde o fogo de melhor verdade!” (AI, 1934: 101). Nesta subtileza, ainda se vislumbra um dos princípios do romance histórico de Oitocentos, consubstanciando Alexandre Herculano,

³²² Max Gallo, confirmando a mágoa do Imperador no que toca ao amor, apresenta o pensamento de Napoleão julgando-o como algo prejudicial ao ser humano, dando, no testemunho em Santa Helena, a visão observada nas palavras do Imperador, outrora, apaixonado e, ora, desiludido: “En 1791, le jeune lieutenant Bonaparte, en garnison à Auxonne, écrivait, dans un Dialogue sur l'amour: ‘L'amour est nuisible à la société, au bonheur individuel des hommes, c'est une maladie, un délire.’ A Sainte-Hélène, l'empereur déchu et prisonnier dit, comme en écho: ‘Je fus jadis amoureux... Je crois que l'amour fait plus de mal que de bien et que ce serait un bienfait d'une divinité protectrice que de nous en défaire et d'en délivrer les hommes’”, in Max Gallo, “Napoléon et les femmes”, in <https://www.lefigaro.fr/lefigaromagazine/2008/08/23/01006-20080823ARTFIG00005--quand-on-est-tendre-on-est-soi-.php>.

ao questionar se os “novellistas” não são capazes de transmitir ou de divulgar a história mais do que a historiografia.

Um dos objetivos deste romance histórico foi não deixar morrer a lenda que envolve a passagem de Napoleão pelo Funchal, o que nos parece amplamente conseguido, ao preservar a memória cultural comum. O complemento à máxima de Garrett é o texto de Artur Bertrand que, ao colocar o busílis na confiança, alimenta a construção da lenda, e, em simultâneo, a questão se a literatura não supera a história, em matéria de divulgação do passado. O testemunho de Artur Bertrand também nos remete para a questão do *Mémorial* como fonte porque, pela expulsão de Las Cases de Santa Helena, não é viável que soubesse da confiança de Napoleão a Henri-Gatien Bertrand.

Ora, pensamos no metatexto garrettiano como uma reflexão acerca do discurso da história e do discurso do romance histórico, como dando força a breves apontamentos sobre a natureza dos dois discursos, ao longo de *O Anel do Imperador*. Mas o artifício de Artur Bertrand ainda encerra algo mais delicioso em relação ao relato de João dos Reis Gomes: “Nas vésperas da sua morte, o Imperador mandou chamar meu pai e confidenciou com êle...” (AI, 1934: 101). Ou seja, é em Henri-Gatien Bertrand que reside o segredo que as musas de Homero poderão resgatar, superando a inoperância das musas de Heródoto em relação a esta matéria, reapresentada pela pena do romancista e não do historiador.

Posto isto, devemos focar-nos na personagem de Bertrand, que, fielmente, acompanhou Napoleão em Santa Helena. Utilizando a mesma estratégia narrativa dos dois primeiros capítulos, o narrador centra-se na apologia do papel incólume de Napoleão, quer pela valorização das virtudes, quer pela vitimização perante o inimigo.

Pela citação de Lord Rosebery, o cárcere de Napoleão resume-se a “quatro pequenos aposentos infestados de ratos e que quase se enchem só com livros” (AI, 1934: 102), tem “Para adorno, alguns retratos, jóias, serviços de quarto e mesa – restos do antigo esplendor - e relíquias de troféus” (AI, 1934: 102), um local “solitário e agreste, batido pelo vento, varrido por tempestades” (AI, 1934: 102), uma “Réplica horrível daquela Deserta” (AI, 1934: 102), mas sem a Madeira como pano de fundo³²³.

³²³ Emmanuel de Las Cases, “Description de Longwood, etc. – Détail des Appartements”, in *Mémorial de Sainte Hélène*, vol. II, 1824b, p. 65-71, faz a descrição e apresenta a planta da casa do Imperador em Longwood. Las Cases faz uma descrição da casa sem grandes adjetivações, mas, aquando do jardim, consegue concentrar a inospitalidade de Longwood: “Une espèce de jardin régnait autour de nous; mains le défaut d’eau, la nature du climat, le peu de soins que nous pouvions lui donner, faisaient qu’il n’en avait réellement que le nom” (Las Cases, 1824b: 70).

Tudo, naquele último espaço, se tornara agreste, impróprio para o grande general

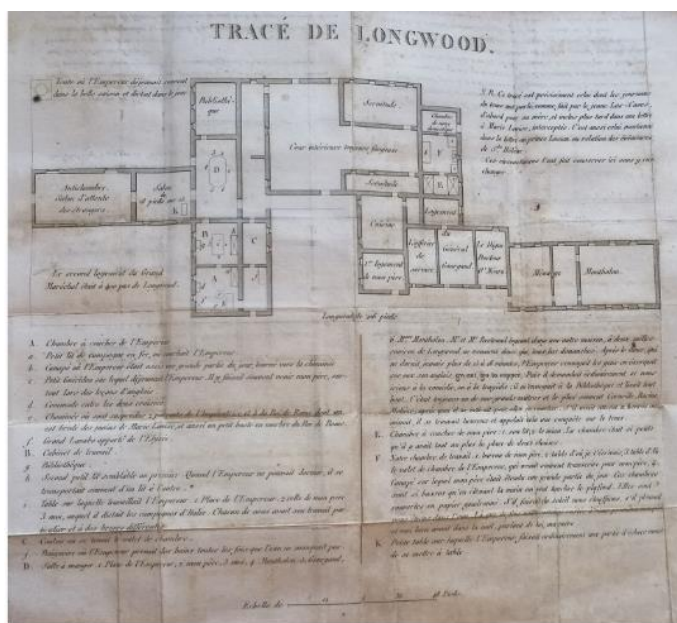


Figura 4 – Planta da Casa de Napoleão em Longwood, in *Mémoires de Sainte-Hélène*, de Emmanuel de Las Cases. Fonte: BMF

maio, “abalados os vidros do seu quarto por violento temporal, como o outro soprado do Sahará” (AI, 1934: 103), o Imperador, antes da expiação final, evocara o exército e a França amada: “O meu exército! A França!” (AI, 1934: 103)³²⁴, e deixou o equívoco em relação a uma pobre criança: “Pobre criança!... é tarde!” (AI, 1934: 103). O narrador alimenta a dúvida criada no leitor, como a sua própria dúvida: “Falalaria de seu filho? Pensaria em Isabel? Ninguém o poderá dizer” (AI, 1934: 103)

Mas o que foi contado até agora não se fundamenta na história. O narrador assume que só depois disto é que tal se sucede: “Marchand, piedoso, cobriu-o com a ampla capa que êle trazia em Marengo. Na pedra tumular do herói, só fica incompleta frase: Aqui jaz...” (AI, 1934: 103). Assim, “a lápide ficou sem nome” (AI, 1934: 104), nem “Napoleão”, nem “Bonaparte”, como debatiam Montholon e Bertrand e Lowe.

A condição de mísero cárcere torna Napoleão uma vítima do baixo caráter de alguns e é diretamente proporcional à sua glória, imortalizada no legado biográfico de cariz épico de Las Cases, e nas notas de Montholon e Marchand.

Num salto diegético, a 24 de julho de 1840, “lançaram ferro no Funchal dois vasos de guerra franceses: a fragata ‘La Belle Poulle’ e a corveta ‘Favorite’” (AI, 1934:

que fora Napoleão e tinha um novo carcereiro, “o feroz Hudson Lowe” (AI, 1934: 102). Viveu cinco anos naquele local, “guardado como vil bandido, espionado, sempre, até nos próprios passeios a que renuncia breve, toda a correspondência violada, e preparando, na depressão moral, o bom terreno para o cancro que o há-de matar aos poucos” (AI, 1934: 102-103). Falecido em

³²⁴ Na hora da morte, a França é evocada, por Napoleão. Além da Pátria, o Imperador clama também pelo Exército, o que, à luz do Estado Novo, é o elemento responsável pela manutenção da independência da “terra dos pais”. A Pátria e o Exército são dois dos pilares do regime português.

105)³²⁵, comandadas pelo Príncipe de Joinville, com a seguinte comitiva: “o general Gourgaud, o barão de Las Cases, Marchand e mais quatro antigos servos, e o Marechal Bertrand com o seu filho, Artur Bertrand, nascido no voluntário cárcere dos pais” (AI, 1934: 105-106). Eis o outro pilar que suporta a narrativa de João dos Reis Gomes.

A delegação francesa iria conviver com a sociedade funchalense no baile oferecido pelo cônsul francês, José Monteiro Teixeira. Estava presente a nata da sociedade funchalense, encabeçada pelo “governador Barão de Lordelo, corpo consular, colônia estrangeira – quanto havia de mais lustre no Funchal” (AI, 1934: 106-107). Esta luminosidade social contrastava com “uma senhora de rôxo e negro, de elegantíssimo porte, cabelos levemente grisalhos, divididos ao meio, e de mãos e rosto (rosto ainda belo, pelo desenho dos olhos e correctíssimo perfil) dum tom moreno velado por certa palidez de raça” (AI, 1934: 107-108).

A dama tinha algo de familiar. Era a afilhada do coronel Azevedo, que tinha despertado o amor do Imperador. A ela foi-lhe pedido pelo Príncipe de Joinville que cantasse, ao que não anuiu. E eis que uma personagem que acompanhou a passagem de Napoleão pela Madeira se fez notar. “Henry Veitch, cujas suíças haviam branqueado nos últimos anos, aproximou-se do coronel Azevedo, já de todo calvo e obeso, trocando com êste breves palavras, à-parte; e ambos foram até Monteiro Teixeira. Estava feita a cabala” (AI, 1934: 109).

O objetivo seria pedir a Isabel a interpretação de uma canção patriótica francesa “consagrada a Bertrand, e, ao tempo, muito conhecida em França” (AI, 1934: 109). Aclamada e revelada a identidade daquela dama, foi-lhe pedida a ode ao Imperador: “- Minha filha, vais cantar agora a tua ode ao Imperador. E, mais baixo: - Sou eu que to peço, Isabel” (AI, 1934: 110).

O papel de Isabel de S. sofre um contraste em relação à senhorita que conheceu o Imperador no Northumberland. A euforia e ansiedade que marcam o primeiro

³²⁵ Periódico *O Defensor*, 25-07-1840, p. 4. Na rubrica “Movimento do Porto do Funchal”, o periódico dá conta da chegada das duas embarcações francesas. No “Postscriptum”, podemos ler o seguinte: “HOJE (24) chegarão ao nosso porto os navios Francezes que vão a Santa Helena para de lá trazerem os despojos mortais de NAPOLEAM às margens do Sena. S. A. R. o Principe de Joinville commanda a expedição. Apenas fundeado, foi S. A. R. cumprimentado com uma salva da Fortalesa do Registro, a qual foi immediatamente agradecida pela *Belle Poule*. Logo depois forão as nossas praias honradas com a presença do Veneravel e Virtuoso General *Bertrand*, e dos seus companheiros: General *Gourgaud*, *Las Cases* filho, etc. os quais se dirigirão ao Palacio de São Lourenço a cumprimentar o Exm.o Barão do Lordello, que fôra a bordo da Fragata apresentar seus respeitos a S. A. R., a quem já não achou a bordo. Ha quasi 25 annos que por aqui passou o Prisioneiro de Santa Helena, a quem a França regenerada dà hoje essa grande prova da sua justissima gratidão; quem pensaria que tão cedo veríamos fazer justiça à sua memoria?”

contacto do leitor com Isabel, passam agora a uma apatia e a um sofrimento que espelham o pathos da personagem, aquando da declamação da ode a Napoleão, “Voltara-lhe ao rosto aquele tom marfíneo, ligeiramente doirado, que mais se acentuava nos lances de emoção” (AI, 1934: 111), apresentando uma “voz sêca, talvez, nas primeiras frases – desenho da árdua vida do jovem Bonaparte - vai-se timbrando pouco a pouco ao exaltar as vitórias do herói, até chegar à apoteóse do poder e das grandezas com uma vibração tão rica de colorido e força” (AI, 1934: 111). Bertrand não se enganara, tinha a certeza de que era mesmo Isabel de S., vindo a confirmação do “único adorno [que] ela ostentava esta noite: o ‘duplo napoleão’” (AI, 1934:112).

A exibição de Isabel de S. constitui a descrição de um espetáculo. Pelas palavras do narrador, o leitor parece viver aquele momento como se o ouvisse, mais do que a imaginação, estamos perante uma descrição sensorial, sentindo descair a voz de Isabel, e a comoção da letra que lembrava “as defecções, a derrota; a seguir, o abandono, a solidade, a traição e o exílio” (AI, 1934: 112), como se sentíssemos esta queda com a relatividade intensa dos degraus. Nas suas descrições os narradores dos romances de Reis Gomes têm a habilidade de introduzir linguagem própria de outros saberes, bem como uma minuciosa pormenorização do que é esperado dar a “ver” ao leitor.

Após este episódio e desfeitas todas as dúvidas, Bertrand está na condição de revelar o seu segredo. Foi na Madeira que o Imperador se sentiu amado e, então, era no dedo de Isabel que deveria brilhar o seu anel. Talvez a consumação do ato de casamento anunciado no Northumberland.

Embora Isabel de S. tentasse, num primeiro instante, recusar a prenda, num segundo momento, “De positivo, só se viu que Bertrand oferecera a D. Isabel de S... um precioso anel com um N, coroadado, sobre esmalte turquesa cercado de pedras preciosas: assim ficou na tradição” (AI, 1934:115). O narrador revela a subtilidade do que é contado, embora não esteja nos tratados de história, é o que “ficou na tradição”. A dádiva de Bertrand³²⁶ é o ponto que traça o rumo da segunda visita ao Northumberland e se constrói a narração ficcional, num suposto complemento da narração historiográfica.

³²⁶ Cremos que Bertrand funciona, na obra de João dos Reis Gomes, como o *Mémorial de Sainte-Hélène* não escrito. Se fizermos uma relação com os *Evangelhos*, em que cada um representa, supostamente, a experiência do evangelista com Jesus Cristo, o mesmo se passa com a comitiva que acompanha Napoleão a Santa Helena. Contudo, é a obra de Emmanuel de Las Cases, que deixa brechas para a imaginação de futuros textos acerca do Imperador dos Franceses, até porque o Conde, ao fim de um ano, foi expulso de Santa Helena, por tentar passar cartas de Napoleão para França, segundo os britânicos. O seu livro foi apreendido, até à morte do Imperador. Assim, para João dos Reis Gomes torna-se apetecível efabular sobre os diálogos de Napoleão com o Marechal Bertrand, pois é uma vez mais uma personagem que deixa

Aquela verdadeira viúva de Napoleão (vestira luto logo após a morte do Imperador) é, segundo o narrador, o alvo do romantismo de Napoleão que só foi confidenciado a Bertrand e ao onisciente narrador, com uma focalização interna sobre o velho Marechal: “o doce amor que lhe alcançasteis despertar, só eu, verdadeiramente, o conheci” (AI, 1934: 118).

De modo a exponenciar a ideia de uma tradição oral que falava da segunda visita ao Imperador, o narrador volta a balizar o tempo com imprecisão: “havia anos” (AI, 1934: 115). Através desta marca temporal, adensa-se o mistério acerca dos presentes que Isabel trouxe da visita ao Northumberland, o que causou “O embaraço do padrinho, com quem vivia acompanhada da velha ama que a criara – a mãe era falecida já - ao sêr interrogado pelos íntimos sôbre todos êstes factos” (AI, 1934: 116). Para consubstanciar de verosimilhança a fonte lendária da narrativa, o narrador introduz um “chavão” em jeito de pequena reflexão sobre o caráter divino da voz do povo, consubstanciando-se, assim, na escrita de um romance que se inspirou na tradição popular: “voz do povo, voz de Deus...” (AI, 1934: 116).

Na sua omnisciência, o narrador afirma que os versos não foram legados à posteridade, mas na memória ficou toda a admiração do público na descrição feita durante o desempenho de Isabel de S., que por uma questão de limitação mnemónica, o narrador justifica que apenas uma audição não permitia fixar na memória dos ouvintes tais versos. Uma ode que Isabel de S. não voltou a cantar, “senão, porventura, mentalmente...” (AI, 1934: 116).

Compondo-se novamente o baile, Isabel reuniu-se com Bertrand e Azevedo, numa sala menos frequentada, “para uma confidência necessária à explicação da sua atitude” (AI, 1934: 117). Bertrand fora testemunha do afeto que aquela criança, como chamava Napoleão a Isabel, despertara no Imperador, “alma sempre esquiva a todo o amor sentimental. No fundo, era um romântico ainda que pensasse o contrário” (AI, 1934: 118). No entanto, a afilhada de Azevedo sentia-se abandonada, porque em cinco anos de exílio, nunca recebera “uma palavra de conforto, que êle tinha razão para crêr fôsse acolhida com terna gratidão” (AI, 1934: 119), mas Napoleão julgou ser uma ilusão do espírito jovem aquele sentimento de Isabel de S., além de que “Animar essa ilusão, nas condições em que se via, fôra bárbara loucura” (AI, 1934: 119-120).

margem ao autor para construir uma realidade ficcional, ao não apresentar, neste período, comprometimentos históricos para que tal não aconteça.

A conversa entre Bertrand e Isabel de S. evoluiu em torno dos “ses” que o amor entre o Imperador e Isabel de S. deixou vivos. Os “ses” próprios do amor genuíno e de dois amantes que o sabem impossível de concretizar. Isabel de S., porém, mostra-se diferente das mulheres que fizeram Napoleão sofrer, porque ela “não buscava exceder” o destino julgado pelo Imperador, e ficaria “fiel sempre... a êsse amôr” (AI, 1934: 120). Para que Isabel de S. percebesse o quanto representou na vida de Napoleão, Bertrand procurou dirigir-se com “os mesmos termos que escutara do Imperador” (AI, 1934: 121), pois era “diferente de todas... e o contraste dêle próprio” (AI, 1934: 121), confessando que Isabel “uma nova fonte do seu gênio” (AI, 1934: 121), além de que o céu a “reservara para a espôsa que lhe daria o mais perfeito penhor da continuação da dinastia” (AI, 1934: 121). Para Isabel de S., o conforto poderia vir do facto do Imperador ter “na bôca a cada instante” (AI, 1934: 121) as palavras com que terminavam os versos concebidos pela, agora, viúva.

É claro que Isabel de S. queria saber se o Imperador os lia, ao que Bertrand confirma que os sabia “de cór; mas vi-lhos na mão algumas vezes. A letra estava gasta pelas lágrimas e a folha poída de andar-lhe sôbre o peito” (AI, 1934: 122). Nenhum dos conhecedores da ode trataram de fixar os versos à escrita e fazer com que escapassem às limitações da memória.

Quanto ao anel, Napoleão confiara-o a Henri-Gatien Bertrand na antevéspera da morte, pois sabia que Isabel “o não aceitaria” (AI, 1934: 123). Mas o destino guiou o Marechal até Isabel de S. e, assim, “Em Santa Helena, poderei dizer-lhe, face a face, como dantes, quando cumpria uma sua ordem de comando: - Pronto, Sire!.. E, desvanecido, vêr-lhe-ei no pó dos lábios o mesmo sorriso grato e acolhedor” (AI, 1934: 123). A orquestra parara e podia-se observar, em Isabel de S., que “lá ao fundo dos olhos negros e pisados, tinha acêsa uma centelha de ventura” (AI, 1934:124).

Outra vez com pouca precisão temporal, “alguns meses depois do baile” (AI, 1934: 124), sabemos que a tia que estava em Santa Clara morreria, “a êste [mundo] não pertencia já a tia” (AI, 1934: 124), e que Isabel de S. se encontrava. Contudo, o seu verdadeiro apelido nunca foi revelado ao longo romance, porque ainda havia familiares vivos, no tempo do leitor.

O percurso de Isabel de S. foi ficando afunilado a cada etapa da sua vida. Podemos designar como um afunilamento de dedicação porque é na base do extremo amor, devoção e admiração pelo Imperador dos Franceses que a menina do Socorro decide enclausurar-se, num percurso semelhante ao objeto da sua devoção. Funcionando

a clausura como um exílio, Isabel terá o mesmo fim de Napoleão, havendo um objeto que fazia a ligação das palavras e dos sentimentos, o *Memorial de Santa Helena*.

Tendo resolvido enclausurar-se em Santa Clara, juntamente com a sua criada, Isabel de S. acabara de ficar sozinha no mundo rodeada por “dois retratos de Napoleão; os seus livros predilectos; a harpa e um pequeno órgão, e a linda secretária Império” (AI, 1934: 125) e fez da leitura o seu principal passatempo. Pensamos estar perante a reflexão do próprio escritor sobre a conceção do romance, numa referência indireta às fontes, destacando-se “várias obras da ‘literatura do exílio’, além de outras publicações sobre a vida de Napoleão” (AI, 1934: 125-126).

Sobre Isabel de S., as diferentes obras exerciam diferentes estados de espírito. Porém, o *Memorial de Santa Helena* fazia com que empalidecesse e ficasse com os olhos enevoados, “Empalidecia e enevoavam-se-lhe os olhos” (AI, 1934: 126) além de se chocar “com alguns passos do ‘Memorial’, que, dum lado, lhe feriam o coração, e, doutro, lhe diminuía a estatura moral do seu ídolo” (AI, 1934: 127). O único consolo que teve foi o facto do coração do seu amado Napoleão não ter sido gozado por Maria Luísa e o amante, “o coração por êle legado a Maria Luísa” (AI, 1934: 127).

Isabel, enclausurada, deixara muitas dúvidas no ar. Isolada “na sua espiritual viuvez” (AI, 1934: 127), uma lenda começou a ser edificada, “tecida de fervor religioso, largo espírito de caridade, e dessa paixão, partilhada, pelo extinto Imperador da França” (AI, 1934: 128). Agora, a figura do invasor até colhia simpatia entre os distintos “porque a Ilha ficara ao abrigo do insulto das devastações francesas; e, à outra, porque a corrente napoleónica, no momento, quase atingira todos, começando pelas pessoas principais da terra, educadas nos princípios liberais vindos de França” (AI, 1934: 128).

As palavras parecem encerrar uma declaração de índole política, estabelecendo uma ligação com a realidade portuguesa, complementada pela citação de Napoleão III: “O Império é a Paz” (AI, 1934: 128), no fundo, o que era procurado pelos homens que subjugarão a Primeira República portuguesa e pela dominação dos revoltosos madeirenses nos anos 30. Tal como Napoleão III, Salazar também foi muito admirado, pelo menos, “nos primeiros anos de presidência e de reinado” (AI, 1934: 129).

O amor que o Imperador nutria por Isabel de S., acabou por fazê-la passar à condição de viúva, “na sua espiritual viuvez” (AI, 1934: 127). Isabel de S. assumia a mesma condição final do seu noivo, o isolamento, que a fazia viver num estado de santidade pois, cultuada numa “dupla auréola: a do amor, dilatada com a da piedade e sacrifício” (AI, 1934: 129): era encomendada à sua protecção “o regresso ao bom

caminho dalgum noivo transviado. No seu dorido canto sentiam, conforme o estado de alma, um consôlo, uma promessa ou uma esperança” (AI, 1934: 130).

No final da diegese, sobre a figura da ligação que propiciou o encontro entre Napoleão e Isabel de S., Henry Veitch, é dito que faleceu em 1857, e “que pelo seu character, espírito largo e liberal e generoso coração, atraíra, com o aprêço, as simpatias madeirenses” (AI, 1934: 130). Fala-se também sobre o seu papel na fundação da Igreja Anglicana, lançando na pedra angular as moedas do Imperador. O cônsul britânico “Foi, até ao fim, o único homem que a recolhida admitia a visitá-la no mosteiro de Santa Clara: Veitch a colocara, face a face, ante o objecto do seu culto” (AI, 1934:130).

Em relação ao destino do anel, a confidência feita pelo Imperador ao Conde, a especulação da ficção opera que foi levado a Napoleão III ou que houve quem o tivesse visto num antiquário, há uns “bons trinta anos” (AI, 1934: 132).

O discurso do romance histórico não pode resolver o mistério, mas pode dar-lhe o sustentáculo da suposição, algo inalcançável para o discurso da história, porque Elisa “é morta há muito; e os coveiros não falaram...” (AI, 1934: 132). Sem testemunhas, o discurso historiográfico é um discurso sem fundamento e que não cumpre o princípio de Heródoto, pois o “histor” é aquele que vê, logo o que pode contar, o que pode testemunhar. Como da mesma maneira, o que Artur Bertrand pode testemunhar é apenas o chamamento do Imperador ao seu pai, mas não o diálogo entre os dois. Quanto ao segredo, a confidência permanece entre Napoleão e Henri-Gatien Bertrand.

Ao aproximar-se do fim da diegese, o narrador tem uma curiosa reflexão sobre o tempo e a sua ação sobre o Homem e os seus testemunhos: “No seu rodar impiedoso, a mó do tempo tudo esmaga” (AI, 1934: 131). A impiedade do tempo é antagonista da memória, sendo esta o que poderá resgatar o passado, seja pelo discurso da história, seja pelo discurso do romance histórico. Não resgatará o passado na sua totalidade, mas tentará reapresentá-lo ao leitor, numa relação de verdade ou de verosimilhança e de construção da memória histórica e da memória cultural.

4.3. *O Cavaleiro de Santa Catarina: de Varna à Ilha da Madeira* (1941)

O mais pequeno dos romances históricos de João dos Reis Gomes leva-nos a um tempo um pouco anterior ao de *A Filha de Tristão das Damas*. O romance dividido em duas partes desdobra-se em dois espaços distintos: o centro e leste europeu e a ilha da

Madeira, balançando entre o tempo da história e o tempo da lenda, tempos distintos, mas que se complementarão no tempo e espaço literários.

Utilizando a referência a uma tradição da ilha acerca de um estrangeiro que em meados do século XV chega à ilha, envolto em mistério e dúvidas acerca da sua identidade, a função deste romance histórico extravasa a simples feitura de uma obra com um tema caro ao imaginário madeirense. Ao leitor, mesmo sem grandes referências histórico-culturais, a alusão ao fado de Henrique Alemão aborda o universo coletivo português pelo paralelo com a figura mítica de D. Sebastião.

Explorar a situação portuguesa num período de crise internacional, em plena Segunda Grande Guerra, e com a pretensão portuguesa de manter a neutralidade do país face às potências em conflito, o mito sebástico acaba por reunir um conjunto de características que evocam a soberania nacional, o nacionalismo e o papel da política oficial portuguesa, perante as situações com que se deparava.

Ora, na periferia portuguesa, é natural que os ventos da metrópole também chegassem ao arquipélago, quando sabemos que João dos Reis Gomes é uma personalidade com referências fora da ilha. A alusão a um mito nacional, o mito sebástico, camuflado na figura local de Henrique Alemão é uma forma de fazer reavivar, no panorama cultural ilhéu, a memória coletiva das gentes da ilha.

4.3.1. Entre a exaltação do mundo português e a neutralidade

A obra lançada em 1941 foi lida pelo dr. Pedro Pitta à Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa e recomendada para publicação³²⁷, tal como *O Anel do Imperador*. Sendo o mais pequeno, em dimensão física, dos romances históricos de João dos Reis Gomes, *O Cavaleiro de Santa Catarina* desperta no leitor o interesse pelo enredo em si e pela propaganda cultural no domínio da “política do espírito”.

Moldado a partir da lenda de Henrique Alemão, suposto rei Ladislau III da Polónia, recupera o mito sebástico que é caro ao Estado Novo, na vertente dos mitos

³²⁷ Periódico *Diário de Notícias*, 4-2-1941, p. 1, “Major J. Reis Gomes: Comunicação á Academia das Ciências intitulado: ‘O CAVALEIRO DE SANTA CATARINA’ – (De Varna á Ilha da Madeira)”. O artigo elogia “a frescura e a vivacidade” que sempre pautaram a obra do Major, que “não se deixou adormecer à sombra dos louros colhidos, na brandura do nosso ambiente insular”. A obra é classificada como “Memória romanceada” em torno da figura de Ladislau III, que “Segundo se diz, e que a história parece confirmar, depois dessa página inglória da sua vida [a Batalha de Varna], veio para a Madeira onde foi recebido com honras especiais pelo capitão-donatário João Gonsalves Zarco.” A comunicação foi proposta para ser publicada nas *Memórias da Academia das Ciências* pelo presidente Queiroz Vellozo e por Agostinho de Campos e Joaquim Leitão.

nacionais. Reaviva-se, tal como em *A Filha de Tristão das Damas*, o primeiro tempo do povoamento da Madeira, estando o Funchal ainda sob o governo do 1º capitão, João Gonçalves Zarco. A capitania funchalense será o espaço determinado para a segunda parte da diegese, quer seja em terras do sesmeiro, quer seja na povoação que será elevada a cidade, em 1508, por D. Manuel I:

em *O Cavaleiro de Santa Catarina*, cuja ação se situa entre 1444 e cerca de 1475, Reis Gomes revisita, ora baseando-se na tradição escrita, ora na tradição oral, a lenda de Henrique Alemão, senhor de vastos domínios na Madalena do Mar por ordem e vontade do infante D. Henrique e do monarca D. Afonso V. Sob o signo da expiação, esse vulto com passado envolto em mistério, a quem Gonçalves Zarco tratava com particular respeito, terá uma morte tristemente accidental, como previra uma vidente búlgara. Apesar de não revelar a ninguém a sua verdadeira identidade, situações houve que levaram a nobreza insular a acreditar que se tratava de um “príncipe polaco milagrosamente salvo da Batalha de Varna” (CSC, 10), identificando-o com Ladislau III, rei da Polónia e Hungria, derrotado em 1444 por Amurate II e desaparecido no campo de batalha, qual nosso D. Sebastião. Reis Gomes recupera o jogo do êxito e do infortúnio da família que esse estrangeiro de presumível estirpe real constitui na Madeira. (Santos e Coelho, 2016: 81)

Em Portugal, da Exposição do Mundo Português (23 de junho a 2 de dezembro de 1940) pretendia-se um hino à portugalidade e à comemoração da dupla independência da pátria (1140 e 1640), além de uma forma do Estado Novo reforçar toda a sua linha política, que, pela propaganda, veio exaltar as ideias de nacionalismo e patriotismo. O evento foi comemorado nas várias regiões portuguesas, incluindo na Madeira, onde o Major João dos Reis Gomes fez parte da “Comissão das Comemorações Culturais”, como registamos anteriormente.

A reconquista da independência, em 1640, está diretamente ligada à aventura africana de D. Sebastião. Numa demonstração do poderio militar português, com cariz de cruzada, o monarca luso e os seus aliados vacilam na Batalha de Alcácer Quibir (1578) perante um exército saadiano apoiado pelos otomanos. Em torno deste facto, nasce uma lenda que augura o regresso do rei, quando a pátria se encontrar em perigo. O corpo de D. Sebastião nunca foi encontrado, o que colaborou para a edificação do mito surgido à volta do rei. O episódio abre caminho a uma nova potência, a Espanha.

Por D. Sebastião não ter linha de sucessão direta, a Coroa portuguesa fica entregue a D. António, Prior do Crato, que também não tinha sucessor legítimo. Por

isso, era uma questão de tempo até Filipe II de Espanha, tio de D. Sebastião, se tornar rei de Portugal, uma vez que era o principal pretendente legítimo ao trono português.

Todavia, que papel teria o mito sebástico na literatura de 40, mais precisamente no caso de *O Cavaleiro de Santa Catarina*, de João dos Reis Gomes?

Em 1941, ano da primeira edição do romance, encontramos-nos nos anos da Segunda Grande Guerra, que opõe as potências do Eixo, a Alemanha de Hitler e a Itália de Mussolini, às democracias ocidentais, a França e o Reino Unido, embora os britânicos se encontrem “sozinhos” na luta, até à entrada, no conflito, dos E.U.A. Portugal, apesar de ser uma ditadura com princípios nacionalistas, evitou a entrada direta na guerra, não seguindo o exemplo da Primeira Grande Guerra e não cedendo às pressões internas, quer dos germanófilos, quer dos anglófilos.

O governo de Salazar não via benefícios numa participação bélica e ainda vivia da imagem de que, durante o conflito de 1914-1918, o país arriscou a posse das colónias africanas e, em certa medida, a própria independência política perante a Espanha³²⁸. Por isso, a questão do império africano esteve sempre presente na agenda da política externa portuguesa, confundindo-se com a própria agenda da diplomacia, porque o império era o primeiro garante e justificação da independência nacional:

Durante este período de cerca de cinquenta anos [1926-1975], e ao contrário daquilo que acontece noutros países europeus também possuidores de colónias, a política externa viverá quase sempre subordinada à questão colonial e não ao contrário, a não ser que consideremos que a questão colonial era ela mesma política externa, como pode ser, em boa parte, a política de defesa ou ainda, embora em menor escala, o comércio externo ou

³²⁸ Salazar via na questão da Guerra Civil Espanhola uma ameaça à independência nacional, acima de tudo se a vitória sorrisse aos bolcheviques. A 6 de julho de 1937, o Presidente do Conselho explica a posição portuguesa, em que se subentende o apoio a Francisco Franco: “Nós temos na península interesses muito especiais e corremos riscos que outros não correm. Consideramos que a opinião pública de alguns países, e designadamente da França e da Inglaterra, está mal formada em relação ao verdadeiro problema espanhol e à natureza dos acontecimentos ali desenrolados. Alguns não acreditam no perigo comunista; nós, ao contrário, vemo-lo, sentimo-lo, tememos se instale em Espanha com a ajuda estrangeira e, finalmente, se frustre o intento de deixar aos espanhóis a escolha do seu regime futuro – pois não haveria liberdade nacional nem independência onde várias internacionais talhassem a seu contendo os povos e os governos” (Salazar, 2015: 308). Para a manutenção da independência, também se torna importante o valor das forças armadas e, nesse particular, a bênção da velha aliada, bem como a funcionalidade de um estatuto útil, é sempre algo a ter em consideração: “a Inglaterra reconhece o maior interesse político, não comercial – pois infelizmente o rearmamento britânico tem impedido uma larga colaboração da indústria inglesa nos fornecimentos a Portugal – reconhece o maior interesse político na valorização da força armada portuguesa, na reconstituição da nossa Marinha de guerra, na organização e armamento do Exército português, certamente pela mesma concepção política e pelas mesmas razões. Como nós, ela pretenderá amizade sincera, aliança fiel, colaboração necessária em termos úteis, não um trambolho incómodo a confessar-se pelo mundo incapaz de lutar ou viver” (Salazar, 2015: 307).

a política que nos dias de hoje se chama cultural mas antes se designava por propaganda. (Martins, 2000: 144-145)

Assim, os anos 40, sem querermos explorar sobremaneira a posição de neutralidade portuguesa no conflito mundial³²⁹, em que o governo português se serviu tanto das relações com a Inglaterra como com a Alemanha para conseguir verbas adicionais e manter a estabilidade económica portuguesa³³⁰, se voltaram para o enaltecimento do mundo português como um culminar de uma política ideológica de cariz nacionalista e patriótico, no intento de demonstrar o quão grande Portugal era no mundo. Daí a recorrência aos mitos portugueses, muito à volta da figura do Infante D. Henrique, aquele que miticamente idealizou o império.

A grande exposição do mundo português que teve lugar em Lisboa cumpre esses objetivos e é dentro desse ambiente que a literatura portuguesa vem recuperar os grandes mitos fundadores do nacionalismo e do patriotismo português, como é o caso da figura de D. Sebastião. António Ferro procurou um envolvimento dos artistas de várias índoles políticas, mesmo contrários ao regime, promovendo o evento sob a bandeira da nação, como assinalou Joaquim Veríssimo Serrão, e que nos parece marcar a política cultural do SPN:

por meio de um itinerário que envolvia o orgulho no passado nacional e a consciência de um presente que se revia no património evocado ou exposto. Torna-se de justiça recordar que o director do Secretariado de Propaganda Nacional teve um papel essencial na colaboração de tantos artistas de formação e ideias diferentes. Sendo velho amigo de muitos artistas

³²⁹ Para Salazar, a neutralidade na Grande Guerra foi uma bandeira política que poderia reforçar o regime. Esta situação foi mexida com pinças, tanto que, a 18 de maio de 1945, Salazar discursa à Assembleia Nacional, elogiando a posição portuguesa durante os anos da Guerra, o que foi possível graças à prudência do governo português, apesar da aliança luso-britânica: “A neutralidade portuguesa era possível dentro do estatuto jurídico que regulava, à data do começo das hostilidades, as relações dos diversos Estados e dentro do melhor entendimento da aliança luso-britânica; prudentemente, porém, foi logo no princípio definida como não sendo incondicional” (Salazar, 2015: 547), e reforça com o serviço prestado à Inglaterra, “Para a Inglaterra o primeiro serviço prestado foi exactamente a nossa neutralidade: na política, entre as nações como entre os homens públicos, é às vezes um grande favor estar quieto, contanto que se seja atento e fiel” (Salazar, 2015: 548).

³³⁰ No número extraordinário dedicado ao duplo centenário 1140-1640-1940, o periódico *O Século*, junho de 1940, p. 61, afirma que “O Ministro Duarte Pacheco, na pasta das obras públicas, deu ao país uma nova fisionomia, através de uma acção notável da mais larga protecção moral, política, económica e social”. No entanto, *O Século*, em janeiro de 1940, já havia publicado um conjunto de entrevistas com autarcas madeirenses, que vêm afirmar que a Segunda Grande Guerra trouxe à Madeira a crise: “Num momento como o actual, em que toda a ilha da Madeira desenvolvia enorme actividade em melhoramentos, destinados, na sua maior parte, a comemorar os Centenários, e em que, repetimos, devido á guerra, as receitas escassearam, justo será que o Govêrno do Estado Novo, como tantas vezes tem feito, ajude a ‘Pérola do Atlântico’ com algumas verbas importantes”. Este excerto e o restante texto podem ser lidos no periódico *Diário de Notícias*, 4-1-1940, p. 1.

propensos à criação “modernista”, António Ferro garantiu-lhes a orientação criadora a que o Estado não se opunha, desde que a mesma traduzisse formas artísticas de génese nacional (Serrão, 2008: 634)

Fernando Rosas, em “Sob os ventos da guerra: a primeira crise séria do regime (1940-1949)” (Rosas, 1994d: 301-415), no vol. 7 da *História de Portugal*, analisa a situação portuguesa nesta fase crítica e distingue três períodos: 1939-1940, em que a guerra se encontrava distante do território peninsular; 1940-1942, o da “neutralidade geométrica”; e 1943-1945, o da “neutralidade colaborante”. Nesta fase, não poderemos dissociar o mundo exterior das pretensões do regime: da “neutralidade geométrica”, num primeiro plano, e da “neutralidade colaborante”, num segundo plano. Num primeiro momento, as potências beligerantes encontravam-se num equilíbrio na área de interesse portuguesa, num segundo momento, a Alemanha pareceu dominante, mas, num terceiro momento, a entrada dos E.U.A. na Guerra e o ataque da Alemanha à U.R.S.S. fizeram com que os aliados ficassem em vantagem e a “neutralidade geométrica” passasse a “colaborante”, porque, pelo panorama geopolítico que se adivinhava, o regime português poderia vir a beneficiar da colagem aos E.U.A.

A Segunda Grande Guerra vem também marcar a época da primeira crise interna no regime salazarista e encara pela primeira vez a sua sobrevivência no fim do conflito e no pós-guerra (Rosas, 1994d: 301). Salazar estava consciente de que “qualquer inclinação imprudente faria perigar ou o ‘império’, ou a própria independência nacional, e, em qualquer caso, a subsistência do regime” (Rosas, 1994d: 301).

Assim, a política externa portuguesa procura afirmar uma posição de não envolvimento no conflito e respeitar, em simultâneo, a velha aliança com os ingleses, pois eram vistos como aqueles que poderiam ajudar o país em caso de ameaça externa. Além da aliança com a Inglaterra, a posição anglófila justificava-se porque a Falange franquista, dentro de um regime espanhol apoiado por Hitler e Mussolini, via na invasão ao território português uma forma de recuperar a glória do seu império. A posição do governo salazarista também se justificava pela aliança alemã com os bolcheviques.

Mas, em 1940, com a ocupação alemã da França e com o plano para invadir a Península, a “Operação Félix”, a facção germanófila cresce em Portugal e pressiona o governo a apoiar a expansão alemã e abandonar a velha aliança com os ingleses. O regime procurou não demonstrar o mesmo apoio à Inglaterra e refletiu uma “neutralidade geométrica” e “equidistante” (Rosas, 1994d: 307), pois o perigo e a ameaça espanhola e alemã encontravam-se perto. A situação faz perigar a relação lusa

com os britânicos e respetivos aliados americanos, que optam pelo bloqueio económico à Península Ibérica. Salazar vê na cedência económica às pretensões alemãs uma forma de sobrevivência do regime.

Em 1942, o governo português percebe claramente que a vitória será para o lado dos aliados pelo que uma aproximação aos britânicos se torna o principal item da agenda internacional. Perante os interesses dos aliados na posição geopolítica portuguesa, Salazar negocia com eles o pós-guerra e a sobrevivência do regime, pois espera-se o triunfo das democracias e o abandono dos impérios coloniais, dois aspetos antagónicos ao regime português. Deste modo, a “neutralidade colaborante” deve ser assumida e rentabilizada na relação com os aliados britânicos e americanos (Rosas, 1994d: 316), através da assinatura de vários tratados e da cedência da base dos Açores para domínio da Guerra no Atlântico, quer a que se encontrava em curso, quer a que se aproximava, a Guerra Fria.

Quando falamos das ameaças internas ao regime, devemos referir que além do apoio germânico às fações germanófilas do governo português e o trabalho feito com a oposição interna ao salazarismo, pelos aliados, Salazar teve a capacidade diplomática de obter dividendos da sua posição neutral, ao conseguir sobreviver interna e externamente (Rosas, 1994d: 321) e, também, a capacidade de fazer prevalecer um estilo de governação, que é como pensamos entender o salazarismo:

Não há dúvida que a ausência de uma figura intelectual e militante à cabeça das hostes da extrema-direita, principalmente a partir do segundo pós-guerra, e a realidade consolidada do Estado Novo, fizeram com que a área política radical se acostumassem à figura de Salazar como referente, apesar de ele não ter sido nem o fundador de um movimento político radical, nem chefe de um partido único, nem criador de uma doutrina política, mas sim de um estilo de governação. (Marchi, 2012: 277)³³¹

³³¹ Luís Reis Torgal apresenta uma hipótese próxima da de Marchi. Resume o feito de Salazar, na formação do Estado Novo, como uma amálgama de sensibilidades, construída com mestria pelo Chefe de Governo: “É certo que a sua formação [de Salazar] se efectuara influenciado pela ideia monárquica, mas a sua lógica — como a ideia de muitos políticos defensores de um ‘Estado novo’ — é que o problema de regime era de somenos importância. O que estava em causa era, pois, um ‘regime nacional’ contra a existência dos partidos, fossem eles monárquicos ou republicanos” (Torgal, 2009a: 142). Deste modo, concordamos com Luís Reis Torgal quando afirma que “Salazar nunca se compromete com uma doutrina, embora fique claro que, em certos casos, a admira, como sucede com a ideologia de Mussolini. Como atrás já vimos, a sua estratégia foi sempre a estratégia da ‘originalidade’, escudada numa prática política que tinha por limites a ‘moral’ e o ‘direito’ e numa concepção de Estado que tinha como base a ‘Nação’. Desta forma, pretendia defender-se contra qualquer identificação com o fascismo e com a sua alegada concepção estatista de tipo totalitário, que passava também por uma ideia de partido único totalitário” (Torgal, 2009a: 139).

No que toca a *O Cavaleiro de Santa Catarina*, que sai em 1941, no período da ameaça hispano-germânica sobre o território português, trata-se de um texto relativamente curto, cujo interesse maior se encontra no tratamento da tradição popular. João dos Reis Gomes utiliza poucas fontes, até porque a história de Henrique Alemão permanece mais na sua faceta lendária do que histórica.

Além dos livros que abordam a História da Polónia e de Portugal com aquela zona do centro europeu, como são o caso de *La Pologne Historique Littéraire, Monumentale et Pittoresque* e “Relações entre Portugal e a Tchecoslováquia”, de Henrique de Campos Ferreira Lima, as principais “fontes” são os nobiliários e as referências do Pe. Fernando Augusto da Silva e de Gaspar Frutuoso: *Nobiliário*, de Castelo Branco; *Nobiliário*, de Henrique Henriques de Noronha; *Saudades da Terra*, de Gaspar Frutuoso (anotado pelo dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo), e a entrada “Alemão” no *Elucidário Madeirense*, de Fernando Augusto da Silva.

4.3.2. Considerações sobre o mito sebástico

Neste trabalho não procuramos a exploração exaustiva do mito sebástico na literatura portuguesa de 40 e dos anos que preconizam a Exposição do Mundo Português. O nosso propósito assenta na função exercida pela figura de D. Sebastião, em termos ideológicos, sobre os leitores, num período conturbado para o regime salazarista, apesar do esplendor do Mundo Português: assiste-se a uma conjuntura internacional bélica, na senda da Segunda Grande Guerra, em que é necessário segurar o regime, interna e externamente.

Para nós, a edição de *O Cavaleiro de Santa Catarina* (no início dos anos 40, após a Exposição do Mundo Português e nos primórdios da Guerra na Europa) e a segunda edição de *A Filha de Tristão das Damas* (um ano após o fim da Segunda Guerra Mundial, referindo-se à questão do império africano) vêm reforçar as posições ideológicas do regime salazarista, perante ameaças internas e externas. No caso de *O Cavaleiro de Santa Catarina*, a figura intemporal do desejado vem reativar uma “manifestação da personalidade colectiva” (Ponce de Leão, 2004: 48).

Além do texto urdido por João dos Reis Gomes, nos anos 30 e 40 do século passado, há romances históricos sobre D. Sebastião, destacando-se: *A Aventura maravilhosa de D. Sebastião* (1936), de Aquilino Ribeiro, e *História maravilhosa de Dom Sebastião imperador do Atlântico* (1940), de Samuel Maia (Marinho, 2005: 415-

419), dois livros que têm por base o mito sebástico na reescrita do princípio dos romances históricos “do que poderia ter sido” e apelam, novamente, à memória coletiva da portugalidade, numa altura de grande instabilidade política. Os romances centram-se nas deambulações de D. Sebastião por terras espanholas, em que o rei deverá permanecer ocultado, de modo a não prejudicar os intentos do tio, Filipe II, e na alusão ao Atlântico, o espaço em que se joga muito da política portuguesa, nos anos 40.

O mito sebástico nos anos 40 faz parte do programa de enaltecimento dos heróis pátrios que vêm engrandecer os valores da ditadura salazarista. Como recorrência temática da literatura e da historiografia portuguesa, D. Sebastião revela três facetas que servem sobremaneira o Estado Novo: a antecâmara do poder absolutista, o culto dos grandes feitos nacionais e o mito do “Desejado”. O reinado de D. Sebastião tem, como diretrizes políticas, a aposta no império africano e a manutenção da independência nacional, que vinha a perigar, visto a emergência da Espanha, que, por sua vez, poderia beneficiar da linhagem da corte, como forma de herdar o reino português.

Assim, o rei-mito, uma das principais matérias de estudo por parte das humanidades, transmite-nos a ideia de alguém impetuoso, que, segundo a crença do seu tempo, era guiado pelo poder divino:

Dos testemunhos coevos um traço psicológico que sobressai é a impetuosidade de D. Sebastião; impulsivo, agindo por capricho, e às vezes colérico. Esta sua característica tinha ainda mais consequências se tivermos em conta que se estava na antecâmara do absolutismo régio, que iria fazer da vontade do rei algo ainda mais supremo e incontestável. (Zúquete, 2012: 358-359)

No que se refere ao culto dos grandes feitos pátrios, D. Sebastião, no seu tempo, aproveitou para sustentar as suas pretensões imperialistas e a ambição de se tornar um dos grandes monarcas da História de Portugal, na senda dos grandes reis que contribuíram para a portugalidade:

Ao mesmo tempo, não é possível compreender as acções de D. Sebastião em prol do seu reino sem ter em conta a ligação que o rei, desde cedo, revelou em relação à memória da nação. O culto da nacionalidade portuguesa, do seu território sagrado, e dos lugares e heróis que objectivavam essa idade de ouro da grei desempenharam um papel fundamental na visão que o rei tinha do seu papel na história. Mas o culto desse passado não era frio e distante, mas filial e até físico. As suas viagens pelo reino demonstram-no. (Zúquete, 2012: 360)

D. Sebastião não negou o pedido de ajuda de Mulei Mohamede Almutuaquil, porque lhe oferecia a possibilidade de derrotar um grande exército mouro em Alcácer-Quibir, tal como D. Afonso Henriques, segundo a tradição, fizera em Ourique: “[Mulei Mohamede Almutuaquil] Decidiu pedir auxílio, primeiro a Filipe II de Espanha que recusou e, depois, a D. Sebastião que aceitou porque se convenceu de que poderia dessa forma retomar a iniciativa expansionista portuguesa em Marrocos, sem que os limites dessa empresa tivessem sido claramente delimitados” (Farinha, 1998: 132). Mas, na difícil conjuntura traçada, a sorte não sorriu ao monarca português: “A Batalha de Alcácer Quibir teve lugar a 4 de Agosto de 1578. [...], o exército português e os seus auxiliares cristãos e marroquinos foram completamente derrotados. [...]. D. Sebastião morreu em combate” (Farinha, 1998: 133).

O legado de D. Sebastião à história fica marcado por este acontecimento e pela tradição e edificação do mito sebástico. A morte do rei e a ausência do seu corpo, por ironia do destino, tornaram-no imorredouro. Considerado, já em vida, como o “Desejado”, o facto de ter desaparecido, para a tradição, perecido, para a historiografia, deixando a independência do país em perigo, fê-lo mais do que um cultor da portugalidade. D. Sebastião é um dos agentes da portugalidade, pois o seu mito edificou-se na espera da sua ação libertadora do perigo que ameaçava a pátria, reunindo, em si, os valores da independência e do império:

Mas tão devagar D. Sebastião quis morrer que, para muitos, e por muito tempo, ele acabou por nunca verdadeiramente morrer. Tornou-se mito, símbolo e destino. Imperecível, D. Sebastião permaneceu no tempo, imortalizou-se; mas não como lembrança, imóvel, mas como promessa de regresso. (Zúquete, 2012: 356)

Com isto, estamos em crer que D. Sebastião vem reforçar a máquina propagandística do Estado Novo, pois as três características apontadas por nós se coadunam com o exercício do nacionalismo que o regime salazarista vinha a propagandear, desde 1933 até finais dos anos 40, porque:

foi, em política, em pedagogia e em propaganda, uma poderosa máquina construtora de mitos e fazedora de heróis, que muito bem uniu a história à ideologia, pondo a primeira, e por esta, ao serviço da pedagogia, numa das mais bem conseguidas campanhas de mentalização colectiva de que há memória na nossa cultura, que nem o ideário dos velhos republicanos e o

positivismo de um Teófilo Braga haviam conseguido para os esteios nacionalistas e antimonárquicos da Primeira República. A política do Estado Novo conseguiu a uniformidade da cultura educativa, impôs às gerações uma visão nacionalista homogênea da História de Portugal, organizou o teatro das mentalidades em torno dos três grandes eixos de “Deus, Pátria e Família”, redimensionou o passado nacional, explorando-lhe os valores simbólicos, as memórias colectivas, os estratos míticos, e promoveu por eles a socialização massiva e programática da autoconsciência nacional. Foi a maior instrumentalização política do mito de Portugal, que superou o campo de toda a historiografia ideológica anterior e que criou uma identidade cultural subtraída à problematização e à crítica. (Pimentel, 2008: 17)

A citação do trabalho de Manuel Pimentel corrobora o pensamento sobre a instrumentalização dos mitos pelo Estado Novo, sendo que o SPN é uma extraordinária máquina que atua em diversos campos e é capaz de explorar a memória coletiva em proveito dos intentos do regime nacionalista.

Após a Exposição do Mundo Português, perante a conjuntura internacional e apesar da neutralidade portuguesa, uma das grandes bandeiras da diplomacia do Estado Novo, nos anos 40, o regime viverá uma das suas primeiras crises. Então, a figura de D. Sebastião é o mito da memória coletiva que mais se aproxima da salvação, pois a sua epifania é o antídoto contra as ameaças à pátria. Desde o século XIX, o mito sebástico é exaltado pela intelectualidade portuguesa, porque devido à conjuntura histórica, Portugal atravessou períodos de grande dificuldade financeira e política que chegaram a colocar em causa a própria independência. A República não foi a solução, nem o golpe militar de 1926, sendo, então, depositadas fundamentadas esperanças no Professor vindo de Coimbra, António de Oliveira Salazar.

A razão mais forte do culto do sebastianismo é a sua interpretação como forma de resistência, ao reunir em D. Sebastião a força do povo português que vê na identidade sebástica a justiça merecida pela pátria na sua condição de afirmação e de resgate perante as ameaças externas e internas:

O sebastianismo, decorrente da derrocada de Alcácer-Quibir, mais que uma crença é uma forma de resistência, assumindo-se como uma religião lusitana, direi mesmo, uma configuração depurada do patriotismo. Forma de regresso à Idade do Ouro, salvação individual e colectiva, é também forma de querer e crer que, tal como Cristo ressuscitou para resgatar o seu povo, haverá uma voz messiânica redentora da identidade, da ordem e da justiça. Ora o sebastianismo sendo nacional é popular e misterioso também, tendo assim

todos os símplices para se converter na supra-citada religião lusitana capaz de combater a angústia do mundo moderno. (Ponce de Leão, 2004: 44)

Porém, o sebastianismo não se ocultou porque a pátria nunca estaria totalmente salva, havendo o perigo comunista, o perigo da desagregação das províncias ultramarinas portuguesas, sobretudo no pós-Segunda Guerra Mundial, o perigo de conspirações internas e internacionais contra o regime salazarista, que velava pela pátria lusa, cuidando dos seus interesses. Em D. Sebastião reuniam-se duas ideias: a salvação da pátria e o império africano que, segundo Valentim Alexandre, correspondem à terceira fase do imperialismo português:

a historiografia tem vindo a marcar a existência de três impérios distintos na expansão ultramarina portuguesa: o do Oriente, (...); o do Brasil, (...); e o africano, que abre dificilmente caminho no decurso de Oitocentos, ganha consistência territorial nas primeiras décadas de Novecentos e termina com a descolonização, em 1975. (Alexandre, 2000: 11)

Outra ideia parece ser a identificação de D. Sebastião com Salazar. Nos anos 30, o ditador português apresenta-se à pátria como imortal e o guardião dos seus interesses, velando pelo bem-estar de Portugal, não dos portugueses, mas do país. A imagem de Salazar foi moldada para ser o refundador de Portugal e, tal como D. Sebastião, o garante do império e da independência. Nisto, parece-nos profundamente ligado à envolvência mítica de D. Sebastião.

No caso de Henrique Alemão, após diversas provações, encontrou abrigo na ilha madeirense, mas, nunca deixou de ser a figura desejada pelos polacos, ligado aos grandes feitos da pátria. A mensagem, apesar do trágico fim de Henrique Alemão/Ladislau III, assenta no caráter positivo do líder que conduz a pátria aos mais nobres desígnios de potência civilizacional. Salazar pode ser visto como aquele que é capaz de conseguir fazer com que a pátria volte a reviver os momentos grandiosos do passado. Aos olhos do povo, Salazar assume todo o caráter de D. Sebastião, mas alcançando a vitória final:

A figura de D. Sebastião é talvez das mais carismáticas da História de Portugal. Levado por um sonho de grandeza, legitimado por conselheiros fanáticos e irrealistas, o jovem rei despreza a voz do bom senso e lança o país numa estrondosa derrota, de que resultaram consequências gravíssimas para a soberania nacional. No entanto, a confusão gerada durante a batalha,

sobretudo a partir de determinado momento, favoreceu alguma ambiguidade, ao ponto de se ignorar o verdadeiro destino do soberano, cujo corpo verdadeiramente ninguém reconheceu. A vontade de que o rei não tivesse morrido, vontade emotiva mas também política e ideológica, dá origem ao aparecimento de falsários e a um sentimento latente de esperança e messianismo. Aliás, se nos ativermos apenas ao histórico propriamente dito, verificaremos que a actuação de Filipe II e seu sucessor é mais cautelosa, enquanto era teoricamente possível a sobrevivência de D. Sebastião, ainda que em parte incerta. (Marinho, 2005: 405-406)

O carácter impetuoso de D. Sebastião, apontado por Maria de Fátima Marinho, refere também a imagem de que o mito de D. Sebastião se assenta na leitura do jovem rei sobre outros mitos: os reis fundadores de Portugal, em especial D. Afonso Henriques. O mito acaba por ser parecido, mas com um final diferente: D. Afonso Henriques é o grande vencedor em Ourique e D. Sebastião é o grande derrotado em Alcácer-Quibir. Porém, a ironia do destino transformou D. Sebastião num mito mais poderoso que D. Afonso Henriques, porque representa o que falta realizar, a força que move os portugueses num mundo em que se espera passar as grandes tormentas e ganhar o império. D. Sebastião é o símbolo do império, a obra aberta que deixou para a realização da pátria.

O rei Desejado sobrevive na força do mito que se confunde com a vontade dos seus edificadores e cultores. Em D. Sebastião vive o escape da morte para a glória, pois é lembrado como o desaparecido, mas que transporta em si a força coletiva da pátria, urdida pelo não reconhecimento do seu corpo. D. Sebastião, parafraseando a leveza de Kundera, apresenta-se como a insustentável leveza de um povo que durante a ausência do Desejado brada pelo direito de querer realizar-se.

A condição de mito é uma metáfora publicitada que vem reforçar os resquícios que identificam e definem uma comunidade. Por isso, a perda da essência de um mito fundador, como é o caso de D. Sebastião, é uma condição que não se põe porque e sobreviverá a diferentes épocas e estados políticos de Portugal:

porque é o discurso publicitário o maior criador de mitos através das suas delirantes metáforas que, em termos pragmáticos, comutam o objecto de desejo em realidade empírica? Como se encontram o semiótico e o imaginário? Como traduzir o enigma e o fetiche? Para onde nos querem levar? Sabe-se que nos conduzem a um eu ideal; mas sabe-se também da utopia de qualquer ideal. Que força nos move a segui-lo, inconscientemente, embora? Como explicar o cíclico revitalismo das modas ou o discurso pós-

moderno mas tão mitificado dos media? O quê? Como? Porquê...? (Ponce de Leão, 2004: 50)

Isabel Ponce de Leão reflete sobre as condições do “eu ideal”, da “utopia” e do “revitalismo”, porque, no fundo, é esta a condição demiurga do mito, numa constante deambulação entre a realidade e a imaginação que transforma a identidade e a sobrevivência da pátria enquanto nação e o conjunto de indivíduos culturalmente identificados numa comunidade.

Construído o romance de Reis Gomes sob o ponto de vista propagandístico, a personagem de Ladislau III encerra características que a aproximam do mito sebástico e que a tornam uma matéria elegível para a difusão propagandística das diretrizes culturais e ideológicas do Estado Novo, através do SPN.

Em termos de cultura popular, o arreigamento da lenda de Henrique Alemão na Madeira cria uma relação de proximidade local em relação ao universo cultural comum português. Em traços gerais, o rei polaco Ladislau III desaparece em Varna numa batalha contra o invasor maometano. Depois, torna-se cavaleiro na Terra Santa e, seguindo uma das hipóteses sugeridas em relação ao seu destino, aporta à Madeira, onde se torna o sesmeiro da Madalena do Mar. O nosso objetivo primeiro não é estabelecer uma comparação exaustiva entre os dois mitos, mas sim procurar compreender em que medida o universo da lenda de Henrique Alemão funciona como uma apropriação do sebastianismo para as letras madeirenses, mais precisamente num momento, como já descrito, de exaltação nacional (o Mundo Português) e de insegurança internacional (a Segunda Guerra Mundial).

Assim, a opção de João dos Reis Gomes é dar a conhecer ou imortalizar uma lenda cara à identidade madeirense e, em simultâneo, cumprir a promoção de um mito pátrio, numa confluência de identidade nacional e regional. A personagem de Ladislau III envolve alguns contornos que merecem ser analisados. Se nos cingirmos ao romance, a primeira parte transmite ao leitor a versão da historiografia, em que o rei polaco quebra o pacto estabelecido com o sultão turco e parte para uma decisiva batalha, em Varna, em conjunto com os seus aliados, procurando aniquilar o ascendente poderio otomano no leste europeu. Também D. Sebastião se lança num arrojado plano de conquista para o qual não está preparado. De modo a complementarmos esta informação, um outro ponto de encontro entre ambos os reis é o facto de tanto Varna como Alcácer-Quibir se imiscuírem do espírito de cruzada, caro à Santa Sé, onde se

pode descortinar uma das razões para a Expansão Portuguesa: a luta contra o maometano e a expansão da fé cristã, que ainda se encontra presente na apologia do império no século XX. No caso de Varna, o rompimento do tratado de paz entre Ladislau III e Amurrate II tem a instigação do Papa Eugénio IV. Após o Concílio de Basileia, Giuliano Cesarini é enviado à Polónia e à Hungria com o intuito de pressionar a corte de Cracóvia a se lançar numa cruzada contra os otomanos. O cardeal italiano contava com o apoio do clero polaco, que conseguiu fazer com que o Varnense se propusesse a defrontar os turcos com o apoio dos aliados balcânicos e dos estados italianos. Mas esta empresa internacional estaria minada desde o início porque, com o domínio otomano do Levante, os aliados dos polacos teriam outros interesses em perspectiva, desde logo a questão económica:

O cariz internacional dessas batalhas [Nicópolis e Varna] foi marcado pela presença de forças oriundas da Sérvia, da Valáquia, da Bósnia, da Hungria e da Polónia; mas nelas participaram também, por exemplo, forças francesas, escocesas, os Estados germânicos, a Borgonha, a Flandres, a Lombardia e a Sabóia. Os estudiosos consideram que Nicópolis e Varna foram as cruzadas contemporâneas, o prolongamento dos esforços europeus do século XI para aniquilar os Estados da Palestina. Contudo, em ambas as batalhas [...] os príncipes balcânicos combateram ao lado dos Otomanos, enquanto que Veneza estabeleceu em Nicópolis acordos com ambas as partes para obter vantagens políticas e comerciais. (Quataert, 2003: 42-43)

O objetivo delineado (derrotar os turcos) acaba por não ser cumprido, além de ter ocorrido o desaparecimento do rei polaco. As fontes não são claras quanto à sua morte, pois nem os próprios turcos têm a certeza em relação ao facto, o que é realçado pelo romance e, convenhamos, favorece a matéria mítica e literária.

Em torno de Ladislau III, construíram-se diversos cenários oferecendo opções diferentes quanto ao seu destino. Algo que também é referido no romance de João dos Reis Gomes. Porém, na primeira parte desta obra, apesar do decalque da historiografia, é introduzido o elemento mágico que se refere à profecia da pitonisa búlgara em relação ao destino do Varnense. Ou seja, a sua vida tinha um encontro marcado com a morte, como todos os seres, contudo um encontro trágico, que haveria de ser cumprido.

Passada a Batalha de Varna, mesmo as escassas e pouco claras fontes existentes em relação ao rei polaco não se poderão considerar como provas irrefutáveis de uma existência de Ladislau III para lá de novembro de 1444. Em relação a D. Sebastião, o quadro parece assimilar-se, uma vez que também ocorrem supostos testemunhos de uma

existência física para lá de Alcácer-Quibir. Ora, a lenda madeirense vem completar a restante existência mundana de Ladislau III ao lhe atribuir a vida de Henrique Alemão, que se revela uma figura presente da tradição oral da Madeira.

O cónego Homem de Gouveia escreve, em junho de 1934, três artigos³³², no



Figura 5 – Laje tumular de João Rodrigues de Freitas da Madalena, finais do século XV, princípios do século XVI. Fonte: MQC, MQC 2077.

Diário de Notícias, sobre a laje tumular (Figura 5), atualmente, exposta no Parque Arqueológico do Museu da Quinta das Cruzes. Homem de Gouveia escreve os textos como resposta a João Cabral do Nascimento, que advoga que a laje tumular do Museu Regional não pertence a Henrique Alemão, “Não é de Henrique Alemão”³³³, mas a João Rodrigues de Freitas. O cónego entende que “tem a seu favor uma tradição constante contra a qual só podem ser alegadas conjecturas mais ou menos bem arquitectadas e não razões plausíveis”. A tradição que é alegada na notícia refere-se a:

Um príncipe polaco, talvez rei da Polónia, vencido por um seu competidor, vai em peregrinação á Terra Santa, onde é armado cavaleiro e, na volta, encontra-se com os portugueses em Marrocos, a quem naturalmente ajudou nas escaramuças contra os mouros, e, uma vez na Madeira, recebe como recompensa dos seus serviços, verosimilmente, a sesmaria da Madalena do Mar, onde casou com a senhorinha Anes, dama de estirpe fidalga, ao que parece. Por sua morte é-lhe colocada uma lapide sobre a sua sepultura e a tradição, até hoje, atribuiu essa lapide á sepultura de Henrique Alemão, que nos documentos da ilustre família dos Freitas da Madalena, é sempre chamado o **Cavaleiro**, sem mais nada, porque, naturalmente, aquele nobre desconhecido procurava ocultar a sua origem por causa das derrotas sofridas³³⁴.

A questão do texto do cónego Homem de Gouveia é procurar esclarecer, apoiado na tradição, que a laje tumular de que se fala é de Henrique Alemão: “Henrique Alemão foi ali sepultado, assim como a senhorinha Anes, sua mulher e João Rodrigues de Freitas, segundo marido de esta e quiçá seus descendentes, pois as sepulturas eram,

³³² Periódico *Diário de Notícias*, 10-6-1934, p. 1, “Deve ser de Henrique Alemão”, 15-6-1934, p. 1, “A pedra tumular de Henrique Alemão”, 23-6-1934, p. 1, “A pedra tumular de Henrique Alemão”.

³³³ Periódico *Diário de Notícias*, 6-6-1934, p. 1, “Não é de Henrique Alemão”.

³³⁴ Periódico *Diário de Notícias*, 10-6-1934, p. 1, “Deve ser de Henrique Alemão”.

como ainda são hoje, jazigos de família”³³⁵. Porém, torna-se interessante a alusão à lenda por parte do seu autor, que nunca dá como certa a identidade coincidente entre Ladislau III e Henrique Alemão, realçando sempre o facto de ocultação da identidade do sesmeiro ser um dos principais propósitos de Henrique. Também é curiosa a chegada ao território madeirense através de Marrocos, onde teria contactado com os portugueses. No global, o texto de Homem de Gouveia aproxima-se do de João dos Reis Gomes, o que se percebe pelo prólogo de *O Cavaleiro de Santa Catarina*, como veremos.

João Cabral do Nascimento, por sua vez, argumenta que o ponto de vista do cônego Homem de Gouveia não é sustentável, explicando-o com factos:

Henrique Alemão faleceu no mar, vítima de um desastre; e, se alguns restos mortais chegaram a ser recolhidos e enterrados, de-certo o não foram numa igreja **que ainda não tinha sido construída**. Talvez o fôssem noutra parte, nalguma ermida mais antiga, - e nessa campá, se alguma coisa esculpiram, devia ter sido a insígnia do Cavaleiro, a roda de navalhas ou de Santa Catarina.

Que êle fosse feito Escudeiro de El-Rei, depois de já ser Cavaleiro?! Quem tal coisa supõe, mostra ignorar completamente a hierarquia da nobreza. A categoria de escudeiro é inferior à outra, que Henrique Alemão já possuía; a que vinha, pois, a fraca mercê de El-Rei, de mais a mais para galardoar uma personagem de tão alta estirpe?

A história escreve se objectivamente, no desejo só de apurar a verdade, e não com determinados propósitos sentimentais, por mais elevados que sejam³³⁶.

A questão é encerrada com recurso aos “documentos autênticos” e à “tradição”. João Cabral do Nascimento refere o testamento de João Rodrigues de Freitas (1520), para afirmar que “não se trata de um jazigo de família”, secunda com a tradição das sepulturas coletivas serem mencionadas “no respectivo epitáfio” e conclui que “a cova de onde arrancaram a lápide em discussão, era individual, e a inscrição epigráfica repudia em absoluto a hipótese Henrique Alemão”³³⁷.

³³⁵ Periódico *Diário de Notícias*, 23-6-1934, p. 1, “A pedra tumular de Henrique Alemão”.

³³⁶ Periódico *Diário de Notícias*, 12-6-1934, p. 1, “A pedra tumular de João Rodrigues da Madalena II”. Sublinhado do autor.

³³⁷ Periódico *Diário de Notícias*, 24-6-1934, p. 1, “Post-Scriptum”. O artigo alude também ao interesse d’ “A corporação administrativa, de que o sr. Cônego Homem é serventuário” nos quadros das igrejas, o que levanta a questão de interesses em relação ao Museu Regional. A inscrição epigráfica que se regista, de acordo com António Aragão (Aragão, 1970: 115) e indo ao encontro de João Cabral do Nascimento, é a seguinte: “AQVY YA[Z JOANE RODRIGVES DA MADA]NELA ESCVDEIRO DEL REY NOSO SENHOR”.



Figura 6 – Sepultura que se supõe de Henrique Alemão. Fonte: MQC, MQC 2089.

No Parque Arqueológico do Museu Quinta das Cruzes, além da laje tumular que originou a contenda descrita entre o cônego Homem de Gouveia e João Cabral do Nascimento, existe uma sepultura (Figura 6) que é identificada com a possibilidade de ser de

Henrique Alemão. De acordo com António Aragão, na obra *O Museu da Quinta das Cruzes* (Aragão, 1970: 118), trata-se de um "conjunto tumular a que lhe falta o caixão". O autor supõe que deveria ser composto por três partes distintas (tampa, caixão e pés), restando a tampa e os pés que se compõem de dois leões jacentes. Aragão aponta que se trata de um conjunto tumular do século XVII. Higinio Faria, por sua vez, afirma que esta pedra tumular foi feita para os restos mortais de Henrique Alemão: "1550 (c.): É enviado para a Madeira um conjunto tumular, em mármore, ornado com folhas de acanto e leões como suporte, para conter os restos mortais de Henrique Alemão" (Faria, 2015: 34). Da observação *in loco* e da bibliografia atinente à questão, a base da possibilidade é o que parece mais certo, sendo um assunto que se afigura inconclusivo.

Por entre todas as pesquisas acerca da coincidência da identidade de Henrique Alemão com a de Ladislau III, não podemos deixar de referir a obra de Leopold Kielanowski, *A Odisseia de Ladislau, o Varnense*. Apesar de admitir que é difícil a história fazer coincidir a identificação das duas personalidades apenas com referências às fontes, a sua investigação vai lançando suposições que podem ser ligações conjunturais sobre a vida de Ladislau III e de Henrique Alemão. Parece-nos óbvio, tal como ao investigador polaco, que o grande mistério e chave de decifração é o hiato temporal entre o fim da Batalha de Varna e o aparecimento do Cavaleiro de Santa Catarina na ilha da Madeira, que é tentado preencher com diversas hipóteses de périplo do rei polaco, havendo grandes coincidências entre Ladislau III e o sesmeiro da Madalena do Mar, mas que esbarram no campo das coincidências e suposições.

4.3.3. Ladislau III: D. Sebastião desaparecido em Varna

Na série de correspondência mantida entre José Bruno Carreiro e João dos Reis Gomes, além de outros assuntos, é referida a apreciação a *O Cavaleiro de Santa Catarina*. Para José Bruno Carreiro, “o caso de Henrique Alemão conta-no-lo o meu ilustre Amigo por uma forma que nos prende da 1ª à última página”³³⁸ e que lhe parece “que o caso pertence bem mais à história do que à lenda: esta terá entrado apenas com um ou outro pormenor trazido pela tradição”³³⁹.

Ao lermos o romance esta impressão parece ser uma das constatações plausíveis. Todavia, o romancista madeirense consegue, pela ficção unir dois episódios históricos, de que se suspeita haver ligação, por via da tradição, mas de que não existem factos históricos que o comprovem, havendo, para a história, dois tempos sem ligação.

A exemplo dos anteriores romances históricos de João dos Reis Gomes, o prefácio assume, novamente, uma função esclarecedora. Uma vez mais, refere que não é pretensão escrever história, mas “explicar apenas, como se formou a insistente tradição a que os nobiliaristas, muito depois, deram um ar menos concreto que não altera, na essência, o que até eles se disse e, com convicção, se acreditou” (CSC, 1941: s/p). O romancista confessa, aqui que o trabalho dos nobiliaristas adulterou a junção entre a lenda e a história:

Os Nobiliários da Ilha dão-no, vagamente, como “um príncipe polaco milagrosamente salvo da Batalha de Varna”; mas a tradição oral, séculos antes formada, apontou-o desde logo como o próprio Ladislau III, o infausto rei da Polónia que, em 1444, se defrontou com Amurte II, da Turquia, e fôra por êste derrotado nessa miserável batalha, aí desaparecendo – ou morrendo como a história escreveu e propagou. Não o creu assim o povo polaco. (CSC, 1941: s/p)

E centra a razão dessa atitude no facto de a história de Ladislau III ser semelhante à de D. Sebastião e de os nobiliaristas pretenderem um distanciamento do mito sebastianista e, assim, substituíram Ladislau por um ignoto príncipe polaco que aportou à Madeira:

³³⁸ BPARPD, ATC, “João dos Reis Gomes – subsérie de correspondência – 28-3-1947”.

³³⁹ BPARPD, ATC, “João dos Reis Gomes – subsérie de correspondência – 28-3-1947”.

os Nobiliários Madeirenses são dos séculos XVIII e XIX; e os seus autores, talvez, por pudor intelectual, não querendo, nem de longe, parecer “sebastianistas”, alteraram a tradição – bem que num único ponto – substituindo a figura de Ladislau pela de um incerto príncipe, salvo da cruenta batalha justamente como dela poderia ter saído o heróico e infausto rei – que ninguém, seguramente, viu morrer ou encontrou morto na refrega. (CSC, 1941: s/p)

Para justificar a sua argumentação que sustenta a ligação entre Ladislau III e Henrique Alemão, João dos Reis Gomes achou que deveria caraterizar o rei polaco pelo que o precedeu, de modo a fazer compreender ao leitor os pontos de ligação entre os dois. E como se trata de ficção, a vida de Ladislau não poderia fugir às coincidências e vaticínios:

Considerarei – mal talvez – que essa lenda deixaria de explicar-se, inteiramente, se eu não desse ao infeliz monarca suficientes anotações do seu carácter, da sua posição política, das circunstâncias que precederam a Batalha de Varna e a determinaram, dos episódios ocorridos nela e, ainda, dos que se seguiram ao famoso esmagamento das armas polaco-húngaras. Demais, muitos desses episódios – factos, coincidências, vaticínios – são indispensáveis para cotejo como conteúdo de tôda a segunda parte, que tanto é dizer: para a inteligência da formação da lenda. (CSC, 1941: s/p)

O objetivo do texto é ajudar a clarificar a ligação entre a matéria que o romance histórico pode oferecer à explicação da história. “Ainda que não me propusesse, insisto, fixar um facto histórico, - como Vossas Excelências verão, procurei, sempre, respeitar a história e, interpretando-a, cingir-me à letra da tradição escrita” (CSC, 1941: s/p).

Por isso, a “história” que mais nos interessa começa fundamentalmente na segunda parte do livro. Após a narração da vida de Ladislau III, com a preocupação de fazer denotar algumas das caraterísticas do rei polaco com o obscuro sesmeiro da Madalena do Mar, João dos Reis Gomes procura introduzir a lenda madeirense de Henrique Alemão. Contudo, não nos podemos olvidar que “A prosa de ficção *O Cavaleiro de Santa Catarina* desenrola-se em dois palcos distintos: lugares da Europa Central e a ilha da Madeira” (Santos e Coelho, 2016: 83), coincidentes com Ladislau III e Henrique Alemão, respetivamente.

No ocaso da Idade Média, perante o clima de instabilidade política vivida na Europa Central e de Leste, por causa da investida otomana, um grupo de nações resolve fazer frente aos invasores turcos. Liderados pelo rei polaco, obtêm uma primeira vitória

que lhes permite alcançar um tratado de paz. Contudo, Ladislau, caracterizado pelo seu fulgor religioso e guerreiro, “grave, acolhedor, justo, ativo e profundamente amado pelo povo – no que o ajudava, até, a esbelteza natural e seu porte majestoso –, tinha então vinte e um anos e possuía ao máximo inclinações guerreiras, a par da mais ardente fé religiosa” (CSC, 1941: 26), arrependeu-se da paz com os turcos e procura, agora, fazer com que o invasor recue, através de uma aliança que pudesse derrotar os otomanos.

No confronto de opiniões, Ladislau III decide avançar para a guerra, embora Drakul, o aliado valáquio, não se sentisse seguro quanto ao rumo da cruzada, por causa de uma pronominação³⁴⁰. Aqui, João dos Reis Gomes encontra uma ligação entre o destino trágico do rei polaco e Henrique Alemão: a pitonisa búlgara que predisse que “Êsse príncipe, se escapa à guerra, morrerá, violentamente, de morte inglória!” (CSC, 1941: 29). Porém, Cesarini, o enviado do Papa, acalmou o espírito de Ladislau, não dando relevância a esse facto e, então, o “moço e heróico rei” (CSC, 1941: 30) aceitou a proposta de João Huniade: “que o exército polónio-húngaro tomasse a iniciativa do ataque [aos maometanos] em campo raso” (CSC, 1941: 30).

O fulgor do príncipe polaco, a sua *hybris*, neste caso o não cumprimento do tratado assinado com Amurate II, em que “O rei da Polónia jurou sobre os Santos Evangelhos, e o sultão da Turquia jurou sobre o alcorão” (CSC, 1941: 27), e o desafio à predestinação, “que dava esta guerra como fatal para os cristãos, fundando-se no violento abalo de terra que, no próprio dia em que o convénio foi rasgado às mãos de Ladislau” (CSC, 1941: 29), fez com que pusesse em risco a independência dos reinos do Leste Europeu. Embora o exército cristão fosse bem numeroso e apetrechado, Amurate II “rogava a Allah, com fervor, o seu justiceiro auxílio” (CSC, 1941: 34), sabendo da falta em que incorreram os polacos.

³⁴⁰ O romance vê Vlad II Dracul como um aliado cristão, cuja insegurança em relação ao desfecho da cruzada se deve ao conhecimento da profecia da pitonisa búlgara sobre o destino de Ladislau III, o que parece não corresponder à historiografia. De acordo com a história, para reconquistar o trono da Valáquia, Vlad II Dracul contou com o apoio otomano, o que justifica a sua preferência em manter-se neutro. O valáquio, além de não querer afrontar os turcos, também não nutria amizade por alguns príncipes e reis cristãos, em particular João Huniade. No entanto, a natureza de cruzada imprimida pelo Papa Eugénio IV obrigou a Valáquia a juntar-se aos polacos e seus aliados na cruzada de 1444. Vlad II Dracul, para contornar esta delicada situação, enviou um exército de valáquios comandados pelo filho Mircea, futuro Mircea II, de modo a cumprir os seus compromissos com a Cristandade. Na verdade, como já referimos no corpo da tese, nas batalhas de Nicópolis (1396) e de Varna (1444), muitos principados dos Balcãs, prevendo o futuro domínio turco da região, aliaram-se aos otomanos ou praticaram uma política de neutralidade. As relações entre os turcos e as casas reais balcânicas não seriam tão antagónicas como se pode fazer crer, pois existiam interesses políticos e económicos que os bizantinos, os venezianos e os genoveses já não conseguiam garantir aos seus aliados balcânicos, aproveitando os turcos para exercerem o domínio económico, político e militar da região, cujo marco é a conquista de Constantinopla, em 1453.

Como resultado, a *katastrophé* era inevitável, não escapando Jagello à fúria otomana e sendo alvo de uma infrutífera tentativa de recuperação por parte do seu bom amigo João Huniade. Contudo, o narrador conta que “Lá para trás, através das sombras desta noite de São Martinho, de 1444, um observador, mesmo atento e suspeito, mal poderia divisar dois vultos que, rastejando, se escoavam pelas dobras do terreno, nessa hora, enevoados” (CSC, 1941: 39-40), dando azo a uma interpretação misteriosa do destino de Ladislau, que vem a ser corroborada pelo não reconhecimento da sua cabeça morta por João Huniade (CSC, 1941: 41), assumindo, assim, Casimiro IV a Coroa da Polónia, “alegando-se como razão da escolha a circunstância de, com ela, nenhuma mudança interna se operar quando um dia Ladislau voltasse...” (CSC, 1941: 41), pois ninguém poderia confirmar se o rei estava “Morto ou ausente” (CSC, 1941: 41).

Os súbditos polacos e húngaros não acreditavam no desaparecimento de Ladislau, sendo o “desejado” que poderia voltar a engrandecer o reino. Logo, apareceram três versões sobre o destino do monarca: uns acreditam que, como prisioneiro, o rei fora para Constantinopla, outros, que errava pela Itália, e, outros, ainda, que estaria em Espanha (CSC, 1941: 41)³⁴¹.

Estava criado o ambiente para que a segunda parte do romance pudesse ligar a lenda de Henrique Alemão ao destino de Ladislau III, bastando, para isso, referir que, em 1454, chegou à ilha uma “misteriosa figura” - Henrique Alemão, também conhecido pelo Cavaleiro de Santa Catarina (CSC, 1941: 45), que “Era homem ainda moço - pouco mais de trinta anos - alto, de cabelo loiro já entremeado de cans, barba longa arredondada na ponta, olhos rasgados e azues. Sua tez branca e emaciada, vincava-se de rugas que bem pareciam precoces” (CSC, 1941: 45-46).

Na primeira parte, pelo relato feito a partir da historiografia, torna-se evidente a relação com a descrição histórica de D. Sebastião que, um século depois, sofrerá a derrota histórica em Alcácer-Quibir que porá em perigo a independência portuguesa, não às mãos dos maometanos, mas às mãos de Filipe II de Espanha.

³⁴¹ Destas várias hipóteses dá conta Leopold Kielanowski, procurando sustentá-las com indícios. O certo é que o investigador polaco defende que o destino final de Ladislau III foi a sesmaria da Madalena do Mar, no único país onde ainda se vivia o espírito das cruzadas: “Só num país, se mantinha ainda vivo o ideal das cruzadas, mas esse país, o Reino de Portugal, realizava a sua missão no seu território aquém da Europa, no Norte de África contra os Mouros. Praticamente nas vésperas da expedição de Varna, espalhara-se pelo mundo cristão a notícia da morte do infante português, D. Fernando, o ‘Infante Santo’, no cativo mouro, em Fez. A Ceuta cristã, pela qual este jovem príncipe oferecera a vida, assumia o estatuto de uma nova Jerusalém e D. Fernando, por sua vez, tornava-se modelo do cavaleiro cristão e do cruzado inflexível” (Kielanowski, 1996: 118).

A segunda parte da diegese não procede ao abandono da história. No entanto, a tradição lendária é o germe do desenrolar da narração. Ou seja, na segunda parte, João dos Reis Gomes irá explorar a figura de Henrique Alemão também de acordo com as fontes nobiliárquicas, só que será a lenda que ocupará o grande interesse desta obra: “A lenda, incerta embora, estabeleceu-se – como se verá – sobre presunções e paralelos lógicos, e em factos que seguiram de perto a informação histórica” (CSC, 1941: 17). É através do romance histórico que o autor, uma vez mais, procura uma interpretação não histórica para uma figura do passado da História da Madeira, num hiato de difícil resolução por parte da ciência, o que apenas se torna possível pelo mundo da literatura.

É exequível imaginarmos que, após a derrota às mãos dos otomanos, o rei polaco tenha passado por um período de peregrinação que o fizesse restabelecer-se, mas, pretendendo expiar a sua falta, a sua *hybris*, tenha optado por não voltar à Polónia. O *Nobiliário Genealógico das famílias que passaram a viver à Ilha da Madeira desde o seu descobrimento que foy no anno de 1420* aponta a razão por que Henrique Alemão aportou à ilha da Madeira:

prometera salvando-se com vida fazer algumas penitencias, e q. passada varia peregrinaçam viera a esta Ilha como dissemos occultara q.^m hera emtanto que vindo em sua busca, e conhecido não quizera confessar ser elle a pessoa q. dizião e finalm.^e se justeficou o referido no anno de 1584, morreu vindo desta cid.^e p. aquelle lugar debaxo de huma rocha q. chamão cabo giram³⁴².

Henrique Henriques de Noronha, na sua descrição do cavaleiro que chegara à Madeira, tem exatamente o que é necessário para a especulação sobre a vida de Henrique Alemão, e confirma ter conhecido os documentos originaes que atestam a suspeita narrada. Os hiatos permitem aos ficcionistas o trabalho literário sobre “o que poderia ter sido”, sem, contudo, distorcerem a verdade da história:

Deulhe o nome a Igreja desta Sancta penitente, que lhe serve de Parrochia, hoje reedificada de novo pella piedade del Rey Nosso Senhor; mas antigamente fabricada por Henrique Alemão Cavaleyro de Sancta Catherina; o qual se dizia ser Principe de Polonia, e que perdendose na lamentavel batalha de Amurates contra o Ladislao, no anno de 1444., fizese votto de peregrinar o mundo, e que sendo armado Cavaleyro no Monte Sinay, veyo a

³⁴² ARM, *Nobiliário Genealógico das famílias que passaram a viver à Ilha da Madeira, desde o tempo do seu descobrimento que foy no anno de 1420*, vol. 2, p. 26. A entrada sobre Henrique Alemão, p. 25-27, também aponta que, além de Segismundo, teve uma filha, Bárbara Henriques.

parar nesta Ilha, onde João Gonçalves Zarco lhe deu de sexmaria larga fazenda neste sitio, por carta que confirmou o Infante D. Henrique em 29. de Abril de 1457., e por El Rey D. Affonso V. em 18. de Mayo do/[339] mesmo anno; cujas cartas vimos nos seus originaes, como tambem hua justificação antiga do referido asima. Faleceu de hum dezastré no mar hindo do Funchal para a sua caza, onde chamão o Cabo girão caindolhe hua roxa sobre o barco; e as relíquias do seu corpo forão a sepultar nesta Igreja. (Noronha, 1996: 215)

Henrique Alemão, tal como João Esmeraldo e Cristóvão Colombo, em *A Filha de Tristão das Damas*, é um outro estrangeiro que se instala na Madeira no período do “Ouro Branco” e que contribui para o desenvolvimento da economia açucareira, como sesmeiro da terra da Madalena do Mar, pois, por esta altura do povoamento, “pouco se indagava da identidade dos forasteiros que, de vários cantos do mundo, a ela constantemente aportavam – sobretudo se tinham meios de fortuna ou se traziam qualquer, concreta ou vaga, recomendação da côrte” (CSC, 1941: 46). Alemão, apesar de envolto em mistério, chegou quase como que recomendado pelo Infante D. Henrique e com a confirmação do rei D. Afonso V:

O donatário do Funchal recebia Henrique Alemão “com mui particular respeito”, e concedeu-lhe, logo após a sua vinda, a sesmaria de grandes terras da costa sul da Madeira, (...), concessão que lhe passou carta o Infante D. Henrique em 29 de Abril de 1457, confirmada por El-Rei em 8 de Maio do mesmo ano. Nêstes documentos, Infante e Rei tratam o sesmeiro, apenas, por Cavaleiro de Santa Catarina. (CSC, 1941: 47)

Por esse motivo, aponta a diegese, Henrique Alemão era tratado com todas as mordomias pelo capitão Zarco, recebendo-o e jantando à mesa, sentado em lugares de nobreza superior à do donatário.

Então, foi na casa de Zarco que o sesmeiro da Madalena do Mar conheceu a sua esposa, Senhorinha Anes, “donzela de nobre estirpe algarvia, morena, buliçosa, que contrastava com Henrique Alemão” (CSC, 1941: 48) que, na interpretação de Thierry Proença dos Santos e Leonor Coelho e corroborada por nós, se perfila:

de imediato, como um modelo exemplar, não só pelos atributos físicos, mas também pelas características morais. Apesar do feitio jovial, cultivava o discernimento e a reserva pessoal quando questionada sobre a sua vida afetiva. Passados alguns anos, chega à Madeira uma comitiva de franciscanos polacos que, convictos de Henrique Alemão ser o desaparecido

rei Ladislau III, vão confrontá-lo com o seu suposto passado e pedir-lhe para regressar à pátria. Nessa situação tensa, Senhorinha Anes não pode deixar de pedir esclarecimentos ao marido, “não querendo, contudo, perturbar-lhe a consciência” (CSC, 59) (Santos e Coelho, 2016: 83)

Correndo a sua passagem à Madeira como Henrique pretendia, oculto em relação à sua verdadeira identidade, há, porém, um acontecimento que vem modificar a ação, no dia de anos do capitão João Gonçalves Zarco: “Numa manhã de verão, ancorava no Funchal um navio vindo de Lisboa, em que vinham frades franciscanos” (CSC, 1941: 51-52). Esses frades eram de origem polaca e o objetivo era falarem com o Cavaleiro de Santa Catarina (CSC, 1941: 53)³⁴³. O leitor chega ao ponto do reconhecimento, em que o *clímax* originará a *anagnorisis*. Zarco também aparece como conhecedor da verdadeira identidade de Henrique, pois dirige-se ao polaco de modo “contrafeito” (CSC, 1941: 54) e, depois, vai até à porta com Henrique “ainda mais pálido do que habitualmente, mas denotando decisão” (CSC, 1941: 54).

Para a economia da narrativa, o velho franciscano polaco aproxima-se de Ladislau, o que é prontamente negado por Henrique, mas o frade insistiu:

- Reconheço-o. Irmãos nossos não-de informado de seus passos e sei, sob sigilo, como chegou ao local onde foi armado Cavaleiro, como sei desde quando se encontra oculto nesta afastada Ilha.

E, porque o sesmeiro tentasse desdizê-lo, acrescentou com voz sonora e firme:

- Este homem não se chama Henrique Alemão. Seu nome é Ladislau, 2.º Jagellon, rei da Polónia onde, há anos, com preces e votos o esperam. Trago

³⁴³ Na investigação de Leopold Kielanowski, fala-se de uma carta de Nicolau Floris, datada de 1472, escrita ao grão-mestre da Ordem dos Cavaleiros Teutónicos, em que o remetente relata que quer “revelar a novidade milagrosa de que o rei Ladislau vive actualmente nas ilhas do Reino de Portugal e eu sou o seu companheiro e camarada-eremita” (Kielanowski, 1996: 78). O investigador polaco atribui importância por se tratar de uma missiva que “não foi escrita nos anos imediatos à batalha, quando circulavam histórias sobre o destino do Varnense e quando a pessoa do rei estaria ao serviço de diferentes interesses políticos. A carta de Floris foi escrita quase trinta anos após a Batalha de Varna! Numa altura em que as emoções já tinham amainado e Ladislau, segundo as crónicas portuguesas, já se encontrava na Madeira há vinte anos!” (Kielanowski, 1996: 76-77). Esta carta é vista como fruto do reconhecimento de Henrique Alemão pelos frades franciscanos polacos: “Curiosamente esta carta associa-se àquela parte da lenda sobre franciscanos polacos que, tendo reconhecido o rei, lhe solicitaram que regressasse à pátria, e que, seguidamente se dirigiram à corte do rei D. Afonso, em Lisboa, com o intuito de persuadir o rei a convencer Ladislau a voltar à Polónia” (Kielanowski, 1996: 79). Contudo, Higino Faria, *apud* Nelson Veríssimo, alerta para o facto de, pelo ano de 1472, Henrique Alemão possa ter falecido ou encontrar-se ausente da Madeira: “Apesar da evidência de que neste documento se constitui: de que Ladislau viveria no anonimato ‘nas ilhas do Reino de Portugal’, convém encarar tal fonte com algumas precauções, já que Henrique Alemão, em 1472, podia ter falecido, ou então estar ausente da ilha, visto João Rodrigues de Freitas, seu suposto vassalo, aparecer a 24 de Agosto de 1471 numa vereação camarária em Santa Maria do Calhau, em representação dos domínios senhoriais da Madalena do Mar para, junto de juízes, vereadores lavradores, e demais mestres do açúcar, dar parecer no ‘contrato do açúcar’” (Faria, 2015: 25).

ordem de Casimiro, seu irmão, para levá-lo connosco. Em nome de Deus, que o salvou da catástrofe de Varna, não o detenhais longe da Pátria... (CSC, 1941: 54-55)

Quanto à questão do reconhecimento de Henrique Alemão pelos frades polacos que passaram pelo Funchal, em 1973, no mês de novembro, o *Diário de Notícias* do Funchal publicou um texto intitulado “Madalena do Mar – Sua História”, em três partes. A referência a Henrique Alemão torna-se obrigatória, ou não fosse a partir da sua propriedade inicial que se formou o povoado da Madalena do Mar. Mas o texto refere ter sido aventado que o sesmeiro, que pela tradição indicia ser Ladislau III, era um “príncipe polaco [que] tomara parte na grande batalha de Varna contra os turcos, 1444, ao lado de Ladislau III, rei da Polónia”³⁴⁴. O artigo faz referência ao episódio descrito no romance de João dos Reis Gomes, o do reconhecimento:

Um dia, porém, quando se encontrava num festim de alta nobreza, na casa onde hoje é o Museu da Quinta das Cruzes, antiga residência de Zarco, foi reconhecido por uns frades polacos que estavam de passagem pela Ilha, os quais teimavam em ver nele o príncipe polaco, Conselheiro e amigo do seu rei desaparecido na batalha de Varna, mas sim o próprio Ladislau III. Entre lágrimas de júbilo e de saudade, os frades querem prestar as honras ao seu rei, Henrique Alemão furta-se à insistência dos clérigos, nega o reconhecimento e regressa à Madalena, acompanhado de sua esposa, refugiando-se no silêncio e na solidão do seu solar³⁴⁵.

É de sublinhar, todavia, que o mesmo artigo faz alusão ao *Nobiliário* de Henrique Henriques de Noronha que não fala de Henrique Alemão como um príncipe polaco que acompanhou Ladislau III na batalha de Varna, mas como o próprio rei polaco. No geral, a história divulgada pelo *Diário de Notícias* segue todos os passos da tradição, havendo apenas a confusão entre o facto de Henrique Alemão ser um companheiro de Ladislau III ou o próprio rei.

Ainda em relação às coincidências entre Ladislau III e Henrique, o artigo lança uma outra suspeita ao referir-se à pintura que representa S. Joaquim e Santa Madalena, existente no Museu de Arte Sacra do Funchal, proveniente da Igreja da Madalena do Mar, supostamente identificados com Henrique Alemão e a esposa Senhorinha Anes:

³⁴⁴ Periódico *Diário de Notícias*, 11-11-1973, p. 5, “Madalena do Mar – Sua História”.

³⁴⁵ Periódico *Diário de Notícias*, 11-11-1973, p. 5, “Madalena do Mar – Sua História”.

E ainda a dar peso e foros de verdade de que Henrique Alemão era Ladislau III, rei da Polónia, há um quadro proveniente da Igreja da Madalena do Mar pintado a óleo sobre madeira de carvalho que hoje se encontra no Museu de Arte Sacra no Funchal, cujas figuras, dizem os entendidos, revelam traços fisionómicos do Monarca e de sua Esposa³⁴⁶.

O episódio do reconhecimento foi perturbador para Henrique Alemão, pois vê-se



Figura 7 – *Encontro de Santa Ana com São Joaquim*, que se pensa representar Henrique Alemão e Senhorinha Anes. Fonte: MASF, MASF26_AFFD_0105.

confrontado com o resgate de uma identidade que julgava enterrada no passado. Perante tal revelação, o sesmeiro da Madalena argumenta que estão perante um “louco” (CSC, 1941:55), mas não convence os demais presentes, que repetiam o que dissera o sesmeiro, mas “sem segurança” (CSC, 1941: 55). É sentido por Henrique que está pela primeira vez confrontado com o seu passado, que pensou ter ficado enterrado na batalha de 1444. A vida de Henrique começa a desmoronar, pois ainda não se livrara de algo importante que ligou a primeira parte do romance à segunda parte, a pronominação da pitonisa búlgara, que dá sentido ao desenrolar da diegese,

consubstanciando a versão lendária da vida de Henrique Alemão.

Em Senhorinha Anes encerra-se grande parte do mistério em torno de Henrique Alemão. De acordo com o romance de João dos Reis Gomes, a esposa, pelo respeito existente entre ambos, nunca o questionou sobre o passado, sem subjugação total ao poder do homem, como referem Thierry Santos e Leonor Coelho: “Em *O Cavaleiro de Santa Catarina*, a mulher surge como esposa e mãe exemplar. Todavia, não é subjugada ao poder varonil. Enceta com ele um diálogo e cultiva a arte de se fazer respeitar”

³⁴⁶ Periódico *Diário de Notícias*, 15-11-1973, p. 3, “Madalena do Mar – Sua História”. Leopold Kielanowski lança a hipótese de Ladislau III ter sido pintado como S. Joaquim no tríptico que está exposto no Museu de Arte Sacra do Funchal. Higinio Faria também fala sobre esta suposição entre a pintura e a vida de Henrique Alemão na Madeira: “Outro elemento assaz insinuator do pretenso anonimato, sob qual poderá se ter escondido na Madalena do Mar o rei vencido em Varna, pode estar na pequena tela flamenga proveniente da primitiva matriz da Madalena do Mar, o *Encontro de São Joaquim com Santa Ana junto da Porta Dourada*” (Faria, 2015: 25).

(Santos e Coelho, 2016: 87). O respeito é também um símbolo de liberdade da mulher que, após a morte de Henrique Alemão, considera a revelação das suspeitas ao filho, de modo a que este procurasse a real identidade do defunto.

Senhorinha Anes começa por desempenhar um papel de curiosidade em relação ao passado desconhecido do marido, embora tivesse jurado que não se interessaria por aquele passado: “Anes queria conhecer a causa próxima do abatimento do marido” (CSC, 1941: 59). O que vem adensar-se com a ansiedade provocada pela convocatória à presença do rei, a pedido dos polacos. Para Reis Gomes, é o episódio do reconhecimento³⁴⁷ pelos franciscanos polacos que revela a identidade de Henrique Alemão, pela reação deste: “Isto não é natural num simples combatente – fôsse êle plebeu ou príncipe – salvo duma derrota, é de todo o ponto verosímil, quando à sua figura se substitua no quadro o vulto de Ladislau III, o que ao adiante se mostra sob a clara luz da História” (CSC, 1941: s/p).

Por entre diversas explicações a Senhorinha Anes, Henrique, que se encontra refém da desconfiança lançada pelo velho franciscano polaco (CSC, 1941: 60), confia que chegou à Palestina salvo pelo mordomo em Varna e que quanto ao resto nunca ouvirá da sua boca (CSC, 1941: 59). Outra das dúvidas que assalta Senhorinha Anes é o filho, pois julga tratar-se de “um belo príncipe de sangue” (CSC, 1941: 60), ao que Henrique estabelece uma outra ligação com o seu passado oculto, perceptível para o leitor e suspeito para Senhorinha Anes, ao confirmar que o nome Segismundo se deve à memória de “alguém que foi o seu maior e mais fiel amigo” (CSC, 1941: 61), João Huniade, “o seu Segismundo, como na intimidade lhe chamava” (CSC, 1941: 26), e obriga a esposa a prometer não contar nada da vida do pai ao filho, enquanto Henrique fosse vivo (CSC, 1941: 61).

Mas Henrique parece ter uma vida de expiação, em que a fatalidade o persegue, fruto da sua *hybris*, atingindo os seus próximos, pedindo à esposa “que lhe perdoe por ter ligado o destino dela ao dum homem sobre quem pesa traição a um sagrado juramento” (CSC, 1941: 61). No fim do diálogo com Senhorinha Anes, Henrique volta a frisar que a sua culpa ainda não foi totalmente expiada (CSC, 1941: 62).

³⁴⁷ Na literatura, os episódios de reconhecimento funcionam, para a economia da narrativa, como um antecipar do desfecho da personagem principal. Em muitos casos, parece que o reconhecimento encaminha o herói para um desenlace pouco favorável, como será o de Henrique Alemão, Édipo, Frei Luís de Sousa ou Carlos da Maia. Mas também se pode notar o contrário, como serão os casos de Ulisses ou de Edmond Dantès, cujos desfechos são acompanhados de uma justiça e recolocação heroica e social.

Na economia da narrativa, este clímax dará origem à predestinação de Henrique. Após vinda ao Funchal para falar com o donatário, nesta época João Gonçalves da Câmara, o barco em que seguia o Cavaleiro de Santa Catarina é colhido por uma derrocada na zona do Cabo Girão, tendo provocado a morte de Henrique.

A fortuna foi ainda mais madrasta em relação ao suposto Ladislau III, e atingiu o seu filho varão. Nas diferentes fixações do texto, a lenda de Henrique Alemão esbarra na morte do seu filho com Senhorinha Anes, quando termina “a ânsia de desvendar o mistério do silêncio de Henrique Alemão, que nunca ficou cabalmente esclarecido”³⁴⁸. Depois de Senhorinha Anes se ter sentido livre para lançar a semente da procura da identidade do pai em Segismundo, este quis ir atrás do passado e seguir até à Polónia (CSC, 1941: 67). O jovem descendente morreu no barco que se dirigia a Lisboa, “findando, assim, a prole do Cavaleiro de Santa Catarina” (CSC, 1941: 67), cumprindo a prece de um “velho bei [que] remata, comungando na sanha do sultão: - Que o castigo do traidor vá, se a tem, até à sua descendência!...” (CSC, 1941: 35). No prólogo, Reis Gomes refere este facto díspar em relação ao destino de D. Sebastião, argumentando que é um dos motivos por que não percebe o porquê dos genealogistas terem preferido identificar Henrique Alemão com um príncipe polaco e não com o próprio Ladislau III.

4.4. Os romances: estratégias e funções narrativas

O romance histórico romântico, que serviu de modelo a João dos Reis Gomes, compreende uma grande componente didática. As várias técnicas e estruturas narrativas, com maior ou menor relevância, presentes nos textos do autor madeirense, permitem alcançar dois propósitos didáticos distintos. Por um lado, há o interesse em vulgarizar, no sentido de difundir, episódios relevantes da história madeirense entrecruzados com épocas e figuras de relevo mundial. Por outro lado, com igual grau de importância, encontra-se a exposição dessas épocas e figuras como um paralelo em relação aos acontecimentos que têm lugar na contemporaneidade de João dos Reis Gomes. Em simultâneo com a importância literária, parece sobressair um discurso político.

Antes de passarmos à síntese estrutural das obras, importa referir que demos uma particular importância à análise de algumas categorias que nos parecem incontornáveis para a passagem dos dois propósitos didáticos a que nos referimos.

³⁴⁸ Periódico *Diário de Notícias*, 11-11-1973, p. 5, “Madalena do Mar – Sua História”.

Gostaríamos de nos referir em particular ao anacronismo. Nas obras de João dos Reis Gomes, a discrepância entre a descrição de ambientes, personagens e linguagem e a época evocada, o que foi denominado por Celia Fernández Prieto nas categorias arqueológica, psicológica e verbal (Fernández Prieto, 2004: 249-257), não assumem grande relevo no interesse maior em contribuir para a divulgação da História da Madeira que encerra dois tipos de propósito didático já explanados. Se citarmos a mesma autora, o anacronismo, no que respeita aos romances históricos de inspiração romântica, não deixa de ser um pormenor que em pouco ou nada influi na transmissão ou trabalho do narrado, até porque está presente, de igual modo, no discurso da história:

Si el pasado histórico ha sido construido por los historiadores a partir de documentos filtrados, seleccionados, interpolados, y desde la perspectiva del presente, el anacronismo se instala en el centro mismo de la actividad del historiador y por tanto ya no sirve para diferenciar la representación del pasado en la historia y en la novela. El anacronismo aparece entonces como un rasgo intrínseco, y por tanto inevitable, de la escritura del historiador y de las formas de hablar y de concebir el pasado. (Fernández Prieto, 2004: 254)

Porém, a estruturação das personagens com marcas românticas - as épocas retratadas por João dos Reis Gomes, com exceção do episódio da passagem de Napoleão, não se situam no início do século XIX - revela um anacronismo que veicula a estilística do autor à época romântica e com uma função diegética que alimenta a compaixão pelas personagens principais e intentos pedagógicos da obra. Na análise de três obras de Alexandre Herculano, Maria de Fátima Marinho identifica este tipo de anacronismo como uma marca do discurso do romance histórico e uma das pechas em relação ao discurso da história:

Se por um lado, há a preocupação em dar uma visão verdadeira dos fenómenos históricos e do sentir das várias classes sociais em jogo, por outro, as personagens envolvidas na trama são estruturalmente românticas [...]. Esta anacronia manter-se-á ao longo de todo o primeiro romantismo, mesmo se, ingenuamente, os autores escrevem que um romance pode ensinar mais do que um livro de História (Marinho, 2004: 359)

Tratando-se de romances históricos de cariz romântico, João dos Reis Gomes afirma que nunca teve como pretensão escrever história e que apenas quis se referir a uma época pouco explorada, no caso de *A Filha de Tristão das Damas*, dar voz à tradição popular sobre o amor que nasceu entre Napoleão e Isabel de S., em *O Anel do*

Imperador, e “explicar” a ligação entre Ladislau III e Henrique Alemão, porque foi adulterada nos *Nobiliários*, em *O Cavaleiro de Santa Catarina*.

Também de acordo com a nossa proposta, a questão de João dos Reis Gomes trabalhar sobre personalidades e episódios que deixam possibilidades em aberto, por falta de registo histórico, torna os anacronismos da obra um item secundário, porque o grande interesse, como confessa o próprio autor no prólogo da segunda edição de *A Filha de Tristão das Damas* e nos prólogos das outras obras, se deve a estes episódios ocultos, que não encontram voz na historiografia.

Sugerimos, assim, que a contribuição dos grandes méritos das obras passa pela estrutura, escolha das personagens, o papel do narrador e os indícios que guiam o leitor e sustentam a verosimilhança da obra. As categorias tempo e espaço têm uma relevância mais evidente em *A Filha de Tristão das Damas*, vindo a ser mais subtil em *O Anel do Imperador* e em *O Cavaleiro de Santa Catarina*.

Do ponto de vista literário, os romances históricos de João dos Reis Gomes são considerados como tal porque cumprem diversas premissas que os tornam exemplares do género, além de obedecerem a uma estrutura similar: prólogo, desenvolvimento da ação, desfecho e epílogo. Dos critérios mais usuais para a justificação do género literário, afirmamos que, na verdade, os três cumprem o relato de acontecimentos históricos, inserindo personagens históricas num ambiente ligado ao tempo narrado. Também consideramos como romances históricos românticos, porque o próprio autor identifica os episódios e personagens com traços próprios do Romantismo, além de seguir o paradigma dos mestres fundadores.

Em *O Anel do Imperador* e em *O Cavaleiro de Santa Catarina*, o epílogo não surge de uma forma deliberada. Contudo, o leitor apercebe-se da sua existência quando, no último capítulo dos romances indicados, o narrador atribui uma função reflexiva aos últimos parágrafos de cada uma das histórias.

Ao analisarmos as funções do prólogo e do epílogo, como já referimos, cremos estar perante a herança da poética romanesca do século XIX, porque nos romances de João dos Reis Gomes se verifica a função de filiação estilística, a motivação e a explicação que levaram à escrita da obra, a subtilidade da reflexão política e a referência às fontes utilizadas. Claro que estas funções se encontram distribuídas entre o prólogo e o epílogo, num exercício também próprio de Oitocentos.

No que concerne às fontes, que já tivemos oportunidade de referir, o seu objetivo é criar uma relação de maior verosimilhança entre o narrado e o leitor, ao parecer existir um contrato de fidelidade e fidedignidade com a história:

a la hora de aumentar la verosimilitud de lo que se cuenta es el recurso tópico a la crónica o manuscrito que el autor dice seguir al pie de la letra; de esta forma la novela cuenta con “la fidelidad de la historia” (Mata Induraín, 1995a: 158)

João dos Reis Gomes não se refere no corpo textual a manuscritos ou outras fontes primárias, mas as suas referências no prólogo e as anotações ao longo do texto (o paratexto) contribuem para que o leitor encontre essa relação de verosimilhança com a matéria exposta. As notas de fim de texto são importantes para a interpretação dos romances, pois exibem conhecimentos recolhidos das fontes.

Como vimos, em *A Filha de Tristão das Damas*, o autor filia-se em vultos nacionais e estrangeiros do século XIX, em termos de estilo, e explica que pretende versar sobre uma época pouco conhecida da História da Madeira, embora tenha sido um período dourado, e justifica a transformação de um pequeno conto num “novella” com a presença de uma personagem da índole de Cristóvão Colombo.

Outro apontamento que se nos afigura de grande relevância no prólogo é a reflexão feita em torno do discurso do romance histórico e do discurso da história, com a citação das palavras de Garrett, na *Memória ao Conservatório Real*. Esta reflexão faz parte da dialética do século XIX, com grande ênfase para a abordagem que Herculano, ficcionista e historiador, faz no que concerne à transmissão da verdade apresentada ao leitor: será o “novellista” ou será o historiador o detentor dessa premissa?

Em relação ao epílogo de *A Filha de Tristão das Damas*, a questão política é subtilmente rematada. Após a apresentação dos argumentos ao longo da diegese, o discurso centra-se na figura de Yahya ben-Tafut, que, no romance, se soube ser filho ilegítimo de João Gonçalves da Câmara, o que representa um exemplo do que poderá ser o contributo madeirense para a regeneração portuguesa, no início do século XX.

Pertencendo João dos Reis Gomes a uma ilustre geração que pugnou pelos ideais autonómicos como uma solução para a crónica crise económica e social na Madeira, a crítica política é feita pela falta de sensibilidade, por parte de Lisboa, em relação às especificidades do arquipélago, no início do século XX. Por comparação ficcional

induzida ao leitor-modelo, não acontecia na época manuelina, o que foi motivo do período dourado da história do arquipélago e, igualmente, do país.

Na diegese, esse propósito crítico é muito claro ao indicar o fim de Yahya ben-Tafut, e por consequência do sangue madeirense na Expansão Portuguesa em Marrocos, como o início do declínio do império na costa marroquina.

Acreditamos poder afirmar que nas reedições de *A Filha de Tristão das Damas*, durante o Estado Novo, o prólogo e o epílogo perdem a importância política que, na nossa ótica, tiveram na edição de 1909, porque a luta autonómica havia sido abafada pelo salazarismo. Porém, a mudança geopolítica internacional advinda da Segunda Guerra Mundial torna imperativo a justificação do império africano, passado à denominação de Províncias Ultramarinas, e, em 1962, aquando da edição póstuma a cargo do *Diário de Notícias*, era preciso fundamentar, no universo popular, a Guerra do Ultramar Português com a grandeza da obra iniciada pelo Infante D. Henrique.

Em *O Anel do Imperador*, o prólogo apresenta novamente a justificação para o uso de um episódio histórico, a passagem de Napoleão pelo Funchal a caminho de Santa Helena e a passagem, também pelo Funchal, da missão Joinville que iria resgatar os restos mortais do Imperador à posse britânica. O objetivo ficcional em relação a Napoleão é redimir a figura do conquistador da Europa perante o público, apresentando o seu lado mais sensível e o seu estado de vítima. Uma vez mais, a presença da reflexão entre o discurso da história e o discurso do romance histórico, é importante justificação para a apresentação desta faceta de Napoleão, porque João dos Reis Gomes recorre a um episódio da tradição popular madeirense sobre a entrega do anel do Imperador à senhora madeirense Isabel de S. por Henri-Gatien Bertrand.

A reflexão entre os dois discursos volta a ser lembrada ao leitor pela introdução do metatexto que antecede o terceiro capítulo e, com isto, a entrada no universo da tradição. Citando François Coppée e Frédéric Masson, o autor centra a verdade na esfera da lenda e a construção do sentimentalismo de Napoleão em Rousseau. O quarto capítulo também é acompanhado de duas citações que o precedem, a já famosa máxima garrettiana ao Conservatório Real, e um apontamento de Artur Bertrand, que se refere a uma confidência do Imperador, às portas da morte, ao seu pai, Henri-Gatien Bertrand, o que leva o leitor novamente para a questão da verdade e se não a encontrará na especulação ficcional. Os metatextos do terceiro e quarto capítulos de *O Anel do Imperador* são um complemento à justificação ficcional do tema do romance.

Do ponto de vista político, a abordagem a este episódio da História da Madeira encerra, em 1934, uma mensagem de apaziguamento entre as elites políticas madeirenses e o poder central português, assumido por António de Oliveira Salazar. A Madeira saíra da grande revolta de 1931, os ânimos continuavam exaltados e era preciso uma ponte que desse a entender a necessidade de um ambiente de harmonia entre a região e o salazarismo, acalmando as hostes regionalistas. A sugestão desta aceitação como interpretação coincide com as reflexões políticas que aparecem ao longo do texto.

A personagem de Napoleão é apresentada no prólogo como alguém que precisa de ser descoberto, de modo a que se opere a um processo de aceitação de uma figura ímpar da História Mundial, na sua vertente protetora. A anunciada cena com Isabel de S., compreendida na tradição popular madeirense, é a ligação que faltava para dar lugar a uma relação de simbiose entre o elemento estranho e o elemento local.

Neste romance, não há um epílogo explícito, mas, no quarto capítulo, os parágrafos finais procuram explicar o apaziguamento alcançado, porque, num quadro comparativo, as gentes do Funchal, aceitaram os ideais napoleónicos e interpretaram-nos como um benefício para a região. É um registo que lembra um pouco a situação nacional que, no decorrer do século XIX, passou de uma condição anglófila para um fim de século francófilo, mais apegado aos ideais franceses.

Transposto para o ambiente de 1934, a aceitação do Estado Novo por parte dos madeirenses era o objetivo pretendido. O que primeiro parecia estranho com Salazar, que originou a Revolta da Madeira, o grande leste com que se inicia *O Anel do Imperador*, acabou por ser aceite e responsável por algum desenvolvimento da ilha, com as obras implementadas pelo Estado Novo e a integração de quadros políticos madeirenses no sistema salazarista. A subtileza desta leitura é remetida pelas reflexões políticas, após o desaparecimento de Napoleão.

No que respeita a *O Cavaleiro de Santa Catarina*, o prólogo, como nos outros dois romances, cumpre a função de refletir sobre a história e a ficção, em que o autor reafirma a não pretensão de escrever história, mas sim dar a conhecer uma lenda, urdida por ilustres, da ilha da Madeira, a de Henrique Alemão.

A reflexão sobre os dois discursos volta a ganhar contornos nos últimos parágrafos do quarto capítulo, que vemos como epílogo, com referências a autores já nominados nas obras anteriores, como é o caso de François Coppée:

O povo, na observação da natureza, dos acontecimentos e dos homens, procede de modo análogo à ciência na dedução de suas leis: regista os factos, compara-os, nota-lhes, através do tempo, as repetições e as coincidências, e formula, então, os seus provérbios ou compõe, pouco a pouco, as suas lendas.

Os provérbios constituem a ciência popular, que raro falha.

A tradição é a História feita pelo povo. Como a dos doutos, pode enfermar de êrros e de falsas ilações; mas o perfume da poesia que ela evola, o intenso clangor heróico que desfere, ou a dôce nota de sensibilidade em que ressoa, ajudam-nos a vêr melhor o cunho peculiar de certa época ou a penetrar mais fundo no íntimo dos homens e dos factos. (CSC, 1941: 68)

Recorrendo uma vez mais a um ambiente de grande tensão política (Segunda Grande Guerra), o prólogo deste romance vem redescobrir ao leitor o mito sebástico, através da lenda local de Henrique Alemão. Numa altura em que também aparecem alguns conflitos internos, o mito de D. Sebastião vem lembrar ao universo português que o rei capaz de resgatar a pátria nos grandes momentos de perigo continua presente. Em 1941, Portugal encontrava-se numa posição de neutralidade entre as potências que se digladiavam no quadro da Grande Guerra. O recurso ao sebastianismo, perante esta conjuntura política e após a exaltação do Mundo Português, vem lembrar à pátria que não se encontra abandonada e que o líder capaz de a proteger sairá da névoa que se avizinha para a tornar mais forte e nunca órfã do momento vivido.

No prólogo, uma das justificações para a apresentação do texto à Academia das Ciências é o não reconhecimento pelos autores dos nobiliários de uma lenda que apresenta um fundo sebástico, levando-os a adulterar a origem lendária de Henrique Alemão, ligando-o a um príncipe polaco e não a Ladislau III.

Quanto aos narradores, apresentam-se na terceira pessoa, omniscientes, e transmitem um conhecimento da matéria narrada para lá do tempo narrativo, como é apanágio do romance histórico romântico:

se trata de un narrador omnisciente en tercera persona que se sitúa fuera de la historia, fuera del tiempo narrativo, en un momento que es el presente del autor y de sus lectores contemporáneos, para hablarnos de un ayer pasado; así, señala frecuentemente la distancia entre “nuestros días” y “aquellos tempos” de ignorancia y barbarie, a veces por la mención de ruinas que denotan el paso inexorable del tiempo, o bien mostrando los aspectos coincidentes o discrepantes de una época y otra. (Mata Induraín, 1995a: 154)

O narrador em *A Filha de Tristão das Damas*, além de outros sinais evidentes da sua ausência do tempo da história, apresenta, na descrição da casa do flamengo João Esmeraldo, no início da segunda parte, a situação do imóvel no início do século XX, ao contar o que aconteceu muito tempo depois da matéria narrada no romance. Ou seja, o leitor é orientado por um narrador que tem uma posição diacrónica, podendo fornecer vários elementos que entenda como informação complementar para o leitor. Também em *O Anel do Imperador*, o narrador apresenta esse tipo de indicação quando, no final, refere que o anel teria sido visto há cerca de 30 anos num antiquário, o que quer dizer no tempo do leitor contemporâneo do romance histórico: “houve quem jurasse tê-lo visto, há cerca de uns bons trinta anos, na posse dum estrangeiro, antiquário entendido, o anel do Imperador” (AI, 1934: 132). Em *O Cavaleiro de Santa Catarina*, quando se fala da sesmaria atribuída a Henrique Alemão a referência aos documentos que atestam esse facto são também uma marca desse salto temporal.

As duas situações dão a entender que o narrador é, na verdade, quem maneja todas as situações do romance, controlando o próprio tempo, e usufrui da sua condição extradiegética para contribuir para a verosimilhança da narrativa. Dá a entender o seu carácter de dominador de todos os acontecimentos:

el narrador se encarga de manejar todos los hilos del relato: nos ofrece al principio un cuadro general con la situación histórica de la época en que sitúa su novela e introduce de vez en cuando pequeños resúmenes para facilitar la ambientación; da la palabra a los personajes para que hablen (normalmente por medio de diálogos largos y un tanto afectados, aunque siempre hay excepciones) o bien se recrea en largas y frecuentes descripciones (del paisaje, de armas, de vestidos) que ralentizan algún tanto el tempo de la novela, acelerado por la sucesión de lances y aventuras; o introduce algún toque de humor (que no son muy frecuentes en este tipo de obras); o abandona a un personaje para seguir a otro; o introduce historias secundarias, a veces con muy poca relación con la principal, o incluye digresiones y afirmaciones generalizadoras de tipo moral, político o literario. Es un narrador que deja muy poco margen para la participación activa del lector (Mata Induráin, 1995a: 155)

O episódio do baile em honra do Príncipe de Joinville, em *O Anel do Imperador*, demonstra o domínio desta situação. Os versos da propalada ode de Isabel de S. a Napoleão são um segredo que se perdeu ou dado como perdido. O narrador é esclarecedor em relação a isso. Contudo, o narrador sabe que a ode exalta “as vitórias do herói, até chegar à apoteose do poder e das grandezas com uma vibração tão rica de

colorido e fôrça” (AI, 1934: 111), que a “voz de Isabel descaía agora numa modulação pungente, acabrunhante, que desolava e oprimia os corações. (...). A letra descrevia as defecções e a derrota; a seguir, o abandono, a soledade, a traição e o exílio” (AI, 1934: 112) e que tinha “sonoridades da epopeia” (AI, 1934: 113). Apesar de tudo, o narrador protege-se da existência da ode e respetivos versos e volta a relembrar que o seu tempo é o do leitor: “Da ode, muito que se investigasse, nem um verso chegou íntegro até nós. Frases truncadas, palavras soltas, apenas, e que pela variedade não inspiravam confiança” (AI, 1934: 116). Talvez seja através desses fragmentos da ode de Isabel de S. que o narrador consiga recriar o ambiente da recitação.

Em *O Anel do Imperador* e em *O Cavaleiro de Santa Catarina*, os heróis das histórias são épicos, porque estamos perante dois vultos que legaram uma marca de heroicidade assente no seu valor guerreiro e moral, reconhecido além das suas fronteiras: “Puede tratarse del típico héroe romántico, caracterizado por la soledad y melancolía de su persona, enfrentado a unas circunstancias adversas y a un destino fatal que le conduce irremisiblemente a la muerte o a la frustración de todas sus esperanzas” (Mata Induraín, 1995a: 168). Tanto no caso de Napoleão como no de Henrique Alemão, trata-se de dois heróis carateristicamente românticos, pensados no final trágico de cada uma das histórias, mas com o intuito de obterem o reconhecimento do público leitor.

Não se trata de personagens inventados, contudo, a sua urdidura ficcional é feita com base na tradição, em indícios e em ficção sobre as suas vidas. Outro ponto a favor da utilização destas personalidades como personagens é o facto dos episódios narrados, passados na Madeira, terem, à altura, pouca expressão fora dos meandros da Ilha, podendo o autor manobrar a especulação sobre o sucedido, algo de que está consciente nos discursos dos prólogos.

Contrariamente a estas duas personagens, a protagonista de *A Filha de Tristão das Damas* parece ser uma figura inventada. Guiomar Teixeira, a filha do 2º capitão de Machico, cumpre a preceito os ditames do romance histórico tradicional:

En la novela histórica tradicional, lo más frecuente es que los personajes principales sean inventados, en tanto que los históricos reales, si aparecen, quedan en un segundo plano; y es lógico si pensamos en la dificultad añadida de tener que ceñirse a un carácter bien conocido por otras fuentes, no pudiendo recurrir a la imaginación sin el riesgo de falsear la novela. (Mata Induraín, 1995a: 168)

João dos Reis Gomes parece não correr o risco de não coadunar os romances com a história porque, tal como acontece com as personagens históricas principais de *O Anel do Imperador* e de *O Cavaleiro de Santa Catarina*, o autor otimiza o vazio que os referentes históricos deixam sobre a matéria tratada, permitindo não profanar o discurso da história, e escrever sobre “o que poderia ter sido” alguns pontos das vidas de personagens históricas de *A Filha de Tristão das Damas*, se apontarmos as que mais relevância têm, Cristóvão Colombo, Simão Gonçalves da Câmara, Yahya ben-Tafut, Tristão das Damas, João Gonçalves da Câmara e João Esmeraldo. Das personagens referidas, as que mostram mais rigidez em relação ao manejo ficcional são os dois capitães do Funchal e o 2º capitão de Machico, porque se encontram vastamente documentadas nos Arquivos. Por comparação, o período da estada de Cristóvão Colombo na Madeira encontra-se mal documentado ou com demasiados hiatos que dão azo à criatividade romanesca. O discurso literário de João dos Reis Gomes prefigura-se, na nossa ótica, dentro da reapresentação da história, o que constitui um importante contributo para a divulgação da História da Madeira e uma forma de fixar temáticas caras à tradição popular que, certamente, acabariam por desaparecer com o tempo.

Em relação ao herói do romance histórico romântico, para Jean Molino, humaniza-se porque graças às novas sensibilidades estéticas, as personagens cumprem os desígnios deste género:

Le mouvement naissant des initiatives individuelles, le roman historique choisit de suivre le développement de ces initiatives qui mettent en péril l'ordre du monde: le héros du roman, c'est l'homme qui - selon les mots de Cicerón – “rebus novis studet”. D'où la peinture des intrigues, des complots, qui sont seulement le mode selon lequel les individus se lient pour agir: loin d'être le symbole de l'obscurité de l'histoire, ils en manifestent l'humanité; le secret est la condition nécessaire d'une marche purement humaine des événements (Molino, 1975: 209)

Os heróis de João dos Reis Gomes são personagens que, como heróis românticos, vivem as vicissitudes daquela época, mas, ao mesmo tempo, se fazem reconhecer no percurso humano do leitor, demonstrado pelo pensamento do autor no prólogo de *O Anel do Imperador*: “sendo Napoleão o Grande, a figura central da obra, nada se deveria perder do que pudesse aclarar, directamente ou por contraste – a dualidade psíquica é mais real do que pensam, em geral, os romancistas -, a atitude sentimental do homem que é objecto e agente”.

No mesmo romance, algumas personagens históricas secundárias como Henry Gordon Veitch ou Henri-Gatien Bertrand também permitem essa manobra especulativa própria da ficção, passando-se o mesmo com Senhorinha Anes e João Gonçalves Zarco, em *O Cavaleiro de Santa Catarina*.

A heroína de *A Filha de Tristão das Damas* é a suposta filha do 2º capitão de Machico que encarna um ideal de amor romântico:

La protagonista está idealizada al máximo; es una mujer hermosa como un sueño y de bondad sin par, tierna y delicada, rodeada a veces de un aura de tristeza y melancolía — [...] —, con una voz de dulzura celestial (suele cantar y tocar el arpa); es, en definitiva, “un ángel divino hecho para inspirar amor”. (Mata Induráin, 1995a: 169)

Guiomar, personagem sensível e ligada às artes, sonha viver um amor tal como o par fundador Machim e Ana d’Arfet. Isabel de S., em *O Anel do Imperador*, tem um papel similar ao de Guiomar, sendo protagonista na segunda parte da história. Isabel de S. é o tal anjo que sabe cantar, ligada às artes, e que nutre por Napoleão um amor puro: “Esta mujer, toda belleza y bondad, representa a veces el amor salvador típico del Romanticismo (aunque a veces los amantes no alcanzan la felicidad); su papel en la novela suele ser bastante passivo” (Mata Induráin, 1995a: 170).

Atendendo às relações dos pares amorosos Guiomar/Yahya ben-Tafut, Napoleão/Isabel de S. e Henrique Alemão/Senhorinha Anes, devido às contingências que os envolvem, no caso do par de *A Filha de Tristão das Damas*, a não aceitação por parte de Tristão das Damas e consequente rapto de Guiomar que a leva a Marrocos, onde sob o disfarce de rualfa, acaba por morrer e deixar amargura na vida do amado; a condição de exilado dada a Napoleão é o fator que, à partida, castra qualquer possibilidade de um final terreno feliz entre o Imperador e Isabel de S.; e a revelação do segredo/identidade de Henrique Alemão leva ao fim da sua feliz união com Senhorinha Anes, fazem com que a tragicidade e a fatalidade românticas imperem na estrutura das novelas de João dos Reis Gomes, existindo apenas a vivência de um ideal amoroso. Ao não alcançar um final feliz, o desespero, a loucura ou a morte são o destino dos protagonistas (Mata Induráin, 1995a: 171).

A narrativa é, de igual modo, trabalhada numa perspetiva de economia e o discurso do romance histórico afasta-se ainda mais do da história ao recorrer à interpretação de elementos como o presságio, o reaparecimento de personagens

supostamente mortos, a ocultação da personalidade de alguma personagem, o uso de prendas e os incidentes dramáticos (Mata Induraín, 1995a: 175), que influem no desfecho, não permitindo a consumação de um final feliz, uma marca clara da poética romanesca romântica.

O presságio e a superstição aparecem de modo evidente em *O Cavaleiro de Santa Catarina* na situação em que Ladislau III é prenomeado por uma pitonisa búlgara, quanto ao seu destino. É o elemento que na narrativa de Reis Gomes liga a vida mundana de Ladislau III à de Henrique Alemão.

Guiomar, em *A Filha de Tristão das Damas*, preconiza o sucesso que Yahya ben-Tafut irá obter em prol de Portugal, pois será fundamental, como documenta a história para a imposição portuguesa em Marrocos. Neste romance, os indícios também são claros, desde as desconfianças de João Gonçalves da Câmara sobre a identidade de Yahya ben-Tafut/D. Rodrigo até ao *leitmotiv* que constitui os amores de Machim e Ana d'Arfet em relação ao par Guiomar/Yahya ben-Tafut.

A ocultação da personalidade de personagens é um recurso evidente em *A Filha de Tristão das Damas*, quando se oculta a verdadeira personalidade de D. Rodrigo, para que pudesse dar azo ao arrojado plano de raptar a sua amada. Apenas volta a aparecer como Yahya ben-Tafut no último capítulo. Este subterfúgio narrativo, trabalhado sobre o desconhecimento histórico desta personagem, é uma estratégia da economia da narrativa que permitirá o avanço do espaço para o Norte de África. Em *O Cavaleiro de Santa Catarina*, não se poderá falar na ocultação de uma personalidade, mas sim de uma transmissão da tradição que, por sua vez, crê que Ladislau III se esconde em Henrique Alemão. Aliás, é o suposto reconhecimento por parte dos monges franciscanos que precipita a ação para o seu final e para o cumprimento do presságio da pitonisa búlgara. Em *O Anel do Imperador*, cremos não poder falar da ocultação de uma personalidade. Contudo, é através da falsa identidade que Isabel de S. consegue ver Napoleão. É identificada como filha de Henry Veitch, algo que não é verdade, mas é assim que o autor consegue a relação de verosimilhança do narrado, pois Veitch foi o único a visitar o Imperador aquando da passagem pelo Funchal e só o cônsul britânico é que poderia negociar a vinda de um outro visitante a bordo do Northumberland.

As prendas têm particular relevo em *O Anel do Imperador*. O título da obra é o objeto oferecido por Henri-Gatien Bertrand a Isabel de S., sendo o fundo da tradição madeirense que João dos Reis Gomes se propõe contar. É em torno desta prenda que Henri-Gatien Bertrand dá a Isabel de S. que é urdida a narração que implica a ligação da

senhorita ao Imperador dos Franceses. João dos Reis Gomes reapresentou a lenda, reinterpretando o papel da prenda na conceção de uma visita de Isabel de S. ao Northumberland. Do anel do Imperador a especulação é o que acompanha o leitor e contribui para a relação de verosimilhança estabelecida sobre o que se passa à volta daquele objeto.

Quanto às catástrofes que influem no desfecho da obra, as que assumem um papel inesperado são as de *A Filha de Tristão das Damas* e de *O Cavaleiro de Santa Catarina*. Em *O Anel do Imperador*, a catástrofe encontra-se anunciada desde o início: o exílio de Napoleão não permitirá a consumação carnal do amor com Isabel de S.

No primeiro romance, a morte de Guiomar Teixeira dá-se de forma inesperada. A filha de Tristão disfarçou-se de rualfa para poder participar na batalha que opôs cristãos e partidários destes aos mouros. Atingida, Guiomar volta para Safim moribunda, acabando por sucumbir nos braços de Yahya ben-Tafut, com a confissão de que havia vivido um amor romântico e que Yahya havia sido o seu Machim.

Em *O Cavaleiro de Santa Catarina*, há um presságio que liga a vida das duas personagens coincidentes e principais em cada uma das partes do romance: o vaticínio da pitonisa búlgara que preconiza o fim de Ladislau III e respetiva prole pelo desrespeito ao tratado de paz assinado com os turcos. No final de ambas as partes, há um paralelismo trágico. Na primeira, o rei desaparece, num vazio que vem a ser preenchido por Henrique Alemão, na segunda parte. No final desta, a tragicidade atinge o seu expoente porque, fisicamente, Henrique Alemão é soterrado por uma quebrada e o seu filho varão, Segismundo, morre pouco depois, alvo de uma outra tragédia natural, deixando em aberto a imaginação da lenda.

Pensamos que podemos aferir que todas as características românticas evidenciadas em *A Filha de Tristão das Damas*, *O Anel do Imperador* e *O Cavaleiro de Santa Catarina*, visam o tratamento marcadamente romântico dispensado ao herói. Em João dos Reis Gomes, o herói, como os heróis dos romances históricos românticos, é dominado pela busca de um absoluto (amoroso, político, espiritual ou de outra natureza) inatingível no seu plano espaço-temporal³⁴⁹ e, por isso, a saída possível é a tragicidade

³⁴⁹ Carlos Reis aponta várias características dos heróis românticos que poderão ser observadas em João dos Reis Gomes, embora nos pareça que a busca pelo absoluto seja a mais visível nos heróis do autor madeirense: “a **rebeldia** do herói romântico, a busca do **absoluto** (por exemplo: o absoluto amoroso perseguido pelo **donjuanismo**), a **ironia** crítica e distanciadora, o culto da **liberdade**, a **instabilidade** gerada pelo ‘vague des passions’ e pelo ‘mal du siècle’, a **autenticidade** por vezes aliada ao gosto do **popular** e do **tradicional**, noutros casos conjugada com a **evasão** para cenários exóticos ou para tempos

da loucura, da morte, do refúgio ou do isolamento (voluntários ou involuntários): Guiomar morre, depois de um ferimento em combate, resultado da procura pela concretização do amor pleno com Yahya; este perece ao combater os mouros, porque, após o desgosto da morte de Guiomar, o combate aos maometanos é a vingança que encontra para compensar a fatalidade que atingiu a amada; Napoleão morre isolado em Santa Helena, condenado pelo exílio a que foi votado pelos britânicos e na angústia da intangibilidade do amor com Isabel de S., que, por sua vez, se refugia na vida eclesiástica, no empenho pela castidade e fidelidade do seu amor pelo Imperador dos Franceses; Henrique Alemão, conhecendo a dor da revelação, vê desmoronar-se a sua vida e, numa viagem, é atingido por uma quebrada no Cabo Girão, vindo a falecer, sem conhecermos a certeza da sua identidade polaca. O modelo do romance histórico romântico, ironicamente, acaba por criar heróis ideais, cujos fins trágicos os envolvem numa aura de um absoluto que comunica ao presente os valores imaculados da vida desses heróis passados.

medievais, o **dandismo** anti-burguês constituem alguns desses temas e comportamentos” (Reis, 1997: 423-424, sublinhado do autor).

Conclusão

A partir da hipótese de investigação que concebemos, cremos poder concluir que o contributo literário para a divulgação da História da Madeira se afigura uma constatação evidente e que, em simultâneo, não parece ser o único propósito nem o objetivo exclusivo dos romances históricos de João dos Reis Gomes.

Nesta perspetiva, acreditamos poder afirmar que existe uma linha de reflexão política e ideológica, quer em relação ao império, à autonomia, ao regionalismo, quer ao patriotismo, ao nacionalismo e ao Estado Novo, que nos leva à conclusão de uma atitude consensual em relação aos tempos vividos pelo autor. Ou seja, sem se expressar de uma forma aberta em termos políticos, os textos de João dos Reis Gomes procuram dar voz a posições caras ao poder político e a ideais regionalistas, ao considerarem a identidade madeirense numa perspetiva de integração pátria.

João dos Reis Gomes poderia ter escolhido outros episódios da História de Portugal, mas optou por dar palco à utilização literária de referentes históricos madeirenses, o que podemos entender como um compromisso com os tempos vividos, no início de Novecentos, na Madeira. É nesse ponto que se operacionaliza o contributo para a divulgação da História da Madeira, uma vez que, na primeira metade do século XX, a busca por uma identidade regional faz com que alguns intelectuais se apoiem na história e no trabalho que vinha sendo desenvolvido por Álvaro Rodrigues de Azevedo e outros, que viram nas particularidades do arquipélago uma forma de afirmação identitária e cultural.

Sobretudo através do poder da imprensa, a geração de João dos Reis Gomes procura uma certa vulgarização da História da Madeira. Um dos mecanismos encontrados pelo autor de *Guiomar Teixeira* foi o romance histórico que operacionaliza a divulgação dos referentes históricos com apontamentos ao tempo presente do romance. O objetivo destes intelectuais seria a criação de um sustentáculo identitário que servisse de substância a uma reivindicação autonómica mais consistente, o que, com o Estado Novo, se revelará numa vertente mais regionalista.

Ao longo deste trabalho, procurámos, assim, compreender a função do romance histórico à luz da primeira metade do século XX, o que nos pareceu relevante indagar, de maneira a expormos a génese deste género literário e a sua evolução, em particular, em Portugal. A importância da exploração da evolução do romance histórico, desde o seu aparecimento e da sua introdução em Portugal, até ao primeiro romance deste

género de João dos Reis Gomes³⁵⁰, faz-nos compreender o porquê de referirmos, com Horácio Bento de Gouveia, que *O Bobo*, de Alexandre Herculano, é a influência apontada ao primeiro título do autor madeirense, e o romance histórico romântico como o grande modelo de João dos Reis Gomes, ao servir os intentos literários e políticos.

Na perspetiva da nossa investigação, incluindo outros trabalhos que são citados ao longo da tese, pudemos comprovar que a evolução do género, a exemplo do que estudiosos como Maria de Fátima Marinho preconizam, foi feita de forma lenta, não havendo grandes marcas de cisão entre os primeiros romancistas portugueses e os da primeira metade do século XX. Para isso, observámos que a estrutura é muito similar à dos romances do início do século XIX, com um trabalho sobre o prólogo e a exposição da matéria bebida na história, mas também em fontes populares, a tradição, o que estabelece, à partida, uma diferenciação entre historiografia e romance histórico: por um lado, a “representação” do passado no texto historiográfico, por outro, a “utilização” do passado no texto romanesco.

É o caso de *A Filha de Tristão das Damas* que, na primeira edição, em 1909, recorre à interpretação do episódio da tomada de Safim, decorridos 400 anos, para lembrar a bravura madeirense na edificação do império e, em consequência dos tempos vividos no início do século XX, na bandeira da independência nacional, e interrogar, nas entrelinhas, a autonomia. Se fossem exequíveis as condições autonómicas ideais, a Madeira voltaria a brilhar na conjuntura nacional, tal como no tempo de D. Manuel I. É, pois, a proposta reflexiva do primeiro romance de João dos Reis Gomes.

Já nas edições de 1946 e na de 1962, os objetivos editoriais passam por outras metas relacionadas com a justificação da manutenção do império português, quando, em 1946, a conjuntura do pós-Segunda Grande Guerra adivinha um mundo bipolar, entre E.U.A. e U.R.S.S., que pretendem um mundo “livre” do domínio colonial europeu, o que não veio a concretizar-se no imediato, por uma questão geoestratégica. Em 1962, já com os impérios coloniais europeus praticamente desmoronados, com a pressão da Administração Kennedy, a perda das possessões indianas, o início da Guerra do Ultramar e com a Europa centrada na construção de um bloco europeu, a então C.E.E., o governo português, perante a celebração do Centenário do Infante D. Henrique, volta a querer justificar a manutenção do império africano. Nestes dois momentos, a melhor estratégia literária para a reflexão sobre a conjuntura do pós-Segunda Grande Guerra e a

³⁵⁰ Entre a publicação de *Eurico, o Presbítero*, de Alexandre Herculano, em 1844, e *A Filha de Tristão das Damas*, em 1909, falamos de um intervalo de 65 anos, o que é um período relativamente curto.

Guerra do Ultramar seria a utilização de um episódio caro à Madeira para que houvesse um apelo reflexivo a partir da proximidade cultural com a referência literária e a referência histórica.

Na primeira edição de *A Filha de Tristão das Damas*, através do *exemplum* (as condições proporcionadas por D. Manuel I para a capitania do Funchal aliadas à valentia madeirense na tomada de Safim), julgamos ter conseguido comprovar que a interrogação sugerida ao leitor é refletir sobre as insuficientes condições da autonomia administrativa alcançada em 1901. Há um claro intento de contribuir para a criação de uma consciência regional e acicatar a luta por uma melhor autonomia. Nas outras duas edições, *A Filha de Tristão das Damas* é um romance histórico em função da ideologia do poder. Contudo, como em *O Anel do Imperador* e em *O Cavaleiro de Santa Catarina*, a literatura não deixa de ter uma função interrogativa, pois é pelos “exempla” que o leitor se inteira da visão ideológica na insistência da manutenção do império como parte de Portugal.

Em *O Anel do Imperador*, embora a obra obedeça a um propósito contributivo para a divulgação da história regional, um dos grandes objetivos do romance é a propaganda do regime salazarista, bem como a apresentação de uma visão de conciliação e apaziguamento, após a Revolta da Madeira. Como procurámos demonstrar, este romance histórico de 1934 é um dos textos - literários e não literários - onde melhor se pode vislumbrar uma posição política consensual de João dos Reis Gomes, em relação ao Estado Novo, sem pensarmos em classificar o autor, abertamente, como salazarista. Napoleão é visto como o conquistador da Europa que passa pela Madeira e com ele a metáfora do vento leste e das desgraças, mas que, aquando da passagem da missão Joinville, já é visto como alguém que trouxe novos ventos à ilha, o que, numa similaridade com Salazar, é operado no romance histórico uma leitura de apaziguamento através da história, tradição e cultura locais. Na interpretação do papel de Isabel de S. em relação a Napoleão há a defesa do papel submissivo e estruturante da mulher na edificação da família como base social do Estado Novo.

No que respeita a *O Cavaleiro de Santa Catarina*, texto com uma estrutura formal idêntica à de *O Anel do Imperador*, isto é, na primeira metade, o texto é elaborado de acordo com os manuais de história e, na segunda parte, trabalha sobre a tradição popular e a lenda, evoca um episódio da tradição histórica madeirense, a passagem de Henrique Alemão pela Madeira, com suspeitas de ser Ladislau III da Polónia. Tal como em *O Anel do Imperador*, um dos objetivos principais de *O*

Cavaleiro de Santa Catarina é a divulgação ideológica dos heróis culturais do Estado Novo, neste caso, D. Sebastião, camuflado na figura do desejado Ladislau III. Se atendermos à conjuntura internacional (início da Segunda Guerra Mundial), a assumida política de neutralidade portuguesa e a manutenção da independência da pátria, a evocação do mito sebástico, cujo princípio se relaciona com a salvação nacional, apela à alma portuguesa no sentido de ser o *fatum* português a espera pelo regressado protetor. Um outro objetivo terá sido contribuir para o engrandecimento do mundo português, uma vez que na década de 40 se comemora a dupla independência de Portugal (1140 e 1640), através da Exposição do Mundo Português, com uma influência determinante do SPN e da visão cultural de António Ferro.

A tarefa de distinguir o campo literário da pretensão histórica afigurou-se-nos relativamente acessível, uma vez que, a partir do momento em que nos deparamos com um romance histórico, sabemos que o seu conteúdo é ficção e, logo, com a funcionalidade interrogativa. A história, por sua vez, e ultrapassando a questão do discurso com recursos narrativos similares ao do discurso literário, terá na sua objetividade científica o fundamento de ensaiar uma explicação para os factos narrados a partir das fontes e lugares que têm o propósito de produzir memória.

No caso do romance histórico, parece-nos poder concluir que, mesmo podendo obedecer a uma pesquisa a nível das fontes, não há um tratamento do facto histórico, mas de um referente histórico, porque o facto só pode ser analisado pela ciência e, assim, só existirá no discurso da historiografia. Portanto, neste ponto de vista, a literatura torna-se uma fonte da história e não o seu discurso, salvaguardando sempre o recurso a algumas técnicas semelhantes. Na literatura, há uma interpretação efabulada dos mitos e dos referentes históricos, na perspetiva imaginativa “do que poderia ter sido”, que partindo dos “exempla” históricos, atua como uma forma de divulgação ideológica e interrogação reflexiva do tempo. Falamos do campo da verosimilhança, ao passo que na historiografia lidamos com a veracidade.

Concluimos que, apesar do discurso da história ter tido uma evolução apegada à literatura comprovado pelo proliferar de crónicas e de narrativas que rememoravam os feitos das grandes linhagens, é a transformação dos estados em estados-nação que efetiva uma separação entre a história e a literatura. A história deixou de ser um relato sobre as casas nobiliárquicas que governavam os estados e passou, através de um método analítico-científico, a divulgar a história de uma nação em que impera o discurso sobre a análise dos factos históricos produzindo um referente, numa relação de

veracidade discursiva entre o historiador, o facto histórico e o leitor. Parece evidente que o historiador não põe de parte as técnicas da ficcionalidade que assiste ao discurso, mas na narrativa histórica não há lugar à categoria do narrador e o seu discurso exerce uma função sobre um presente-futuro, o único tempo em que, onticamente, pode existir a história e o seu objeto de estudo ter uma função de, a partir de uma visão do passado, ser um produtor de memória.

O romance histórico, pelo seu lado, apresenta-se como uma obra ficcionada a partir de referentes históricos e não de factos históricos, que não são da sua competência. Ou seja, o romance histórico utiliza o referente histórico produzido pela história sem a responsabilidade de veracidade sobre o facto histórico.

Apesar da ambiguidade inicial e da considerada vertente “parasita” em relação ao discurso da história, o romance histórico nunca fundamentou os seus objetivos na análise de factos, mas na operacionalização do conhecimento de referentes históricos com uma funcionalidade literária ativa num tempo presente-futuro. A função de interrogar o mundo num tempo presente-futuro é verificável no compromisso de verosimilhança do papel do autor, do leitor e da sociedade no espaço presente da produção de determinado romance histórico. A obra literária torna-se, assim, fonte de análise da história e não uma narrativa historiográfica.

O contributo literário para a divulgação da História da Madeira faz-se, portanto, no âmbito da reabilitação da memória cultural porque, como vimos com Jan Assmann, a literatura tem a responsabilidade de contribuir para a construção da memória cultural. Na primeira metade do século XX, as questões da memória, história, identidade, por vezes, se confundiam, como vimos, observando-se relações linguísticas de sinonímia. Contudo, já se delimitavam os campos de trabalho de cada um deles, embora houvesse, como ainda há, a inevitabilidade de algumas fronteiras ténues entre os conceitos, sobretudo na utilização leiga da linguagem.

Procurámos explicá-lo ao longo da nossa investigação e é, na nossa ótica, ponto assente que a memória e as fontes são municiadores do discurso da história, tal como do romance histórico, que incluirá, também, a história como fonte do seu trabalho. Neste ponto, opera-se a construção da memória coletiva, mas também a construção da memória cultural e da memória histórica. Por um lado, a historiografia constrói uma memória histórica, produto da sua cientificidade e relação com a veracidade, por outro, o romance histórico é um dos responsáveis pela construção da memória cultural, duas memórias diferentes, mas de igual modo determinantes do ponto de vista identitário.

Assim, o contributo literário para a divulgação da História da Madeira faz-se no âmbito da memória cultural que evoca agentes da identidade madeirense, em que as elites e o povo se reveem, no fundo mais amplo da madeirensidade, que pensamos ser um conceito enriquecedor no contexto identitário madeirense.

A necessidade de concetualizar o sentimento identitário não se tornou operacional na Madeira, tal como nos Açores, para referirmos apenas o outro arquipélago português que, no tempo de João dos Reis Gomes, era considerado “Ilhas Adjacentes”, existindo diversas razões que o justificam, como a integridade reconhecida ao arquipélago madeirense desde os tempos do “Ciclo do Açúcar”, em que assistimos à definição do Funchal como cidade proeminente no contexto ilhéu, em termos políticos, culturais e sociais, e de um gentílico que define a identidade do habitante do arquipélago, “madeirense”.

O empenho pela conquista de uma autonomia, que situa o seu embrião na época das invasões napoleónicas, vem acalantar as questões identitárias que, nos tempos dos festejos do Quincentenário madeirense, foram reavivadas, mas ficaram reféns da preponderância política e órfãs de um sustentáculo intelectual, o que não significa que os homens da cultura e de outros campos académicos não se tivessem debatido por um reconhecimento identitário particular do ilhéu madeirense. É neste contexto que incluímos João dos Reis Gomes. Não deixando de lado o seu patriotismo, o autor revelou sempre, nos seus romances históricos, a sua vertente regionalista e de defesa dos interesses madeirenses, subtilmente entrelaçados nos enredos literários.

Concluimos que o empenho de João dos Reis Gomes, ao trabalhar com referentes históricos da História da Madeira, contribui para promover a sua divulgação, porque se constitui como um ativo produtor de memória cultural, ou seja, de revisitação de lugares culturais comuns do ser madeirense, com uma função literária interrogativa sobre o presente do seu tempo, porque cremos que os intelectuais do início do século XX que tiveram o objetivo de olhar para a identidade madeirense como uma prioridade cultural, com a pretensão de uma melhoria autonómica capaz de conduzir o arquipélago ao fim das cíclicas crises económicas, esboçaram o primeiro caminho para a consciencialização de uma madeirensidade intrínseca ao ser madeirense.

Por isso, julgamos que a importância da envolvência dos intelectuais na luta autonómica deve ser tida em conta, bem como a exploração literária da primeira metade do século XX, em que outros autores madeirenses, mais do que imitar modelos poderão ter pretendido contribuir para a edificação de uma identidade madeirense e numa

perspetiva contributiva para a divulgação cultural de natureza regionalista e autonomista.

A geração de João dos Reis Gomes contribuiu, do nosso ponto de vista, para a afirmação de uma identidade madeirense que se vem impondo como conceito concreto de um sentir madeirense, focado na ilha, nas suas ramificações pelo mundo e por um estabelecimento de pontes de comunicação entre uma identidade ilhoa e uma forma muito própria de sentir a sua posição e papel global, quer numa perspetiva acérrima de portugalidade, como foi defendida por alguns membros do Cenáculo de Reis Gomes, quer numa perspetiva mais aberta em que a identidade ilhoa se concebe como um nascimento numa parte do Portugal Insular e enriquecido pelas redes internas e externas estabelecidas a partir do Atlântico. Ou, quiçá, num terceiro cenário amalgamado a partir do pensamento que veio a ser maturado nos últimos anos, uma corrente imbuída de portugalidade, mas com um crivo indelevelmente insular e, sobretudo, madeirense.

Índice de Autores

- Alexandre, Valentim, 272
Almeida, Onésimo Teotónio, 126, 131, 132, 134, 143
Antunes, Luísa Marinho, 140, 141
Aragão, António, 277, 278
Aristóteles, 38, 49
Assmann, Jan, 23, 135, 136, 139, 141, 307
Bakhtin, Mikhail, 153
Barrento, João, 33, 36, 37, 46, 49, 67
Barthes, Roland, 14, 50, 51, 52
Baumer, Franklin L., 30, 31
Bernard, Claudie, 21, 37, 51, 52
Bettencourt, Urbano, 128
Bonifácio, Maria de Fátima, 74, 79
Buescu, Helena Carvalhão, 61, 64, 68
Cabrera Déniz, Gregorio José, 17
Carita, Rui, 149, 166, 195, 196, 217, 234
Carrière, Jean-Claude, 14
Castellanos, Manuel Pablo Fr., 165, 217
Castello, José Aderaldo, 103
Catroga, Fernando, 39, 40, 55, 56, 64, 75, 78, 80, 101, 102, 124
Cavaliere, Mauro, 43, 60, 185
Cerdeira, Teresa Cristina, 53, 54
Clode, Luiz Peter, 210
Coelho, Leonor Martins, 159, 160, 176, 190, 191, 209, 212, 213, 263, 280, 284, 285, 287, 288
Coelho, Maria Helena da Cruz, 64
Cruz, Manuel Braga da, 225, 227
Curto, Diogo Ramada, 57
Dewulf, Jeroen, 53, 54
Di Benedetto, Christine, 58
Duchet, Claude, 181
Eco, Umberto, 14, 47, 48, 122, 140, 181, 182
Esteban de Vega, Mariano, 42
Falcão, Ana Margarida, 124, 136
Faria, Higino, 278, 285, 287
Farinha, António Dias, 106, 164, 165, 166, 207, 215, 270
Fernandes, Paulo Jorge, 81
Fernández Prieto, Celia, 290
Figueiredo, Fernando, 96, 116, 143, 167
Freitas, João Abel de, 233
Frutuoso, Gaspar, 195
Gallo, Max, 253
Ganeri, Margherita, 19, 20, 21, 24, 29, 30, 31, 34, 35, 36, 62, 63
García García, Alicia, 44
Gouveia, Horácio Bento de, 178, 179
Halbwachs, Maurice, 137
Janes, Emanuel, 92
João, Maria Isabel, 80, 123, 130
Kielanowski, Leopold, 170, 278, 282, 285, 287
Las Cases, Emmanuel, 233, 237, 239, 254
Le Goff, Jacques, 38, 39, 40, 42, 123, 137, 138, 139, 141
Leal, Ernesto Castro, 83, 85, 219, 225, 226, 227, 324, 329
Lopes, Cícero Galeno Urroz, 103
Lourenço, Eduardo, 59, 60, 61, 63, 76, 77, 78, 101
Lozano, Jorge, 54, 142
Lucas, Maria Manuela, 73, 76
Lukács, Georg, 18, 24, 25, 26, 28, 29, 34, 35, 36
Machado, Álvaro Manuel, 31, 32, 58, 59, 60, 77, 78, 218
Marchi, Riccardo, 231, 267
Marinho, Maria de Fátima, 28, 29, 35, 36, 45, 47, 65, 68, 69, 70, 161, 184, 187, 188, 230, 268, 273, 290, 304
Marques, Alfredo Pinheiro, 197
Martins, Fernando, 173, 265
Mata Induraín, Carlos, 19, 21, 24, 27, 32, 33, 34, 48, 292, 295, 296, 297, 299, 300
Matos, Helena, 234, 244

- Matos, Sérgio Campos, 13, 44, 45, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 148, 150, 175
- Mattoso, José, 42, 45, 46, 52, 53
- Meneses, Carlos Azevedo de, 109, 110
- Molino, Jean, 50, 298
- Mónica, Maria Filomena, 172
- Moniz, Ana Isabel, 124, 136
- Nemésio, Vitorino, 128, 133
- Nepomuceno, Rui, 90
- Neto, Maria Sobral, 53
- Noronha, Henrique Henriques, 163, 182, 208, 212, 216, 284
- Orel, Harold, 23
- Paratore, Ettore, 39
- Pereira, José Carlos Seabra, 154
- Petitier, Paule, 139
- Pimentel, Manuel Cândido, 271
- Pinheiro, Joaquim, 131
- Pires, António Machado, 29, 128
- Pires, Maria Laura Bettencourt, 22, 65
- Pita, Gabriel, 81
- Ponce de Leão, Isabel Vaz, 268, 272, 274
- Porto da Cruz, Viconde do, 97, 144, 152, 227
- Quataert, Donald, 275
- Rebelo, Luís de Sousa, 101, 102
- Reis Gomes, João dos, 95, 96, 145, 146, 147
- Reis, Carlos, 35, 36, 44, 59, 302
- Reyes González, Nicolás, 17
- Ricoeur, Paul, 49, 52, 138, 139
- Riley, Carlos, 198
- Roberts, Stephen G. H., 126
- Rodrigues, Paulo, 15, 86, 87, 93, 106, 132, 134, 142, 152, 219, 220, 242, 244, 249, 251, 252
- Rosas, Fernando, 120, 266, 267
- Rubio Cremades, Enrique, 181
- Salazar, António de Oliveira, 84, 92, 102, 156, 157, 264, 265
- Salgueiro, Ana, 93, 117, 133
- Santos, Thierry Proença dos, 85, 143, 159, 160, 176, 190, 191, 209, 212, 213, 263, 280, 284, 285, 287, 288
- Saraiva, António José, 62, 63, 64
- Seixo, Maria Alzira, 26, 152, 153
- Serrão, Joaquim Veríssimo, 74, 75, 76, 79, 80, 164, 216, 232, 265, 266
- Shaw, Harry, 21, 22, 23, 24, 28, 160, 161
- Silva, Fernando Augusto da, 109, 110
- Sousa, Luís Francisco, 126, 127
- Tatu, Chantal, 20
- Teixeira, Nuno Severiano, 81
- Torgal, Luís Reis, 42, 44, 62, 63, 65, 66, 67, 79, 81, 82, 83, 84, 94, 267
- Veríssimo, Nelson, 87, 88, 89, 90, 91, 104, 105, 108, 111, 117, 130, 285
- Vieira, Alberto, 125, 126, 130, 150, 174, 175, 235
- Vieira, G. Brazão, 97, 179
- White, Hayden, 46, 47, 51
- Yanes Mesa, Julio Antonio, 115
- Zúquete, José Pedro, 269, 270

Bibliografia

1. Fontes

1.1. *Corpus Literário*

- REIS GOMES, João dos, *A Filha de Tristão das Damas: Novella Madeirense*, Funchal, Heraldo da Madeira, 1909.
- _____, *A Filha de Tristão das Damas: Romance Histórico Madeirense*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1946.
- _____, *A Filha de Tristão das Damas: Romance Histórico Madeirense*, in *Diário de Notícias*, de 8-3-1962 a 26-6-1962.
- _____, *O Anel do Imperador (Napoleão e a Madeira)*, Lisboa, Livraria Clássica, 1934.
- _____, “*O Anel do Imperador (Napoleão e a Madeira)*”, in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa – Classe de Letras*, Tomo I, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1936, p. 257-296.
- _____, *O Cavaleiro de Santa Catarina (De Varna à Ilha da Madeira)*, Funchal, *Diário da Madeira*, 1941.

1.2. Outras obras de Reis Gomes citadas na tese

- REIS GOMES, João dos, *Através da França, Suíça e Itália (Diário de Viagem)*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1929.
- _____, *O Belo Natural e Artístico*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1928.
- _____, *Guiomar Teixeira*, Funchal, Heraldo da Madeira, 1914, 2ª ed.

1.3. Periódicos, Revistas e Documentos dos Arquivos

- ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 32, fl. 103, 11-2-1496. Tristão Teixeira é perdoado por ter dormido carnalmente, segundo algumas testemunhas inquiridas por Brás Afonso Correa, com as irmãs Guiomar Teixeira e Branca Teixeira e com Cecília Teixeira e Leonor.
- ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte II, mç. 46, n.º 53, ?-?-1514 Socorro enviado por Simão Gonçalves da Câmara, Capitão do Funchal, ilha da Madeira, a Safim, a pedido do Capitão Nuno Fernandes de Athaide.
- ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte II, mç. 18, n.º 106, “Mandado de João Rodrigues de Parada, encarregado do pagamento das despesas da armada de socorro a Safim, para Salvador Gramaxo, recebedor do almoxarifado da Alfândega do Funchal, ilha da Madeira, pagar a Simão Gonçalves da Câmara, Capitão do Funchal, 4 arrobas por despesas com a referida armada”, 29-8-1509.
- ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte II, mç. 18, n.º 102, “Mandado de João Rodrigues de Parada, encarregado do pagamento das despesas da armada de socorro a Safim, para Salvador Gramaxo, recebedor da Alfândega do Funchal, ilha da Madeira,

pagar a Afonso Álvares, mercador, 29 arrobas e 28 arráteis de açúcar por 4 moios e 23 alqueires de trigo que lhe foi tomado para a referida armada”, 23-8-1509.

ARM, ALM, Luís Marino, *Panorama Literário do Arquipélago da Madeira*.

ARM, Felisberto Bettencourt Miranda, *Apontamentos para a genealogia de diversas famílias da Madeira*, 1887-1888.

ARM, *Genealogia de Famílias Madeirenses*, liv. 2, p. 32 v.

ARM, Igreja Inglesa, *Registo de Baptismos*, 1804-1848.

ARM, Henrique Henriques de Noronha, *Nobiliário Genealógico das famílias que passaram a viver à Ilha da Madeira, desde o tempo do seu descobrimento que foy no anno de 1420*, vol. 2.

ARM, Henrique Henriques de Noronha, *Nobiliario Genealogico d'as Familias que passarão a viver a ésta Ilha d'a Madeira depois de seu descobrimento que foi no anno de 1420*, 3 vols., 1700.

ARM, António Pedro de Azevedo, *Notícias de cousas da Ilha da Madeira desde seu segundo descobrimento pelo Zargo*.

ARM, PRQ, liv. 1373.

ARM, PRQ, liv. 1260.

ARM, PRQ, liv. 1260.

ARM, PRQ, liv. 1387

ARM, PRQ, liv. 1377a.

BPARPD, AMMVA, “Carta de J. Reis Gomes, Faial – 13-9-1944”.

BPARPD, ATB, “Cartão de visita de J. Reis Gomes. Funchal, Madeira, [s. d.]”.

BPARPD, ATB, “Cartão de visita de J. Reis Gomes. Funchal, Madeira, [s. d.]”.

BPARPD, ATB, “Carta de J. Reis Gomes, da redacção do ‘Heraldo da Madeira’, a Teófilo Braga – 7-3-1906”.

BPARPD, ATB, “Carta de J. Reis Gomes, da redacção do ‘Heraldo da Madeira’, a Teófilo Braga – 25-10-1907”.

BPARPD, ATB, “Carta de J. Reis Gomes, da redacção do ‘Heraldo da Madeira’, a Teófilo Braga – 1-8-1919”.

BPARPD, ATC, “João dos Reis Gomes – subsérie de correspondência”. Datas extremas: 22 março 1947 a 10 setembro 1949.

BRAZÃO, Eduardo, “A Aliança Luso-Britânica”, in *O Século: Número Extraordinário Comemorativo do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal*, Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, junho de 1940, p. 41-44.

CASTELLANOS, Manuel Pablo Fr., *Historia de Marruecos*, Tanger, Imprensa Hispano-arábiga de la Misión Católico-española, 1898, 3ª ed.

LAS CASES, Emmanuel de, *Mémorial de Sainte-Hélène*, vol. 1, Paris, 1823.

_____, *Mémorial de Sainte-Helène*, vol. 1, Paris, Lebègue, 1824a.

_____, *Mémorial de Sainte-Helène*, vol. 2, Paris, Lebègue, 1824b.

MORAIS, Castelo de, “A Independência de Portugal foi sempre a condição primeira da sua Expansão no Mundo”, in *O Século: Número Extraordinário Comemorativo do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal*, Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, junho de 1940, p. 15-20.

O'MEARA, Barry E., *Complément du Mémorial de Sainte-Hélène – Napoléon en Exil; Relation*, vol. 1, Paris, Huzard Gourcier, 1824a, 4ª ed.

_____, *Complément du Mémorial de Sainte-Hélène – Napoléon en Exil; Relation*, vol. 2, Paris, Huzard Gourcier, 1824b, 4ª ed.

Quinto Centenário do Descobrimento da Madeira (Coord. Fernando Augusto da Silva).

Periódico *A Madeira*, 9-4-1857.

Periódico *Correio da Madeira*. Datas extremas: 28-7-1922 a 25-1-1923.

Periódico *Diário da Madeira*. Datas extremas: 30-1-1913 a 31-12-1940.

Periódico *Diário de Notícias*. Datas extremas: 11-10-1922 a 15-11-1973.

Periódico *El Progreso*. Datas extremas: 17-2-1922 a 30-12-1922.

Periódico *Gaceta de Tenerife*. Datas extremas: 12-3-1922 a 7-2-1923.

Periódico *Heraldo da Madeira*. Datas extremas: 4-1-1907 a 18-6-1915.

Periódico *A Informação*, 8-7-1931.

Periódico *La Correspondencia de España*, 28-6-1909.

Periódico *La Mañana*, 2-7-1922.

Periódico *La Prensa*. Datas extremas: 6-10-1922 a 20-2-1923.

Periódico *O Defensor*, 25-07-1840.

Periódico *Jornal da Madeira*. Datas extremas: 30-11-1923 a 1-1-1961.

Periódico *O Patriota Funchalense*. Datas extremas: 29-8-1821 a 5-9-1821.

Periódico *O Século*, 6-1940.

Revista *A Esperança*. Datas extremas: 15-1-1923 a 25-12-1925.

Revista *O Panorama*, IV, 1840.

Revista *Serões*. Datas extremas: 1-1906 a 5-1909.

2. Obras Teóricas

2.1. Literatura

ALMEIDA, Onésimo Teotónio, “Quadro panorâmico da Literatura Açoriana nos últimos cinquenta anos”, acesso URL: http://lusofonia.x10.mx/acores/lit_xx.htm#_ftn1 (consultado a 5 de abril de 2020).

_____, “Sobre o peso da geografia no imaginário literário açoriano”, in *Mar Horizonte: Literaturas Insulares Lusófonas* (Org. Jane Tutikian e Luiz Antonio de Assis Brasil), São Paulo, EDIPUCRS, 2007, p. 23-32.

ANTUNES, Luísa Marinho, “A construção da memória cultural por meio da literatura: alguns aspectos”, in *Pro-Posições Culturais*, São Paulo, Fevereiro 2019, p. 189-211.

ARISTÓTELES, *Poética* (Trad. de Ana Maria Valente), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

ARNAUT, Ana Paula, “Romance(s) Histórico(s)”, in *Sociedade e Ficção* (Coord. Ofélia Paiva Monteiro), Coimbra, Centro de Literatura Portuguesa, Faculdade de Letras, 2007, p. 57-66.

- ASSMANN, Jan, “Communicative and cultural memory”, in *Cultural Memory Studies: an International and Interdisciplinary Handbook* (Ed. Astrid Erll and Ansgar Nünning), Berlin/New York, De Gruyter, 2008, p. 109-118.
- _____, *La memoria culturale. Scrittura, ricordo e identità politica nelle grandi civiltà antiche* (Trad. de Francesco de Angelis), Torino, Biblioteca Einaudi, 1997.
- BAKHTIN, Mikhail, *Questões de literatura e de estética. A teoria do romance* (Trad. Aurora Fornoni Bernardini et al.), São Paulo, Unesp/Hucitec, 1993, 3ª ed.
- BARRENTO, João, *A Chama e as Cinzas. Um quarto de século de Literatura Portuguesa (1974-2000)*, Lisboa, Bertrand, 2016.
- BARTHES, Roland, “Le discours de l’histoire”, in *Social Science Information/Information sur les Sciences Sociales*, VI – 4 agosto 1967, p. 65-75.
- _____, *O Rumor da Língua* (Trad. António Gonçalves), Lisboa: Edições 70, 1987.
- _____, *S/Z* (Trad. Maria de Santa Cruz e Ana Mafalda Leite), Lisboa, Edições 70, 1999.
- BAUMER, Franklin L., *O Pensamento Europeu Moderno Vol. 2: Séculos XIX e XX*, Lisboa, Edições 70, 2002.
- BEIRANTE, Cláudio, *Alexandre Herculano: As Faces do Poliedro*, Lisboa, Vega, 1991.
- BERNARD, Claudie, *Le Passé Recomposé: Le Roman Historique Français du Dix-Neuvième Siècle*, Paris, Hachette, 2001.
- BERRIO, Antonio García, *Teoría de la Literatura: La Construcción del Significado Poético*, Madrid, Cátedra, 1989.
- BETTENCOURT, Urbano, “Claridade, claridosidade – a irradiação açoriana”, 2017. Acesso URL: <https://www.rtp.pt/acores/comunidades/claridade-claridosidade-a-irradiacao-acoriana-urbano-bettencourt-55110> (consultado a 10 de dezembro de 2019).
- _____, “Uma outra ‘Açorianidade’- Um texto esquecido de Nemésio”, in *Atlântida – Separata*, vol. XLVI - Vitorino Nemésio: 1º Centenário do Nascimento 1901-2001, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2001, p. 321-324. Acesso URL: <https://urbanobettencourt.wordpress.com/2017/01/23/uma-outra-acorianidade-um-texto-esquecido-de-nemesio/> (consultado a 10 de dezembro de 2019).
- _____, “Vitorino Nemésio: para um pensamento insular atlântico”, in *História, Pensamento e Cultura: Estudos em Homenagem a Carlos Cordeiro* (Coord. Manuel Sílvio Alves Conde e Susana Serpa Silva), Ponta Delgada, 2016, p. 369-379. Acesso URL: <https://urbanobettencourt.wordpress.com/2016/06/25/vitorino-nemesio-para-um-pensamento-insular-atlantico/> (consultado a 10 de dezembro de 2019).
- BICKEL, Ernst, *Historia de la Literatura Romana*, Madrid, Editorial Gredos, 1987.
- BUESCU, Helena Carvalhão, “A Obra Literária de Alexandre Herculano”, in *Alexandre Herculano: Um Pensamento “Poliédrico” – Colóquio Comemorativo dos 120 Anos da sua Morte (1877-1997)* (Org. Álvaro Costa de Matos e Graça Afonso), Lisboa, CML/DMC/DBA/DGB/HML, 2005, p. 151-158.

- CASTAGNA, Vanessa, *Voz de muitas vozes: Cabral do Nascimento, tradutor*, Lisboa, Principia, 2009.
- CASTELLO, José Aderaldo, “Regionalismo brasileiro. Uma deriva do nacionalismo romântico”, in *Nacionalismo e regionalismo nas literaturas lusófonas* (Coord. Fernando Cristóvão, Maria de Lourdes Ferraz e Alberto Carvalho), Lisboa, Cosmos, 1997, p. 109-113.
- CAVALIERE, Mauro, *As coordenadas da viagem no tempo. Uma contribuição para a teoria da ficção histórica baseada em alguns textos portugueses dos séculos XVI, XIX e XX*, Estocolmo, Universidade de Estocolmo, 2002.
- CERDEIRA, Teresa Cristina, “Dos vícios e virtudes da História na Ficção”, in *Literatura e História* (Org. Maria de Fátima Marinho), vol. 1, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 2004, p. 153-158.
- CRISTÓVÃO, Fernando, *Cruzeiro do Sul a Norte – Estudos Luso-Brasileiros*, Lisboa, INCM, 2005.
- DEWULF, Jeroen, “E se toda a História fosse Ficção? Reflexões sobre a utilidade da ficção como critério para distinguir literatura e história”, in *Literatura e História* (Org. Maria de Fátima Marinho), vol. 1, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 2004, p. 207-212.
- DI BENEDETTO, Christine, “Roman historique et Histoire dans le roman”, in *Cahiers de Narratologie*, 2008. Acesso URL: <https://journals.openedition.org/narratologie/767#tocto1n4> (consultado a 13 de janeiro de 2018).
- DUCHET, Claude, “L’Illusion Historique. L’enseignement des préfaces (1815-1832)”, in *Revue d’Histoire Littéraire de la France*, n.º 2-3, Mars-Juin 1975, p. 245-267.
- ECO, Umberto, *Leitura do texto literário: a cooperação interpretativa nos textos literários*, Lisboa, Presença, 1983.
- _____, “Prólogo”, in LOZANO, Jorge, *El Discurso Histórico*, Madrid, Alianza, 1994, p. 9-14.
- _____, *Sobre Literatura*. Lisboa, Relógio d’Água, 2014.
- ECO, Umberto e CARRIÈRE, Jean-Claude, *Não contem com o fim dos livros* (Conversas conduzidas por Jean Philippe de Tonnac), Lisboa, Gradiva, 2017.
- FERNÁNDEZ PRIETO, Celia, “El anacronismo: formas y funciones”, in *Literatura e História* (Org. Maria de Fátima Marinho), vol. 1, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 2004, p. 249-257.
- _____, *Historia y Novela: poética de la novela histórica*, Navarra, EUNSA, 2003.
- _____, “Poética de la novela histórica como género literario”, in *Signa: Revista de la Asociación Española de Semiótica*, nº 5, Madrid, UNED, 1996, p. 185-201.
- FIGUEIREDO, Fernando, “Especificidade, Autonomia e Identidade Cultural: a Literatura no Arquipélago da Madeira”, in *Actas do VIII Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, vol. 2, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2008, p. 1487-1494.
- GANERI, Margherita, *Il Romanzo Storico in Italia – Il Dibattito Critico dalle Origini al Post-Moderno*, Lecce, Piero Manni, 1999.

- _____, *Il Romanzo Storico di Gyorgy Lukács – per una fondazione politica del genere letterario*, Manziana, Vecchiarelli, 1998.
- GARCÍA GARCÍA, Alicia, “Realidad y ficción en la moderna novela histórica: *El Sueño de Alejandría* de Terenci Moix”, in *Fortunatae*, 10, La Laguna, Universidad de La Laguna, 1998, p. 309-317.
- GARCÍA HERRANZ, Ana, “Sobre la novela histórica y su clasificación”, in *EPOS Revista de Filología*, XXV, Madrid, UNED, 2009, p. 301-311.
- GOUVEIA, Horácio Bento de, “Reis Gomes – Homem de Letras”, in *Das Artes e Da História da Madeira*, nº 13, Funchal, 1952, p. 29-31.
- _____, “O académico e escritor João dos Reis Gomes”, in *Panorama*, nº 29, Lisboa, 1969, p. 6-9.
- HIBBS-LISSORGUES, Solange, “Novela histórica y escritores católicos en el siglo XIX: las marcas de un género”, in *Congreso Internacional sobre la Novela Histórica (Homenaje a Navarro Villoslada)*, Pamplona, Institución Príncipe de Viana, 1996, p.167-186.
- HUTCHEON, Linda, *A poetics of Postmodernism. History, Theory, Fiction*, London, Routledge, 1988.
- LESKY, Albin, *A History of Greek Literature*, Duckworth, Londres/Indiana, 1996.
- LOURENÇO, Eduardo, *O labirinto da saudade: psicanálise mítica do destino português*, Lisboa, Gradiva, 2000.
- LUKÁCS, Georg, *A teoria do romance* (Trad. Alfredo Margarido), Lisboa, Presença, s/d.
- _____, *The Historical Novel* (Trans. Hannah and Stanley Mitchell), Londres, Merlin Press, 1989.
- MACHADO, Álvaro Manuel, *O Significado das Coisas – Ensaio de Literatura Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 2017.
- MARINHO, Maria de Fátima, “O despertar da Bela Adormecida (o silêncio e a palavra da mulher no romance histórico)”, in *Romance histórico – Cânone e periferias* (Org. Sérgio Guimarães de Sousa e Ana Ribeiro), Braga, Universidade do Minho/CEHUM, 2019, p. 13-32.
- _____, “O Discurso da História e da Ficção”, in *Literatura e História* (Org. Maria de Fátima Marinho), vol. 1, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 2004, p. 351-363.
- _____, *O Romance Histórico em Portugal*, Porto, Campo de Letras, 1999.
- _____, “O Romance Histórico na Primeira Pessoa”, p. 67-80. Acesso Digital: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/9301/2/5727000064704.pdf> (consultado em Setembro de 2018).
- _____, *Um Poço sem Fundo*, Porto, Campo das Letras, 2005.
- MARQUES, Ana Maria dos Santos, *O anacronismo no romance histórico português oitocentista*, Porto, Afrontamento, 2012.
- MATA INDURÁIN, Carlos, “Estructuras y técnicas, narrativas de la novela histórica romántica española (1830-1870)”, in *La Novela Histórica: Teoría y Comentarios* (Ed. Kurt Spang, Ignacio Arellano e Carlos Mata Induráin), Navarra, EUNSA, 1995a, p. 145-198.

- _____, “Retrospectiva sobre la evolución de la novela histórica”, in *La Novela Histórica: Teoría y Comentarios* (Ed. Kurt Spang, Ignacio Arellano e Carlos Mata Induráin), Navarra, EUNSA, 1995b, p. 13-64.
- MOLINO, Jean, “Qu’est-ce que le roman historique?”, in *Revue d’Histoire Littéraire de la France*, 75e année, n.º 2-3, Mars-Juin 1975, p. 195-234.
- MONIZ, Ana Isabel, “Les traces de la mémoire: une île dans le parcours d’Helena Marques”, in in *Dedalus*, n.º 11-12, Lisboa, APLC/Cosmos, 2008, p. 33-42.
- _____, “Marguerite Duras: Memória e (re)construção textual”, in *Dedalus*, n.º 10, Lisboa, APLC/Cosmos, 2008, p. 395-403.
- MONIZ, Ana Isabel e FALCÃO, Ana Margarida, “Singularidades de um Projecto Singular”, in *Actas do VIII Congresso da Associação Internacionaal de Lusitanistas*, vol. 2, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2008, p. 1631-1636.
- OREL, Harold, *The Historical Novel from Scott to Sabatini: Changing Attitudes Toward a Literary Genre, 1814-1920*, Londres, MacMillan Press, 1995.
- OSÓRIO, Jorge Alves, “Um Género Menosprezado: a Narrativa de Cavalaria do Século XVI”, *Separata de Máthesis*, n.º 10, 2001, p. 9-34.
- PARATORE, Ettore, *História da literatura Latina*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- PINHEIRO, Joaquim, “Pervivências de Hesíodo na poesia augustana: a Idade de Ouro”, in *De Augusto a Adriano. Actas de Colóquio de Literatura Latina* (Coord. Aires A. Nascimento), Lisboa, Euphrosyne/Centro de Estudos Clássicos, 2002, p. 83-87.
- _____, *Trabalhos e Dias, de Hesíodo: do Herói ao Homem*, Funchal, Universidade da Madeira, 2000. [Trabalho de Síntese/Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica – Texto Policopiado]
- PINTO-CORREIA, João David, *Os Militares e a Literatura Madeirense – Reflexões e Notas*, Funchal, SRTC/DRAC, 1998.
- PIRES, António Machado, “Açorianidade”, in *Enciclopédia Açoriana*. Acesso URL: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=566> (consultado a 10 de dezembro de 2019).
- PIRES, Maria Laura Bettencourt, *Walter Scott e o Romantismo Português*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1979.
- PONCE DE LEÃO, Isabel Vaz, “Sebastianismo/Sebastianismos? (Em torno do mito sebástico)”, in *Antropológicas*, n.º 8, Porto, UFP, 2004, p. 43-52.
- PORTO DA CRUZ, Visconde do, *Notas & Comentários Para a História Literária da Madeira, 2º Período: 1820-1910*, vol. II, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1953a.
- _____, *Notas & Comentários Para a História Literária da Madeira, 3º Período: 1910-1952*, vol. III, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1953b.
- POZUELO YVANCOS, José María, *Teoría del Lenguaje Literário*, Madrid, Cátedra, 2003, 5ª ed.
- REIS, Carlos, “De Garrett a Eça: Razões da História”, in *Literatura e História* (Org. Maria de Fátima Marinho), vol. 2, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 2004, p. 177-188.

- _____, “Fait historique et référence fictionnelle: le roman historique”, in *Dedalus*, nº 2, Lisboa, APLC, 1992, p. 141-147.
- _____, *O Conhecimento da Literatura – Introdução aos Estudos Literários*, Coimbra, Almedina, 1997.
- RICOEUR, Paul, *La Mémoire, l’Histoire, l’Oubli*, Paris, Seuil, 2000.
- _____, *Du texte à l’action – Essais d’herméneutique, II*, Paris, Éditions du Seuil, 1986.
- RIFFATERRE, Michel, *Fictional Truth*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1990.
- RODRIGUES, Ana Salgueiro, “Cabral do Nascimento tradutor: um intelectual entre a ‘vilazinha pobre’ e a ‘biblioteca’ do mundo”, in *Estudos do Século XX*, nº 9, Coimbra, IUC, 2009, p. 171-194.
- RUBIO CREMADES, Enrique, “La función del prólogo en la novela histórica”, in *La elaboración del canon en la literatura española del siglo XIX: II Coloquio de la Sociedad de Literatura Española del Siglo XIX (Barcelona, 20-22 de octubre de 1999)*, Alicante, Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2002, p. 392-398.
- _____, “La novela histórica del Romanticismo Español”, in *Historia de la Literatura Española. Siglo XIX*, vol. I, Madrid, Espasa Calpe, 1997, p. 610-642.
- _____, “Novela histórica y folletín”, in *Anales de Literatura Española*, nº 1, Alicante, Departamento de Literatura Española, 1982, p. 269-281.
- SALGUEIRO, Ana, “Entre centros e periferias, reflexões acerca dos sistemas culturais da Macaronésia Lusófona”, in *Anuário do Centro Estudos e História do Atlântico*, nº 3, Funchal, CEHA, 2011a, p. 934-947.
- _____, “Nascimento, João Cabral do”, in *Dicionário Enciclopédico da Madeira*, 2018. Acesso URL: <http://aprenderamadeira.net/nascimento-joao-cabral-do/> (consultado a 17 de abril de 2020).
- _____, “Os imaginários culturais na construção identitária madeirense (implicações cultura/economia/relações de poder)”, in *Anuário do Centro Estudos e História do Atlântico*, nº 3, Funchal, CEHA, 2011b, p. 184-204.
- SALGUEIRO, Ana e RODRIGUES, Paulo, *Cabral do Nascimento: escrever o Mundo por detrás de um monóculo e a partir de um farol*, Funchal, Imprensa Académica, 2015.
- SANTOS, Thierry Proença dos, *De Ilhéus a Canga, de Horácio Bento de Gouveia: a narrativa e as suas (re)escritas*, Paris, Université Sorbonne Nouvelle, 2007. [Tese de Doutoramento – Texto Policopiado]
- _____, “Geografia Literária, Madeira, Séc. XX: A Prosa de Ficção”, in *Actas do VIII Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, vol. 2, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2008a, p. 1579-1587.
- _____, “Gerações, antologias e outras afinidades literárias: a construção de uma identidade cultural na Madeira”, in *Dedalus*, nº 11-12, Lisboa, APLC/Cosmos, 2008b, p. 559-582.
- SANTOS, Thierry Proença dos e COELHO, Leonor Martins, “Função e Representações da Fidalga de Quatrocentos e Quinhentos na Ficção Literária Madeirense”, in *Volume Antezero do Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, anexo da

- Revista *Letras Com Vida – Literatura, Cultura e Arte*, n.º 7, Lisboa, CLEPUL/INCM, 2016, p. 76-87.
- SEIXO, Maria Alzira, “Açores e Madeira”, in *Visão*, 7 de abril, 2005.
- _____, *A palavra do romance, ensaios de genologia e análise*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986.
- _____, *Outros erros: ensaios de literatura*, Porto, ASA, 2001.
- SHAW, Harry, *The Forms of Historical Fiction: Sir Walter Scott and His Successors*, Ithaca/Londres, Cornell University Press, 1983.
- SOUSA, Luís Francisco, “Açorianidade: conversa com Cláudia Cardoso e Luiz Fagundes Duarte”. Acesso URL: <https://www.bruapodcasts.com/sapiens/2019/8/31/sapiens-aorianidade-com-cludia-cardoso-e-luiz-fagundes-duarte> (consultado a 10 de dezembro de 2019).
- TEIXEIRA, Maria Mónica, *Cabral do Nascimento: A palavra da confiança e a herança do Simbolismo Francês*, Funchal, DRAC, 1997.
- TATU, Chantal, “Quelques réflexions sur la part de la littérature dans la dialectique de l’histoire dans *Ivanhoe*”, in *Recherches sur le roman historique en Europe: XVIII^e-XIX^e siècles (II)*, Paris, Les Belles Lettres, 1979, p. 175-206.
- VANOOSTHUYSE, Michel, *Le Roman Historique: Mann, Brecht, Döblin*, Paris, PUF, 1996.
- VIEIRA, G. Brazão, “Um grande vulto que a morte levou: João dos Reis Gomes”, in *Das Artes e da História da Madeira*, n.º 2, Funchal, 1950, p. 17-19.
- WHITE, Hayden, *The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation*, Baltimore/Londres, The Johns Hopkins University Press, 1995.

2.2. História, Cultura, Ciências Sociais

- AAVV, *República e Republicanos na Madeira. 1880-1926.Seminário*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 2010.
- ABREU, Fátima, “Relações de dependência político-partidária entre o Governo Central e o Distrito do Funchal: o caso dos governadores e da Junta Geral (1901-1974)”, in *Junta Geral do Distrito do Funchal (1836-1976)*, vol.1, p. 51-70.
- ALBUQUERQUE, Luís de, e VIEIRA, Alberto, *O arquipélago da Madeira no século XV*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1987.
- ALEXANDRE, Valentim, “O Império Africano (Séculos XIX-XX) – As Linhas Gerais”, in *O Império Africano* (Coord. de Valentim Alexandre), Lisboa, Colibri/Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000, p. 11-28.
- ARAGÃO, António, *O Museu da Quinta das Cruzes*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1970.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *A Monarquia Constitucional 1807-1910*, Lisboa, Texto, 2010, 3ª ed.
- BRAZÃO, Maria Elisa de França e ABREU, Maria Manuela, *A Revolta da Madeira – 1931*, Funchal, DRAC, 2008, 2ª ed.

- CABRERA DÉNIZ, Gregorio José e REYES GONZÁLEZ, Nicolás, “La prensa insular como fuente histórica”, in *VII Coloquio de Historia Canario-Americana*, vol.1, Las Palmas, Cabildo Insular de Gran Canaria, 1990, p. 701-743.
- CAIRES, Marta, “Este modo de ser madeirense – entrevista a Paulo Rodrigues”, in periódico *Expresso*, 8-11-2017. Acesso URL: <https://expresso.pt/sociedade/2017-11-08-Este-modo-de-ser-madeirense> (consultado a 17 de abril de 2018).
- CARITA, Rui, “A delegação da Sociedade Histórica da Independência de Portugal na Madeira, 1927-1929”, in *Isleña*, nº 66 (Dir. Cláudia Faria), Funchal, DRC, janeiro-junho 2020, p. 137-148.
- _____, “As escavações nas antigas casas de João Esmeraldo”, in *Isleña*, nº 5 (Dir. Nelson Veríssimo), Funchal, DRAC, julho-dezembro 1989a, p. 109-118.
- _____, *História da Madeira – Povoamento e produção açucareira (1420-1566)*, vol. 1. Funchal, SRE, 1989b.
- _____, *História da Madeira – As ocupações inglesas e as lutas liberais (1801-1834)*, vol. 6. Funchal, SRE, 1989c.
- _____, *História do Funchal*, Funchal, Imprensa Académica, 2017.
- CATROGA, Fernando, “Ainda será a História Mestra da Vida?”, in *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, PUCRS, 2006, p. 7-34.
- _____, *A militância laica e a descristianização da morte em Portugal (1865-1911)*, Coimbra, FLUC, 1998.
- _____, “Cientismo, política e anticlericalismo”, in *História de Portugal: o Liberalismo (1807-1890)*, vol. 5 (Dir. José Mattoso; Coord. Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque), Lisboa, Editorial Estampa, 1993a, p. 583-593.
- _____, “Historicismo e Liberalismo em Alexandre Herculano”, in *Alexandre Herculano: Um Pensamento “Poliédrico” – Colóquio Comemorativo dos 120 Anos da sua Morte (1877-1997)* (Org. Álvaro Costa de Matos e Graça Afonso), Lisboa: CML/DMC/DBA/DGB/HML, 2005, p. 9-55.
- _____, *O Republicanismo em Portugal – Da formação ao 5 de outubro de 1910*, Lisboa, Casa das Letras, 2010a.
- _____, “Os caminhos polémicos da ‘Geração Nova’”, in *História de Portugal: o Liberalismo (1807-1890)*, vol. 5 (Dir. José Mattoso; Coord. Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque), Lisboa, Editorial Estampa, 1993b, p. 569-581.
- _____, *Os passos do homem como restolho do tempo: Memória e fim do fim da história*, Coimbra, Almedina, 2011.
- _____, “Pátria, Nação, Nacionalismo”, in *Comunidades imaginadas: Nação e nacionalismos em África*, Coimbra, IUC, 2008, p. 9-39.
- _____, “Romantismo, literatura e história”, in *História de Portugal: o Liberalismo (1807-1890)*, vol. 5 (Dir. José Mattoso; Coord. Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque), Lisboa, Editorial Estampa, 1993c, p. 545-561.
- _____, “Valor epistemológico da história da história”, in *Outros combates pela História* (Coord. Maria Manuela Tavares Ribeiro), Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010b, p. 21-47.
- CLODE, Luiz Peter, *Registo genealógico de famílias que passaram à Madeira*, Funchal, Tipografia Comercial, 1952.

- COELHO, Maria Helena da Cruz, “Alexandre Herculano: a história, os documentos e os arquivos no século XIX”, in *Revista Portuguesa de História*, nº 42 (Separata), Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011, p. 61-84.
- COSTA, José Pereira da, “O Arquipélago da Madeira no tempo de Colombo”, in *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, CEHA/SRTC, 1993, p. 17-36.
- CRUZ, Manuel Braga da, “As elites católicas nos primórdios do salazarismo”, in *Análise Social*, vol. XXVII, 1992, p. 547-574.
- _____, “Notas para a caracterização política do salazarismo”, in *Análise Social*, vol. XVIII, 1982a, p. 773-794.
- _____, “O integralismo lusitano nas origens do salazarismo”, in *Análise Social*, vol. XVIII, 1982b, p. 137-182.
- CURTO, Diogo Ramada, *História política da cultura escrita*, Lisboa, Babel, 2015.
- _____, *Para que serve a história?*, Lisboa, Tinta da China, 2013.
- DUBY, Georges e GEMEREK, Bronislaw, *Paixões comuns: conversas com Philippe Sainteny*, Porto, Edições Asa, 1993.
- ESTEBAN DE VEGA, Mariano, “La refundación del nacionalismo español y la aparición del castellanismo historiográfico en el primer tercio del siglo XX”, in *Tempo e História. Ideias e Políticas. Estudos para Fernando Catroga* (Org. Rita Garnel e João Luís Oliva), Coimbra, Almedina, 2015, p. 289-310.
- FARIA, Higinio, “Henrique Alemão ou Ladislau III, ‘O Varnense’? Entre a Lenda, a História e a Arte”, in *Isleña*, nº 56 (Dir. Marcelino de Castro), Funchal, DRAC, janeiro-junho 2015, p. 23-36.
- FARINHA, António Dias, “Norte de África”, in *História da Expansão Portuguesa: a formação do Império*, vol. 1 (Dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri), Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p. 118-136.
- _____, *Os Portugueses em Marrocos*, Lisboa, Instituto Camões, 1999.
- FERNANDES, Paulo Jorge, “A vida política”, in *História Contemporânea de Portugal 1808-2010: a crise do Liberalismo 1890-1930* (Coord. Nuno Severiano Teixeira), vol. 3, Madrid/Lisboa, Fundación MAPFRE/Objectiva, 2014, p. 31-85.
- FERREIRA, Alberto, *Estudos de Cultura Portuguesa Século XIX: Pedagogia e Instrução, Literatura, Política e Sociedade*, Lisboa/Porto, Litexa, 1998, 2ª ed.
- FERRONHA, António Luís, “A Madeira e a República”, in *Atlântico*, nº 18 (Dir. António Loja), Funchal, Eurolitho, Verão 1989, p. 144-152.
- FREITAS, João Abel de, “O Anel do Imperador”, in *Jornal Económico*, 21-08-2017. Endereço eletrónico <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/o-anel-do-imperador-199221> (consultado a 23 de junho de 2018).
- FRUTUOSO, Gaspar, *As Saudades da Terra* (fac-símile da edição de 1873, anotada por Álvaro Rodrigues de Azevedo sobre o manuscrito de Gaspar Frutuoso do século XVI), Funchal, Funchal 500 Anos, 2007.
- GALLO, Max, “Napoléon et les femmes”, in <https://www.lefigaro.fr/lefigaromagazine/2008/08/23/01006-20080823ARTFIG00005--quand-on-est-tendre-on-est-soi-.php> (consultado em 26 de dezembro de 2019).

- GASPAR, José Martinho, *Os discursos e o discurso de Salazar*, Lisboa, Prefácio, 2001.
- GUERRA, Jorge Valdemar, “Em torno do panorama cultural da época da Junta Geral do Distrito”, in *Junta Geral do Distrito do Funchal (1836-1976)*, vol.1, p. 285-325.
- HALBWACHS, Maurice, *A memória coletiva*, São Paulo, Edições Vértice, 1990.
- HEERS, Jacques, “Portugal: O apelo do Ocidente”, in *Islenha*, nº 5 (Dir. Nelson Veríssimo), Funcha, DRAC, julho-dezembro 1989, p. 60-72.
- JANES, Emanuel, “A implantação da República na Madeira”, in *Atlântico*, nº 18 (Dir. António Loja), Funchal, Eurolitho, 1989, p. 97-102.
- _____, “O Integralista Ernesto Gonçalves e o Estado Novo”, in *Islenha*, nº 18 (Dir. Nelson Veríssimo), janeiro-junho 1996, p. 154-158.
- _____, “Uma tentativa de restauração monárquica na Madeira?”, in *Islenha*, nº 22 (Dir. Nelson Veríssimo), janeiro-junho 1998, p. 165-172.
- JOÃO, Maria Isabel, “Discursos sobre memória e identidade, a propósito do V Centenário do Descobrimento dos Açores”, in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, nº 14, Horta, 2005, p. 123-143.
- _____, *Memórias e Império: Comemorações em Portugal (1880-1960)*, vol. 1, Lisboa, Universidade Aberta, 1999. [Tese de Doutoramento – Texto Policopiado]
- _____, “Percursos da memória: Centenários portugueses no século XIX”, in *Camões*, nº 8 (Dir. Jorge Couto), Lisboa, Instituto Camões, janeiro-março 2000, p. 124-138.
- KIELANOWSKI, Leopold, *A Odisseia de Ladislau o Varnense* (Trad. Teresa Fernandes Swiatkiewicz), Funchal, DRAC, 1996.
- LEAL, Ernesto Castro, “A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)”, in *Análise Social*, vol. XXXIII, 1998, p. 823-851.
- _____, *António Ferro: Espaço Político e Imaginário Social (1918-32)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994.
- _____, *Nação e Nacionalismos: A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.
- _____, “Nacionalismo e antiliberalismo em Portugal. Uma visão histórico-política (1820-1940)”, in *História Crítica*, nº 56, Bogotá, Universidad de los Andes, abril-junho 2015, p. 113-135.
- LE GOFF, Jacques, *História e Memória*, São Paulo, UNICAMP, 1990.
- LIZARDO, João, “A chamada Casa de Colombo no Funchal e as relações artísticas na Época dos Descobrimentos”, in *Islenha*, nº 12 (Dir. Nelson Veríssimo), Funchal, DRAC, janeiro-junho 1993, p. 161-166.
- LOPES, Cícero Galeno Urroz, “O regionalismo e a busca de expressão”, in *Nacionalismo e regionalismo nas literaturas lusófonas* (Coord. Fernando Cristóvão, Maria de Lourdes Ferraz e Alberto Carvalho), Lisboa, Cosmos, 1997, p. 255-258.
- LOURENÇO, Eduardo, “Patriotismo e Nacionalismo”, in *Nacionalismo e patriotismo na sociedade portuguesa actual*, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, 1989, p. 1-10.
- LOZANO, Jorge, *El Discurso Histórico*, Madrid, Alianza, 1994.

- _____, “Nos cuentan la verdade los libros de historia?”, in *Los secretos de la escritura: historia, literatura y novela histórica* (Dir. Manuel Lucena Giraldo e Ignacio González Casasnovas), Madrid, Fundación Cultural MAPFRE, 2007, p. 119-146.
- LUCAS, Maria Manuela, “Organização do Império”, in *História de Portugal: o Liberalismo (1807-1890)*, vol. 5 (Dir. José Mattoso; Coord. Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque), Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p. 285-311.
- LUCENA, Manuel de, “Interpretações do salazarismo: notas de leitura crítica – I”, in *Análise Social*, vol. XX, 1984, p. 423-451.
- LUÍS, Filipe, “António Ferro – O homem, os mitos e a verdade”, in *Visão*, 11-6-2020, p. 30-43.
- MARCHI, Riccardo, “O Chefe na Extrema-Direita – Uma presença ausente no Portugal Contemporâneo ‘Sem haver chefe que mande’”, in *Grandes Chefes da História de Portugal* (Coord. de José Pedro Zúquete e Ernesto Castro Leal), Lisboa, Texto, 2012, p. 265-286.
- MARQUES, Alfredo Pinheiro, “Os antecedentes portugueses das viagens de Cristóvão Colombo. Tentativa de sistematização e apreciação crítica”, in *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, CEHA/SRTC, 1993, p. 121-141.
- MARTELO, David, “1961 – O Princípio do Fim do Império: Síntese Militar”, in *Os Anos da Guerra Colonial – 1961-1975* (Coord. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes), Lisboa, Quidnovi, 2010, p. 48-95.
- MARTINS, Fernando, “A questão colonial na política externa portuguesa: 1926-1975”, in *O Império Africano* (Coord. de Valentim Alexandre), Lisboa, Colibri/Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000, p. 137-165.
- MATOS, Helena, *Salazar, a construção do mito: 1928-1933*, Lisboa, Temas e Debates, 2010a.
- _____, *Salazar, a propaganda: 1934-1938*, Lisboa, Temas e Debates, 2010b.
- MATOS, Sérgio Campos, “A Divulgação Histórica em Alexandre Herculano”, in *Alexandre Herculano: Um Pensamento “Poliédrico” – Colóquio Comemorativo dos 120 Anos da sua Morte (1877-1997)* (Org. Álvaro Costa de Matos e Graça Afonso), Lisboa, CML/DMC/DBA/DGB/HML, 2005, p. 56-73.
- _____, *Consciência Histórica e Nacionalismo (Portugal - Séculos XIX e XX)*, Lisboa, Horizonte, 2008.
- _____, *Historiografia e Memória Nacional 1846-1898*, Lisboa, Colibri, 1998.
- MATTOSO, José, *A Escrita da História. Teoria e Métodos*, Lisboa, Estampa, 1997.
- MEDINA, João, “A Democracia Frágil: A Primeira República Portuguesa (1910-1926)”, in *História de Portugal* (Org. José Tengarrinha), São Paulo/Porto, EDUSC/UNESP/Instituto Camões, 2000, p. 299-314.
- MÓNICA, Maria Filomena, *A queda da Monarquia*, Lisboa, D. Quixote, 2010.
- MONTEIRO, João Gouveia, “O Chefe Militar – Nuno Álvares Pereira: Conquistar a Terra e depois o Céu”, in *Grandes Chefes da História de Portugal* (Coord. de José Pedro Zúquete e Ernesto Castro Leal), Lisboa, Texto, 2012, p. 41-62.

- MOTA, Nuno, “Obras públicas na Madeira: Prioridades, opções, tendências (1903-1974)”, in *Junta Geral do Distrito do Funchal (1836-1976)*, vol.1, pp. 117-128.
- NEMÉSIO, Vitorino, “Açorianidade”, in *Insula: V Centenário do Descobrimento dos Açores*, nº 7-8, Ponta Delgada, julho-agosto 1932, p. 59.
- _____, “O Açoriano e os Açores”, in *Águia*, nov-dez 1928, p. 157-174. Acesso URL: http://ric.slihi.pt/A_Aguia/visualizador?id=09613.030.004&pag=3 (consultado a 14 de maio de 2020).
- NEPOMUCENO, Rui, “A Primeira República na Madeira”, in *Islenha*, nº 47 (Dir. Marcelino de Castro), Funchal, DRAC, julho-dezembro 2010, pp. 45-68.
- NETO, Maria Sobral, “A História uma Ciência em Mudança: Novos e Velhos Temas na Investigação Histórica”, in *Revista Portuguesa de História*, vol. XXXIX, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 2007, p. 255-271.
- NORONHA, Henrique Henriques de, *Memórias seculares e eclesiásticas para a composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira* (transcrição e notas de Alberto Vieira), Funchal, SRTC/CEHA, 1996.
- PEREIRA, Ana Cristina, “O que é a madeirensidade e o que é que ela tem a ver com a auronomia? – Entrevista a Paulo Rodrigues e Emanuel Janes”, in *Público*, 30-6-2019, p. 6-7.
- PEREIRA, José Carlos Seabra, “Tempo neo-romântico (contributo para o estudo das relações entre literatura e sociedade no primeiro quartel do século XX)”, in *Análise Social*, vol. XIX, 1983, pp. 845-873.
- PETITIER, Paule, “*Les Lieux de mémoire*, sous la direction de P. Nora”, in *Romantisme*, nº 63, 1989, p. 103-110.
- PIMENTEL, Manuel Cândido, “O mito de Portugal nas suas raízes culturais”, in *Portugal: Percursos de Interculturalidade* (Coord. de Artur Teodoro de Matos e Mário Ferreira Lages), vol. 3, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, 2008, p. 7-57.
- PINTO, António Costa, “A Vida Política”, in *História Contemporânea de Portugal 1808-2010: A Busca da Democracia 1960-2000* (Coord. António Costa Pinto), vol. 5, Madrid/Lisboa, Fundación MAPFRE/Objectiva, 2015, p. 25-55.
- PITA, Gabriel de Jesus, “Decadência e queda da Primeira República analisada na Imprensa Madeirense da época”, in *Atlântico*, nº 3 (Dir. António Loja), Funchal, Eurolitho, Outono 1985, p. 194-209.
- PROENÇA, Cândida, “Herculano e o ensino”, in *Alexandre Herculano: Um Pensamento “Poliédrico” – Colóquio Comemorativo dos 120 Anos da sua Morte (1877-1997)* (Org. Álvaro Costa de Matos e Graça Afonso), Lisboa, CML/DMC/DBA/DGB/HML, 2005, p. 84-98.
- QUADROS, António, “Ensaio sobre a identidade portuguesa como fundamento da independência nacional: Societarismo, paisanismo, nacionalismo, patriotismo e estatismo”, in *Nacionalismo e patriotismo na sociedade portuguesa actual*, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, 1989, p. 11-28.
- QUATAERT, Donald, *O Império Otomano: das origens ao Século XX*, Lisboa, Edições 70, 2003.

- QUINTAS, José Manuel, *Filhos de Ramires: As origens do Integralismo Lusitano*, Lisboa, Nova Ática, 2004.
- RAMOS, Rui, “A cultura republicana”, in *História de Portugal: a Segunda Fundação (1890-1926)*, vol. 6 (Dir. José Mattoso), Lisboa, Editorial Estampa, 1994a, p. 401-433.
- _____, “A invenção de Portugal”, in *História de Portugal: a Segunda Fundação (1890-1926)*, vol. 6 (Dir. José Mattoso), Lisboa, Editorial Estampa, 1994b, p. 565-595.
- _____, “As guerras da República”, in *História de Portugal: a Segunda Fundação (1890-1926)*, vol. 6 (Dir. José Mattoso), Lisboa, Editorial Estampa, 1994c, p. 435-527.
- _____, “O Estado e o patriotismo”, in *História de Portugal: a Segunda Fundação (1890-1926)*, vol. 6 (Dir. José Mattoso), Lisboa, Editorial Estampa, 1994d, p. 69-123.
- REBELO, Luís de Sousa, “Identidade nacional: as retóricas do seu discurso”, in *Nacionalismo e regionalismo nas literaturas lusófonas* (Coord. Fernando Cristóvão, Maria de Lourdes Ferraz e Alberto Carvalho), Lisboa, Cosmos, 1997, p. 21-34.
- REIS, Célia, *A Revolta da Madeira e Açores - 1931*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- RILEY, Carlos, “Ilhas Atlânticas e Costa Africana”, in *História da Expansão Portuguesa: a formação do Império*, vol. 1 (Dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri), Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p. 137-162.
- ROBERTS, Stephen G. H., “‘Hispanidad’, el desarrollo de una polémica noción en la obra de Unamuno”, in *Cuadernos de Cátedra de Miguel de Unamuno*, 39, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 2004, p. 61-80.
- RODRIGUES, Paulo, “A Madeira durante o primeiro triénio liberal (1820-1823): autonomia, adjacência ou independência?”, in *Lusofonia: tempo de reciprocidades*, vol. 2 (Coord. Helena Rebelo), Porto, Afrontamento, 2011, p. 451-463.
- _____, “A Madeira e os interesses britânicos nas vésperas da primeira ocupação inglesa (1796-1801)”, in *Islenha*, nº 28 (Dir. Jorge Pestana), Funchal, DRAC, janeiro-junho 2001, p. 5-12.
- _____, *A Madeira entre 1820 e 1842: relações de poder e influência britânica*, Funchal, Funchal 500 Anos, 2008.
- _____, *A política e as questões militares na Madeira: o período das Guerras Napoleónicas*, Funchal, CEHA, 1999.
- _____, “A primeira ocupação Britânica da Madeira: (julho de 1801-janeiro de 1802)”, in *Islenha*, nº 31 (Dir. Jorge Pestana), Funchal, DRAC, julho-dezembro 2002, p. 30-45.
- _____, “Da Insularidade: prolegómenos e contributo para o estudo dos paradigmas da Madeirensidade (1910-1926)”, in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico* (Dir. Alberto Vieira), Funchal, CEHA, 2010, p. 210-228.

- _____, “Da Madeirensidade: Contributo para uma reflexão necessária”, in *Universidade da Madeira: 25 anos* (Org. Nelson Veríssimo e Thierry Proença dos Santos), Funchal, Universidade da Madeira, 2015a, p. 165-190.
- _____, *Estudos sobre o século XIX na Madeira – Política, economia e migração*, Funchal, Imprensa Académica, 2015b.
- _____, “Henry Veitch (1782-1857): um anglo-madeirense, decano dos cônsules britânicos em Portugal”, in *Volume Antezero do Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, anexo da Revista *Letras Com Vida – Literatura, Cultura e Arte*, n.º 7, Lisboa, CLEPUL/INCM, 2016, p. 232-237.
- _____, “*O Anel do Imperador* (1934), de João dos Reis Gomes, entre a História e a Ficção: Napoleão e a Madeira”, in *Carnets, Invasions & Évasions. La France et nous, nous et la France* (Dir. Maria Hermínia Amado Laurel), Lisboa, APEF/FCT, 2012, p. 81-97.
- RODRÍGUEZ LAFUENTE, Fernando, “Arquitecturas de la memoria: historia, ficción y narración”, in *Los secretos de la escritura: historia, literatura y novela histórica* (Dir. Manuel Lucena Giraldo e Ignacio González Casasnovas), Madrid, Fundación Cultural MAPFRE, 2007, p. 81-118.
- ROSAS, Fernando, “A lenta agonia do salazarismo”, in *História de Portugal: o Estado Novo (1926-1974)*, vol.7 (Dir. José Mattoso), Lisboa, Estampa, 1994a, p. 503-543.
- _____, “Da Ditadura Militar ao Estado Novo”, in *História de Portugal: o Estado Novo (1926-1974)*, vol.7 (Dir. José Mattoso), Lisboa, Estampa, 1994b, p. 151-241.
- _____, “O Estado Novo nos anos 30”, in *História de Portugal: o Estado Novo (1926-1974)*, vol.7 (Dir. José Mattoso), Lisboa, Estampa, 1994c, p. 243-299.
- _____, “Sob os ventos da guerra: a primeira crise séria do regime (1940-1949)”, in *História de Portugal: o Estado Novo (1926-1974)*, vol.7 (Dir. José Mattoso), Lisboa, Estampa, 1994d, p. 301-415.
- SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos e notas políticas: 1928 a 1966*, Coimbra, Coimbra Editora, 2015.
- SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep, “Antecedentes – Os Anos que Geraram um Novo Mundo: 1945-1960 Os Anos que Geraram um Novo Mundo”, in *Os Anos da Guerra Colonial – 1961/1975* (Coord. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes), Lisboa, Quidnovi, 2010, p. 36-47.
- _____, “1961 - O Princípio do Fim do Império: Da Guerra em Angola à Queda da Índia”, in *Os Anos da Guerra Colonial – 1961/1975* (Coord. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes), Lisboa, Quidnovi, 2010, p. 96-105.
- SARAIVA, António José, *Herculano e o Liberalismo em Portugal*, Lisboa, Bertrand, 1977.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal: o século de ouro (1495-1580)*, vol. III, Lisboa, Verbo, 1980.
- _____, *História de Portugal: a instauração do Liberalismo (1807-1832)*, vol. VII, Lisboa, Verbo, 2002.

- _____, *História de Portugal: o terceiro Liberalismo (1851-1890)*, vol. IX, Lisboa, Verbo, 2003a.
- _____, *História de Portugal: a queda da Monarquia (1890-1910)*, vol. X, Lisboa, Verbo, 2003b.
- _____, *História de Portugal: a Primeira República – História diplomática, social, económica e social (1910-1926)*, vol. XII, Lisboa, Verbo, 2001.
- _____, *História de Portugal: Da 1ª Legislatura à Visita Presidencial aos Açores (1935-1941)*, vol. XIV, Lisboa, Verbo, 2008.
- SILVA, Fernando Augusto da e MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, vol. 1. Funchal, DRAC, 1998a.
- _____, *Elucidário Madeirense*, vol. 2. Funchal, DRAC, 1998b.
- _____, *Elucidário Madeirense*, vol. 3. Funchal, DRAC, 1998c.
- SILBERT, Albert, *Uma encruzilhada do Atlântico - Madeira (1640-1820)*, Funchal, SRTC/CEHA, 1997.
- SOUSA, Ana Madalena Trigo de, “A feitoria de Safim: subsídios para a História de um entreposto comercial no Magreb (1491-1521)”, in *Islenha*, nº 40 (Dir. Jorge Pestana), Funchal, DRAC, Janeiro-Junho 2007, p. 139-161.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, “Portugal no Mundo”, in *História Contemporânea de Portugal 1808-2010: a crise do Liberalismo 1890-1930* (Coord. Nuno Severiano Teixeira), vol. 3, Madrid/Lisboa, Fundación MAPFRE/Objectiva, 2014, p. 87-115.
- _____, “Portugal no Mundo”, in *História Contemporânea de Portugal 1808-2010: A Busca da Democracia 1960-2000* (Coord. António Costa Pinto), vol. 5, Madrid/Lisboa, Fundación MAPFRE/Objectiva, 2015, p. 57-78.
- TORGAL, Luís Reis, *Estados Novos, Estado Novo*, vol. 1, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009a.
- _____, *Estados Novos, Estado Novo*, vol. 2, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009b.
- _____, *História e Ideologia*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989.
- _____, “O Estado Novo. Fascismo, Salazarismo e Europa”, in *História de Portugal* (Org. José Tengarrinha), São Paulo/Porto, EDUSC/UNESP/Instituto Camões, 2000, p. 315-339.
- TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando, *História da História em Portugal: Séculos XIX – XX*, vol.1, Lisboa, Temas e Debates, 1998a.
- _____, *História da História em Portugal: Séculos XIX – XX*, vol. 2, Lisboa, Temas e Debates, 1998b.
- TRINDADE, Cristina, “João Gonçalves Zarco (fins do século XIV-1471), construir a partir do zero, combatente e navegador”, in *Islenha*, nº 66 (Dir. Cláudia Faria), Funchal, DRC, janeiro-junho 2020, p. 5-12.
- VARELA, Consuelo, “Los negocios de amigos y familiares de Cristobal Colon en los archipiélagos de Madeira, Canarias y Azores”, in *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, CEHA/SRTC, 1993, p. 17-36.
- VÁZQUEZ RIAL, Horacio, “Los dudosos límites entre la historia y la ficción”, in *Los secretos de la escritura: historia, literatura y novela histórica* (Dir. Manuel

- Lucena Giraldo e Ignacio González Casasnovas), Madrid, Fundación Cultural MAPFRE, 2007, p. 147-164.
- VERÍSSIMO, Nelson, “A nossa Autonomia, um inquérito de Armando Pinto Correia”, in *Atlântico*, nº 19 (Dir. António Loja), Funchal, Eurolitho, 1989a, p. 197-202.
- _____, “A questão dos sanatórios da Madeira”, in *Islenha*, nº 6 (Dir. Nelson Veríssimo), Funchal, DRAC, janeiro-junho 1990a, p. 124-144.
- _____, “Autonomia insular: as ideias de Quirino Avelino de Jesus”, in *Islenha*, nº 7 (Dir. Nelson Veríssimo), Funchal, DRAC, julho-dezembro 1990b, p. 32-36.
- _____, “Buscar o Levante pela via do Poente: o arquipélago da Madeira e a génese dum grande projecto”, in *Islenha*, nº 5 (Dir. Nelson Veríssimo), Funchal, DRAC, julho-dezembro 1989b, p. 7-34.
- _____, “Em 1917 a Madeira reclama Autonomia”, in *Atlântico*, nº 3 (Dir. António Loja), Funchal, Eurolitho, 1985, p. 230-233.
- _____, “O alargamento da autonomia dos Distritos Insulares, o Debate na Madeira (1922-1923)”, in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990c, p. 493-515.
- _____, “O alargamento da autonomia insular. O contributo açoriano no debate de 1922-23”, in *Islenha*, nº 16 (Dir. Nelson Veríssimo), Funchal, DRAC, janeiro-junho 1995, p. 22-30.
- _____, “O deputado do povo: Manuel de Arriaga (1882)”, in *Islenha*, nº 1 (Dir. Nelson Veríssimo), Funchal, DRAC, julho-dezembro 1987, p. 45-52.
- VIEIRA, Alberto, “A Autonomia na História da Madeira – Questões e Equívocos”, in *Autonomia e História das Ilhas – Seminário Internacional*, Funchal, CEHA/SRTC, 2001, p. 143-175.
- _____, *Arquipélagos e ilhas entre memória, desmemória e identidade*, Funchal, Cadernos de Divulgação do CEHA, 2018.
- _____, “Colombo e a Madeira”, in *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, CEHA/SRTC, 1993, p. 37-43.
- _____, “Colombo e a Madeira: Tradição e História”, in *Islenha*, nº 5 (Dir. Nelson Veríssimo), Funchal, DRAC, julho-dezembro 1989, p. 35-45.
- _____, “O discurso da identidade insular: Madeira, Açores e Santa Catarina”. Acesso URL: https://www.academia.edu/1153139/o_discurso_da_identidade_insular (consultado a 10 de dezembro de 2019).
- WHITE, Hayden, *Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe*, Baltimore/Londres, The Johns Hopkins University Press, 1975.
- _____, *Tropics of Discourse: Essays in Cultural Criticism*. Baltimore/Londres, The Johns Hopkins University Press, 1985.
- YANES MESA, Julio Antonio, “Gaceta de Tenerife o la obstinación de un diario católico-conservador”, in *Revista de Historia Canaria*, nº 177, 1993, p. 175-202.
- ZÚQUETE, José Pedro, “O Chefe Imaginário – ‘Sem haver chefe que mande’: O Sebastianismo em Portugal”, in *Grandes Chefes da História de Portugal* (Coord. de José Pedro Zúquete e Ernesto Castro Leal), Lisboa, Texto, 2012, p. 355-401.

ANEXOS

Relação dos romances históricos com o seu tempo e objetivos

Data da edição dos Romances	Conjuntura no Tempo da Edição	Objetivos
1909 <i>A Filha de Tristão das Damas</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção do império africano. - Luta por uma melhor autonomia. 	<ul style="list-style-type: none"> - Refletir sobre o direito histórico de Portugal ao império africano. - Interrogar sobre uma melhor autonomia para a Madeira.
1934 <i>O Anel do Imperador – Napoleão e a Madeira</i>	<ul style="list-style-type: none"> - A Revolta da Madeira (1931). - A constituição do Estado Novo. - A propaganda de Salazar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Difundir o culto do chefe. - Argumentar por uma harmonia entre a Madeira e Lisboa.
1941 <i>O Cavaleiro de Santa Catarina – De Varna à Ilha da Madeira</i>	<ul style="list-style-type: none"> - A Segunda Grande Guerra. - O papel neutral de Portugal entre as Potências Aliadas e as Potências do Eixo. - “Exposição do Mundo Português”. 	<ul style="list-style-type: none"> - Refletir a liderança do Estado Novo como a salvação portuguesa em tempos de guerra, através do mito sebástico. - Enaltecer o espírito de cruzada do império português.
1946 <i>A Filha de Tristão das Damas</i>	<ul style="list-style-type: none"> - A manutenção do império português. - O Mundo Bipolar no pós-Segunda Guerra Mundial (E.U.A. e U.R.S.S.). 	<ul style="list-style-type: none"> - Justificar o direito histórico de Portugal sobre as províncias do Ultramar, apesar dos novos atores políticos após a Segunda Grande Guerra.
1962 (póstumo) <i>A Filha de Tristão das Damas</i>	<ul style="list-style-type: none"> - A pressão da Administração Kennedy pelo fim dos impérios coloniais europeus. - O início da Guerra do Ultramar e a perda das possessões indianas (Goa, Damão e Diu). - O Centenário do Infante D. Henrique. 	<ul style="list-style-type: none"> - Justificar o direito histórico de Portugal sobre as províncias do Ultramar. - Argumentar a política de Guerra nas Províncias Ultramarinas.

Personalidades históricas para a compreensão dos romances

A Filha de Tristão das Damas

Ana d'Arfet e Roberto Machim – Trata-se um casal lendário que terá aportado à Madeira antes do povoamento português. Ana d'Arfet era uma nobre inglesa que se enamorou por Roberto Machim, escudeiro inglês, mas estava prometida a outro pretendente, condizente com a sua classe social. Resolveram fugir para França, de modo a serem felizes. Porém, uma tempestade fê-los chegar a Machico, na Madeira, segundo a lenda narrada por Francisco Alcoforado. Entre vários episódios, Ana d'Arfet acabou por morrer em Machico, onde foi sepultada por Roberto Machim. Após a morte da amada, o escudeiro também morreu, sendo sepultado pela tripulação que o acompanhava. A tripulação alcançou a costa marroquina, onde deram conhecimento a João de Amores da existência da ilha da Madeira. Esta lenda é vista como um mito fundador do imaginário madeirense, tornando-se uma referência popular.

Cristóvão Colombo - Terá nascido em Génova, em meados do ano de 1451. É conhecido mundialmente por ter sido o descobridor da América, embora só viesse a ser reconhecida como continente após a viagem do também italiano Américo Vespúcio. Até aí, a América era identificada com as terras orientais, pois Colombo pensava ter atingido a Índia através do Ocidente.

De origem humilde, tem como pais Domenico Colombo e Susana Fontanarubea.

Após a estada em Portugal e na Madeira, Cristóvão Colombo ofereceu os seus préstimos à Coroa Espanhola e partiu de Los Palos ao comando da Santa Maria, Niña e Pinta, rumo ao ocidente, chegando ao continente americano a 12 de outubro de 1492.

O período português de Colombo é, porém, controverso, sendo escassos os documentos que o atestam. Talvez surja daí o interesse espanhol na 1ª edição de *A Filha de Tristão das Damas* (1909), uma vez que há um estudo crítico publicado em *La Correspondencia de España*, da autoria de F. Aznar Navarro, a 28 de junho de 1909.

Segundo as principais versões, Cristóvão Colombo terá estado em Portugal três vezes. A primeira, em agosto de 1478, para negociar 2400 arrobas de açúcar, ao serviço da sociedade de Ludovico Centurione. A segunda vez, permanece na Madeira até à saída para Espanha. E a terceira vez coincide com a terceira viagem à América.

A ligação a João Esmeraldo é insinuada a partir do testemunho do dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo, que afirma que o descobridor genovês terá ficado hospedado na casa de João Esmeraldo, aquando da sua estada no Funchal. Colombo voltou a Lisboa após os problemas registados na execução do contrato comercial para as 2400 arrobas de açúcar, tendo então conhecido Filipa Moniz, com quem viria a casar, não se sabendo se na Madeira (Madeira ou Porto Santo) ou em Lisboa. João dos Reis Gomes indica, em *A Filha de Tristão das Damas*, a ligação de Filipa Moniz, esposa de Colombo, com os Monizes de Machico, por parte da sua mãe, Isabel Moniz. Colombo faleceu em Valladolid a 20 de maio de 1506.

D. Branca Teixeira – Esposa do 1º capitão de Machico, Tristão Vaz, era a mãe de Tristão Vaz Teixeira ou das Damas, Henrique Teixeira, João Teixeira, Lançarote Teixeira, Tristão Teixeira, Isabel Teixeira, Ana Teixeira (?), Branca Teixeira, Guiomar Teixeira, Iolanda Teixeira e Ana Teixeira. De D. Branca Teixeira, Henrique Henriques de Noronha regista que era de “Pays nobríssimos, e parenta da casa de Vª Real”.

D. Helena Antunes – Era filha de Antão de Carvalho e foi casada com Guterre Teixeira, de quem teve como filhos Duarte Teixeira e Filipa da Fonseca.

D. Isabel Moniz – Foi a segunda esposa de Bartolomeu Perestrelo e, aquando da morte deste, assumiu o governo da Capitania, que, depois, foi entregue ao seu filho, Bartolomeu Perestrelo, que por sua vez a vendeu a Pedro Correia da Cunha, capitão da ilha Graciosa.

Filipa Moniz - Filha do primeiro donatário do Porto Santo, Bartolomeu Perestrelo, e de D. Isabel Moniz, foi esposa de Cristóvão Colombo, de quem teve o único filho legítimo do descobridor da América, Diogo Colombo.

Guiomar Teixeira – O apontamento sobre Guiomar Teixeira deve-se à nota final de João dos Reis Gomes, em *A Filha de Tristão das Damas*, que afirma supor-se que Guiomar Teixeira é filha do segundo casamento de Tristão das Damas com Alda Mendes. A premissa suscita um grande ponto de interrogação acerca da sua existência, uma vez que nos nobiliários da ilha não se encontram registos sobre esta personalidade. Da nossa investigação, a historicidade desta personalidade apenas foi encontrada na referida nota de João dos Reis Gomes. Não confundir com Guiomar Teixeira, filha do 1º donatário de Machico, casada com Bartolomeu Perestrelo, o Moço.

Guterre Teixeira – Era filho de Tristão Vaz Teixeira ou das Damas e casou com Helena Antunes, de quem teve como filhos Duarte Teixeira e Filipa da Fonseca.

Henrique Teixeira – Era filho de Tristão Vaz, o 1º capitão donatário de Machico, e de D. Branca Teixeira. Foi casado com Beatriz Vaz Ferreira, de quem teve como filhos, João Teixeira, Pedro Teixeira, Henrique Teixeira, Maria Teixeira e Brites Teixeira.

João Esmeraldo - Era um mercador flamengo, provavelmente nascido em Béthune, no condado da Flandres. A sua vinda para a Madeira relaciona-se com o comércio do açúcar. É possível apurar que João Esmeraldo aportou a Lisboa por volta de 1480, como funcionário da casa comercial Despars, sediada em Bruges. Comprovou a sua ascendência nobre por Carta Régia de D. Manuel I, com data 13 de agosto de 1511. Em 1520, foi-lhe concedido brasão de armas e considerado fidalgo da Casa Real. Depois de se ter deslocado várias vezes ao Funchal, acabou por se fixar em definitivo na Madeira, onde conseguiu muitas terras em regime de sesmarias e se tornou proprietário do solar da Lombada da Ponta do Sol (a Lombada dos Esmeraldos ou o Solar dos Esmeraldos), comprado a Rui Gonçalves da Câmara, a 28 de janeiro de 1498. A sua relação com

Colombo entra no campo da suposição, porque se julga que pelo facto de João Esmeraldo ter interesse no comércio do açúcar se teria cruzado com Cristóvão Colombo, quando este se encontrava na Madeira para carregar uma encomenda de açúcar do açúcar para o genovês Ludovico Centurione, em 1478.

João Gonçalves da Câmara (c. 1414/1435 – 26-3-1501) – Foi o 2º capitão donatário do Funchal, filho primogénito de João Gonçalves Zarco e pai de Simão Gonçalves da Câmara. Não sabemos ao certo o ano do seu nascimento, mas sabemos que morreu em 1501, com idade avançada (Henrique Henriques de Noronha e Gaspar Frutuoso afirmam que João Gonçalves da Câmara morreu com 87 anos e 34 de governação). Ainda em vida de Zarco e também já na sua donataria, João Gonçalves da Câmara distinguiu-se nos combates nas praças do Norte de África e na defesa da ilha, nomeadamente em relação a ataques espanhóis. É no período em que exerce funções como donatário que o Funchal começa a emergir como o centro económico da Madeira, lançando as bases para a época do “Açúcar Branco”. João Gonçalves da Câmara figura no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende como “Joham Gonçalves capytão da ilha”, fazendo parte, segundo Teófilo Braga, do denominado “Ciclo Poético Madeirense”. Foi casado em segundas núpcias com D. Mécia Noronha e pai de Filipa de Noronha, Mécia de Noronha, Maria de Noronha, Constança de Noronha, Isabel de Noronha, Elvira de Noronha, Joana de Noronha, Manuel de Noronha, Pedro Gonçalves da Câmara e de João Gonçalves da Câmara, além do referido Simão da Câmara. Henrique Henriques de Noronha anota que o 2º capitão donatário foi casado uma primeira vez com a filha de João Homem de Souza. João Gonçalves da Câmara encontra-se sepultado no Convento de Santa Clara, fundado por si e ao qual doou a propriedade do Curral das Freiras em 1492.

João Teixeira - Era filho de Tristão Vaz, o 1º capitão donatário de Machico, e de D. Branca Teixeira.

Lançarote Teixeira – Era filho de Tristão Vaz, o 1º capitão donatário de Machico, e de D. Branca Teixeira. Era conhecido pela sua habilidade como ginetário.

Manuel de Noronha - Sobre Manuel de Noronha, sabe-se que nasceu no Funchal e que era filho de João Gonçalves da Câmara, 2º capitão donatário do Funchal. É conhecido pelos seus feitos nos empreendimentos militares no Norte de África, além de ser um poeta que consta no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, fazendo parte, segundo Teófilo Braga, do denominado “Ciclo Poético Madeirense”. Noronha é também famoso por se ter apresentado na corte castelhana em ceroulas, o que provocou da parte dos poetas castelhanos e portugueses reações distintas. Os castelhanos troçaram e ridicularizaram os portugueses, ao passo que estes defenderam o reino e deram a imagem de uma ilha onde imperava o maravilhoso, a ingenuidade e a ignorância. O ato de Manuel de Noronha originou vários ataques e contra-ataques, sendo que, no fim, o causador da polémica findou com um irónico perdão a António de Valhasco.

Pedro Correia da Cunha - Quanto a Pêro Correia, ou Pedro Correia, consta que foi o 2º capitão donatário do Porto Santo, cuja donataria comprou por morte do seu sogro (era casado com uma filha do primeiro casamento de Bartolomeu Perestrelo, Hizeoa Perestrelo), o 1º capitão donatário daquela ilha. No entanto, quando o filho de Bartolomeu Perestrelo atingiu a maioridade, a compra da donataria foi impugnada pelo rei. Pedro Correia foi, também, donatário da ilha Graciosa, antes de se fixar no Porto Santo. É um poeta presente no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, fazendo parte, segundo Teófilo Braga, do denominado “Ciclo Poético Madeirense”.

Pedro Gonçalves da Câmara (c. 1470 – c. 1530) – Irmão do terceiro capitão donatário do Funchal, Simão da Câmara, foi casado com Catarina de Ornelas de Saavedra e com Joana de Eça.

Simão Gonçalves da Câmara - Filho segundo de João Gonçalves da Câmara, 2º capitão donatário do Funchal, e de D. Maria de Noronha, Simão Gonçalves da Câmara nasceu em 1463, no Funchal. Depois de João Gonçalves Zarco, é, talvez, o mais famoso capitão donatário do Funchal e distinguiu-se pela bravura dos seus feitos nas praças do Norte de África, local onde a nobreza madeirense exibia os seus créditos militares. Da sua atividade militar, destacam-se o auxílio na defesa de Arzila e de Safim, e a ajuda na tomada de Azamor. Na manifestação do seu brilho, merece relevo a embaixada ao Papa Leão X (com o Sacro Colégio em massa de açúcar e amêndoa, alfenim), como agradecimento pela elevação do Funchal a diocese, e a nomeação do Bispo D. Manuel de Noronha, seu filho, para secretário do Papa. Na donataria de Simão Gonçalves da Câmara, o Funchal é elevado a cidade (1508) e passa a ser sede de diocese (1514). O rei D. Manuel I manda erigir a Sé do Funchal. Pela sua postura, Simão ficou conhecido como “O Magnífico” (“chamarão-lhe o magnifico pelo generoso do animo”). Foi casado uma primeira vez com D. Joana Valente, de quem teve como filhos João Gonçalves da Câmara, Manuel de Noronha, João Ruiz de Noronha e Filipa de Noronha, e casou uma segunda vez com D. Isabel da Silva, de quem teve como filhos João Gonçalves de Ataíde, Luís Gonçalves de Ataíde, Brites de Noronha, Isabel de Noronha e Maria de Noronha. O seu jazigo encontra-se na Capela do Convento de Santa Clara, para onde foi trasladado, após ter falecido em Matosinhos, com 67 anos, em 1530.

Tristão das Damas/Tristão Teixeira – O 2º capitão de Machico é conhecido como Tristão das Damas e é filho do 1º capitão donatário de Machico. Nasceu no continente português e morreu em Machico, onde foi sepultado na capela de São João, que mandara erigir na igreja paroquial desta vila. Era, igualmente, famoso por ser muito cortesão e fazer muitas composições para as damas, além de ser eloquente no falar. Por tais motivos não é de estranhar que algumas das suas composições estejam presentes no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, sob a autoria “De Tristam teyxeyra capitão de Machyco”. Faz parte, segundo Teófilo Braga, do denominado “Ciclo Poético Madeirense”. Quando era capitão, Machico foi um assinalável centro cultural, pelas atividades palacianas realizadas no palacete de Tristão Teixeira, além de um produtivo centro económico (açúcar e madeiras). No entanto, a ascensão do Funchal veio ofuscar

a Capitania de Machico. Foi casado com D. Guiomar de Lordelo, de quem teve como filhos, Tristão Teixeira, Guterre Teixeira e Violante Teixeira. Foi casado uma segunda vez com Alda Mendes, que se supõe, segundo nota de Reis Gomes à edição de *A Filha de Tristão das Damas*, ser mãe de Guiomar Teixeira.

Yahya ben-Tafut, Abd-er-Rahmão (Abd-er-Rahman) e Ali-ben-Uacima (Ali-ben-Ouachman) – Estas três personalidades estão ligadas a Safim e são romanceadas por Reis Gomes de modo a contribuir para a verosimilhança da narrativa. De Yahya ben-Tafut sabemos que foi aliado dos portugueses na subjugação da praça marroquina, tendo obtido recompensa de D. Manuel I. Abd-er-Rahmão (Abd-er-Rahman) era governador de Safi e foi morto por Ali-ben-Uacima (Ali-ben-Ouachman), que depois se tornou governador da cidade, tendo combatido os portugueses.

O Anel do Imperador: Napoleão e a Madeira

Charles-Tristan Montholon – Mais conhecido como o marquês de Montholon, nasceu em Paris, a 21 de julho de 1783, onde também viria a morrer a 21 de agosto de 1853. Era filho de Mathieu de Montholon e de Marie-Louise Maurin. Foi casado com Albine de Vassal, divorciada de Daniel Roger. Para poder casar, Montholon elaborou um estratagema para que Napoleão permitisse aquela união: mentiu sobre a noiva, ao afirmar que era uma sobrinha de Antoine-Jean-Armand-Matthieu Séguier, primeiro presidente do Tribunal de Paris. A opção de Montholon revelou-se imprudente, pois, face a uma queixa do duque de Rovigo, Napoleão dispensou-o do exército, só voltando a convocá-lo depois da desastrosa campanha da “Grande Armée”. Da união com Albine Vassal, nasceram três filhos, Tristan Charles François Napoléon de Montholon-Sémonville, Napoléon Charles Tristan de Montholon-Sémonville e Charles François Frédéric de Montholon-Sémonville. O marquês de Montholon ficou conhecido por se ter destacado como marechal de campo do I Império Francês. Recebeu as distinções de “Conde do Império”, “Oficial da Legião de Honra” e “Cavaleiro de São Luís”. Fiel a Napoleão, acompanhou o Imperador em Santa Helena, juntamente com Albine Vassal, de quem se pensa ter sido amante de Napoleão. É em Santa Helena que nasce a sua filha Napoléone Marie Hélène Charlotte, embora haja a hipótese de ser filha da união de Albine Vassal com Napoleão. Montholon teve um outro filho, Charles Jean Tristan, da união com a sua amante, Catherine O’Hara, com quem se casou, após a morte de Albine. De Montholon, existe também a tradição de que poderia ter sido o responsável pelo envenenamento de Napoleão.

Emmanuel de Las Cases - O conde de Las Cases nasceu a 21 de junho de 1766, em Revel. Foi um historiador francês, cuja obra principal é o *Mémorial de Sainte-Hélène* (*O Memorial de Santa Helena*), onde relata os primeiros anos da vida do Imperador dos Franceses, Napoleão Bonaparte, no seu exílio final em Santa Helena. Os diálogos com Napoleão são a base desse testemunho, que foi interrompido, ao ser acusado de passar correspondência do curso para fora de Santa Helena. O *Mémorial* ficou cativo até à

morte de Napoleão, tendo Las Cases abandonado Santa Helena. Emmanuel de Las Cases ficou também conhecido por aconselhar o Imperador a se render aos ingleses e acompanhou-o nesse ato a bordo do Bellerophon. Morreu a 15 de maio de 1842, em Passy-sur-Seine.

Gaspard Gourgaud – Conhecido como barão Gourgaud, nasceu em Versalhes, a 14 de novembro de 1783. Era filho de Étienne Gourgaud e de Hélène Girard. Foi influente, como general e político, durante o Império de Napoleão e no período pós-napoleónico, tendo participado em diversas batalhas e ocupado cargos de relevo. Fiel ao Imperador, com ele, desloca-se para Santa Helena, onde o acompanha até ao final dos seus dias. Em França, é o primeiro que reivindica o resgate dos restos mortais de Napoleão Bonaparte, dirigindo-se, para tal, à Câmara dos Deputados, em 1821. O rei Luís Filipe designou-o, em 1840, para acompanhar o Príncipe de Joinville na viagem a Santa Helena, para o resgate dos restos mortais do Imperador dos Franceses. Deixou como legado algumas publicações relevantes, o *Journal inédit de Ste-Hélène*, a *Campagne de dix-huit cent quinze ou Relation des opérations militaires que ont eu lieu en France et en Belgique, pendant les Cent Jours*, as *Mémoires pour servir à l'histoire de France sous Napoléon*, a *Histoire de Napoléon et de la Grande Armée pendant l'année 1812 et examen critique* e a *Bourrienne et ses erreurs*. Da Legião de Honra recebeu os títulos de Legionário, Oficial, Grande Oficial e a Grande Cruz da Legião de Honra. Além de ser Barão do Império, apresenta como distinções a Grande Cruz da Ordem Real e Militar de São Jorge da Reunião, Cavaleiro de São Luís, o Grande Cordão da Ordem de Leopoldo da Bélgica e a Investidura da Ordem de Nichan Iftikhar de Tunis. Gaspard Gourgaud casou-se em 1822 com Françoise Marthe Roederer. Morreu em Paris, em 1852.

George Cockburn – Nasceu em Londres, a 22 de abril de 1772. Era filho de Sir James Cockburn e da sua segunda esposa, Augusta Anne Ayscough. Destacou-se como capitão na Royal Navy, participando nas Guerras da Revolução Francesa, que opuseram a Grã-Bretanha e os seus aliados à República Francesa, nas Guerras Napoleónicas, contra o Império de Napoleão Bonaparte, e na Guerra Anglo-Americana de 1812, ao ficar conhecido pelo seu desempenho na Batalha de Washington e o ataque à Casa Branca. Em julho de 1851, obteve a mais alta patente da Royal Navy, “Admiral of the Fleet”, “Almirante da Frota” (antes, em 1847, fora nomeado “Rear-Admiral of the United Kingdom”, “Contra-Almirante do Reino Unido”). A Cockburn, foi incumbida a missão de transportar Napoleão Bonaparte até ao seu exílio, a ilha de Santa Helena, onde permaneceu alguns meses com o cargo de governador, até à chegada de Hudson Lowe. Nesta viagem a bordo do Northumberland dá-se a passagem do curso pela Madeira, em agosto de 1815. Sir George Cockburn morreu a 19 de agosto de 1853, em Warwickshire, e encontra-se sepultado no cemitério de Kensal Green.

Henri-Gatien Bertrand – Conhecido como o conde Bertrand, nasceu a 28 de março de 1773, em Châteauroux, na região de Indre, onde também viria a morrer a 31 de janeiro de 1844. Era filho de Henry Bertrand e de Henriette Boucher. Casou-se com Élisabeth-Françoise Dillon, de quem teve cinco filhos, Napoleão, Hortense-Eugénie, Henri,

Alexandre, Arthur e Alphonse. Exerceu funções como general no I Império Francês e chegou a comandar o 4º Corpo da “Grande Armée”. Combateu nas Guerras da Revolução Francesa e nas Guerras Napoleónicas, tendo-se destacado na Batalha das Pirâmides, na Batalha de Austerlitz, na Batalha de Jena, na Batalha de Eylau, na Batalha de Wagram e na Batalha de Essling. Do Império recebeu a “Grande Águia da Legião de Honra” e o título de “Conde do Império”. Bertrand, fiel ao seu Imperador, acompanhou Napoleão Bonaparte no seu exílio na ilha de Santa Helena. Embarcou, de novo, para Santa Helena, em 1840, com o seu filho mais novo, Arthur Bertrand, no Belle Poulle, na missão de resgate do corpo de Napoleão Bonaparte, comandada pelo Príncipe de Joinville, François Ferdinand Philippe Louis Marie d’Orléans, filho de Luís Filipe, rei de França. Esta missão passará pela Madeira a 25 de julho de 1840. O seu nome está gravado no Arco do Triunfo, em Paris.

Henry Gordon Veitch – Nasceu em Selkirk, Escócia, em 2 de julho de 1782. Era filho de John Veitch e de Barbara Veitch. Em 1809, foi nomeado cônsul para a Madeira, onde se veio a estabelecer como empresário, além de cumprir a missão para que fora destacado. A sua figura está envolta em algum mistério, alimentando o imaginário popular talvez por se ter tornado mais reservado, após a morte do seu filho, ou então pelas suas ações que entre a população levantaram às suspeitas de mulhereço e de praticar contrabando. Henry Veitch foi casado, uma primeira vez, com Margaret Antoinette Harrison, de quem teve três filhos, Henry, Robert e George, e, uma segunda vez, com Carolina Joaquina de Freitas, de quem teve Henrique Veitch, além de outros filhos, segundo o registo de casamento da Igreja da Sé (ARM, PRQ, liv. 1260, f. 18-18 v.). A nível político, o consulado de Henry Veitch é marcado pelas Guerras Napoleónicas e a gestão dos interesses britânicos no Atlântico, visto ser importante o domínio da Madeira, para esse fim. O cônsul britânico é conhecido por ter sido a única personalidade a receber permissão de George Cockburn para subir ao Northumberland e visitar Napoleão, aquando da sua passagem pelo Funchal, a caminho de Santa Helena. Nesta visita, ofereceu-lhe uma pipa de Vinho Madeira, que mais tarde viria a recuperar. Henry Veitch morreu no Funchal, a 7 de agosto de 1857, tendo sido sepultado no Cemitério Britânico. Uma vez mais, a tradição popular alega que os seus restos mortais acabariam por ser transportados para a Quinta do Jardim da Serra, onde se encontra o mausoléu, numa trasladação que assumiu um caráter místico.

Hudson Lowe – Nasceu em Galway (Irlanda), a 28 de julho de 1769. Era filho de John Lowe, Oficial Médico-Cirurgião. Como militar serviu durante anos no Mediterrâneo, na Córsega, Gibraltar e Elba, até à eclosão da Guerra entre a França e a Grã-Bretanha, em 1803. Continuou destacado no Mediterrâneo na defesa de diversas ilhas italianas e gregas. Voltou à Grã-Bretanha, servindo na frente aliada prusso-russa. Em abril de 1814, Lowe foi o escolhido para transmitir a Londres a Primeira Abdicação de Napoleão. Não participou na Campanha Belga, pois era o comandante das tropas britânicas em Génova. Em 1 de agosto de 1815, recebeu a nomeação do cargo de Governador de Santa Helena, de que resultará a sua fama depreciativa como o “Carcereiro de Napoleão Bonaparte”. Lowe, em Santa Helena, criou a reputação de ser

demasiado severo com Napoleão, merecendo inclusive a reprovação dos seus pares, como foi o caso de Edward Barry O'Meara, oficial e cirurgião irlandês em Santa Helena. Poderemos concluir da má gestão do exílio do Imperador por Lowe não ter sido condecorado ou distinguido pela Coroa Britânica, após esta missão. Hudson Lowe foi casado com Susan Johnson. Morreu em Chelsea, a 10 de janeiro de 1844.

Isabel de S. – Moldada pela ficção, é inspirada na tradição popular. Parece ser descendente de uma família florentina que se estabeleceu na Madeira e que, por altura da edição de *O Anel do Imperador*, ainda tinha familiares na ilha, o que impedia a revelação do seu apelido, segundo João dos Reis Gomes.

José Monteiro Teixeira - Nasceu no Funchal a 27 de dezembro de 1795. Era filho de José António Teixeira e de Ana dos Anjos Teixeira. Com doze anos, foi enviado para Pau (França), para estudar num colégio dessa cidade, que gozava de reputação global, enquanto academia. Conheceu e conviveu com muitos intelectuais franceses, tais como, Chateaubriand, Béranger, Méry e Barthélemy. Em 1814, José Monteiro Teixeira saiu de Pau. Viajou muito pelo mundo. Foi designado cônsul de França na Madeira. Morreu no Funchal a 31 de maio de 1876, com 80 anos.

Louis-Joseph-Narcisse Marchand – Nascido em Paris, a 28 de março de 1791, foi o criado de quarto e executor do testamento de Napoleão Bonaparte. Foi sempre fiel ao Imperador, ao ponto de ser contemplado no seu testamento e de ter sido nomeado conde no leito de morte de Napoleão. O título só viria a ser reconhecido por Napoleão III, em 1869. Marchand morreu em Trouville, a 19 de junho de 1876.

Napoleão Bonaparte – O Imperador dos Franceses, como assim se autodenominou e proclamou, marcou a Europa e o Mundo, ao “inaugurar” a Época Contemporânea, sendo ele quem abre as grandes hostilidades modernas com proporções continentais. Napoleão Bonaparte nasceu em Ajaccio (Córsega), a 15 de agosto de 1769. Era filho de Carlos Bonaparte e de Maria Ramolino, descendentes de italianos da Toscana. A carreira militar foi, desde cedo, um objetivo, tendo cumprido a sua formação em Brienne e na École Militaire. Envolvido na Revolução Francesa e após ter tomado partido pela monarquia e, a posteriori, pelos jacobinos, foi preso durante quinze dias, como consequência da queda deste grupo político. No entanto, deu a volta e em 1795 é nomeado comandante do Exército Francês, tendo derrotado os partidários da monarquia. Embora tenha casado com Josefina Beauharnais em março de 1796, logo partiu para a guerra em Itália e na Áustria, saindo vencedor e granjeando mais poder. A este acontecimento, seguiu-se a campanha no Egito, de onde sai novamente vitorioso. No seu regresso a França, Napoleão encontra um país num estado caótico e opera o “Golpe do 18 do Brumário” (o segundo mês do Calendário Revolucionário Francês). Como consequência, será instaurado o Consulado, do qual Napoleão será o Primeiro Cônsul. Como cônsul, o Código Napoleónico marcará a sua governação, registando-se ainda a influência deste documento nos dias de hoje.

Porém, a sede de poder de Napoleão não se esgotou no consulado e, a 2 de dezembro de 1804, torna-se o “Imperador dos Franceses”, ficando para a eternidade a imagem de se ter coroado a si próprio, passando o poder de coroação do Papa Pio VII para as mãos do próprio coroado, pois o poder deixa de ser estabelecido por Deus, mas pelos homens. Esta nova etapa permite a Napoleão a execução do plano para tornar a França na maior potência continental, desafiando o poder da Inglaterra, da Prússia, da Rússia e da Áustria. Um conjunto de conquistas e de alianças permitiu ao Imperador dos Franceses decretar o Bloqueio Continental, numa tentativa de derrubar a Inglaterra, que deixaria de contar com o apoio dos portos continentais. No entanto, este projeto não foi totalmente exequível, porque Portugal, o velho aliado dos ingleses, não fechou os seus portos à Inglaterra, tendo inclusive “cedido” temporariamente a Madeira como base inglesa no Atlântico. A este facto, junta-se o rompimento da aliança com o czar Alexandre I, que fez com que Napoleão, numa operação militar, juntasse 600 000 homens na “Grande Armée” e invadisse a Rússia. A derrota da “Grande Armée” fez ruir o poder de Napoleão, acabando exilado na ilha de Elba.

No entanto, Bonaparte foge de Elba e regressa a França, onde é aclamado novamente pelos militares, derruba a frágil monarquia instaurada após a sua queda, e dá lugar ao “Governo dos Cem Dias”. Os franceses preparam-se novamente para a guerra, com a esperança de derrotar os seus inimigos. Encontram-se em Waterloo, perante as tropas inglesas de Wellington e restantes aliados. Napoleão é definitivamente derrotado e, depois de um período de reflexão, entrega-se aos ingleses, em vez dos prussianos, austríacos ou russos. De Inglaterra, parte para o seu exílio, em Santa Helena, onde virá a falecer, a 5 de maio de 1821. Durante este período, Bonaparte fez-se acompanhar dos seus fiéis seguidores, Bertrand, Marchand, Montholon, Gourgaud e Las Cases.

Quanto à sua vida sentimental, Napoleão foi casado com Josefina de Beauharnais, que ele próprio coroou Imperatriz de França. Mais tarde, por razões políticas, casou-se com Maria Luísa de Áustria, de quem teve um filho, Napoleão II.

Os restos mortais de Napoleão Bonaparte repousam nos Invalides, em Paris, para onde foram deportados a partir de Santa Helena. Quer na ida para a ilha inglesa, quer no resgate dos restos mortais para França, as armadas passaram pela Madeira. Do seu legado ficaram os ideais da Revolução Francesa, que prevaleceram ou se impuseram, e o “Código Napoleónico” ou o “Código Civil”.

O Cavaleiro de Santa Catarina (De Varna à Ilha da Madeira)

Amurate II – Nasceu na Amásia, a 6 de janeiro de 1404, filho de Mehmed I, o Cavaleiro, e de Emine Hatuna. Pertencia à Dinastia Otomana, ou dos filhos de Osmã. Foi um sultão otomano que reinou entre 1421 e 1444 e entre 1446 e 1451. O período do seu governo foi marcado pela guerra nos balcãs contra os reinos cristãos, na tentativa de expansão do Islão pela Europa. Embora tenha derrotado a cruzada cristã na Batalha de Varna, a derrota em Jalowaz fez com que abdicasse por pressão dos Janízaros, elite militar turca. Em 1446, por contingências internas, voltou ao poder e derrotou a coligação cristã na Segunda Batalha do Kosovo. Um outro grande objetivo das suas

campanhas era a tomada de Constantinopla e consequente controlo do estreito do Bósforo, que não foi alcançado. De modo a tornar o seu governo mais instável, algumas potências cristãs do Mediterrâneo e Balcãs apoiaram alguns opositores de Amurate II na Anatólia. Assim, Amurate II viu-se na contingência de realizar um sistema de alianças com os seus inimigos, através de casamentos e de acordos de paz. Morreu em Edirne, a 3 de fevereiro de 1451. Sucedeu a Amurate II o seu filho, Mehmed II, o Conquistador, quer durante a abdicação, quer depois da sua morte.

Casimiro IV - Era filho de Ladislau II da Polónia e de Zofja Holszanska, logo irmão de Ladislau III. Nasceu em Cracóvia, a 30 de novembro de 1427 e morreu em Hrodna, a 7 de junho de 1492. Herdou o reino polaco em 1447, após um período de interregno decorrente do desaparecimento de Ladislau III, e procurou preservar a união com a Lituânia. Era casado com Isabel da Áustria.

Drakul – Vlad II Dracul foi príncipe da Valáquia, tendo nascido por volta de 1390 e morrido em Bălteni, 1447. Por causa das relações de vassalagem com os otomanos que resultou no apoio destes na reconquista do trono da Valáquia, Vlad II Dracul, na Batalha de Varna, não pretendia lutar ao lado dos príncipes e reis cristãos, com quem cultivava uma certa inimizade, em particular com João Huniade. Por isso, quando o Papa o obrigou a juntar-se ao exército polaco e húngaro e seus aliados na Cruzada de Varna, resolveu enviar o seu filho, futuro Mircea II, para comandar o exército da Valáquia em solo búlgaro. A presença de Vlad II Dracul em Varna é, ao que tudo indica, ficção.

Henrique Alemão - Segundo alguns autores, Ladislau ter-se-á refugiado na Terra Santa como elemento da Ordem de Santa Catarina do Sinai e que após algum tempo terá passado à ilha da Madeira, numa tentativa de começar uma nova etapa na sua vida. Na Madeira, terá ficado conhecido como Henrique Alemão e terá tomado, em regime de sesmaria concedida pelo capitão Zarco, as terras da zona da Madalena do Mar. No entanto, a sua vida continuará envolta em mistério, no que concerne às suas origens. Casou-se com Senhorinha Anes, de quem teve Segismundo e Bárbara. Ficou famoso o episódio em que, sendo reconhecido pelos monges polacos, não confirma a sua identidade. É chamado à Corte Portuguesa para esclarecer essas dúvidas ou para lhe ser transmitido o pedido dos polacos para que regresse. Mas a sua vida findará, quando, regressando à Madalena do Mar, a embarcação onde seguia é atingida por uma derrocada no Cabo Girão, permanecendo, até hoje, na memória do povo a lenda de Henrique Alemão, cuja identidade permanece incerta. Há tradições que afirmam Henrique Alemão como pai de Cristóvão Colombo.

Infante D. Henrique – Quinto filho de D. João I, D. Henrique foi o principal impulsionador da Época das Descobertas, reconhecido como o período dourado da História de Portugal. Nasceu no Porto, a 4 de fevereiro de 1427. Em 1420, D. Henrique foi nomeado Grão-Mestre da Ordem de Cristo e, em 1433, foi-lhe doado, por D. Duarte I, o arquipélago da Madeira. A figura do Infante estará sempre associada aos

Descobrimientos, pois foi o visionário da Expansão Portuguesa, ao preparar as condições para que esta se concretizasse. Foi o responsável pela constituição de uma verdadeira escola de estudiosos sobre os meios e as técnicas de navegação, fazendo com que os portugueses se adiantassem em relação às outras nações europeias na aventura do Novo Mundo. O Infante morreu em Sagres, a 13 de novembro de 1460.

João Gonçalves Zarco – Zarco nasceu por volta de 1390. Foi um escudeiro da Casa do Infante D. Henrique e foi o 1º capitão donatário do Funchal, tendo recebido a capitania a 1 de novembro de 1450. Juntamente com Tristão Vaz Teixeira, foi um dos descobridores do arquipélago da Madeira. Zarco foi armado cavaleiro em Ceuta, tendo sido, anteriormente, responsável por um dos navios que protegiam a costa algarvia dos ataques dos corsários magrebins. Segundo Francisco Alcoforado, é relatado que, durante as operações de corso, Zarco tenha tomado conhecimento da Madeira através de João de Amores, que lhe falara do episódio de Machim e Ana d'Arfet. Zarco levou João de Amores ao Infante D. Henrique que, junto da Corte, conseguiu financiar uma outra etapa na Expansão, a descoberta dos espaços atlânticos, enquanto se continuava a exploração da costa de África. Entre 1418 e 1420, de acordo com as versões mais aceites, Zarco teve por missão a descoberta e o reconhecimento do arquipélago da Madeira, a mando do Infante D. Henrique. Com Zarco, os portugueses deram o primeiro passo na descoberta e povoamento de novos territórios, pois a Madeira é efetivamente a primeira terra do Novo Mundo. Em relação à vida de Zarco numa etapa anterior às façanhas no Atlântico, está envolta em poucas certezas. Julga-se que terá nascido no centro do país e que seja filho de Gonçalo Esteves Zarco e de D. Brites. Do casamento de Zarco com Constança Rodrigues de Almeida, nasceram João Gonçalves da Câmara (2º capitão do Funchal), Rui Gonçalves da Câmara, Garcia Rodrigues da Câmara, Helena Gonçalves da Câmara, Isabel Gonçalves da Câmara e Catarina Gonçalves da Câmara. Em 1460, o capitão recebeu de D. Afonso V, pelos serviços prestados à Coroa Portuguesa, a carta de armas, com o reconhecimento do brasão e a adoção do apelido Câmara de Lobos, que será usado pelos seus descendentes em detrimento de Zarco. Morreu, no Funchal, a 21 de novembro de 1471. Na memória coletiva portuguesa, Zarco, pelos seus feitos, figura no Padrão dos Descobrimentos, pensamos que por ter inaugurado um novo período na Expansão Ultramarina, a descoberta de novas terras. Os seus restos mortais encontram-se no Convento de Santa Clara, no Funchal.

João Huniade – Conhecido postumamente como João Corvino, sabemos que nasceu cerca de 1387 e que morreu a 11 de agosto de 1456, em Zemun, atual sérvia. Corvino era um talentoso militar que se pensa de origem romena. Possuía o título de Conde Huniade porque recebeu do rei Sigismundo o feudo do Castelo Huniade, em 1409. Foi regente da Hungria durante a menoridade de Ladislau V. João Huniade é considerado um nobre húngaro, embora a sua origem seja desconhecida, por não estar nos *Anais* do Reino Húngaro. Assim, sobre as suas origens são levantadas diversas hipóteses.

Ladislau III - Nasceu em Cracóvia a 31 de outubro de 1424 e desapareceu na Batalha de Varna, a 10 de novembro de 1444, durante a cruzada contra os turcos otomanos.

Filho de Ladislau II e de Zofja Holszanska, foi rei da Polónia entre 1434 e 1444. Combateu os otomanos em diversas batalhas, até que, em Varna, é derrotado pelo sultão Amurate II, tendo sido dado como morto. No entanto, os últimos momentos da sua vida conhecida estão envoltos em mistério, uma vez que é dado como desaparecido na Batalha de Varna e não como morto. A partir deste dado, não é difícil estabelecer um paralelo com a vida de D. Sebastião.

Segismundo - Filho de Henrique Alemão e de Senhorinha Anes, morreu numa viagem a Lisboa, já depois de Henrique Alemão ter morrido numa derrocada no Cabo Girão. Segundo Felisberto Bettencourt Miranda em *Apontamentos para a genealogia de diversas famílias da Madeira*, p. 251, Segismundo foi a Lisboa, após a morte do pai, Henrique Alemão, com a intenção de pedir ao rei para voltar para a Polónia, o que não conseguiu. Regressado à ilha, morreu da mesma maneira que o pai. Ao voltar do Funchal para a Madalena, foi vítima de uma derrocada no Cabo Girão. Bettencourt Miranda acrescenta que “o levarão em pedaços a enterrar na Igreja do dicto lugar”.

Senhorinha Anes - Foi a esposa de Henrique Alemão, o sesmeiro da Madalena, de quem teve um filho Segismundo. Após a morte de Henrique Alemão, Senhorinha Anes casou com João Rodrigues de Freitas.

Cesarini – Giuliano Cesarini foi o promotor papal da cruzada contra os turcos em que procurou envolver os polacos, húngaros e seus aliados nessa empresa. Foi cardeal e presidiu ao Concílio de Florença, antes de incentivar a cruzada contra os otomanos. Foi um dos principais instigadores da quebra do tratado assinado entre Ladislau III e Amurate II. Nascido em 1398, em Roma, morreu na Batalha de Varna, em 1444.

Entrevista ao Arquiteto João Reis Gomes³⁵¹

Paulo Figueira (PF) - Senhor Arquiteto João Reis Gomes, obrigado por nos conceder algumas palavras sobre a vida do senhor seu avô, o Major João dos Reis Gomes.

PF – Curioso o seu nome ser igual ao do senhor seu avô...

Arquiteto João Reis Gomes (JRG) – Sabe, nasci na Quinta Esmeraldo e o avô Rebelo gostava que me chamasse João dos Reis Gomes, mas, pelos 14 anos, decidi retirar o “dos” porque era uma responsabilidade enorme carregar o nome do avô. Comecei a ler as *Forças Psíquicas* e achei que era muita bagagem para mim. Decidi retirar o “dos” ao meu nome, embora conste do cartão de identidade. De todos os netos do avô Rebelo, eu sou o único que não tem Rebelo no nome. Os meus pais, por respeito e amizade ao avô Rebelo, fizeram a vontade.



Arquiteto João Reis Gomes, neto do Major João dos Reis Gomes.

PF – João dos Reis Gomes nasceu no Funchal...

JRG – Sim, e os seus pais eram João Gomes Bento e Maria Gertrudes de Castro Gomes Bento. A minha tia-avó Carolina dizia que o avô era neto do cônsul inglês, do Veitch.

PF - ?...

JRG – Verdade! O Henry Veitch tinha muitas histórias, mas esta nunca tirei a limpo.

PF – Depois de ter frequentado o liceu, sabemos que saiu da Madeira por volta dos 17 anos, para frequentar a Academia Militar...

JRG – O avô foi colega de curso de Óscar Carmona, sendo o 1º ou 2º aluno do curso, mas não chegou a ocupar patentes mais altas no Exército. Voluntariou-se com 17 anos e, quando estava na Academia Militar em Lisboa, também tirou o curso de Engenharia Industrial. Depois, houve um outro episódio que o deixou aborrecido... Mas honrou sempre o seu compromisso com o Exército.

PF – Um outro episódio?

JRG – O avô sempre gostou da escrita. Mais do que o Exército. Gostava da escrita, de ser professor, jornalista, das tertúlias com os amigos... Lembro-me de falarem, lá em casa... do avô ter ficado chateado com o bombardeamento alemão. Ele era responsável

³⁵¹ Esta conversa informal com o Arquiteto João Reis Gomes data de 13-5-2019, no hall do Boutique Hotel da Rua do Castanheiro.

pela defesa da costa [na Primeira Grande Guerra]... o comandante alemão sabia que as baterias de defesa não tinham alcance para atingi-lo. O avô ficou mesmo aborrecido, mas o teatro era a sua paixão.

PF – Como homem com várias facetas, o seu reconhecimento como primeiro crítico de teatro em Portugal e como sendo o primeiro a introduzir um excerto cinematográfico numa peça de teatro faz desta arte a sua grande paixão?

JRG – O avô fez do teatro e do ator o seu principal amor. Conheceu muita gente ligada à “Comédie Française”, porque, a Madeira contactava com facilidade com França, por causa dos navios franceses que aportavam ao Funchal, de modo que era normal conhecer as pessoas ligadas ao teatro que vinham à Madeira. A Madeira era uma coisa... era um portento turístico. A “Comédie Française” era o que de mais importante havia no teatro.

PF – No *Diário da Madeira*, dirigido pelo Major, há diversos textos de Chaby Pinheiro que elogiam João dos Reis Gomes. Que relação tinham?

JRG – Além da profunda admiração, o avô era amigo de Chaby Pinheiro, e também de Maria de Matos e Amélia Rey Colaço, grandes figuras do teatro.

PF – O Major parecia-lhe um homem com vocação política?

JRG – O avô Reis Gomes era um homem culto e urbano. O avô Rebelo era um homem também culto, embora fosse um industrial. O avô Rebelo era um político, era do partido do dr. Pedro Pitta, o Partido Republicano Nacionalista, amigo do avô Reis Gomes. O avô não era político, mas posso chamá-lo de “moderado” nessa matéria.

PF – Tendo em conta o contexto político-social de início de século, em que havia muitas correntes ideológicas, a classificação de “moderado” parece bem? Tinha como amigo o dr. Pedro Pitta e, pelo que sabemos, não deixou nenhum texto em que explicita, de forma aberta, o seu ideal político...

JRG – Penso que era “moderado”, embora haja quem diga que ele era fascista, o que não corresponde à verdade.

PF – Em todo o caso, João dos Reis Gomes era um homem que expressava um alto grau de comprometimento com as questões que envolviam a Madeira, como a autonomia, o regionalismo, a história...

JRG – O avô gostava muito de história. Era muito amigo de Juvenal de Araújo, um grande artista. A delegação da Madeira da Sociedade Histórica da Independência de Portugal foi fundada pelo avô, Juvenal de Araújo, Cabral do Nascimento e o Pe. Fernando. O meu avô indicou o Pe. Fernando para presidente da delegação.

PF – O Pe. Fernando Augusto da Silva era muito ligado ao senhor seu avô?

JRG – Eles eram amicíssimos. Vinha com frequência à Quinta Esmeraldo. Eram diferentes. O meu avô era um espírito aberto à vida. O Pe. Fernando era mais fechado.

Tinha um escritório forrado de livros, em Santo António. Vê-se bem pelo trabalho enciclopédico do *Elucidário Madeirense*.

PF – Trabalharam muito no reconhecimento da História da Madeira?

JRG – O meu avô é que pensou em todo o Centenário. Tinha um grupo, o Cenáculo, e reuniam-se no primeiro andar do Golden. Ele, o Pe. Fernando, o Sarmento... A Madeira era um pensamento constante do meu avô.

PF – Assim parece. Por falar no Pe. Fernando Augusto da Silva, o Major era católico?

JRG – Olhe, o meu avô era um crente não praticante, mas tinha muita consideração pela Igreja.

PF – Já falámos das amizades na Madeira, e dos artistas de teatro. Sabemos que o Major ia com frequência a Lisboa? Há mais alguma figura de relevo no seu círculo de amizades.

JRG – Um dos grandes amigos do avô, em Lisboa, era o dr. Pedro Pitta, que lhe lia os textos na Academia de Ciências. O avô tinha muitos amigos por lá. A certa altura, diziam na Academia de Lisboa: “Tragamos o Reis Gomes para Lisboa e mandemos os outros barra fora!”

PF – Lembra-se do Major quando escrevia?

JRG – Em pequeno, houve alturas em que assisti à escrita da *Lenda de Lorely*. Concentrava-se no que estava a fazer. O meu avô tinha um escritório fabuloso, na Quinta Esmeraldo. Era grande e forrado com pósteres de atores e atrizes de teatro.

PF – No Funchal, o Major João dos Reis Gomes deu nome a uma rua e tem um busto no Jardim Municipal...

JRG – Olhe, como a minha fisionomia era parecida com a do meu avô, servi de modelo a Barata Feyo para a execução do busto do Jardim Municipal. É uma bonita homenagem.

PF – Para finalizar, recorda-se de algum episódio curioso sobre a vida familiar do senhor seu avô?

JRG – Sabia que o meu pai [Álvaro Reis Gomes] nasceu em [Palácio de] São Lourenço? Aquilo sempre funcionou metade civil e metade militar. Acharam mais seguro que o parto se realizasse lá.

PF – Senhor Arquitecto João Reis Gomes, agradecemos a disponibilidade para esta conversa informal. Muito obrigado.